

GABRIELA MARTIN

PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE DO BRASIL



5ª Edição

PRÉ-HISTÓRIA
DO NORDESTE
DO BRASIL

GABRIELA MARTIN

PRÉ-HISTÓRIA
DO NORDESTE
DO BRASIL

5ª EDIÇÃO

Recife, 2013

Editora
Universitária  UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora: Prof^ª Maria José de Matos Luna

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Prof^ª Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos

Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas.

Editora associada à



Capa: Zenival

Diagramação: Elvira de Paula

Foto da capa: IMAGO

Fotografias: Acervo do Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE e da Fundação Museu do Homem Americano.

Fotos N^o 4, 5a-c, 6 a, 7 a, 9 a, 10, 29, 31, César Barreto, no livro "Antes, histórias da pré-história".

Fotos N^o 3 c, 5 b, 6 b, 13 b, 18 a - b, 22 b - c, 25, 26, 27, 28, 34, André Pessoa.

Fotos N^o 14 a, 15, 16, 17 b, Tadeu Lubambo, 1981.

Revisão: A Autora

Supervisão: Manoel Cunha

Impressão e acabamento: Editora Universitária/UFPE

Catologação na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CREM/8

M381p Martin, Gabriela.
Pré-história do nordeste do Brasil / Gabriela Martin. – 5. ed. –
Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.
434 p. : il., figs.

Inclui bibliografia e índices.
ISBN 85-7315-083-1 (broch.)

1. Escavações (Arqueologia) – Brasil, Nordeste. 2. Brasil,
Nordeste – Antiquidades. 3. Homem pré-histórico – Brasil,
Nordeste. I. Título.

981.3

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2013-031)

Para Márcia, Paulo e Irma.



Nada mais difícil do que escrever o prefácio de um livro que nunca tive a coragem de escrever. No panorama bibliográfico da arqueologia brasileira sempre faltou este tipo de manual: didático, informativo, excitador da criatividade, pleno de erudição, refletindo a excelente formação humanística da autora. Todos nós, arqueólogos, sentíamos essa necessidade.

Foi um prazer ler a obra de Gabriela Martin. É clara, despretenciosa e precisa. Não somente informa mas, e sobretudo, ensina, mostra caminhos novos, estimula a reflexão. Não apela para facilidades, mostra o rigor da pesquisa científica denunciando as soluções fáceis mas desprovidas de fundamentos e demonstra a atração que o tema sempre produz e as ficções que podem surgir do pensamento entusiasmado de autodidatas dedicados, mas carentes de formação.

O livro é abrangente. Não esquece qualquer possível fonte de dados ou informações e esmiúça tudo aquilo que se pode pensar e dizer sobre a arqueologia no Nordeste do Brasil. Não existe para a pré-história do Nordeste algo comparável, tão completo e didático. É livro para arqueólogos profissionais, para o grande público cultivado e, principalmente, para a feliz geração de estudantes que terá o que lhe estava faltando.

A estrutura do livro segue uma seqüência lógica que facilita a apreensão dos temas tratados. O primeiro capítulo trata da história da pré-história nordestina, analisando os primeiros momentos de ficção, sonhos, miragens e a negação da identidade nacional em busca de uma origem mais nobre ligada às civilizações do Velho Mundo e aos mitos de cidades desaparecidas e tribos perdidas. Aí se registra o espírito que perdurou até hoje no Brasil e que somente mudará com o progresso da pes-

quisa arqueológica e a divulgação dos seus resultados, mostrando-se como viviam nossas primeiras civilizações, sua tecnologia e sua vida espiritual documentadas nas pinturas e gravuras rupestres e sua longa tradição cultural comparável à da pré-história da Europa ou da Austrália. Homens e instituições que fizeram e fazem a arqueologia do Nordeste, são estudados neste capítulo que se fecha com um apanhado sobre os congressos realizados naquela grande região brasileira.

O capítulo II registra pobreza de dados publicados sobre as bases físicas, a evolução da fauna e da flora, as vias de penetração e a difusão do homem pré-histórico no Brasil. Muitas pesquisas estão em curso e os dados ainda não foram publicados; outros o foram em ramos da ciência muito distantes da pré-história. Seria importante que, a partir da constatação da pobreza de nossos conhecimentos nesse campo, seja estruturada no Brasil uma linha de pesquisa que deverá ser priorizada. Já não podemos continuar a ler, em publicações de variadas origens, que a vida humana no sertão era difícil e que os carvões datados por Carbono-14 provêm de fogos naturais resultantes da seca reinante. A título de exemplo podemos citar a área de São Raimundo Nonato, no Piauí que, até pelo menos 12.000 anos atrás, era coberta pela Mata Atlântica e que mostrava espécies típicas do trópico úmido até aproximadamente 9.000 anos BP.

O capítulo III trata da cronologia da pré-história do Nordeste abordando o problema da controvérsia sobre a época da penetração do homem nas Américas e, principalmente, na América do Sul. São analisados os sítios que fornecem restos humanos e se acrescenta uma lista completa das datações radiocarbônicas obtidas com amostras dos sítios nordestinos.

No capítulo IV, são descritas as principais áreas arqueológicas do Nordeste. Inicialmente a autora explicita a conceituação de "área" e de "enclave", utilizando as bases teóricas definidas por Anne-Marie Pessis. Os principais sítios escavados são citados, oferecendo-se uma síntese dos vestígios encontrados e dos dados obtidos. Deve-se notar que o capítulo não trata da totalidade dos sítios existentes no Nordeste, mas somente daqueles que se agrupam segundo a conceituação citada e nos quais se desenvolveram trabalhos de pesquisa com resultados concretos e publicados.

No capítulo V, a autora trata do desenvolvimento tecnológico do homem pré-histórico do Nordeste, iniciando-o com uma parte dedicada

aos conceitos de classificação e periodização em pré-história. Levanta Gabriela Martin toda a problemática e indica os pontos cruciais que prejudicam o acordo entre os pesquisadores para adoção de uma linguagem única, como se dá em outras partes do mundo. É evidente a urgência de que se reúnam grupos de trabalhos para refletir e remediar definitivamente essa situação, pois a atomização provocada pelas classificações é tal que, hoje, é impossível ter-se uma idéia global e estruturada das sucessivas ocupações humanas do Brasil. Os pontos principais estudados neste capítulo são a indústria lítica, a agricultura e a cerâmica. É notória a pobreza de informações sobre as indústrias de madeira, osso e conchas, fato que, realmente merecia uma reflexão. Evidentemente pensa-se que são tecnologias mais recentes e ligadas aos ceramistas. A dificuldade de conservação desses materiais pode explicar o fato de que sejam mais comuns nas camadas holocênicas. O sub-título agricultura é naturalmente limitado porque não existem pesquisas específicas sobre esse tema e é mais do que tempo de se remediar esta situação. Um projeto integrado entre uma instituição de pesquisa arqueológica e outra, voltada para a botânica, deve ser montado com urgência.

O capítulo VI trata de um tema espinhoso: o universo simbólico estudado através dos registros rupestres. O capítulo é rico, refletindo o avanço da pesquisa na área. A *entente cordiale* que caracteriza as pesquisas conjuntas feitas pela Universidade Federal de Pernambuco e a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM, no domínio dos registros gráficos, sob a orientação teórica de Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin reflete-se nos resultados expostos, indicando a via que deveriam seguir as classificações e periodizações referentes às tecnologias de cunho econômico. A autora discute os problemas do estudo do registro rupestre dentro do contexto arqueológico, as categorias analíticas utilizadas, os problemas de interpretação e finaliza sua ampla abordagem com um apanhado sobre as tradições rupestres existentes no Nordeste brasileiro.

A vida espiritual, considerada através do culto aos mortos, é o conteúdo do capítulo VII. A diversidade de costumes e as diferenças dentro de uma mesma época e, aparentemente, em uma mesma etnia, são fatos que ressaltam da enumeração e descrição dos achados.

A obra termina com o capítulo VIII que discute o futuro da pré-história, mostrando as tendências atuais e as relações com a etnografia, óbvias em um país onde ainda vivem índios, embora prejudicados pela

situação em que sobrevivem pelo perverso processo de aculturação da sociedade brasileira.

Cada capítulo tem sua bibliografia específica, havendo no término do livro uma bibliografia geral, excelente e completa, sobre a pré-história do Nordeste do Brasil. Um texto de tal qualidade vem acompanhado, naturalmente, de um primoroso material gráfico.

"Pré-história do Nordeste do Brasil" é mais um florão na carreira de Gabriela Martin, que um dia, para bem da arqueologia brasileira, decidiu abandonar sua arqueologia européia e veio para o Recife de onde tem contribuído, de maneira exemplar, para o progresso da Pré-história do Brasil.

APRESENTAÇÃO DA QUARTA EDIÇÃO



Nos dez anos que separam a primeira edição desta Pré-história do Nordeste do Brasil da quarta edição que agora se apresenta, acumularam-se dados e fatos arqueológicos de tal importância a nível mundial que, mesmo de forma indireta, repercutiram também na pré-história da região e na arqueologia americana como um todo.

As descobertas no âmbito da paleontologia humana, com a dilatação temporal da origem do *homo sapiens* e a sua diáspora como futuro e único povoador humano da terra, modificaram conceitos conservadores arraigados sobre a antiguidade da nossa espécie. Sabemos hoje da sua existência no SE da Etiópia, na região do rio Omo desde há 195.000 anos, data que teria sido considerada insólita em poucas décadas passadas.

A emigração do *homo sapiens* desde a África e a sua expansão pelas distintas partes do globo, teria mais de duzentos mil anos e os indícios da sua chegada a América dilatam-se cada vez mais, podendo atingir os cem mil anos. Entre as hipóteses formuladas do ponto de vista da polémica em torno das diversas vias, no espaço e no tempo, da chegada do homem às Américas, está a possibilidade ventilada pelo estudo de um crânio de Lagoa Santa, em Minas Gerais e de outros nos Estados Unidos, da presença em terras americanas de homens não mongolóides que, além de serem anteriores à chegada dos grupos mongolóides tradicionais, teriam uma possível origem africana. Essa hipótese já fora levantada faz décadas por Niède Guidon, o que ocasionou críticas dos pesquisadores mais conservadores, defensores de cronologias curtas e vias únicas.

Escrever um manual introdutório ao estudo de qualquer ciência ou conhecimento é trabalho ingrato, quer se trate de tema geral e de amplo alcance ou de matéria especializada, Uma “introdução” muito breve apenas ajudará o leigo e, se demasiado ampla, desgosta o especialista. Esse é um dos motivos pelo qual se escrevem poucos manuais, comparando-se

com o número de monografias que se publica sobre qualquer tema. A síntese, além de significar tarefa árdua, é quase sempre tachada de incompleta. Acumulação de dados é trabalho a que o pesquisador já está acostumado, formando parte da sua rotina, mas sintetizar dados num espaço limitado, selecionando os básicos dos prescindíveis para se obter um conteúdo homogêneo, é trabalho difícil e, muitas vezes, de resultados pouco brilhantes. Geralmente esse tipo de trabalho não é reconhecido como um labor de investigação, mas como acumulação de dados reunidos por um simples compilador. Porém, para quem se inicia no campo da investigação, um manual que lhe sirva de introdução é sempre o melhor guia.

Fazer uma síntese sobre pré-história do Nordeste do Brasil pode ser até perigoso quando se constata que o conhecimento arqueológico se reduz a poucas áreas arqueológicas. Essas áreas são “ilhas de saber arqueológico” no imenso e desconhecido território nordestino de um milhão e meio de quilômetros quadrados. Mesmo assim achei que valeria a pena realizar esta tentativa de síntese que poderá também ser considerada um ensaio. Sua pretensão é estimular que se realizem trabalhos mais completos no futuro. A síntese é sempre desafio. O desafio é tanto maior quando os dados que possuímos encontram-se impregnados de informações bem intencionadas mas cheias de insegurança científica. Por isso, na elaboração desta síntese preocupou-me, essencialmente, utilizar dados seguros apoiados na cultura material, resultado de pesquisa arqueológica direta e não de informações de ouvir dizer ou da notícia esporádica introduzida no conhecimento arqueológico empírico. Porém nem todos os dados que se manejam neste livro são produtos de pesquisas totalmente confiáveis, na medida em que muitas foram realizadas por amadores que se arvoraram na categoria de arqueólogos ou obtiveram informações apenas como curiosos. Estas, entretanto, poderão ser comprovadas e servir como ponto de partida para o início de novos trabalhos com critério científico e espírito crítico.

Ao longo da minha experiência como professora universitária e pesquisadora da pré-história brasileira, tenho sido testemunha das dificuldades que enfrentam os alunos que pretendem se encaminhar pelos árduos caminhos da arqueologia pré-histórica. Depois da leitura obrigatória de manuais clássicos de pré-história geral, encontram-se diante da difícil barreira de como transpor o conhecimento geral, adquirido numa graduação deficiente, incapaz de proporcionar-lhes um conhecimento monográfico e pragmático de pré-história de sua região onde, na maioria

dos casos, irão desenvolver sua vida profissional como futuros arqueólogos. Por onde poderiam começar? Que deverão ler em primeiro lugar?

A circunstância de que há poucas sínteses regionais de pré-história brasileira é conhecida de todos os profissionais, embora já existam algumas sínteses, particularmente do sul-sudeste, e trabalhos sobre a Amazônia, principalmente de autores americanos. Em relação à região nordestina publicou-se um pequeno número de monografias, fruto do trabalho de professores universitários que realizam pesquisas pré-históricas sistemáticas nessa parte do Brasil. Merece destaque especial o livro de Anne-Marie Pessis “Imagens da Pré-história. Parque Nacional Serra da Capivara”, publicado em 2003, e cujo conteúdo vai muito além da excelente qualidade das pinturas rupestres apresentadas, destacando-se, principalmente, a originalidade das propostas da autora no estudo da arte rupestre. Outra monografia digna de destaque é “Le gisement quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil). Stratigraphie, Chronologie, Évolution Culturell,” da autoria da Fabio Parenti, publicada em Paris, em 2001, com o estudo exaustivo das escavações arqueológicas no famoso sítio do Boqueirão da Pedra Furada.

Se nos lembramos que em um dos mapas do livro de W.T. Sanders e J. Marino, “New World Prehistory, Archaeology of the American Indians”, publicado em 1970, indica-se o NE do Brasil como “provavelmente desabitado até 9000 anos a.C”, veremos que muito se tem conseguido nas últimas décadas e ninguém se atreveria hoje a repetir afirmativa tão categórica e perigosa. Se bem que esta afirmação de Sanders e Marino seja fruto da desinformação dos seus autores, é bom registrar também que numa outra de Gordon Willey, “An introduction to American Archaeology”, (1966-77), os dados relativos ao Nordeste são inexpresivos. E se comparamos a primeira edição (1968) da conhecida “Prehistoria de Sudamérica”, de Juan Schobinger, com a mais recente, de 1988, veremos também que a nossa pré-história descortina-se com uma bagagem de informações que, na realidade, reflete baixo percentual da atual acumulação de dados.

Este livro está dedicado especialmente aos estudantes universitários que se interessam pelo nosso passado pré-histórico e não sabem o que devem ler para obter uma visão global de quando, como e onde surgiram as primeiras ocupações humanas do Nordeste, anteriormente à colonização portuguesa. Pretende-se, também, oferecer uma síntese do estado atual do conhecimento da pré-história do Nordeste do Brasil, mais

concretamente do estado atual das pesquisas, procurando-se não cair em generalizações, tendência cômoda e perigosa quando se desconhece o que realmente aconteceu em grandes áreas geográficas. Está também dedicado aos alunos de ciências humanas, que embora não tenham escolhido a pré-história como especialidade, terão a oportunidade de um conhecimento sucinto das origens mais antigas do homem do Nordeste brasileiro.

Consciente da relatividade do valor desta síntese, na medida em que a multiplicação dos dados agora se acelera, tenho na devida conta a lentidão com que o conhecimento se transmite, especialmente no Brasil, onde os meios de divulgação são irrisórios. Um corpus sobre uma área tão extensa não poderia ser exaustivo, mas a partir de um ensaio como este, o pesquisador de uma determinada área poderá iniciar um trabalho minucioso pois, como se pode observar no mapa do NE na figura 6, são muito maiores as áreas totalmente desconhecidas arqueologicamente do que as exploradas. Essas "ilhas de conhecimento" constituem um ponto de partida referencial em que poderão se apoiar os futuros pesquisadores para os quais, espero, este livro sirva de ajuda.

Prescindiu-se, neste trabalho, na medida do possível, pelo seu caráter didático, de citações bibliográficas no texto e de notas ao pé de página para se facilitar a fluidez da leitura. Todos os autores citados constam no índice onomástico e na bibliografia básica apresentada ao final de cada capítulo.

Todas as datações radiocarbônicas do NE, citadas no texto, encontram-se no final do terceiro capítulo, por estados, com as respectivas siglas dos laboratórios que realizaram as análises. Novas datações, resultado de pesquisas mais recentes, não constam nesta edição, mas elas não modificam substancialmente o quadro cronológico da presença humana na pré-história do Nordeste.

Orientamos nosso trabalho com a ótica de que escrever sobre a pré-história do Brasil é escrever a história do indígena brasileiro antes da colonização portuguesa e não apenas fazer um repertório de achados arqueológicos. Na conceituação da pré-história do Nordeste do Brasil, pretende-se narrar o processo de ocupação humana das grandes extensões semiáridas - os sertões nordestinos - desde o pleistoceno, quando essas grandes áreas desfrutaram de climas diferentes ao atual e onde hoje está patente um processo lento, mas contínuo, de desertificação. Convivia, então, o homem com uma fauna rica em aves e mamíferos, hoje extinta,

adaptada a terras pantanosas e ricas em fontes d'água. A adaptação das populações de caçadores pleistocênicos às mudanças climáticas do holoceno, os processos culturais que os levaram ao conhecimento da agricultura e da cerâmica, seus meios de sobrevivência, a vida espiritual registrada na arte e nos rituais funerários, são os dados que, como num grande mosaico, estão organizados neste livro para que se tenha conhecimento detalhado da sociedade indígena nordestina que precedeu à colonização.

Em relação ao ensino da arqueologia e a formação de futuros arqueólogos no Nordeste do Brasil, dois fatos enriqueceram, consideravelmente, as perspectivas futuras, pois no intervalo de poucos meses, do ano 2003, foi criado o Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio na Universidade Federal de Pernambuco, com cursos de Mestrado e Doutorado, e a Graduação em Arqueologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco, (Petrolina, PE) implantada no campus avançado de São Raimundo Nonato, no Piauí, a partir do convênio assinado com a Fundação Museu do Homem Americano.

Associação Brasileira de Arte Rupestre - ABAR

Em 1997, fora criada a ABAR por um grupo de pesquisadores brasileiros reunidos no Congresso Internacional de Arte Rupestre de Vila Real, em Portugal. Suas reuniões, de cunho internacional, são celebradas bianualmente na sede da Fundação Museu do Homem Americano-FUMDHAM, dando oportunidade aos pesquisadores e interessados de conhecer, no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, a maior concentração de sítios com arte rupestre do mundo, motivo pelo qual esse parque foi inscrito pela UNESCO na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade.



HISTÓRIA DA PRÉ-HISTÓRIA NO NORDESTE

“Procurarei que purificada minha narração do fabuloso, tome forma de história”.

Plutarco, Vidas Paralelas, Teseu, I.

A arqueologia pré-científica no Nordeste: Miragem do Velho Mundo.

A pesquisa arqueológica no Brasil nasceu à sombra de viajantes, naturalistas, botânicos, geólogos e paleontólogos estrangeiros, enviados por seus países para enriquecimento de coleções de museus europeus, e também de etnólogos, estudiosos de sociedades primitivas remanescentes. Por isso, entre cientistas do século XIX, antropólogos e naturalistas confundem-se e complementam-se. Lund era sobretudo paleontólogo, preocupado com fósseis da fauna extinta. Seu estudo sobre o homem da Lagoa Santa (MG) foi casual, já que a descoberta de fósseis humanos não poderia deixar de interessar a um cientista do seu porte. Emílio Goeldi, o organizador do museu que hoje leva seu nome, era eminente botânico, porém a visão global que tinha da ciência de seu tempo e a própria riqueza temática oferecida pela Amazônia, levou-o a criar seções de zoologia e antropologia que aumentariam gradativamente o acervo do Museu. Vale registrar que também Ladislau Netto começou sua vida científica como botânico.

Na Europa, o interesse arqueológico nasceu muito antes dos chamados “estudos antediluvianos”. A lembrança da Grécia e de Roma, do Egito e da Pérsia, não se perdera totalmente e a volta ao passado iluminaria a Renascença. No

século XVIII, Winkelmann assentaria as bases da Arqueologia clássica e Schliemann, arqueólogo amador, em 1868, consegue descobrir Tróia, baseado, praticamente, apenas no relato homérico. Ernest Renan, de quem o brasileiro Ladislau Netto fora amigo, iniciaria, em 1861, escavações na Fenícia como chefe da missão francesa. Os nomes de Mariette, Petrie e Maspero enriquecem a arqueologia egípcia do século XIX e começos do XX. A arqueologia brasileira, entretanto, não oferecia achados espetaculares à altura do Oriente, do Peru ou do México, e foi durante todo o século XIX e boa parte do atual, modesto capítulo dos estudos naturalistas e, eventualmente, matéria para loucos e visionários na procura de civilizações perdidas ou como diz Angyone Costa, esperando “descobrir hieróglifos nos riscos e círculos concêntricos, nas garatujas de toda espécie, com que os índios, bandeirantes, caçadores, excursionistas, assinalam sua passagem por serras, cataratas, rios, cavernas e grotas do país. Eles registraram fatos ao acaso, copiaram riscos, anotaram credices, agindo em função da fantasia, para não sermos mais severos na seleção do vocábulo. Vieram à nossa terra fantasiar, descobrir restos da civilização egípcia, no São Francisco, ou ruínas das civilizações gregas, no vale amazônico”.

Nos primeiros relatos sobre a pré-história brasileira misturam-se dados científicos com fantasias sobre civilizações perdidas, e algumas delas chegaram aos nossos dias na esteira das credices dos primeiros descobridores e desbravadores, muito especialmente dos missionários, que precisavam de uma explicação bíblica e pós-diluvial para que se justificasse a existência de homens na América. As informações sobre pinturas e gravuras rupestres tão abundantes no Nordeste brasileiro assim como outros restos pré-históricos, misturam-se aos poucos com notícias fantásticas sobre fenícios, gregos e vikings e tanto na historiografia do século XIX como na dos começos do atual, há especial preferência pelos fenícios.

Como no resto dos países de tradição cristã, o estudo da pré-história no Brasil, no período pré-científico, está também atrelado à rigidez da cronologia bíblica. No século XVIII, o bispo Ussher, após apurados cálculos das idades dos patriarcas, chegara à conclusão de que o mundo fora criado no ano de 4004 antes de Cristo. O Dr. Lighfoot, vice-reitor da Universidade de Cambridge, não querendo ficar em situação de inferioridade científica, afinou ainda mais a cronologia, estabelecendo que o grande evento teve lugar no dia 23 de outubro do mesmo ano, às nove horas da manhã. A história da humanidade deveria, portanto, encerra-se num espaço de tempo inferior a 6000 anos. O que acontecera estava na Bíblia e o que nela não aparecia simplesmente não existia. Com semelhante espírito, os descobridores espanhóis e portugueses e alguns eruditos

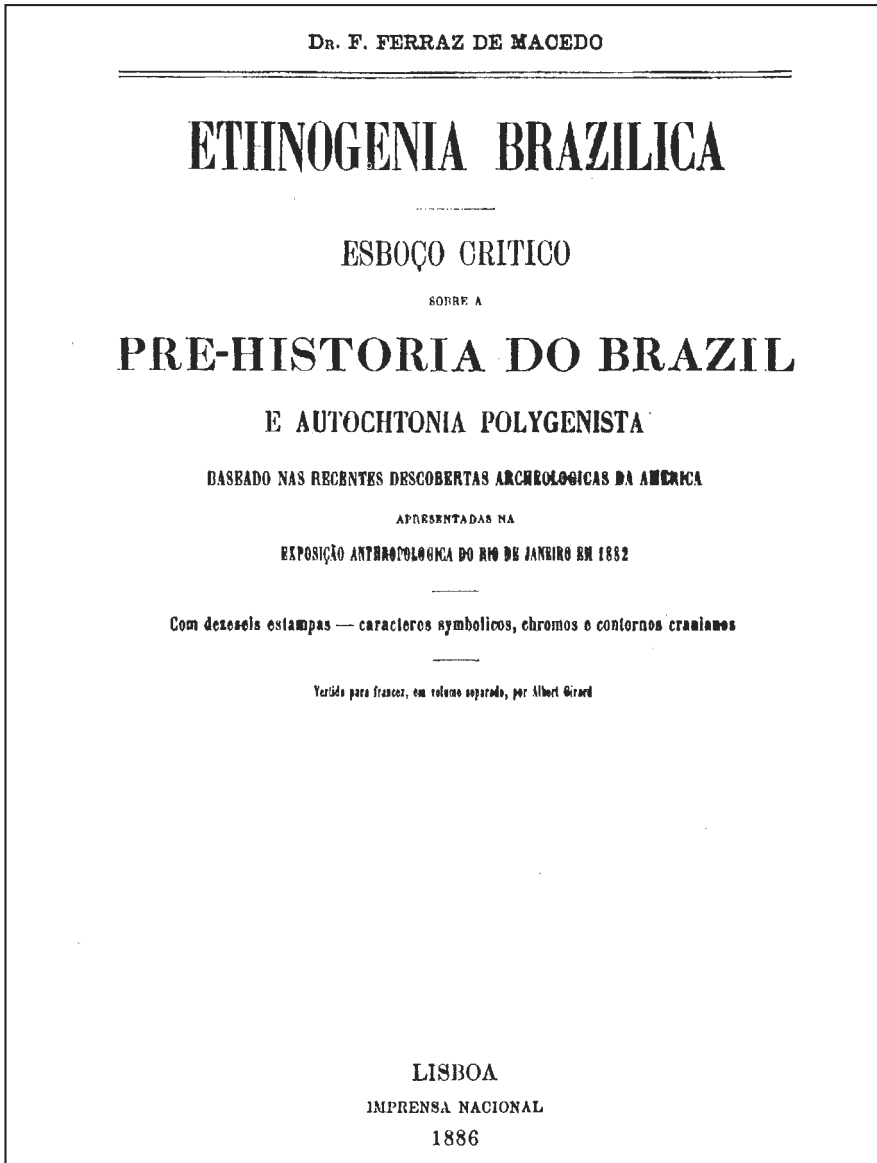


Figura 1. A obra rara de Ferraz de Macedo, violento libelo contra o alagoano Ladislau Netto.

que os seguiram, enfrentaram, passadas as primeiras surpresas, a evidência de que existiam, nas terras de Cipango e Vera Cruz, numerosos grupos humanos dos quais a Bíblia não falava e empreenderam, então, a difícil tarefa de procu-

rar-lhe um lugar ao sol nas páginas do Livro Sagrado, sobretudo depois que a bula de 1537, do Papa Paulo III, definitivamente estabeleceu que os índios americanos também eram filhos de Deus, redimidos por Cristo do pecado original e tinham direito à salvação eterna. Surgem, assim, as bases de uma arqueologia mitológica, apoiada na Bíblia, particularmente em algumas passagens do Antigo Testamento que falam de navegações demoradas a lugares não satisfatoriamente identificados.

Havia também a necessidade de situar os indígenas americanos dentro dos tradicionais episódios bíblicos da Arca de Noé e das tribos perdidas de Israel. Em consequência, fenícios, gregos ou mesmo israelitas deveriam ser os antigos ascendentes dos indígenas achados, séculos depois, desgraçadamente já em fase de regressão cultural.

O mito fenício sempre foi caro à fase mitológica da Pré-história brasileira, particularmente no Nordeste, por uma curiosa série de coincidências. Para isso contribuíram a famosa e apócrifa inscrição fenícia da Paraíba, supostamente achada em 1872, e o deslumbramento com a cultura fenícia do alagoano Ladislau Netto, ao voltar dos seus estudos em Paris como discípulo de Enerst Renan, autoridade à época em arqueologia púnica. A inscrição a que me refiro foi achada no inexistente lugar de “Pouzo Alto” no vale do Paraíba, por um também inexistente Joaquim Alves da Costa e que teria dela enviado uma cópia ao Marquês de Sapucahy, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.

Ladislau Netto foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e protegido de D. Pedro II que lhe concedera uma bolsa para ampliar seus estudos no exterior, de onde voltou com o diploma de Doutor em Ciências Naturais pela Sorbonne. Foi o nosso primeiro bolsista bem sucedido.

Outro “bolsista” foi o pintor paraibano Pedro Américo de Figueiredo e Mello, a quem a proteção do Imperador lhe valeu poder completar seus estudos na França, a partir de 1859. Este ilustre filho da cidade de Areia doutorou-se em Ciências Naturais na Universidade de Bruxelas, e foi até convidado para o cargo de professor adjunto de Arqueologia. A sua brilhante carreira como pintor acadêmico tem ofuscado o homem de ciência. É pena que não tenhamos maiores informações de sua atuação como arqueólogo.

A região do vale do Paraíba era chamada, na época, Paraíba do Sul para diferenciá-la da Paraíba do Norte, no Nordeste. Com o passar do tempo a inscrição “viajou” do sul para o norte e a identidade dos nomes permitiu que se falasse da “inscrição fenícia da Paraíba”, em franca referência ao Estado nordestino. Como não poderia deixar de ser, acabou sendo identificada como a enigmática e

conhecida Itacoatiara de Ingá, na Paraíba, a mais famosa e expressiva gravura rupestre do Brasil.

Vale a pena relatar, mesmo que brevemente, a fantástica história da vinda dos fenícios ao Brasil e sua repercussão no Nordeste que, apesar de totalmente desacreditada cientificamente, não deixa de renascer periodicamente, como aconteceu na década de 60 com os orientistas Cyrus H. Gordon, da Universidade de Brandeis, em Massachusetts, e Alb Van Den Branden, da Universidade St. Spirit Kaslik, no Líbano. Mais recentemente, já nos anos 70, um desconhecido “cientista” e “arqueólogo” americano conseguiu enganar alguns oficiais da Marinha, no Rio de Janeiro e obter apoio para achar os “navios fenícios naufragados na baía de Guanabara” (sic), com pesquisas amplamente divulgadas pelo jornal “O Globo”.

A sedução era grande: certas passagens do Antigo Testamento¹ falam dos navios de Hirão e Salomão que iam a Ofir e Tarsis e de três em três anos voltavam “trazendo grande quantidade de madeira de sândalo e pedras preciosas”, ou “prata, marfim, bugios e pavões”, e também “prata, estanho, ferro e chumbo”.

As navegações mediterrâneas além das Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar) no mundo antigo, estão relacionadas com as viagens comerciais dos fenícios ao Ocidente, através da rota dos metais, iniciadas a partir do século IX a.C., e que percorreram parte do noroeste da África, o norte da Península Ibérica, a Cornualha e talvez até as ilhas Britânicas. Depois do Descobrimento, o imaginário dessas navegações até o outro lado do Atlântico foi apenas questão de tempo. O mito fenício-brasileiro nascera com as lendas da Ilha Brasil e das Sete Cidades e outras fantasias. As *itaquatiaras* do Nordeste transformaram-se muitas vezes em inscrições fenícias.

Ladislau Netto reconheceu, anos depois, que tinha sido vítima de uma fraude e honestamente o declarou numa patética carta enviada a Renan e no seu artigo “*Inscrição Phenicia*”, publicado no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, de 8 de junho de 1875, reproduzida cem anos depois, em artigo na “Revista de História” (1975) da Universidade de São Paulo. Não conseguiu Ladislau Netto livrar-se totalmente da fama de mentiroso e falsário, que o perseguiu durante toda a sua vida, sobretudo entre os inimigos que, aliás, parecem ter sido numerosos. Muitos anos depois da sua morte ainda foi violentamente atacado pelo paraibano Geraldo Joffily em erudito artigo também publicado na “Revista de História” (1973).

¹ I Reis 10 (11, 22); 22, (49); II Isaías 2, (16); Jonas 1, (3); Ezequiel 27, (12).

De todos os detratores da obra e descobridores de possíveis erros de Ladislau Netto, sem dúvida o mais violento é o português Ferraz de Macedo, autor de uma das mais antigas e raras obras da Pré-história brasileira, editada em Lisboa, em 1886, simultaneamente em francês e português, sob o título “*Ethnogenia Brazilica, esboço crítico sobre a Pré-história do Brazil e autochtonia polygenista baseado nas recentes descobertas archaeológicas da América, apresentadas na exposição anthropologica do Rio de Janeiro em 1882*”. Nela o autor sustenta a autoctonia poligenista do homem americano, porém não é estritamente fiel às idéias de Ameghino, aceitando que a gênese humana se deu, simultaneamente, em todos os lugares da terra nos quais as condições da flora e da fauna, a tornaram possível, inclusive na Oceania e regiões hoje imersas nos oceanos. A parte mais interessante do livro é a que nada tem de científica nem arqueológica e está constituída de informações sobre o conhecimento da “petit histoire” dos homens que iniciaram a nossa arqueologia. Por razões que não ficam claras, logo no prólogo, que o autor chama de antelóquio, há violento ataque contra Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional e que, havia pouco, publicara “*Investigações sobre a archeologia brasileira*” que lhe valera o título de sócio correspondente da Sociedade Antropológica de Berlim. Já na segunda página é acusado de ter praticado “uma extorquição intellectual por meio de uma espécie de violência policial”. Não conhecemos as razões pessoais da malevolência do português Macedo contra Ladislau Netto, porém deduzimos que ou era um grande invejoso ou tinha profundas razões de mágoa contra o sábio brasileiro. Basta que se transcreva um trecho do citado “*antelóquio*” para se apreciar os termos do libelo: “Estes fofos beneméritos civis hão de ser sempre a negra macula que há de malsinar os honrosos brazões da legitima aristocracia; estes energúmenos por lentejoulas hão de ser sempre, também, a vergonha e desgosto dos legítimos sábios acadêmicos. Em contraposição: os chulos aristocratas e os acadêmicos estúpidos e picarescos hão de ser a constante gloria do desprezencioso trabalhador que os não tem por companheiros nem collegas”.

Não parou por aí o violento Dr. Macedo nos seus ataques a Ladislau Netto. Em seu livro tentou demonstrar que Ladislau era apenas “um plagiário descarado”, acusando-o de roubar os desenhos e as pesquisas de Paul l'Epine, francês contratado pelo Museu Nacional para desenhar as coleções egípcias e a da cerâmica Marajó. Segundo o autor, Ladislau Netto teria invadido a casa de l'Epine, na sua ausência, apoderando-se de numerosos manuscritos contidos numa mala e depois o denunciado a policia como ladrão. Acompanham as afirmações de Macedo uma declaração do próprio l'Epine e outra da sua anfitriã,

ambas com autenticação de cartório e do Consulado da França. No segundo capítulo, sob o título de “os plagiados científicos e a importância dos símbolos de Marajó” enumera os grandes plagiadores da história dentre os quais não escapa Santo Inácio de Loyola, e como era de se esperar, também aparece o nome de Ladislau Netto. Macedo afirma que as tábuas comparativas dos “hieróglifos” de Marajó com sinais mexicanos, chineses e egípcios eram obra de l’Epine, “ilustre orientalista” conhecedor do chinês e do egípcio, e não de Ladislau Netto que “mal falava francês e português”. Sem discutir se houve ou não plágio, nem Ladislau nem l’Epine, sejam as tábuas de um ou do outro, sabiam a escrita chinesa ou egípcia. A respeito do bom ou mal francês do brasileiro, está claro o exagero de Macedo, pois Ladislau fora distinguido aluno da Sorbonne, onde obtivera seu título de doutor, além de outras honrarias.

Macedo realizou curiosas experiências e chegou a confusas e insólitas conclusões. Comparou um dos crânios achados por Lund, em Lagoa Santa com outros, o de um indígena botocudo, o de um lusitano “reduzido a escravo durante a dominação romana”, o de um indígena da margem do Xingu e o de um célebre assassino português, executado em 1842, para chegar à conclusão de que, “é realmente surpreendente a igualdade nos contornos”.

No fim da sua erudita dissertação sobre a “ethnogenia brasileira”, Macedo volta à carga contra Ladislau Netto e “nas notas fazendo parte do texto” inclui algumas declarações, publicadas na imprensa da época, do então diretor do Museu do Amazonas, J. Barbosa Rodrigues, também seu inimigo declarado.

Num artigo na “Folha Nova”, publicado em 1885, dissera Rodrigues, referindo-se ao sábio alagoano: “Todo homem, embora coberto pelo prestígio oficial e pelas lantejoulas, deve ter honra, e deve defendê-la para mostrar que não é um caráter podre. É o homem em face do homem. Prove-me que estou há oito anos assalariado para saltar-lhe as pernas, se não o fizer é o mais vil dos miseráveis caluniadores. Assoalha que o Exmo. Barão de Capanema, para o perseguir (?) serve-se de mim; essa injúria repilo-a, cuspo-a com toda a energia porque os que me conhecem sabem, que nem o meu caráter isso suportaria, nem o caráter nobre e franco do Exmo. Barão precisa, se for preciso, para esmagar um verme de um pé alheio”.

Estas notas estão vinculadas também a um longo artigo com o título “*O Sr. Ladislau Netto e a archeologia brasileira*”, assinado pelo escritor Sylvio Romero que, com sarcasmo, ridiculariza igualmente os trabalhos de Netto, chamando-o de “beduíno antropológico”, atacando-o, também como seria de esperar, no obscuro assunto da inscrição fenícia apócrifa da Paraíba. Os ataques de Sylvio Romero são ainda mais violentos que os de Macedo. Depois de o chamar “audaciosíssima encarnação da fofice brasileira que se chama Ladislau de

Souza Mello e Netto”, continua a sua catilinária, dizendo que “em vez de limitar-se a descrever o material archeologico sujeito a sua analyse, fornecendo assim aos sábios europeus subsídios para comparações futuras, Ladislau, acorçoado por não sei que maligno demônio, entrou a hypnotisarnos em chinês e egípcio, como já d’antes nos embasbacaria em phenicio e hebraico. É um mágico... Elle, que é incapaz de escrever vinte linhas certas em francês, elle, que mastiga mal a própria língua, arrotando agora quatro idiomas orientais difficilimos, pertencentes a três grupos ethnográficos diversos “... “Onde e quando os estudou e quem foram os seus mestres? Da afirmação da ignorância absoluta do diretor do Museu Nacional o Sr. Ladislau de Sousa Mello e Netto em qualquer dos ramos das línguas orientais, tomo eu a responsabilidade histórica *ex auctoritate que fungor*. E para tanto, basta conversar com elle dez minutos”...

Sarcasmos do mesmo teor espalham-se ao longo de todo o artigo do escritor sergipano, cujo ódio aos inimigos era tão conhecido como sua fidelidade aos amigos.

As “notas” contra Netto na obra de Macedo encerram-se com a reprodução da carta de renúncia do sub-diretor da seção de botânica do Museu Nacional Collatino Marques de Souza Filho, publicada no “Jornal do Comércio”, de 23 de janeiro de 1886, a fim de se “libertar das pressões do Sr. Ladislau Netto, apesar de ter merecido até agora a confiança do Governo Imperial”.

Não devia ser Ladislau Netto homem de fácil relacionamento, o que somado à proteção que sempre lhe dispensou o Imperador, aos cargos que acumulou e às distinções obtidas nas sociedades científicas do seu tempo, acarretaram-lhe numerosas inimizades, merecidas algumas porém outras evidentemente filhas da inveja.

Encontramos, porém, em Angyone Costa o seu sincero defensor, dando-lhe o título de pai da arqueologia brasileira, por ter sido o primeiro a organizar, com critério científico, as coleções arqueológicas do Museu Nacional. A exposição antropológica de 1882, realizada no Rio de Janeiro, e que foi a primeira na América do Sul, justificaria o elogio. Às suas “investigações” tão criticadas, não se pode negar o cunho do pioneirismo. Sem lhe esquecer os méritos, na biografia de Ladislau Netto, que apresentou ao Congresso dos Americanistas de Lima, em 1939, fez Angyone Costa uma crítica equânime e compreensiva de sua obra, situando o homem no seu momento histórico: “Era um sábio no sentido que se possa dar ao homem que alargou o campo dos seus conhecimentos. Não era um talento de síntese. Não tinha gênio criador. Mas seria injustiça negar-lhe uma curiosidade sem limite e uma inteligência vivíssima. E foi esta inteligência vivíssima que, prejudicou parte desses estudos. Imbuído de todas as idéias que corriam, ao tempo, na Europa, sobre as questões a que se filiava o

seu espírito, Ladislau Netto, demonstrando uma grande compreensão da arqueologia, ampliou entretanto, em excesso, o campo das suas conclusões. Via os objetos conforme queria que eles fossem, e não como eles eram. E assim, podendo ser um grande livro, as suas “*Investigações sobre a Arqueologia Brasileira*”, são hoje um ensaio valioso pelo material recolhido, mas que precisa ser lido com muita acuidade e objetivação científica. Não tem espírito de análise objetiva porque seu autor nem sempre pôde sofrer os vôos da fantasia”.

Angyone Costa não é o único admirado de Netto. Raimundo Moraes, autor do delicioso livro “*Paiz das Pedras Verdes*”, chama-o de Champion brasileiro, e ficou impressionado, talvez, com os quadros comparativos dos caracteres marajoaras com outras escritas, os quais, precisamente, levantaram as iras de Macedo e Sylvio Romero.

O mito fenício não se encerra com Ladislau Netto. Fora inoculado na alma dos proto-arqueólogos e a suposta colonização fenícia do Brasil, apesar do fracasso científico da inscrição da Paraíba, não fez desistir os partidários da peregrina teoria e chegou até os nossos dias. Achou defensores em Onfroy de Thoron, José da Silva Ramos, Bougard de Magalhães, o Cônego Florentino Barbosa e o Pe. Francisco Lima, além de Frederico Hats. O mito encontra também um apaixonado defensor, nos anos 70, no Dr. Barata, presidente de um certo “Grupo arqueológico do Ceará”.

Schwennhagen e o mito das Sete Cidades

O mais fértil e pitoresco de todos os defensores do mito fenício foi sem dúvida Ludwig Schwennhagen, austríaco excêntrico e visionário que percorreu os sertões nordestinos nas décadas de 10 a 20 deste século. De extraordinária mobilidade, foi visto no Ceará, no rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco e no Piauí, sempre atrás de perdas civilizações mediterrâneas. Escreveu vários artigos e um livro, enorme compêndio de absurdos, sob o título “*Antiga História do Brasil de 1100 a.C. a 1500 d.C.*”, publicado em Teresina (PI), em 1928, mas que, curiosamente, ainda teve uma segunda edição, em 1970, pela editora Cátedra, do Rio de Janeiro. Isso indica como certas credices ficam arraigadas no pensamento pseudo-científico. A obra é um incrível tratado sobre as viagens dos fenícios ao Brasil; o autor, impressionado com as curiosas formações geológicas do município de Piracuruca, no Piauí, hoje Parque Nacional de Sete Cidades, transformou-as em sete cidades fabulosas do império colonial fenício de além-mar.

Não foi Ludwig Schwennhagen, porém, o único a acreditar na lenda das sete cidades piauienses. O conselheiro Tristão de Alencar Araripe, entre outros,

autor do livro “*Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil*” (1887), já recolhera, também, a notícia da “cidade petrificada do Piauí”, sem porém se pronunciar sobre as suas origens.

O mito das sete cidades, também relacionado com a ilha Brasil, surgiu na própria Península Ibérica, no século VIII. Um bispo católico, fugindo da invasão sarracena que em algumas versões é o próprio rei D. Rodrigo, último da dinastia visigoda derrotada pelos árabes - embarcara em Lisboa rumo ao oeste chegando a um país desconhecido, uma ilha, onde fundara sete cidades. A história começou a correr na cartografia incipiente anterior aos Descobrimentos e imediatamente posterior. Toscanelli, na carta a Colombo, em 1474, fala da ilha das Sete Cidades e um mapa de 1508 situa as *Septem Civitatem* na América Setentrional. A lenda, misturada a outras de origem indígena, estendeu-se pelas Américas e aventureiros de todas épocas sempre procuraram as Sete Cidades de norte a sul. Na América do Norte, seriam confundidas com as estranhas cidades dos índios “pueblo” os Anasazi achados na epopéia vivida por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e seus companheiros e procurados, depois, por Frei Marcos de Niza e tantos outros. Foram também buscadas as fabulosas sete cidades entre os maias e incas.

É curioso assinalar que na cartografia imaginária, anterior aos Descobrimentos, talvez pela influência da ilha Atlântida, a idéia continental não aparece. No Oceano a imaginação vê sempre ilha: a Atlântica platônica, a Tule greco-romana, a Antília e a ilha Brasil. Como diz Pedro Calmon, desde 1325, quando aparece no mapa de Angelino de Dalorto, a ilha Brasil viajou entre os cartógrafos, do Pólo Norte ao Equador. O Brasil e a ilha Brasil eram temas por demais sugestivos para que os partidários da mitologia brasílica pré-colombiana não os utilizassem.

As aventuras de Schwennhagen não se encerram com as sete cidades. Nas suas correrias pelo interior do Nordeste, especialmente pelo Piauí, o “Doutor Loudovico Chovenáguas”, como também o chamaram os seus amigos sertanejos pela dificuldade de pronunciar-lhe o nome austríaco, será lembrado como um homem “calmo e grandalhão”, professor de História e bebedor de cachaça, que andava estudando ruínas. Suas pesquisas desvairadas atrás de inscrições rupestres - descobriu muitas - levou-o a imaginar a existência de várias cidades, fundadas da união de fenícios e troianos no litoral do Nordeste, entre o Maranhão e a Bahia, das quais a mais importante seria *Tutóia*, no delta do Parnaíba.

Nas suas viagens pelo Rio Grande do Norte teve um encontro, que poderíamos chamar de “histórico”, quando ao visitar a região do Seridó, em Acari, entrou em contato com a figura singular de José Azevedo Dantas, a quem se refere no seu livro como “o agricultor e desenhista José Azevedo”. José

Azevedo, de Carnaúba dos Dantas, era o protótipo de sertanejo austero, nascido, como ele mesmo escreveu, nas brenhas do Xique-Xique. Aprendera a ler e escrever nas areias do rio Carnaúba, ensinado pelos irmãos mais velhos, e nunca freqüentou a escola. Extremamente pobre, dotado de grande sensibilidade e inteligência, copiou cuidadosamente as belas pinturas e gravuras rupestres da região do Seridó, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e deixou-as em um manuscrito de mais de 200 páginas, precioso documento guardado no Instituto Histórico da Paraíba.

Azevedo Dantas fundara também dois jornais, totalmente manuscritos por ele, com cuidadosa caligrafia, aos quais chamou “O raio” e o “O Momento: jornal dedicado à vida sertaneja”. Escritos entre 1913 e 1928, conservam-se alguns exemplares, pertencentes a suas sobrinhas, ainda muito lúcidas e também afeiçoadas ao desenho. Escrevera também um pequeno livro dedicado a observações sobre o tempo e um diário no qual transparece suas pequenas aspirações de erudito frustrado pela falta de perspectivas e de meios. É nesse diário que relata, emocionado, o seu encontro com “o sábio professor Schwennhagen”, porém o seu bom senso o protegeu contra as teorias e estórias de fenícios e gregos no Nordeste, “documentadas” nos grafismos rupestres do Seridó; pelo contrário, seus comentários no texto do seu livro, “*Indícios de uma civilização antiqüíssima*”, estão isentos de grandes fantasias, apesar de uma certa ingenuidade, compreensível em um autodidata que escrevia entre 1924 e 1926, datas da elaboração do manuscrito. Vitimado pela tuberculose em 1928 não lhe foi mais possível percorrer as serras. Morreu apenas com 38 anos e seu irmão Mamede, conhecido também na região como hábil inventor, doou o manuscrito ao Instituto Histórico da Paraíba. É um acervo rupestre de extraordinário valor arqueológico, publicado, finalmente, em 1994, no volume XI da Coleção Biblioteca Paraibana, com apresentação de Gabriela Martin.

Depois do encontro de Azevedo e Schwennhagen perde-se o rastro do austríaco que mereceu uma lembrança, a modo de epitáfio, no “*Roteiro das Sete Cidades*” de Victor Gonçalves Neto (1963): “A memória de Ludovico Schwennhagen ... Nasceu em qualquer lugar da velha Áustria de ante-guerras, morreu, talvez de fome, aqui n'algum canto do Nordeste do Brasil. Oraí por ele”.

A história da Arqueologia brasileira, embora recente, não escapou às influências míticas e pode ser dividida em três fases: mitos heróicos, relatos de missionários, viajantes e aventureiros e moderna pesquisa científica. Isso não significa correspondência a uma cronologia seqüenciada, pois, simultaneamente à seriedade do sábio Lund, encontramos um Onfroy de Thoron escrevendo sobre viagens de Salomão ao Amazonas e todo esse mundo mítico-

fantástico, paralelo ao início da pesquisa científica, é especialmente significativo no Nordeste. Os motivos podem ser vários para essa riqueza do imaginário: a própria tradição européia e os grandes sertões castigados pelas secas onde nasceu um realismo fantástico, especial e peculiar, tão bem captado pelo romancista Ariano Suassuna.

Cidades petrificadas e civilizações perdidas. A atração pelos registros rupestres.

Na fase mitológica da pré-história do Nordeste há dois livros muito curiosos. O primeiro é o do cearense cônego Raymundo Ulysses de Pennafort, autor do “*Brazil Pré-histórico, Memorial Encyclographico*”, publicado em Fortaleza, em 1900. O cônego Pennafort apresenta-se, logo na primeira página, com um sucinto e expressivo “curriculum vitae”, declarando-se natural da Cidade do Jardim, no Araripe e fundador e reitor da “Arcádia Americana”, membro da Academia Cearense e de outras várias academias estrangeiras entre as quais se destacam a “Arcádia Romana”, a “Academia Polyglotta da Itália” e “La Societé Asiatique des Langues Orientales Vivantes de Paris”. O cônego Pennafort inicia seu livro com um mapa da Amazônia onde situa o País de Ophir e o de Parvain e daí em diante se pode imaginar o roteiro da obra onde não faltarão cartagineses, gregos, troianos, saduceus, essênios e seus representantes no Brasil. Neste denso tratado, de quase 400 páginas, há um “appendice” onde se recolhem alguns relatos e repertórios em língua tupi e “outros dialetos derivados de idiomas semíticos”.

O segundo autor que merece citação especial é o alagoano Alfredo Brandão, autor da “*Escrepta Prehistórica no Brasil, com um appendice sobre a Prehistória de Alagoas*”. O livro de Brandão está dedicado à memória de Ladislau Netto, “o sábio archeologo patricio que primeiro procurou interpretar as inscrições pre-historicas do Brasil” e, seguindo os passos do mestre, entra logo Brandão nos temas preferidos dos proto-cientistas, ou seja o mito da Atlântida e as escritas de civilizações perdidas representadas nos rochedos do Brasil. Dá, porém, um passo a frente e se filia ao grupo dos que acreditam que “os caracteres do Brasil sejam uma escrepta prehistórica pertencente a uma civilização primitiva” e, portanto, separa os registros rupestres brasileiros da filiação púnico-semítica, considera-os manifestação de uma língua primitiva universal e de uma escrita primitiva também universal “mãe de todas as escriptas e de todos os alfabetos modernos”. Essa escrita resultava da longa evolução do grafismo para representar o pensamento, evoluindo em certas regiões, estacionando em outras, até desaparecer, que foi o que teria acontecido com os nossos aborígenes.

As considerações do erudito alagoano não carecem de um certo sentido quando hoje se estudam os registros rupestres numa perspectiva arqueológica, não mais como manifestações apenas artísticas e sim como um sistema de comunicação que se iniciou, quase simultaneamente, em todo o mundo, como parte do processo da evolução cerebral da espécie humana.

Também não se poderia esquecer a “*Lamentação Brasileira*” do Pe. Francisco Telles de Meneses, que obcecado pela procura de tesouros escondidos por jesuítas e holandeses, percorreu os sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte, além do Piauí, da Paraíba e de Pernambuco, entre 1789 e 1806, anotando quantas informações, reais ou fantasiosas, recebia, entre as quais a existência de um bom número de sítios com registros rupestres, que o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, no seu livro já citado, recolheu do texto original do Pe. Meneses, existente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na interpretação mítica das nossas origens pré-históricas, portanto, pode-se distinguir claramente três tendências dominantes: a interpretação dos textos bíblicos, as navegações dos fenícios e o mito da Atlântida, esta última relacionada com a Ilha Brasil e a lenda das Sete Cidades. Dificilmente a Arqueologia pré-científica do século XIX e dos começos do atual, deixou de seguir algum desses roteiros que, na realidade, têm sua origem no desejo de derivar culturas indígenas americanas de civilizações superiores mediterrâneas. Como diz Hauser “a concepção legendária da Idade de Ouro é antiqüíssima”. O desejo das origens e do passado heróico está latente em todos os povos, razão do êxito do mito da Atlântida e de seus habitantes, em tantos autores, entre os quais não faltam brasileiros. Remeto o leitor à exaustiva e interessantíssima obra de Vivante e Imbeloni “*Livro de las Atlantidas*” no qual os dois autores analisam como, através dos tempos, o famoso mito platônico influenciou a história americana.

É nessa miragem europeísta que podemos incluir também o Imperador D. Pedro II como um dos primeiros arqueólogos do Brasil influenciado pelo espírito da Sociedade de Antiquários de Londres, e pela visão classicista e heróica do mundo antigo, pouco interessado no conhecimento da pobre arqueologia indígena. É com esse espírito europeu que protegerá Ladislau Netto, facilitando-lhe os estudos na França, com a secreta esperança de umas origens clássicas para os indígenas do seu país. Deve ter recebido com alegria a notícia do achado da falsa inscrição fenícia da Paraíba, assim com os quadros comparativos dos desenhos da louça de Marajó com antigas línguas orientais, publicados por Ladislau Netto. Mas, por quê dar-lhe o título de arqueólogo, além dos muitos já inerentes a sua real pessoa? Temos uma carta do Visconde do Rio Branco, data-

da de 2 de junho de 1877, comentando que seu filho e o Imperador são os únicos assinantes da Revista dos Americanistas:

Côrte, 2 de junho de 1877.

Senhor.

Permita Vossa Majestade Imperial que eu me sirva d'este meio para entregar-lhe a carta junta, do Presidente do Congresso dos Americanistas, que a enviou pelo intermédio do Cônsul do Brasil em Liverpool. Os exemplares, á que se refere a carta, não chegaram ainda. Meu filho lamenta que só Vossa Majestade, e elle, sejam assinantes d'essa útil publicação. Para encobrir a lacuna, elle comprou á sua custa vários exemplares, que remete a pessoas distintas da Côrte. Das sementes que o dicto Cônsul remettera antes ao Visconde de Bom Retiro, algumas erão offerecidas a Vossa Magestade.

De Vossa Magestade Imperial

Muito Reverente e dedicado súbdito

Visconde de Rio Branco

Foram os Congressos dos Americanistas a pedra angular das pesquisas pré-históricas da América. Desde sua criação, (I Congresso, Nancy, em 1875), realizaram-se de dois em dois anos, alternadamente num país da Europa e das Américas, segundo determinava o artigo 2º dos seus Estatutos, com raras exceções, como por exemplo, durante a Primeira Grande Guerra. Em 1922, fazendo parte das comemorações do centenário da Independência, realizou-se o XX Congresso Internacional dos Americanistas, o primeiro celebrado no Brasil, no Rio de Janeiro, e que teve como patrono o próprio presidente da República, Epitácio Pessoa. Os *Anais* foram organizados pelo paraibano Leon Clerot, um dos primeiros investigadores da arqueologia paraibana e por Paulo José Pires Brandão, este do Rio de Janeiro. Figuras de destaque científico na época estavam presentes no Congresso, como os antropólogos Levy-Bruhl e Franz Boas e o pré-historiador Ales Hrdlicka. Delegados de 24 países estrangeiros, de nove estados brasileiros, representantes de mais de uma centena de instituições estrangeiras, 150 instituições brasileiras e quase um milhar de congressistas inscritos, 90 publicações distribuídas entre os presentes, sete exposições antropológicas e etnológicas realizadas durante o Congresso e 103 comunicações e memórias apresentadas às sessões, dão-nos uma idéia da importância da reunião.

A maioria dos trabalhos, artigos jornalísticos e notícias que fazem referências a achados arqueológicos no Nordeste, no primeiro quartel do século XX, dizem respeito, quase que exclusivamente, a registros de pinturas e gravuras rupestres assinaladas no interior da região, especialmente gravuras, por se encontrarem estas, geralmente, em lugares mais visíveis e acessíveis ao longo

de rios e córregos. Interpretações á parte, não deixam de ser um indicador útil para se iniciar prospecções. Nessa linha estão a “*Pre-história sul-americana*” (1909) do pernambucano Alfredo de Carvalho e as “*Incrinções rupestres do Brasil*” de Luciano Jacques de Moraes (1924), que recolhe e ilustra, especialmente, gravuras da Paraíba e do Rio Grande do Norte, assim como as referências do inglês Richard Burton, do americano J. Casper Branner ou do alemão Martius.

Não se deve esquecer tampouco o que poderia ser chamado de “arqueologia jornalística”, pelas muitas notícias que nos proporcionam a erudição de jornalistas de outrora como o jornalista Mario Melo que, repetidamente, forneceu notícias arqueológicas no Diário de Pernambuco, nas décadas de 20 e 30, sobre achados de pinturas e gravuras rupestres, publicadas também na Revista do Instituto Histórico Pernambucano, instituição da qual fora secretário.

Os começos da pesquisa científica na Pré-história do Nordeste

O Nordeste ficou à margem da pesquisa científica quando esta dava seus primeiros passos no Brasil, nas décadas de 40 e 50. O interesse inicial despertado pela Pré-história do Nordeste entre historiadores, eruditos e pesquisadores estrangeiros dos fins do século XIX, sofreu, entretanto, notável queda naquelas décadas, quando noutras regiões (Amazônia, Sul e Sudeste) se acelera, especialmente em relação aos sambaquis do litoral sul, em Minas Gerais, e repetem-se missões estrangeiras na Amazônia. Essa letargia na pré-história do Nordeste vai durar até os anos sessenta, com algumas exceções que citarei a seguir. Escrevem-se ainda artigos e sínteses de linhas gerais produtos de erudição bibliográfica porem não de pesquisa sistemática de campo.

Devem ser lembrados os trabalhos do alemão Carlos Ott que publica, em 1958, sua “*Pré-história da Bahia*”, com informações e ilustrações de achados arqueológicos bahianos e os de L.F.R. Clerot em “*30 anos da Paraíba*”, que, embora publicados em 1969, na verdade recolhe notícias, prospecções e achados casuais das décadas de 40 a 50.

Numerosas informações arqueológicas, encontram-se, porem, nas revistas e anais dos institutos históricos do Nordeste e nas revistas dos arquivos estaduais, como as assinadas por Carlos Studart e Pompeu Sobrinho no Ceará, o Pe. Francisco Lima na Paraíba e Alfredo de Carvalho, em Pernambuco.

No domínio da Etnologia, para o conhecimento dos grupos étnicos remanescentes do Nordeste durante todo o processo de colonização, torna imprescindível a leitura da obra de Estevão Pinto “*Os indígenas do Nordeste*” (1935-38) e sua “*Etnologia Brasileira, Fulni-ó os últimos Tapiuias*” (1956).

Na moderna pesquisa arqueológica, os jovens arqueólogos têm dado pouco valor ou feito escasso uso do acervo dos institutos históricos estaduais do Nordeste. Aliás, a história dos institutos históricos está ainda por se escrever. São verdadeiros precursores das universidades e da pesquisa, principalmente na área das ciências humanas. Recolhi não poucas informações preciosas numa série de visitas que realizei a esses institutos do Nordeste e do Norte. Em todos eles fui muito bem recebida, e não foram poucos os dados, às vezes esquecidos, que o trato com funcionários e sócios forneceram-me, logo no início do meu trabalho de arqueóloga no Brasil, quando iniciei um levantamento da bibliografia existente nesses centros. Alias não posso deixar de registrar, por oportuno, que o único Instituto que não permitia a utilização do seu acervo e das instalações aos não sócios é o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, onde não se facilitam pesquisas na sua biblioteca e que apesar do seu pomposo nome de “Arqueológico” é o menos arqueológico de todos.

Nas comemorações do centenário do nascimento de Carlos Estevão de Oliveira, em 1980, exposições, palestras e discursos de amigos e autoridades, lembraram as múltiplas atividades daquele ilustre pernambucano como jurista, poeta, jornalista, ornitólogo, ictiólogo, arqueológico e etnógrafo. Relembra-se aqui apenas o arqueólogo e o etnógrafo, especialmente o arqueólogo em Pernambuco. Como diretor do Museu Paraense “Emilio Goeldi”, de Belém, durante dezesseis anos, Carlos Estevão realizou pesquisas arqueológicas na Amazônia, na Bahia e em Pernambuco. No vale médio do São Francisco descobriu e escavou, em parte, uma das mais importantes jazidas arqueológicas do Nordeste, sem dúvida, o primeiro sítio escavado em Pernambuco, a “Gruta do Padre”, em Petrolândia, na margem esquerda do rio São Francisco. A pequena Gruta do Padre, sobre a cachoeira de Itaparica, foi um sítio pré-histórico privilegiado pela sua situação e condições de habitabilidade, o que lhe assegurou ocupação, na pré-história, durante mais de cinco mil anos. Hoje se encontra sob as águas do lago Itaparica, que inunda 834 quilômetros quadrados no vale do rio São Francisco. Com ele uma parte importante da história do Brasil ficou encoberta pelas águas. Desapareceram, por exemplo, ruínas de missões jesuíticas e franciscanas, igrejas antigas e até o cais de Petrolândia, construído para o desembarque de D. Pedro II, em sua histórica viagem pelo São Francisco. Também os vestígios da ocupação do vale na pré-história repousam agora, para sempre, no fundo desse grande lago que alimentando a hidrelétrica, fornece energia ao Nordeste.

Na década de 30, Carlos Estevão explorou demoradamente o vale médio do São Francisco recolhendo informações arqueológicas e realizando também

pesquisas etnográficas entre os índios Pankararu, do Brejo dos Padres. Quando realizamos pesquisas de salvamento arqueológico na área que seria inundada, constatamos que antigos habitantes do povoado da Tapera e de Icó ainda se lembravam do arqueólogo, cinquenta anos depois da sua estada no vale.

Já era conhecida a Gruta do Padre pelos antigos moradores de Itaparica; por ser de fácil acesso, porém a gruta foi citada, pela primeira vez, por Carlos Estevão, que a escavou na década de 30. Divulgou ele os resultados de seu trabalho em 1937, numa conferência pronunciada na Sociedade de Amigos do Museu Nacional, mais tarde publicada sob o título “*O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste*”, no Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1943). Foi em contato com a população local durante suas pesquisas etnográficas sobre os Pankararu, que chegou ao seu conhecimento a existência da gruta nas proximidades da cachoeira de Itaparica, na qual teriam sido queimados vivos um padre e uma moça. Segundo essa lenda, há muitos anos, um padre raptara uma moça no Piauí. Perseguidos, ambos fugiram para o vale do São Francisco e chegando a Itaparica, esconderam-se na gruta. Descobertos, os familiares da jovem taparam com lenha a entrada da gruta e atearam fogo. Não podendo fugir, ali morreram, queimados, o padre e sua companheira.

Interessado, Carlos Estevão quis voltar a gruta onde verificou que a história do padre, que dera nome ao serrote e à gruta, não passava de uma lenda nascida, seguramente, da acumulação de cinzas e ossos humanos nela existentes. Um mês depois de ter descoberto a gruta, iniciou a escavação. O relato da sua pesquisa transforma-se numa interessante leitura, pois se trata da primeira escavação arqueológica realizada no Nordeste, com um mínimo de sistemática por parte do autor, e posterior publicação dos seus resultados. As numerosas informações arqueológicas sobre o Nordeste existentes na bibliografia anterior ao seu trabalho e até os anos 60, eram produtos de achados casuais e de apressadas coletas de superfície.

No mesmo serrote onde se encontrava a gruta, conhecido também como “Serrote do Padre”, descobriu Carlos Estevão outra furna a qual chamou Gruta do Anselmo, em homenagem ao guia que sempre o acompanhou e na qual realizou também escavações. Do seu relato deduzem-se conceitos estratigráficos, além de uma descrição, mesmo sucinta, dos materiais ali coletados.

Na época em que Carlos Estevão percorria o vale do São Francisco a pesquisa arqueológica no Nordeste do Brasil, era praticamente inexistente. Em relação a Pernambuco, pode-se dizer que foi ele o primeiro arqueólogo que procurou utilizar critérios lógicos nas suas descrições. Produto dessas prospecções no vale do São Francisco, possui hoje o Museu do Estado de Pernambuco uma

valiosa coleção de instrumentos líticos doados pelo pesquisador ao seu Estado natal, principalmente machados polidos, além de percutores, pilões, mão de pilão, batoques labiais e bolas de arremesso.

Trinta anos depois, entre 1966 e 1967, o arqueólogo Valentin Calderón realizou novas escavações na Guta do Padre, obtendo materiais arqueológicos significativos e datações radiocarbônicas que ultrapassaram os 7000 anos de antigüidade. Os resultados das pesquisas de Calderón, no entanto, nunca foram publicados, com exceção de uma nota prévia. A partir de 1982, o Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco iniciou o Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico na área a ser inundada pelo reservatório da hidrelétrica de Itaparica, dando-se assim continuidade as pesquisas na Gruta do Padre e na vizinha Gruta do Anselmo.

O estudo sistemático da pré-história não tem início no Brasil antes da década de 1950, apesar de trabalhos isolados, escritos com anterioridade a essa data, referentes à Amazônia e ao sul do País. No Nordeste, esse início será mais tardio e vai se refletir na exclusão quase total da região no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, implantado em 1965 com o patrocínio da Fundação Smithsonian e do CNPq.

Duas escolas assinalam a fase inicial:

A primeira, a escola francesa, dirigida por José e Annette Laming-Empeaire, que deu continuidade aos trabalhos pioneiros de Paul Rivet e seu discípulo Paulo Duarte, fundador do Instituto da Pré-história da Universidade de São Paulo. Esta escola iniciou pesquisas arqueológicas sistemáticas no sudeste do País, especialmente em Lagoa Santa (Minas Gerais), mas nunca realizou trabalhos arqueológicos na região Nordeste. A segunda, a escola americana, da Smithsonian Institution, dirigida por Clifford Evans e Betty Meggers, desenvolveu pesquisas principalmente na região amazônica.

O PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 1965-1970), dirigido pelos Evans, pretendia estabelecer as fases e o “estado de conhecimento” da pré-história do Brasil, financiando os grupos de arqueólogos e instituições existentes na época. Mas a região Nordeste ficou praticamente fora desse programa, com exceção da Bahia, onde o arqueólogo Valentin Calderón já trabalhava há vários anos. Registre-se também que o antropólogo Nassaro Nasser participou do Programa, realizando prospecções arqueológicas na Baía do Cunhaú - Curimataú, no Rio Grande do Norte. Numa região tão extensa como o Nordeste, não existia à época quem realizasse pesquisas arqueológicas sistemáticas, com exceção de Marcos Albuquerque que em colaboração com Velda Lucena, havia instalado um Laboratório de Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco.

O francês François A. Laroche, professor de língua francesa no antigo Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, foi encarregado de dirigir o museu do tradicional colégio que reunia, ao estilo dos “gabinetes de curiosidades”, um pouco de tudo. O interesse pela arqueologia deve ter surgido em Laroche a partir desse pequeno museu onde havia serpentes conservadas em formol junto com urnas funerárias pré-históricas e animais empalhados. Autodidata, Laroche trabalhou algum tempo, na década de 60, com Valentin Calderón, na Bahia, iniciando depois pesquisas independentes em Bom Jardim (PE). Escavou entre outros, um importante sítio aberto nesse município, o Chã do Caboclo, acampamento de caçadores pré-cerâmicos do qual obteve 36 datações radiocarbônicas entre 11.000 e 1000 anos AP. Contratado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, continuou suas pesquisas nesse Estado durante os anos 80. Deixou-se levar excessivamente pela imaginação vendo “antropomorfos” nas pedras lascadas e culturas “paleolíticas” em excesso. Não se pode, porém, negar-lhe o mérito de sua dedicação à arqueologia, muitas vezes com exíguos recursos e em precárias condições de trabalho.

Valentin Calderón e a Pré-história da Bahia

O arqueólogo Valentin Calderón foi na Bahia um caso isolado. Discípulo e amigo de Pedro Bosch Gimpera, o grande arqueólogo espanhol exilado e eminente professor do Colégio de México, estudou também com Hugo Obermaier e quando se radicou na Bahia assumiu importantes cargos na administração universitária e no Estado o que lhe facilitou o apoio necessário para pesquisas de campo, das quais não havia ainda tradição na Bahia. Eficiente, mas extremamente autoritário, não conseguiu manter uma equipe coesa de colaboradores que continuassem seu trabalho, e, desiludido, foi, aos poucos, abandonando a arqueologia nos fins da década de 70, para se dedicar ao estudo da arte sacra na Bahia, onde encontrou maiores satisfações e menos brigas, como manifestou, repetidamente, nos últimos anos de sua vida. Contudo, na década de 60 e até o fim do PRONAPA, Calderón desenvolveu marcada atividade arqueológica na Bahia e em Pernambuco, especialmente no Recôncavo e no vale do São Francisco, e percorrerá também boa parte do litoral nordestino a procura de sambaquis.

A obra publicada por Calderón é pequena, se levarmos em conta suas atividades de campo e hoje a perda da identidade e da filiação de muitos dos materiais arqueológicos, produto das suas numerosas prospecções e escavações, representam um prejuízo irreparável para a arqueologia do Nordeste.

Calderón teve, sem dúvida, o claro conceito da interdisciplinaridade da arqueologia e nas suas escavações requereu a colaboração de vários laboratórios especializados da Universidade Federal da Bahia para complementação das suas pesquisas. Em 1962 fora criado o Laboratório de Arqueologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia e tudo indicava que se transformaria num importante centro de pesquisa arqueológica do Nordeste. Mas, apesar do esforço do antropólogo Pedro Agostinho responsável pela organização do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, pelas rivalidades internas e dissensões políticas a instituição pouco tem produzido. Porém, a partir de 1995, o trabalho conjunto de Ana Gantois, nova diretora do MAE e do arqueólogo Carlos Etchevarne tem significado uma nova e promissora etapa no desenvolvimento da pesquisa pré-histórica na Bahia.

Calderón escavou o sambaqui de Pedra Oca, no município de Peri-peri, no Recôncavo, e realizou prospecções em outros da ilha de Itaparica, publicando uma monografia da escavação que é, sem dúvida, o seu trabalho mais completo (1964). Realizou também prospecções na Chapada Diamantina levantando numerosos sítios com registros rupestres e iniciou uma classificação prévia. Porém, o seu trabalho mais importante foi a escavação da Gruta do Padre em Pernambuco, já dentro do PRONAPA, a partir da qual estabeleceu o conceito da tradição Itaparica de caçadores-coletores pré-históricos do semi-árido e obteve as primeiras datações radiocarbônicas da região. É pena que a monografia final da Gruta do Padre não fosse publicada e para compensar essa lacuna é que tratei de reconstruir, a partir de seus diários, o trabalho realizado, quando completei a escavação da Gruta do Padre em 1987.

Na década de 70, Calderón encarregou-se do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico, quando da construção da barragem de Sobradinho na Bahia, no vale do São Francisco. Na realidade ela não participou das pesquisas de campo, que foram apenas prospecções, pois não se realizaram escavações arqueológicas nesse projeto e sim apenas algumas sondagens. A pesquisa ficou sob a responsabilidade direta dos seus discípulos Iara de Atayde e Ivan Dórea Soares cheios de boa vontade e entusiasmo, mas, na época, sem a experiência necessária, e os resultados do que deveria ter sido um grande projeto estão resumidos numa pequena publicação que vale por algumas informações ali contidas.

Instituições de pesquisa arqueológica no Nordeste

Dos nove Estados brasileiros, que integram a região Nordeste, somente em Pernambuco existe uma instituição de pesquisa e ensino com nível de pós-

graduação, integrada numa Universidade Federal, e que desenvolve projetos de pesquisa continuados e apoiados por financiadoras oficiais: é o caso do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco que mantém laboratórios de pesquisa, dedicados a estudos de arqueologia pré-histórica e histórica. O Programa de Pós-graduação em Arqueologia da UFPE é conveniado com a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM e é da mútua colaboração destas instituições que estão surgindo os novos profissionais que começam a mudar o panorama das pesquisas arqueológicas do Nordeste.

O “Museu Câmara Cascudo”, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, possui um Departamento de Arqueologia, atualmente inoperante, mas que já teve um período dinâmico sob a direção de Tom Miller, promovendo cursos de especialização e pesquisas de campo em vários municípios do Estado. A partir de 1992, começou a se organizar um laboratório de arqueologia no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Oficializado, em 1994, pelo Conselho Universitário da UFRN, sob a sigla LARQ, conta com sede independente no campus dessa universidade.

Em Teresina o Núcleo de Antropologia da Universidade Federal do Piauí, fundado por Niède Guidon, para ampliar as pesquisas arqueológicas no Estado, retoma, atualmente, o seu ritmo anterior, com a direção de Conceição Lage e da continuidade ao levantamento e mapeamento dos sítios pré-históricos do Piauí.

Alguns núcleos ainda incipientes estão se formando nas universidades federais de Sergipe e Alagoas. Na Paraíba, a Fundação Casa de José Américo, órgão estadual, implantou um núcleo de Arqueologia nos começos de 1993, em princípio dedicado ao estudo dos estabelecimentos missionários do período colonial.

O Museu de Arqueologia da Universidade Católica, no Recife, realiza pesquisas em Pernambuco e oferece, periodicamente, cursos de especialização a cargo de professores visitantes.

O Núcleo de Estudo de Etnologia e Arqueologia (NEEA), em Fortaleza, de formação recente mas entusiasta, realiza importante labor de mapeamento dos sítios pré-históricos sobre dunas do litoral cearense que se encontram em eminente perigo de destruição pelo avanço imobiliário.

Arqueólogos de universidade de outros Estados trabalham periodicamente na região Nordeste, tais como Maria da Conceição Beltrão, do Museu Nacional, que dirige o Projeto Central, na Bahia, e Pedro I. Schmitz, da UNISINOS (RS), que também tem realizado pesquisas no sudoeste da Bahia, dirigindo o Programa Serra Geral.

A “Fundação Museu do Homem Americano” em São Raimundo Nonato, Piauí.

A partir de 1970, a missão arqueológica franco-brasileira dirigida por Niède Guidon, de L'Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, de Paris, iniciou trabalhos sistemáticos no sudeste do Piauí. O contato inicial da doutora Guidon com a importante área arqueológica de São Raimundo Nonato foi, como tantas vezes acontece, puramente casual. O prefeito da cidade enviara algumas fotografias com pinturas rupestres ao Museu Paulista, na década de 60, onde Niède Guidon trabalhava. Interessada pelo que viu nas fotos, procurou a arqueóloga conhecer o lugar, de difícil acesso à época, e se deparou com um dos maiores conjuntos rupestres do mundo. As pesquisas começaram em 1970, com o auxílio de uma equipe interdisciplinar financiada pela França, e continuaram até os dias atuais.

Em 1979, a Presidência da República criou o Parque Nacional Serra da Capivara, para a defesa ecológica da região e como forma de se preservar aquele patrimônio arqueológico único. A necessidade de se manter um centro permanente de pesquisa para apoio aos integrantes das sucessivas missões arqueológicas induziu Niède Guidon, apoiada por diversas instituições, a criar, em 1986, a Fundação do Museu do Homem Americano, com sede em São Raimundo Nonato, e iniciar a construção de um museu, sob o patrocínio da UNESCO e dos Ministérios da Educação e da Cultura, para abrigar e expor as coleções arqueológicas e estabelecer laboratórios de pesquisa.

A FUMDHAM assinou convênios com várias universidades do Brasil (USP, UNICAMP, UNESP, UFPE, UFPI), facilitando pesquisas de docentes e discentes na área arqueológica de São Raimundo Nonato, onde recebem treinamento teórico e prático. Hoje, teses e dissertações em diversas áreas do conhecimento são conseqüência de convênios firmados com a FUMDHAM.

Do ponto de vista estritamente arqueológico, já foram assinalados 700 sítios pré-históricos, dos quais perto de 500 com registros rupestres de várias tradições ou horizontes culturais identificadores de outros tantos grupos étnicos que ocuparam a região desde 50.000 anos, segundo as últimas datações radio-carbônicas do internacionalmente conhecido sítio do Boqueirão da Pedra Furada.

Em 1991, o Parque Nacional Serra da Capivara foi declarado pela UNESCO Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

Seguindo o exemplo da FUMDHAM e contando com a colaboração de alguns dos seus membros, um grupo de pesquisadores, professores universitários-

os e autoridades locais, criaram, em 1996, a Fundação Seridó, com sede em Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte. Essa instituição trabalha e pesquisa na região do Seridó potiguar e paraibano, como o fim primordial de proteger e divulgar o patrimônio arqueológico da região.

Congressos de Pré-história reunidos no Nordeste

Em abril de 1987, a Sociedade de Arqueologia Brasileira SAB, fundada em 1980, realizou o I SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE, que se reuniu no Recife e no qual, pela primeira vez, estiveram presentes todos os arqueólogos que trabalham no Nordeste ou áreas limítrofes. Os dados obtidos naquela reunião, com comunicações e debates, significaram o primeiro quadro de referências para a pré-história do Nordeste, dando-se início, assim, a uma nova etapa da pesquisa arqueológica na região.

A VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira reuniu-se, em setembro de 1993, em João Pessoa (PB). Foi a primeira vez que o maior evento dos arqueólogos brasileiros realizava-se no Nordeste. Coordenada pela “Fundação Casa de José Américo”, de João Pessoa, contou com o apoio da Universidade Federal da Paraíba e de instituições estaduais e municipais do Estado. A reunião teve enorme repercussão entre as instituições docentes e de pesquisa da região e recebeu mais de 600 inscrições entre pesquisadores, professores e alunos. Cursos, palestras, seminários e debates permitiram ampliar o horizonte arqueológico e dar conhecer as potencialidades da pré-história no Nordeste do Brasil.

Ainda outro importante evento arqueológico encerrou o ano de 1993, no Nordeste. Em dezembro celebrou-se em São Raimundo Nonato, PI, a Conferência Internacional sobre o Povoamento da América, que reuniu um número expressivo de especialistas² dedicados aos problemas da cronologia e das vias do povoamento no pleistoceno. Nele se apresentaram os dados mais recentes sobre o povoamento pré-histórico da América e, o que é mais importante, dis-

² Participaram da “Conferência sobre o Povoamento da América”: **J. M. Adovasio**, Mercyhurst Archaeological Inst., Erie Pennsylvania, USA; **Adauto J. de Araújo**, FIOCRUZ, RJ e FUMDHAM, PI, Brasil; **Marília Melo e Alvim**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; **Maria da Conceição Beltrão**, Museu Nacional, RJ, Brasil; **Robson Bonnichsen**, Oregon State University, Corvallis, USA; **Marcia Chame**, FIOCRUZ, RJ, Brasil; **Claude Chauchat**, CNRS, Université Bordeaux I, França; **Tom D. Dillehay**, University of Kentucky, USA; **Dena F. Dincauze**, University of Massachusetts, Amherst, USA; **Martine Faure**, Université Lumière Lyon II, França; **Claude Guérin**, Université Claude Bernard Lyon I, França; **Niède Guidon**, Ecole des Hautes en Sciences Sociales, Paris, França e FUMDHAM, PI,

cutiu-se a confiabilidade dos mesmos. A conferência inaugural esteve a cargo do Dr. Ennio Candotti, Ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Os trabalhos iniciaram-se com a apresentação por parte de Niède Guidon e Fábio Parenti, da escavação e dos resultados obtidos dos participantes, e significam um marco no estado atual do conhecimento sobre o povoamento humano na América.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO I

- ANAIS do I Simpósio de Pré-história do Nordeste, (1991). **CLIO - Série Arqueológica**, n. 4, extraordinário (1987, Recife). Recife, UFPE.
- ANAIS da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas. Proceedings of the International Meeting on the Peopling of the Americas, (1993, São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil), **FUMDHAMENTOS**, (1996) Revista da Fundação do Museu do Homem Americano, V.1, n.1, São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. (1887). Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil, **Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.1, Rio de Janeiro.
- BRANDÃO, Alfredo. (1937). **A escripta pré-histórica do Brasil. (ensaio de interpretação), com um apêndice sobre a pré-história de Alagoas**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BRANDÔNIO, [Ambrósio Fernandez Brandão].(1943). **Diálogos das grandezas do Brasil (1618)**. Ed. Dois Mundos, 60 p. (Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia).
- CALMON, Pedro. (1959). **História do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olímpio, v.1, 50 p.
- CARTAS do Visconde de Rio de Janeiro. (1951). **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis.
- CARVALHO, Alfredo de. (1909). Pré-história sul-americana. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.14. Recife.

Brasil; **Marguerite Hugueney**, CNRS, Université Claude Bernard Lyon I, França; **Alessandro Iannone**, Instituto Italiano de Paleontologia Umana, Roma, Itália; **Maria da Conceição Menezes Lage**, Universidade Federal do Piauí, Teresina e FUMDHAM, Brasil; **Danièle Lavalée**, CNRS, Paris, França; **Richard McNeish**, Andover Foundation fo Archaeological Research, MA, USA; **Silvia Maranca**, Museu de Arqueologia e Etnologia, USP e FUMDHAM, PI, Brasil; **Gabriela Martin**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife e FUMDHAM, PI, Brasil; **Fábio Parenti**, Instituto Italiano de Paleontologia Umana, Roma, Itália e FUMDHAM, PI, Brasil; **Jacques Pelegrin**, CNRS, Lyon; **John Alszszati Petheo**, Central Washington University, WA, USA; **Anne-Marie Pessis**, FUMDHAM, PI, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil; **Gustavo Politis**, Facultad de Ciencias Naturales y Museo, La Plata, Argentina; **Juan Schobinger**, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina; **David J. Meltzer**, Southern Methodist University, Dallas, USA. Participaram também convidados especiais, representantes do CNPq e FINEP e alunos de Pós-Graduação em Pré-história.

- CLEROT, L.R. (1969). **30 anos na Paraíba** (Memórias corográficas e outras memórias). Rio de Janeiro, Pongetti.
- COSTA, Angyone. (1959). **Introdução à arqueologia brasileira. Etnografia e História**, n. 34. São Paulo, Brasiliana, Ed. Nacional.
- ESTÉVÃO, Carlos. (1943). O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do nordeste. **Boletim do Museu Nacional**, XIV - XV, (1938-41). Rio de Janeiro, p.150-220.
- GORDON, Herlz Cyrus. (1968). The authenticity on the Phoenician text from Paraíba. **ORIENTALIA**, XXXVI.
- IMBELONI, J. (1939). Las profecias de América y el ingreso de la Atlândida en la Americanística. **Boletín de la Academia de la Historia**, n.13. Buenos Aires.
- JOFFILY, Geraldo. (1973). A inscrição fenícia da Paraíba. Um documento apócrifo que há quase cem anos vem repercutindo nos maiores centros de paleografia do mundo. **Revista de História**, n. 93. São Paulo, USP, p.12-25.
- MARTIN, Gabriela. (1975). Estudos para uma desmitificação dos petroglifos brasileiros (I) A Pedra Lavrada de Ingá (Paraíba). **Revista de História**, n.102. São Paulo, USP, p.509-537.
- _____. (1977). Apontamentos para uma história da arqueologia brasileira. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.1. Recife, UFPE, p.112-121.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. (1991). História da arqueologia brasileira. **Pesquisas, Antropologia**, n.46. São Leopoldo, RS, UNISINOS, p.10-158.
- MORAES, Raymundo. (1931). **Paiz das Pedras Verdes**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MORAES, Luciano Jacques de. (1924). **Inscrições rupestres no Brasil**, n. 64. (Série 1), Rio de Janeiro, da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.
- MORAIS NETO, João Marinho de. (1994). Contribuição ao cadastramento das itacoatiaras do “Vale do Sabugi”, na fronteira seridoense da Paraíba. **Revista de Arqueologia**, v. 8, n. 1, Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. São Paulo, p. 133-155.
- NETO, Victor Gonçalves. (1968). **Roteiro das Sete Cidades**. Teresina, Imprensa Oficial.
- NETTO, Ladislau. (1885). Investigações sobre a arqueologia brasileira. **Archivos do Museu Nacional**, v. 6. Rio de Janeiro.
- PENNAFORT, Raimundo Ulysses. (1990). **Brazil pré-histórico**. Memorial Enciclopédico, a propósito do 4º Centenário do seu descobrimento. Fortaleza, sup. Studart, p. 358 (Inclui um apêndice).
- PINTO, Estevão. (1935-1938). **Os indígenas do Nordeste**. Brasiliana, v. 1, n. 44, v. 2, n. 112. São Paulo, Ed. Nacional, 1935-1938.
- SCHEWENHAGEN, Ludwig. (1970). **Antiga história do Brasil de 1100 AC a 1500 DC (Tratado histórico)**. 1ª ed. Teresina, 1928, 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, 1970.

Gabriela Martin

- THORON, H. Onfroy de. (1905). Voyages des Vaisseaux de Salomón au Fleuve des Amazonas. Genova, 1899. Antiguidade da navegação do oceano, das viagens dos navios de Salomão ao rio Amazonas, Ophir. Tarchich e Parvoin. **Anais da Biblioteca e Archivos do Pará**, L. IV.
- VIVANTE, Armando e IMBELONI, J. (s/d). **Libro de las Atlantidas**. Buenos Aires, Ed. Nova. (Coleção Humanior, t.3).

CAPÍTULO II



HABITAT E PRÉ-HISTÓRIA: O MEIO GEOGRÁFICO

“Conhecer o roteiro da diáspora do homem pleistocênico pela América tropical, é a grande tarefa dos pré-historiadores brasileiros”.

Aziz Ab'Saber

A ocupação do espaço

O homem¹ pode ter penetrado no atual território brasileiro faz 50.000 anos, possivelmente através dos corredores andinos e seguindo os cursos dos rios que nascem na cordilheira. Outros grupos humanos, ainda no pleistoceno, adaptados à maritimidade, avançaram pela costa da Venezuela até as Guianas, mas não há evidências de que tenham continuado em direção às costas brasileiras.

As duas grandes bacias hidrográficas da América do Sul, a amazônica e a platina, foram os seus caminhos naturais de penetração. A relativa proximidade de algumas das fontes mais altas das duas bacias, explica, em parte, a semelhan-

¹Pesquisas realizadas por M. C. Beltrão, H. de Lumley e J. Danon, em Central, Bahia, na depressão sanfranciscana, poderiam indicar a presença humana no Brasil muito antes, em torno de 200.000-300.000 anos. Os indícios são muito débeis, mas mesmo que se venha a confirmar essas datações com dados mais sólidos, a referência seria a presença do *Homo erectus*, do qual não se conhece nenhum resto nas Américas.

ça entre culturas pertencentes a grupos étnicos que, depois, estarão separados por milhares de quilômetros. Roquette-Pinto no livro "Rondônia", já comentava que quem atravessa o Mato Grosso vê, lado a lado, arroios orientados para o norte e outros que vão se perder no Paraguai: "Quem bebe, pela manhã, água que deveria ir ter ao Atlântico meridional, à tarde pode matar a sede na que é destinada ao equatorial".

Entre as duas grandes bacias fluviais da América do Sul, porém muito afastada de ambas, a região nordeste do Brasil, com 1.548.672 km², tem quase 50% do seu espaço regional ocupado por terras semiáridas nas quais domina a Caatinga, ladeada pela Mata Atlântica que ocupava todo o nosso litoral em tempos pretéritos. Compõem também, a grande área nordestina, a Floresta subcaducifólia e o Cerrado.

As vias mais antigas de povoamento na pré-história do Nordeste são ainda desconhecidas, pois o estado atual do conhecimento não permite afirmações com bases científicas seguras, porém, os primeiros indícios parecem indicar as terras altas, de tipo savana de Goiás, e as bacias do São Francisco e do Parnaíba.

Do pleistoceno, não há indícios de ocupações pré-históricas no litoral do Nordeste, além de que, o rebaixamento do nível do mar na costa atlântica durante a última glaciação Wisconsin, que em alguns pontos pode ter chegado a cem metros, hoje ocupados pelo oceano, destruiu os possíveis indícios de ocupações humanas muito antigas. As ocupações litorâneas conhecidas, pertencem, na sua maioria, a grupos ceramistas com exceção por enquanto dos estabelecimentos dunares pré-cerâmicos do litoral do Rio Grande do Norte.

Os registros arqueológicos mais antigos encontram-se principalmente nas formações cársticas o que indica que os grupos humanos que povoaram o Brasil circularam pelas chapadas e procuraram os abrigos fundos do calcário para se protegerem. Quero lembrar aqui uma frase do geógrafo Aziz Ab'Saber, numa das suas conferências sobre as paleo-ocupações humanas na América do Sul, na qual dizia que "a gruta é produto da noite e do medo, porque o homem é cego à noite e os animais não". Ab'Saber, da Universidade de São Paulo, durante muitos anos tem sido o grande auxiliar dos pré-historiadores na hora de se explicar os possíveis caminhos da ocupação humana pré-histórica do Brasil, nos fins do pleistoceno e começos do holoceno. Presença obrigatória nas reuniões científicas dos arqueólogos brasileiros, seus trabalhos de geomorfologia visaram especialmente o Nordeste.

Especial importância têm os brejos no "habitat" pré-histórico, espécie de oásis em regiões extremamente secas, ou "ilhas da umidade" como as chama Aziz Ab'Saber, ou ainda "ilhas verdes", segundo a definição do geógrafo per-

nambucano Mário Lacerda. Elas quebram a monotonia das condições físicas e ecológicas dos sertões secos, devendo-se registrar que, na linguagem popular, chama-se "brejo" qualquer setor úmido existente na área do domínio do semi-árido. Os brejos têm solos mais férteis, com filetes d'água, onde é possível o cultivo de quase todos os produtos e frutas típicas dos trópicos úmidos. O brejo é, portanto, um enclave tropical no semi-árido. Essas manchas úmidas que dominam as encostas serranas situadas em regiões semi-áridas, têm mesoclimas ilhados entre áreas de grandes deficiências hídricas.

Os brejos são lugares importantíssimos para o conhecimento da pré-história brasileira porque são lugares de atração e concentração de grupos humanos, onde as estratégias de sobrevivência do homem pré-histórico puderam se desenvolver. Neles ainda encontramos grupos indígenas remanescentes, como os Pankararu de Pernambuco, aldeados no Brejo dos Padres, em Tacaratu (PE), pelos missionários de São Filipe Neri. Num brejo da Serra de Umã, no município de Floresta, na região sanfranciscana de Pernambuco, vivem isolados os índios Atikum. No Brejo da Madre de Deus, também em Pernambuco, foi descoberta importante necrópole pré-histórica e foi também em regiões de brejo, no Rio Grande do Norte, onde foram achados numerosos sítios pré-históricos de caçadores, com pinturas e gravuras rupestres.

Do ponto de vista da ocupação pré-histórica, têm também interesse a região serrana de Taquaritinga do Norte e Vertentes até Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, com cotas altimétricas até os 700 metros. O clima ameno e o nível da umidade permitem o cultivo do café e de frutas tropicais em pleno domínio das caatingas. Estas áreas de brejo foram o "habitat" dos caçadores pré-históricos autores das pinturas rupestres da tradição Agreste, cujos sítios são especialmente abundantes naquela região pernambucana.

A região do Brejo, na Paraíba, é também área de grande concentração de sítios com pinturas e gravuras rupestres além de abrigos com enterramentos indígenas, citados por L. F. R. Clerot, mas, infelizmente, nunca pesquisados. O município de Areia assenta-se num brejo de altura, perto aos 800 metros, com temperaturas amenas no inverno em torno dos 18°C. Forma uma típica "ilha de umidade" e há também notícias de numerosos sítios arqueológicos especialmente de grupos ceramistas.

Em grande parte, a região semi-árida nordestina estende-se por depressões interplanálticas, na forma de intermináveis colinas, situadas entre maciços antigos. Estas colinas estão sulcadas por rios e riachos intermitentes, que junto aos *caldeirões* e *olhos d'água* foram os únicos recursos hídricos das populações pré-históricas adaptadas à aridez dos sertões.

O relevo

Na classificação do relevo brasileiro, proposta por Ab'Saber, o Nordeste ocupa o Planalto do Meio-Norte ou do Maranhão-Piauí, formado por um sistema de "cuestas" e chapadões tabuliformes na bacia do Maranhão-Piauí, área onde se processa a transição da província morfoclimática nordestina para a Amazônia Oriental, e o Planalto Nordestino ou da Borborema com as chapadas circundantes, depressões periféricas semi-áridas e "cuestas" de "front" interno.

O Nordeste não apresenta grandes rios que se mantenham caudalosos nos longos períodos sem chuvas, com exceção do São Francisco, de longo percurso, e do Parnaíba, na bacia sedimentar do Piauí-Maranhão.

Apesar da extensão territorial, a rede hidrográfica é considerada modesta e para Ab'Saber apenas "um magro sistema de cursos d'água de áreas semi-áridas, intermitentes e irregulares". Trata-se de uma rede hidrográfica dependente do clima semi-árido dominante, com poucas chuvas, o que transforma em intermitentes a maioria dos rios da região.

O São Francisco é o grande rio do Nordeste, de extraordinária importância na vida regional. Suas cabeceiras estão situadas no planalto mineiro, de forma que o rio "nordestino" é principalmente o médio e o baixo curso do mesmo. Do Planalto da Borborema recebe os tributários temporários de Pernambuco e Alagoas: o Pajeú e o Moxotó. A grande bacia do São Francisco foi centro de atração e caminho natural de grupos pré-históricos desde os fins do pleistoceno.

O Parnaíba é o segundo rio em importância entre as bacias perenes da região semi-árida nordestina. O rio Piauí, de curso temporário, afluente do Parnaíba, atravessa com seus tributários, a importante área arqueológica de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, no SE do Piauí.

Os rios do Maranhão que desembocam no Atlântico, no golfo maranhense, são também perenes e nascem em áreas de pluviosidade alta nas chapadas, áreas de transição entre o Nordeste árido e de influência amazônica, podem ser considerados rios de regime equatorial.

Os rios de curso menor tais como o Curimataú, o Paraíba e o Capibaribe, originários do sertão, são perenes nas seções mais úmidas ao se aproximarem do litoral.

Na região costeira entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, considerado o trecho mais seco do litoral nordestino, deságuam os rios Jaguaribe, Apodi, Açu e Mossoró. Pertencente à bacia do Açu, o rio Seridó e os seus afluentes cortam também uma importante e densa área de ocupação pré-histórica conhecida como a microrregião do Seridó.

Na Bahia, os rios que nascem na Chapada Diamantina e no Espinhaço são mais caudalosos que os situados ao norte do Recôncavo que apresenta estiagens mais acentuadas.

As áreas lagunares são pouco importantes no Nordeste; apenas no litoral de Alagoas alcançam maior volume. É de se assinalar a presença de paleo-lagoas no vale arcaico do São Francisco onde não é raro registrar-se a presença de estabelecimentos pré-históricos nas suas margens.

Em quase toda a região Nordeste domina o pré-cambriano. As maiores elevações correspondem ao maciço da Borborema, formadas por granitos, gnaisses e quartzos, com alturas que se mantêm entre 700-800 metros e onde as maiores altitudes não ultrapassam os mil metros, tais como na Chapada do



Figura 2. Relevo do Brasil, segundo Aziz Ab'Saber.

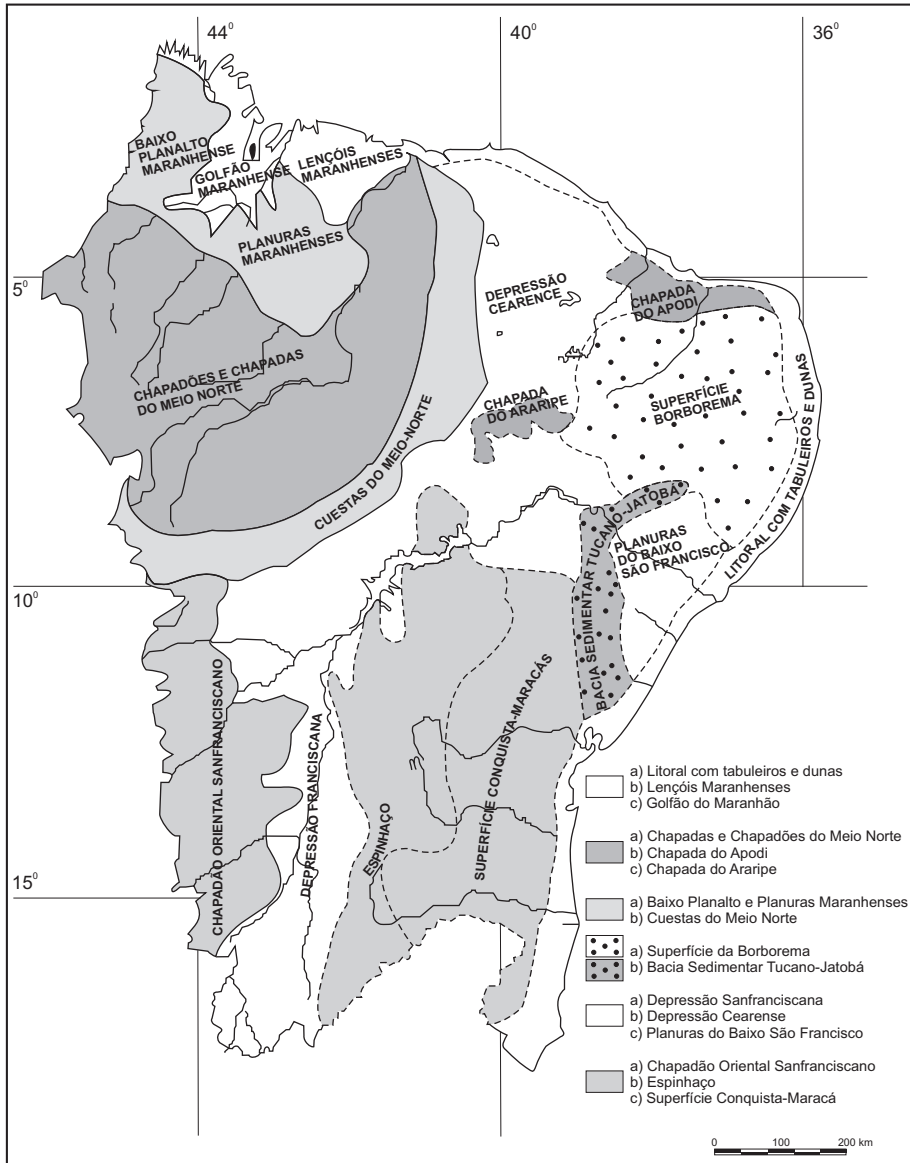


Figura 3. Geomorfologia do Nordeste do Brasil. Mapa base: Atlas Nacional do Brasil - IBGE / SUDENE - Região Nordeste, 1985.

Pré-História do Nordeste do Brasil



Figura 4. Mapa hidrográfico do Nordeste do Brasil, mapa base: Atlas Nacional do Brasil - IBGE / SUDENE - Região Nordeste, Rio de Janeiro, 1985.

Araripe e nas bordas da bacia do São Francisco. A Chapada Diamantina, na Bahia, de forma tabular, divisor de água entre rios que correm para o Atlântico e os tributários do São Francisco, forma uma muralha com altitudes superiores aos mil metros, chegando a 2.100 metros no Pico das Almas. Região semi-deserta, apresenta-se prometedora para a investigação arqueológica pois já foram assinalados numerosos sítios pré-históricos, produto de prospecções rápidas e achados casuais. Com elevado índice pluviométrico, que pode chegar a 1600 mm, a Chapada Diamantina possui florestas com árvores de grande porte que atualmente estão sendo devastadas pela extração de madeira e plantio do café.

Entre os imensos sertões secos e a "zona da mata", que corresponde à região litorânea, existe o "agreste" ou os "agrestes", como prefere o geógrafo Mário Lacerda. Em termos amplos os agrestes constituem zonas de transição, sendo melhor talvez se falar de "manchas de agreste" entre o litoral e o semi-árido. O índice pluviométrico é maior que no sertão e menor que no litoral e a vegetação é arbórea. Correm nos agrestes rios de curto percurso e cursos d'água menores, em cujas margens, não raro, encontram-se gravuras e pinturas rupestres sobre formações rochosas arredondadas.

O litoral nordestino estende-se desde o Maranhão Oriental até o Recôncavo na Bahia. Em geral é baixo e arenoso, sem grandes acidentes nem elevações, muito erosionado e com extensas áreas ponteadas de baías, ilhas, canais, pântanos, aluviões e dunas, especialmente no litoral setentrional. Outras características do litoral nordestino são os recifes de arenito e coral, paralelos às praias, que surgem no Ceará e chegam até o sul da Bahia. Com bastante frequência, os depósitos da série Barreiras formam *tabuleiros* que separam a costa da região sub-litorânea. Do delta do Parnaíba ao Cabo São Roque a costa nordestina segue a direção NO-SE para, em continuação, tomar a direção NS-SO. Essa mudança marca a diferença climática: semi-árida no primeiro trecho (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte) e muito úmida no litoral mais ao sul. No litoral norte, mais seco, formam-se dunas que impedem o escoamento das drenagens formando lagoas e pântanos. A partir do Recôncavo baiano desenvolve-se uma costa baixa marcada pela presença de restingas e planícies. Nessas restingas foram assinalados *sambaquis*, únicas áreas do litoral nordestino onde estão devidamente localizados esses sítios pré-históricos além do Maranhão.

Resumindo-se de acordo com as divisões estruturais determinadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Nordeste pode ser dividido entre o Litoral Setentrional e o Oriental. O seu interior está dividido pela Serra da Borborema e as superfícies sertanejas, a Chapada Diamantina e o Planalto Baiano, a depressão do São Francisco e a Bacia Sedimentar do Parnaíba.

O clima

O grande problema que se apresenta para o conhecimento dos paleo-ambientes na pré-história do Nordeste é a falta de estudos específicos nas diversas áreas arqueológicas, carência aliás válida para todo o Brasil. Assim, procura-se informações de outras regiões das Américas com características semelhantes. Porém não podem e não devem ser esquecidas as peculiaridades de cada microrregião e precisa-se de cautela para não confundir o todo pelas partes, extrapolando-se conhecimentos gerais para áreas específicas. Os dados sobre os paleo-espacos percorridos e ocupados pelo homem são ainda muito precários e o mesmo ocorre com os dados paleo-climáticos. Estudos de paleo-clima relativos ao Nordeste devem-se, principalmente, aos trabalhos de S. M. Mabesoone.

Das áreas arqueológicas específicas, a melhor estudada é o SE do Piauí, através dos trabalhos dos especialistas Laure Emperaire para a flora, Claude Guerin para a paleo-fauna, Fábio Olmos e M. F. Barbosa para a fauna e Jöel Pellerin para a geomorfologia. Do estudo de Guerin se deduz que a paisagem da planície no pleistoceno superior era de savana, com tufos de arbustos e recortada por zonas florestais, com um clima muito mais úmido que o atual. A presença de capivaras, animal típico de pântanos, fartamente representadas nas pinturas rupestres dos abrigos de São Raimundo Nonato, significa mais um reforço à afirmativa anterior, porém, seria perigoso projetar esses resultados a todo o semi-árido nordestino.

Na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, a presença de pirogas com remeiros nas pinturas rupestres, sugerem rios caudalosos que hoje são intermitentes, mas somente estudos de paleo-clima com estratigrafias polínicas, poderão dar os indicadores cronológicos das épocas mais úmidas nessa área específica.

Os fenômenos climáticos do Nordeste não se manifestam em marcadas diferenças térmicas e sim em grandes variações pluviométricas, contrastando o regime de chuvas intensas na costa e a escassez no interior, e que se configura como um ambiente tropical com domínio da aridez (classe Bshw de Köppen). As variações anuais de temperatura são pequenas, com exceção das áreas superiores da Borborema e da Chapada Diamantina, onde nos lugares situados acima de 900-1000 metros, registram-se as temperaturas mais amenas com médias anuais inferiores a 20°C e mínimas que podem chegar a 10°C durante curtos espaços de tempo. No litoral, a média varia de 5°C a 2°C de diferença entre as estações seca e úmida, chamadas de *verão* e de *inverno*.

Na maior parte, ou seja, 95% do território nordestino, nenhum mês do ano acusa temperatura média inferior a 18°C, com mais calor na região setentrional, onde se registram temperaturas médias de 24°C a 26°C, com exceção das chapadas. As máximas temperaturas da região registram-se no interior, com temperaturas diurnas de 40°C nos períodos mais secos.

Como todo o território brasileiro, situado no Hemisfério Sul, no Nordeste os meses de temperaturas mais baixas são julho e agosto e os mais quentes janeiro e fevereiro.

As precipitações no litoral são superiores a 1.500 mm entre Pernambuco e Sergipe, com índices superiores na metade sul da Bahia e menores (1.250 mm) no Rio Grande do Norte e no Ceará. Porém, no Sertão, a média não ultrapassa 1.000 mm com áreas ainda mais secas (750 mm) e até abaixo dos 500 mm em depressões como Patos, na Paraíba e o Raso da Catarina entre Pernambuco e Bahia. Existem, porém, maiores precipitações em áreas serranas e de brejo, como Ibiapaba no Ceará, Areia na Paraíba, Triunfo em Pernambuco e Água Branca em Alagoas, além da encosta oriental da Diamantina (IBGE).

Na paisagem fitogeográfica do Nordeste domina a *caatinga* (palavra indígena que significa mato branco) onde a vegetação é principalmente arbustiva, de folhas pequenas e espinhosas, adaptadas para resistir à evaporação muito intensa e também por numerosas espécies de cactáceas. Trata-se de vegetação caducifólia, de cor cinzenta na estação seca e verde exuberante na época de chuva, adaptada ao calor e secura da região. Seguem-se, com menor importância espacial, a Floresta perenifólia higrófila das planícies costeiras e das encostas montanhosas; a Floresta sub-caducifólia tropical amazônica, no extremo setentrional da região, área de transição entre o clima úmido amazônico e o semi-árido nordestino, e o Cerrado, vegetação típica dos tabuleiros e chapadas, relacionada a um clima semi-úmido com plantas úteis e comestíveis como o pequi, o buriti, o bacuri, o aticum e a mangaba, além de palmáceas como o babaçu e a carnaúba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO II

- AB'SABER, Aziz Nacib. (1968). O relevo brasileiro e seus problemas . In: AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil a terra e o homem**, v. 1. São Paulo, Ed. Nacional, p. 135 - 219.
- _____. (1969). Participação das superfícies aplainadas nas paisagens do nordeste brasileiro. **Geomorfologia**, v.19. São Paulo, p.1-38.
- _____. (1979). **Os mecanismos de desintegração das paisagens tropicais no pleistoceno**. São Paulo, Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo.

- _____. (1980). Paleo-clima e paleo-ecologia. **Anuário de Divulgação Científica**. Goiânia, Universidade de Goiás.
- _____. (1989). Páleo-climas quaternários e pré-história da América Tropical. Anais da IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB. **Dédalo**, n.1. (Publicações Avulsas). São Paulo, MAE-USP, p. 9-26. (Acompanha o artigo - uma relação bibliográfica intitulada: O ambiente na pré-história da América Tropical: uma bibliografia).
- _____. (1991). Problemas das migrações pré-históricas na América Latina. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (Recife, 1987). Recife, UFPE, p.11-14.
- AZEVEDO, Haroldo de. (1968). **Brasil a terra e o homem**. As bases físicas. Brasileira, v.1, n.1. São Paulo, Ed. Nacional, p.1-610. (Formato especial).
- BEURLEN, K. (1967). A estrutura geológica do nordeste do Brasil. **Congresso Brasileiro de Geologia**, 21, Anais. Curitiba, Sociedade Brasileira de Geologia, p.151-158.
- BIGARELLA, J.J.; ANDRADE, G.O. (1992). Contribuição ao estudo do quaternário brasileiro. **Teoria Geográfica - Boletim de Divulgação do Diretório Acadêmico de Geografia**, v.1, n.1. Recife, UFPE, 33 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1958). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, v.3, MA-PI; v.4-5, Grande Região Nordeste; v.16 CE; v.18 PE; v.19 AL-SE; v.20-21 BA. Rio de Janeiro.
- BRITO, I. (1978). **As bacias sedimentares do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Geologia, 90 p.
- COLTRINARI, Lylian. (1992). Paleoambientes quaternários na América do Sul: primeira aproximação. **Anais do 3º Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**. Belo Horizonte.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1985). **Atlas Nacional do Brasil-Região Nordeste**. Rio de Janeiro, IBGE / SUDENE.
- GUERRA, I.L.T. (1955). Tipos de clima do nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, v.17, n.4. Rio de Janeiro, p. 449-491.
- MABESOONE, J. M. (1968). Gênese do relevo nordestino: estado atual dos conhecimentos. **Separata da Revista Estudos Universitários**, abr./set. Recife, Imprensa Universitária, p.1-13.
- _____. (1975). Desenvolvimento paleoclimático do nordeste brasileiro. **7º Simpósio de Geologia do Nordeste-Atas**. Fortaleza, Sociedade Brasileira de Geologia, Núcleo Nordeste, p. 75-93.
- MABESOONE, J. M.; LINS, Rachel Caldas. (1964). Introdução ao estudo dos brejos pernambucanos. **Instituto de Ciências da Terra**, 2. Recife, Universidade do Recife, p.21-34.
- _____; _____. (1965). Introdução à morfoclimatologia do nordeste do Brasil. **Instituto Ciências da Terra**, fev./jun. Recife, p.17-27.

- MABESOONE, J. M.; CASTRO, Cláudio de. (1975). Desenvolvimento geomorfológico do nordeste brasileiro. **Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia - Núcleo Nordeste**, v.3. Recife, p. 5-36.
- MELO, Mário Lacerda de. (1980). **Os agrestes**: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife, SUDENE. (Série Brasil Estudos Regionais).
- _____. (1988). **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife, SUDENE, p. 321. (Série de Estudos Regionais, 19).
- MORAIS, M. (1945). Características do relevo nordestino: região litorânea. **Boletim Geográfico**, v.3, n.27, jun. Rio de Janeiro, p. 377-391.
- MORELO, Jorge. (1984). **Perfil ecológico de sudamerica 1**. Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana-ICI. p. 93, il.
- SILVA, Sidney Gomes. (1991). Domingues da. Possibilidades de subsistência nos Brejos. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (Recife, 1987). Recife, UFPE, p. 51-54.

CAPÍTULO III



A ANTIGUIDADE DO HOMEM NO NORDESTE DO BRASIL

“O índio brasileiro pertence a grupos mongólicos sem que possam se aceitar cientificamente outras influências raciais”.

Marília Carvalho de Mello e Alvim

As datas do povoamento

No estrato mais profundo do Sítio do Boqueirão da Pedra Furada, no SE do Piauí, escavado por Niède Guidon, obteve-se, em 1992, uma datação radiocarbônica de 48.000 anos BP, utilizando-se acelerador de massa.

Anteriormente já se haviam obtido datações de 32, 39, 40 e 42 mil anos, a partir do carvão vegetal procedente de estruturas de fogueiras com material lítico associado. Essas datas tão antigas para a presença do homem no NE do Brasil obrigaram os pré-historiadores americanistas a reformular teorias tradicionais que consideravam o povoamento pré-histórico da América ter sido feito através da Beríngia, em datas não anteriores a 30000 anos antes dos tempos presentes (BP) e estabelecida em torno de 12000 anos BP a chegada do homem na América do Sul.

Por outro lado, as escavações em Central, na Bahia, na depressão sanfranciscana, dirigidas por Conceição Beltrão, proporcionaram datações inesperadas na Toca da Esperança. Um trabalho assinado por Henry de Lumley e outros pesquisadores, publicado em 1987, em “L'Anthropologie”, comunicava o achado de artefatos lascados associados à fauna do pleistoceno médio, no abrigo citado. Trata-se de indústrias líticas toscas, feitas com anterioridade ao último interglaciar de Sangamon. As datações, de 200000-290000 anos, foram

obtidas a partir da análise radiométrica da série de urânio-tório sobre ossos de mega-fauna.

Os dados relativos à antigüidade do homem na América têm-se multiplicado, nas últimas décadas, de norte ao sul do continente, com evidências cada vez maiores que assinalam a presença de bandos de caçadores não especializados em datas cada vez mais recuadas.

Citarei, brevemente, os mais antigos sítios pré-históricos das Américas que apresentam cronologias paralelas a dos citados do Nordeste do Brasil e que podem ser agrupados em três grandes períodos cronológicos. O primeiro corresponderia a sítios que proporcionaram datações anteriores aos 100000 anos de antigüidade, entre os quais se encontram: Old Crow, na bacia do Yukon no NO do Canadá, com resultados publicados por William Irving; Texas Street, no vale do Mission River, em San Diego, no sul da Califórnia com pesquisas publicadas pelo arqueólogo canadense Bryant Reeves; Calico Mountains, no SE da Califórnia, com escavações realizadas por Ruth Simpson do Museu San Bernardino; e Valsequillo, no estado mexicano de Puebla, de acordo com pesquisas de Cinthia Irwin-Willians e V. Steen McIntyre.

As escavações de Old Crow duraram vários anos e as datações radiocarbônicas sobre artefatos ósseos foram de 25 a 40 mil anos, que continuaram recuando, com o avanço dos trabalhos até datas acima de 200000 anos obtidas por urânio-tório sobre ossos de proboscídeos e de cavalos que, supostamente, foram partidos e manipulados ainda frescos.

Texas Street, situado num terraço formado no pleistoceno médio, proporcionou seixos lascados com uma cronologia calculada em mais de 100000 anos.

O sítio Calico foi datado entre 150 e 200 mil anos através da posição geológica em que se encontravam os artefatos líticos e pela série de urânio-tório sobre as pátinas de carbonato de cálcio que cobriam os artefatos lascados, que teriam de 190 a 200 mil anos.

Valsequillo apresentou no sítio chamado Huyatlaco, ossos de fauna pleistocênica com cortes e fraturas semelhantes a Old Crow e material lítico na forma de lascas retocadas unifacialmente, materiais dos quais se obteve uma datação de 250.000 anos, da série urânio-tório, além de outra de 200000 a 300000 anos, obtida das cinzas vulcânicas do sítio.

As datas citadas servem como ponto de apoio aos defensores da presença humana na América no último interglacial. São dados que não podem ser ignorados, sem se negar a necessidade de maiores confirmações e pesquisas, não obstante as críticas dos partidários das cronologias curtas para o povoamento da América.

O segundo grupo de datações em torno da antiguidade do homem na América está entre 25 e 50 mil anos. Além de Old Crow e Valsequillo, já citados, o arqueólogo canadense Richard McNeish escavou Pendejo Cave, no deserto de Chiguagua, no vale do rio Grande, New México, onde conseguiu 45 datações de carbono-14, entre 40 mil a 4 mil anos BP, com ocupações seqüenciadas cronológica e estratigraficamente. Dentre outros achados, ao longo dos 40000 anos de ocupação da caverna, revestem-se de especial interesse as fogueiras estruturadas com pedras e argila, na qual ficaram marcadas impressões digitais humanas de 40, 33 e 14 mil anos, cabelos humanos datados de 13 e 14 mil anos e uma espiga de milho de 4000 anos BP.

China Lake, na Califórnia, tem datação de 42000 anos obtida por urânio-tório para indústrias de lascas associadas a ossos de mamute. No NO da Nicarágua está o sítio El Bosque e no continente sul-americano, além dos sítios brasileiros, o mais significativo é Monte Verde, no vale do Chinchiuapi, afluente do rio Maulin, no sul do Chile e perto da cidade de Puerto Montt. Escavado por T. D. Dillehay, entre 1978 e 1985, trata-se de uma ocupação ao ar livre, um povoado de choupanas perto do rio. Obtiveram-se duas datas radiocarbônicas de 32020 e 33370 anos BP para o material lítico associado a ossos de mastodonte. Outra data posterior, apresenta a peculiaridade de ter sido conseguida pela análise radiocarbônica do encabamento em madeira de uma pequena ponta retocada. Existe, também na jazida de Monte Verde, outra datação de 11000 anos.

No Brasil corresponde a essa faixa cronológica o sítio Lapa Vermelha IV, no município de Pedro Leopoldo (Minas Gerais), escavado por Anette Laming Emperaire, com cronologias que chegam até 25000 anos, além de outras de 15, 12, e 10 mil anos AP.

Itaboraí, no Rio de Janeiro, e Alice Boër, em Rio Claro (SP), sítios escavados por Maria Beltrão, são também considerados pela arqueóloga ocupações humanas pleistocênicas que poderiam alcançar de 20 a 40000 anos AP.

No SO da Bahia, no município de Coribe, no sítio Morro Furado, obteve-se uma datação de 43000 anos que procede de uma possível estrutura de fogão onde, supostamente, foram queimados moluscos, mas que não proporcionou materiais de confecção humana, segundo Altair Sales Barbosa em sua comunicação sobre o projeto Serra Geral, por ocasião do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, em 1987. Além dessa data, obtiveram-se no mesmo sítio datações de 18, 21, 25, 26 e 27 mil anos, para lascas de calcedônia e sílex, obtidas dos moluscos carbonizados que acompanhavam o material lítico.

Um terceiro grupo de sítios do pleistoceno final e começos do holoceno, com cronologias entre 12 e 10000 anos, comporta número considerável de sítios em toda América, do Canadá até a Patagônia.

No Nordeste, datações superiores ou em torno dos 10000 anos já foram constatadas, com segurança, em Coribe (Morro Furado) Bahia; em Central, também na Bahia (Toca de Manoel Latão); em Pernambuco, em Bom Jardim (Chã do Cabloco) e Brejo da Madre de Deus (Furna do Estrago); no Rio Grande do Norte em Parelhas (Sítio Mirador), em Carnaúba dos Dantas (Sítio do Alexandre). No Piauí há o magnífico conjunto de São Raimundo Nonato onde, além do Boqueirão da Pedra Furada, no Sítio do Caldeirão do Rodrigues I, se obteve uma data de 18.600 anos BP e existem também cronologias em torno das datas citadas (10-15 mil anos) no Sítio do Meio, no Sítio da Janela da Barra do Antônio e no Sítio do Perna I. Finalmente, no vale do São Francisco, em Petrolândia (PE), a Gruta do Padre e o Sítio do Letreiro do Sobrado forneceram datações entre 7 e 5 mil anos BP, e 6 mil a 6 mil quinhentos nos níveis holocênicos da Toca da Esperança, em Central (BA), seqüência que se repete largamente na área arqueológica de São Raimundo Nonato.

Vemos - e isso é importante - que nos três grupos em que se pode dividir a cronologia pré-histórica americana aparece o Nordeste do Brasil, o que resulta muito promissor, levando-se em conta que se trata de uma região imensa e quase inexplorada arqueologicamente.

As cronologias compreendidas entre 12 e 10 mil anos BP são aceitas pelas escolas americanistas mais conservadoras, mas as baixas datações dos dois primeiros grupos cronológicos a que me referi têm sido objeto de críticas severas por parte do "establishment científico", que varia desde os que preferem simplesmente ignorá-las aos que esgrimem argumentos mais passionais do que científicos. O Bureau of American Ethnology, da Smithsonian Institution de Washington, é tradicionalmente conservador, atrelado ainda à tradição de Ales Hrdlicka, um dos seus antigos diretores e rígido defensor do povoamento tardio da América. Na atualidade a posição mais intransigente contra uma antiguidade superior aos 12000 anos para o povoamento da América do Sul, é mantida por Thomas Lynch, da Universidade de Cornell, e Dena Dincauze, da Universidade de Massachusetts. Isso não significa unanimidade por parte dos pré-historiadores americanos e canadenses, estes últimos mais abertos às novas perspectivas da americanística. É o caso de Richard McNeish que dirige seus ataques contra os ortodoxos da tradição "hrdlickiana", e Ruth Gruhn e Alan L. Bryan que contestam severamente a indisfarçada má fé de T. Lynch, manifestada no trabalho "*Glacial-age man in South America?*"

A relutância em se aceitar algumas cronologias muito antigas, tem, além da própria fragilidade de alguns dos resultados apresentados até agora, uma origem "psicológica", a de que no Novo Mundo tudo deveria ser mais "novo"

que no Velho, acompanhando, naturalmente, a teoria tradicional de que os primeiros povoadores da América já seriam caçadores especializados com tecnologia lítica do tipo Sandia, Clóvis, Folsom e Yuma. Criou-se, assim, uma mentalidade que se recusou a aceitar fases mais antigas e a existência de um Paleolítico Americano. Como as evidências agora são indiscutíveis, a resistência centra-se atualmente em não se aceitar datações mais antigas na América do Sul do que as da América do Norte, com o argumento da via única de Bering.

É a partir da descoberta do método do carbono-14 que as teorias arqueológicas começam a se assentar sobre bases cronológicas mais seguras. As décadas 50-60 significam, assim, o início de uma era contestatória que fixa os alicerces da nova mentalidade sobre a antiguidade do homem na América.

Antes da década de 50, há pesquisadores não comprometidos com a ortodoxia da tradição hrdlickiana, que começaram a admitir a possibilidade de que o povoamento da América seja muito antigo e por vias múltiplas. Já em 1923, o paleontólogo francês Marcellin Boule, diretor do Instituto de Paleontologia Humana de Paris e que dirigiu a revista "L'Anthropologie" durante quase meio século, afirmava que o povoamento do Novo Mundo remontava-se "à l'aurore des temps géologiques actuels". Merecem também ser lembrados os trabalhos de Bosch Gimpera, Canals Frau, Paul Rivet, O. Menghin e, mais tarde, Gordon Willey que, na sua conhecida obra "*An Introduction to American Archaeology*", (1966-71), esboça a existência de um "early lithic stage".

Os vestígios de ossos humanos não remontam, em todo o Brasil, além de 12000 anos e para datações mais antigas falta-nos o elemento chave - a presença física do homem - a confirmar definitivamente sua existência no solo nordestino. Até hoje o "early man" brasileiro continua escondendo seu rosto.

O grande estímulo que se apresenta na atualidade é o achado de restos humanos com cronologias pleistocênicas confirmadas. Aguardar novas evidências, com a mente sempre aberta a qualquer dado novo, não significa prescindir do rigor científico. Do mesmo modo que o entusiasmo exagerado pode levar a ver-se o que não existe, também o excessivo ceticismo pode levar a não se ver o que existe na realidade, aferrando-se o arqueólogo às velhas teorias sem delas abrir mão, somente pelo fato de tê-las defendido durante décadas, mesmo que as evidências já sejam outras.

Os indícios que assinalam a presença do homem na América em datas que poderiam chegar aos 100 mil anos não invalida de maneira alguma a via de Bering como caminho natural. O canadense McNeish, que já realizou pesquisas na Beríngia, afirma que a mesma sempre foi caminho e não barreira para a entrada dos grupos procedentes da Sibéria.

Sabe-se hoje que homens descendentes do homem de Chou-Ku-Tien ou aparentados com o sinântropo, adaptaram-se a climas siberianos extremamente frios e nada impede que conhecendo a forma de se obter e conservar o fogo, tivessem eles atravessado a Beríngia já antes do último interglaciar. Uma explicação sugestiva, mas que ainda está no terreno da conjectura, pressupõe que se ancestrais do homo sapiens conseguiram chegar a América, talvez se tratasse apenas de pequenos grupos que se extinguíram, dando lugar ao longo parêntese que precedeu à chegada de uma segunda vaga, em torno de 50000 anos. Estes novos grupos, dispersados por diferentes regiões do continente poderiam, por sua vez, ter-se extinguido também, o que explicaria os longos períodos sem ocupação de alguns sítios, que poderíamos chamar de estratégicos e que, em alguns casos, assinalam um hiato de 10 a 15 mil anos.

Em setembro de 1991, o paleontólogo Yves Coppens, do Museu do Homem de Paris e membro do "Collège de France", visitou o Brasil e pronunciou uma memorável conferência, no Rio de Janeiro, durante a VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Nela comentou a existência de certo "complexo psicológico" na hora de se reconhecer a antiguidade do homem na América e ao finalizá-la, afirmou o Prof. Coppens que, sem se abrir mão das exigências científicas, deve-se reconhecer que o povoamento da América é muito mais complexo do que as linhas dos esquemas tradicionais apresentados até o momento.

Os primeiros nordestinos

Os primeiros homens que chegaram ao Nordeste brasileiro eram, pelos dados que até agora possuímos, como os índios atuais. Racialmente pertenciam a grupos mongolóides como, aliás, todos os habitantes das Américas anteriores à colonização européia. Dentro das naturais variedades, existe, portanto, uma homogeneidade indiscutível nos diferentes grupos humanos brasileiros, o que identifica todos os índios sul-americanos como oriundos de uma mesma origem. Mas, se os primeiros habitantes já haviam chegado ao Piauí por volta de 50000 anos, poderia tratar-se de grupos pré-mongolóides que evoluíram já nas Américas ou que se extinguíram.

Admite-se que os índios brasileiros chegados ao Nordeste são os descendentes de levas arcaicas, que atravessaram o estreito de Bering alguns milhares de anos antes. Mesmo que, periodicamente, levante-se a conjectura da existência de outras vias de acesso, que poderiam ter dado lugar à chegada na América de

Pré-História do Nordeste do Brasil



Figura 5. Datações mais antigas para a possível presença humana na América: 1 a 5, anteriores a 100.000 anos; 6 a 16, entre 50.000 e 25.000 anos BP.

grupos humanos em épocas pleistocênicas, nada pode ser provado até o momento.

Os grupos humanos que atravessaram o Pacífico e chegaram às costas orientais americanas já deviam possuir tecnologia neolítica e não são anteriores a 5000 BP, a julgar pelas evidências conhecidas. Quanto à possibilidade de uma via transatlântica de chegada pré-histórica ao Brasil, mesmo se tratando de uma conjectura sugestiva, a teoria não apresenta, por enquanto, apoio científico.

O grande drama da pré-história americana é o escasso número de restos humanos que poderiam ser atribuídos, com certeza, às épocas pleistocênicas muito antigas. No caso brasileiro, como dito anteriormente, nenhum resto humano é anterior a 12000 anos BP. Mas o fato de que não se tenham encontrado esqueletos humanos com datas anteriores não contradiz as evidências da ocupação humana no Nordeste em datas muito anteriores aos achados ósseos. As terras ácidas existentes no solo brasileiro e as grandes áreas do trópico úmido, pou-co propícias à conservação de ossos, os ritos de incineração dos cadáveres, a pouca densidade demográfica e a falta de pesquisas, são fatores negativos na freqüência de achados esqueléticos humanos.

Embora os vestígios da cultura material sejam suficientes para a determinação de um grupo étnico, não podemos esquecer que, através da análise das amostras ósseas, uma infinidade de dados pode ser acrescentada para se completar o perfil cultural de um determinado grupo pré-histórico. Através do estudo da patologia pode-se reconhecer a nutrição, as moléstias, a longevidade e a pâleo-demografia das populações. A localização e a escavação sistemática de uma necrópole pré-histórica pode ser, às vezes, muito mais ilustrativa para o conhecimento da pré-história de uma região do que o estudo de sítios de habitação, especialmente quando no trabalho de campo houve perfeito entrosamento entre o arqueólogo e o antropólogo físico.

Os aspectos vestigiais que caracterizam a pré-história podem ser especialmente ricos e ilustrativos no estudo das necrópoles. Além dos aspectos puramente biológicos, eles fornecem numerosos dados relativos à hierarquia, adornos e rituais fúnebres, restos de alimentos procedentes do banquete fúnebre ou das oferendas, que são informações de grande valor para se complementar o estudo da antropologia física dos antigos habitantes do Brasil. Outro fator de sua importância dentro do contexto arqueológico das necrópoles, é a possibilidade de datações absolutas diretamente dos ossos humanos, pelo carbono-14, nitrogênio e flúor, além das bases alimentares fornecidas pelo carbono 12 e 13.

Num sítio arqueológico, dependendo da formação do sedimento e de agentes externos, existe a possibilidade de que elementos culturais intrusivos

por percolação, sejam considerados contemporâneos das datações obtidas dos carvões das fogueiras e associados erradamente a elas. A partir de ossos, pelo contrário, qualquer datação obtida é inquestionável e independentemente do seu universo cultural, é possível situar um indivíduo no seu tempo.

Caberia agora se perguntar que tipos humanos povoaram e se adaptaram à região semi-árida do Nordeste brasileiro. Sobre os habitantes do litoral, que entraram em contato com portugueses e franceses, existem muitos relatos e crônicas que os retratam com maior ou menor aproximação, inclusive com grande quantidade de desenhos e gravuras como é o caso muito conhecido de Hans Staden, um jovem marinheiro alemão que viveu entre os Tupinambá, na primeira metade do século XVI, deixando no seu relato “*Viagem ao Brasil*”, valiosa documentação gráfica dos usos, costumes e aspecto físico desses índios. Porém, geralmente, esses relatos carecem de valor científico em termos de antropologia física. Sobre outras regiões do Brasil existem estudos de populações humanas tais como o Homem de Lagoa Santa, que deu nome a toda uma raça sul-americana, ou os estudos sobre o Homem do Sambaqui, bastante completos.

Em menos de dez anos, o conhecimento das populações pré-históricas do Nordeste teve significativo aumento. Para isso contribuíram as escavações sistemáticas de três importantes necrópoles pré-históricas, em Pernambuco, em Sergipe e no Rio Grande do Norte, além dos achados do SE do Piauí.

*A mulher mais antiga do Nordeste:
10.000 anos, São Raimundo Nonato, PI*

A respeito de esqueletos pré-históricos, a descoberta mais importante da região foi, sem dúvida, o esqueleto achado na Toca da Janela da Barra do Antonião, em São Raimundo Nonato (PI), escavado em 1990, por Niède Guidon, tanto pelos resultados obtidos como pelas circunstâncias do achado. Possivelmente não se trata de um enterramento e sim do corpo de uma mulher que se encontrava deitada em posição fletida junto a uma fogueira, quando um bloco, de cerca de seis toneladas, desprende-se do teto do abrigo nas proximidades. A onda expansiva, provocada pela queda, ter-lhe-ia causado a morte, inclusive separando a cabeça do resto do corpo. O esqueleto está em perfeito estado de conservação e o carvão da fogueira foi datado em 9670 anos BP. O abrigo, situado no calcário pré-cambriano proporcionou, também, durante as escavações arqueológicas, milhares de restos de vertebrados do pleistoceno superior além de evidências de ocupação humana.

O esqueleto foi estudado pela antropóloga francesa Evelyne Peyre que o descreveu como pertencente a uma mulher adulta, extremamente grácil, com caracteres cranianos arcaicos robustos e idade aproximada de 30 anos. Foi considerado um dos esqueletos mais completos e melhor conservados da América do Sul, em relação com outros de cronologias paralelas, ressaltando-se o estado da sua mandíbula como "única". Em consequência, foi possível realizar-se um estudo acurado do achado e estabelecer-se comparações com outros protótipos de cronologias sulamericanas semelhantes, confirmando-se a morfologia brasileira descrita para os crânios de Lagoa Santa. O crânio da mulher do sítio do Antônio foi descrito como possuidor de uma calota espessa e baixa, parietais pequenos, face curta e grossos molares. Os dentes, com esmalte liso e branco sugerem alimentação sadia e ausência de doenças infantis descalcificantes; o desgaste rápido dos molares indica também alimentação dura e com mastigação demorada. Seis cáries apenas significam uma dentadura sadia para a idade de uma mulher de trinta anos e que teve vários partos. O diagnóstico final da Dra. Peyre qualifica textualmente o esqueleto do sítio do Antônio "como de uma mulher adulta, de 1,55m de estatura e crânio de características arcaicas".

Ainda na área de São Raimundo Nonato, na Toca do Paraguaio, foram achados dois esqueletos, um deles pertencente a uma mulher colocada em posição fletida numa cova rodeada de pedras, sobre a qual foi acesa uma fogueira. O achado obteve uma datação radiocarbônica de 8670 anos BP.

O grupo humano da Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, PE

O abrigo da Furna do Estrago foi escavado por Jeannette Lima, entre 1982 e 1985. É um pequeno abrigo sob rocha de formação granítica e foi ocupado por caçadores pré-históricos desde o início do holoceno. Sua primeira ocupação data de 11000 anos BP e entre 2000 e 1000 anos BP foi intensamente utilizado como cemitério indígena, de tal forma que, enterramentos mais recentes destruíram em alguns casos os mais antigos. No período final da sua utilização como necrópole, a prática da incineração generalizou-se nos rituais funerários, fase cultural datada em torno de 1000 anos BP, período mais recente da ocupação da gruta.

O número elevado de esqueletos exumados (mais de oitenta) em bom estado de conservação na sua maioria, permitiu o estudo morfológico e paleopatológico de 60 indivíduos, trabalho realizado por Marília Alvim e Sheila Mendonça de Souza. Outras informações importantes foram obtidas da escavação do abrigo, tais como restos alimentares, adornos e instrumentos ósseos,

material lítico e cerâmico, este último em pequena quantidade, além da identificação dos ritos funerários utilizados pelo grupo que parece ter sobrevivido na região a base da caça e da coleta, numa área de brejo do agreste pernambucano.

Do exame feito em 60 esqueletos, Marília Alvim chegou à conclusão de que se tratava de uma população homogênea de braquicéfalos. Entre os indivíduos estudados foram identificados nove lactantes, sete crianças, cinco adolescentes, dois sub-adultos, dezesseis adultos, dezesseis adultos maduros e um adulto velho. Quanto às taxas de mortalidade verificou-se que, entre zero e um ano estavam abaixo da estimativa (12,50%). Nos cinco primeiros anos de vida a mortalidade foi algo menor (12,43%), com queda brusca de cinco a dez e de dez a quinze anos (5,43%) e depois ascendendo gradualmente entre trinta e cinco e quarenta anos (16,08%), faixa etária de maior mortalidade. A fertilidade feminina foi estimada em 4 a 5 filhos por mulher prolifera. A expectativa de vida para os índios da Furna do Estrago era de 24 anos de vida. O grupo humano do Estrago apresenta constituição robusta com estatura média de 1,60 m para os homens e 1,52 para as mulheres; crânios arredondados de grande e média altura e capacidade craniana também média de 1419 cm³ para os crânios masculinos e 1374 cm³ para os femininos. Têm nariz largo, arcos zigomáticos moderadamente projetados e órbitas altas com grande largura interorbital.

As páleo-patologias foram identificados por Sheila Mendonça que registrou lesões traumáticas que atingiam principalmente os segmentos inferiores do corpo. Traumas ósteo-articulares agudos e crônicos e numerosas fraturas de ossos, com as conseqüentes seqüelas, também estavam evidentes, resultantes tantos de traumatismos por acidente (quedas) como de patologias constatadas, com maior incidência entre a população masculina.

Em relação aos dentes, verificou-se perda de 40% durante a vida dos indivíduos e abrasão intensa em conseqüência da mastigação de alimentos duros. Não foi observado desgaste dentário proposital ou mutilação voluntária e as cáries aparecem em 53,84% dos indivíduos.

Na análise comparativa utilizou-se a incidência de 65 variantes epigenéticas cranianas comparando-se o grupo da Furna do Estrago com o Homem de Lagoa Santa, com os construtores do sambaqui de Cabeçuda, em Santa Catarina, com os atuais Botocudos do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais e com os índios Tenetehara-Guajajara do Maranhão. Com essas comparações, as pesquisadoras chegaram à conclusão de que o grupo humano da Furna do Estrago apresentava afastamento biológico em relação aos grupos das populações afins e poderia ser considerado como uma expressão regional, conseqüência de derivação genética, formando uma população diversa e uniforme, um ancestral dos

atuais índios braquicéfalos do Nordeste do Brasil, os chamados "cabeças chatas".

O cemitério indígena do Justino, no vale médio de São Francisco, em Sergipe.

Descoberto em 1990, o cemitério indígena do Justino está localizado nas margens do rio São Francisco, sobre um terraço fluvial, na confluência com o riacho Curitiba, município de Canindé, no Estado de Sergipe. Sua escavação forma parte do projeto de salvamento arqueológico de Xingó, na área onde se construiu o reservatório e a hidroelétrica.

É, até hoje, a maior necrópole indígena do Nordeste, sistematicamente escavada, desde 1991, por Cleonice Vergne, da Universidade Federal de Sergipe. É o mais impressionante conjunto funerário descoberto no Nordeste, inclusive pela sua posição insólita, na confluência de dois rios, sujeita a periódicas inundações, como a mais recente, em 1994, que deixou 80 centímetros de sedimento, destruindo parte da estratigrafia. Os enterramentos acumulam-se numa profundidade estratigráfica de dois a seis metros e acredita-se que se tenha atingido as ocupações mais antigas até o encerramento da escavação em maio de 1994, pela iminente formação do lago que alimenta a hidrelétrica de Xingó, no rio São Francisco. Foram exumados 157 esqueletos completos, além dos inúmeros restos de outros que haviam sido destruídos por enterramentos posteriores.

A área, hipoteticamente delimitada como base do cemitério a julgar pela geomorfologia do terraço, é formada por areias, seixos e argilas e tem 1532 m². Escavou-se, aproximadamente, um terço da jazida, num perímetro aproximado de mil metros quadrados da área escavável. Foram delimitadas 18 fases verticais, atendendo-se ao aparecimento dos esqueletos superpostos densamente em algumas áreas do sítio. Foram também assinaladas quinze grandes fogueiras estruturadas, seguramente rituais, e coletadas em torno de 20.000 peças arqueológicas líticas, cerâmicas e ósseas além de restos alimentares procedentes do enxoval funerário. Os esqueletos se apresentavam em posição fetal ou dorsal e, por vezes, fora de posição anatômica, indicando, possivelmente, enterramentos secundários. Foram obtidas seis datações radiocarbônicas de 1280, 1770, 2500, 3270, 4340, e 8950 anos BP.

O estudo dos esqueletos está sob a responsabilidade de Évelyne Peyre do Musée de l'Homme de Paris, que fez uma primeira visita ao sítio para oferecer treinamento na técnica de levantamento dos esqueletos, de forma que, até o mo-

mento as informações sobre a morfologia dos esqueletos se reduz à constatações de que se trata de uma população uniforme, de braquicéfalos, que utilizou o terraço como cemitério por longos períodos de tempo. Evidenciou-se, também, a presença de cerâmica até a camada de ocupação datada de 4340 anos BP.

O estudo completo de tão importante conjunto esquelético é de particular importância para se conhecer as populações indígenas que povoaram o médio e baixo vale do São Francisco na pré-história. São os únicos esqueletos completos que se conhecem na área, pois a Gruta do Padre, em Pernambuco, outra importante necrópole situada também nas margens do São Francisco, foi utilizada por grupos indígenas que praticavam exclusivamente ritos funerários de incineração, ficando assim prejudicado o estudo biológico dos restos ósseos, dos quais se tem recuperado muito pouco.

O grupo humano do Sítio do Alexandre, no Rio Grande do Norte

O sítio Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, está situado na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, onde se desenvolve, com uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco, o Projeto Arqueológico do Seridó. O abrigo foi utilizado como cemitério por longos períodos e nele realizados ritos funerários diversos como enterramentos primários e secundários, e fogueiras rituais em alguns casos que não chegaram a queimar os cadáveres. No total até o momento, foram exumados restos de 28 esqueletos.

Vários dados dão especial importância ao cemitério do Alexandre. O primeiro são as datações muito antigas para alguns dos enterramentos; o mais antigo, de 9400 anos BP, corresponde ao enterramento secundário de uma criança de cinco anos. Essa data relaciona-se à obtida em 1986 no abrigo Mirador, em Parelhas, localidade vizinha ao sítio do Alexandre, e que pertence igualmente à bacia do rio Seridó. Também nesse caso tratava-se de enterramentos infantis, datados de 9410 anos BP, exumados nas primeiras sondagens efetuadas num abrigo sob-rocha com pinturas rupestres. Essas datações são, em consequência, praticamente contemporâneas da mulher encontrada na Toca do Antonião, no Piauí, mas infelizmente não foi possível se fazer uma análise mais acurada dos restos ósseos por se tratar de crianças e em estado de conservação extremamente precária.

Outra datação de 8280 anos BP, obtida no carvão vegetal coletado na bacia do esqueleto, corresponde a uma mulher, cuja idade foi calculada por Marília Alvim entre 30 e 35 anos. A 50 centímetros de profundidade por debaixo desse esqueleto, foi exumado outro, pertencente, também, a uma mulher de apro-

ximadamente 50 anos, que ainda não foi datado, mas que poderia ser mais antigo que o anterior.

Um enterramento secundário com restos ósseos de quatro indivíduos, arrumados numa cova forrada de pedras, foi datado em 4710 anos BP. Junto a estes restos, coletou-se o esqueleto de um adulto masculino, com enterramento primário e datado de 4.160 anos BP. Nos enterramentos mais recentes, as datas são de 2.890 a 2.620 anos BP.

Na análise morfoscópica, realizada por M. Alvim e D. Uchôa, constatou-se a predominância de doliocrânios, enquanto que pela análise craniométrica, o conjunto esquelético do sítio do Alexandre apresenta indivíduos doliocrânios (longos), hiperdolioscrânios (muito longos), mesocrânios (médios) e hiperbraquicrânios (muito largos).

Os crânios de Jacobina, na Bahia

Na Gruta das Onças, em Jacobina, na Bahia, região onde Maria da Conceição Beltrão desenvolve um amplo projeto arqueológico, foram achados dois crânios doliocéfalos, descritos por Marília Alvim como semelhantes ao Homem de Lagoa Santa. Pertencem a uma mulher jovem e a uma criança de nove anos de idade aproximadamente. Os crânios não puderam ser datados porque foram arrastados pelas águas que penetraram na gruta. Coletados com restos de fauna extinta - preguiça gigante principalmente - apresentam, sem dúvida, características arcaicas.

Estes são dados concretos que pudemos reunir em relação aos achados de restos esqueléticos humanos antigos no Nordeste, entre os quais se obtiveram datações radiocarbônicas e se estão realizando estudos das suas características físicas e patologias. Existe, porém uma infinidade de notícias, em publicações não especializadas, que nos falam de enterramentos indígenas em furnas, abrigos e "chãs".

Datações de Carbono-14 Obtidas nos sítios pré-históricos do Nordeste

A relação de sítios pré-históricos que, a continuação, se enumeram, corresponde às jazidas pré-históricas do Nordeste que foram escavadas, total ou parcialmente, e das quais se obtiveram datações radiocarbônicas. A divisão por estados permite uma visão de conjunto da maior ou menor concentração de

pesquisas sistemáticas e sítios datados na região. Observa-se, então, que junto a um número considerável de datas em Pernambuco, resultado do trabalho de diversos arqueólogos que atuam ou atuaram nesse Estado, existe uma grande concentração no Piauí, particularmente na área arqueológica de São Raimundo Nonato, em contraste com total ausência no Ceará, o que reflete a falta de pesquisas arqueológicas naquele Estado no qual, porém, existem notícias de grandes concentrações de sítios pré-históricos, principalmente registros rupestres e abrigos com enterramentos.

As datações foram calculadas segundo o termo internacional AP "antes do presente" (*BP before present*), mundialmente usado a partir de 1950, ano em que Willard Frank Libby (1908-1980) obteve a primeira datação radiocarbônica na Universidade de Chicago. Libby recebeu o prêmio Nobel de Química em 1960.

Os casos em que o número da amostra não consta junto à sigla do laboratório, devem-se à circunstância de não terem sido citados pelos autores das publicações através das quais se obteve a informação.

DATAÇÕES RADIOCARBÔNICAS (C-14) DOS SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DO NORDESTE - BP

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
------	-------------	-------	------------	------

MARANHÃO

2495	SI	Ilha de São Luís	São Luís	MA
2655	SI	Ilha de São Luís	São Luís	MA
2520	SI	Lago Cajari	Penalva	MA

PIAÚ

6150 ± 50	GIF 8108	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
6160 ± 130	GIF 5863	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7220 ± 80	GIF 8390	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7230 ± 80	GIF 7242	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7640 ± 160	GIF 4928	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7750 ± 80	GIF 6161	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8050 ± 170	GIF 4625	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8450 ± 80	GIF 6162	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8600 ± 60	GIF 8350	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
9506+135 -132	FZ 436	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
9800 ± 60	GIF 8351	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
10.040 ± 80	GIF 8389	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
10.050 ± 80	GIF 8352	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
10.400 ± 180	GIF 5862	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
13.989+167-164	FZ 433	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
14.300 ± 210	GIF 6159	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
17.000 ± 400	GIF 5397	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
18.310 ± 190	BETA 22086	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
19.300 ± 200	GIF 8125	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
21.400 ± 400	GIF 6160	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
23.500	GIF 5309(6)	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>25.000	GIF 5398	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>25.000	GIF 5648	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
25.200 ± 320	GIF 6147	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
25.600 ± 450	GIF 8353	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
26.300 ± 600	GIF 5963	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
26.300 ± 800	GIF 6309	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
26.400 ± 500	GIF 5962	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
27.000 ± 800	GIF 6308	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
28.600 ± 600	GIF 6654	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI

Pré-História do Nordeste do Brasil

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
------	-------------	-------	------------	------

PIAUI

28.860	GIF 5398(7)	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
29.740 ± 650	GIF 8354	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
29.860 ± 650	GIF 6651	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
31.500 ± 950	GIF 6041	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
31.700 ± 830	GIF 6652	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
31.860 ± 560	BETA 22085	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
32.160 ± 1000	GIF 6653	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
›37.350	BETA 28831	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
›39.200	BETA 22858	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
39.500 ± 1600	GIF TAN 89357	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
40.800+4420-1850	GIF 7619	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
41.000+3000-2200	GIF 8355	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
41.500+4200-3100	GIF 7681	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
42.400 2600	GIF TAN 89097	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
›42.600	GIF TAN 89354	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
›47.000	GIF TAN 89098	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
›48.000	GIF TAN 89265	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8.800 ± 60	BETA 47494	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
8.960 ± 70	BETA 47493	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
9.200 ± 60	BETA 65856	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
12.200 ± 600	GIF 4628	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
12.330 ± 230	GIF 5403	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
13.900 ± 300	GIF 4927	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
14.300 ± 400	GIF 5399	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
20.280 ± 450	BETA 65350	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
7.610 ± 80	GIF 6438	Cald. do Rodrigues I	S. R. Nonato	PI
9.480 ± 170	GIF 5650	Cald. do Rodrigues I	S. R. Nonato	PI
18.600 ± 600	GIF 5406	Cald. do Rodrigues I	S. R. Nonato	PI
9.700 ± 120	MC 2481	Toca da B. Vista II	S. R. Nonato	PI
9.850 ± 120	MC 2513	Toca da B. Vista II	S. R. Nonato	PI
5.090 ± 110	GIF 5865	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
7.730 ± 140	GIF 4624	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
9.160 ± 170	GIF 5864	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
9.730 ± 140	GIF 4629	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
3.800 ± 70	GIF 7376	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
4.920 ± 70	GIF 7739	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
5.200 ± 80	GIF 7377	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
PIAUI				
6.420 ± 120	BETA 20701	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
7.010 ± 170	GIF 7741	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
7.350 ± 180	BETA 20700	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
9.540 ± 170	GIF 5414	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
9.650 ± 100	BETA 32972	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
10.530 ± 110	BETA 32971	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
7.180 ± 90	GIF 4926	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
8.050 ± 170	GIF 4626	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
8.080 ± 170	GIF 4925	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
9.700 ± 200	GIF 4627	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
7.000 ± 100	MC 2509	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
8.600 ± 100	MC 2510	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
8.670 ± 120	MC 2480	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
8.780 ± 120	MC 2480	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
2.790 ± 110	GIF 4924	Toca do Vento	S. R. Nonato	PI
2.950 ± 110	GIF 4923	Toca do Vento	S. R. Nonato	PI
2.880 ± 90	GIF 5404	Toca do Vento	S. R. Nonato	PI
2.840 ± 100	GIF 5004	Toca do Morcego	S. R. Nonato	PI
4.290 ± 110	GIF 5005	Toca do Morcego	S. R. Nonato	PI
4.730 ± 110	GIF 5401	Toca da Extrema II	S. R. Nonato	PI
240 ± 40	GIF 8671	T. da Barra Antônio	S. R. Nonato	PI
985 ± 65	BETA 28832	T. da Barra Antônio	S. R. Nonato	PI
1.920 ± 130	GIF-TAN 90038	T. da Barra Antônio	S. R. Nonato	PI
6.270 ± 140	GIF 7374	T. da Barra Antônio	S. R. Nonato	PI
9.670 ± 140	GIF 8712	T. da Barra Antônio	S. R. Nonato	PI
1.690 ± 110	GIF 3225	Ald. da Queimada Nova	S. R. Nonato	PI
420 ± 50	GIF 6437	Toca do Pitombi	S. R. Nonato	PI
3.010 ± 60	GIF 7606	Toca do Pinga do Boi	S. R. Nonato	PI
3.320 ± 60	GIF 7607	Toca do Pinga do Boi	S. R. Nonato	PI
2.090 ± 110	GIF 3223	Toca do Congo I	S. R. Nonato	PI
6.990 ± 70	GIF 6148	T. da Entrada do Pajaú	S. R. Nonato	PI
7.940 ± 90	GIF 6958	T. da Baixa do Cipó	S. R. Nonato	PI
8.700 ± 90	GIF 6957	T. da Baixa do Cipó	S. R. Nonato	PI
2.290 ± 60	GIF 7810	T. de Cima do Pilão	S. R. Nonato	PI
10.390 ± 80	BETA 27345	T. de Cima do Pilão	S. R. Nonato	PI

Pré-História do Nordeste do Brasil

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
------	-------------	-------	------------	------

PERNAMBUCO

195 ± 75	MC 1047	Camará	Bom Jardim	PE
195 ± 75	MC 1012	Caverna do Nunes	Bom Jardim	PE
257 ± 90	GIF 1628	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
270 ± 85	MC 1054	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
295 ± 75	MC.1088	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
330 ± 110	MC 1083	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
360 ± 135	MC 1082	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
370 ± 95	MC 1053	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
463 ± 50	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
494 ± 80	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
556 ± 50	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
945 ± 85	MC 1052	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.040 ± 60	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.148 ± 60	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.256 ± 80	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.324 ± 95	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.560 ± 90	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.936 ± 100	GIF 1627	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.995 ± 85	MC 1052	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.025.± 95	MC 1026	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.086.± 25	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.884 ± 150	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
3.650 ± 115	MC 1084	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.460 ± 100	MC 1013	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.590 ± 100	MC 1044	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.954 ± 100	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
5.600 ± 130	MC 1081	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
5.603 ± 100	MC 1043	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
5.935 ± 135	MC 1028	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.330 ± 125	MC 1059	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.600 ± 150	MC 1061	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.820 ± 190	MC 1087	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.900 ± 135	MC 1045	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
7.152 ± 140	MC 1027	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
7.300 ± 140	MC 1060	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
7.820 ± 150	MC 1055	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
8.100 ± 135	MC 1042	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
PERNAMBUCO				
9.520 ± 160	MC 1056	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
11.000 ± 250	MC 1046	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
300 ± 85	MC 1024	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
380 ± 70	MC 1041	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.770 ± 100	MC 1034	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.620 ± 90	MC 1039	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.900 ± 95	MC 1040	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
3.450 ± 100	MC 1051	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
3.450 ± 160	MC 1023	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.515 ± 115	MC 1036	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.085 ± 120	MC 1037	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.225 ± 125	MC 1038	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
8.400 ± 200	MC 1003	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
300 ± 85	MC 1035	Angico (2)	Bom Jardim	PE
500 ± 50	MC 1002	Angico	Bom Jardim	PE
973 ± 65	SI 2342	Angico	Bom Jardim	PE
1.515 ± 80	MC 1031	Angico	Bom Jardim	PE
4.758 ± 90	MC 7	Angico 3	Bom Jardim	PE
4.769 ± 90	MC 7	Angico 3	Bom Jardim	PE
480 ± 80	BA 200	Caverna Funerária	Bom Jardim	PE
1.220 ± 80	BA 202	Caverna Funerária	Bom Jardim	PE
540 ± 70	MC 1011	Sítio das Grutas	Bom Jardim	PE
1.115 ± 60	BA 203	Sítio das Grutas	Bom Jardim	PE
4.650 ± 150	MC 1007	Sítio das Grutas	Bom Jardim	PE
670 ± 200	MC 1076	Derby	Bom Jardim	PE
730 ± 115	MC 1075	Derby	Bom Jardim	PE
1.050 ± 120	MC 1078	Derby	Bom Jardim	PE
1.100 ± 500	MC 1080	Derby	Bom Jardim	PE
1.470 ± 270	MC 1073	Derby	Bom Jardim	PE
1.510 ± 150	MC 1074	Derby	Bom Jardim	PE
1.010 ± 85	MC 1033	Cercado	Bom Jardim	PE
1.295 ± 95	MC 1030	Cercado	Bom Jardim	PE
2.200 ± 80	BA 201	Abrigo Funerário 1	Bom Jardim	PE
2.266 ± 110	GIF 1255	PE-16	Petrolina	PE
2.802 ± 110	SI 637	PE-16	Petrolina	PE
1.040 ± 50	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE

Pré-História do Nordeste do Brasil

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
PERNAMBUCO				
8.495 ± 70	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE
9.150 ± 90	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE
11.060 ± 90	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE
1.760 ± 90	GIF 5878	Peri-Peri	Venturosa	PE
2.030 ± 50	CSIC 605	Peri-Peri	Venturosa	PE
980 ± 60	CSIC 808	Leteiro do Sobrado	Petrolândia	PE
1.230 ± 50	CSIC 807	Leteiro do Sobrado	Petrolândia	PE
1.630 ± 60	CSIC 806	Leteiro do Sobrado	Petrolândia	PE
1.680 ± 50	BETA 21519	Leteiro do Sobrado	Petrolândia	PE
6.390 ± 80	CSIC 809	Leteiro do Sobrado	Petrolândia	PE
2.760 ± 60	GIF 7243	Abrigo do Sol Poente	Petrolândia	PE
2.200 ± 11	SI 1255	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
2.360 ± 50	CSIC 805	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
2.720 ± 110	SI 637	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
3.630 ± 70	CSIC 803	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
4.590 ± 70	CSIC 804	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
5.280 ± 120	CSIC 821	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
7.580 ± 410	SI 644	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
360 ± 50	CSIC 802	Queima Cocão	Itacuruba	PE
270 ± 150	BaH 1088-A	PE 48-MXa	Buíque	PE
2.780 ± 190	BaH 1256	PE 91-MXa	Buíque	PE
3.870 ± 200	BaH 1252	PE 91-MXa	Buíque	PE
4.390 ± 200	BaH 1253	PE 91-MXa	Buíque	PE
6.240 ± 110	BaH 1052	PE 91-MXa	Buíque	PE
6.640 ± 95	BaH 1053	PE 91-MXa	Buíque	PE
1785 ± 49	CSIC - 1070	Alcobaça	Buíque	PE
1766 ± 24	CSIC 1026	Alcobaça	Buíque	PE
150 ± 150	BaH 1255	PE 107-Cm	São Lourenço da Mata	PE
225 ± 150	BaH 1084-A	PE 86-Cm (S. Verde)	São Lourenço da Mata	PE
510 ± 150	BaH 1086-A	PE 93-Cm	São Lourenço da Mata	PE

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
------	-------------	-------	------------	------

PERNAMBUCO

785 ± 150	BaH 1087-A	PE 95-Cm	São Lourenço da Mata	PE
2.130 ± 400	BaH 1085-A	PE 94-Cm	São Lourenço da Mata	PE
510 ± 150	BaH 1254	PE 123-PJa	Triunfo	PE
340 ± 150	BaH 1331	PE 137-BGa	Araripina	PE

SERGIPE

1.280 ± 45	BaH	Justino	Canindé do São Francisco	
1.770 ± 60	BaH	Justino	Canindé do São Francisco	
2500	FZ	Justino	Canindé do São Francisco	
3.270 ± 135	BaH	Justino	Canindé do São Francisco	
4340	BETA	Justino	Canindé do São Francisco	
8950	BETA	Justino	Canindé do São Francisco	

RIO GRANDE DO NORTE

417 ± 60	SI 2365	RN-BO-16	Florânia	RN
1.184 ± 65	SI 2364	RN-JE-17	Florânia	RN
1.704 ± 65	SI 2366	RN-BO-16	Sen. Georgino	RN
2.620 ± 60	CSIC 1061	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN RN
2.860 ± 25	CSIC 945	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
2.890 ± 25	CSIC 966	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
4.160 ± 70	CSIC 1054	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
4.710 ± 25	CSIC 943	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
5.790 ± 60	CSIC 1060	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN

Pré-História do Nordeste do Brasil

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
------	-------------	-------	------------	------

RIO GRANDE DO NORTE

6.010 ± 60	CSIC 1052	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
8.280 ± 30	CSIC 965	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
9.400 ± 35	CSIC 967	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
9.400 ± 90	CSIC 105	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
9.410 ± 110	CSIC 720	Mirador	Parelhas	

BAHIA

206 ± 90	GIF 1254	BA-1h-13	Simões Filho	BA
1.112 ± 90	SI 542	Guipe	Simões Filho	BA
314 ± 65	SI 820	BA-RG-19	Ituaçú	BA
566 ± 95	SI 821	BA-SO-26	Ituaçú	BA
608 ± 50	SI 541	Beliscão	Esplanada	BA
700 ± 130	SI 541	Zacarias	Campo Formoso	BA
3.230 ± 210	BETA 13929	Toca do Cosmo	Central	BA
2.020 ± 130	BETA 17841	Toca da Esperança	Central	BA
3.570 ± 60	GIF 7495	Toca da Esperança	Central	BA
3.820 ± 340	GIF 7300	Toca da Esperança	Central	BA
5.180 ± 80	GIF 7577	Toca da Esperança	Central	BA
6.030 ± 80	GIF 7576	Toca da Esperança	Central	BA
6.030 ± 80	GIF 7578	Toca da Esperança	Central	BA
6.330 ± 150	GIF 7301	Toca da Esperança	Central	BA
6.450 ± 150	GIF 7496	Toca da Esperança	Central	BA
1.270 ± 60	GIF 7494	Toca dos Búzios	Central	BA
1.460 ± 130	BETA 10453	Toca dos Búzios	Central	BA
1.660 ± 120	BETA 10454	Toca dos Búzios	Central	BA
800 ± 60	BETA 10016	Abrigo Pilão	Central	BA
860 ± 60	BETA 10604	Abrigo Pilão	Central	BA
9.390 ± 90	BETA 10017	Abrigo Pilão	Central	BA
1.137 ± 60		Abrigo da Lesma	Central	BA
2.712 ± 60		Abrigo da Lesma	Central	BA
978 ± 120	SI 472	Saloba	Curuça	BA
1.081 ± 250	GIF 1440	BA-RG-3	São Desidério	BA
2.245 ± 110	GIF 877	Pedra Oca	Peri-peri	BA

continuação

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
------	-------------	-------	------------	------

BAHIA

2.709 ± 110	GIF 878	Pedra Oca	Peri-peri	BA
2.915 ± 130	SI 470	Pedra Oca	Peri-peri	BA
420 ± 160	BaH 1525	Itacoatiara I	Rodelas	BA
570 ± 160	BaH 1531	Itacoatiara I	Rodelas	BA
580 ± 160	BaH 1528	Itacoatiara I	Rodelas	BA
1.130 ± 160	BaH 1530	Itacoatiara I	Rodelas	BA
1.310 ± 160	BaH 1534	Itacoatiara I	Rodelas	BA
1.590 ± 170	BaH 1533	Itacoatiara I	Rodelas	BA
2.290 ± 170	BaH 1529	Itacoatiara I	Rodelas	BA
780 ± 150	BaH	Paraíso	Rodelas	BA
3.840 ± 180	BaH	Paraíso	Rodelas	BA
3.120 ± 170	BaH	Guga	Rodelas	BA
3.240 ± 180	BaH	Guga	Rodelas	BA
2.750 ± 170	BaH	Vinho	Rodelas	BA
4.980 ± 75	SI-6954		Sta Maria da Vitória	BA
6.520 ± 100	SI-6953		Sta Maria da Vitória	BA
8.860 ± 115	SI-5565	BA-RC-28	Coribe	BA
16.200 ± 290	SI-6752	BA-RC-28	Coribe	BA
18.570 ± 130	SI-6751	BA-RC-28	Coribe	BA
21.090 ± 420	SI-6750	BA-RC-28	Coribe	BA
26.600 ± 620	SI-6292	BA-RC-28	Coribe	BA
26.900 ± 570	SI-6293	BA-RC-28	Coribe	BA
>43.000		BA-RC-28	Coribe	BA

PARAÍBA

6921 ± 33	CSIC 1390	Serra Branca I	Vieirópolis	PB
Calibrada AP 7773-7633				

GIF: Laboratoire des Faibles Radioactivités - CNRS, Gif-Sur-Yvette (França)

MC: Centre de Recherches (Mônaco)

BETA: Beta Analytic, Miami - USA

SI: Smithsonian Institution, Washington - USA

CSIC: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid - Espanha

FZ: Departamento de Física, UFCE, Fortaleza - Brasil

BaH: Laboratório de Física Nuclear Aplicada, Pós-Graduação em Geofísica, UFBA, Salvador - Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO III

- ALVIM, Marília Carvalho de Mello. (1991). O grupo pré-histórico da Furna do Estrago, Pernambuco, e suas relações biológicas com outras populações pré-históricas e atuais do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro,(1987, Recife). UFPE, p. 79-82.
- ALVIM, Marília Carvalho de Mello; FERREIRA, Fábio da Costa. (1985). Os esqueletos do abrigo Toca do Paraguaio, município de São Raimundo Nonato, Piauí. **Cadernos de Pesquisa** n.4, Série Antropológica, III. Teresina, UFPI, p.239-261.
- ALVIM, Marília Carvalho de Mello; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila. (1990). Relações biológicas entre populações indígenas atuais e pré-históricas do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 6. Recife, UFPE, p.69-79.
- BARBOSA, Altair Sales. (1991). Projeto Serra Geral.. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p. 35-38
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; DANON, J.A.; DORIA, F.A.M. (1988). **Datação absoluta mais antiga para a presença humana na América**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- BRYAN, Alan L.; GRUHN, Ruth. (1984). Stone and bone artifacts with pleistocene fauna in two cave sites in interior Bahia, NE, Brazil. **Current Research in the Pleistocene**, v.2. Orono, p. 7-9.
- CARTELLE, C.; BELTRÃO, M.C. (1985). Notícia prévia sobre o achado do homem de Lagoa Santa na Bahia. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Paleontologia**. Fortaleza, p. 148.
- DILLEHAY, Tom D. (1989). **Monte Verde, A late Pleistocene Settlement in Chile**. v.1. Paleoenvironment and site contexte. Smithsonian Institution Press, Washington and London, p. 252, il.
- GRUHN, Ruth; BRYAN, Alan L. (1991). A review of Lynch's description of South American pleistocene sites. **American Antiquity**, v.56, n.2.p. 342-348.
- LIMA, Jeannette Maria Dias de. (1985). Arqueologia da Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.2. Recife, UFPE. p. 97-113, il.
- LUMLEY, H.; LUMLEY, M.A.; BELTRÃO, M.C.; YOKOYAMA, Y.; LABEYRIE, J.; DANON, J.; DELIBRIAS, C.; FALGUERAS, C.; BISCHOFF, J. (1987). Présence d'outils taillés associés à une faune quaternaire datés du pléistocène moyen dans la toca da Esperança, région de central, Etat de Bahia, Brésil. **L'Anthropologie**, v.91, n.4, p. 917-942.
- _____; _____. (1988). Découverte d'outils taillés associés à des faunes du pleistocene moyen dans la Toca da Esperança, État de Bahia, Brésil. **Compte Rendu Académie des Sciences de Paris**, n. 306, p. 241-247. (Série, 2).

- LYNCH, Thomas F. The paleo-indians. In: J, JENNINGS (Ed.). (1983). **Ancient South-Americans**. San Francisco, p. 87-137.
- _____. (1990). Glacial-age man in south America: a critical review. **American Antiquity**, v.55, n.1. p. 12-36.
- MAC NEISH, Richard. (1976). Early Man in the New World. **American Scientist**, v.53, n.3, p. 317-327.
- _____. (1987). La importancia de los primeros doce sitios del Nuevo Mundo. **Orígenes del hombre americano (Seminário)** SEP. Mexico, p. 57-68.
- PEREIRA, M. (1980). Estudo antropológico das sepulturas I e II da Toca do Paraguaio, Serra da Capivara. **Cadernos de Pesquisa**, 1, Série Antropologia, I. Teresina, UFPI, p.53-100.
- PEYRE, Évelyne. (1993). Nouvelle découverte d'un homme préhistorique américain; une femme de 9.700 ans au Brésil. **C.R. Academie Sciences**, t.316, Paris, p. 839-842. (Série, 2).
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. (1990). O povoamento pleistocênico do Brasil. **Revista de Arqueologia Americana** n.1. Instituto Panamericano de Geografia e História, p.33-67.
- SCHOBINGER, Juan. (1988). 200.000 años del hombre en America: Que pensar? **Espacio, Tiempo y Forma**, Série, I- Prehistoria. Madrid, UNED, p. 375-395.
- SOUZA, Sheila M. Ferraz Mendonça de; ALVIM, Marília Carvalho de Mello. (1985). Paleo-demografia da população da Furna do Estrago, Pernambuco, **Anais da III Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**.
- VERGNE, Cleonice; AMÂNCIO, Suely. (1992). A necrópole pré-histórica do Justino, Xingó, Sergipe. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.8. Recife, UFPE, p. 171-18.

CAPÍTULO IV



ÁREAS ARQUEOLÓGICAS DO NORDESTE DO BRASIL

A Americanística foi sem dúvida um dos fatores históricos da nossa independência política.

Frederico Edelweis

O conceito de área arqueológica

Chamamos áreas arqueológicas às divisões geográficas que compartilham as mesmas condições ecológicas e nas quais está delimitado um número expressivo de sítios pré-históricos. Estes correspondem a assentamentos humanos onde se tenham observado condições de ocupação suficientes para se poder estudar os grupos étnicos que os povoaram. Os sítios devem ser escavados exaustivamente e de preferência pelas mesmas equipes de arqueólogos, como forma de se estabelecer uma sistemática comum e uma metodologia compatível com a área e suas condições ecológicas, buscando-se, assim, o conhecimento pré-histórico de todo um nicho ecológico, dos homens que o habitaram, seus meios de sobrevivência e estratégias de adaptação.

Para o estabelecimento de uma área arqueológica, que deverá ser pesquisada durante anos, parte-se, teoricamente, do estudo geomorfológico prévio de uma determinada microrregião que seja adequada para se iniciar a pesquisa arqueológica, e, em seguida, realizam-se prospecções extensivas nessa área escolhida. Não poucas vezes o achado é casual ou a notícia chegou através de

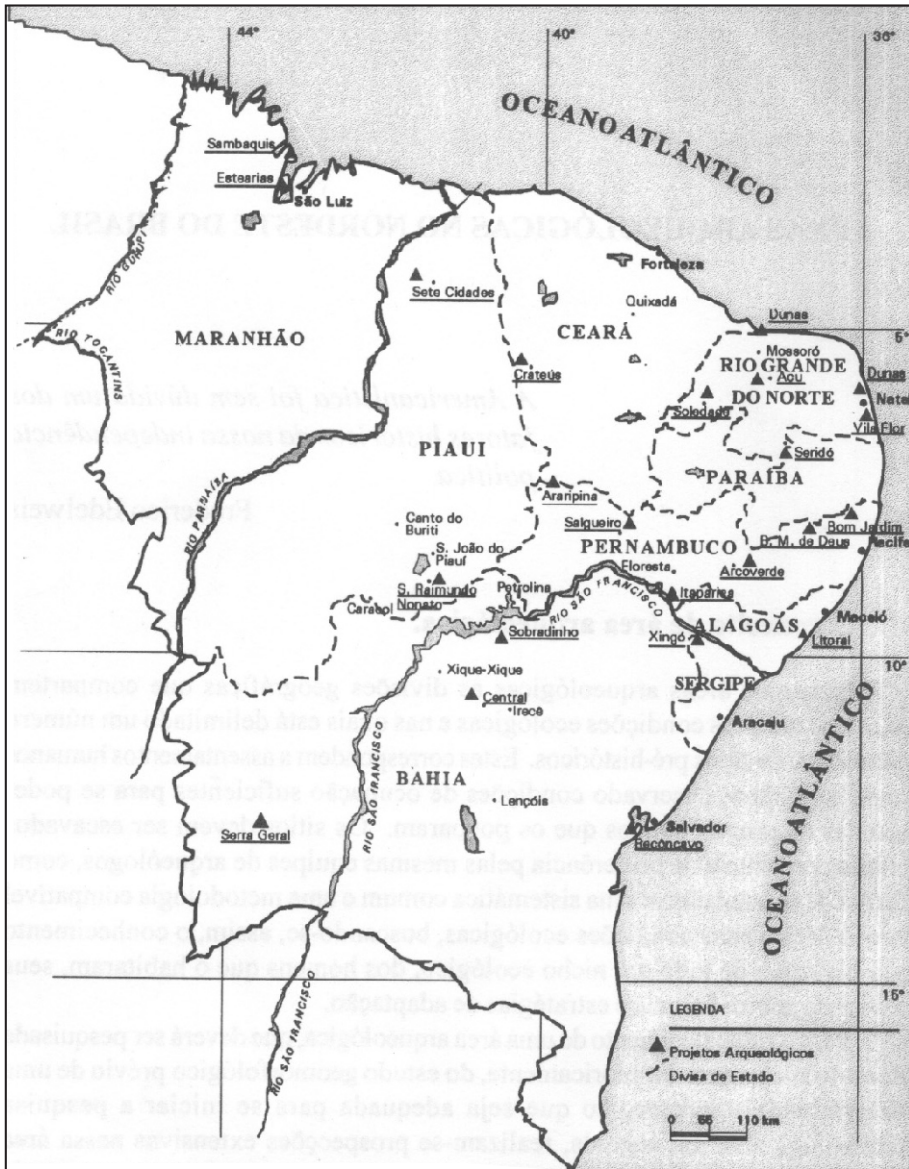


Figura 6. Projetos de Arqueologia pré-histórica desenvolvidos no Nordeste do Brasil.

um leigo que se interessava pela arqueologia da sua região, o que obriga a procura de maiores informações para o posterior estabelecimento da área arqueológica.

As microrregiões que participam de características geomorfológicas e climáticas semelhantes, poderão se transformar em áreas arqueológicas quando forem assinaladas ocupações pré-históricas que apresentem caracterizadores culturais e cronologias absolutas, relativas ou estimadas, que evidenciem a permanência de grupos étnicos pré-históricos durante longos períodos de tempo. O princípio teórico que norteia a denominação de área arqueológica é mais conceitual que geográfico. Assim, as áreas arqueológicas não podem ter limites rígidos. Deverão ser, pelo contrário, dinâmicos e com fronteiras flexíveis, na medida em que a área de ocupação de grupos caçadores pode ser bem diferente da ocupada por agricultores ou mesmo por levas de caçadores que se estabeleceram na mesma região. Nessas áreas, considera-se como fim ideal da pesquisa a relação do homem com o meio, desde as origens do povoamento até o desaparecimento dos grupos indígenas ou a sua modificação cultural pela pressão colonizadora.

Uma **área arqueologia**, como categoria de entrada para o início e continuidade sistemática de uma pesquisa, deve ser fixada dentro de uma unidade ecológica que participe das mesmas características geo-ambientais. Com o andamento das pesquisas e o estudo sistemático dos sítios arqueológicos, podem se obter crono-estratigrafias fáticas de determinarem ocupações humanas espaço-temporais, demonstrativas da permanência humana em toda ou parte dessa área. Chegados a essa etapa do conhecimento, poderemos fixar a existência de um **enclave pré-histórico** como categoria de saída. Assim, as áreas arqueológicas teriam limites geográficos, entretanto que os enclaves pré-históricos são categorias culturais e cronológicas. A área arqueológica pode ser fixada aprioristicamente pelo arqueólogo, mas a determinação do enclave é tarefa do pré-historiador auxiliado por trabalhos interdisciplinares. Na delimitação dos enclaves pré-históricos pretende-se conhecer os processos de adaptação humana, o aproveitamento dos recursos e as soluções tecnológicas que os fizeram possíveis.

Os limites crono-culturais de um enclave pré-histórico são marcados quando as evidências do grupo ou grupos étnicos, ocupantes do território do enclave, demonstram que houve dispersão, com o conseqüente abandono dos santuários ecológicos, seja por pressão demográfica, pela ação de outros grupos humanos mais fortes, ou mesmo pelo esgotamento dos recursos, com a decorrente mudança de “habitat”.

Nessa metodologia de trabalho não está contemplada a idéia de se escavar parcialmente determinado sítio arqueológico para obtenção de amostragens num curto espaço de tempo, partindo-se logo para a escavação de outros sítios, pois, dentro do quadro teórico da área ou do enclave arqueológico, a caverna, o abrigo, o terraço fluvial ou o acampamento na beira da páleo-lagoa, para citar alguns exemplos de sítios pré-históricos, são considerados variáveis, capítulos ou fases de uma pesquisa arqueológica extensiva que compreende toda uma região ecologicamente uniforme.

O posicionamento teórico de uma pesquisa que se proponha a desenvolver o conceito de enclave e de área arqueológica, amplia o universo limitado do simples sítio arqueológico para um eco-espaço onde se desenvolveram a vida e as relações sociais do grupo humano que ocupou o sítio para determinadas funções, porém não para todas. A restrição a um sítio arqueológico escavado ou escavável, proporciona conhecimentos limitados e fragmentados sobre o universo ecológico do grupo ou grupos que habitaram a área onde o sítio se localiza. A intenção de se estabelecer sínteses da pré-história de uma área induz a que a pesquisa arqueológica se desenvolva pluridisciplinarmente, de forma que as diferentes áreas do conhecimento integrem-se num universo das ciências do homem e da terra. Essa interação permitirá a compreensão da sociedade pré-histórica e de seu entorno.

A preocupação na pesquisa arqueológica com o espaço, o ambiente e as áreas de atuação dos grupos humanos não é recente. As teorias modernas, formuladas por autores como o americano Lewis Binford e o inglês Ian Hodder em relação à importância dos espaços de atuação de grupos humanos pré-históricos e as relações entre a cultura material e as sociedades, refletem ainda, de certo modo, a fórmula de Leslie A. White, enunciada na década de quarenta, de que para se entender ou atingir um sistema cultural deve-se compreender a interação de três subsistemas: o tecnológico, o sociológico e o ideológico. Se a essa formulação acrescentamos as variáveis relativas à distribuição do espaço, teremos os elementos para se determinar e se compreender o conceito de enclave arqueológico, cujo fim primordial é o estabelecimento das relações entre o homem e o seu meio, numa área regional segregada de um espaço maior ou área arqueológica. Em outras palavras, deve-se aplicar pesquisas interdisciplinares para se alcançar os objetivos científicos do conhecimento da pré-história.

Tem-se dito que a arqueologia brasileira não apresenta enunciados teóricos, sejam eles originais ou aplicados, a partir de teorias já emitidas por arqueólogos de outros países. Essa aparente pobreza teórica não deve causar o menor complexo de inferioridade nos arqueólogos brasileiros, pois, apesar das várias e respeitadas escolas européias haverem emitido preceitos teóricos fundamentais

para o desenvolvimento da antropologia pré-histórica, desde os começos do século XX a verdade mais ampla é que a imensa maioria dos arqueólogos do Velho Mundo limita-se a descrições tipológicas e seqüências cronológicas de caráter historicista.

Não pretendo aqui justificar a falta de formulações teóricas para a arqueologia brasileira, mas apenas esclarecer que os relatórios meramente informativos representam um alto percentual de trabalhos arqueológicos em todo o mundo. Deve-se reconhecer, entretanto, que são eles imprescindíveis, tanto para a formulação de hipóteses em trabalhos futuros, como para o estabelecimento do quadro teórico na pré-história de uma região.

A falta de enunciados teóricos na pré-história brasileira, a partir de hipóteses prévias para o desenvolvimento de uma pesquisa arqueológica tem, entre outras causas, o fato de que, apesar do aumento expressivo do número de arqueólogos no Brasil nas últimas décadas, a fase de coleta de informações, baseada principalmente nas prospecções, não foi ainda superada. Se bem que para a prospecção arqueológica recomende-se partir de pressupostos teóricos, previamente formulados e que norteiem a pesquisa, é prematuro ainda, no Brasil, que se formulem teorias e até mesmo hipóteses de tipo geral em relação à ocupação dos páleo-espacos, dos espacos holocênicos ou sobre a evolução das culturas de caçadores para cultivadores, para citar um exemplo. Mas isso não impede que toda pesquisa deva ser iniciada a partir de formulações que considerem modelos ecológicos com as suas pautas de assentamento humano.

O esforço que significou o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) para se conseguir, a curto prazo (1965-70), uma visão panorâmica da pré-história do Brasil, proporcionou considerável quantidade de informações - seus autores falam de mais de 1.500 sítios cadastrados - mas, como não poderia deixar de ser, no curto espaco de tempo de cinco anos, para um projeto que enquadrava todo o Brasil, os resultados foram apenas informações fragmentárias sem que, ao final do programa, se formulasse alguma base teórica em que pudessem se apoiar as pesquisas futuras. Em momento algum das conclusões ou na apresentação dos relatórios nota-se, por parte dos seus coordenadores, preocupação para que se estabelecessem as bases teóricas da nova arqueologia brasileira, que deveriam surgir como encerramento natural do programa. Perdeu-se, assim, a grande oportunidade de se formular no Brasil os enunciados teóricos para o desenvolvimento de uma pré-história brasileira que entendesse o homem da tropicalidade e do semi-árido.

Com anterioridade à implantação do PRONAPA, a arqueóloga Betty Meggers, principal coordenadora do projeto, já havia formulado um princípio que corrigia o antigo enunciado de Leslie White, traduzido na fórmula segundo

a qual a cultura seria o resultado de energia X tecnologia ($C = ExT$), transformando o conceito de cultura no resultado da tecnologia e do meio ambiente ($C = TxMA$), em nova fórmula aplicável especialmente às sociedades mais simples. Assim, o determinismo tecnológico de Leslie White, que propositadamente ignorava os determinantes ecológicos, foi corrigido por Meggers, configurando-se um determinismo tecno-ambiental, mais de acordo com as idéias que começavam a se impor na década de 60.

A metodologia aplicada pelo PRONAPA, brevemente exposta por C. Evans no primeiro volume dos relatórios, estabelecia prospecções em grandes áreas e sondagens de no máximo dois por dois metros, com níveis artificiais de dez centímetros. O método, tão cômodo quanto simplista, partia do pressuposto teórico dos seus idealizadores de que as ocupações pré-históricas no Brasil eram recentes e que as culturas de floresta tropical não são criativas e sim apenas imitativas, o que significava partir de pressupostos difusionistas. Essas idéias, surgidas no quinquênio de implantação do PRONAPA, foram mantidas por vários arqueólogos brasileiros até hoje, além de ter sido a linha de "pesquisa oficial" do Museu Paraense Emílio Goeldi para toda a Amazônia. Nos anos 80, contudo, vozes mais jovens, sem compromisso com a antiga linha, iniciaram novos e prometedores caminhos.

Os arqueólogos que trabalham no Nordeste e que participam de uma mesma metodologia para a pesquisa arqueológica, optaram pela delimitação de áreas arqueológicas e do estudo exaustivo de enclaves, praticando pesqui-

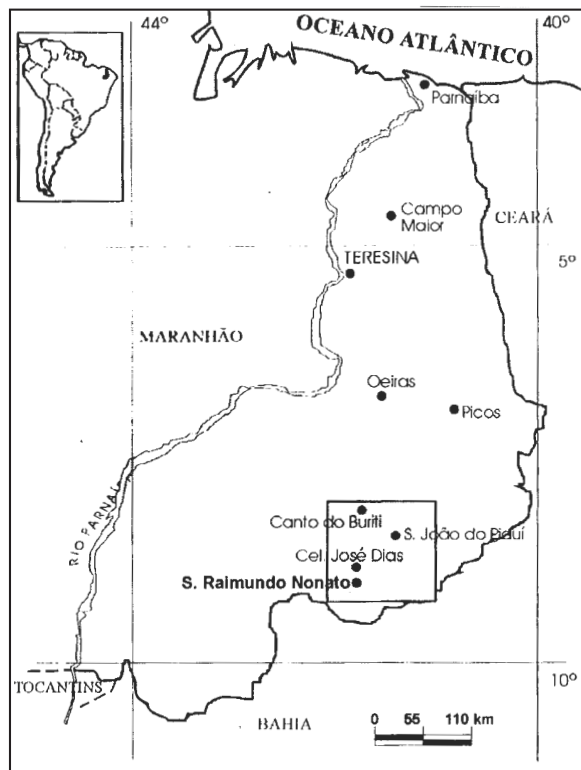


Figura 7. Área arqueológica de São Raimundo Nonato, PI. (N. Guidon).

sas intensivas ao invés de extensivas, como forma de entenderem a evolução cultural dos grupos étnicos habitantes de áreas menores o que levará, no futuro, à compreensão global da pré-história da região Nordeste.

A metodologia estabelecida por Niède Guidon no SE do Piauí, por exemplo, baseia-se em pesquisa intensiva concentrada na área escolhida, com a realização, durante muitos anos, de prospecções intensivas e escavações totais nos sítios escolhidos. Assim, o conjunto de jazidas pré-históricas no município de São Raimundo Nonato e municípios limítrofes, como é o de Coronel José Dias, já se apresenta como a maior área arqueológica do Brasil.

As pesquisas arqueológicas no vale médio do São Francisco determinaram uma série de áreas arqueológicas com os quais se fixaram padrões de assentamento das populações pré-históricas no vale, nos começos do holoceno. Mas, somente com a continuação dos trabalhos, se poderá falar dos enclaves arqueológicos do médio-baixo São Francisco.

O método que utiliza a prospecção e o levantamento intensivo de sítios arqueológicos numa determinada microrregião está sendo também aplicado, além do SE do Piauí, na região de Central (Bahia), no Seridó (Rio Grande do Norte), na microrregião de Arcoverde em Pernambuco, na área de Xingó no vale médio do São Francisco e no litoral do Rio Grande do Norte.

Os sítios arqueológicos que se relacionam a continuação, referem-se, exclusivamente, às áreas e enclaves nos quais se têm realizado ou se estão realizando escavações arqueológicas sistemáticas a cargo de profissionais da arqueologia. Foram, portanto, eliminadas notícias e informações de achados casuais dos quais existe considerável volume em todo o Brasil e que já pertencem à história da arqueologia brasileira.

A área arqueológica de São Raimundo Nonato, no SE do Piauí

"O povoamento de SE do Piauí: a interação homem-meio da pré-história aos dias atuais" é o título do grande projeto que Niède Guidon e Anne Marie Pessis desenvolvem como diretoras e pesquisadoras da Fundação do Museu do Homem Americano, com sede em São Raimundo Nonato, no Piauí. Desde seu início, em 1970, o projeto contou com um expressivo número de colaboradores nacionais e estrangeiros, de forma que foi possível a manutenção de equipes permanentes para as diversas atividades nele integradas: pré-história, etno-história, antropologia, geologia, paleontologia, zoologia, botânica e educação. Ao longo dos últimos 30 anos o projeto possibilitou que se reunisse um acervo arqueológico de singular importância para a pré-história do Nordeste. Não se

conhece em toda a América, uma área arqueológica com a densidade de registros rupestres dos abrigos do Parque Nacional Serra da Capivara que, na atualidade, representa um referencial obrigatório para todo estudo de arte rupestre brasileira.

As escavações realizadas nos seus abrigos e cavernas permitiram o estabelecimento de seqüências crono-estratigráficas excepcionalmente longas que poderão servir de base comparativa para seqüências cronológicas de outras partes da América do Sul. Essas seqüências cronológicas foram resultado de escavações exaustivas em abrigos que apresentaram sedimentos profundos do holoceno e do pleistoceno; as escavações ainda continuarão por muito tempo em virtude do volume de terra a ser removido. Grandes quedas de blocos, que serviram de proteção para a conservação dos estratos mais antigos em vários abrigos, dificultam, porém, o andamento das escavações.

A área onde se desenvolvem as pesquisas arqueológicas da Fundação do Museu do Homem Americano compreende parte dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São João do Piauí e Canto do Buriti, no SE do Estado do Piauí. Grande parte dessa área arqueológica está situada dentro do Parque Nacional Serra da Capivara, único parque nacional localizado no domínio do semi-árido com vegetação de caatinga. A área está situada na fronteira entre duas grandes formações geológicas que são a bacia sedimentar Piauí-Maranhão e a depressão periférica do São Francisco. A região apresenta paisagens variadas e pitorescas, na forma de serras, canyons, vales e planícies.

Os três sítios que, a continuação, se descrevem, o Boqueirão da Pedra Furada, o Sítio do Meio e a Toca do Baixão do Perna, formam com mais outros 35 abrigos, o chamado Complexo Serra Talhada. Os abrigos desse conjunto oferecem painéis rupestres pintados à altura da mão e outros que estão situados até oito a doze metros de altura do solo atual, sendo necessária a construção de plataformas para se ter acesso às pinturas. A abundância, a riqueza e a complexidade dos painéis pintados nos abrigos do Complexo Serra Talhada transformam esses sítios em um conjunto rupestre único no mundo.

O Sítio do Boqueirão da Pedra Furada

Em março de 1993, Fábio Parenti defendeu, em Paris, uma tese de Doutorado, dirigida por Niède Guidon, sob o título "*Le gisement quaternaire de la Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brésil) dans le contexte de la préhistoire américaine. Fouilles, stratigraphie, chronologie, evolution culturelle*". Nela apresentou um estudo completo da escavação do Sítio do Boqueirão da Pedra Furada, hoje um sítio internacionalmente famoso pelas evidências

da presença humana no NE do Brasil com uma seqüência cronológica que vai desde 48.000 anos até 6.000 antes do presente.

A comissão que examinou a tese de Fábio Parenti foi formada por pesquisadores de reconhecido prestígio científico como o paleo-antropólogo Yves Coppens, Jean Philippe Rigaud, especialista em paleolítico europeu, o africanista Jean Chavaillon, especialista em indústrias líticas arcaicas, Daniëlle Lavallée, pre-historiadora da região andina, e Claude Guerin, paleontólogo que estuda a paleo-fauna do SE do Piauí, além da própria Niède Guidon. Esses cientistas reconheceram os fundamentos científicos do trabalho e consideraram de fatura humana os artefatos líticos apresentados, procedentes das estruturas de fogões com carvão, das quais se obtiveram datações pleistocênicas que chegam perto dos 50000 anos. A evidência da presença humana no NE do Brasil em datas tão antigas do pleistoceno superior, obriga a uma profunda revisão das teorias tradicionais sobre o povoamento da América, hoje indubitavelmente ultrapassadas.

A Toca do Boqueirão da Pedra Furada forma um abrigo sob-rocha de grandes dimensões, com 75 metros de altura aproximadamente e uma largura de 70 metros, aberto ao sul, situado no sopé de cuesta arenítica e em frente à planície pré-cambriana. As paredes do abrigo estão cobertas de pinturas pertencentes a períodos diferentes das tradições Nordeste e Agreste (vide Capítulo VI) que totalizam mais de mil grafismos, mas que significam apenas os restos de painéis rupestres que deviam ser muito superiores em número de registros gráficos. Além da ampla plataforma, que permite o assentamento de um expressivo número de indivíduos, o abrigo apresenta, no lado esquerdo, um *boqueirão* que recebe diretamente a água da chuva que escorre por uma chaminé escavada na rocha, e que pode armazenar aproximadamente 7000 litros d'água.

O abrigo da Pedra Furada pode ser considerado um lugar privilegiado pelas condições de habitabilidade que apresenta. É um lugar úmbrio e fresco, especialmente na parte da manhã, em meio à caatinga quente e seca. A presença d'água e a beleza do lugar pelas formações areníticas avermelhadas formando colunas, explicam o seu uso como centro cerimonial em diversos períodos da pré-história, além de ter sido abrigo de caçadores durante o pleistoceno e o holoceno.

Escavado durante dez anos (1978-1988), com exceção das colunas estratigráficas reservadas como testemunhos, o sítio é hoje um museu ao ar livre no qual é possível se observar as seqüências das ocupações humanas e se admirar as pinturas rupestres que cobrem o imenso paredão, através de uma passarela ali instalada com esse fim, que permite ao visitante contemplá-las detalhadamente.

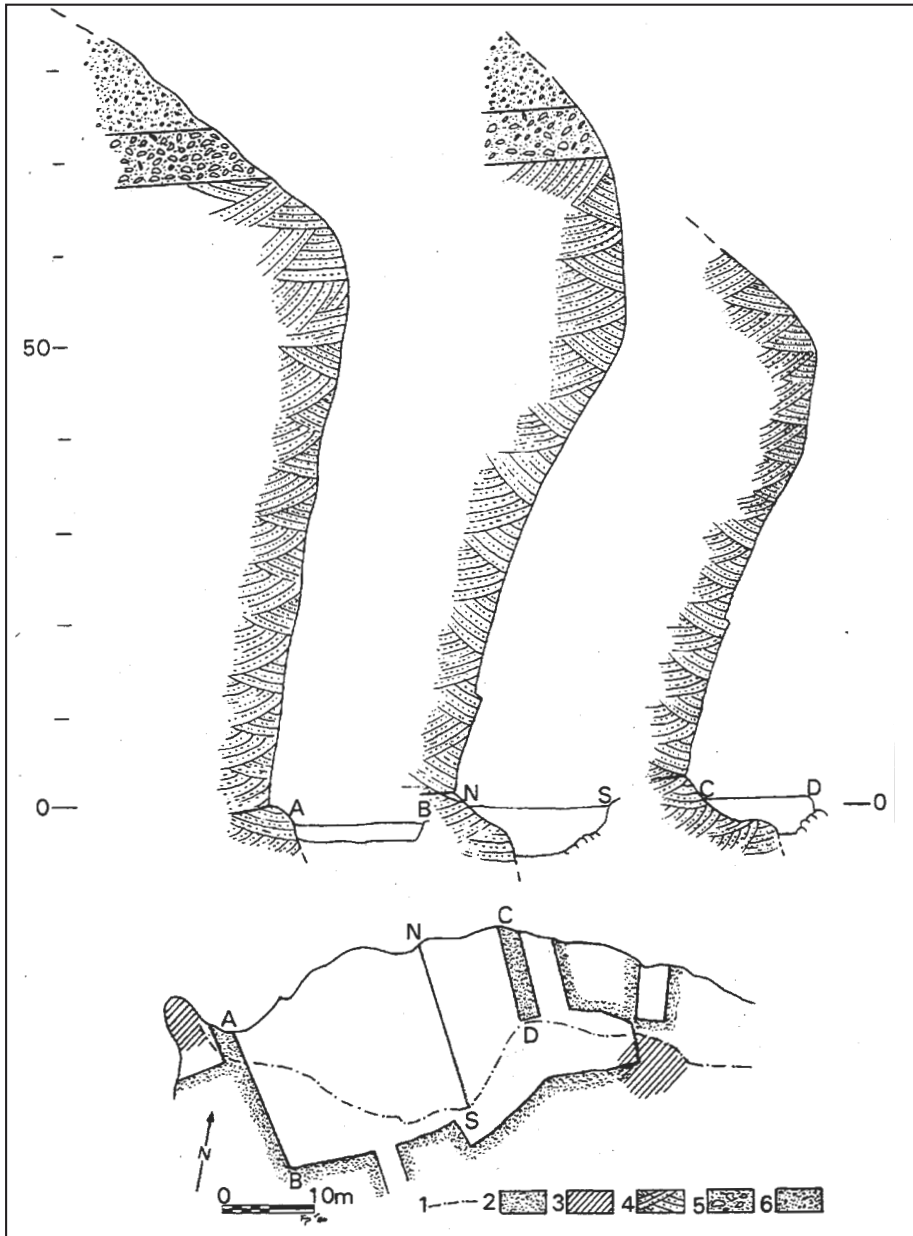


Figura 8. Boqueirão da Pedra Furada, São Raimundo Nonato, PI. Planimetria e cortes do abrigo. 1) linha de chuva; 2) sedimento não escavado; 3) área perturbada pela queda d'água; 4) arenito entrecruzado com a formação Serra Grande do Devoniano; 5) conglomerado de seixos grossos (1-15 cm); 6) conglomerado de seixos pequenos (1-5 cm). (F. Parenti, 1992).

Quadro 4.1
Estratigrafia da Pedra Furada

Camadas	Ocupações	Cronologia (PB)	Data	Arte Rupestre
	Fase Agreste		6.150 ± 50	
			6.160 ± 130	
D	Fase Serra Talhada	IV Estágio Final	7.220 ± 80	Tradição Nordeste
		Estágio Recente	7.230 ± 80	
			7.640 ± 160	
			7.750 ± 80	
			8.050 ± 170	
C		Estágio Médio	8.450 ± 80	
			8.600 ± 60	
			9.506 ± 135	
			9.800 ± 60	
		Estágio Antigo	10.050 ± 80	
			10.400 ± 180	
			14.300 ± 210	
	Fase Pedra Furada	IV Estágio Final	17.000 ± 400	Fragmentos pintados desprendidos da parede
B		III Estágio Recente	18.310 ± 190	
			19.300 ± 200	
			21.400 ± 400	
			23.500 ± 390	
			≥ 25.000	Fragmentos pintados desprendidos da parede
		II Estágio Médio	25.200 ± 320	
			25.600 ± 450	
			26.300 ± 600	
			26.300 ± 800	
			26.400 ± 500	
			27.000 ± 800	
			28.600 ± 600	
			29.740 ± 650	
			29.860 ± 650	
		I Estágio Antigo	31.500 ± 950	
			31.700 ± 830	Fragmentos pintados desprendidos da parede
			31.860 ± 560	
			32.160 ± 1000	
A	Primeiras Ocupações		> 37.350	

A escavação do sítio da Pedra Furada evidenciou quinze estratos naturais correspondentes às ocupações que foram agrupadas por Niède Guidon em três períodos básicos identificados como: Fase Pedra Furada, do pleistoceno, Fase Serra Talhada, do holoceno, e uma última ocupação, iniciada a partir de 6.000 anos BP, denominada Fase Agreste, constatada pela chegada de novos grupos étnicos, caracterizados por técnicas e temáticas rupestres diferentes.

Durante o período mais antigo de ocupação do abrigo foram identificados numerosos fogões com abundante carvão. Em torno desses fogões encontraram-se artefatos líticos, lascados sobre seixos de quartzo e quartzito (*pebble tools*) e, em menor quantidade, sobre lascas além de alguns artefatos lascados *in situ*. Trata-se de matéria-prima exógena, pois o abrigo é de formação arenítica e não apresenta, no seu interior, queda nem arraste de seixos. As ocupações humanas deviam ser temporárias e cerimoniais com o "habitat" permanente em aldeias ou acampamentos fora do abrigo.

Na fase Serra Talhada, já no holoceno, a partir de 12000 anos BP, a densidade das ocupações humanas aumenta e as indústrias líticas apresentam maior refinamento e variedade na matéria-prima com a presença de sílex e calcidônia. Não obstante o aumento demográfico e as mudanças tecnológicas, na opinião de Niède Guidon e Anne Marie Pessis isso não significa a substituição dos grupos étnicos que frequentaram o sítio da Pedra Furada e sim uma lenta e gradual evolução dos grupos antigos que povoaram e se adaptaram à região durante milhares de anos. Esses povos não ficaram isolados pois a evolução e a riqueza das pinturas rupestres desse sítio e de outros da mesma área, indicam contatos, tanto pelo aumento da temática dos registros rupestres como pela evolução das indústrias líticas. Um bloco pintado com duas linhas paralelas vermelhas e caído junto a uma fogueira, datada de 17.000 anos BP, pode significar

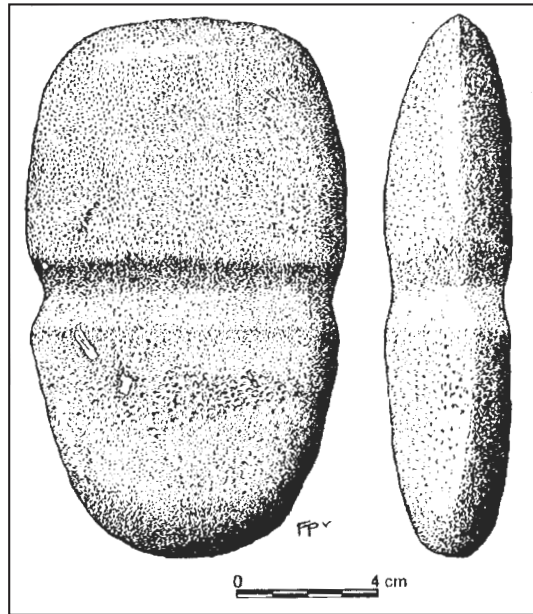


Figura 9. Machado polido de granodiorito datado em 9200 \pm 60. Sítio do Meio, São Raimundo Nonato, PI.

o começo da grande arte parietal conhecida como tradição Nordeste e que se manifesta na região a partir de 12.000 anos, com longa duração até 7.000-6.000 anos, da qual tratarei no Capítulo VI.

A monografia final relativa ao Sítio do Boqueirão da Pedra Furada será publicada na França, assinada por N. Guidon, A. M. Pessis e F. Parenti, e nela estão estudadas, exaustivamente, as ocupações humanas do abrigo, os materiais arqueológicos coletados, com a classificação das indústrias líticas e a evolução das manifestações rupestres.

A Toca do Sítio do Meio

Outros dois sítios da área arqueológica de São Raimundo Nonato, o Caldeirão do Rodrigues I e a Toca do Sítio do Meio, forneceram evidências de ocupação humana durante o pleistoceno. No primeiro, a sondagem prévia proporcionou a data de 18600 anos BP e no segundo, com uma série de sondagens iniciadas em 1978, obtiveram-se quatro datações superiores a 12000 anos AP.

As escavações foram interrompidas durante alguns anos e retomadas por Niède Guidon, intensivamente, a partir de 1991. Com elas, pretende-se confirmar a antiguidade das ocupações humanas na pré-história da região, já assinaladas no Sítio da Pedra Furada. Para isso, aprofundou-se a escavação dos estratos pleistocênicos que chegam até mais de seis metros de profundidade com vestígios de ocupação. Grandes blocos caídos fazem essa escavação extremamente penosa e difícil, mas, por outro lado, asseguram a impossibilidade de que os estratos mais antigos tenham sido perturbados.

A Toca do Sítio do Meio apresenta características morfológicas parecidas com as da Pedra Furada, da qual se separa com uma distância de escassos 1000 m, formando um grande abrigo arenítico cujas paredes estão cobertas de pinturas rupestres da tradição Nordeste e nas quais é possível se estudar a evolução das diferentes crono-variedades.

As indústrias líticas identificadas no Sítio do Meio, nas quais se utilizou o siltito, o quartzo, quartzito e a calcedônia, são compostas de numerosas lascas trabalhadas, vários tipos de raspadores, *choppers* e lesmas, estas últimas especialmente abundantes nos níveis holocênicos. A presença de pigmentos (ocre) em níveis datados em torno de 9000 anos BP pode ser relacionada com as pinturas rupestres.

Durante as campanhas de escavação de 1992 e 93, dirigidas pessoalmente por Niède Guidon, dois achados de especial relevância somaram-se aos dados já obtidos no Sítio do Meio: dois fragmentos de cerâmica de fatura simples e

superfície alisada, coletados num fogão estruturado, foram datados com o carvão coletado na fogueira, em 8960 anos BP, estando em andamento também a datação por termoluminescência. Continuando as escavações, Niède Guidon coletou, na base da mesma fogueira, uma lâmina de machado polido, em granodiorito, com encabamento central e finamente trabalhado (Figura 9). O carvão em contato direto com o machado proporcionou datação radiocarbônica de 9200 anos BP. Esses dois achados modificam as cronologias tradicionais estabelecidas para os começos da cerâmica e da técnica do polimento sobre pedra na pré-história brasileira, fatos nunca admitidos como anteriores ao terceiro milênio para a cerâmica e ao primeiro milênio para os começos da pedra polida.

Nos últimos meses de 1993 suspenderam-se as escavações arqueológicas no Sítio do Meio e preparou-se o abrigo para visitação, com uma passarela de madeira da qual é possível observar-se a formação estratigráfica do sítio, desde as primeiras camadas pleistocênicas da ocupação humana, assentadas sobre um estrato virgem formado pelos depósitos do leito arcaico do rio que cavou o abrigo, até as ocupações holocênicas e dos tempos recentes, quando foi utilizado como “casa de farinha de mandioca, da qual ainda se conserva um forno restaurado.

A última ocupação humana registrada durante as escavações de 1993 até se atingir a base rochosa, proporcionou uma datação de 20280 anos antes do presente (BP).

QUADRO 4.2

Datações radiocarbônicas (BP) do Sítio do Meio correspondentes a ocupações pleistocênicas e holocênicas, segundo N. Guidon

Escavações de 1978-1980	Escavações de 1990-1993
12.200 ± 600	8.960 ± 70
12.330 ± 230	9.200 ± 60
13.900 ± 300	20.280 ± 450
14.300 ± 400	

O Conjunto do Baixão do Perna

O Baixão do Perna forma um barranco ou canyon estreito e sinuoso onde se acumulam onze abrigos sob-rocha, de arenito, com pinturas rupestres. Pela sua condição de "baixão" nele a umidade é maior do que nas áreas abertas e, em consequência, apresenta vegetação de caatinga arbórea e vestígios de mata tropical úmida. Quatro abrigos recebem o nome de Toca do Baixão do Perna I,



Figura 10. Baixo do Perna I, São Raimundo Nonato, PI. Painel rupestre coberto pelo sedimento e datado entre 10 e 9 mil anos BP.

II, III e IV. O número I, o único que acumulava sedimento, foi totalmente escavado e reveste-se de extraordinária importância pelos resultados inesperados que proporcionou. Situado sobre uma plataforma rochosa, o Sítio do Perna I ocupa área de mais de 700 metros quadrados.

É muito conhecida a dificuldade para se poder datar registros rupestres, mesmo em sítios passíveis de serem escavados, pois há poucas possibilidades de se poder relacionar o sedimento arqueológico com pinturas ou gravuras pré-históricas. O grande achado do abrigo do Perna I foi a descoberta de um painel rupestre pintado (figura 10) soterrado por uma camada arqueológica datada de 4920 anos BP. Esse achado significou uma data "post quem" indiscutível para as pinturas que, indubitavelmente, eram anteriores à formação do estrato arqueológico que as cobriu. Por sua vez, a camada inferior, quando o painel rupestre

ficou a descoberto, foi datada numa seqüência cronológica compreendida entre 10000 a 7000 anos BP, o que significa que o painel foi pintado num período dentro dessas datas. Este achado, único em todo o Brasil, seria suficiente para se considerar o sítio entre os mais importantes da América mas, além desse fato, o abrigo do Baixão do Perna I apresentou também condições de habitabilidade singulares: a 500 metros, aproximadamente, de distância do abrigo, um caldeirão natural acumula até 4000 litros d'água durante a maior parte do ano, e até hoje é o único recurso hídrico para a fauna local.

Durante o período das escavações que, sob a direção de Niède Guidon, realizou a arqueóloga Patrícia Pinheiro (1990), foram evidenciados também no próprio abrigo, *caldeirões* menores, naturais, escavados na rocha que recolhiam água da chuva, o que significa que o abrigo contava com água no próprio recinto habitacional. Essas condições transformaram naturalmente o abrigo do Perna I em um lugar privilegiado e não é de se estranhar que tenha sido usado ininterruptamente desde a sua primeira ocupação, em época não determinada. O sítio encontra-se nas margens de um canyon e os vestígios mais antigos foram carregados pelas enchentes. Somente quando se iniciou o período semi-árido, há 11000-10000 anos atrás, a força da corrente diminuiu e os restos das ocupações ficaram in situ. Ao contrário de outros abrigos que foram ocupados apenas temporariamente por grupos de caçadores, o sítio do Baixão do Perna I foi moradia permanente de grupos humanos da fase Serra Talhada, segundo a nomenclatura estabelecida para a Pedra Furada, numa seqüência cronológica de 11000 a 5000 anos antes do presente.

A ocupação permanente do abrigo foi mais intensa durante o período mais antigo, que corresponde ao nível V, onde foram assinaladas 121 estruturas de fogueiras rodeadas de seixos ou pequenos blocos de arenito. Essa ocupação relaciona-se com as pinturas rupestres da tradição Nordeste, presentes em todos os abrigos do Baixão do Perna. Entre cinco e três mil anos BP, a ocupação foi menos intensa e pode também ser relacionada com as pinturas rupestres da tradição Agreste.

A ocupação da fase Serra Talhada apresentou material lítico abundante e variado, com matéria-prima exógena como o sílex, além do quartzo, quartzito, arenito e cristal de rocha, em forma de núcleos, seixos lascados, lascas, raspadores, facas, lesmas, furadores, lâminas e lamelas. Um núcleo poliédrico em quartzo, com preparo de plano de percussão e contra-bulbos perpendiculares, demonstra uma fina técnica no lascamento de lâminas (Figura 28).

A presença de corantes, às vezes relacionados com o material lítico, indica a prática de pintura parietal a partir dos níveis mais profundos (5, 4 e 3) nos

QUADRO 4.3

Datações do sítio do Baixão do Perna I relacionadas com o painel rupestre pintado e coberto pelo sedimento. Carbono 14, anos BP

Camadas que cobriam as pinturas	Camadas inferiores com o painel descoberto
Nível IV	Nível V
3.800 ± 70	6.420 ± 120
4.920 ± 70	7.010 ± 70
5.360 ± 70	9.650 ± 100
	10.530 ± 110

quais se assinalaram, também, fragmentos do arenito desprendido da parede com grafismos pintados identificáveis.

As unidades culturais do Complexo Várzea Grande

A extensa área arqueológica explorada no SE do Piauí, foi dividida por Niède Guidon (1985) em unidades culturais, agrupando os sítios com pinturas rupestres. Nessas divisões relacionaram-se as sub-tradições com a sua localização na paisagem. Dentro do Complexo Várzea Grande assinalaram-se duas unidades culturais. A unidade Serra da Capivara está formada por uma série de 31 abrigos situados na frente da costa entre a bacia sedimentar e o escudo pré-cambriano, nas vertentes escarpadas e no fundo dos vales. Os sítios integrantes do conjunto têm como traço comum, painéis rupestres elaborados a menos de dois metros de altura e o acesso fácil até os abrigos. Foram escavadas as tocas do Paraguaio e a da Boa Vista. A primeira foi ocupada intensamente até os dias atuais, como lugar de refúgio de caçadores, agricultores e viajantes entre São Raimundo Nonato e São João do Piauí. Conseqüentemente, o sedimento estava perturbado em vários lugares do abrigo pelas estacas colocadas para se armar redes e por fogueiras recentes que destruíram as camadas pré-históricas. Mesmo assim foi possível se coletar em 17 camadas estratigráficas restos de alimentos entre os quais sementes de maniçoba (*Manihot glaziovii*) além de abundante indústria lítica de quartzo e quartzito com peças unifaciais com pouco ou nenhum retoque. A presença de restos de ocre, em níveis datados entre 8.500 e 9.000 anos BP, indica que as pinturas rupestres foram realizadas nessas datas. Escavaram-se também nesse abrigo duas sepulturas datadas de 7000 e 8670 anos BP.

QUADRO 4.4
Datações da Toca do Paraguaio, Carbono 14, anos BP

UNIDADE	DATAS	ESTRATIGRAFIA
Serra da Capivara I	8670 ± 120	Sepultura II
Níveis XVII - IX	8780 ± 120	Nível XIII
	8600 ± 100	Nível IX
Serra da Capivara II	Cronologia estimada entre 8500 e 7500	
Níveis VII - VII		Sepultura I
Serra da Capivara III	7000 ± 100	
Nível VI a I		

A Toca da Boa Vista forma um abrigo que na época das chuvas é atravessado pelas torrentes que descem da chapada. Efetuou-se escavações debaixo de um grande painel pintado que, pela sua posição, predisponha à queda de gotas de tinta sobre o sedimento, quando as pinturas foram realizadas, fato que se confirmou sobre o estrato X da escavação. A análise dos pigmentos demonstrou que se tratava da mesma tinta, o que permitiu datar as pinturas em 5090 anos BP. Essa data representou um ponto de partida importante no posicionamento cronológico das pinturas da tradição Agreste, realizadas claramente com posterioridade às da tradição Nordeste, que são mais antigas. Encontraram-se também fragmentos da parede do abrigo com restos de pintura nas camadas arqueológicas. A Toca da Boa Vista foi ocupada entre 9000 a 5000 anos BP como abrigo temporário por grupos étnicos das tradições Nordeste e Agreste, no qual se preparava o ocre para as pinturas e o material lítico, que se acumulava em torno das fogueiras, composto de lascas e seixos de quartzo, quartzito e sílex, modificados pelo fogo.

A unidade Serra Branca é formada por 40 abrigos, situados principalmente em lugares de fácil acesso, onde as pinturas cobrem as paredes e o teto dos mesmos. As gravuras, freqüentes nessa unidade, foram realizadas sobre blocos caídos e no solo rochoso. Nesse conjunto, foram escavados os abrigos Toca do Vento e Toca da Extrema II, e as escavações evidenciaram a passagem de torrentes durante a estação das chuvas que, praticamente, "lavaram" as camadas arqueológicas, perturbando a estratigrafia. Nas áreas menos tumultuadas dos dois abrigos, obtiveram-se datações radiocarbônicas que assinalaram ocupação humana na Toca do Vento em torno dos 3000 anos BP e na Toca da Extrema II obteve-se uma datação de 4730 anos BP.

O homem e a paleo-fauna em São Raimundo Nonato, PI

A contemporaneidade do homem pré-histórico na América com certas espécies de fauna hoje extinta, na qual se destacam alguns mamíferos gigantes, já está cientificamente demonstrada. Em numerosos sítios arqueológicos do Brasil, foram detectados ossos de mega-fauna, com marcas de trabalho humano, porém há algumas dificuldades em se estabelecer relações cronológicas entre esses restos animais e os homens que chegaram a ser seus contemporâneos. Sabe-se que certas espécies de preguiça gigante, de tatu, de cavalos e mastodontes, hoje extintos, viveram no continente sul-americano milhares de anos depois de desaparecerem no Velho Mundo. O mesmo, aliás, aconteceu na América do Norte, em parte pela diferença cronológica entre a glaciação Wisconsin americana e a glaciação Würm européia, além do desaparecimento de mega-mamíferos provocado pela ação dos caçadores quaternários, mais numerosos na Eurásia do que na América.

Os restos ósseos de mega-mamíferos são encontrados, no Brasil, principalmente nas grutas e cavernas calcárias e nas cacimbas e reservatórios naturais d'água, conhecidos no Nordeste com o nome de "tanques". Ao secarem nas épocas de estiagem, os tanques deixam, às vezes, aparecerem restos ósseos dos animais que, acidentalmente, haviam ficado presos no fundo. Existem notícias desses achados paleontológicos em todo o Nordeste. Mais recentemente, durante a terrível seca de 1992, identificaram-se casos de mamíferos extintos em cacimbas localizadas em Salgueiro, Estado de Pernambuco, e no Boqueirão, na Paraíba, associados a material lítico trabalhado pelo homem.

Na área arqueológica de São Raimundo Nonato, o levantamento das formações cársticas, realizado por Jöel Rodet, da Universidade de Rouen, evidenciou várias cavernas, com restos de fauna extinta, que foram também ocupadas pelo homem.

Na planície pré-cambriana, a Toca da Janela da Barra do Antônio forma um grande abrigo, além de vários outros menores na entrada de galerias calcárias, com formações estalagmíticas e estalagmíticas. Na base do abrigo existiam grandes quantidades de sedimento transportado pela água que se acumulava nas épocas chuvosas. Desse sedimento foram retirados restos de mega-fauna entre os quais ossos de cavalo americano e de *Eremotherium* que, identificados

QUADRO 4.5
Datações da Toca da Boa Vista,
Carbono 14,
anos BP

Estratigrafia	Datas
Fundo do Abrigo	9160 ± 170
Nível XXI	7730 ± 140
Nível X	5090 ± 110

por Claude Gerin e Martine Faure, da Universidade de Lyon, foram classificados como tendo sido cortados e quebrados pela ação humana. O abrigo proporcionou também restos de mastodonte e de paleo-lhama, animais típicos de savana, associados às camadas arqueológicas com material lítico e fogueiras estruturadas. Em dois dos abrigos menores do conjunto cárstico do Antonião, existem também pinturas rupestres com representações de aves, lagartos e quelônios.

Na Toca do Garrincho, cuja entrada forma um reservatório natural d'água, Niède Guidon coletou, misturado a ossos de mega-fauna, um parietal humano de aspecto arcaico, na opinião do paleo-antropólogo Yves Coppens que estudou o fóssil. Associados ao parietal apareceram também peças líticas mas, como os restos foram encontrados na entrada da caverna, misturados e revolvidos em virtude da ampliação do reservatório d'água feita pelo proprietário do sítio, não se pode afirmar que o conjunto lítico seja contemporâneo do parietal humano. Depois desse importante achado, as escavações na Toca do Garrincho continuaram durante os anos de 1992 e 1993, adentrando-se nas galerias da enorme caverna, onde os restos de mega-fauna são abundantes.

No abrigo calcário Toca de Cima do Pilão, pode-se observar os depósitos pleistocênicos além de duas fases de ocupação humana com registros rupestres. Neste abrigo e na Toca do Serrote do Artur foram detectadas evidências da presença humana em relação com mamíferos e aves extintas.

O paleontólogo Claude Guerin, identificou uma fauna quaternária variada, com cinquenta táxons, entre os quais enumera quatro espécies de preguiças terrestres gigantes, cavalo americano, tatu gigante e outros herbívoros de grande porte, além de aves florestais, o que indica uma paisagem de savana e arbustos onde também vivia o tigre de dentes de sabre, assim como pequenos mamíferos criticados adaptados à vida semi-aquática.

Resumindo-se, pode-se afirmar que a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara foi ocupada desde o pleistoceno superior a partir, de 50000 anos antes do presente, por grupos humanos de caçadores não especializados, apenas possuidores de precária tecnologia lítica, mas que conseguiram se adaptar a um meio ambiental, hoje completamente distinto, com bons recursos hídricos e onde a capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris L.*) podia facilmente sobreviver.

A longa permanência dos grupos humanos pré-históricos na região está demonstrada pelas colunas estratigráficas das escavações e pelas datações radiocarbônicas obtidas, devendo-se considerar também a evolução das indústrias líticas e a chegada de novos grupos humanos conhecedores da agricultura e

da cerâmica, estes últimos chegados, possivelmente, em torno de 3.000 anos BP, dos quais tratamos no Capítulo V.

A alternância de períodos úmidos e secos provocou mudanças radicais na paisagem, acompanhadas de grandes quedas de blocos nos abrigos rochosos.

A área arqueológica do Seridó, no Rio Grande do Norte

A microrregião sertaneja do Seridó situa-se no vale do rio Seridó e dos seus afluentes e pertence ao sistema hidrográfico Açú-Piranhas, que desemboca no Atlântico, perto de Macau. Compreende parte de vinte municípios do Estado do Rio Grande do Norte, além de Picuí e Pedra Lavrada, na Paraíba. A região está considerada como área de maiores recursos hídricos e de terras cultiváveis mais férteis do que as áreas sertanejas limítrofes; é bacia leiteira e criadora de gado, mas hoje sofre rápido processo de desertificação produzido pelo desmatamento indiscriminado, com os rios cada vez menos caudalosos. Seu principal recurso, na atualidade, é a garimpagem de pedras semipreciosas e a mineração.

As pesquisas arqueológicas, que se desenvolvem há vários anos, têm como epicentro as cidades de Carnaúba dos Dantas e Parelhas, nos vales dos rios Carnaúba, Acauã e Seridó.

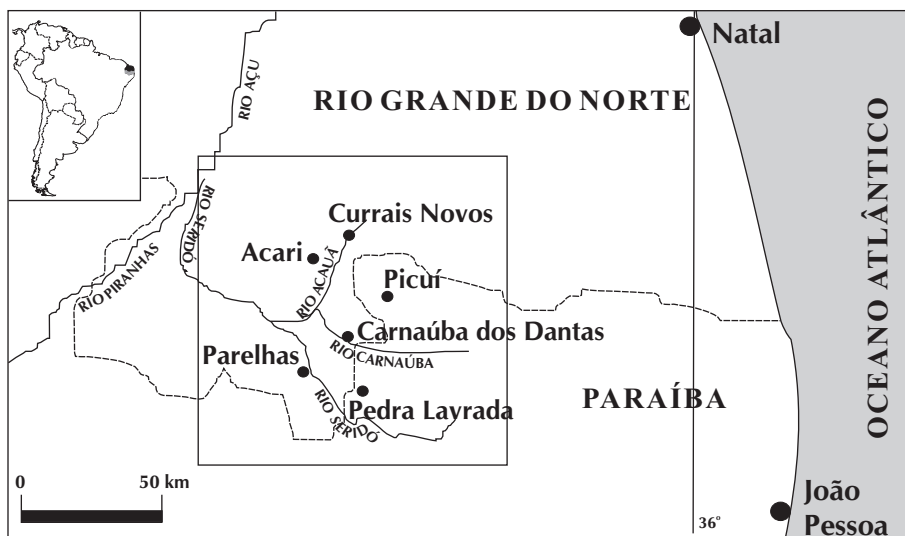


Figura 11. Área arqueológica do Seridó, Rio Grande do Norte.

Iniciei prospecções arqueológicas na região a partir de 1980 para constatar, inicialmente, a autenticidade dos desenhos rupestres copiados por José de Azevedo Dantas, a quem me referi no capítulo I, cujo manuscrito fora depositado pelo seu irmão Mamede, depois da morte do autor, no Instituto Histórico da Paraíba. A partir das primeiras prospecções foi assinalada uma nova área arqueológica da grande tradição Nordeste de pinturas rupestres, identificada, pela primeira vez, em São Raimundo Nonato no SE do Piauí, chamada de sub-tradição Seridó, como derivada da anterior.

De formação pré-cambriana e situada entre as coordenadas 5°30' e 7°00' lat. sul e 36°00' e 37°30' long. oeste. A zona fisiográfica do Seridó apresenta litologia dominante de quartzitos, gnaisses, quartzo-feldspatos, xistos biotíticos e granitos. O relevo está formado por "cuestas" e serras cortadas pelos rios Seridó e seus afluentes onde se localizam os abrigos pré-históricos em alturas entre 360 a 500 metros sobre o nível do mar. As vertentes são, em geral, íngremes, variando de 20° a 70° de inclinação, característica que predomina nos acessos aos abrigos com pinturas rupestres.

De clima semi-árido, as precipitações variam entre 500mm e 700mm e os meses de março e abril são os mais chuvosos. As temperaturas, como todo o semi-árido nordestino - a exceção das áreas serranas que se aproximam dos mil metros - oscilam levemente entre o verão e o inverno (27° a 24°) com o mês mais quente em dezembro e o mais frio em julho.

Basicamente o projeto arqueológico do Seridó trabalha em duas frentes a partir de duas hipóteses. A primeira, que deu início ao projeto, partia do pressuposto de que grupos étnicos da tradição Nordeste, originários do sul do Piauí, teriam chegado até à região do Seridó, percorrendo uma distância de 1.200 quilômetros; a extensão, influência, origem e evolução desses grupos, autores das pinturas da chamada sub-tradição Seridó, foram metas pretendidas na primeira etapa das pesquisas, apoiadas, naturalmente, na obtenção de dados através do registro arqueológico. A riqueza temática das pinturas rupestres da sub-tradição Seridó significava uma variável de suma importância para a identificação dos grupos étnicos habitantes da região, dos quais se pretendia estudar não só os registros rupestres em si, mas também os tipos de abrigos escolhidos para a elaboração desses registros e a sua utilização. Os horizontes do projeto se ampliaram no intuito de se conhecer também, como um todo, a pré-história da bacia do Seridó, desde as primeiras ocupações humanas até o enlace com os grupos indígenas que entraram em contato com os colonizadores europeus. Pretendeu-se, portanto, o alongamento cronológico e espacial da pré-história à proto-história da região do Seridó.

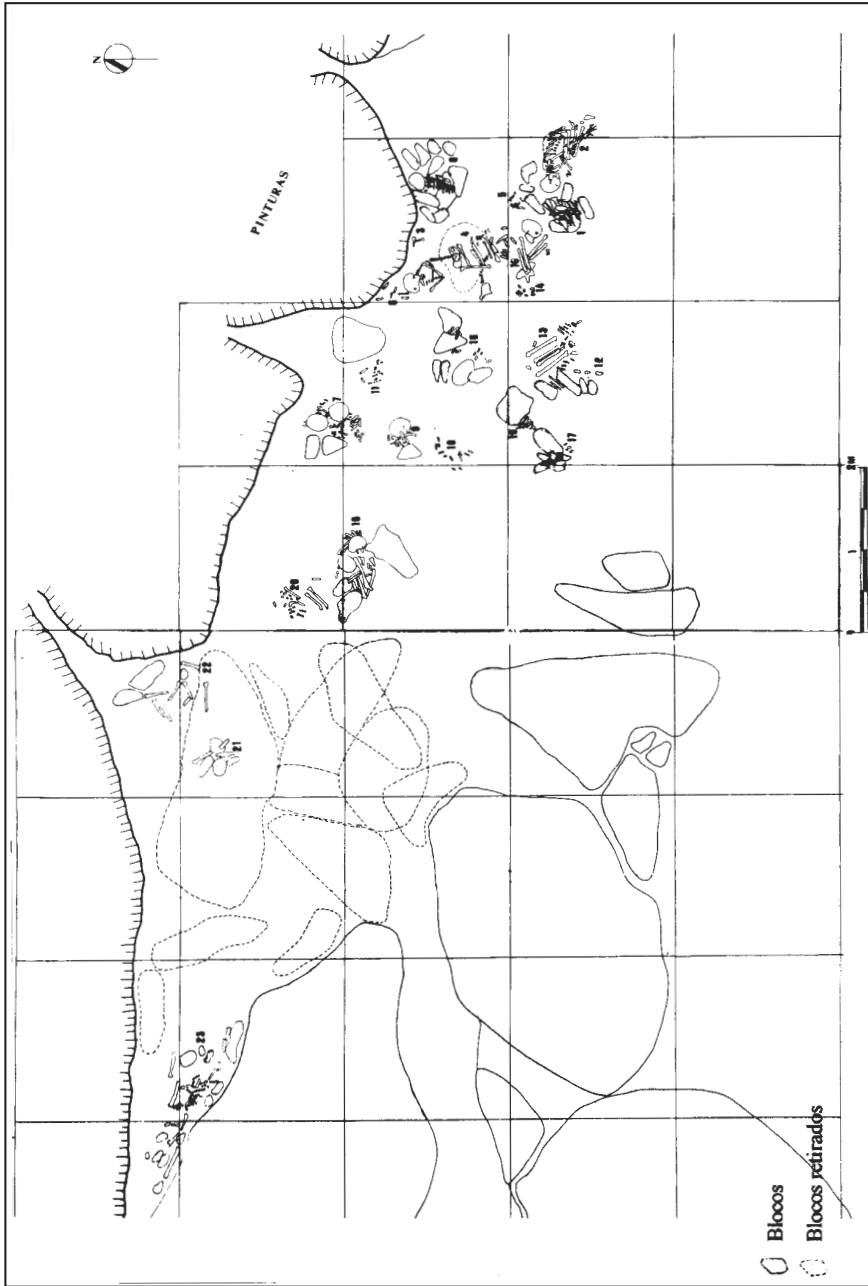


Figura 12. Planta do Sítio do Alexandre com os enterramentos exumados. Carnatuba dos Dantas, RN.

A segunda hipótese considera a ocupação diacrônica da região na pré-história através de diversas levas, portadoras de tradições rupestres diferentes, a partir de dez mil anos antes do presente, partindo do pressuposto teórico de que, em geral, grupos étnicos distintos não convivem amigavelmente no mesmo território.

Pelas datações radiocarbônicas obtidas de dois sítios parcialmente escavados, deduz-se que, a partir de pelo menos dez mil anos BP, a região já fora habitada por grupos humanos da tradição Nordeste. A abundância de itaquatiaras ao longo dos cursos d'água e a presença de registros rupestres de outras tradições, formando às vezes palimpsestos sobre as pinturas mais antigas, indicam a presença de grupos étnicos diversos que deslocaram os anteriores.

Por outro lado, a presença de pontas de projétil bifaciais (Figura 33) finalmente retocadas, abundantes na região e talhadas em sílex, calcedônia, cristal de rocha, quartzo hialino e arenito silicificado, desconhecidas em outras áreas do Nordeste, indicam um horizonte de caçadores com refinada tecnologia lítica, estabelecidos na região em datas ainda incertas, mas com ampla dispersão na bacia do Açu-Piranhas.

Dos sítios pré-históricos assinalados na área do Seridó, a maior concentração localiza-se no município de Carnaúba dos Dantas, mas isso apenas significa que se tem realizado prospecções mais intensas nesse município até o momento. Quinze abrigos apresentam pinturas rupestres da tradição Nordeste, sub-tradição Seridó. Foram parcialmente escavados, até 1994, o sítio Mirador em Parelhas e o Sítio Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, os quais já foram referidos nas páginas anteriores. Realizaram-se, também, algumas sondagens em outros abrigos com pinturas da mesma sub-tradição Seridó, para se verificar a presença de refúgio arqueológico. Em geral, os abrigos com pinturas dessa sub-tradição apresentam escassas possibilidades de habitação e observa-se, na sua escolha, preferência por lugares elevados na parte alta das serras e orientados para os cursos d'água. Deles avistam-se rios ou córregos, a maior ou menor distância, desde o Mirador, que dista, aproximadamente, um quilômetro do rio Seridó, até a Furna dos Caboclos, situada a menos de trinta metros sobre o riacho dos Balanços. Alguns desses abrigos não apresentam qualquer sedimento sobre suas plataformas. Deduzo que foram lugares cerimoniais e cemitérios a julgar pelas evidências arqueológicas até agora registradas. Um dos elementos que me levou a levantar a hipótese de que se trata de lugares cerimoniais foi a constatação de que em vários dos abrigos, especialmente entre os que apresentam maior número de grafismos (sítios Mirador, Xique-Xique I e II, Casa Santa, Furna dos Caboclos, por exemplo), existe uma área protegida na qual se acumula grande concentração de grafismos com superposições às vezes de difícil

separação. Esses recintos chamados de "capelas" ou "santuários" foram densamente pintados com superposições da mesma tradição pictórica-cultural e poderiam indicar diferentes momentos de culto sobre uma área especialmente importante. Entretanto outras superfícies do mesmo abrigo não foram pintadas ou o foram com cenas isoladas sem superposições.

O Sítio Mirador, no Boqueirão de Parelhas, é um abrigo de grandes dimensões formado sob dois grandes blocos rolados do topo até alcançar a posição de equilíbrio a meia encosta. Possui uma superfície, factível de ser escavada, de aproximadamente 300 m² e painéis rupestres ao longo dos 40 metros do paredão e dos 15 metros de altura que formam o abrigo. As pinturas, em alguns pontos, alcançam até cinco metros de altura. Com uma subida íngreme e de difícil acesso, o abrigo estava relativamente protegido mas, depois da construção da barragem do Seridó e o desvio da estrada, o acesso ficou mais fácil e com o aumento da umidade provocada pelo lago próximo e contínuas visitas de excursionistas, as pinturas estão sofrendo um rápido processo de deterioração, além do sedimento arqueológico ter sofrido muitas agressões dos buscadores de tesouros.

Sondagens realizadas nesse sítio na década de 80, proporcionaram restos de enterramentos infantis parcialmente incinerados, mobiliário fúnebre composto de contas de colar de osso e de conchas marinhas, algumas lascas de quartzo sem retoque e uma de sílex finamente retocada; os restos malacológicos coletados na mesma área dos enterramentos poderiam fazer parte do enxoval ou do banquete fúnebre (*Anostomum depressum*, *Oxistyla pulchella*, *Cyclodontina inflatus* e *Rectilabus*). Obteve-se uma datação de 9410 anos BP. As escavações não continuaram porque, lamentavelmente, ao final da campanha o abrigo foi em parte depredado pelos próprios donos da fazenda onde o mesmo se localiza, na vã procura de ouro.

O Sítio Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, também conhecido como Pedra do Chapéu, forma um abrigo arenítico em fase de rápida decomposição, composto principalmente por silicatos e micaxisto onde a rocha se desprende em forma de blocos planos ovais, de diversos tamanhos, e que foram utilizados, em vários casos, para formar estruturas funerárias. Outros dois pequenos abrigos próximos formam o conjunto do Alexandre. Situado num pé de serra, a 50 metros aproximadamente do leito do rio Carnaúba, possui uma área escavável em torno de 200 metros quadrados sob um teto de quinze metros de altura. Apresenta grandes blocos caídos em ambos lados do abrigo, indicadores do maior tamanho do sítio em épocas pretéritas. Um grande bloco desprendido na frente externa do abrigo serviu como barreira de retenção do sedimento, permitindo a acumulação do refugo num abrigo com grande erosão eólica. Foi

QUADRO 4.6
Datações do Sítio Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas (RN),
Carbono 14, anos BP

DATAS	ESTRATIGRAFIA
2620 ± 60	Sepultura n. 7 primária, 2 crianças
2890 ± 25	Sepultura n. 9 secundária 1 adulto masculino
2860 ± 25	Nível da sepultura n. 9
4160 ± 70	Sepultura n. 2, primária, 1 adulto masculino
4710 ± 25	Sepultura n. 1, secundária coletiva, 1 adulto masculino, 2 crianças, 1 feto
5790 ± 60	Sepultura n. 6, primária, 1 criança
6010 ± 60	Nível inferior da sepultura n. 1
8280 ± 30	Sepultura n. 4, primária, 1 adulto feminino
9400 ± 35	Sepultura n. 3, primária, 1 criança
9400 ± 90	Nível da sepultura n. 3

escavado algo mais de um terço do abrigo até fins de 1994, atingindo-se o fundo rochoso a uma profundidade de 1,80m da base. As datações radiocarbônicas obtidas indicam sua ocupação como cemitério desde 9400 anos antes do presente, que é a data mais antiga obtida até o momento. Uma ocupação final é assinalada pela presença de fogueiras reutilizadas, além de material lítico composto por lascas de quartzo e sílex, furadores e raspadores também de quartzo e um machado polido coletado na primeira camada de ocupação e datado em 2860 BP. Nas proximidades do sítio existe uma mina de feldespato e de quartzo branco. O sílex é comum nas redondezas, na forma de seixos, arrastados pelas águas do Carnaúba.

O abrigo maior, que se encontra em fase de escavação, possui uma plataforma, aproximadamente a dois metros de altura, que percorre a maior parte do mesmo, a partir da qual foram executadas as pinturas rupestres da sub-tradição Seridó. Os outros dois abrigos menores apresentam também restos de grafismos rupestres pertencentes à mesma sub-tradição.

Dos trinta e cinco abrigos até agora conhecidos que pertencem a mesma sub-tradição Seridó, vários poderão ser escavados no futuro. Reveste-se de especial interesse a Furna dos Caboclos que, por ser de difícil acesso e afastada das trilhas mais freqüentadas, encontra-se aparentemente preservada. Sua importância está, principalmente, na clara superposição de grafismos das duas grandes tradições rupestres de pintura pré-histórica já determinadas na região.

O Serrote do Urubu, o abrigo do Xique-Xique I e a Gruta do Criminoso são abrigos que deverão também ser escavados, na procura e identificação do grupo étnico autor das suas belas pinturas. Na mesma bacia hidrográfica do Seridó e dos seus afluentes, já registramos meia centena de sítios com pinturas e gravuras, as últimas, principalmente, em blocos na beira dos rios. As diversas tradições pré-históricas a que pertencem indicam-nos ocupações continuadas, das quais somente a pesquisa arqueológica poderá fixar as origens, cronologia e extensão. Tradições rupestres díspares na técnica e na temática, devem, sem dúvida, corresponder a grupos étnicos diferentes, seguramente com caracterizadores culturais e cronológicos que nos permitam diferenciá-los.

Ana Catarina Torres estudou os pigmentos utilizados nas pinturas rupestres, e os também usados para pintar os ossos dos enterramentos secundários, utilizando métodos micro-químicos, espectômetro de absorção, raios X e microsonda eletrônica, na procura de dados que permitiram relacionar as pinturas com os restos ósseos. Os corantes asinalados nas camadas arqueológicas e nos enterramentos, indica utilização acentuada dos mesmos em períodos compreendidos entre quatro e cinco mil anos antes do presente, que poderiam ser talvez as datas das pinturas rupestres.

Área arqueológica de Central, no Noroeste da Bahia

Na depressão sanfranciscana, no noroeste do Estado da Bahia, à margem direita do médio-baixo São Francisco, a arqueóloga Maria da Conceição Beltrão desenvolve o Projeto Central que enquadra, em sua primeira fase da pesquisa, os municípios de Central, Irecê e Xique-Xique. Pretende, também, estender-se em áreas limítrofes do sertão da Bahia, estimadas em 270000 quilômetros quadrados. O projeto, iniciado em 1982, procede ao mapeamento dos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos da área escolhida e realizam-se escavações arqueológicas em abrigos pré-históricos sob rocha, tomando como epicentro da pesquisa o município de Central, que dá nome ao projeto. As prospecções arqueológicas orientam-se ao longo dos rios e riachos intermitentes que fazem parte da grande bacia do São Francisco.

Para operacionalizar um projeto tão amplo, sua coordenadora geral, Maria da Conceição Beltrão, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tem recebido a colaboração de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que trabalham, atualmente, em várias frentes, independentemente, embora sob sua coordenação. Dessa forma, na última década, foi possível apresentar-se os primeiros resultados sobre as ocupações humanas da região em estudo, durante o pleistoceno.

no e o holoceno, e reunir-se importantes coleções de materiais líticos, cerâmicos, ósseos e malacológicos, além de numerosos registros rupestres numa área desconhecida arqueologicamente até a década de 1980.

Nos relatórios e publicações de M. C. Beltrão e de seus colaboradores fala-se de centenas de grutas e abrigos em afloramentos calcários e arenítico-quartzíticos, cobertos de pinturas rupestres pertencentes a diversas tradições. A importância desses achados arqueológicos como um todo teve o impacto que representou o da Toca da Esperança e suas imprevisíveis cronologias do pleistoceno médio. Situada a 11 quilômetros da cidade de Central, no calcário pré-cambriano conhecido como serra da Pedra Calcária, a 610 metros sobre o nível do mar, a Toca da Esperança forma uma sala de uns 325 metros quadrados que, segundo os responsáveis pela escavação, continha depósitos pleistocênicos de 150 centímetros de espessura. A escavação arqueológica desta gruta revelou a existência de depósitos quaternários que continham, sob uma crosta carbonática, ossos extremamente fossilizados de fauna extinta, entre os quais predominavam os de eqüídeos. As datações obtidas pelo método do urânio-tório nos ossos coletados deram a essa fauna uma idade em torno dos 300.000 anos, segundo os resultados obtidos por Yuji Yokoyama, no

"Centre des Faibles Radioactivités" do CNRS/CEA (Gif-sur-Yvette, França) e por C. Falguérés, da Universidade de Califórnia do Sul, Los Angeles, Estados Unidos. Os autores do trabalho, publicado em "L'Anthropologie," afirmaram que os artefatos líticos de quartzo e quartzito, coletados entre os ossos de megafauna extinta, somente poderiam ter sido transportados pela mão humana, e, em consequência, consideraram a Toca da Esperança o mais antigo sítio conhecido

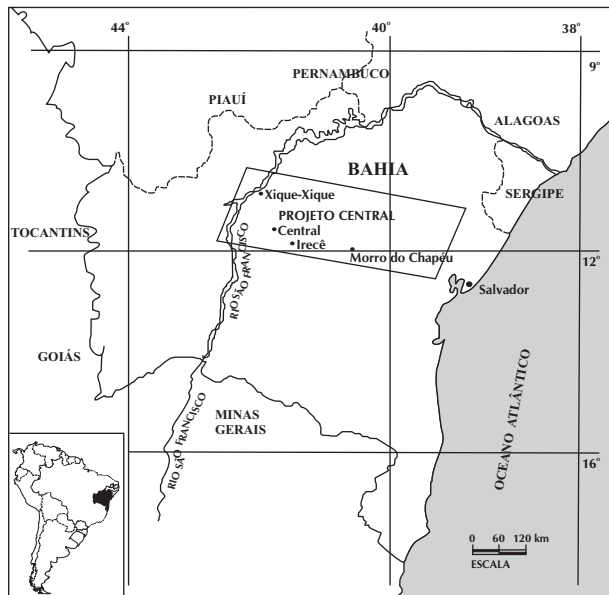


Figura 13. Área do projeto arqueológico de Central, BA. (M. Beltrão, 1984).

o mais antigo sítio conhecido

no continente americano com indústria lítica, o que significaria a presença do homem na América no pleistoceno médio, além da possibilidade de que o *homo erectus* houvesse chegado ao continente americano através da Ásia, utilizando o istmo de Bering, durante uma das grandes regressões do nível dos oceanos no quaternário.

Como era de se esperar, as afirmações contidas no artigo assinado conjuntamente por H. de Lumley, M. C. Beltrão, Y. Yokoyama, J. Labeyrie, J. Dannon, G. Delibrias, C. Falguerés e J. L. Bischoff foram recebidas pela comunidade científica com dúvidas e restrições, compreensíveis até certo ponto, pelo impacto que um achado dessa categoria significava para as mais tradicionais teorias e dados conhecidos sobre o povoamento da América.

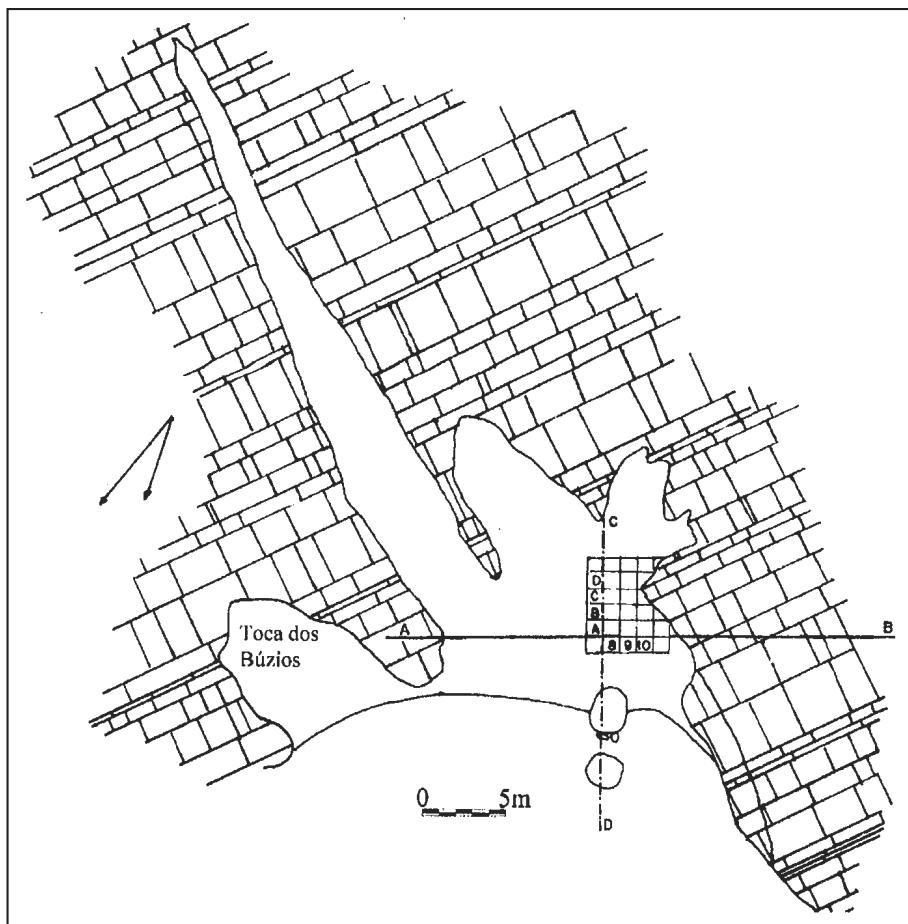


Figura 14. Planta da Toca da Esperança com área escavada, Central, BA (M. Beltrão, 1987).

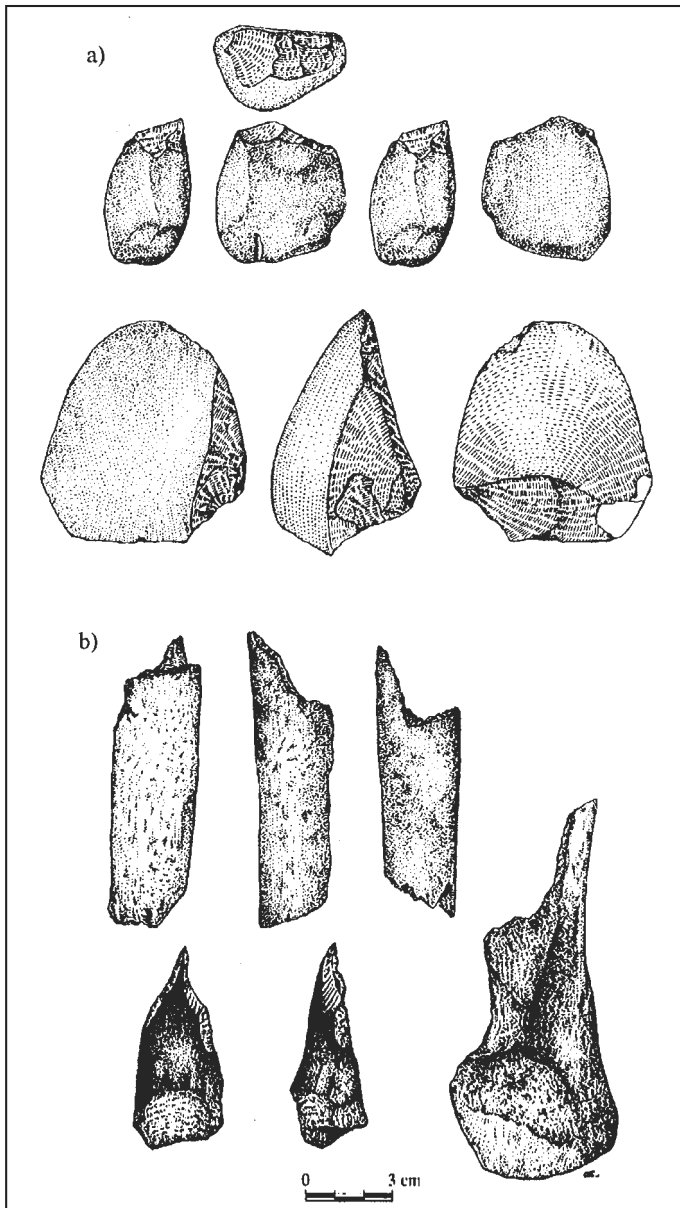


Figura 15. Toca da Esperança, Central, BA, estratos pleistocênicos; a) chopper e lascas de quartzito; b) artefatos em osso (M. Beltrão, 1987, 1995).

As escavações na Toca da Esperança haviam começado em 1985 e se desenvolveram durante os dois anos seguintes, evidenciando quatro níveis estratigráficos formados, de cima para baixo, por uma camada superficial de ocupação que forneceu datações radiocarbônicas entre 2000 e 6500 anos BP. Assentava-se esta sobre uma crosta calcária muito dura, de 50 centímetros de espessura, datada em 22000 anos que, materialmente, "selava" as três camadas inferiores ricas em ossos fossilizados de fauna extinta, entre os quais foram coletados também, já na camada IV, um seixo de quartzo fraturado por percussão violenta e um chopper, além de lascas e fragmentos de seixos de quartzo e quartzito. Os ossos retirados da camada IV foram datados em 300.000 anos. O quadro 4.7 ilustra a crono-estratigrafia resultante da escavação.

Independentemente de obtenção de novas evidências que possam confirmar, no futuro, a existência do homem pleistocênico em datas insólitas para a América, a Toca da Esperança e a Toca dos Búzios, abrigo vizinho e que forma parte da mesma formação cárstica, representam importantes sítios pré-históricos que confirmam também a ocupação humana do antigo vale do São Francisco no holoceno a partir do sétimo milênio, datas aliás que se repetem na Gruta

QUADRO 4.7
Toca da Esperança, Central, Bahia, crono-estratigrafia,
segundo H. de Lumley et al. (L'Anthropologie, 91, 4, 87)

Camada	Litologia	Datação BP	Fauna	Presença humana
Superfície	pó, cinzas e carvão vegetal	2.000-6.500		Pinturas parietais
I	crosta carbonática	22.000 ± 500		
II	cascalho e areia argilosa	>= 270.000		
III	areia bege clara pobre em seixos			
IV		>= 300.000	<i>Eremotherium</i> <i>sp Propaopus</i> <i>sulcatus</i> <i>Pampatherium</i> <i>Hippidion</i> <i>Tayassu albirostris</i> <i>Mazama sp.</i> <i>Paleolama sp.</i> <i>Agouti pala</i> <i>Scelidotherium.</i>	Indústria lítica em quartzito e em quartzo.

do Padre e no Letreiro do Sobrado, em Petrolândia (Pernambuco). As cronologias obtidas para as ocupações holocênicas na Toca da Esperança correspondem à coluna seguinte:

Alan Bryan e Ruth Grün escavaram também, como integrantes do Projeto Central, o Abrigo da Lesma, pequeno sítio de 21 metros quadrados na planície calcária da Chapada Diamantina, onde foram coletados artefatos líticos representados por lascas, núcleos e seixos lascados de quartzo, quartzito, calcário, sílex e calcedônia, fragmentos cerâmicos, moluscos, ossos humanos e ossos de mamíferos da fauna local atual (mocós, macacos, gambás, tatus, veados e porcos-do-mato). Obtiveram-se quatro datações radiocarbônicas entre 1.137 e 2.712 anos BP. Como grande parte dos ossos de animais foram coletados dentro de fogões estruturados, deduziu-se que se tratava de restos de alimentos.

No Capítulo VI, dedicado ao mundo simbólico, trata-se com maiores detalhes das tradições determinadas para os registros rupestres no Nordeste. Mas, para encerrar este resumo sobre a área arqueológica do Projeto Central, na Bahia, devo lembrar que, junto ao SE do Piauí e ao Seridó, a área arqueológica de Central forma uma das três grandes "províncias" rupestres da tradição Nordeste, com uma indubitável sub-tradição local, cujo nome caberá definir por sua descobridora, mas que de momento chamaremos "sub-tradição Central" identificada pela riqueza dos zoomorfos de espécies reconhecíveis e de figuras humanas formando cenas dinâmicas. Pelo menos em cinco abrigos, M. C. Beltrão identificou grafismos rupestres com signos astronômicos (sol, estrelas, cometas, lunações, etc.) que considerou pertencentes a uma tradição rupestre à qual tem chamado tradição Astronômica (Figura 94). O abrigo mais expressivo des-sa possível tradição é a Toca do Cosmos, no município de Xique-Xique, afloramento calcário próximo ao rio Verde, afluente do São Francisco. Essa toca forma um abrigo cujo teto, a uma altura entre 150 e 200 centímetros encontra-se coberta de grafismos representando o firmamento, segundo interpretação de Maria Beltrão.

QUADRO 4.8
Toca da Esperança. Datações
da camada superficial.
Carbono 14, anos BP
(M.C. Beltrão)

2020 ± 130
3570 ± 60
820 ± 30
5180 ± 80
6030 ± 0
6030 ± 80
6330 ± 50
6450 ± 50

Área de Itaparica no vale médio do São Francisco

No vale médio do rio São Francisco foi implantado, entre 1982 e 1988, o projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico, que pretendia identificar e resgatar os sítios arqueológicos da grande área que seria inundada pelo lago artificial de Itaparica que, atualmente, alimenta a hidrelétrica do mesmo nome. O Projeto foi financiado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, responsável pela construção da barragem e da usina elétrica. Arqueológico no começo, posteriormente o projeto ampliou-se com a realização de pesquisas antropológicas nas áreas indígenas dos Pankararu e dos Atikum, em Tacaratu e Floresta (PE), além do levantamento documental da ocupação colonial do vale.

As pesquisas arqueológicas no lado pernambucano foram realizadas pela Universidade Federal de Pernambuco, sob minha coordenação, nos municípios de Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco. Do lado baiano trabalharam arqueólogos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação do antropólogo Pedro Agostinho Neto, nos municípios de Chorroro, Rodelas e Glória.

As escavações que, simultaneamente, realizaram-se nas duas margens, permitiram se obter um quadro, embora incompleto, da ocupação humana pré-histórica dessa parte do vale. Realizaram-se prospecções extensivas e intensivas nos terraços fluviais e nas serras circundantes. No trecho do vale que se encontrava dentro da cota de inundação foram também levantadas as numerosas gravuras rupestres que, por mais de um quilômetro, existiam na beira do rio, perto de Petrolândia. Com menor densidade, elas se repetiam na margem direita onde a equipe da Bahia localizara gravuras rupestres nos sítios Pedra da Moeda, Bebedouro das Pedras e Itacoatiara, em Rodelas.

Foram escavados três abrigos no lado pernambucano do rio: o Abrigo do Sol Poente, o sítio Letreiro do Sobrado e a Gruta do Padre, em Petrolândia. No lado baiano escavou-se o conjunto chamado Itacoatiara, formado por sítios abertos e pequenos abrigos (I a XI) com gravuras rupestres e também estabelecimentos cerâmicos sobre dunas de Zorobabel e Jacó, em Rodelas.

As pesquisas no lado pernambucano foram intensas durante o período de construção da barragem formadora do lago. Depois da inundação da área do reservatório, continuaram ainda nas áreas limítrofes e fora da cota de inundação. Porém foram interrompidas pelas dificuldades inerentes a uma área isolada e longe dos centros acadêmicos, o que implica, obviamente, enormes gastos financeiros. Conseguiu-se, porém, o conhecimento básico de um enclave arque-

ológico com epicentro na cachoeira de Itaparica, em Petrolândia, que deu nome ao projeto.

Nas pesquisas arqueológicas do Projeto Itaparica, com as deficiências e possibilidades que um projeto de salvamento comporta, pretendia-se, inicialmente, assentar as bases de uma pesquisa sistemática que permitisse o conhecimento da ocupação humana do São Francisco na pré-história, no trecho em que as circunstâncias especiais da construção de uma hidrelétrica oferecia. Realizaram-se, assim, prospecções arqueológicas ao longo do vale, constatando-se, basicamente, dois tipos de assentamento de caçadores coletores: sítios abertos e abrigos sob-rocha. Os primeiros nos terraços fluviais do vale arcaico, assinalados por grandes concentrações de material lítico lascado, mas com pouca ou nenhuma profundidade estratigráfica, indicavam acampamentos temporários; os abrigos sob-rocha, perto do rio, apresentaram ocupações humanas mais longas, determinadas pelas seqüências estratigráficas. Os assentamentos de agricultores-ceramistas, que poderíamos chamar de aldeias neolíticas, em sua maior concentração, encontravam-se nas ilhas do São Francisco: ilha de Zorobabel, ilha de Itacuruba, ilha da Viúva, ilha do Pontal e ilha da Assunção. Com água próxima e solo fértil, essas ilhas, ao longo do curso médio do São Francisco, foram intensamente ocupadas por grupos pré-históricos de agricultores e depois pelos aldeamentos missionários, principalmente de franciscanos e jesuítas.

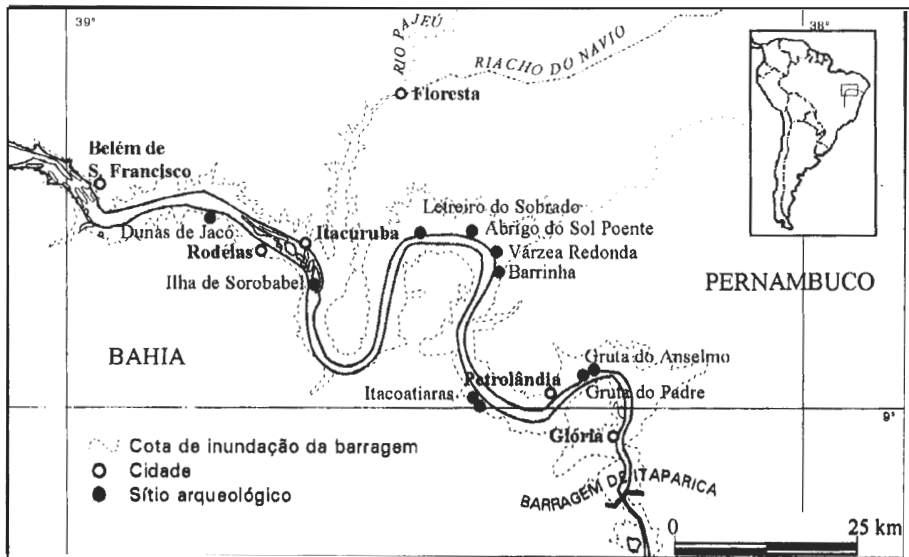


Figura 16. Vale do São Francisco. Sítios arqueológicos escavados na área da Barragem de Itaparica.

A Gruta do Padre, Petrolândia, PE

A Gruta do Padre encontra-se hoje sob as águas do lago artificial de Itaparica, no vale do São Francisco. No seu lugar emerge uma pequena ilha, península nas épocas de estiagem, de forma cônica, restos da colina onde se assentara um dos mais conhecidos sítios arqueológicos do Nordeste e que deu nome a uma das mais antigas tradições pré-históricas do Brasil: a tradição Itaparica. O sítio serviu de ponto de partida para a identificação das indústrias líticas pré-históricas do vale médio do São Francisco. Situado num lugar privilegiado, a poucos metros sobre a cachoeira de Itaparica, desde a sua ampla entrada era possível contemplar-se as águas do rio. Os índios Pankararu, cuja aldeia está próxima e que nos auxiliaram durante a escavação da gruta, desciam com a maior facilidade até as margens da cachoeira para banhar-se e apanhar água. Medindo 8 por 5,20 metros, possuía área habitável aproximada de 41 metros quadrados, o que permitiu sua ocupação permanente por grupos de caçadores durante longo período. Por ser de fácil acesso e próxima à cidade de Petrolândia, foi sempre muito freqüentada por visitantes e buscadores de tesouros, fato que prejudicou, em parte, sua estrutura arqueológica e a estratigrafia do sítio, mesmo quando escavada por arqueólogos responsáveis.

A história arqueológica da pequena caverna remonta-se aos anos trinta, década em que o etnólogo Carlos Estevão realizou as primeiras escavações. A partir daí mais duas etapas assinalam as pesquisas arqueológicas na Gruta do Padre: as escavações de Valentin Calderón, nos anos sessenta, e as realizadas durante o Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico, quando se completou a escavação. Numa primeira fase, realizamos coleta de materiais de superfície e de arraste, produzidos pelos intemperismos, na área da gruta já escavada por Calderón, pois entre os trabalhos do citado arqueólogo e os nossos, haviam-se passado dezesseis anos e uma camada de sedimento eólico mascarava a antiga escavação. A segunda parte foi a mais importante e definitiva, realizada pouco antes da inundação do sítio, e consistiu na retirada dos grandes blocos desprendidos do teto, existentes no lado esquerdo do abrigo. Os materiais arqueológicos e os estratos que, por ventura, poderiam aparecer por debaixo dos blocos caídos eram, talvez os da única área não violada de todo o sítio, suposição posteriormente confirmada. A existência dessa área intocada revestia-se de especial importância pelo fato, já citado, de numerosas incursões humanas que o sítio sofrera, seja de arqueólogos ou mesmo curiosos. O próprio Calderón, que foi quem teve possibilidades de escavar a maior área da gruta, não poderia ter absoluta certeza de que a estratigrafia da mesma não fora, em parte, perturbada anteriormente pelos trabalhos de Carlos Estevão. Os relatos dos dois pesquisa-

dores, sejam os publicados ou os apontamentos inéditos, são incompletos. O de Estevão, por não ter ele, na época, conhecimentos suficientes sobre pré-história e sobre a importância da estratigrafia; no caso de Valentin Calderón, seu falecimento impediu que retomasse as pesquisas na gruta e, sobretudo, que publicasse os resultados completos das escavações realizadas das que, somente, chegou a publicar uma nota prévia.

Pelos motivos expostos, cobrava importância o espaço da gruta que escavamos o qual, mesmo sendo pequeno - escassos sete metros quadrados - oferecia a total segurança de não ter sido anteriormente tumultuado. Nessa pequena

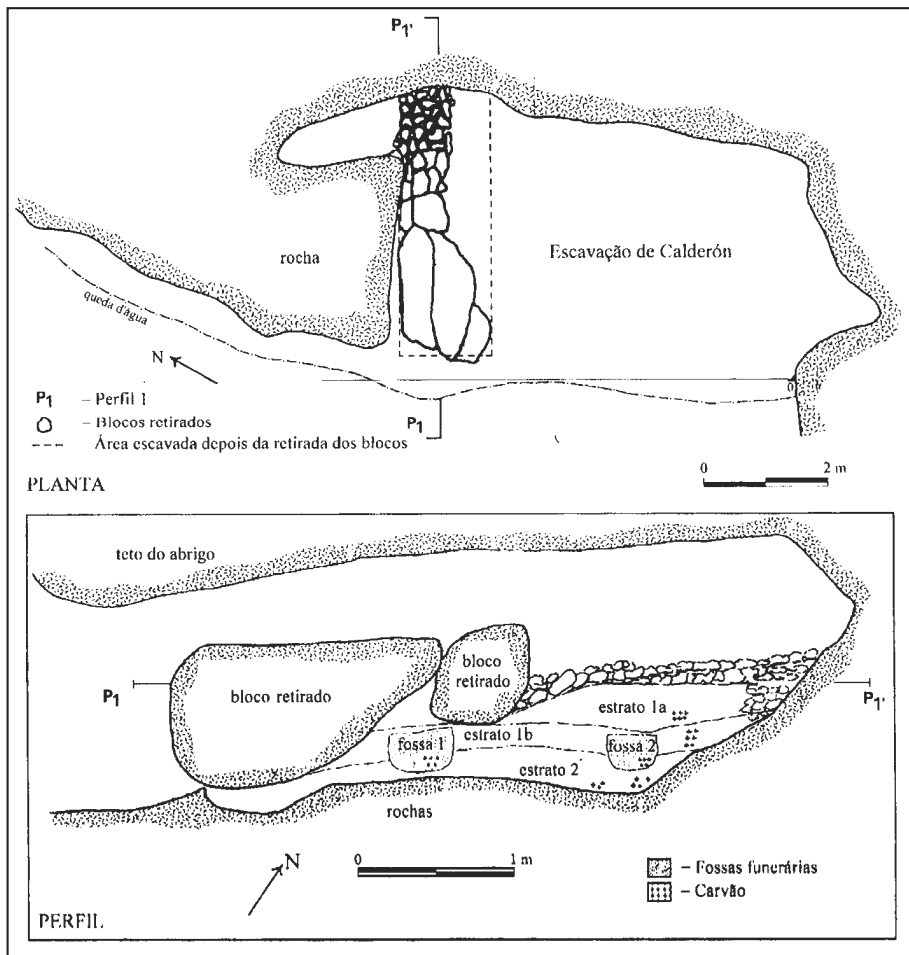


Figura 17. Gruta do Padre, Petrolândia, PE.

área, porém, assinalamos grande concentração de materiais arqueológicos distribuídos em três camadas de ocupação humana. A Gruta do Padre, teve duas ocupações diferentes e perfeitamente delimitadas. Uma primeira ocupação, na qual serviu como abrigo de caçadores e uma posterior na qual foi utilizada como cemitério. Essas duas ocupações básicas estavam, também, subdivididas em períodos bem delimitados, nos quais as ocupações se modificaram. No longo período em que serviria de refúgio de caçadores, uma primeira fase, compreendida entre 7.000-4.500 anos BP, está caracterizada por instrumentos de fino acabamento como raspadores unifaciais plano-convexos retocados (lesmas) e lâminas retocadas em sílex e calcedônia. No segundo período, também utilizado como abrigo de caçadores, parte dos instrumentos foram trabalhados dentro da gruta, a partir de seixos de tamanho médio. Dessa ocupação, foi coletado abundante material lítico na forma de lascas e núcleos descorticados. A estratigrafia apareceu parcialmente tumultuada, pela intrusão de fossas funerárias abertas na fase final de formação da camada. A cronologia deste período situa-se em torno de 4.000-2.500 anos BP, segundo datações obtidas por Carbono-14.

O carvão procedente das fossas funerárias foi coletado no fundo das mesmas, em contato com o estrato 2.

A Gruta do Padre foi ocupada como necrópole durante um longo período de tempo, possivelmente além de mil anos, cujos limites cronológicos são difíceis de se determinar, mas que podem ser estimados a partir de 2.000 BP pelas cronologias obtidas. Várias são as razões da incerteza em relação aos limites cronológicos da ocupação da gruta para fins funerários. Quando Carlos Estevão escavou parte da mesma em 1937, as quantidades de material arqueológico

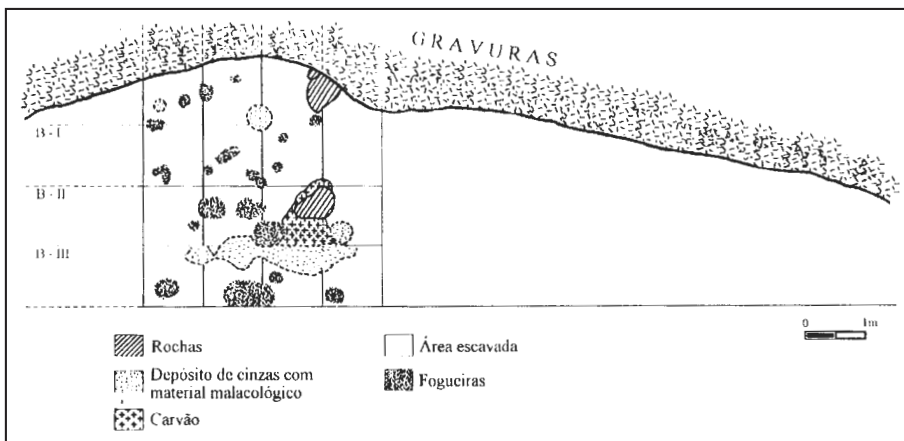


Figura 18. Planta do Letreiro do Sobrado, Petrolândia, PE.

lógico coletado, sejam ossos humanos ou enxoval funerário, movimentaram uma massa considerável de sedimentos arqueológicos e, possivelmente, houve perturbação de camadas mais antigas da ocupação anterior à necrópole.

A escavação de Calderón foi, sem dúvida, muito mais criteriosa e realizada estratigraficamente por quadrículas, porém como grande parte do sítio já havia sido perturbado, é duvidoso que tenha conseguido obter dados exatos sobre a estratigrafia do cemitério.

Nos escassos sete metros quadrados que foi possível escavar depois da remoção dos blocos tombados do conglomerado arenítico da gruta, foram coletados 751 artefatos líticos, com maior concentração nas camadas inferiores (216 no estrato 1b e 459 no estrato 2) e que correspondem à ocupação do abrigo como refúgio de caçadores. Muitos desses artefatos devem ter sido confeccionados *in situ*, a julgar pelos restos de lascamento coletados. A matéria-

prima utilizada foi o sílex, o quartzo, o quartzito, o arenito e o arenito silicificado, a calcedônia e alguns raros exemplares de riolito. Verificamos que o arenito fino e o quartzo foram retirados de grandes seixos existentes no conglomerado do abrigo. O sílex e a calcedônia foram localizados numa jazida situada a 60 quilômetros à montante do rio São Francisco. Os artefatos das camadas mais profundas da gruta que correspondem às ocupações mais antigas (7.000-5.000 anos BP) aparecem finamente retocados por pressão, em sílex e calcedônia, principalmente na forma de raspadores plano-convexos. Já nas camadas superiores (entre 4.000-2.000 anos BP), os instrumentos são pouco refinados, de tamanho maior e pouco ou nenhum retoque, muitos deles lascados sumariamente a partir de seixos procedentes do conglomerado da própria gruta.

Em todas as camadas em que a escavação da Gruta do Padre foi dividida apareceram restos ósseos humanos em quantidades inversas à concentração de material lítico, ou seja, abundância nas camadas mais recentes da deposição estratigráfica e decrescente nas mais profundas. Entre o material ósseo coletado identificaram-se restos de duas crianças neo-natas, três com sete e doze anos e quatro adultos, todos muito fragmentados e queimados, misturados a ossos de animais de pequeno porte, tais como aves, roedores e marsupiais, além de

QUADRO 4.9
Datações obtidas na Gruta do Padre,
Carbono 14, anos BP

Escavação	Datas BP	Estratigrafia
V. Calderón	2200 ± 110	-25-30 cm
	2720 ± 110	-30 cm
	7580 ± 410	-90 cm
G. Martin e J. Rocha	236 ± 050	estrato 1b
	363 ± 070	fossa 1
	459 ± 070	fossa 2
	5280 ± 120	estrato 2

espinhas de peixe e fauna malacológica que fazia parte tanto da dieta alimentar como do ritual funerário da incineração.

No período mais antigo de ocupação da gruta (estrato 2, mais fino e compacto) o clima deveria ser mais seco e a partir da formação dos dois estratos superiores, uma fase mais úmida determinou contínuas infiltrações e desprendimentos, o que culminou na queda dos grandes blocos que protegeram o sedimento arqueológico. Essa fase separa também os dois períodos de ocupação da Gruta do Padre, primeiro como abrigo de caçadores e depois como cemitério, embora não se possa descartar a hipótese de que, em algumas épocas, tenha servido simultaneamente para as duas atividades.

O abrigo do Letreiro do Sobrado, Petrolândia, PE

Na Fazenda Experimental do Sobrado, em Petrolândia, a 700 metros aproximadamente de distância do rio São Francisco, alinha-se uma série de morros de arenito conglomerático, ruiformes, na direção NE-SW. Ali se localiza um pequeno abrigo de 16 metros de abertura e 10 de altura, conhecido como o Letreiro do Sobrado, por apresentar um painel de gravuras rupestres ocupando uma superfície de 12 metros de comprimento por 1,00 a 1,50 metros de altura. Esse abrigo apresenta declive pronunciado na superfície, formando uma depressão natural, escavada na rocha no lado norte, onde se concentravam os vestígios arqueológicos até uma profundidade de 60 centímetros. No resto do abrigo, a rocha matriz aflorava entre cinco a dez centímetros abaixo da camada superficial.

Como está voltado para o rio São Francisco, a água é perfeitamente visível desde sua entrada e está evidente que foi utilizado intensamente por caçadores, seguramente a partir do sexto milênio. A escavação arqueológica, numa área de 15 metros quadrados aproximadamente, revelou estruturas de vinte fogueiras algumas delas reutilizadas, como demonstrou a estratigrafia do abrigo entre 50 e 60 centímetros de profundidade. No material lítico coletado há predominância de sílex seguido do quartzo e menores quantidades de quartzito fino e grosso, calcedônia, quartzito silicificado e ardósia. Foram separados três estratos de ocupação nos quais se observou a evolução das indústrias líticas e suas mudanças, com artefatos de menor tamanho no estrato mais profundo e tentativa de fabricação de pontas de projétil penduculadas. A grande abundância de restos de lascamento leva-nos à conclusão de que o abrigo do Letreiro do Sobrado foi utilizado também como local de preparo de artefatos líticos, entre os quais predominam os raspadores circulares e laterais e os furadores. O

interesse do abrigo está também na presença de painéis rupestres gravados e que puderam ser datados, fato extremamente difícil nos registros rupestres, especialmente em relação às gravuras que se encontram sobre blocos ao longo dos cursos d'água. Neste caso, a decomposição lenta, porém continuada, do arenito de suporte das gravuras, possibilitou seu relacionamento com as camadas estratigráficas, ao desprender-se das paredes os fragmentos gravados. Observa-se claramente que, à medida que lages do arenito gravado caíram das paredes do abrigo, estas foram de novo gravadas por ocupantes que também se serviram da rocha para afiar instrumentos. Dois fragmentos gravados e caídos no sedimento foram datados, pela proximidade das fogueiras, em 1680 e 6390 anos BP, respectivamente, demonstrando a longa ocupação do abrigo. Possivelmente foi também lugar cerimonial.

QUADRO 4.10
Datações do abrigo Letreiro
do Sobrado, Petrolândia, PE,
Carbono 14, anos BP

Datas	Estratigrafia
980 ± 60	Estrato II, fogueira
1230 ± 50	Estrato II, fogueira
1630 ± 60	Estrato II, fogueira
1680 ± 50	Estrato II, fogueira
6390 ± 80	Estrato III, fogueira

O Abrigo do Sol Poente e a Gruta do Anselmo, Petrolândia, PE

No distrito de Barrinha, Petrolândia, no Serrote Vermelho, perto do rio São Francisco, localizava-se o pequeno abrigo do Sol Poente, hoje desaparecido sob as águas do lago de Itaparica. Foram realizadas neste abrigo duas sondagens, com uma profundidade aproximada de 40 centímetros, que atingiram até a rocha matriz. O material arqueológico encontrava-se na superfície e na primeira camada, até 25 centímetros de profundidade, resultando estéril o resto do sedimento. Foram coletados 49 artefatos líticos de quartzo, sílex, quartzito e arenito, na forma de lascas e estilhas e, entre os instrumentos, "chopping tools", raspadores laterais e semi-circulares, material lítico aliás, que coincide com as ocupações mais recentes da Gruta do Padre. Do carvão de uma fogueira obteve-se datação radiocarbônica de 2.760 anos BP.

Realizou-se também a escavação de uma pequena furna perto da Gruta do Padre, conhecida como Gruta do Anselmo e explorada anteriormente por Carlos Estevão. Nela, achou, segundo suas próprias palavras, "uma camada de cinza com placas e espinhas de peixe, ossos e dentes de mamíferos, pedaços de carapaças de tatus, tarsos de aves, enfim, uma apreciável quantidade de restos de cozinha", além de "pedaços de sílex e quartzo". A posterior escavação pro-

porcionou 33 artefatos líticos sobre núcleos, seixos e lascas descorticadas, além de ossos de pequenos animais e sementes, vestígios relacionáveis com as ocupações recentes da vizinha Gruta do Padre.

As ocupações pré-históricas em sítios abertos no vale do São Francisco

Os sítios abertos sucediam-se, sem solução de continuidade, ao longo do rio São Francisco, tanto na área da cota de inundação do lago de Itaparica como fora dela, nos terraços mais antigos do vale arcaico. Esses sítios, em ambas as margens, apresentaram material lítico abundante na superfície, indicando, em vários casos, sítios-oficinas de lascamento, nos quais foram aproveitados seixos rolados, para a fabricação dos artefatos. Estendem-se por quilômetros ao longo do vale e, na margem pernambucana, ocupam uma extensa área entre o rio e os "serrotes" que a bordejam.

Valentin Calderón, que já assinalara a importância dos sítios abertos no vale médio de São Francisco, os descrevia como lugares aluvionais, cobertos de seixos rolados, de tamanho médio, que serviram de matéria-prima para os utensílios ali encontrados. Registrou que se situavam em montículos, nas proximidades do rio, riachos e nas ilhas do São Francisco, além de que a grande dispersão dos artefatos de permeio com os seixos rolados, em áreas de grande extensão, dificultavam que se estabelecesse suas exatas dimensões. Observou também Calderón que alguns dos sítios abertos apresentavam uma quantidade de fragmentos e resíduos de, verdadeiramente impressionante e considerou que tais sítios eram, sobretudo, oficinas de lascamento de artefatos líticos, pois, na maioria dos casos, a situação topográfica dos mesmos não oferecia condições para serem utilizados como acampamentos.

A densidade e a extensão do material lítico nos sítios abertos ao longo do rio parecem-nos indicar a concentração de numerosos grupos humanos com acampamentos temporários, pois o material, mesmo abundante, é sempre superficial, sem refugio estratigráfico e sem formar manchas húmidas de assentamentos humanos. O clima extremamente seco, que parece ter caracterizado um longo período, entre 8000 e 6000 anos BP, em grandes áreas interioranas do NE, teria tornado possível a ocupação desses lugares abertos, com precários acampamentos, e explicaria também a pouca ou nenhuma ocupação dos abrigos sob rocha mais afastados do rio, na sua maioria sem indícios de ocupação ou com ocupações muito curtas.

De modo geral, os homens que habitaram o vale médio do São Francisco na pré-história, ocupavam os abrigos e terraços próximos ao rio sem se afastar

muito dele pois ali era onde encontravam seu alimento. Estabeleceram-se, também, nas margens de antigas lagoas, resíduos do vale arcaico. Devem ter chegado ao São Francisco, procedentes do planalto goiano e do SE do Piauí, onde há indústrias líticas muito semelhantes às encontradas na região de Itaparica, datadas como pertencentes a épocas beirando os 10000 anos BP. Formando pequenos grupos de caçadores-coletores, com grande mobilidade, percorriam grandes extensões do vale, caçando, pescando e preparando seus artefatos de pedra, como parecem indicar a densidade e a extensão do material lítico espalhado em diversos sítios nas proximidades do rio. Ocuparam também pequenos abrigos, não longe das suas margens, formados nas rochas sedimentares dos serrotes- testemunhos.

Exemplo de ocupações pré-históricas em áreas de antigas lagoas encontramos, também, em Salgueiro, PE, no distrito de Conceição das Creoulas, no vale do rio Terra Nova, tributário do São Francisco. As escavações realizadas por Marcos Galindo e Fábio Parenti na Lagoa da Pedra evidenciaram ocupações pré-históricas no chamado "Complexo Lagunar das Caraibas". Em consequência da seca de 1992-93 pequenas lagoas e "cacimbas" secaram, evidenciando a presença de ossos de mamíferos pleistocênicos, aparentemente associados a material lítico lascado. A fauna, estudada por Claude Guérin, compõe-se de preguiças gigantes (*Eremotherium lundi*), tatus (*Pampatherium humboldti*, Lund), *Glyptodon clavipes*, *Toxodon platensis*, mastodonte (*Haplomastodon warringi*), *Hippidon*, *Palacolama* e tigre-dentes-de-sabre (*Smilodon populator*).

Um conjunto de nove abrigos com gravuras e pinturas rupestres da tradição Agreste completa o conjunto arqueológico das Caraibas, cujas pesquisas, embora iniciadas, já se apresentam como um promissor enclave pré-histórico.

Quando os primitivos habitantes do vale do médio São Francisco descobriram a agricultura e aprenderam a fazer cerâmica, estabeleceram-se, principalmente, nas ilhas de formação quaternária, as quais, com solo muito fértil, apresentam-se como verdadeiros oásis no meio do semi-árido sanfranciscano. Nas prospecções arqueológicas nessas ilhas encontram-se numerosos indícios da ocupação de grupos agricultores pré-históricos. Observamos, também, que a tradição ceramista dos indígenas do São Francisco ainda hoje se conserva entre os Pankararu e os Atikum. Nas aldeias dos dois grupos, as mulheres são as continuadoras daquelas mesmas técnicas empregadas na pré-história, sem utilização, aliás, de nenhum elemento intrusivo atual.

Foi nessas ilhas e nos brejos de terras mais férteis, onde os primeiros missionários católicos se estabeleceram, a partir do século XVII, aldeando os indígenas nas primeiras comunidades cristãs do vale. A história dessas missões

e de suas lutas contras as poderosas casas da Torre e da Ponte são, possivelmente, os capítulos mais dramáticos da história do vale do rio São Francisco.

O Projeto Serra Geral no SO da Bahia

Entre a fronteira dos Estados de Goiás e da Bahia, P. I. Schmitz desenvolveu o projeto Arqueológico da Serra Geral que, no lado baiano estende-se ao longo do rio Corrente, afluente do São Francisco e dos seus formadores Correntina e Formoso. Durante cinco anos, a partir de 1981, realizaram-se prospecções intensas em áreas de cerrado e de caatinga arbórea, em cotas entre 1000 e 800 metros. As prospecções mais importantes ocorreram no curso médio do rio Correntina e do Pratudão-Formoso, o que permitiu assinalar-se 60 sítios arqueológicos, segundo A. Sales Barbosa (1991) e P. I. Schmitz (1994) entre abrigos e sítios abertos pré-cerâmicos e cerâmicos. Identificaram-se também sítios com pinturas rupestres, classificadas pelos autores citados como da tradição São Francisco, além de gravuras rupestres nos córregos do rio Correntina. Em comunicação apresentada à VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em 1993, os autores referem-se a coleta sistemática de amostragem nas áreas do projeto nas proximidades da cidade de Correntina, sob o rio do mesmo nome, na Serra do Ramalho, na margem direita do rio Corrente, nos municípios de Coribe e Santa Maria da Vitória. Nessas prospecções foi utilizada a técnica de coleta de amostras por sítios e feitos alguns cortes estratigráficos.

Entre os sítios assinalados vinte eram pré-cerâmicos abertos, próximos às margens dos rios situados em pequenos cerros ou chapadas onde aflora o quartzito e o sílex. Os abrigos, em geral pouco profundos, apresentam ocupações pré-cerâmicas e cerâmicas e, repetindo palavras dos autores da pesquisa, foram levantados problemas importantes sobre a área da caatinga que exigem se voltar ao lugar para melhor definição das culturas ceramistas e pré-ceramistas locais e no reexame das camadas que produziram as datas pleistocênicas.

Os resultados preliminares dessas pesquisas proporcionaram seqüências estratigráficas evidenciando, com segurança, a presença humana nessa área da depressão sanfranciscana, a partir de 9000 anos BP por caçadores coletores da tradição Itaparica. Possivelmente houve também ocupações mais antigas, detectadas na escavação do abrigo Morro Furado, em Coribe, onde se obteve cronologias entre 1.000 e 43.000 anos BP, a partir de moluscos localizados nas camadas pleistocênicas. Das datas desse abrigo, extremamente recuadas, existe a dúvida, formulada pelos autores, de que se trate de restos relacionados com o

homem. Os autores são, por enquanto, extremamente cautelosos para aceitar essas datações, enquanto não se confirmem novas evidências de ocupações humanas, se bem que Altair S. Barbosa, mais otimista, tenha afirmado que se tratava de lentes de moluscos associados a cinzas e algumas lascas de sílex, o que indicaria estruturas de fogões onde os moluscos teriam sido queimados para ser consumidos.

Anteriormente, nos anos 1966-67, Valentin Calderón, como membro do PRONAPA, havia pesquisado a região do rio Corrente, nos municípios de Coribe e Santa Maria da Vitória, localizando ocupações da tradição Tupiguarani situadas em lugares altos, que considerou terem sido propositamente escolhidos como lugares defensáveis, além de sítios pré-cerâmicos e abrigos com pinturas rupestres.

Os projetos arqueológicos Serra Geral, Central, Itaparica e, mais recentemente, o de Xingó, permitirão, no futuro, conhecer-se melhor os processos de ocupação pré-histórica do vale do São Francisco. Aguarda-se, para isso, o avanço das pesquisas e a publicação dos seus resultados em monografias completas.

QUADRO 4.11
Datações de Morro Furado,
Coribe, BA, Carbono-14, anos BP,
(Schmitz e Barbosa, 1994)

6.520 ± 100
4.980 ± 75
8.860 ± 115
Datações pleistocênicas
sobre moluscos:
16.200 ± 290
18.570 ± 130
21.090 ± 420
26.900 ± 570
43.000
A datação de 43.000 anos não está associada a material lítico.

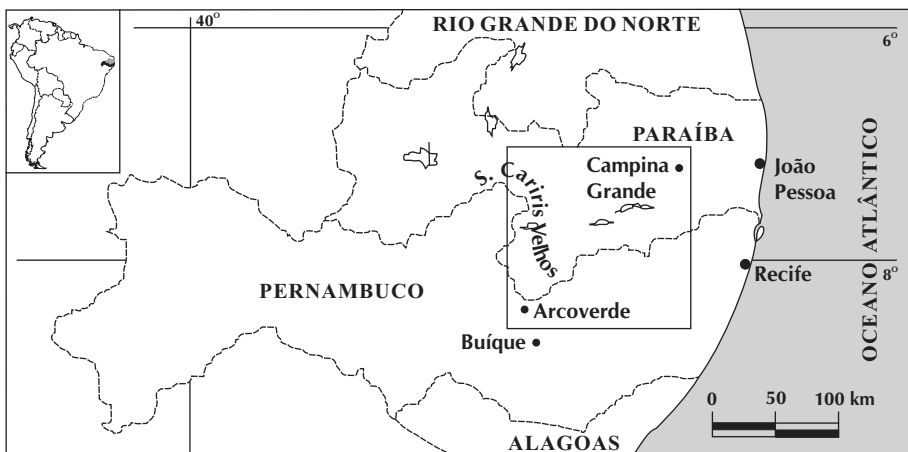


Figura 19. Área do projeto arqueológico de Arcoverde, Pernambuco.

A área arqueológica da microrregião de Arcoverde em Pernambuco

No fim dos anos 70, realizei juntamente com Alice Aguiar, o levantamento de sítios com registros rupestres em áreas de agreste pernambucano, tomando como epicentro a microrregião de Arcoverde. Foi, assim, cadastrada uma centena de sítios com pinturas e gravuras rupestres, entre abrigos factíveis de serem escavados e simples blocos de granito e de arenito gravados ou pintados ao longo de cursos d'água distribuídos, irregularmente, entre os municípios de Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Alagoinha, Venturosa, Pedra, Buíque, Brejinho, Passira e Paranatama.

Os sítios com pinturas rupestres foram o ponto de partida da fixação da tradição Agreste, dominante na área de estudo, referencial imediato para a obtenção de outros dados arqueológicos. O que se pretendia, a longo prazo, no chamado então "Projeto Agreste", era se chegar ao conhecimento dos grupos étnicos autores das pinturas rupestres da tradição Agreste e do seu "habitat", tomando o conceito da "tradição Agreste" num sentido amplo, que englobava tanto uma determinada forma de representação pictórica, como um horizonte cultural mais complexo, que enquadraria outras variáveis arqueológicas relacionadas aos sítios rupestres. Assim, além do levantamento de registros rupestres, classificados dentro dessa tradição, procedeu-se ao estudo do entorno dos sítios, do seu posicionamento topográfico e caracterização geomorfológica. Realizaram-se também sondagens e escavações arqueológicas em sítios "tipo", previamente escolhidos. Observou-se que determinados grafismos rupestres, distribuídos em painéis considerados pertencentes à mesma tradição, foram pintados em abrigos ou matacões rochosos que apresentavam semelhanças entre si e que tinham sido escolhidos por suas condições de habitabilidade para o assentamento. Observou-se, também, pela comparação com abrigos que apresentavam registros rupestres de outras tradições, com distintos tipos de assentamentos, que os "grupos do Agreste", em Pernambuco, na região de Arcoverde e dos Cariris Velhos no sul da Paraíba, situaram-se em áreas de várzea ou de piemonte, perto de uma fonte d'água, mesmo limitada. Em um alto percentual de casos, situavam o cemitério do grupo em lugar próximo ao sítio onde realizavam as pinturas. Os topônimos relativos à existência desses cemitérios são muito comuns, nessas áreas de tradição Agreste, tais como "Morro dos Ossos" e "Furna dos Ossos".

Lugares de habitação, de cerimonial e sítios cemitérios vão aos poucos sendo identificados e relacionados com determinadas tradições rupestres. Citei apenas três sítios que podem servir de modelo para se conhecer o tipo de estrutura arqueológica que caracteriza esses assentamentos pré-históricos.

Sítios Peri-Peri e Pedra do Tubarão, em Venturosa

O abrigo Peri-Peri I está formado por dois grandes matacões de granito que afloram no meio de uma planície. Suas paredes estão cobertas de pinturas rupestres separadas em cinco grandes painéis. A inclinação natural das rochas oferecia condições precárias de habitação, numa área que, já na superfície, apresentava material lítico e marcas de fogueiras. Tomando o conceito de sítio arqueológico no sentido mais amplo, no qual se considera o abrigo propriamente dito e o seu entorno, o sítio Peri-Peri está constituído por dois pequenos abrigos, um "boqueirão" a cem metros, que forma um pequeno açude, onde se acumula água de chuva quase todo o ano e outro pequeno abrigo chamado Morro dos Ossos que foi usado como cemitério. O grande interesse da escavação do abrigo Peri-Peri I reside, principalmente, no achado de duas fogueiras estruturadas e que continham restos de ocre, lascas de quartzo, seixos muito desgastados pela abrasão, e núcleos de hematita, todos eles com sinais de uso, o que permitiu inferir que teriam sido utilizados na preparação das tintas para as pinturas rupestres. Obtiveram-se duas datações radiocarbônicas em duas fogueiras, de 1760 e 2030 anos BP, que constituem a primeira datação relativa de registros rupestres em Pernambuco. A escavação evidenciou uma ocupação mais antiga de caçadores, que preparavam, ali mesmo, seus artefatos de pedra e as tintas para pintar as paredes rochosas; utilizavam uma indústria lítica basicamente constituída de lascas de quartzo e alguns artefatos em sílex, granito e arenito entre os quais buris, raspadores, percutores e um "chopper". Uma segunda ocupação, mais recente, proporcionou abundantes restos de lascamento, fragmentos de cerâmica com acabamento escovado na superfície e ossos de fauna de pequeno porte.

O Sítio Pedra do Tubarão, também em Venturosa, apresenta aspectos geomorfológicos muito semelhantes aos de Peri-Peri. Formado por um grande matacão de granito partido em dois, oferece um abrigo bem protegido. A 200 metros existe uma necrópole indígena, conhecida como Cemitério do Caboclo. Há um olho d'água nas proximidades. As pinturas rupestres, da tradição Agreste, apresentam grafismo geométricos muito elaborados que lembram carimbos e, por isso, foram provisoriamente filiados a uma variedade ou estilo que, arenito silicificado, chamamos de "geométrico elaborado". A escavação deste sítio (V. Luft, 1990) assinalou, com pequenas variantes, duas ocupações bem definidas e semelhantes às do sítio Peri-Peri, com cerâmica na mais recente e apenas material lítico na mais antiga. Escavou-se, também, uma parte do Cemitério do Caboclo, onde constatou-se, numa camada arqueológica única de 27cm de espessura, enterramento secundários, alguns dos quais em covas onde os ossos hu-

manos foram lançados depois de quebrados propositadamente. Alguns conjuntos de ossos, de vários indivíduos, foram queimados no mesmo local. O enxoval funerário consistia em contas e pingentes de ossos, ágata e sementes, alguns finamente trabalhados (Figura 53). O abrigo onde se situa o cemitério, mostra também um único grafismo rupestre, representando um antropomorfo típico da tradição Agreste. O material lítico coletado consistiu, principalmente, em, quando se tratava de lascas sobre quartzo, matéria-prima abundante na região, além de granitoxisto biotítico, riolito e ágata, em forma de lascas, raspadores, furadores e buris unifaciais sem retoque ou pouco retocados em alguns poucos casos. A cerâmica coletada é de formas globulares e carenadas, de diâmetros compreendidos entre 20 e 25 cm, nas quais se aplicou um engobo vermelho na parte interna do vasilhame ou total, por imersão, quando se tratava de tinta branca.

O Sítio Alcobaça, Buíque, PE

Pelos indícios de ocupação intensa, situação e acumulação de registros rupestres - gravuras e pinturas - nas suas paredes e nos blocos caídos, este abrigo merece uma atenção especial e uma escavação arqueológica demorada e completa, que deverá realizar-se, nos próximos anos, sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco com a colaboração da Fundação do Museu do Homem Americano. Situado em um pé de monte, num vale fechado em forma de U a 800 metros sobre o nível do mar, tem um olho d'água perene situado a menos de 50 metros do abrigo. Com aproximadamente 50 metros de comprimento e 14 de largura, no ponto mais amplo, e uma altura de 8 a 10 metros, apresenta as paredes cobertas em grande parte, por grafismos puros e alguns antropomorfos típicos da tradição Agreste. Grandes blocos desprenderam-se do teto em diversas épocas, alguns deles formando um corredor estreito entre a rocha matriz e os blocos caídos, onde se acumulam os painéis rupestres pintados. Esses blocos, posteriormente à queda, foram gravados, ao parecer, em várias épocas. Também as pinturas existentes na rocha matriz, devem ter sido pintadas em períodos diferentes. Chegamos a essa conclusão ao observar as diversas técnicas empregadas na elaboração dos grafismos, nos quais se utilizaram pincéis finos, bastões de ocre, espátulas ou simplesmente os dedos. Além do pigmento vermelho, que predomina, utilizara-se, também, pigmento preto, amarelo e branco. O solo do sítio apresenta uma camada espessa de cinzas e em alguns pontos as pinturas rupestres penetram no sedimento arqueológico.

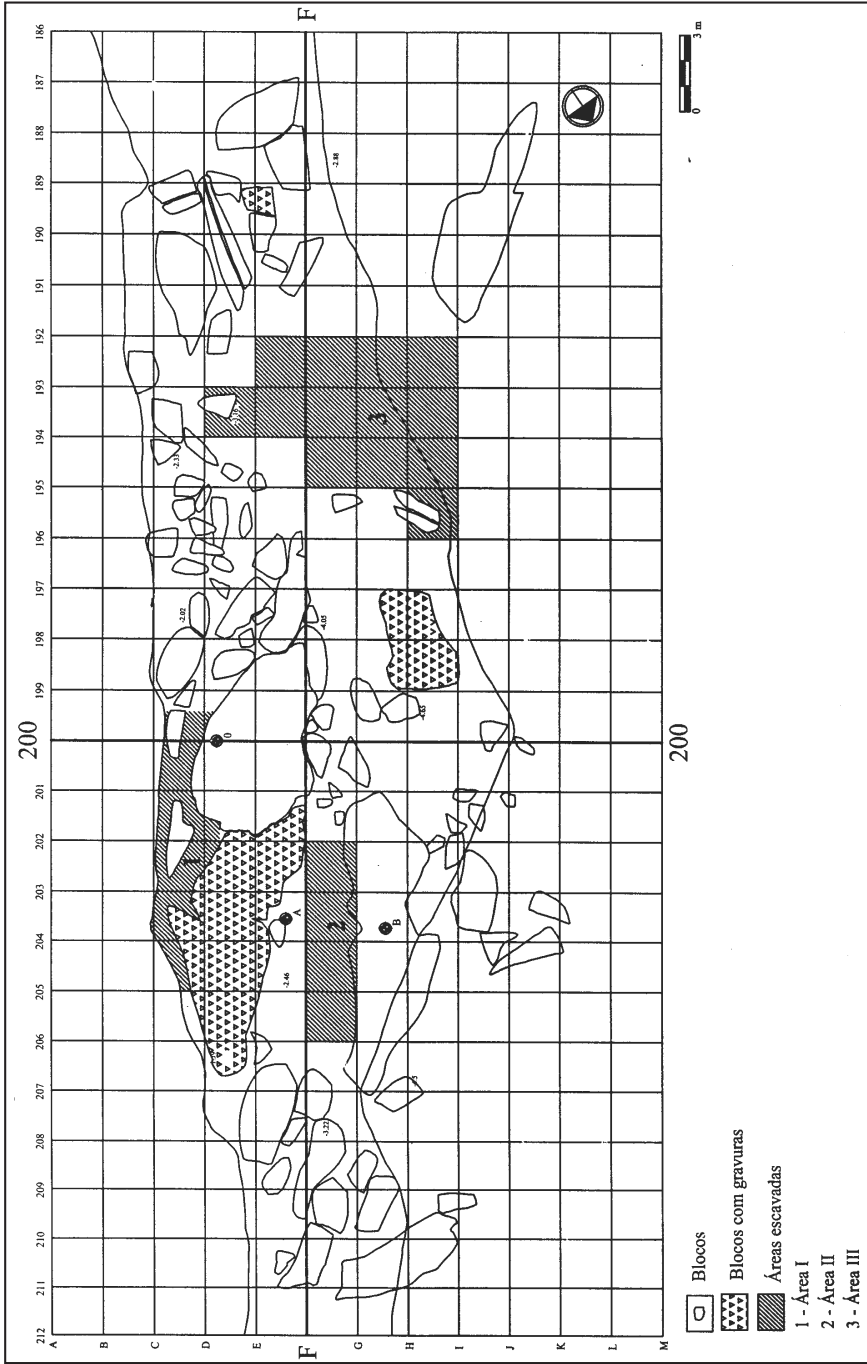


Figura 20. Planta do sítio Alcobaca, Buique, PE. Área escavada até 2001. As datas de ocupação do sítio-obtidas por C-14 - ultrapassam os 4000 anos BP.

O tamanho do abrigo e as grandes quedas de blocos dificultam a escavação que se apresenta como demorada e complexa. Durante o levantamento topográfico do sítio, prévio ao começo das escavações, realizou-se uma sondagem no ponto onde as pinturas penetram no sedimento, evidenciando-se a presença de enterramentos secundários com ossos humanos queimados e restos de cestaria finamente trançada. Os ossos apresentavam restos de pigmento vermelho e acompanhava o conjunto fúnebre, cascas de cocos, coquinhos, óxido de ferro (ocre) com marcas de uso, um fragmento de cerâmica e um pilão de rocha. Do carvão vegetal, coletado nessa primeira sondagem, obtiveram-se duas datações radiocarbônicas de 1785 e 1766 anos BP. As datações obtidas, comparadas com as do sítio Peri-Peri, nos situam, *grosso modo*, em torno dos anos 2000-1700 BP os períodos finais das ocupações pré-históricas dos grupos da tradição Agreste, em Pernambuco.

Sítios arqueológicos em Bom Jardim, Pernambuco

Nas décadas de 60 e 70, A. Laroche descobriu e escavou vários sítios arqueológicos no município de Bom Jardim, no Agreste setentrional pernambucano, na beira do rio Tracunhaém, que desce da Serra do Orobó. O autor (1974-75) cita 14 sítios nos quais, entre 1968 e 1974, realizou prospecções, escavações parciais ou extensivas e coletas de superfície. Esse conjunto significou, sem dúvida, a presença de um importante enclave arqueológico onde se assinalou a presença humana na pré-história desde o décimo milênio até os tempos imediatos à colonização. Convém salientar que essa pesquisa foi feita numa época em que, à exceção das pesquisas de Valentin Calderón na região do São Francisco, não se haviam realizado escavações arqueológicas sistemáticas, concentradas num único município. Houve, anteriormente, prospecções e levantamento de sítios arqueológicos, como os realizados por Marcos Albuquerque e Vele da Lucena, mas não foram escavações continuadas e delas temos apenas notas prévias.

Laroche escavou, entre outras sondagens menores, três sítios: o abrigo sob-rocha Pedra do Caboclo, o sítio aberto Chão do Caboclo e as Cavernas Fúnebres de Angico. Deles obtiveram-se várias datações radiocarbônicas. Segundo descrição do próprio autor, a Pedra do Caboclo forma um conjunto rochoso de migmatite onde se localizam uma caverna e vários abrigos, perto do perímetro urbano da cidade de Bom Jardim e, em conseqüência, o local fora continuamente depredado e revolvido por caçadores de tesouros "obcecados pela lenda do ouro da Gruta do Caboclo". Laroche assinalou três fases de ocu-

pação. A primeira, antiga, que descreve como "uma cultura lítica unifacial em lascas de sílex"; uma segunda ocupação na qual o abrigo foi utilizado como cemitério de incineração, com a presença de ossos humanos queimados e misturados a numerosas contas de osso e esteatita (Figura 54); e uma terceira ocupação, também funerária e com cerâmica. Identificou Laroche três tipos diferentes de vasilhames cerâmicos que dividiu em fases, com nomes locais, atendendo especialmente ao tipo de decoração e algumas formas. Quanto ao material lítico, embora Laroche tenha sido detalhado na descrição do mesmo, é praticamente inidentificável, pois não forneceu o autor desenhos do mesmo. Descreveu artefatos de sílex, calcedônia, quartzo e gnaiss. Em conjunto, a parte escavada da Pedra do Caboclo, parece indicar sua principal ocupação como cemitério, durante longos períodos, de grupos ceramistas, precedidos de ocupações menos intensas de caçadores. Obtiveram-se nesse sítio nove datações de Carbono-14, com a mais antiga de 8400 BP, seguida de outras de 6, 4, 3, e 2 mil anos e até outras próximas ao período colonial.

O outro sítio escavado demoradamente por Laroche, Chã do Caboclo, é um sítio aberto, situado a 3 quilômetros ao sul de Paquevira (PE), no qual identificou uma indústria lítica de artefatos unifaciais, finamente retocados, entre os que destacam as lesmas e os raspadores circulares em forma de leque. Laroche conseguiu interessar o laboratório de Carbono-14 do Principado de Mônaco, o qual lhe facilitou em torno de 40 datações, numa longa seqüência cronológica, desde ocupações recentes até 11.000 anos BP (ver relação Cap.III). O material lítico coletado foi atribuído por Laroche à tradição Itaparica, com uma sub-tradição local que chamou "Bom Jardim". Da descrição dos artefatos, aos quais atribui cronologia de 8000-7000 anos BP, deduz-se sua semelhança com os coletados na Gruta do Padre. Infelizmente Laroche não forneceu nas suas publicações desenhos da estratigrafias nem do material lítico, que, entretanto, teve oportunidade de examinar pessoalmente. De modo geral, suas informações são imprecisas e, às vezes, até confusas, mas é inegável que se trata de materiais arqueológicos de indubitável valor e de sítios arqueológicos importantes dentro de um enclave que necessita, urgentemente, ser revisto e estudado com rigor científico.

No monte do Angico, escavou Laroche três abrigos funerários, aos quais chamou cavernas 1, 2 e 3. As ocupações correspondem a enterramentos de incineração e as urnas coletadas foram usadas como mobiliário fúnebre, cerimonial e para guardar cinzas e ossos humanos queimados de grupos étnicos ceramistas (Figura 46).

O que se conhece das ocupações pré-históricas no litoral do Nordeste

Do pleistoceno final e do holoceno antigo é difícil que se possa detectar qualquer ocupação humana, pois houve um marcado rebaixamento da plataforma continental atlântica na América do Sul e os possíveis sítios pré-históricos do litoral devem estar submersos.

Deve-se distinguir entre assentamento de litoral com subsistência diretamente relacionada a recursos marinhos e ocupações pré-históricas na zona da mata, no litoral, em áreas úmidas que desfrutavam de abundantes chuvas. Os últimos, correspondem, principalmente, a aldeias de agricultores da tradição Tupi-guarani.

Do litoral do Nordeste temos poucos dados pré-históricos confiáveis. Existem grandes extensões de praias e restingas nunca exploradas arqueologicamente e os dados que possuímos são fragmentários. Três tipos de assentamentos foram, porém, assinalados e estudados por arqueólogos: os sambaquis e estearias do Maranhão, os estabelecimentos dunares do Rio Grande do Norte e os sambaquis do Recôncavo baiano.

Os sambaquis são jazidas arqueológicas formadas, principalmente, pela acumulação de moluscos bivalves que serviam de alimento a populações pré-históricas, estabelecidas permanentemente ou em períodos sazonais, nas áreas litorâneas ricas em moluscos e peixes. Alguns sambaquis alcançaram até 30 metros de altura no litoral de São Paulo e de Santa Catarina e muitos deles já foram destruídos pelo uso das conchas na fabricação de cal e aterro de construções. Os sambaquis têm sido comparados aos concheiros epipaleolíticos da Península Ibérica e a os *kiokkenmoeddynger* (restos de cozinha) escandinavos, na medida em que se trata também de estabelecimentos litorâneos cujas populações viviam da pesca e do consumo de moluscos. Os sítios se caracterizam pela acumulação de grandes quantidades de conchas bivalves, mesmo que a sua formação não seja sempre a mesma, assim como suas cronologias. Mas, de qualquer modo, são assentamentos pré-históricos que somente começaram a se formar depois do pleistoceno, quando o esquentamento paulatino e aumento do nível dos mares, ao final da última glaciação, fez aumentar a fauna marina de peixes, crustáceos e moluscos. Estão sempre situados sobre restingas ou em depressões entre restingas e os mais antigos alcançam cronologias de até 6 a 8 mil anos BP. Os conhecidos no Nordeste, pertencem a populações ceramistas que deviam conhecer e se utilizar de algum tipo de agricultura. Certas acumulações de conchas que se encontram no litoral de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, que não ultrapassam um metro de altura, são naturais, já que nelas não foram

detectados sinais de ocupação humana com a presença de material arqueológico. A falta de sambaquis no litoral nordestino não está bem explicada, na medida em que existem restingas e lagoas comunicadas com o mar (como é o caso de Alagoas) onde se pesca moluscos em grande quantidade tais como a ostra (*ostrea* sp) e o sururu (da família Mytilidae), além de outras espécies.

Alfredo Brandão (1937) cita a existência de um grande sambaqui em Alagoas, no município de Coruripe, a meia légua da sede da cidade onde havia "um enorme sambaqui começando agora a explorar para o fabrico do cal", e do qual se retiraram igaçabas com ossos, machados, "armas de guerra", pilões e outros artefatos de pedra. Recentemente Patrícia Pinheiro identificou restos de nove sambaquis no litoral de Alagoas.

Verdadeiros "sambaquis" modernos estão se formando, por exemplo, nos manguezais de Canguaretama (RN), onde famílias inteiras, que moram em casebres na beira desses manguezais, passam o dia descascando ostras, enviadas diariamente aos mercados de Natal. Mas a presença de moluscos na atualidade não implica necessariamente, na existência de sambaquis antigos, mesmo que possa ser um indicador.

Sambaquis, escavados por arqueólogos, no NE, somente se conhecem os maranhenses e os baianos; todavia, esporadicamente, surgem informações que não devem ser negligenciadas, baseadas, aprioristicamente, na inexistência de sambaquis no litoral nordestino, embora possam ter existido outros tipos de assentamentos pré-históricos, que utilizaram moluscos como base alimentar. Prospecções realizadas pelo geólogo Eduardo Bagnoli, no litoral do Rio Grande do Norte, assinalaram acumulações conchíferas que podem ter sido acampamentos pré-históricos sazonais. É o caso da Ponta dos Três Irmãos, em São Bento do Norte onde, num sítio a 30 m de distância e 6 m sobre o nível do mar, onde se registrou a presença de conchas de *Anomalocardia* misturadas a lascas de sílex numa espessura de 50 cm. O sítio Pedra dos Três Irmãos ocupa uma extensão de sete por trinta metros, onde se obteve uma datação radiocarbônica em torno dos 4.500 anos BP de uma concha de *Tellina Anodara*. Próximo ao sítio, sobre uma duna consolidada a 40 m sobre o nível do mar, espalha-se abundante material lítico na forma de lascas e núcleos de sílex e conchas de moluscos comestíveis, que apresentam rupturas nos pontos de fixação dos músculos, dando a impressão de que foram abertos propositadamente quando o animal estava vivo. Foi coletada também uma conta de colar de concha de forma retangular com duas perfurações. Com datação pelo C-14 de uma concha de *Lucina*

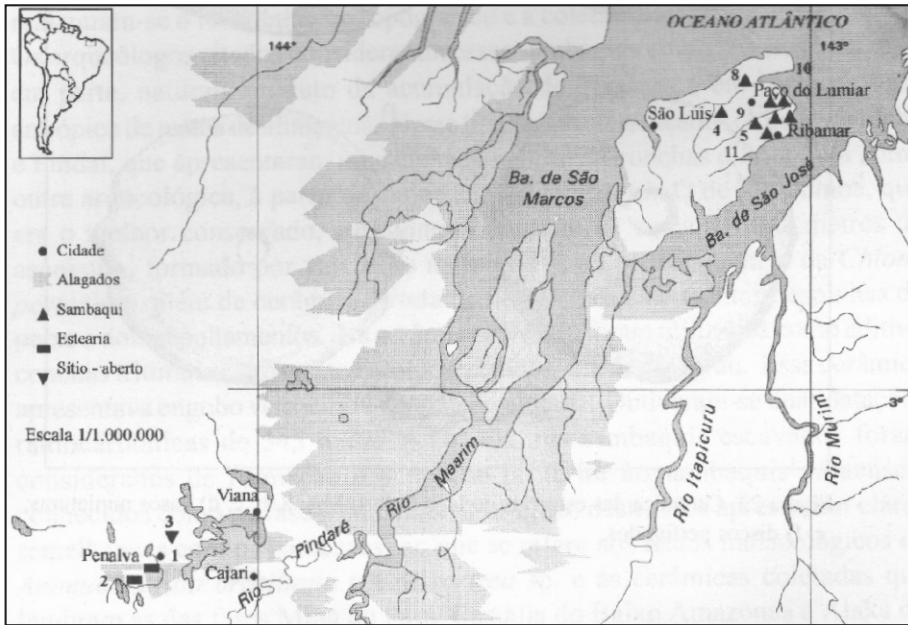


Figura 21. Localização dos sambaquis e estearias da Baixada Maranhense e Ilha de São Luís, MA. (A. L. Machado et al., 1991).

Pectimates obteve-se 6710 anos BP¹. Outros sítios de características semelhantes foram também assinalados por E. Bagnoli (1989) no litoral norte do Estado potiguar e estudos mais acurados poderão contribuir a um mais amplo conhecimento das ocupações pré-históricas no litoral nordestino.

Os sambaquis da ilha de São Luís, no Maranhão

As primeiras informações sobre a existência de sambaquis no litoral do Maranhão procedem de Raimundo Lopes que os localizou entre 1927 e 1931, no município de São José do Ribamar, que faz fronteira com o de São Luís, capital do estado, na baía de São José. As primeiras pesquisas sistemáticas de campo foram iniciadas por Mário F. Simões, do Museu Paraense "Emílio Goeldi", e depois continuadas por Ana Lúcia Machado, Conceição Corrêa e Daniel Lopes, da mesma instituição paraense. Estes pesquisadores localizaram restos de oito sambaquis nos municípios de São Luís, São José de Ribamar e

¹ Datas obtidas no Laboratório de Carbono-14 do Departamento de Física da Universidade Federal do Ceará.

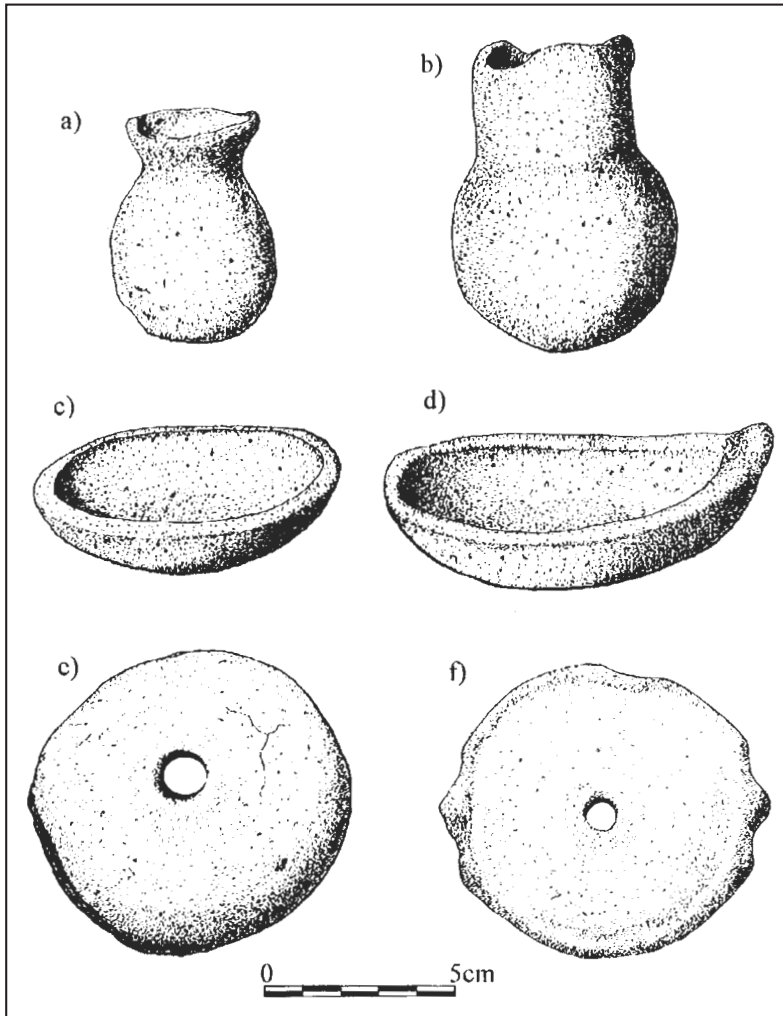


Figura 22. Cerâmica das estearias do lago Cajari, MA: a, b, c, d) vasos miniaturas; e, f) discos perfurados.

Paço do Lumiar. Muito destruídos pela ação do mar somada à exploração do cal, apenas foi possível se escavar os de Maiobinha, Pindaí e Iguaíba; nos cinco restantes realizaram-se o levantamento topográfico e a coleta de cerâmica de superfície. Os arqueólogos citados consideraram esses sambaquis como "mistos", ou seja, em parte, naturais produto da acumulação de bivalves e em parte produto antrópico de restos de alimentos. Nesse tipo foram classificados os de Maiobinha e Pindaí, que apresentaram uma camada natural de conchas e, sobre

ela, uma outra arqueológica, a partir da superfície do sambaqui. O de Maiobinha, que era o melhor conservado, apresentou ocupação de cerca de dois metros de espessura, formado por valvas de moluscos (com predominância da *Chione pectorina*), além de cerâmica, artefatos líticos, ossos de animais, espinhas de peixe e dois sepultamentos. Na cerâmica coletada foram utilizados como aditivo conchas trituradas, areia, caco moído e *cariape*² em menor grau. Essa cerâmica apresentava engobo vermelho e decoração pintada. Obtiveram-se duas datações radiocarbônicas de 545 e 705 A.D. Os três sambaquis escavados foram considerados de formação e ocupação posterior ao sambaquis paraenses, conhecidos como da fase Mina, porém, os cinco destruídos apresentam claras semelhanças com os paraenses, no que se refere aos restos malacológicos de *Anomalocardia brasiliana* e *Crassostrea* sp. e às cerâmicas coletadas que lembram as das fases Mina do Pará, Castália do Baixo Amazonas e Alaka do litoral das Guianas.

As estearias do Lago Cajari no Maranhão

Merece registro especial, pela originalidade da sua estrutura, a cultura instalada sobre palafitas no lago Cajari no Maranhão. Esses estabelecimentos palafíticos estão situados na planície pluvio-marinha do golfo do Maranhão, que apresenta uma lenta evolução de lago para planura. Curiosamente, no lago Cajari a água vai mudando de salgada a salobra e doce, dependendo de trechos, e apresenta abundante vegetação lacustre que, às vezes, forma verdadeiras ilhas flutuantes, com flora e fauna abundante e variadíssima; ainda hoje, surgem do fundo das enseadas, bandos de capivaras e de lontras, além de emas, nos locais mais elevados. Nesse ambiente, pertencente ao município de Penalva, desenvolveu-se uma cultura palafítica de agricultores-ceramistas, descoberta em 1919, quando uma grande estiagem fez descer o nível do lago, deixando à vista os restos das estearias que afloram, atualmente, na estação seca, como uma imensa floresta morta. Os trabalhos de campo somente começaram em 1971, sob a direção de arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi, sob a responsabilidade de Mário F. Simões. O resultado das pesquisas realizadas ainda não foi publicado na íntegra e os trabalhos deverão continuar por muitos anos, pois se trata de um trabalho penoso e difícil, quase sempre feito na água e na lama.

² Cariape (*Licania scabra*), casca de árvore rica em sílica que, queimada e triturada, é utilizada como aditivo na fabricação de cerâmica.

A população lacustre do lado Cajarí devia ser densa, a julgar pelo tamanho dos restos palafíticos que ocupam uma extensão de dois quilômetros, a partir do núcleo principal da ruína, conhecida com o nome de Cacaria. As pesquisas arqueológicas realizadas pelos mesmos arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi que escavaram os sambaquis foram executadas na Cacaria e no Igarapé do Baiano. O primeiro sítio foi considerado um grande estabelecimento estável e o segundo, menor e com menos materiais arqueológicos, seria apenas um acampamento temporário.

A escavação foi praticamente sub-aquática, no fundo do lago, a uma profundidade de 120 centímetros em média. Os esteios estavam colocados a distância entre si de dois metros e construídos com troncos de pau d'arco (*Tabebuia* sp.) razoavelmente conservados, de 30 a 35 cm de diâmetro. O fundo do lago, ocupado pelas palafitas, estava completamente coberto de fragmentos cerâmicos e alguns vasos quase inteiros, além de madeira queimada e carvão. A cerâmica coletada era de tipo acordelado e temperada com areia, cacos moídos, cariapé e raramente com *cauxi*³, de formas globulares com gargalo, panelas de boca ampla semi-esféricas e tigelas. Adornos modelados foram aplicados nas bordas e no corpo dos vasilhames.

Alguns fragmentos apresentavam também bordas acasteladas e, em raros casos, se deu um engobo vermelho sobre o branco. Foram também coletados assadores circulares, rodela de fusos e vasos-miniatura, seguramente cerimoniais, (Figura 22). O material lítico polido consiste em batedores e abrasadores sobre seixos, quebra-cocos e machados, *muiraquitãs* e diferentes tipos de adornos corporais na forma de contas e pingentes de pedra e osso.

A aldeia indígena identificada na Cacaria, considerada o sítio-tipo entre as populações palafíticas do lago Cajarí, abrangia uma elipse de 8000 metros quadrados, com os esteios de sustentação do tabuado, acima do nível máximo das águas, sobre o qual deveriam se situar as cabanas. A presença de grelhas de cerâmica indica o uso de mandioca ou outro tubérculo; fusos de cerâmica indicam fiação de fibras para confecção de redes, linhas e cordas. Obteve-se uma única datação de carbono-14, de 570 anos D.C.

As pesquisas arqueológicas na baixada maranhense realizadas pelos arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi proporcionam, praticamente, o único conhecimento que temos sobre a pré-história do Maranhão, desconhecendo-se o que pode haver no resto do Estado. Dos resultados obtidos, ainda

³ Cauxi = espongiário de água doce que reduzido a cinzas mistura-se ao barro para o fabrico de cerâmica.

que incompletos pela necessidade de estudo acurado dos materiais coletados, pode-se deduzir a importância que se reveste a pesquisa da pré-história do Maranhão como zona limítrofe da influência das culturas amazônicas e suas transformações na pré-história nordestina. Tanto os grupos étnicos formadores dos sambaquis como os construtores das palafitas, cujas respectivas cronologias não são distantes, apresentam-se como descendentes de grupos de procedência amazônica, numa lenta adaptação à maritimidade. Por sua vez, a presença de cerâmica com adornos modelados geométricos e zoomorfos nas estearias, indica-nos um longo percurso amazônico e assinala o lago Cajari como o último reduto de culturas amazônicas em um território de transição entre a Amazônia e o semi-árido nordestino.

Os Sambaquis do Recôncavo Baiano

Nos começos dos anos 60 explorou Valentin Calderón o Recôncavo, na Bahia, assinalando vários sambaquis semidestruídos na ilha de Itaparica e na Bahia de Todos os Santos, onde escavou o de Pedra Oca no município de Peri-Peri. A geomorfologia do sítio fez supor ao pesquisador que aquilo que restara

do sambaqui era apenas uma pequena parte do sítio total de ocupação humana, destruído pelo avanço marítimo e que se assentava sobre uma praia arcaica, atualmente a dois metros sobre o nível do mar.

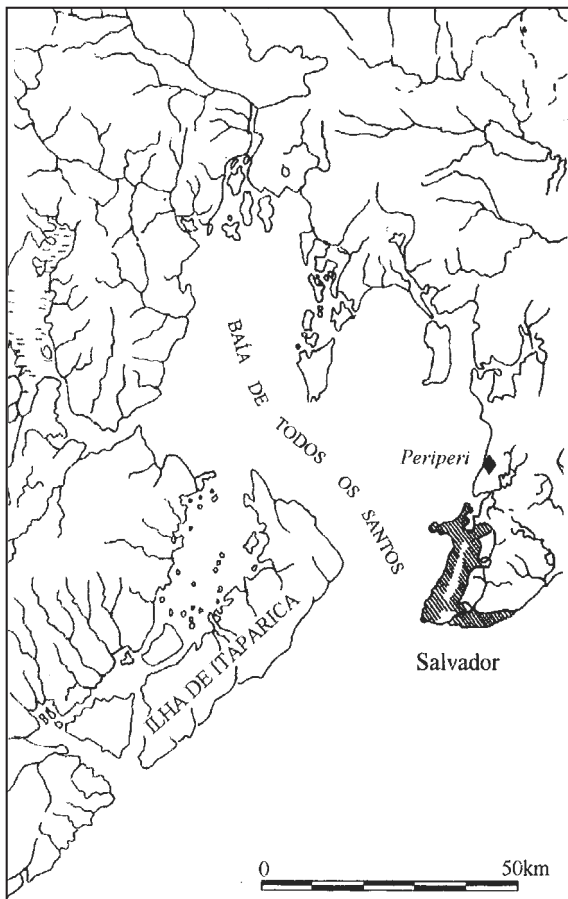


Figura 23. Sambaqui de Pedra Oca, Peri-peri, BA. (V. Calderón, 1964).

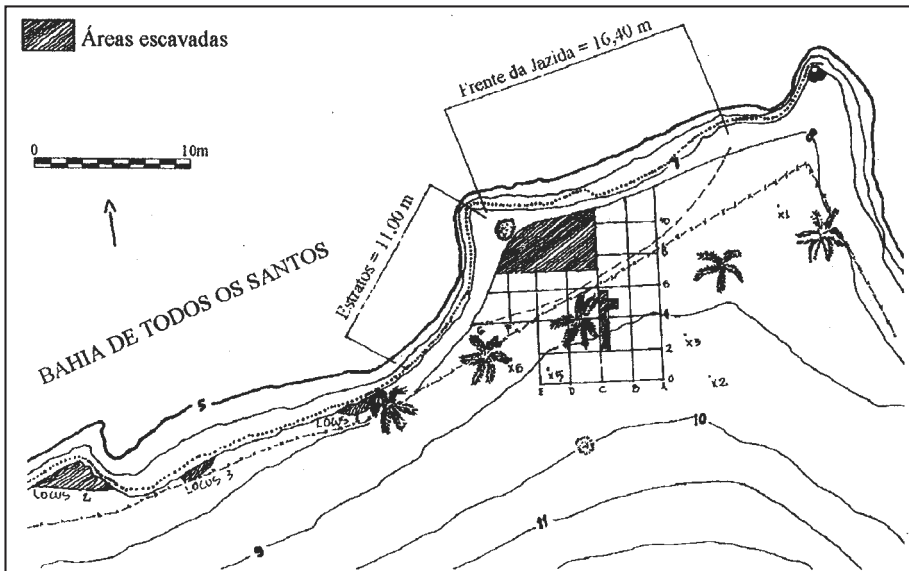


Figura 24. Sambaqui de Pedra Oca, Periperi, BA.

A presença de sambaquis ou de grandes concheiros no Recôncavo baiano está documentada, desde o século XVI, através de notícias fornecidas pelo Padre Fernan Cardin e Gabriel Soares de Souza que citam a existência dessas jazidas, exploradas para a fabricação de cal e que teriam sido usadas em construções da cidade de Salvador, o que indica que o uso dos concheiros para a obtenção de cal é tão antigo como a colonização, o que pode dar uma idéia da enorme destruição que esses sítios pré-históricos sofreram.

O sambaqui de Pedra Oca foi identificado, em 1936, durante prospecções para estudos geológicos sobre petróleo, e foi redescoberto, anos depois, por Valentin Calderón que procedeu a sua escavação durante os anos de 1961-1962. Na monografia publicada sobre a escavação do sítio, Calderón afirma que o sambaqui estava em fase de rápida destruição pela ação das marés, calculando que o primitivo sambaqui devia avançar no mar mais de trinta metros, trecho já destruído quando se realizou a escavação. O terraço que formava o sambaqui estava ocupado por uma plantação de coqueiros, de forma que os trabalhos agrícolas haviam revolvido a primeira camada de ocupação, na qual Calderón identificou cerâmica européia e objetos de ferro, sobre uma fina camada de carapaças de moluscos triturados. No total foram separados cinco estratos, divididos em vários níveis, que evidenciaram ocupação intensa com sucessivos abandonos do sítio. Esses dados classificaram o sambaqui como de ocupação sazonal,

não contínua evidentemente, porém com ocupações intensas nas quais se misturavam às conchas grandes quantidades de húmus, cinzas e fogueiras. Carapaças de moluscos foram, muitas vezes, queimadas. No estrato IV foi escavada a sepultura de um adulto. Entre o material coletado foram identificados 73 artefatos de pedra, 8 de osso e 5 de concha. Esses artefatos líticos, de confecção grosseira, ou apenas aproveitamento de seixos naturais, com sinais de terem sido utilizados para bater, triturar e moer alimentos e corantes, foram classificados como batedores e moedores de diversos tipos, assim como pedras de amolar e alisadores. Do material ósseo destacam-se pontas e vértebras de peixe trabalhadas, além de uma grande ponta de secção triangular fabricada com osso de baleia.

Em todas as camadas foi coletada cerâmica. A do estrato II foi fabricada pelo sistema de roletes, com cor escura, quase negra, e com a superfície ligeiramente alisada, cozimento desigual e tempero de grãos de quartzo. Outro tipo de cerâmica mais tosca, de paredes grossas amareladas e forma ovóide, foi localizada no estrato III. Cachimbos de barro, feitos com molde, procediam das camadas históricas do sambaqui. O material malacológico consistia em vários tipos de *Ostrea*, *Anomolocardia venus* e *Strombus* L., principalmente.

Resumidamente, e de acordo com as conclusões fornecidas por Valentin Calderón, o sambaqui de Pedra Oca teve seus primeiros ocupantes assentados num terraço sobre a praia que, possivelmente, estendia-se por 50 metros mas que foi destruído pelo avanço do mar. A parte conservada do sambaqui não era superior a 8 por 4,50 metros. A alimentação básica desses primeiros habitantes eram os moluscos, acrescentada da coleta de vegetais como coquinhos de palmeáceas, esmagados com batedores. Poucos restos de espinhas e de ossos de peixe descartam uma atividade intensiva como pescadores e ainda menos como caçadores, pois não foi detectada a presença de ossos de animais terrestres. Numa segunda ocupação a quantidade de restos de moluscos decresce e há aumento de artefatos para moer e triturar, indicando maior atividade na obtenção de alimentos vegetais, além de aumento de fragmentos de cerâmica e pedras corantes. Fossas com abundantes cinzas e marcas de estacas de madeira indicam cabanas ou abrigos rudimentares assentados sobre o sambaqui. Sobre os estratos pré-históricos do sambaqui houve ocupações durante os séculos XVII a XIX, destacando-se uma oficina de calafate e, finalmente, o cultivo de coqueiros.

Obtiveram-se três datações de Carbono-14 no sambaqui de Pedra Oca, de 2245, 2709 e 2915 anos BP.

Continuando suas pesquisas no Recôncavo baiano, nos anos seguintes (1969-70) V. Calderón explorou outros sítios à beira mar, construídos, princi-

palmente, com o acúmulo de conchas de moluscos, mas não os considerou sambaquis propriamente ditos. O sítio Cajaíba, na ilha do mesmo nome, ao fundo da baía de Todos os Santos, era formado por uma camada de ostras de 50 cm de espessura. Na sondagem realizada descobriu o sepultamento de um adulto em posição fetal, associado a dois machados polidos, pedras de moer e quebracocos. Coletou, também, alguns fragmentos de cerâmica semelhante à do sambaqui de Pedra Oca.

As pesquisas realizadas no Recôncavo baiano evidenciaram, também, sítios cerâmicos das tradições Tupiguarani e Aratu. Ainda prospectou Calderón, mas sem realizar escavações, o sambaqui do Tapuia, na bacia do Tinharé e mais 16 pequenos sambaquis no rio João de Tibas, no litoral sul da Bahia, todos eles ocupados por populações ceramistas.

Sítios dunares no litoral do Rio Grande do Norte

Durante a execução do projeto arqueológico de Vila Flor, em 1989, no qual se realizava pesquisa no antigo aldeamento carmelita de Gramació, Paulo T. de Souza explorou a foz do Cunhaú e o litoral riograndense até Tibau, descobrindo assentamentos pré-históricos sobre dunas ao longo da costa. Continuando as prospecções identificou mais 26 sítios pré-históricos sobre dunas entre Canguaretama e Natal. As formações dunares, situadas no perímetro municipal da capital, já foram transformadas por decreto (1977), no Parque das Dunas de Natal como forma de se preservar um ecossistema extremamente frágil às agressões antrópicas. Sabe-se que a destruição das dunas para a retirada de areia ou pelo desmatamento da flora típica que as sustenta, em consequência de construções desordenadas, produzem danos irreparáveis na formação de riachos, restingas e lagoas, que secam com o desaparecimento da proteção dunar. Na área preservada em Natal, dentro do perímetro do parque, que é de 1172 ha, localizam-se assentamentos pré-históricos de caçadores-pescadores que estão sendo estudados, mas os sítios assinalados, há apenas cinco anos, nos municípios de Baía Formosa, Canguaretama e Tibau, já estão totalmente destruídos pela especulação imobiliária ao longo do litoral.

Os sítios pré-históricos dunares do Rio Grande do Norte apresentam grandes quantidades de material lítico que, por efeito da ação eólica, ficam ao descoberto e identificam-se facilmente pelo brilho que apresentam sob o sol. Na sua maioria são lascas e artefatos unifaciais sobre sílex, calcedônia, jaspe e quartzo. O que mais impressiona nesses sítios dunares, provavelmente acampamentos temporários sazonais, é a grande quantidade de material lítico que aflo-

ra, à primeira vista, na superfície das dunas, restos de lascamentos *in situ*, em forma de pequenas estilhas. É possível que estas fossem utilizadas também como lastros de redes. Algumas apresentam partes agudas, em forma de pequenos furadores, que podem ter sido usadas como raspadores ou moedores, incrustadas em madeira ou resina. Não se trata de microlitos, no sentido que esses artefatos têm na nomenclatura européia, e sim minúsculas lascas e estilhas separadas do núcleo por pressão, durante a elaboração de artefatos. Em poucos horas de prospecção, ao norte de Vila Flor, Paulo T. de Sousa coletou mais de cinco mil dessas estilhas microlíticas. Raspadores terminais, duplos e plano-convexos (lesmas) semi-corticais e descorticados, foram também coletados nas prospecções de superfície (Figuras 33 e 34) pois ainda não se realizaram escavações sistemáticas pela dificuldade de se escavar, estratigraficamente, áreas de dunas não consolidadas.

As dunas do litoral riograndense assentam-se sobre os sedimentos da formação Barreiras e as diversas colorações das areias dão às dunas características peculiares e pitorescas. Prospecções mais recentes demonstram que os acampamentos pré-históricos dunares chegam até Grossos, no norte do Estado, e que com algumas interrupções, ocupam todo o litoral do Rio G. do Norte.

Especial registro merece o sítio conhecido como Fim do Mundo, em Genipabu, perto de Natal, formado por um riacho seco e uma paleo-lagoa, ambos dessecados pelo avanço das dunas. Nele afloram grandes quantidades de material lítico com lesmas corticais e descorticadas de diversos tamanhos (2 a 10 cm de comprimento) e seus fragmentos resultantes do uso e muitas incompletas, que foram abandonadas durante o processo de lascamento. Encontram-se, também, núcleos debitados e suas respectivas lascas, o que permite a recomposição do núcleo primitivo. Essas evidências demonstram que os artefatos foram preparados *in situ*, a partir de núcleos de sílex transportados de longas distâncias ou procedentes de seixos rolados. No mesmo sítio afloram também, entre as areias e sobre a crosta endurecida do fundo da lagoa, fragmentos de cerâmica Tupiguarani de sub-tradição pintada, com formas abertas e pouco profundas de tamanho grande (30 a 60 cm de diâmetro) e outra cerâmica lisa, de paredes finas e bordas introvertidas, de possível filiação local. Esses dados nos levam a levantar a hipótese de ocupações nas margens da paleo-lagoa, iniciadas por caçadores-coletores e pescadores, seguidas da instalação de uma aldeia Tupiguarani.

À primeira vista parece insólito a presença do material lítico e cerâmico, indicadores de assentamentos pré-históricos, no meio das dunas, "habitat" inaceitável, mas levando-se em conta as modificações geomorfológicas ocorridas na área, pode-se ver que o ambiente, no passado, era muito diferente. Basta se observar o aspecto das atuais lagoas vivas, situadas entre dunas na mesma re-

gião e nas proximidades do sítio do Fim do Mundo, como a lagoa de Genipabu⁴, que possui pesca abundante, olhos d'água doce e está rodeada de cajueiros nativos na margem ainda não ameaçada pelas dunas, para se compreender as condições de habitabilidade que desfrutaram os antigos assentamentos, hoje mascarados pelo avanço das areias. Foi na beira dessas depressões lagunares e em córregos, hoje secos, onde se assentaram essas populações pré-cerâmicas e cerâmicas.

Noutra bacia de deflação cercada também de paleo-lagoas, no lugar conhecido como Zumbi, localizaram-se nove manchas com cerâmica Tupiguarani, formando ocas, distribuídas em forma de ferradura, modelo que se repete em mais quinze sítios entre Muriú e Punaú, nos municípios de Ceará-Mirim e Maranguape. Neste último município, na área do cabo São Roque, existem sítios sobre turfas datadas de 5 a 7 mil anos, com afloramentos de superfície entre os quais se identificam lâminas, lascas, raspadores e furadores de sílex, calcedônia e jaspe.

Não existe nenhuma estimativa cronológica segura para esses assentamentos, mas pela evolução das indústrias líticas e o aparecimento de cerâmica em vários sítios, pode-se deduzir longos períodos de ocupação. A presença de lesmas, no litoral, não haviasido assinalada, até sua identificação nas dunas, que como se sabe, alcançam cronologias muito recuadas desde o começo do holoceno no Planalto goiano e no vale do São Francisco.

Como os materiais líticos já apareceram sobre os sedimentos da formação Barreiras, com anterioridade à formação das dunas, talvez se possa inferir que a região começou a ser ocupada por grupos humanos de coletores e pescadores a partir do sexto milênio, dedução apenas conjectural, baseada na formação geológica das dunas, pois as pesquisas arqueológicas estão apenas iniciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO IV

- ALCINA FRANCH, José. (1989). *Arqueologia Antropológica*. Série Antropologia. Madrid, Ediciones Akal, 223p. il.
- BELTRÃO Maria da Conceição de Moraes Coutinho; NEME, S. M. N.; CABRAL DE ANDRADE, C. O. ; DÓRIA, F. A. M. A. (1991). *Projeto Central: primeiros resulta-*

⁴ Genipabu. "Lugar onde se comem genipapos" (PE). Teodoro Sampaio. *O tupi na Geografia Nacional*. Brasiliense 380, São Paulo, 1987, 5ª ed. "Lugar de água doce", para outros autores (RN).

- dos. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p. 39-47.
- BINFORD, Lewis R. (1983). **In pursuit of the past. Decoding the archaeological record**. London, Ed. Thames and Hudson, 275p. il.
- CALDERÓN, Valentin. (1964). **O sambaqui da Pedra Ôca. Relatório de uma pesquisa**. Instituto de Ciências Sociais, UFBA, 87p.
- _____. (1986). **As tradições líticas de uma região do Baixo Médio São Francisco (Bahia)**. Estudos Arqueologia e Etnologia, Salvador, UFBA. p.37-38. (Coleção Valentin Calderón).
- CURVELLO, Maria Amélia; GÉRIN, Claude. (1993). L'endemisme de la megafauna intertropicale d'Amérique du Sud au Pléistocène: les paresus terrestres géants de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato (Piauí, Brésil). **Docum. Laboratoire Geologie de Lyon**, n.125, p.109-117.
- DELIBRIAS, G.; GUIDON, Niède; PARENTI, Fábio. (1988). The Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada: stratigraphy and chronologie. **Early man in the Southern Hemisphere, supplement to Archaeometry: Australasian Studies**.
- ETCHEVANE, Carlos Alberto. (1992). Sítios dunares no sub-médio São Francisco, Bahia. **ANAIS VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, (1991), v.1, Rio de Janeiro, p.137-146.
- FERNANDES, J. Silvestre. (1947). Baixada Maranhense. **Boletim Geográfico Conselho Nacional de Geografia**. a.5, n.53. Rio de Janeiro, p.545-568.
- GUÉRIN Claude; HUGUENEY, Margarit; MOURER-CHAUVIRÉ, Cecile; FAURE, Martine. (1993). Paléoenvironnement pléistocène dans l'aire archéologique de São Raimundo Nonato (Piauí, Brésil): apport des mammifères et des oiseux. **Docum. Lab. Geologie de Lyon**, 125, p.187-202.
- GUIDON, Niède. (1984). Les premières occupations humaines de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato, Piauí, Brésil. **L'Anthropologie**, v.88, n.2.
- _____. (1986). A seqüência cultural da área de São Raimundo Nonato, Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE, p.137-144.
- _____. (1991). O Pleistoceno no Sudeste do Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.17-18.
- _____. (1992). As ocupações pré-históricas do Brasil (exceptuando a Amazônia). In: **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, p.37-52. (Organizado por Manuela Carneiro da Cunha).
- GUIDON, Niède; ARNAUD, B. (sd). The chronologie of the New World: two faces of the reality. **World Archaeology**. v.23, n.2, Chronologies.
- GUIDON, Niède; ANDREATA, M. D. (1980). O sítio arqueológico Toca do Sítio do Meio (Piauí). **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.3. Recife, UFPE, p.7-30.
- GUIDON, Niède; DELIBRIAS, G. (1986). Carbon-14 dates point to man in the Americas 32.000 years ago. **NATURE**, v.321. London, p.769-771.

- HODDER Ian; ORTON, Clive. (1976). **Spatial analysis in archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press, 295p. il.
- LOPES, Raimundo. (1922). Sobre as palafitas do Maranhão. **Annaes do XX Congresso Internacional dos Americanistas**. v.2, pte.2. Rio de Janeiro.
- _____. (1924). A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, v.1, n.2. Rio de Janeiro, p.87-109.
- _____. (1931). Entre a Amazônia e o Sertão. **Boletim do Museu Nacional**, v.7, n.3. Rio de Janeiro.
- LUFT, Vlademir. (1990). **A Pedra do Tubarão: um sítio da Tradição Agreste em Pernambuco**. Recife, UFPE, 136p. (Dissertação, mestrado).
- MACHADO, Ana Lúcia; CORRÊA, Conceição; LOPES, Daniel F. (1991). Os sambaquis da ilha de São Luís, MA. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.99-100. il.
- MACHADO, Ana Lúcia; CORRÊA, Conceição; LOPES, Daniel F. (1991). As estearias do lago Cajari, MA. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.101-103.
- MARTIN, Gabriela. (1985). Arte rupestre no Seridó (RN): o sítio "Mirador" no Boqueirão de Parelhas. **CLIO - Série Arqueológica**, n.2. Recife, UFPE, p.81-95.
- MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionara. (1989). O abrigo "Letreiro do Sobrado", Petrolândia - PE. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1 n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). Recife, UFPE, p.47-50.
- _____; _____. (1990). O adeus à Gruta do Padre, Petrolândia, Pernambuco. A Tradição Itaparica de coletores-caçadores no Médio São Francisco. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.6. Recife, UFPE, p.31-68.
- MEGGERS, Betty. (1960). The law of culture evolution as a practical research tool. In: **Essays in the Science of Culture**. (G. E. Dole ad R. L. Carneiro ed.). New York, Crowel, p.302-316.
- PARENTI, Fábio. (1993). Le gisement préhistorique du pléistocène supérieur de Pedra Furada (Piauí, Brésil). Considerations Chronostratigraphiques et implications paléoanthropologiques. **Docum. Lab. Géologie de Lyon**, n.125, p.303-313.
- PRONAPA. **Programa Nacional de Pesquisa Arqueológicas**. (1965-1974). Relatórios 5v. Museu Paraense Emílio Goeldi. (Publicações avulsas).
- WHITE, Leslie A. (1943). Energy and the evolution of culture. **American Anthropologist**, 45. Henuasha WI, p.335-356.
- _____. (1964). **La ciencia de la cultura**. Buenos Aires, Ed. Paidós.

CAPÍTULO V



HOMO FABER: O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO HOMEM PRÉ-HISTÓRICO NO NORDESTE DO BRASIL

DÉDALO ensinou aos homens a arte do oleiro e a trabalhar a pedra e os metais. Os deuses o premiaram com a imortalidade.

(Da mitologia grega)

O indígena do Nordeste, antes da colonização européia, no seu nível cultural mais avançado nunca ultrapassou o estágio neolítico primário pré-urbano. Sua habitação não era permanente, não trabalhou a pedra para a construção de moradias, nem soube fazer o tijolo ou o adobe. Não conheceu os metais, a roda, nem o torno do oleiro e não domesticou nenhum animal economicamente rentável. Sua organização social não estava dividida em classes. Sempre andou nu ou semi-nu. Sua situação cultural, na época do seu primeiro contato europeu era, possivelmente, estável há mil anos entre as populações agrícolas do litoral e era provável que fosse a mesma de três mil anos passados, entre os grupos de caçadores-coletores das regiões interioranas. Apesar disso, o grande interesse da pré-história brasileira, especialmente a das regiões mais ingratas do interior do Nordeste, está em se observar a grande capacidade de adaptação do homem a uma natureza particularmente adversa e constatar que, nesse meio hostil, ele foi capaz de criar e desenvolver uma arte expressiva e bela, como são as pinturas rupestres situadas nos domínios do semi-árido.

Classificação e periodização em Pré-história

Os materiais arqueológicos são produto da atividade cotidiana das sociedades pretéritas. Cada objeto arqueológico é, de certa forma, um produto tecnológico e é através dele que podemos conhecer o desenvolvimento das sociedades pré-históricas. A evolução dos objetos arqueológicos, dentro de seqüências cronológicas, leva-nos ao estabelecimento da periodização, cujo fim precípuo é se determinar as diversas fases da evolução crono-tecnológica das culturas. O objeto arqueológico, seja ele instrumento, artefato, fragmento ou registro do que se tem chamado cultura material, é um documento sobre os grupos humanos pré-históricos, de sua organização social e familiar e dos seus costumes, ritos, lutas, alimentação e vida espiritual. De restos arqueológicos orgânicos e inorgânicos deduzimos comportamentos, formas de vida e lutas pela sobrevivência humana.

As classificações dos objetos arqueológicos, sejam tipológicas, cronológicas, tecnológicas ou espaciais, são recursos que o arqueólogo emprega para tentar entender a evolução cultural dos grupos étnicos e sua adaptação a um determinado meio. O homem pré-histórico que elaborava tais objetos não classificou nada, não filiou suas obras a esta ou aquela tradição, nem se considerou

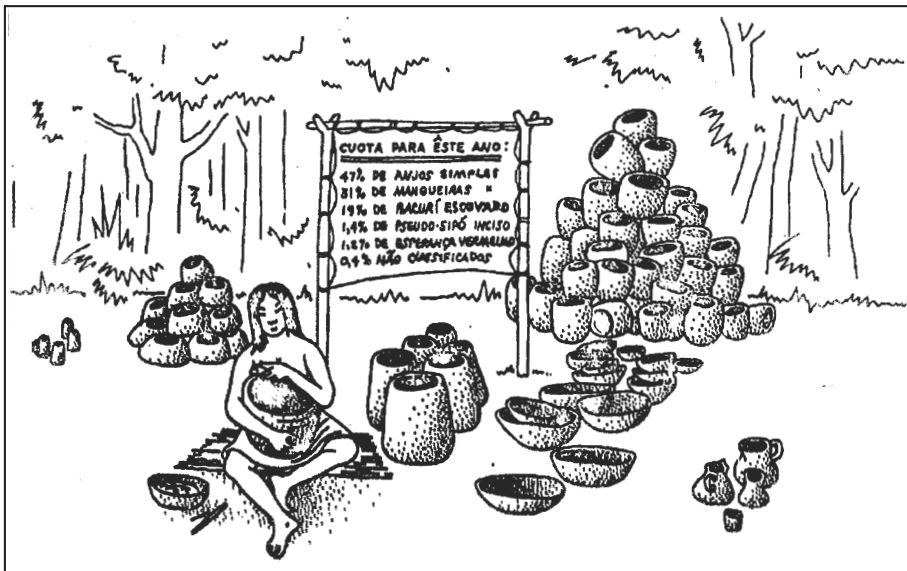


Figura 25. Charge de George Robert Lewis no livro de B. Meggers e C. Evans "Como interpretar a linguagem da cerâmica". Chama a atenção para as classificações subjetivas das cerâmicas pré-históricas determinadas pelos arqueólogos.

pertencente a determinado horizonte cultural. A periodização e a divisão em etapas ou fases são criações teóricas dos pesquisadores que, eventualmente, podem não obedecer à verdade.

Com essas considerações quero apenas chamar a atenção dos arqueólogos mais jovens para a sedução das classificações pouco fundamentadas e os cuidados que devem ter com a miragem das tabelas que, nem sempre, levam a conclusões científicas. A especialização, antes do conhecimento geral do que aconteceu na pré-história do homem, leva, muitas vezes, ao entusiasmo classificatório do objeto, afastando-o do seu entorno e concedendo-lhe um valor intrínseco, sem inferência da sua função cultural. Quando se estudam os materiais

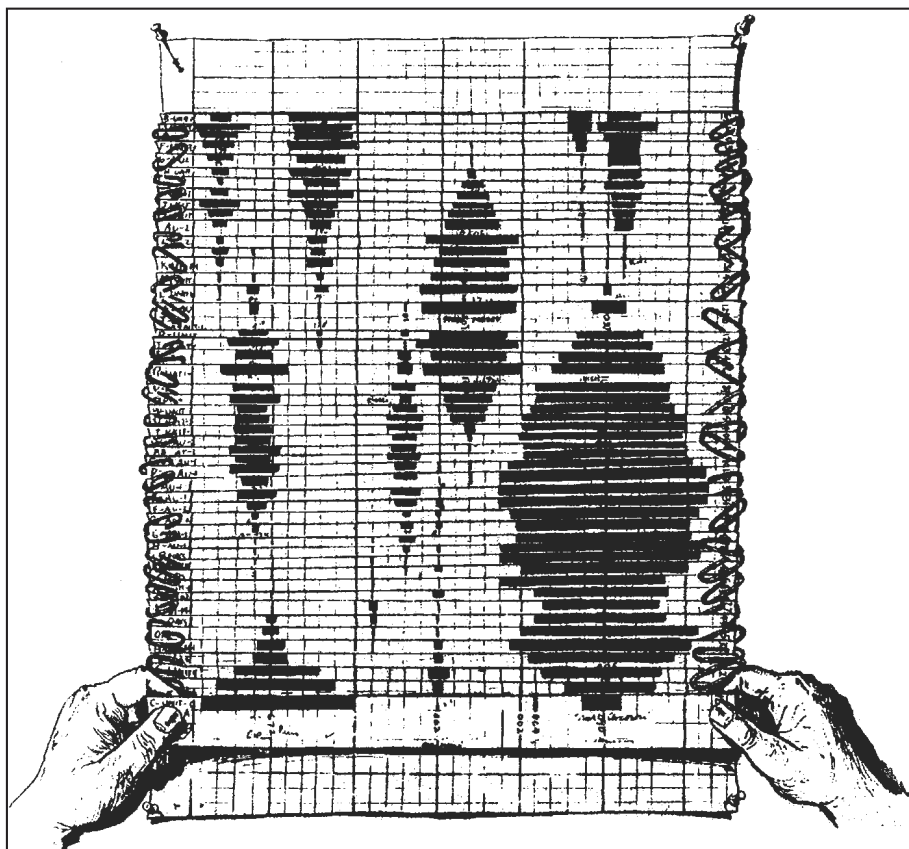


Figura 26. Método para construir um gráfico de seriação (J. Ford, 1957, fig. 4). A frequência dos tipos de cada coleção desenha-se na forma de barras na parte superior de uma tira de papel milimetrado. Essas tiras se ordenam para formar o padrão de frequência dos tipos e prendem-se com clips numa folha de papel. Quando o arranjo está completo procede-se ao desenho definitivo.

líticos ou cerâmicos que produzem a massa principal do registro arqueológico móvel da pré-história, separa-se e classifica-se, nos mínimos detalhes, os caracteres técnicos dos objetos, mas muitas vezes não encontramos na bibliografia arqueológica, os resultados culturais e a identificação étnica dos grupos humanos autores desses objetos. Nesses casos, a classificação adquire um fim em si mesma e o passado cultural do homem é esquecido pela dificuldade de relatar-se a história a partir de um conjunto de pedras lascadas ou de cacos de cerâmica. Exemplo típico disso são as clássicas divisões da cerâmica da grande tradição Tupiguarani. As divisões em si são válidas, mas os resultados delas foram, quase sempre, estéreis. Poucas monografias que utilizaram as classificações propostas foram capazes de bem explicar comportamentos socio-econômicos e a evolução cultural de determinado grupo humano daquela tradição. As divisões em classes, tipos, fases, etc., foram, não poucas vezes, um fim em si e não um meio. É recomendável a leitura da coletânea de artigos apresentados ao simpósio *Ceramics and Man* (1965), com vários trabalhos de tipo teórico, a partir inclusive do título sugestivo, como forma de reflexão para se procurar o homem através da cerâmica e se evitar que esta se transforme em uma espécie de objeto mágico com valor próprio e independente.

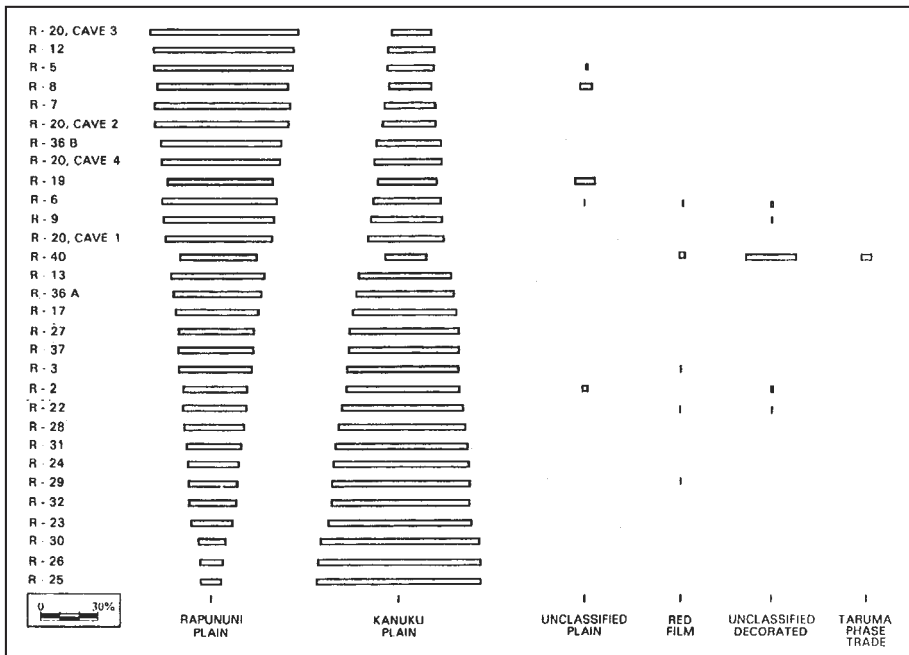


Figura 27. Exemplo de seqüência seriada de uma fase cerâmica da Guiana (segundo Evans e Meggers, 1957, fig. 125).

As classificações devem ter um objetivo, inferindo comportamentos lógicos de acordo com estruturas sociais ou econômicas, pois, do contrário, transformam-se em um jogo pseudo-científico. Gordon Childe já afirmara que as classificações arqueológicas clássicas não eram suficientes para explicar as mudanças da sociedade. Da mesma forma, a tecnologia não é fator determinante absoluto das mudanças sociais pois, às vezes, são estas, precisamente, as que levam ao avanço da tecnologia. Um exemplo da afirmativa anterior é a guerra: quando as relações sociais entre grupos são belicosas, aumenta a tecnologia.

A orientação pragmática na pesquisa arqueológica leva consigo o perigo de conclusões tendenciosas e parciais, ao não se ter objetivos definidos e previamente organizados. A arqueologia brasileira pecou, nos seus princípios, pelo pragmatismo, pelo isolamento dos poucos pesquisadores num território imenso e desconhecido arqueologicamente e pela necessidade de uma maior e melhor preparação teórica entre os primeiros grupos de esforçados pesquisadores, quase todos autodidatas. Nesse sentido, o PRONAPA foi benéfico, na medida em que procurou unificar objetivos e metodologias. Não o foi tanto o continuísmo de quem aprendeu "a cartilha" e a ela continuou atrelado sem maiores questionamentos críticos.

A simples classificação de objetos não leva a lugar nenhum se não serve para se alcançar o conhecimento dos fatos humanos e do comportamento socioeconômico. As tendências modernas da arqueologia e dos novos arqueólogos brasileiros, que se preocupam em trilhar novos caminhos, propõem além de se inferir comportamentos humanos do estudo do registro arqueológico, que se procure delimitar, também, unidades étnicas. Isso não significa que através dos materiais arqueológicos se consiga sempre esses objetivos, pois isso dependerá da riqueza dos vestígios e da densidade arqueológica da área escavada. Mas é importante partir de um pressuposto teórico prévio à pesquisa de campo, visando a reconstrução da sociedade. Por sua vez, os dados não falam por si mesmos. Precisa-se de formulação de hipóteses e do teste empírico. Dados importantes nas mãos de quem não tem capacidade de utilizá-los, não servem para nada. Assim, ocultar dados pensando que nos pertencem porque "nós" os achamos, é o mesmo que faz o pequeno colecionador que mostra sua "preciosa coleção" numa vitrine fechada, mas não diz o lugar onde os objetos que a compõem foram achados.

Pelo caráter vestigial da ciência arqueológica a tendência de generalizar é grande, tomando-se o todo pela parte e estabelecendo-se relações que podem não ter existido. Todos temos caído, uma ou outra vez, nesse caminho fácil, tratando a arqueologia brasileira como nossa velha conhecida, quando a realidade

é que nos movemos em um mundo fragmentário e lacunar. Expressões como "os caçadores de tal ou qual tradição..." ou "o homem pré-histórico do Nordeste", para citar algum exemplo, implicam milhares de anos, territórios imensos e, em consequência, mudanças culturais e até étnicas substanciais, que nos permitimos, insuficientemente, unificar numa curta frase de efeito.

Na pré-história, como na história, recorremos à periodização para podermos compreender melhor a evolução cultural da humanidade; os estágios culturais combinados com os períodos cronológicos, permitem-nos situar o homem, pré-histórico ou histórico, identificado com a sua bagagem cultural. As divisões crono-culturais e crono-tecnológicas são necessárias - até pelas suas vantagens didáticas - porém sempre poderemos perguntar que divisão será mais apropriada para o conhecimento da nossa pré-história. Já é antiga a rejeição dos pré-historiadores americanistas aos modelos europeus, criados a partir de meados do século XIX para a pré-história do Velho Mundo. Alegando-se falta de relações entre a pré-história europeia e a do Novo Mundo, formularam-se novas divisões crono-culturais para a América sem que por isso a Americanística seja unânime em adotar um modelo, inclusive porque, também nas Américas, existem diferenças culturais tão marcantes como as da Europa ou da África.

Não cabe neste livro aprofundar a discussão em torno dos modelos classificatórios estabelecidos na Europa ou na América, mas se deve dizer que todos eles, quando fundamentados em fatos científicos, podem ser aproveitados. Acontece, entretanto, que as periodizações gerais apresentam dificuldades na prática, quando se pretende aplicá-las a um determinado enclave arqueológico. Exemplo disso é a periodização organizada por Gordon Willey, em colaboração com o antropólogo P. Phillips, cujas linhas básicas foram *lítico, arcaico e formativo*, para os períodos mais antigos, mas na hora de aplicar uma divisão tão geral à complexidade cultural da América pré-histórica, Willey simplesmente optou por utilizar conceitos geográficos mais restritos e *tradição* no sentido técnico. Assim, no segundo volume da *Introduction to American Archaeology*, dedicado ao continente sul-americano, foram utilizados conceitos tais como "tradições de lascas", de "choppers" ou de "bifaces" e empregou-se também "tradição de caçadores antigos da América do Sul", "caçadores-coletores andinos", "tradições culturais da Amazônia", "tradições do leste do planalto brasileiro", entre outros.

Quando se estabeleceram as primeiras periodizações na Europa, ainda no século XIX, a tendência foi acreditar-se na teoria da seqüência cultural única, válida universalmente, mas as reações não se fizeram esperar e teorias a favor da evolução cultural independente e autóctone ganharam terreno ao difusio-

nismo unilinear, especialmente refletidas nas propostas para a pré-história americana.

As diferenças mais marcantes entre os diferentes esquemas evolutivos residem entre os que se inclinam pela divisão cronológica de *idades* e os que preferem o conceito de *etapa* ou estágio, independentemente do fator cronológico.

O quadro 5.1 ilustra, resumidamente, as propostas mais significativas formuladas para a periodização em pré-história, a partir de diferentes critérios tecnológicos, culturais e sóciopolíticos.

QUADRO 5.1. Estágios tecnológicos e culturais na pré-história

(As datas correspondem ao ano de publicação das obras mais representativas dos autores citados)

Christian THOMSEN 1836-1848	Gabriel de MORTILLET 1867-1897	John LUBBOCK 1865	Lewis H. MORGAN 1877	Gordon V. CHILDE 1925-1936-1941	Julian H. STEWART 1949-1955	Gordon R. WILLEY 1953-1955-1958	Juan SCHOBINGER ¹ 1969-1988	Elman SERVICE 1962; W. T. SANDERS e J. MARINO 1970
Idade da Pedra	Idade da Pedra Lascada (eolítico e paleolítico)	Paleolítico	Selvageria	Selvageria Paleopolítica	Caçadores-coletores	Lítico inferior Lítico superior Arcaico	Paleolítico sulamericano I: Protolítico Paleolítico sulamericano II: epipaleolítico mariscadores	Bandos
	Idade da Pedra Polida	Neolítico	Barbárie	Revolução Neolítica Barbárie Neolítica	Agricultores incipientes Formativo e Florescimento dos formativos regionais	Formativo	Agricultores incipientes "Revolução Neolítica"	Tribos (Aldeias)
Idade do Bronze	Idade do Bronze	Idade do Bronze		Revolução Urbana			Altas culturas ou Civilização	Chefias (Centros Cerimoniais)
			Civilização	Civilização	Conquistas iniciais Estados Teocráticos	Clássico		Estados Antigos
Idade do Ferro	Idade do Ferro	Idade do Ferro		Decadência do Mundo Antigo		Pós-Clássico		

¹ Válido para América do Sul.

No Brasil não existe um denominador comum para a periodização em pré-história, mas a tendência mais atual é a de se utilizar combinações tecnogeográficas que evitem generalizações difusionistas. Deve-se essa tendência, em parte, à influência de Annette Laming-Emperaire, que, contrária ao difusionismo e à utilização de terminologias que considerava duvidosas, propôs termos de significado cultural aos quais se pode agregar uma atribuição geográfica e cronológica, como por exemplo, "caçadores coletores da pedra lascada ou da pedra polida de tal região e de tal época", ao invés de "estágio proto-arcaico da América do Sul".

André Prous adota na sua "*Arqueologia Brasileira*"(1992), parte do esquema de Willey-Phillips, substituindo o *lítico* dos autores citados por *pleisto-*

ceno, para todos os achados anteriores a 12.000 anos BP. Estabelece, a continuação, um período *arcaico* de caçadores pré-cerâmicos dividido em três períodos: *antigo* (12.000-9.000 BP), *médio* (9.000 -4.500 BP) e *recente* (posterior a 4.500 anos BP). Trata-se, portanto, de critério eminentemente cronológico. Para os períodos posteriores, que denomina *culturas ceramistas*, os critérios são técnicos e baseados nas divisões propostas pelo PRONAPA.

Pedro Inácio Schmitz e seus colaboradores com os quais trabalha no sul e centro-sul do País, utilizam também esquemas adequados a cada realidade arqueológica, no que concerne aos períodos de caçadores-coletores pleistocênicos e holocênicos, nas grandes áreas, usando o conceito de *tradição e fase* quando os dados mais concretos assim o permitem.

A evolução da periodização utilizada no Brasil para a pré-história pode ser acompanhada nas tendências surgidas nas diversas reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Observamos, cada vez mais, nas divisões e definições brasileiras para a pré-história, conceitos como "caçadores-coletores diversificados do pleistoceno ou do holoceno" ou "agricultores incipientes holocênicos de tal região", para definir as grandes classes e quando se consegue determinar um horizonte cultural lítico ou cerâmico, fixa-se uma tradição que, geralmente, é dividida em fases.

Extremamente cautelosa no que se refere à periodização e às classificações gerais, a partir de extrapolações do conhecimento de áreas restritas, Niède Guidon limita-se a definir as características dos caçadores-coletores da sua área de pesquisa, dentro de seqüências crono-estratigráficas e prefere, também, não filiar os materiais arqueológicos a tradições líticas ou cerâmicas que considera ambíguas, preferindo referir-se a *coleções* ou *horizontes* líticos de determinados enclaves pré-históricos.

Os Seminários Goianos de Arqueologia, reunidos em Goiânia, na década de 70, foram, de certa forma, precursores da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Os resultados desses encontros foram publicados numa série de cadernos com o título "Temas de Arqueologia Brasileira". Os da terceira reunião formaram cinco cadernos com as seguintes divisões: 1. Paleo-índio; 2. Arcaico do interior; 3. Arcaico do litoral; 4. Cultivadores do planalto e do litoral; 5. Arte rupestre.

Quando se realizou o I Simpósio de Pré-história do Nordeste, reunido no Recife, em 1987, a seqüência utilizada para apresentação das comunicações foi a seguinte: 1) o homem no pleistoceno (para grupos humanos anteriores a 10-12 mil anos); 2) o homem no holoceno antigo e no ótimo climático (caçadores-coletores diversificados); 3) o homem no holoceno recente (para grupos ceramistas do interior e do litoral). A arte rupestre, nesse simpósio, foi apresentada,

em separado, diante da impossibilidade de se filiar, ainda hoje, a maior parte do registro cadastrado a grupos étnicos com cronologias seguras ou mesmo estimadas.

O termo *paleo-índio*, utilizado em décadas passadas, está em franca decadência como sinônimo de grupos humanos pleistocênicos e também o termo *arcaico* tem seus detratores, na medida em que, sendo o significado da palavra grega *arkhé* o começo, início ou o mais antigo, os caçadores do pleistoceno faziam também parte do *arcaico*. O *paleo-índio* vem sendo substituído cada vez mais na terminologia brasileira por "caçadores pleistocênicos". Aliás, P. I. Schmitz já chamara a atenção para a impropriedade do termo na pré-história brasileira, precisamente num seminário dedicado a esse tema, explicando que o termo *paleo-índio* se aplicava especificamente a caçadores de animais atualmente extintos, de hábitos gregários, como no pampa argentino ou nas planícies norte-americanas, onde os sítios arqueológicos seriam principalmente sítios de matança com o uso de pontas de projétil, e nada disso existia no Brasil. No nosso país, os caçadores pleistocênicos foram sempre diversificados pois caçavam principalmente animais de pequeno porte, que consumiam em grandes quantidades, embora eventualmente tivessem caçado mamíferos gigantes de fauna hoje extinta.

A pouca utilização do termo *paleolítico* na pré-história americana fundamentava-se no argumento de que a presença do homem na América era recente e que teria chegado ali depois do recuo da glaciação Wisconsin. Não haveria, portanto, um homem pleistocênico na América e também não haveria um período paleolítico, considerando-se o binômio pleistoceno (tempo) = paleolítico (cultura). Mas, como hoje já está demonstrada a existência do homem na América desde o pleistoceno superior, é válido falar-se da existência de um *paleolítico americano*, independentemente da popularidade do termo. Da mesma forma, o termo *neolítico*, de significado e limites culturais amplos, corresponde tecnologicamente a grupos humanos conhecedores da agricultura e da cerâmica; mas, paralelamente aos critérios tecnológicos, o neolítico significa, também, o longo processo de evolução econômica que levou o homem a dominar os meios de produção através da agricultura e do pastoreio e que com a utilização da cerâmica, conseguiu armazenar alimentos e água que lhe permitiram o sedentarismo em aldeias. Evoluiu, assim, para sociedades mais complexas, com formação de excedentes e instalação de centros cerimoniais. Desse modo todo processo que comporte cultivo de plantas e domesticação de animais na pré-história, pode ser considerado pertencente ao estágio neolítico. Note-se, porém, que a falta de animais domésticos economicamente aproveitáveis não confi-

gura, na pré-história brasileira, como aliás em quase toda a América, a existência de um neolítico segundo os parâmetros do Velho Mundo; assim, caso o termo fosse utilizado, tratar-se-ia de um neolítico "sui generis", com agricultura de subsistência, sem excedentes que estimulassem o comércio e com assentamentos semi-sedentários. É por isso que não tem sido utilizado na nomenclatura brasileira, mas isso não significa que processos de "neolitização" não sejam observados na pré-história do Brasil.

Para os períodos de agricultores-ceramistas pesou, e ainda pesa fortemente, a terminologia e a periodização propostas pelo PRONAPA, utilizadas até hoje por grande parte dos arqueólogos brasileiros, especialmente entre os que participaram do programa entre 1965 e 1970, tanto que o termo *formativo*, tão usado em toda América, é praticamente desconhecido na bibliografia arqueológica brasileira. De fato, o conceito de *formativo* implica a existência de grupos agricultores-ceramistas sedentários ou semi-sedentários, que assentaram as bases de um estágio mais avançado conhecido como *clássico*, ou também formador das *altas culturas*; mas como no Brasil esse estágio *clássico* não existiu, não se poderia considerar *formativo*, o que nada formou. Porém, tomado no sentido de um "neolítico inicial", poderia, não obstante, ser utilizado.

Basicamente, as classificações propostas pelo PRONAPA apoiaram-se no pressuposto da existência de tradições ceramistas de longa duração espaço-temporal, reflexo do princípio teórico que norteou os seus idealizadores, Betty Meggers e Cliford Evans, vinculados ao difusionismo e ao determinismo ecológico. Do lado operacional, partiu-se para a análise quantitativa da cerâmica com a aplicação do método de seriação de James A. Ford, para se inferir cronologias relativas. A seriação consiste na classificação de um conjunto cerâmico procedente de diferentes níveis, cortes estratigráficos ou coleções de superfície, das quais se pretende conseguir uma seqüência que mostre a evolução cultural do conjunto em estudo. Divididos os fragmentos cerâmicos em tipos simples (não decorados) e decorados e realizadas as divisões internas de cada tipo (formas, desgraxantes¹, tratamento da superfície, tipo de decoração e quantos atributos se considerem pertinentes para o refinamento da classificação), estabelecem-se os percentuais de cada tipo, depois transferidos para tiras de papel milimetrado, as quais se organizam de forma a se criar uma seqüência cronológica que retrate graficamente a evolução e as curvas de freqüência dos tipos cerâmicos (Figura

¹ Desgraxante; aditivo, tempêro, antiplástico. Matérias diversas que se acrescentam à argila para corrigir a plasticidade na fabricação da cerâmica. Desgraxante (dégraisant) é termo internacional, porém menos usado no Brasil.

26). A partir das seqüências seriadas na cerâmica, se poderia estabelecer *fases* que representem períodos cronológicos ou culturais (Figura 27).

Como "uma categoria de fenômenos que persistem através do tempo", definiram B. Meggers e C. Evans o que seria uma *tradição*, ou também "grupos de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal" na definição de Igor Chmyz, válida para a cerâmica ou para qualquer outra variável do registro arqueológico. No caso concreto da cerâmica, a *tradição* participa de uma série de atributos e características básicas comum às fases cerâmicas que a compõem. A necessidade de outras divisões levou ao estabelecimento de *sub-tradições* que se basearam, principalmente, na decoração dos vasos.

A divisão da cerâmica em fases a partir das tradições e sub-tradições pretende a separação espaço-temporal e tecnológica das variedades cerâmicas. As fases são nomeadas preferentemente por topônimos ou nomes indígenas da região onde as cerâmicas foram coletadas. O problema da aplicação dessa metodologia para a cerâmica surge quando os critérios de separação das fases não obedecem aos mesmos parâmetros. Numa seqüência estratigráfica está claro que as fases correspondem a ocupações cronologicamente seqüenciadas, mas quando se separam fases em materiais de superfície, somente se podem utilizar critérios tecnológicos, como possa ser a decoração ou o anti-plástico, de forma que estas "fases" são diferentes das separadas estratigraficamente e que indicam períodos cronológicos. O termo *fase* sugere seqüência, período, de modo que, quando são identificadas fases nas coleções de superfície, os critérios somente poderão ser técnicos e, nesse caso, o conjunto total da coleção, dividido em fases, é contemporâneo entre si, o que resulta contraditório.

A crítica à multiplicidade de fases, especialmente na cerâmica, sem resultados histórico-culturais aparentes, tem sido formulada por vários autores. Particularmente, Ian Hodder (1986) acusa a divisão em fases utilizada pelos arqueólogos de transformar a história em um processo descontínuo, pois as divisões resultantes são inúteis se não se avalia e se explica as razões da mudança entre as diversas fases.

Na bibliografia brasileira vê-se que o conceito de fase para a cerâmica tem sido utilizado também para se identificar sítios ou grupos de sítios separados geograficamente mas integrantes de uma tradição. Quando a tradição não está identificada, assim mesmo formula-se a fase, considerando-se isolada ou não filiada. Os topônimos sucedem-se, assim, sem que sempre fique claro o que essas "fases" significam, no grande mapa do Brasil. Alguns autores, aliás, dispensam também as classificações em fases para a cerâmica, inclusive os que, anteriormente, já as utilizaram como membros do PRONAPA. É o caso de J. J. Brochado, preocupado nas suas publicações mais recentes, em explicar, sobre-

tudo, a funcionalidade, o uso e a técnica da cerâmica. Assim, o seu estudo sobre a cerâmica Guarani, em parceria com F. La Salvia, resulta muito mais compreensível e didático que as repetitivas fases, admitidas por outros autores, como manifestações cerâmicas de grupos agricultores pré-históricos.

De qualquer modo, a divisão em fases das cerâmicas pré-históricas brasileiras está fortemente arraigada em expressivo número dos arqueólogos brasileiros, e parece-me importante reproduzir aqui a definição de *fase* formulada pelos integrantes do PRONAPA no relatório publicado em 1969:

"O termo fase foi adotado para designar complexos culturais arqueológicos, visto não conter implicações de natureza etnológica. Embora uma fase arqueológica signifique sem dúvida um grupo social humano interagente, por outro lado não esclarece tratar-se de um bando, de uma tribo, de uma subtribo ou de qualquer outra espécie de unidade sócio-política. A ênfase dada à cerâmica não implica em crermos que seja esta mais importante que outros aspectos da cultura pré-histórica, simplesmente reflete o fato da cerâmica ser relativamente mais abundante e sujeita a mudanças mais rápidas que outros tipos de artefatos, tornando-a, por isso, particularmente útil para o estabelecimento de seqüências cronológicas relativas e para traçar difusão cultural."

O sistema classificatório conhecido e popularizado como "método Ford", na realidade uma forma de interpretar a cerâmica arqueológica inferindo-se cronologias relativas e evolução cultural, tem, até hoje, seus seguidores fiéis e detratores violentos. Como tantas vezes ocorre noutros métodos, o sistema seriado de J. Ford pode refletir uma realidade cultural ou apenas resultar numa ficção de laboratório, dependendo de quem o adote ou a que materiais se aplique. Utilizado com a cerâmica procedente de uma escavação estratigráfica extensiva, pode fornecer resultados satisfatórios. O PRONAPA procurou obter o maior número possível de dados no menor espaço de tempo, e, assim, recorreu-se a sondagens de pequeno porte e coletas de superfície que, naturalmente, apresentavam uma visão fragmentada do universo pré-histórico dos agricultores ceramistas do Brasil. Tem-se, também, acusado o sistema quantitativo de J. Ford de depender de critérios perigosamente subjetivos na escolha e seleção dos tipos cerâmicos e de seus atributos para a realização das seriações. Nesse caso, como já observou o arqueólogo Ondemar Dias, antigo membro do PRONAPA, o responsável não é o método e sim o pesquisador que o utiliza.

Na atualidade, sem que por isso o método de seriação Ford tenha que ser abandonado, a tendência é se utilizar métodos múltiplos de análise para a re-

construção do universo dos agricultores-ceramistas pré-históricos, tais como análises espaciais das concentrações cerâmicas de superfície, escavações extensivas, análise dos perfis técnicos das cerâmicas, relações entre as formas e o uso do vasilhame, processos de queima e localização das fontes de argila.

Não pretendo alargar-me sobre a metodologia classificatória a se seguir ou apontar a mais em voga, pois não se trata aqui do estudo dos métodos e sim dos resultados que os métodos podem proporcionar, ou seja, este livro é um ensaio de pré-história e não de arqueologia. Remeto, porém, o leitor às publicações mais recentes nas quais se discute a validade dos diferentes métodos de análise e se fazem novas propostas metodológicas, que poderão ser encontradas no final deste capítulo e do capítulo VIII.

As indústrias líticas

A finalidade dos implementos líticos pré-históricos era cortar, raspar, perfurar, talhar, quebrar e esmagar ou moer. Facas, raspadores, buris, furadores, flechas, lanças, moedores e percutores tinham essa função. A necessidade de caçar e de se defender obrigou o homem a armar suas mãos, desprovidas de garras, para sobreviver e é a partir da técnica para a fabricação desses instrumentos que podemos deduzir o tipo de caça e de pesca que buscava e no avanço dessa técnica deduzir também seus estágios crono-culturais. Mas a falta de refinamento nos implementos líticos não significa, necessariamente, estagnação cultural, pois muitas vezes o aperfeiçoamento depende da matéria-prima disponível, de forma que é possível observar-se a capacidade do homem pré-histórico na elaboração dos seus artefatos líticos e a sua habilidade de obter instrumentos úteis a partir de matéria-prima inadequada, como são o arenito e o granito, em regiões onde falta ou escasseia o sílex e a calcedônia, rochas ideais para a manufatura desse instrumental. O quadro 5.2. de A. Laming-Emperaire ilustra as aplicações dos objetos líticos e o modo de ação dos mesmos.

O avanço tecnológico pode ser observado não somente a partir dos instrumentos mais complexos e bem elaborados partindo-se das melhores matérias-primas, mas também a partir das adaptações e da inventiva humana capaz de conseguir artefatos das rochas menos apropriadas.

Os artefatos líticos do Nordeste são, na sua grande maioria, unifaciais, obtidos a partir de lascas, por percussão direta e indireta, bipolar ou tratamento térmico. Não se tem localizado um número expressivo de pontas de projétil a não ser no Rio Grande do Norte.

Entre as indústrias sem pontas de projétil distinguem-se dois horizontes bem diferenciados: indústrias de núcleos sobre seixos rolados e indústrias mais

refinadas de lascas, algumas com finos retoques e completamente descortica-
das. As rochas utilizadas como matéria-prima são o sílex, a calcedônia, o are-
nito silidificado, o quartzo, o quartzito, o quartzo hialino, o granito e o calcário.

As divisões dos objetos líticos podem ser feitas atendendo-se a seu uso e
função ou também a partir da técnica empregada na sua elaboração. Com exce-
ção dos implementos bem caracterizados, destinados a determinado uso, como
as pontas de projétil, muitos dos objetos líticos poderiam ter funções múltiplas
(cortar, alisar, raspar e também furar, que podem ser realizadas por um único
instrumento).

QUADRO 5.2

As ações e os modos de ações dos objetos líticos

A. Laming-Emperaire (1967). Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul (p.63).

I. Ferramentas e armas	Pressão	Percussão	Percussão à distância
<ul style="list-style-type: none"> - Cortar, fender, incisar (gume de bisel duplo; conctato por uma linha) - Raspar, ralar, igualar, aplinar (objetos plano-convexos de gume de bisel simples; contacto por uma linha) - Furar, perfurar, cavar, rasgar (objetos pontiagudos, contacto por um ponto). - Bater, quebrar, martelar, lascar, atingir, derrubar (objetos de formas globulosas; contacto por uma superfície). - Esfregar, polir, moer, esmagar, pulverizar (objetos de formas globulosas e de superfície lisa; contacto por uma superfície) 	<ul style="list-style-type: none"> Faca, lasca Buril Raspador lateral, Raspador Plaina-Lesma Ferramentas denticuladas Ponta, Furador Anzol? Retocador ou compressor Seixos utilizados Mãos de mó 	<ul style="list-style-type: none"> Chopper e chopping-tool Uniface e bi-face. Lâmina de machado lascada ou polida Enxó Picão Ponta de lança Pedras e seixos utilizados Percutores Martelo Massa Seixos utilizados Mãos de pilão 	<ul style="list-style-type: none"> Pontas de flecha Arpão Pedras e seixos utilizados Bala de funda Virote
II. Objetos Passivos		Utensílios diversos	
<ul style="list-style-type: none"> - Servir de suporte; servir de apoio (Objetos passivos complementares das duas séries precedentes) (Objetos passivos utilizados separadamente, sendo que a parte ativa é constituída pela própria matéria a ser trabalhada) - Conter - Lastrar - Adornar 		<ul style="list-style-type: none"> Mó Pilão-Almofariz Quebra-coquinhos Aguçadores e Polidores Vaso de pedra, Zoólito (?) Pesos de rede, Pesos de bastões de cavar e Bola Tembetá, Pérolas e Placas perfuradas 	
III. Uso desconhecido		Discos perfurados	

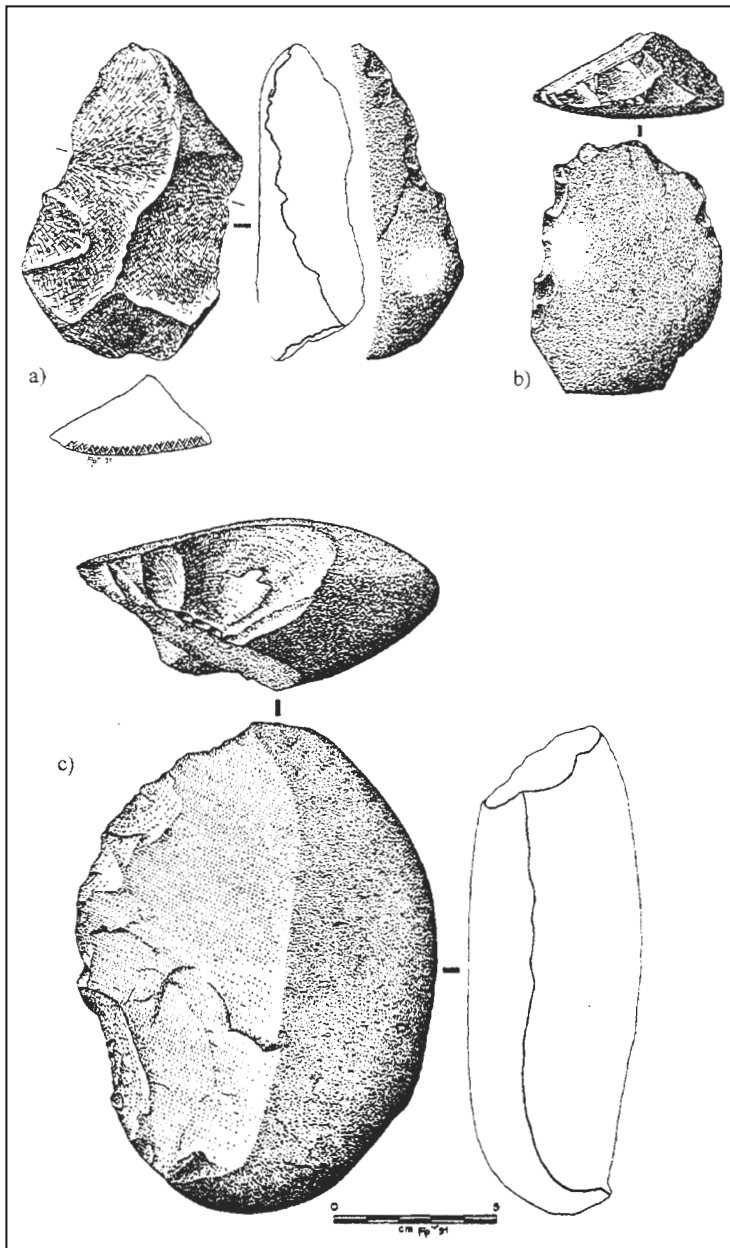


Figura 28. Pedra Furada I; a) núcleo retocado da estrutura 49, datada de > 47000 anos BP (GIFTAN 89098); b) fragmento cortical denticulado de quartzito; c) seixo de quartzito com talha bifacial, Nível Pedra Furada I (F. Parenti, 1992).

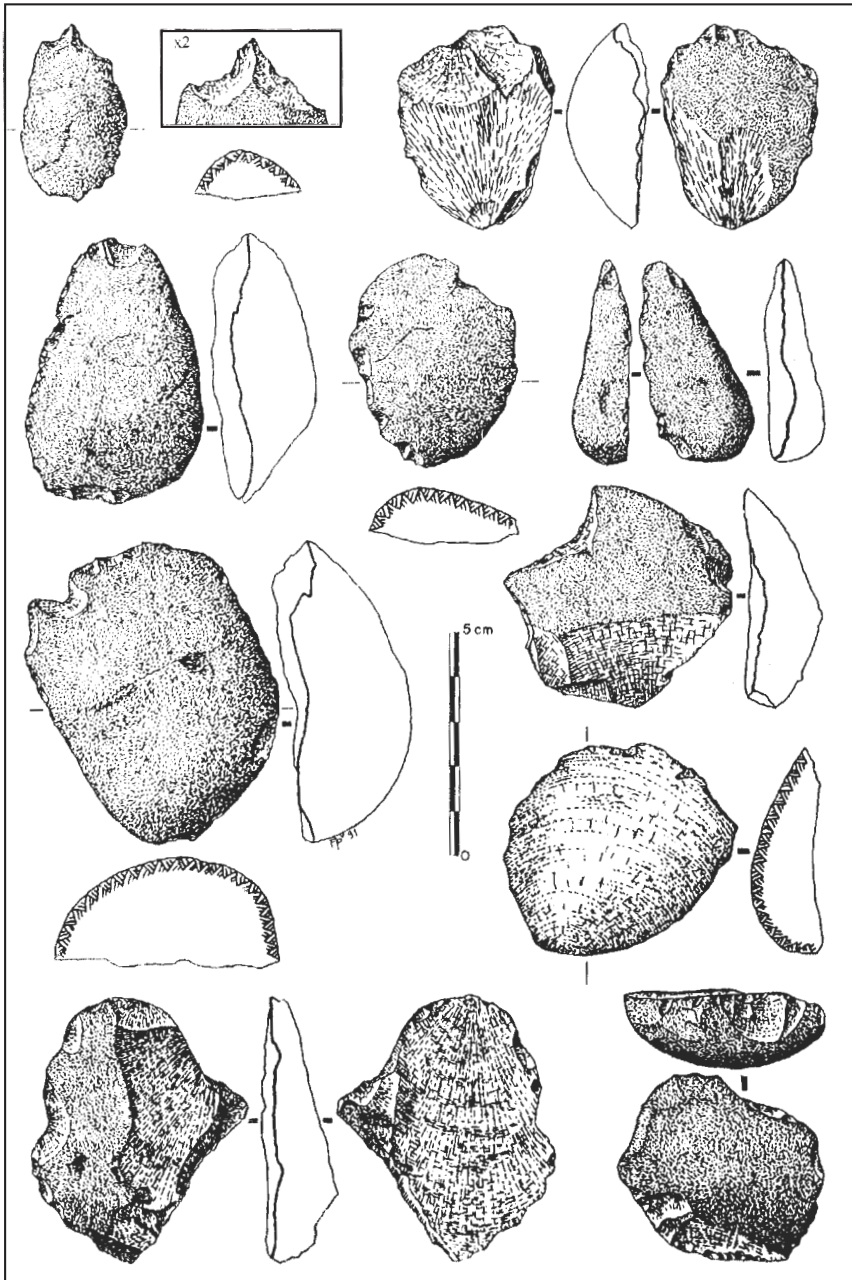


Figura 29. Pedra Furada I. Fragmentos e lascas de quartzo com sinais de uso procedentes das camadas pleistocênicas anteriores a 30.000 anos BP. (F. Parenti, 1992).

Para a divisão em classes a partir da técnica de lascamento utilizada, o Quadro 5.3 contempla todas as possibilidades na modificação da matéria-prima lítica.

QUADRO 5.3
Técnica de lascamento

CLASSES	
1. Peças não modificadas	5. Peças modificadas - Blocos
2. Peças modificadas por ação natural	5.1. Com um lascamento
2.1. Lascas naturais	5.2. Com mais de um lascamento
3. Peças modificadas pelo uso	5.2.1. Unifacial
3.1. Percussão	5.2.2. Bifacial
3.2. Polimento	5.2.3. Poliédrico
3.3. Incisão	5.3. Fragmento de bloco
3.4. Abrasão	
3.5. Quebradura	6. Lascas
4. Peças modificadas por lascamento - Seixos	6.1. Sem retoque
4.1. Com um lascamento	6.1.1. Corticais
4.2. Com mais de um lascamento	6.1.2. Semicorticais
4.2.1. Unifacial	6.1.3. Sem córtex
4.2.2. Bifacial	6.2. Com retoque
4.2.3. Poliédrico	6.2.1. Corticais
4.3. Fragmento de seixo	6.2.2. Semicorticais
	6.2.3. Sem córtex
	6.3. Fragmento de lasca
	6.4. Estilha

As coleções líticas do SE do Piauí

No SE do Piauí o material lítico coletado e datado pode ser dividido em quatro períodos que compreendem desde o pleistoceno, em torno de 50000 anos, até 5000 anos BP. O primeiro período, a partir de 50000 anos, corresponde aos estratos mais antigos do sítio do Boqueirão da Pedra Furada e se caracteriza por instrumentos líticos de pequenas dimensões, preparados a golpe de buril a partir de seixos rolados de quartzo, dando origem a peças com gume, pontas e a "choppers". Fabio Parenti selecionou 600 artefatos desse sítio com marcas evidenciais de uso e fatura humana, a partir de seixos que não poderiam ter chegado ao sítio por arraste natural e que, por conseguinte, foram levados pela mão humana. Um segundo período, melhor documentado, desenvolve-se entre 20000 e 12000 anos BP, com artefatos elaborados a partir de núcleos e seixos de quartzo e quartzito de cinco a dez centímetro de comprimento e lascas preparadas para a função de raspar e cortar; há também "choppers" e "chopping-tools". Esse material foi localizado no Sítio do Meio e no Boqueirão da Pedra Furada. No terceiro período, entre 12000 e 8000 anos BP, observa-se aumento na variedade de instrumentos. Aparece a técnica de percussão indireta ou com percutor

macio, com lascas e lâminas de quartzo, quartzito e sílex. Entre os instrumentos encontram-se facas, raspadores alongados, raspadores plano-convexos (lesmas)², furadores e raspadores com entalhes. Com as mesmas características, aparecem esses instrumentos no vale do São Francisco em torno de 7000 anos BP, com a presença, também, de raspadores circulares e semi-circulares (Gruta do Padre, Letreiro do Sobrado, PE).

O quarto período na evolução das indústrias líticas no SE do Piauí vem caracterizado, principalmente, pela presença de lâminas alongadas de sílex, presentes nos sítios do Perna e do Bojo (Figura 30). A partir de 5000 anos BP, os

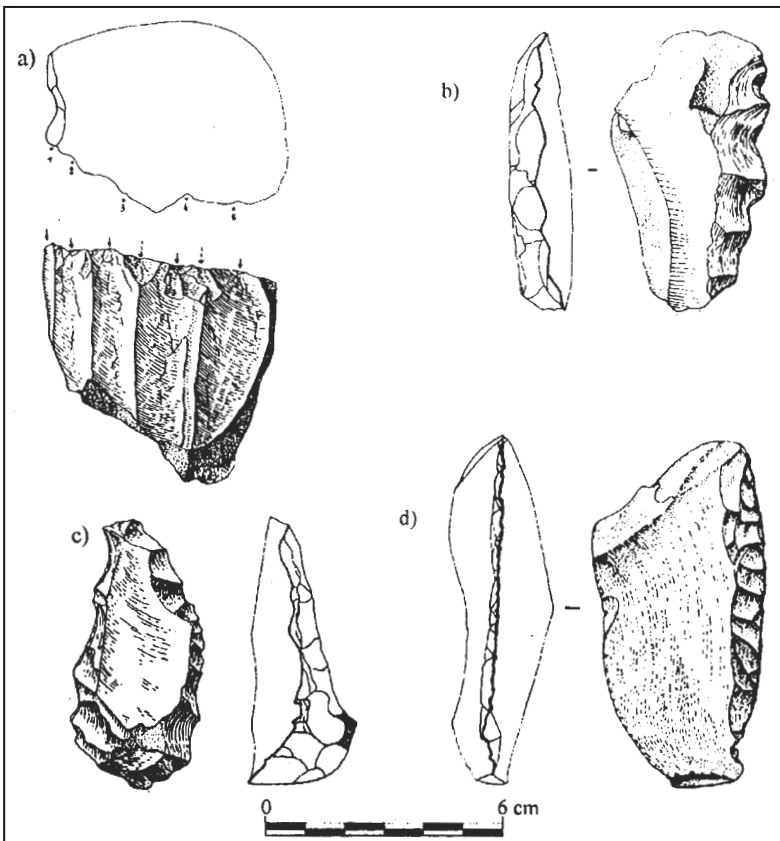


Figura 30. Toca do Baixão do Perna I, São Raimundo Nonato, PI. (P. Pinheiro, 1992); a) núcleo poliédrico de quartzo; b) faca denticulada de quartzo; c) plaina de sílex; d) raspador lateral de sílex.

² As lesmas são raspadores plano-convexos bem característicos, assim chamados porque lembram esse gastrópode. Correspondem a instrumentos chamados também "limaces" e raedeiras.

artefatos feitos de seixos rolados e de blocos começam a apresentar acabamento menos cuidado e simultaneamente se assinala a presença de lâminas de machado polidas, adornos labiais, colares de pedra e de osso, pilões e mãos de pilão, que coincidem também com o aparecimento da tradição Agreste de pintura rupestre.

A tradição Itaparica

O vale do São Francisco foi, sem dúvida, centro de atração de grupos étnicos pré-históricos desde os começos do holoceno, a partir de 10000 anos BP, quando um longo período, extremamente seco, deve ter levado as populações para a área do grande rio. Temos datações seguras dessas ocupações desde 7000 - 6000 anos BP, mas pelas datações obtidas no planalto goiano e a semelhança dos implementos líticos é possível que as primeiras ocupações ocorram

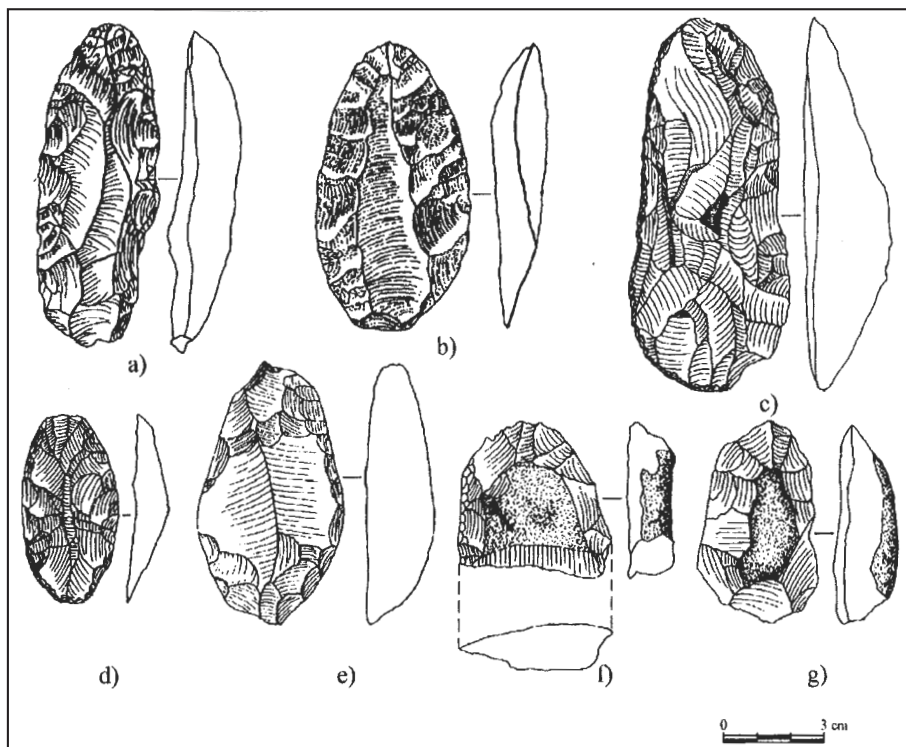


Figura 31. Raspadores unificiais (lesmas) típicos da tradição Itaparica; a, b) Boqueirão da Pedra Furada, São Raimundo Nonato, PI, sílex; (a) e quartzito (b); c, d, e, f, g) Gruta do Padre, Petrolândia, PE, arenito silicificado (c) e sílex (d-g).

já no décimo milênio. A partir da escavação da Gruta do Padre, Valentin Calderón estabeleceu, em 1969, a tradição Itaparica para designar ocupações de caçadores diversificados em grutas e abrigos, que apresentam material lítico característico. Posteriormente, através das pesquisas realizadas por P. I. Schmitz e A. S. Barbosa, no planalto goiano, identificaram-se abrigos dessa tradição na região de Serranópolis. A partir daí, a tradição Itaparica foi dividida em dois períodos chamados pelos autores citados de fase Paranaíba e fase Serranópolis. A

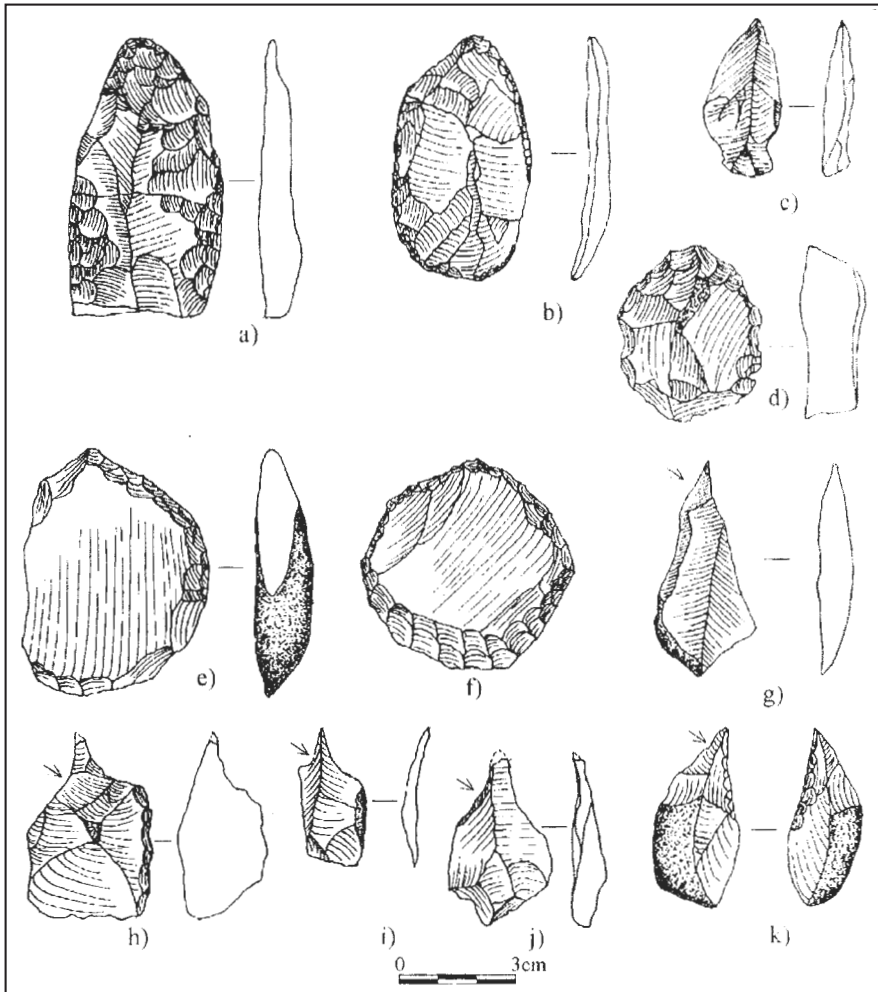


Figura 32. Gruta do Padre, Petrolândia, PE. Implementos líticos da Tradição Itaparica: a, b) lâminas retocadas de calcedônia e sílex; c) ponta de seta unifacial com pendúnculo, sílex; d, e, f) raspadores circulares de quartzo e arenito; g, h, i, j, k) furadores de “ombro”, sílex.

primeira é mais antiga, começaria em torno de 11000 anos BP e a segunda, posterior, a partir de 7000 anos BP. O material lítico da fase Paranaíba é de tamanho mais reduzido e técnica de retoque mais cuidadosa que no período posterior ou fase Serranópolis.

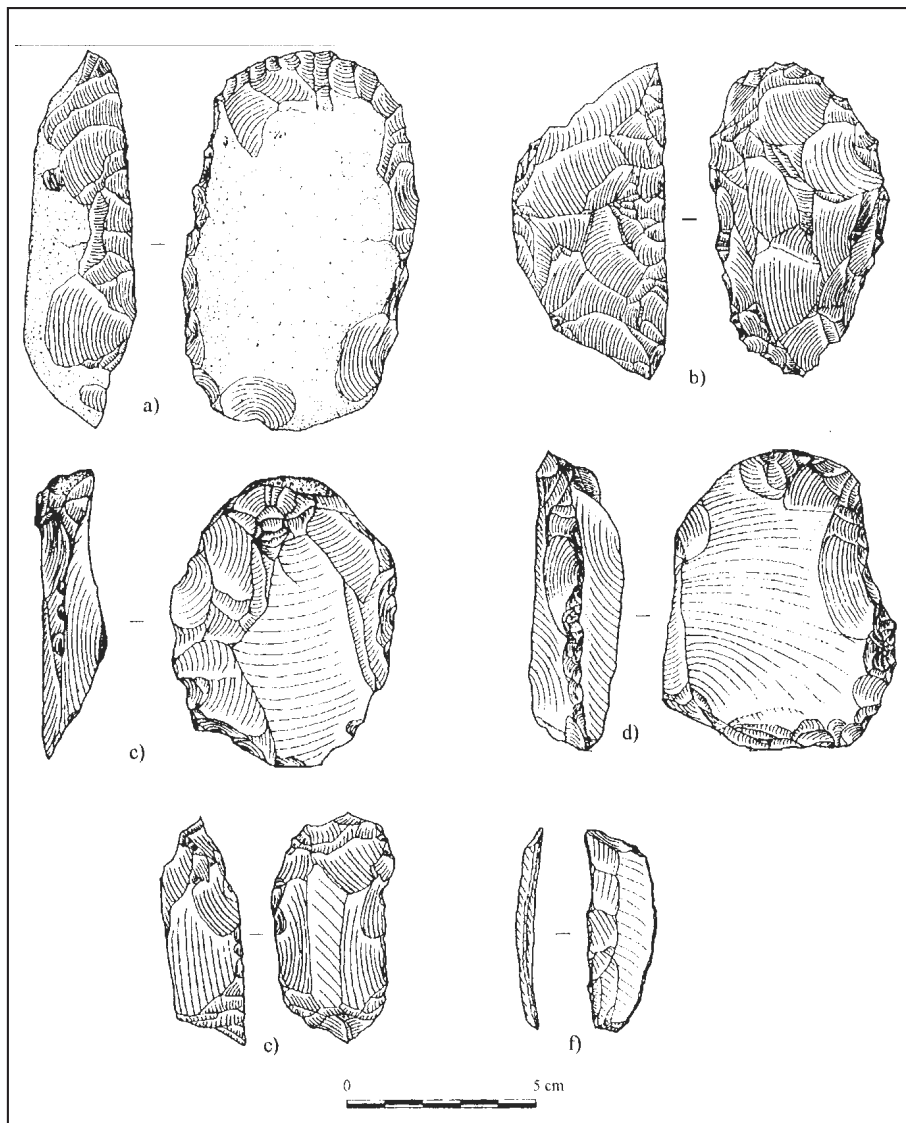


Figura 33. Sítio das Dunas de Simbaúba, RN; a) pré-lesma cortical, sílex; b) raspador unifacial (lesma), sílex; f) lâmina sílex. Implementos líticos tipo “Itaparica” no litoral do Rio Grande do Norte.

Os instrumentos líticos dos sítios considerados da tradição Itaparica, no Nordeste, são principalmente, lesmas de sílex, de arenito silicificado e de calcedônia, raspadores circulares, semi-circulares, laterais e na forma de leque, alguns finamente retocados por pressão e furadores "de ombro" bem característicos (Figuras 31 e 32). Aparecem também algumas lâminas. Essas indústrias "Itaparica" foram localizadas no vale do São Francisco, áreas de Serra Geral, Central, Sobradinho e Itaparica, nos Estados de Pernambuco e da Bahia, e em Bom Jardim, também em Pernambuco. Nos períodos mais recentes da tradição, em torno de 4000 anos BP, aparecem algumas tentativas de elaboração de pontas com pedúnculo, ainda unifaciais.

Os restos alimentares coletados nos abrigos goianos e nos do vale do São Francisco se apresentam como refúgio de caçadores-pescadores-coletores generalizados, consumidores de micro-fauna, gastrópodes e peixes.

A partir das correlações lingüísticas feitas por Betty Meggers, A. S. Barbosa (1992) sugere que os caçadores da tradição Itaparica seriam os formadores dos grupos lingüísticos Jê disseminados pelo interior do Brasil, incluindo o Nordeste. A hipótese pode ser sugestiva, mas por enquanto não passa de sim-

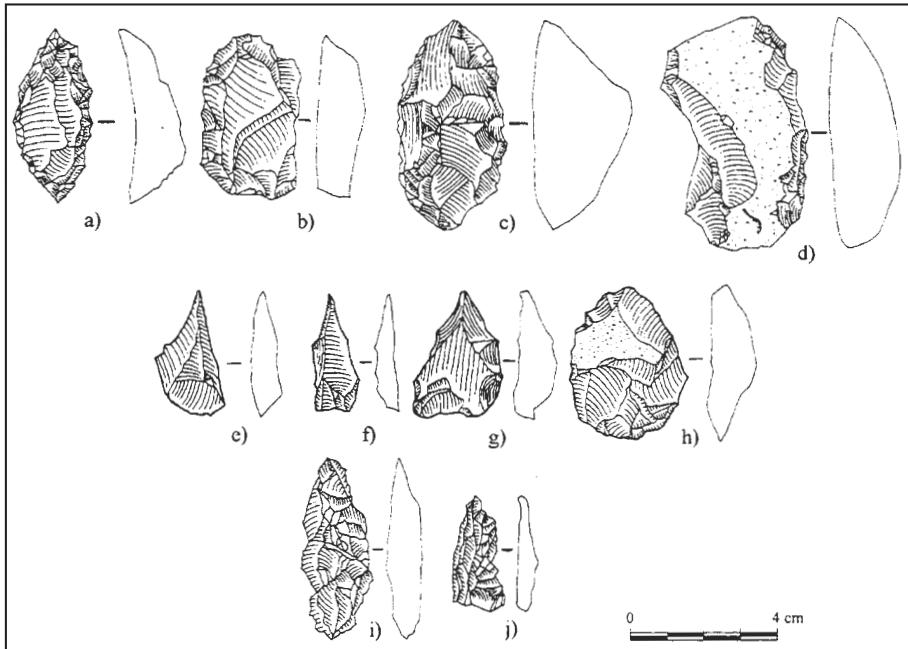


Figura 34. Sítio Fim do Mundo nas Dunas de Jenipabu. Natal, RN; a, b, c) raspadores unifaciais (lesmas); d) pré-lesma cortical, sílex; e, f, g) furadores, sílex; h) lasca preparada, sílex; i, j) facas de cristal de rocha.

ples conjectura, na medida em que a tradição Itaparica não está ainda bem caracterizada e se apóia, principalmente, na existência de certos artefatos líticos, especialmente as lesmas, além de que o número de sítios escavados é ainda pequeno. Basicamente, o horizonte lítico da tradição Itaparica estende-se por áreas de cerrado, rico em fauna diversificada e de caatinga no Nordeste, de fauna menos densa, razão também pela qual os grupos nordestinos procuraram com maior intensidade os vales dos rios. Essa tradição se estenderia também por Minas Gerais, segundo os resultados das escavações realizadas por Ondemar Dias, na Gruta do Gentio II, e na Lapa da Foice, onde os níveis mais antigos chegaram a 8.000 anos BP com a presença de lesmas, também coletadas nos níveis intermediários datados de 4000 anos BP.

Na realidade, não se conhecem os limites geográficos da tradição Itaparica como representativa de um horizonte de caçadores arcaicos do holoceno, porém é evidente que numerosos grupos de caçadores povoaram os sertões nordestinos, desde os começos do holoceno, em datas que ultrapassam os dez mil anos, ocupando abrigos e terraços ao ar livre e preparando implementos de pedra lascada entre os quais as lesmas. Os materiais mais antigos são melhor elaborados e de menor tamanho e, em torno de 3000 anos BP, nota-se abandono das técnicas mais cuidadas, com a presença de implementos maiores e mais grosseiros. Entre 2500-1.000 anos BP, observa-se a perda da cuidada tecnologia lítica que caracteriza o horizonte conhecido como Itaparica.

Indústrias líticas no Rio Grande do Norte

Na região do baixo Açu, RN, durante as obras de construção da barragem pelo DNOCS, T. O. Miller realizou pesquisas de salvamento numa área de caatinga extremamente seca, mas que conta com o rio perene Açu-Piranhas. Nos terraços fluviais afastados do rio, no meio da cascalheira, identificou seixos alongados e de quartzito dos quais tinham sido retiradas lascas e coletou também lascas de quartzo e jaspe, obtidas por lascamento bipolar. Existiam, também, alguns poucos instrumentos com retoques e grandes quantidades de lascas, restos de "debitagem"³. As escavações evidenciaram estratos separados por finas camadas de deposição que pareciam indicar ocupações sucessivas entre as enxurradas dos períodos chuvosos. Miller não obteve datações de C14 pa-

³ A palavra *debitagem* não existe na língua portuguesa. Trata-se de um neologismo, do francês "debitage". Significa lascamento e aplica-se especialmente para as lascas resultantes da preparação de um artefato lítico. O termo, já popularizado, vem sendo usado pelos arqueólogos brasileiros.

ra essas ocupações, mas as considerou pertencentes a um período *arcaico*, em razão do seu posicionamento nas camadas fluviais. Observamos o mesmo fenômeno nos terraços antigos do rio São Francisco, onde se acumulam manchas de material lítico nas quais se pode observar abundância de restos de lascamento, consistentes em lascas sem retoques e núcleos corticais ou esgotados a partir de seixos. Esses materiais líticos indicam a

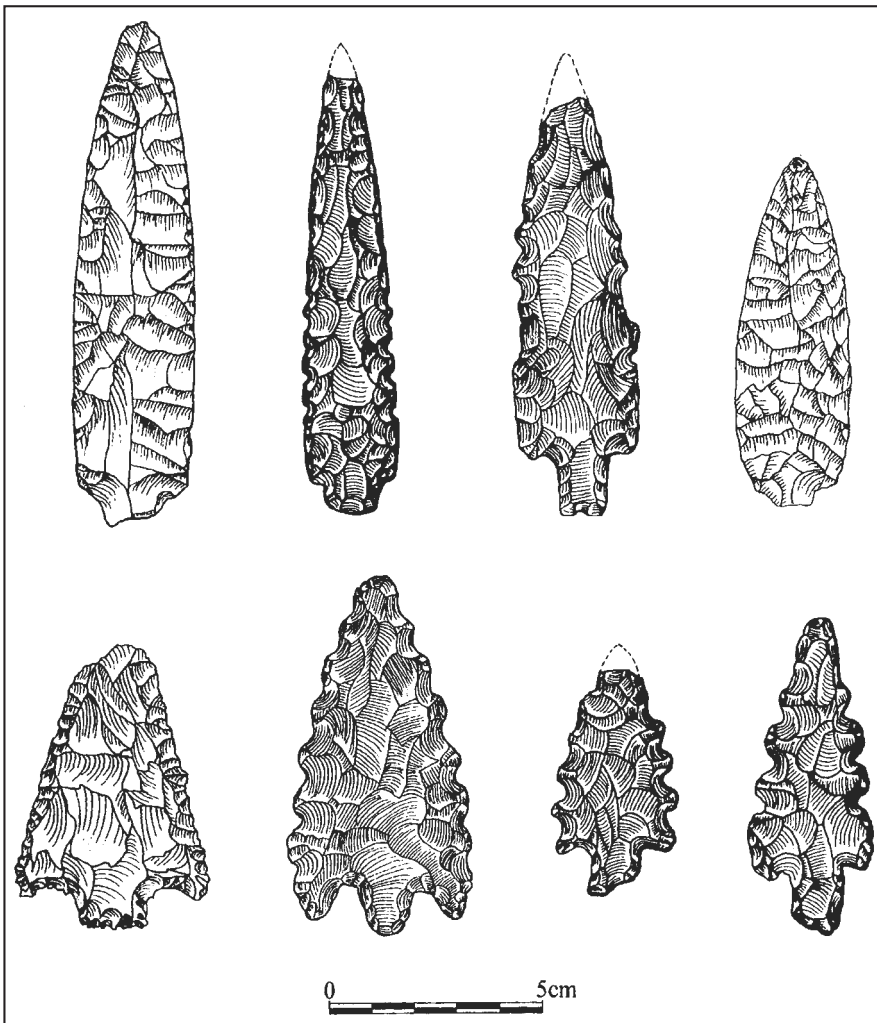


Figura 35. Pontas de projétil de calcedônia e sílex. Achados casuais de Apodi, Parelhas e Carnaúba dos Dantas, RN.

presença de caçadores-pescadores que se movimentavam ao longo dos rios nordestinos mais caudalosos, com grande mobilidade, preparando seus instrumentos de pedra segundo suas necessidades imediatas. As indústrias são simples, com pouco ou nenhum retoque e, possivelmente, posteriores às indústrias mais refinadas da tradição Itaparica.

Pontas de projétil no Rio Grande do Norte e no Vale Médio do São Francisco

As pontas de projétil bifaciais sejam de lança (compridas) ou de flecha (curtas e triangulares) são pouco comuns no Nordeste e inexistentes, até agora, em grandes áreas. A ponta de madeira endurecida ao fogo deve ter sido usada em grande escala, mas no Rio Grande do Norte aparecera uma grande variedade de pontas bifaciais finamente retocadas, talhadas em quartzo hialino, sílex, calcedônia e arenito silidificado (Figura 35). Infelizmente nenhum desses achados procede de escavações arqueológicas nem foram encontrados por arqueólogos em coletas superficiais. Esses projéteis existem nas coleções particulares de garimpeiros da região do Seridó, onde são abundantes, na bacia do Açupiranhas e na região do Apodi, e há uma significativa coleção no Museu de Mossoró. No desejo de filiar essas pontas a uma tradição de caçadores arcaicos, A. G. Laroche as batizou como "tradição Potiguar", mas, no mínimo, foi uma filiação apressada, pois não se poderia filiar essas pontas a nenhum horizonte cronológico nem cultural porque não se conhecem os sítios onde foram coletadas a não ser vagas referências à região do Apodi, no livro de tombo do Museu de Mossoró. Existem pontas de lança biconvexas, finamente trabalhadas com retoques milimétricos no gume, flechas triangulares com pedúnculo e gume denticulado e pontas foliáceas e de rabo de peixe, além de algumas pontas com polimento. Em consequência, uma classificação cuidadosa das coleções existentes indicará técnicas, matéria-prima e lugares dos achados bem diferentes, e que poderão estar separados por grandes distâncias cronológicas, de forma que qualquer conclusão sobre essas pontas, enquanto não se tenham mais dados arqueológicos, está longe da conjectura.

Também V. Calderón (1967) cita achados casuais de pontas de projétil, de fino acabamento em sílex e quartzito, procedentes da região do São Francisco. São pontas triangulares com pedúnculo e aletas e pontas filiformes sem aletas. Na publicação não reproduz nenhum desses artefatos, mas Calderón as descreve detalhadamente, especificando a presença de "delicadas pontas triangulares

com 11 cm de comprimento e espessura não superior a 2,5 mm e outras alongadas com 13 cm de comprimento, 2,5 de largura e 12 mm de espessura, com retoques que "*demonstraram magníficos conhecimentos técnicos e dos materiais em que foram elaborados*". Comparou-as com as da América Central e do Norte. Repete-se, assim, o caso do Rio Grande do Norte, no qual detectamos um horizonte lítico de caçadores com tecnologia refinada de pontas de projétil, mas das quais temos apenas informações esporádicas sem achados contextualizados. Da notícia preliminar de Calderón se deduz que essas pontas localizaram-se na região do médio São Francisco, compreendida entre Juazeiro-Petrolina e Belém do São Francisco, em Pernambuco.

A presença dessas pontas indica a existência, em épocas ainda indeterminadas, de grupos que conheciam apuradas técnicas de lascamento que aplicaram sobre diversos tipos de rochas existentes na região, e que difere da grande massa de materiais líticos unifaciais que caracteriza, em geral, a tecnologia lítica na pré-história do Nordeste.

Artefatos de pedra polida. (Figuras 36, 37 e 38)

A antigüidade do polimento da pedra na América do Sul já foi apontada por vários autores. A. Bryan, por exemplo, cita polimento anterior às pedras lascadas em sambaquis, mas uma evidência inquestionável nos demonstra a existência de polimento no Brasil, com perfeito acabamento, já no nono milênio. O machado polido de granodiorito, já citado no Capítulo IV, coletado durante as escavações do Sítio do Meio, no Piauí, numa fogueira datada de 9200 anos BP, reveste-se de singular importância, porque além da antigüidade da data, é mínimo no Nordeste o número de implementos de pedra polida datados com alguma segurança, apesar da grande quantidade de artefatos, especialmente machados, que se acumulam nos museus e nas coleções particulares. No Museu do Estado de Pernambuco, por exemplo, existem 170 machados de pedra polida, doados, na sua maioria, por Carlos Estevão e que procedem do vale do São Francisco e da Amazônia, mas com a sua filiação comprometida pela perda das etiquetas que os identificavam. O mesmo acontece com algumas coleções dos institutos históricos do Nordeste. No Museu de Mossoró (G. Martin, 1982) guarda-se também uma boa coleção lítica polida, além das pontas de projétil citadas, mas igualmente nesse caso, no livro de tombo do Museu consta, apenas, como procedência a região do Apodi, principalmente, o que já significa alguma coisa, levando-se em conta que, na maioria dos casos, as peças constam apenas como sendo de origem desconhecida.

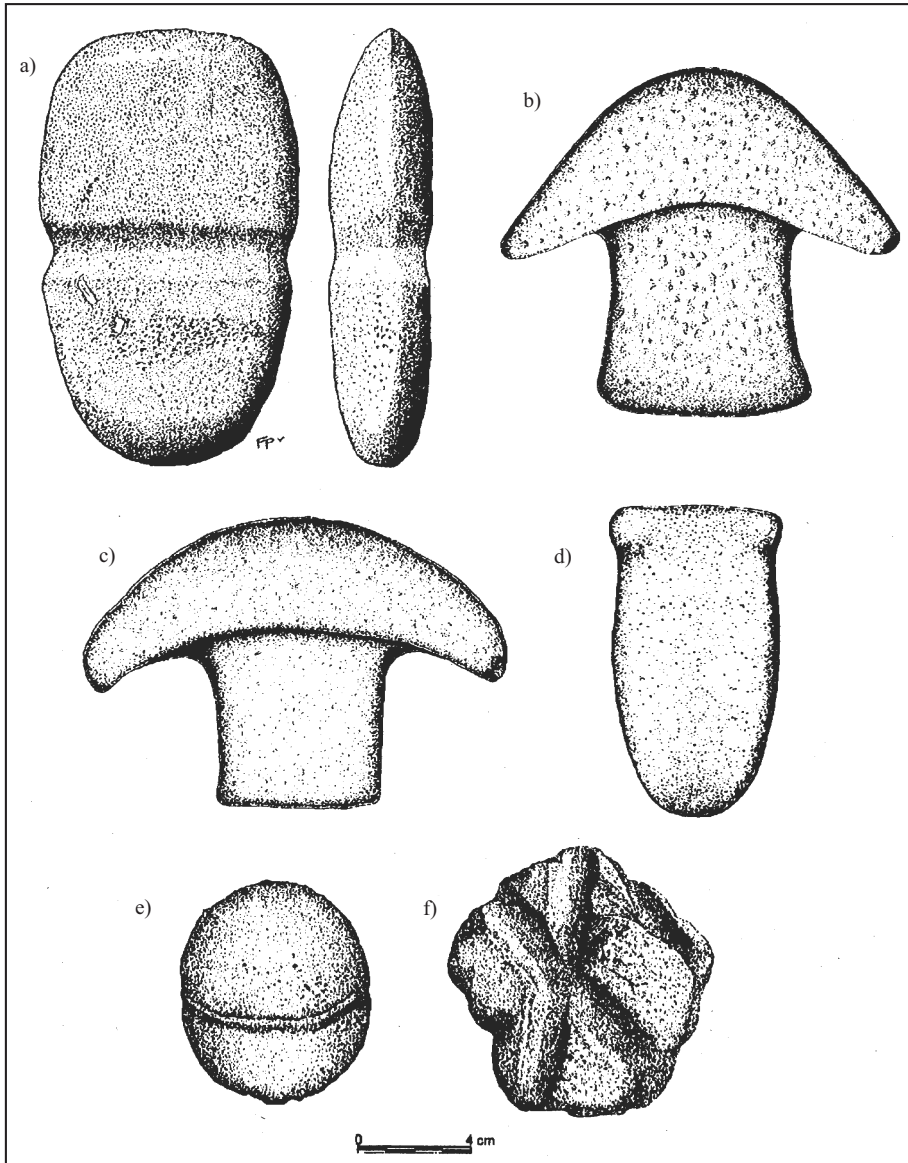


Figura 36. Implementos líticos polidos: a) machado do Sítio do Meio, São Raimundo Nonato, PI; b, c) machados semi-lunares do Piauí e Pernambuco; d) machado de Carnaúba dos Dantas, RN; e) boleadeira do Sítio Lagoa da Pedra, Salgueiro, PE; f) afiador de pedra Sítio Cacaria, estearias do Lago Cajari, MA.

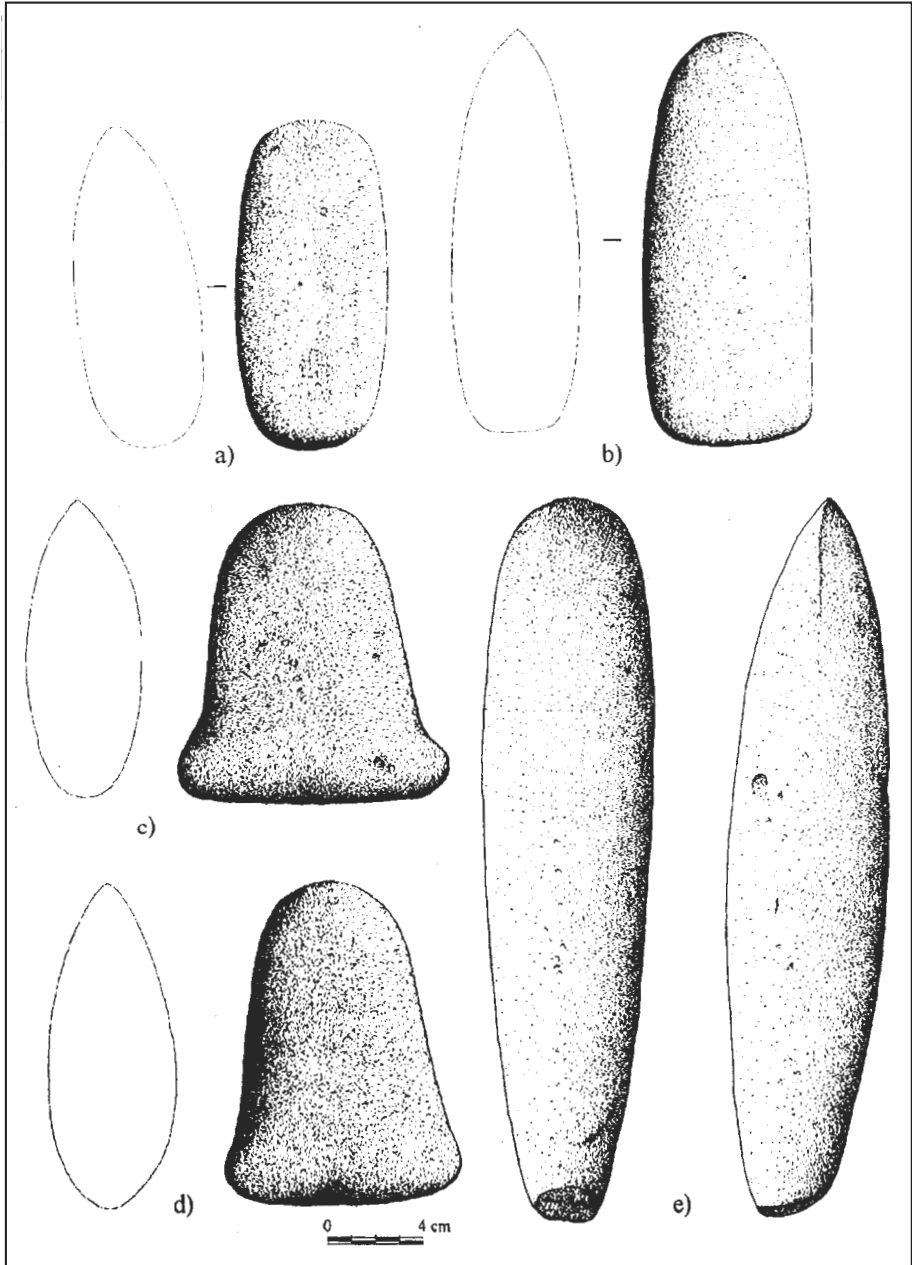


Figura 37. Machados polidos: a, b, c) Carnaúba dos Dantas, RN; e) Taperoá, PB.

A grande quantidade de mós ativas e passivas e mãos de pilão, existentes no Museu de Mossoró (RN), procedentes da região do Apodi, indica a presença de populações sedentárias ou semi-sedentárias de agricultores, mas desengajados de seu contexto, nada mais podemos deduzir sobre esses artefatos.

Especial atenção deve-se prestar à presença de batedores, sejam eles modificados ou não, artefatos que eram usados para quebrar diversos frutos das palmáceas (cocos ou coquinhos) esmagar sementes e ossos para aproveitamento do tutano, e que aparecem abundantemente na estratigrafia arqueológica da região, indicando uma dieta alimentar com o máximo aproveitamento dos recursos. Valentin Calderón (1962) chamou a atenção para a importância do batedor entre as indústrias líticas brasileiras, muito mais abundante do que o universal machado de pedra polida. A presença desse instrumento é determinante para se compreender a utilização dos recursos alimentares.

Os tipos de rocha utilizados na elaboração do material lítico polido são, nas coleções do Nordeste, granito grosso e médio, diabásio, basalto, anfibólio, gnaisse, diorito, andesito, arenito fino, ardósia, siltito e quartzo.

Pela sua beleza e singularidade da forma, os machados polidos semilunares, também chamados "de âncora", estão presentes em quase todas as coleções arqueológicas do Nordeste. Porém, quase sempre, formam parte de acervos de origem desconhecida nessas coleções. Pela evidente falta de funcionalidade, sabemos que os machados de âncora são objetos votivos, afirmativa corroborada por Mário Melo ao registrar um machado semilunar fabrica-

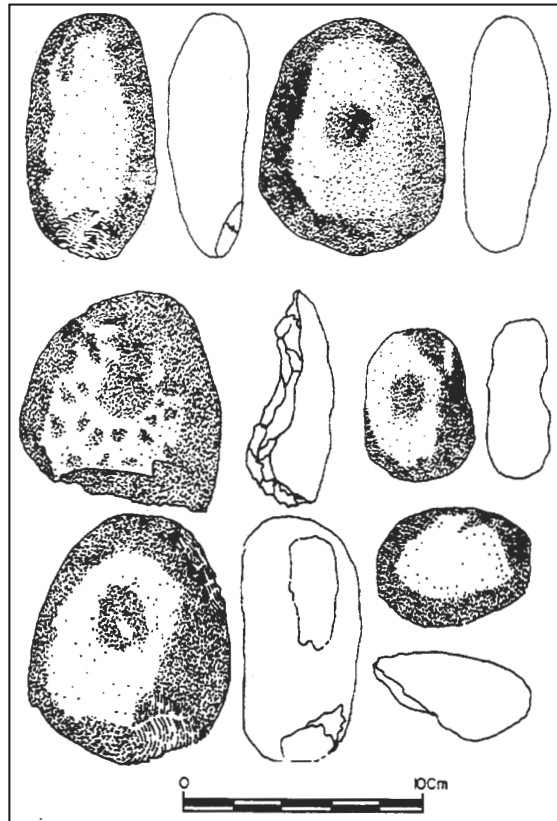


Figura 38. Batedores do Sambaqui de Pedra Oca, Peri-peri, BA. (V. Calderón, 1964).

do com argila e citado como "pertencente aos Tapuia pernambucanos". No Museu do Estado de Pernambuco há um exemplar, também de cerâmica, pertencente aos Apinaye, com o encabamento e adornos de fibras e penas, o que nos permite identificar seu uso como símbolo de status ou hierarquia. Cronologicamente, sua utilização chega aos tempos históricos, como nos demonstra também uma famosa machadinha dos Krahó, devolvida aos seus donos, depois de décadas de exibição como "peça de museu". São poucos, no Nordeste, os machados semilunares coletados por arqueólogos e que, formando parte de um contexto arqueológico, permitam sua filiação crono-espacial na pré-história. Exceção são os achados por Sílvia Maranca na aldeia da Queimada Nova e no Sítio do Gongo, em São Raimundo Nonato, relacionados a grupos ceramistas. Foram encontrados alguns desses machados associados a urnas funerárias da tradição ceramista Sapucaí, em Minas Gerais, aparentada com a tradição Aratu do Nordeste, mas se tratava de coleções particulares e não de achados realizados por arqueólogos, segundo testemunho de Ondemar Dias.

Tradicionalmente considerados como elemento cultural dos grupos Jê, a presença dos machados semilunares extrapola os limites geográficos desses grupos. Já fora assinalada sua presença na Guiana, Equador, Peru, Argentina e Bolívia, além do todo o Brasil, e também nas Antilhas, América Central, Mesoamérica e nos Estados Unidos (B. B. Simons, 1967). Na falta de dados contextuais, e até que se realizem estudos mais sérios sobre a origem e trajetória desses machados, é evidente que são mais bonitas peças de vitrine do que elementos caracterizadores de etnias culturais.

Contas de colar, batoques labiais e *tembetás* de diversos tipos de rochas, tais como jaspe, quartzo verde, quartzo hialino e amazonita, encontram-se por todo o Nordeste em cemitérios e sítios pré-históricos.

A agricultura e a obtenção de alimentos

A agricultura nas Américas é muito antiga, tendo-se desenvolvido a partir de cultivos locais e métodos próprios e não importados do Velho Mundo, como erradamente alguns arqueólogos afirmaram. Deve ter surgido de um processo lento de observação e de práticas milenares independentes, pois assim indica a variedade das plantas americanas cultivadas, completamente diversas das do Velho Mundo, tanto elas próprias como as formas de cultivá-las. É possível mesmo, que já se conhecessem algumas formas de cultivos incipientes na América a partir do sétimo milênio BP. Espécies cultivadas de milho aparecem no quarto milênio. No Nordeste do Brasil a agricultura pode ter começado no

terceiro milênio, com agricultores incipientes em pequenas roças de subsistência.

O binômio clássico que caracteriza as culturas neolíticas do Velho Mundo, agricultura-pastoreio, no qual o gado aduba a terra, renovando assim sua capacidade produtora, ao mesmo tempo proporcionando o complemento protéico através do leite e da carne que falta na alimentação vegetal baseada nos cereais, não se realizou na América. No Novo Mundo, com exceção dos criadores de perus no México e no sul dos Estados Unidos, dos patos almiscarados do México e dos rebanhos de lhamas e alpacas dos Andes Centrais, não houve qualquer espécie de domesticação de animais com aproveitamento econômico.

Em 1964, Clifford Evans estabeleceu quatro estágios de evolução cultural para América do Sul: caçadores-coletores, agricultores incipientes, agricultores de floresta tropical e agricultores sub-andinos ou de agricultura intensiva.

A divisão "caçador-coletor-nômade" e "agricultor-pastor-sedentário", do Velho Mundo, não é válida para América. Não se realizou na pré-história brasileira a dualidade cultivador-pastor ou criador, com o processo que significa o gado estrumar a terra e proporcionar proteínas ao agricultor e, paralelamente, o sub-produto da agricultura alimentar também o gado. Não se atingiu assim o desenvolvimento do Velho Mundo, que permitiu o estabelecimento de centros urbanos a partir do neolítico. Na América do Sul, o homem pré-histórico, até nas sociedades agrícolas mais organizadas, nunca deixará de ser caçador, como imperativo imposto para a obtenção de proteínas. Com exceção das altas culturas andinas, será sempre semi-nômade por causa do rápido esgotamento das terras, sem possibilidades do adubo orgânico que a existência do gado poderia proporcionar.

O nomadismo ou semi-nomadismo do índio pré-histórico do Brasil, sempre atrás da caça e abrindo novos campos de cultivo, foi um dos fatores determinantes da sua estrutura pré-urbana e do seu desinteresse na construção de moradias estáveis. A idéia de caçadores pré-históricos abatendo animais de grande porte deve ser esquecida ante a realidade do homem que se alimenta de toda classe de roedores, caracóis, lagartos e grande quantidade de insetos. P. I. Schmitz os chamará de "comedores de micro-fauna", tal é a quantidade de pequenos ossos achados em alguns sítios arqueológicos.

Mais importante que a presença de cerâmica é a evidência da aparição das plantas cultivadas e a adaptação às novas formas de subsistência. A separação entre ceramistas e não ceramistas em pré-história, sobretudo na pré-história do Nordeste do Brasil, é meramente técnica e não significa, em princípio, grandes mudanças econômicas. Até os tempos históricos existiam grupos indígenas que não utilizavam cerâmica mas que praticavam algum tipo de agricultura, da mes-

ma forma que existiam plantadores sazonais pré-cerâmicos de tomates e cabaças nos vales andinos, no sétimo milênio. A importância da cerâmica como indicadora da existência da agricultura decorre da facilidade com que ela é detectada e sua conservação, mesmo nas condições mais adversas, quando se apresenta extremamente fragmentada ou rolada. Além da cerâmica, é possível se detectar a existência da agricultura pela presença de almofarices, mãos de pilão e sementes conservadas em abrigos e cavernas. Certos tipos de machados polidos são também associados a grupos agricultores que os usariam principalmente para cavar a terra. Porém em sítios abertos e aldeias é praticamente impossível inferir-se práticas agrícolas quando não existe a presença de cerâmica, especialmente em regiões onde, como no Brasil, não houve domesticação de animais, cujos restos são indícios seguros de sedentarismo. Por outra parte, também não se pode descartar a existência de caçadores-coletores que utilizassem algumas formas simples de cerâmica.

A relação agricultores-ceramistas complementa-se na medida em que, no estado atual do conhecimento, é apenas com a evidência da cerâmica que inferimos a presença de agricultores. Não significa isso que uma não possa existir sem a outra e, naturalmente, formas simples de vasilhames cerâmicos podem anteceder à existência da agricultura.

Através das formas e tamanhos das vasilhas deduzimos os cultivos básicos utilizados e o maior ou menor sedentarismo dos grupos étnicos. A presença de grandes vasilhames decorados denotaria maior estabilidade na ocupação de uma determinada área, e as formas abertas ou fechadas dos mesmos, a utilização massiva da mandioca ou de grãos.

Para se afirmar, com segurança, a existência de plantas cultivadas nos sítios arqueológicos, precisa-se de análises polínicas das amostras retiradas de colunas estratigráficas, mas esse tipo de pesquisa ainda é pouco praticada na pré-história brasileira. No SE do Piauí iniciaram-se coleções de referência, a cargo de especialistas da Universidade de Campinas, mas não se conhecem ainda resultados práticos que possam ser aplicados à pré-história da região em sentido amplo. Foi, contudo, evidenciada a presença de cultivos de milho, cabaças, feijão e amendoim. O milho foi coletado no Sítio do Meio na forma de uma espiga caída entre blocos que não permitiram seu posicionamento estratigráfico correto e, em conseqüência, sua cronologia. O feijão e o amendoim, porém, foram datados entre 1600 e 1200 anos BP, no sítio cerâmico da Toca do Gongo I, onde também se encontraram restos de cabaças. Uma espiga de milho foi também coletada no estrato mais antigo da gruta Pedra do Caboclo em Bom Jardim, PE (A. Laroche, 1975).

Dos três cultivos básicos da agricultura primitiva americana, o milho, o feijão e a mandioca, a última foi o cultivo principal na América tropical. Originária provavelmente da Amazônia colombiana, a mandioca com suas duas variedades "amarga" ou "brava" (*Manihot esculenta*, *Manihot utilissima*) e "doce" (*Manihot aipi*) foi o alimento básico de grande parte das populações pré-históricas do Brasil, desde a Amazônia até a região subtropical, onde o milho teve maior importância.

Não se sabe como o índio chegou a descobrir o processo de elaboração da mandioca "brava", para transformá-la, de vegetal amargo e venenoso, em alimento útil e base da sua alimentação. O processo, que não é muito complicado, requer, porém, boa dose de engenho e laboriosidade, para que se retire do tubérculo o ácido cianídrico, altamente tóxico. O índio brasileiro desenvolveu diferentes técnicas de tratamento da mandioca, utilizadas praticamente até hoje, apesar da existência de modernos métodos de mecanização.

A mandioca, planta da família das euforbiáceas, forma grossos tubérculos radiculares ricos em amido. O ácido cianídrico, que pode fazer da mandioca um produto mortal, é muito volátil e fácil de se eliminar por evaporação. Basicamente o tratamento da mandioca "in natura" consiste em se retirar a casca do tubérculo que é imediatamente ralado e transformado em polpa, depois de prensado para a retirada do líquido venenoso. Na região amazônica, a polpa era espremida no "tipiti" (Figura 39) espécie de cesto em forma de tubo, trançado de fibra, com duas argolas nos extremos. A polpa de mandioca era colocada dentro do tubo e dependurada no galho de uma árvore; esticando-se com força no extremo oposto, o "tipiti" estreita-se e comprime a polpa da mandioca, eliminando-se, assim, o líquido venenoso. Esse engenhoso objeto ainda é usado entre as populações amazônicas, porém não parece ter sido utilizado entre os indígenas do Nordeste. Nossos índios deviam espremer a mandioca entre folhas de palma, sobre um cocho de madeira como todavia ainda se faz, atualmente, no campo. Depois de bem espremida, passa-se a polpa por uma peneira, para que fique solta e, finalmente, ela é assada sobre uma superfície plana de pedra ou cerâmica para eliminação de qualquer resto de umidade e do ácido venenoso. Os indígenas secavam a farinha - e o seguem fazendo ainda - sobre um prato grande e plano às vezes, com pés, conhecido como assador. Seus fragmentos nos sítios arqueológicos indicam seguramente a presença de grupos cultivadores desse tubérculo.

A farinha de mandioca, já pronta para consumo, quando bem guardada conserva-se durante muito tempo. O líquido esbranquiçado, restante do espremido da polpa, é recolhido num vasilhame de cerâmica e deixado em repouso.

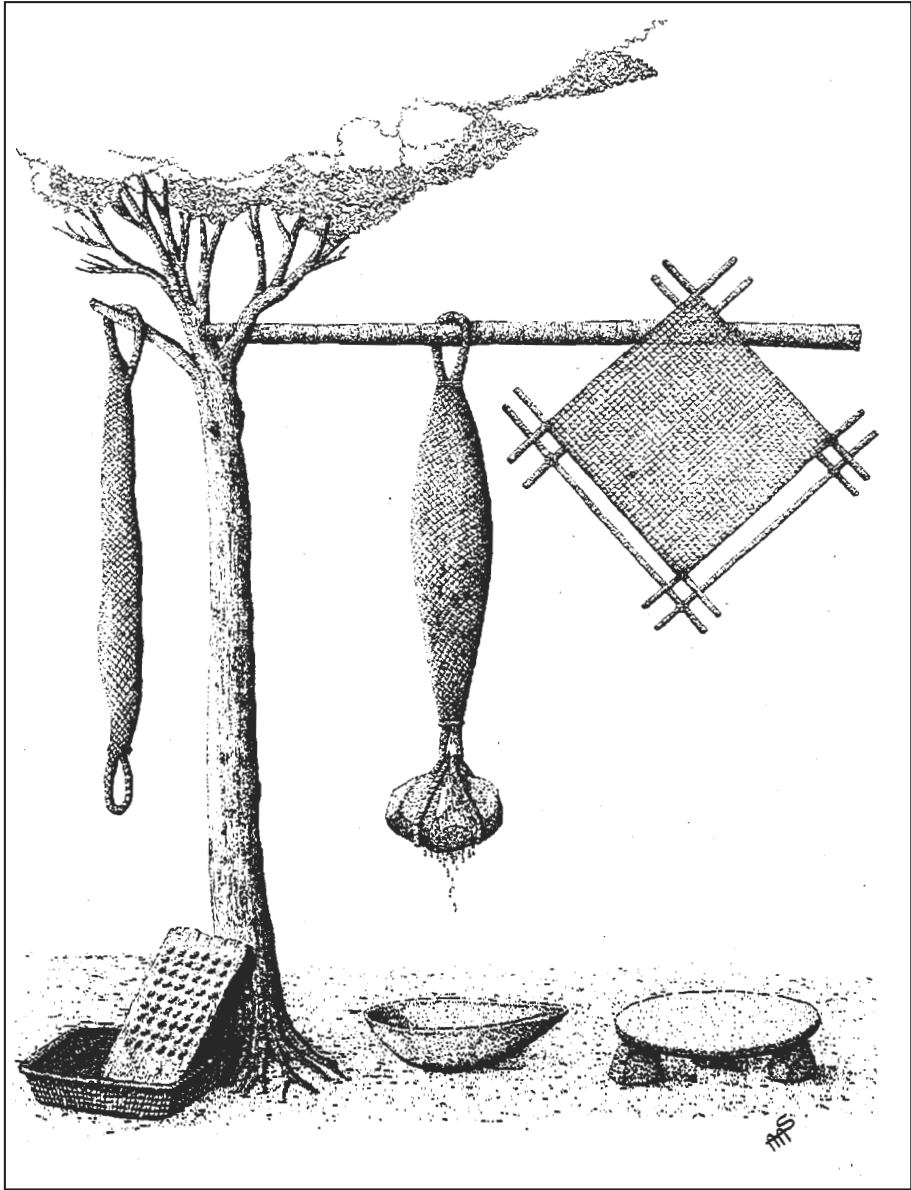


Figura 39. Implementos para o tratamento da mandioca: tipiti, peneira, ralador e assador.

Deposita-se no fundo, por decantação, um pó muito fino chamado *goma*. O ácido evapora-se e eliminado o líquido depois da decantação, conserva-se durante dias inalterável, se for coberto com água limpa, mesmo em clima muito quente. Com a goma peneirada se faz sobre assadores de cerâmica, uma torta fina de agradável sabor: é o "beiju", verdadeiro pão indígena, ainda hoje popular no Nordeste.

QUADRO 5.4
Plantas nativas comestíveis do Nordeste

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIAS
Abacaxi	<i>Ananas sativus</i>	Bromeliáceas
Ameixeira do Brasil	<i>Ximenia americana</i>	Olacáceas
Ameixa brava	<i>Ximenia coriacea</i>	Olacáceas
Amendoim bravo	<i>Arachis pusilla</i>	Leguminosas-Papilinoideas
Araça-de-pernambuco	<i>Psidium pubescens</i>	Mirtáceas
Araruta	<i>Maranta arundinacea</i>	Marantáceas
Araticum apê	<i>Anona Pisonis</i>	Anonáceas
Araticum de espinho	<i>Anona spinescens</i>	Anonáceas
Arirys	<i>Cocos vagans</i>	Palmáceas
Arikuryroba	<i>Arykuryroba Capanemae</i>	Palmáceas
Azeda rasteira	<i>Oxalis repens</i>	Oxalidáceas
Babá	<i>Solanum agrarium</i>	Solanáceas
Babaçu	<i>Orbignia martiana</i>	Palmáceas
Bacuryzeiros	<i>Platonia insignis</i>	Glutiferáceas
Baga da praia	<i>Coccoloba uvifera</i>	Polygonáceas
Bredo de espinho	<i>Amaranthus spinosus</i>	Amarantáceas
Cabeça de negro	<i>Anona coriacea</i>	Anonáceas
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiáceas
Carapicu	<i>Urena sinuata</i>	Discoreáceas
Carnaúba	<i>Copernicia cerifera</i>	Palmáceas
Coco-católé	<i>Syagrus oleracea</i>	Palmáceas
Icó-branco	<i>Capparis yco</i>	Capparáceas
Icó-preto	<i>Capparis jacobinae</i>	Capparáceas
Imbé	<i>Monstera pertusal</i>	Aráceas
Imburana	<i>Bursera leptophloes</i>	Burséráceas
Imbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiáceas
Jaracatiá	<i>Jaracatia dodecaphylla</i>	Caricáceas
Juazeiro	<i>Zizyphus Joazeiro</i>	Renáceas
Macambira	<i>Bromelia laciniosa</i>	Bromeliáceas
Macaúba	<i>Cocos ventricosa</i>	Palmáceas
Macaxeira	<i>Manihot aipi</i>	Euphorbiáceas
Macaxeira	<i>Manihot dulcis</i>	Euphorbiáceas
Mandacaru	<i>Cereus jamacuru</i>	Cactáceas
Mangabeira	<i>Harconia speciosa</i>	Apocináceas

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIAS
Maniçoba-do-ceará	<i>Manihot glaziovii</i>	Euphorbiáceas
Mandioca	<i>Manihot utilissima</i>	Euphorbiáceas
Manja-graúdo	<i>Licania dealbata</i>	Rosáceas
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloráceas
Maracujá-da-bahia	<i>Passiflora bahiense</i>	Passifloráceas
Maracujá-de-cheiro	<i>Passiflora muralis</i>	Passifloráceas
Maracujá-peroba	<i>Passiflora picroderma</i>	Passifloráceas
Maracujá-tubarão	<i>Passiflora cincinnata</i>	Passifloráceas
Marimari	<i>Geoffroya superba</i>	Leguminosas-Papilionáceas
Mata-cacau	<i>Acanthosyris aluinii</i>	Santaláceas
Mucugê	<i>Couma rigida</i>	Apocináceas
Mucunã	<i>Dioclea grandiflora</i>	Leguminosas Papilionóideas
Oiti	<i>Moquilea Salzmaniil</i>	Rosáceas
Oiti-da-praia	<i>Moquilea tomentosa</i> Benth.	Rosáceas
Oiti-coróia	<i>Couepia rufa</i> Ducke	Rosáceas
Oiti-de-porco	<i>Couepia martiana</i> H. K. F.	Rosáceas
Ora-pró-nobis	<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	Cactáceas
Pau mocó	<i>Luetzelburguia auriculata</i> Ducke.	Leguminosas Papilionóideas
Perfluo	<i>Passiflora parahybensis</i> Barb. Rodr.	Passifloráceas
Piaçaba	<i>Attalea funifera</i> Mart.	Palmáceas
Pinhão	<i>Duguesia bracteosa</i> Mart.	Anonáceas
Piqui	<i>Caryocar coriaceum</i> Wittm.	Cariocaráceas
Piqui	<i>Cariocar villosum</i> Pers.	Cariocaráceas
Pitomba-da-baia	<i>Eugenia luschnathiana</i> Berg.	Mirtáceas
Puçã	<i>Mouriria pusa</i> Gargn.	Melastomáceas
Quiabento	<i>Peireskia bahiensis</i> Guerke	Cactáceas
Quixaba	<i>Bumelia sartorum</i> Mart.	Sapotáceas
Umari	<i>Geoffraea spinosa</i> Jacq	Leguminosas Papilionóideas
Uricuri	<i>Cocos coronata</i> Mart.	Palmáceas
Uricuri	<i>Cocos schizophylla</i> Mart.	Palmáceas
Xique-Xique	<i>Cereus Gounellei</i> K. Schum	Cactáceas

Plantas nativas de fibras do Nordeste

FIBRAS DE SEMENTE		
NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIAS
Algodão	<i>Gossypium religiosum</i> Linn.	Malváceas
Algodão-mocó-do-seridó	<i>Gossypium herbaceum</i> Linn.	Malváceas
FIBRAS DE FOLHAS		
Carapicu	<i>Urena sinuata</i> Linn.	Malváceas
Caroá	<i>Neoglaziovia variegata</i> Mez.	Bromeliáceas
Crauatá de rede	<i>Bromelia sagenaria</i> Arrud.	Bromeliáceas
Macambira	<i>Bromelia laciniosa</i> Mart.	Bromeliáceas
Macambira-de-flexa	<i>Encholirion spectabile</i> Mart.	Bromeliáceas
Malva	<i>Gaya aurea</i> St. Hil.	Malváceas

FIBRAS DE FOLHAS		
NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIAS
Malva branca	<i>Sida cordifolia</i> Linn.	Malváceas
Pacavira grande	<i>Heliconia Pendura</i> Wawr.	Musáceas
Relógio	<i>Sida rhombifolia</i> Linn.	Malváceas
Relógio Vassoura	Vassoura <i>Sida acuta</i> Burm.	Malváceas
Vasoura	<i>Sida angustissima</i> St. Hil.	Malváceas
FIBRAS DE PALMEIRAS		
Carnaúba	<i>Copernicia cerifera</i> Mart.	Palmáceas
Piacáva	<i>Attalea funifera</i> Mart.	Palmáceas
Uricuri	<i>Cocos coronata</i> Mart.	Palmáceas
Uricuri	<i>Cocos schizophylla</i> Mart.	Palmáceas

A mandioca tem um ciclo vegetativo de nove meses, porém, em compensação, pode continuar na roça, sem ser colhida, até dezoito meses, de forma que pode ser coletada durante nove meses, dependendo da necessidade. Quando uma plantação está acabando, a seguinte pode começar a ser coletada. Dessa forma o ciclo nunca se encerra e não é necessário se acumular grandes quantidades do produto em depósitos. A mandioca doce ou macaxeira, mais conhecida no Sul como aipim, ao contrário, tem o ciclo vegetativo mais curto, não precisa de especiais manipulações para ser consumida e pode ser comida simplesmente assada ou cozida. Tem, porém, o inconveniente de não se conservar, devendo ser consumida rapidamente depois de coletada, porque logo endurece e torna-se fibrosa.

A farinha de mandioca era o alimento por excelência dos indígenas brasileiros; fácil de conservar e transportar nas culturas de floresta tropical, não é de admirar que, ainda hoje, seja o alimento básico das povoações camponesas do Nordeste. Uma bolsa de couro, com carne seca moída e misturada com farinha de mandioca, é ainda utilizada atualmente por pastores e caçadores do interior do Piauí. A mistura, conhecida com o nome de *paçoca* é alimento nutritivo para grandes caminhadas, pois sendo a farinha de mandioca hidrato de carbono puro é complementada com a proteína da carne, evitando-se graves deficiências alimentares.

A coleta de plantas nativas significou uma importante fonte de alimento praticada pelos indígenas brasileiros. Dos índios históricos existe farta documentação que informa sobre a intensidade da coleta, superior ao cultivo de alimentos entre certos grupos. Entre as plantas aproveitáveis deve-se distinguir as comestíveis, as medicinais, as produtoras de fibras para trançado e fiação e as madeiras. Sementes, fibras, restos de madeira fossilizada, procedentes das escavações, proporcionam evidências do uso de determinadas plantas, mas é im-

portante esclarecer que a maioria das conhecidas e cujo uso se atribui aos indígenas, parte de suposições e extrapolações históricas e etno-históricas e não de evidências do registro arqueológico, este último bastante mais limitado como fonte de informação. Das plantas nativas do Nordeste, presumivelmente aproveitáveis, que se relacionam no Quadro 5.4, não se pode afirmar que todas tenham sido utilizadas na pré-história, embora muitas estejam citadas por diversos autores⁴ como de uso corrente entre os índios na época do contato.

Registro especial merecem os achados da Gruta do Boquete, no vale do Peruaçu. Nesse sítio localizaram-se depósitos subterrâneos de alimentos, conservados pelo clima extremamente seco dessa parte de Minas Gerais, no sertão do alto médio São Francisco. Os depósitos estavam forrados com camadas de capim e palhas de milho, intercalados com cinzas e cobertos com tábuas, formando níveis superpostos. Neles se coletaram espigas de milho ainda com os grãos, além de mandioca, coquinhos, feijões, jatobá, pitomba e umbu. Havia também fibras vegetais trançadas e linhas de algodão (P. A. Junqueira e I. M. Malta, 1984). Uma fogueira situada sobre um dos silos forneceu datação de C-14 de 1.100 anos BP⁵, ou seja, do século IX da Era Cristã.

A cerâmica pré-histórica no Nordeste

A cerâmica foi inventada na América, independentemente do Velho Mundo, a partir da mesma técnica simples e lógica de modelar pequenos recipientes côncavos ou forrar com argila cestas trançadas que, ao secar, deixava uma marca do trançado no barro. Esses desenhos casuais sobre a argila serão, aliás, reproduzidos depois por diferentes oleiros de diversas culturas. Já se fizeram comparações entre cerâmicas de lado a lado dos oceanos, baseadas nessas singelas decorações, o que não passa de um difusionismo exacerbado, mas é oportuno lembrar o comentário de R. W. Ehrich (1965) sobre a impossibilidade de se distinguir, por exemplo, cerâmicas simples neolíticas do vale do Danúbio, da fabricada pelos índios do vale do Missouri.

As cerâmicas pré-históricas de Santarém (PA), no sítio Taperinha⁶, e a do Sítio do Meio, no Piauí, datadas do oitavo milênio e as da tradição Mina, na de-

⁴ J. Anchieta, A. Thevet, G. Soares de Sousa, F. Cardim, P. M. Gandavo, G. Marcgraf, A. Saint-Hilaire, H. Staden, entre outros.

⁵ 1.100 ± 100 anos BP (NUCLEBRÁS 2674).

⁶ ROOSEVELT, A. C.; HOSLEY, R. A.; IMAZIO, M.; MARANCA, S.; JOHNSON, R. (1992). Eight millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. *Science*, New York nº 254, p. 1621-1642).

sembocadura do sistema fluvial amazônico, que pode chegar ao quarto, indicam que se deva aceitar o início da cerâmica na pré-história do Brasil como uma invenção autóctone e independente no continente sul-americano.

J. Brochado defende veementemente a origem amazônica de toda a cerâmica pré-histórica brasileira a partir de quatro grandes tradições, em tese tão sugestiva quanto difícil de provar, em virtude das grandes lacunas territoriais no conhecimento da pré-história do Brasil. Essas tradições desenvolveram-se de norte a sul, pelo litoral e pelo interior, conectando os dois grandes sistemas fluviais do continente sul-americano, através dos seus afluentes superiores. As cerâmicas litorâneas representariam os povos de tronco lingüístico Tupi-guarani e as que se dispersaram pelo interior através dos formadores das grandes bacias, seriam as cerâmicas dos falantes de línguas Macro-Jê. Como era de se esperar, essa teoria foi contestada por vários arqueólogos brasileiros⁷ que acharam a explicação demasiado simplista ante o universo muito mais complexo para se entender a difusão da agricultura e da cerâmica no leste do continente sul-americano. Todavia, não se deve ignorar a existência de manifestações locais, adquiridas por vias múltiplas, sem atribuir longa origem única a toda a cerâmica brasileira, inclusive porque, além da própria cerâmica, deve também pesar nas análises, antes da formulação de afirmativas categóricas, os padrões de comportamento, o uso a que a cerâmica se destina e os contextos materiais e ecológicos que compõem a totalidade do registro arqueológico.

No Nordeste do Brasil identificaram-se dois horizontes ou tradições ceramistas de ampla dispersão: o Tupiguarani e o Aratu, o que permitiu conclusões simplistas e cômodas de se relacionar toda cerâmica pré-histórica com uma ou outra dessas tradições. Hoje essas divisões estão sendo contestadas e admite-se a existência de grupos ceramistas independentes, não filiados a nenhuma dessas duas tradições, com cerâmicas locais que devem ser estudadas a partir dos seus atributos técnicos e utilitários, sem filiações apriorísticas. Por outro lado, pode-se contestar, também, o fato de que toda cerâmica de características técnicas Tupiguarani ou Aratu, pertença a um tronco cultural-lingüístico determinado, pois por intercâmbio cultural, escambo e contatos de diverso teor, podem ter sido incorporadas técnicas cerâmicas por grupos lingüísticos distintos das suas origens.

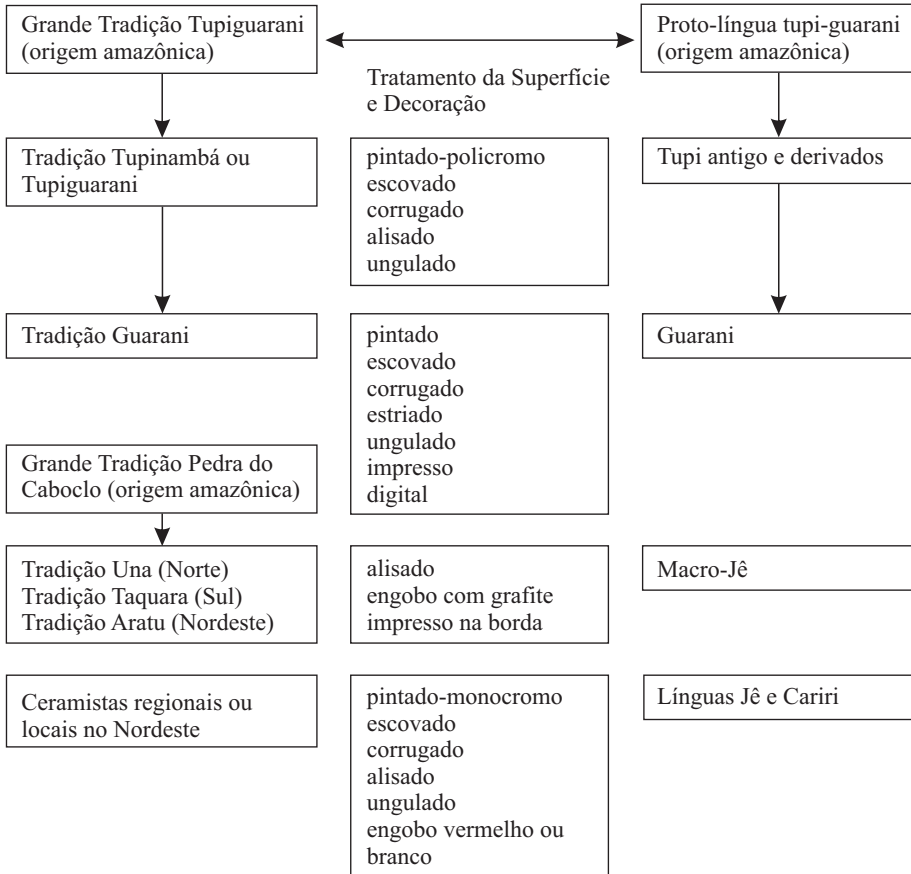
A tendência atual é a de se estudar a cerâmica nos seus componentes intrínsecos, relacionando-a com os contextos arqueológicos sem filiações prévias, evitando-se tradições estabelecidas com generalizações simples.

⁷ Ondemar Dias, M. Cristina Schatamachia, Marcos Albuquerque, entre outros.

O Quadro 5.5 explica sucintamente as possíveis relações entre as tradições ceramistas e os troncos lingüísticos. Deve tomar-se apenas como ponto de partida, sujeito a comprovações espaço-temporais.

QUADRO 5.5
Possíveis relações entre as tradições ceramistas e os troncos lingüísticos

É convenionado designar como *Tupiguarani* a tradição ceramista e *Tupi-guarani* quando a referência é lingüística e populacional



A cerâmica Tupiguarani

Os colonizadores denominaram "língua geral" ao idioma indígena mais falado ao longo da costa brasileira, que correspondia as distintas variedades do Tupi antigo. Essa língua, hoje perdida como idioma falado por grupos vivos, foi

coligida nos dicionários e repertórios elaborados pelos missionários que tinham especial interesse em conhecer as línguas indígenas para proceder a catequização dos índios no seu próprio idioma. A grande extensão territorial que o

QUADRO 5.6

Cronologia da tradição Tupiguarani A. D.

200 - 500	Pré-tupiguarani (Amazônia)
500 - 900	Período arcaico
900 - 1300	Período médio
1300 - 1500	Período tardio
1500 - 1800	Período colonial de contato europeu

Tupi alcançou é realmente impressionante e sua expansão coincide, em parte, com a difusão da cerâmica conhecida como da tradição Tupiguarani, facilmente identificável, especialmente na sub-tradição policrômica pintada, que se encontra, praticamente, de norte a sul do Brasil. Esses fenômenos levaram ao estabelecimento de teorias de pesquisadores, lingüistas e arqueólogos, pretendendo demonstrar que existiram grandes migrações de povos de tronco Tupiguarani, que teriam sido estimuladas pela tradição da chamada "migração ritual". Note-se, porém, que a ritualização de um fato tem quase sempre origens econômicas e que sua permanência, mesmo que os imperativos e circunstâncias não mais existam e tenham se perdido no tempo, é geralmente douradora. Os povos se deslocam por motivos muito concretos, tais como a pressão demográfica, a expulsão forçada por outros grupos mais fortes ou falta de alimentos, sejam a caça ou o esgotamento da terra cultivada. Dos índios históricos conhecemos sua permanente mobilidade, mesmo entre os agricultores, pelo esgotamento rápido da produtividade agrícola; esta, basicamente, obedece a três causas: predominância de terras ácidas no solo brasileiro, o sistema da queimada que proporciona momentânea fertilidade com esgotamento rápido e, por último, a impossibilidade de se adubar a terra.

Durante os trabalhos do PRONAPA admitiu-se uma cerâmica considerada própria dos grupos falantes nas línguas do tronco Tupi, que foi, então, chamada da tradição Tupiguarani. Citada pelos cronistas já no século XVI e XVII, começa a ser estudada nos fins do século XIX e, segundo recolhe J. Brochado (1980), mais de cem autores já pesquisaram ou se referiram a essa cerâmica. Tradicionalmente considera-se a cerâmica Tupiguarani como típica das regiões costeiras e pertencentes a grupos humanos que moravam em aldeias de forma oval ou circular, com economia baseada na mandioca.

Em termos gerais, a cerâmica Tupiguarani caracteriza-se por estar confeccionada com técnica acordelada, ou seja, pela superposição de roletes ou cordões de barro, formando paredes grossas em relação ao tamanho do vasilhame. Cozimento a fogo redutor ou incompleto que produz uma banda escura ou

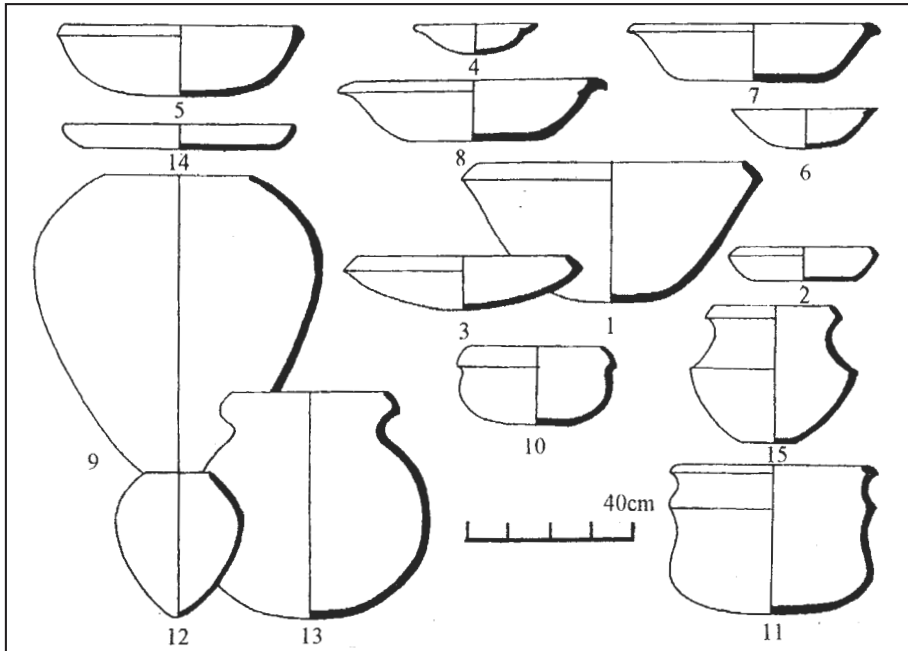


Figura 40. Formas de cerâmica Tupinambá, segundo J. J. Brochado (tradição Tupiguarani).

acinzentada entre os lados interno e externo, mais claros, e facilmente observável nos cacos de peças fragmentadas. Os aditivos ou antiplásticos consistem em caco moído, areia fina ou grossa e grânulos de argila. Podem estar também ausentes por desnecessário, quando as impurezas naturais incorporadas à argila dão à mesma a suficiente plasticidade. Não se observa na cerâmica Tupiguarani o uso de espongiários (*cauxi*) nem de *cariapé* como anti-plástico, aditivos amplamente usados nas cerâmicas da Amazônia. As formas comuns oscilam muito de tamanho, registrando-se desde pequenos vasos de 10 cm de diâmetro a grandes alguidares de 70-80 cm, com alguns ultrapassando um metro de diâmetro. Há formas fechadas, porém predominam as abertas de paredes baixas, retas ou carenadas, com fundos planos ou suavemente curvos; as bocas são circulares, elípticas, retangulares ou quadrangulares (Figuras 40, 41, 42, 45 e 46).

Atendendo às características técnicas da decoração, fixaram-se três sub-tradições designadas como pintada, corrugada e escovada. Trata-se, portanto, de caracterizadores relativos ao tratamento da superfície dos vasos sem maiores determinantes de formas nem dos tamanhos e usos. Com divisões estabeleceu-se um ponto de partida para a identificação dos assentamentos de agricultores-ceramistas localizados ao longo do litoral brasileiro. Com o avanço das pesqui-

QUADRO 5.7
Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco⁸

Fases	Zonas Fisiográficas	Tipo de ocupação	Tratamento de superfície dos vasilhames	Recursos	Cronologia
Tejucupapo	Litoral; Mangue, ilhas	Habitação única (ocupação sazonal?)	pintada	crustáceos, moluscos, pesca, Mandioca	
Itapacurá	Restinga	Aldeias	pintada	mandioca, Pesca	
Cangasa	Zona da Mata	Aldeia semi-circular	pintada e plástica	mandioca	1290-1590 A.D.
Capibaribe	Zona da Mata	Aldeia	sem decoração ou pouco decorada	mandioca	220 A.D.
Croatá	Áreas de brejo No Semi-árido	Aldeias amplas circulares	pintada e plástica	mandioca	
Triunfo	Brejo de Altura no Semi Árido	Aldeia	?	milho (?)	1440 A.D.
Araripe	Semi-árido	Aldeias circulares	pintada, unglada, borda talhada, ponteada	mandioca (grãos?)	1610 A.D.

⁸ Segundo dados obtidos dos trabalhos de M. Albuquerque e Velela Lucena.

sas, identificaram-se numerosos sítios cerâmicos no interior do Brasil, demonstrando-se que a tradição Tupiguarani teve ampla difusão no planalto e nos sertões, assinalando-se duas grandes correntes de norte a sul: uma litorânea e a outra através das grandes bacias formadoras do Amazonas e do Prata. As suas origens deveriam ser procuradas no grande espaço da bacia amazônica e a partir de uma grande tradição policrômica amazônica, que surgiu em torno de 1500 BP. Aceitando-se essa origem, a cerâmica Tupiguarani, que encontramos no Nordeste, teria chegado tão modificada pelo longo caminho percorrido, que sua primeira filiação se faz quase impossível.

A cerâmica que se identifica como da tradição Tupiguarani no litoral nordestino corresponde, principalmente, à sub-tradição pintada, também conhecida como policrômica, por apresentar desenhos nas cores branca, vermelha, preta e cinza. Os desenhos são complexos, geométricos ou abstractos, formando gregas e cenefas com fino acabamento, aplicados no interior, no exterior ou em ambos lados do vasilhame. A cerâmica sem decoração é igual à pintada na feitura e nas formas, porém apenas não lhe foi aplicada decoração na superfície. Em certos sítios, uma cerâmica de elaboração mais grosseira acompanha os vasilhames pintados. Tratamento escovado de superfície também aparece, sendo o corrugado, mais comum nas regiões interioranas.

Para J. Brochado (1980), a sub-tradição deverá ter também conotação geográfica e não somente plástica. Conjugando as duas posições propus uma

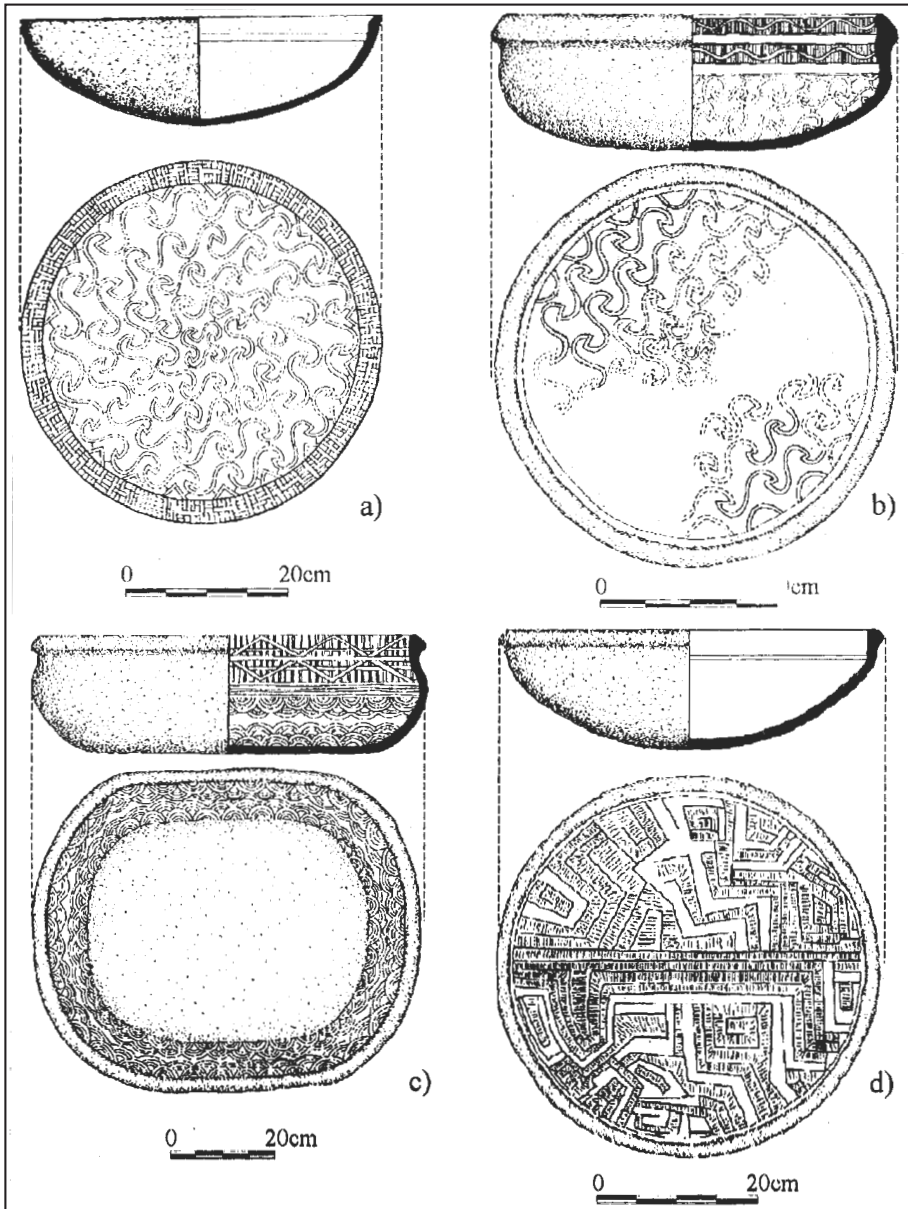


Figura 41. Cerâmica da tradição tupiguarani, sub-tradição Pintada; a, b, c) Vila Flôr, RN; d) Beberibe, Recife, PE.

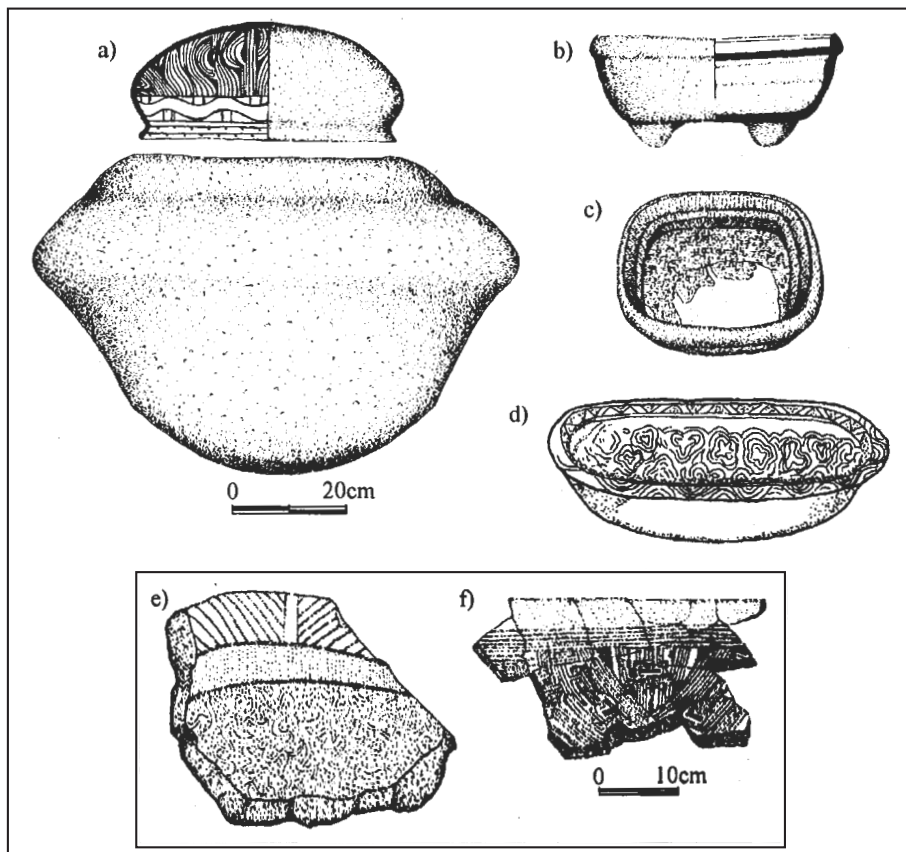


Figura 42. Cerâmica da tradição Tupiguarani, sub-tradição Pintada; a) urna funerária, Pico do Jabre, Monteiro, PB; b, c) Vila Flôr, RN; d) Morro do Chapéu, BA (C. Ott, 1958); e) Jequié, BA (C. Ott, 1958).

divisão das sub-tradições baseada na distribuição regional das técnicas de tratamento das superfícies e nas formas das vasilhas. Haveria, assim, a sub-tradição Leste-Nordeste, a da região Sul e outra, menos caracterizada, correspondente ao Norte e Centro-Oeste. A sub-tradição Leste-Nordeste, que nos interessa, apresenta a maior parte das vasilhas decoradas com policromia pintada, seguidas da decoração unglulada e bordas caneladas. Na morfologia dos vasilhames predominam os pratos rasos, alguidares de base plana com bordas ovais e quadrangulares e diâmetros que atingem até 60 cm.

Quanto à cronologia, toda a tradição está compreendida entre 500 a 1800 A.D.

Certos grupos Tupinambá, até a sua extinção, podem ter continuado a fabricar cerâmica Tupiguarani até começos do século XIX. Essa cronologia

indica os extremos da tradição, mas os períodos de maior extensão e densidade populacional situam-se entre os anos 1.000 e 1800, como constatou Ondemar Dias, no Estado do Rio de Janeiro.

As aldeias Tupiguarani

Embora existam sobre as aldeias Tupiguarani bastantes informações, são poucas as do Nordeste escavadas amplamente e menos ainda publicações satisfatórias que ultrapassem a categoria de notas prévias. Os conhecimentos que temos são, em parte, extrapolados de outras regiões que não diferem nas suas estruturas básicas das conhecidas no Nordeste.

Prospecções em Pernambuco, seguidas de algumas escavações em sítios Tupiguarani, levaram Marcos Albuquerque a levantar algumas questões pertinentes em relação à distribuição espacial nas aldeias dessa tradição. Observou M. Albuquerque que as manchas de ocupação indicadoras das moradias ou de atividades continuadas nas aldeias apresentavam tamanhos díspares, às vezes com extremos entre 32 m² e 400 m² numa mesma aldeia. Essa constatação o fez refletir sobre a importância de se estudar, separadamente, o material arqueológico coletado em cada área-habitação, como forma de se identificar a distribuição e o uso do espaço nas aldeias Tupiguarani. Paralelamente, teceu duras críticas à separação da cerâmica Tupiguarani em fases, denominadas assim a partir, apenas, de cada coleção coletada em lugares diferentes. Constatou também que, em Pernambuco, os grupos da tradição Tupiguarani ocuparam do leste ao oeste, todo o Estado, do mangue à restinga e da mata ao semi-árido. Distinguiu sete fases de ocupação em Pernambuco, dando ao conceito de fase conotação mais ampla, na qual se considera, além da presença de cerâmica, a sua relação com o meio geográfico e com o tratamento plástico dos vasilhames.

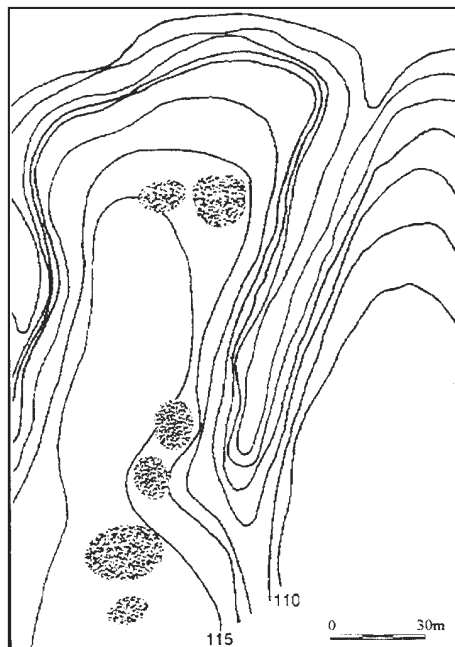


Figura 43. Sítio Sinal Verde, São Lourenço da Mata, PE. Aldeia da tradição Tupiguarani. As manchas indicam a posição das ocos. (S. Luna, 1991).

Duas aldeias escavadas por Marcos Albuquerque tiveram seus materiais estudados e publicados por Suely Luna (1991) e Ana Nascimento (1991). O sítio Sinal Verde, na região da Mata pernambucana, no município de São Lourenço da Mata, PE (Figura 43), apresentou seis manchas húmicas com cerâmica, indicadoras de seis ocas formando arco. Suely Luna identificou treze formas distintas de vasilhas, distribuídas entre 231 peças com decoração pintada, escovada e unguçada (Figura 44). A aldeia do

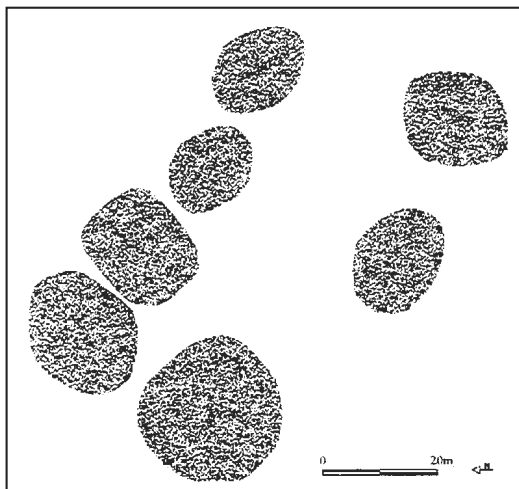


Figura 44. Sítio Aldeia Baião, Araripina, PE. As manchas indicam a posição das ocas. (A. Nascimento, 1991).

Baião, em Araripina, sertão de Pernambuco, no sopé da Chapada do Araripe, situava-se numa chapada e as manchas de ocupação das ocas, de forma redonda e elíptica, estavam dispostas formando um retângulo. Ana Nascimento analisou mil fragmentos cerâmicos entre os quais se identificaram superfícies alisadas e pintadas. Entre essas, registrou-se a presença de policromia nas cores vermelha, marrom e branca e também vermelha, preta e branca sobre bases vermelhas, brancas e cinzas. Outras técnicas de tratamento das superfícies foram o entalhado, o escovado e o unguçado. Identificaram-se na aldeia do Baião, onze formas diversas de vasilhames, com pratos abertos e panelas fundas cônicas e esféricas, de tamanhos variados, desde pequenas vasilhas de 8 cm de diâmetro até outras grandes, de 60 cm (Figura 45). Um achado singular deve ser registrado: a cabeça de um zoomorfo (tartaruga ou cobra) de cerâmica, seguramente um apliance de vasilhame (Figura. 46), incomum entre as cerâmicas pré-históricas do Nordeste.

Em Sertânia, Pernambuco, no vale do Pajeú, na área arqueológica de Arcoverde, Marcos Galindo (1984) localizou uma possível aldeia Tupiguarani, no sítio Xilili, com cerâmica pintada, onde realizou sondagens e coleta de superfície. As formas cerâmicas identificadas são abertas, de fundo plano e as menores de fundo curvo (Figura 47). A decoração é de linhas vermelhas finas nas bordas dos vasilhames e desenhos de linhas pretas que interligam pontos sobre engobo branco, no fundo dos vasos. Localizou também, noutra área da mesma fazenda,

quatro urnas sem decoração que continham ossos humanos depositados em enterramentos secundários.

V. Calderón assinalou 33 sítios da tradição Tupiguarani dos quais 11 no SO da Bahia, que chamou de fase Coribe, onde predominavam urnas e vasos côncavos com as superfícies escovadas e corrugadas (Figura 48). Seriam, portanto, segundo a terminologia tradicional, aldeias das sub-tradições ceramistas *escovada* e *corrugada*, situadas no alto sertão da Bahia na depressão sanfranciscana. As aldeias "Coribe" estavam situadas sobre colinas e tabuleiros em lugares defensáveis.

Calderón também estabeleceu a fase Itapicuru, a partir de seis aldeias situadas na Chapada Diamantina, localizadas nas cabeceiras dos rios Itapicuru, Salitre e no vale do rio das Contas, com uma cerâmica de grandes vasilhames retangulares e tigelas ovais (30 a 55 cm de diâmetro) utilizadas para enterramentos secundários, com decoração ungluada ou pintada com motivos lineais nas cores preto sobre branco e vermelho e preto sobre branco.

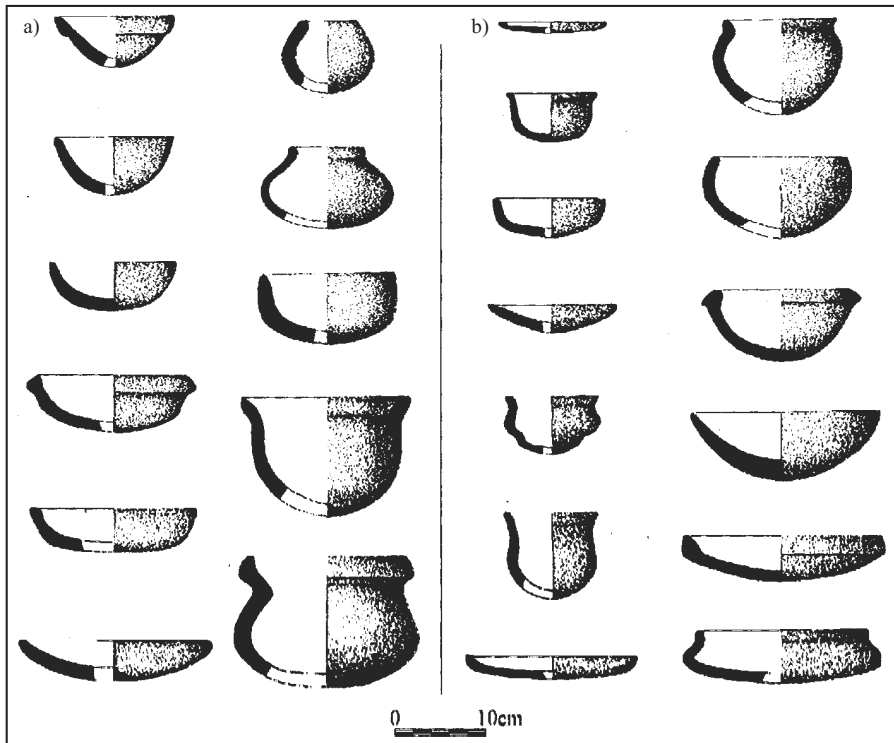


Figura 45. Formas de cerâmica da tradição Tupiguarani de duas aldeias de Pernambuco; a) Aldeia do Baião, Araripina, PE (A. Nascimento, 1991); b) Aldeia Sinal Verde, São Lourenço da Mata, PE (S. Luna, 1991).

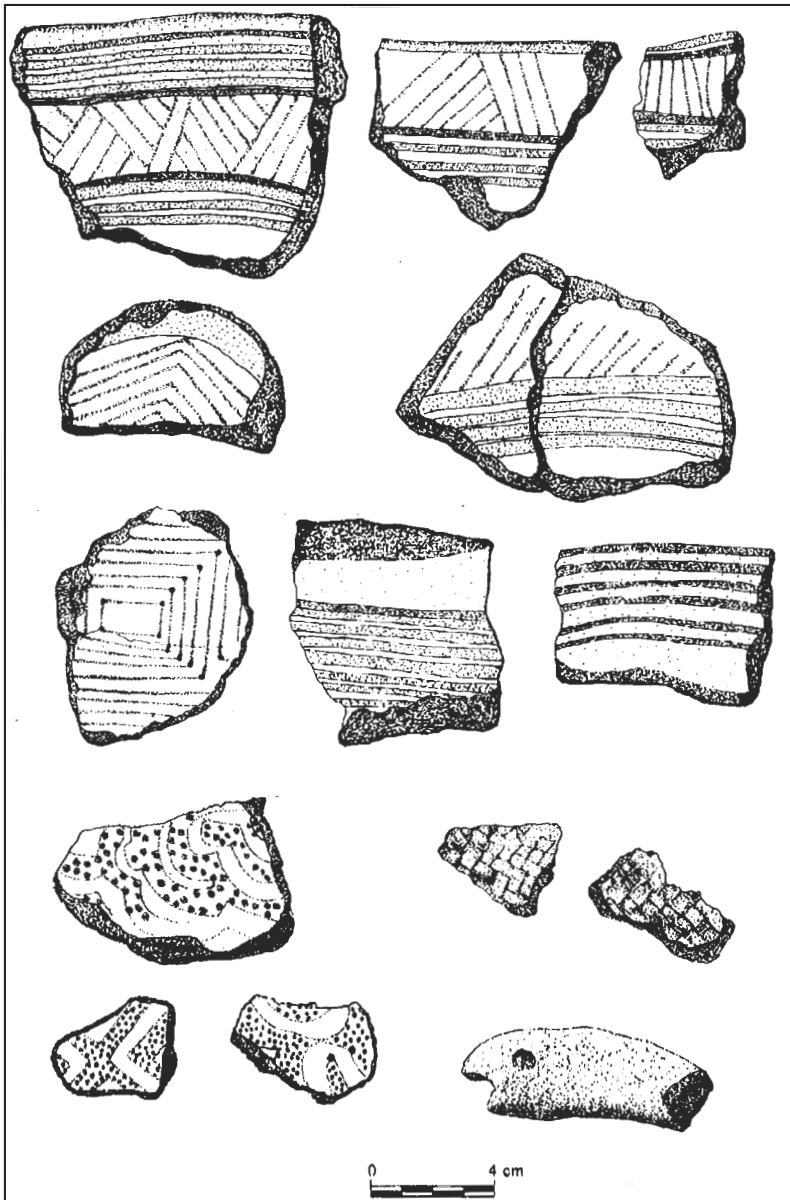


Figura 46. Sítio Sinal Verde, São Lourenço da Mata, PE (S. Luna, 1991). Cerâmica da tradição Tupiguarani, sub-tradição Pintada. Aplique de cerâmica em forma de cabeça de quelônio.

Tem-se formulado hipóteses para se explicar as origens das sub-tradições ceramistas Tupiguarani, hipóteses baseadas sobretudo nas formas que acompanham as respectivas decorações da superfície dos vasos. Uma delas (J. Ferrari e P. I. Schmitz, 1984) parte do pressuposto de que adaptações às regiões mais frias com alimentação diversificada determinaria formas mais fechadas e profundas da cerâmica corrugada, como por exemplo armazenar e cozinhar grãos. Nas áreas mais quentes do Norte-Nordeste, a dieta se apoiaria no uso da mandioca amarga, representada pela cerâmica pintada, com formas mais planas e abertas. Essa hipótese coincide com a observação de Calderón, quando identificou a frequência da sub-tradição corrugada nas cabeceiras dos afluentes do São Francisco.

No Rio Grande do Norte, no vale do Curimataú-Cunhaú, as pesquisas de Nássaro Nasser, na década de 60 (1967), foram seguidas por Paulo T. de Sousa, quando se iniciou o projeto arqueológico de Vila Flor, e se identificaram refugos cerâmicos nas proximidades dessa cidade. Ali, durante as escavações na Missão Carmelita de Nossa Senhora do Desterro de Gramació, foi também retirada abundante cerâmica pintada, mas não se pode falar da situação exata de uma aldeia Tupiguarani e muito menos da disposição das casas indígenas que devem ter sido removidas e seus restos mascarados pelas construções da missão. A cerâmica coletada apresenta bacias e jarros esféricos e quadrados, todos pintados nas cores vermelho e preto sobre engobo branco ou preto sobre branco, com complexos padrões geométricos. Essa descrição coincide com os achados posteriores de vasilhames, reconstituídos e estudados no Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE, onde identificamos alguidares retangulares e circulares de fundo plano e pratos abertos profusamente decorados (Figuras 41 e 42).

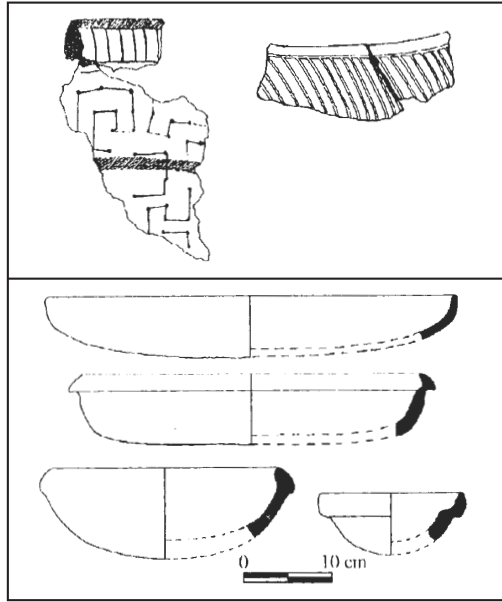


Figura 47. Tradição Tupiguarani, sub-tradição Pintada. Sítio Xilili, Sertânia, PE (M. Galindo, 1984).

Ao todo, N. Nasser (1974) localizou 18 sítios cerâmicos, dos quais 14 eram aldeias e 4 os cemitérios, que agrupou na fase Curimataú. Nos sítios, o sedimento não passava de 15 cm de profundidade, de modo que o pesquisador citado considerou as coletas como coleções de superfície. As aldeias estavam situadas em terrenos favoráveis ao cultivo de roça e, em conseqüência, as dimensões das aldeias fixaram-se precariamente, pois a terra aparecia revolvida pelos trabalhos agrícolas. Porém considerou-se sítio de tipo médio os que apresentavam aproximadamente ocupações de 25 x 20 metros, em disposições indistintamente circulares ou elípticas. Os enterramentos, situados fora das áreas de habitação, eram secundários, em urnas comuns com tampas de tipos diversos, ao parecer escolhidas ao acaso, inclusive numa delas empregara-se um assador para fechá-la.

As cerâmicas "Curimataú" apresentam grande riqueza de formas, tamanhos e decoração, onde além das policrômicas típicas da sub-tradição, aparecem também formas com a superfície escovada e bocas circulares, elípticas e quadrangulares, além de expressivo número de assadores que indicam subsistência apoiada no uso da mandioca.

Ainda no Rio Grande do Norte, no município de Senador Georgino Avelino, numa área de lagoas comunicadas com o mar, N. Nasser (1974) localizou um sítio cerâmico junto à lagoa Guaraíras, com evidências de ocupação intensa e continuada, num sedimento de 40 cm de profundidade. A ocupação mais recente correspondia a uma aldeia Tupiguarani, da mesma fase ou tipo Curimataú, mas essa ocupação se sobrepõe a outra mais antiga que apresentava cerâmica completamente diferente que o autor citado chamou fase Papeba.

Cito apenas os sítios cerâmicos da tradição Tupiguarani onde existiam indicadores de que se trata de aldeias, escavadas ou ao menos localizadas por arqueólogos e das quais existem dados publicados. Omito, assim, propositadamente, relacionar notícias esporádicas que, sem nenhum contexto, pouco acrescentam ao conhecimento das populações ceramistas Tupinambá e que seriam, para o leitor, repertórios repetitivos e enfadonhos. Finalizando, temos aldeias Tupiguarani localizadas entre o litoral e a mata no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. Do Ceará⁹, Alagoas e Sergipe, as informações são mais precárias. A densidade das aldeias é decrescente entre o agreste e o sertão. No vale médio do São Francisco, conhecem-se as aldeias "Coribe" no SO da Bahia, nas quais predomina a sub-tradição corrugada, mas segundo se desce o curso do rio

⁹ Existem cerâmicas procedentes de achados casuais, principalmente urnas funerárias, no Museu Histórico e Antropológico do Ceará, no Museu Arthur Ramos da UFCE e nas coleções do antigo Museu Rocha.

desaparece a influência Tupiguarani e aparecem outras cerâmicas que considero de cunho local e dispersão mais restringida, as quais farei referências mais adiante.

Pode-se dizer que o processo de "neolitização", tomado no sentido do estabelecimento paulatino de grupos humanos conhecedores da cerâmica e de práticas incipientes de agricultura, surge no litoral a partir dos sambaquis e dos acampamentos costeiros até as aldeias Tupiguarani. O aumento demográfico, no litoral, empurrou as populações para o interior, todas as vezes em que se quebra o equilíbrio entre o consumo e a obtenção de alimentos. Esse seria, por exemplo, o processo nos estabelecimentos dunares do Rio Grande do Norte, semelhante também ao assinalado por Ondemar Dias no litoral sul, ao se fixar a tradição Itaipu.

Os grupos Tupiguarani chegados ao litoral nordestino a partir, aproximadamente, do ano 1000 da Era Cristã, não encontraram sempre desocupados os lugares mais aptos para seu assentamento. Outros grupos ceramistas haviam chegado antes e devem ter entrado em choque com os novos ocupantes ou, apenas em contato, nos casos menos belicosos. Essa afirmativa apresenta-se evidente na Bahia, nas ocupações da tradição Aratu, e no Rio Grande do Norte nos acampamentos ou aldeias Papeba. Nos dois casos, as cerâmicas Tupiguarani ocupam a posição superior sobre as camadas inferiores, Aratu e Papeba, na estratigrafia arqueológica. O

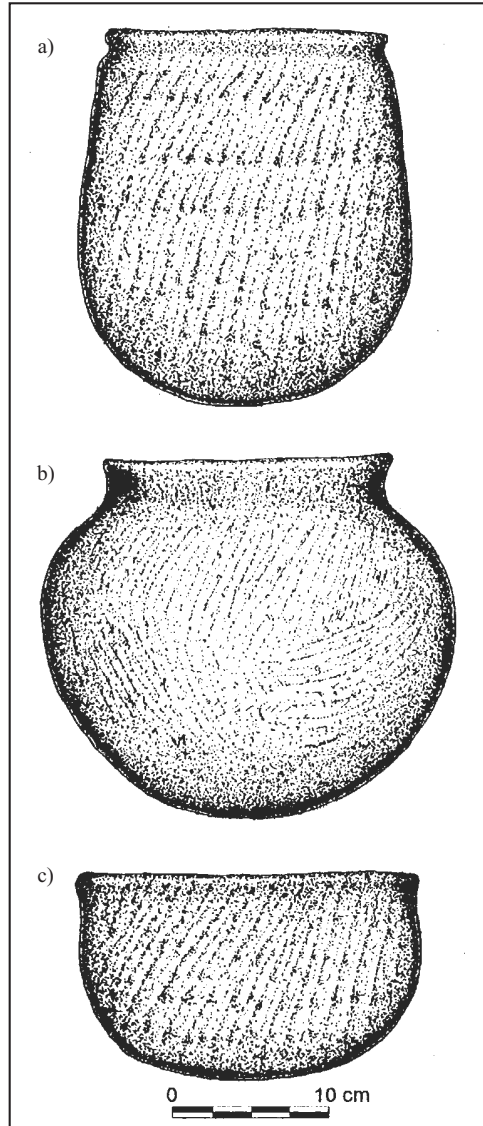


Figura 48. Cerâmica de Coribe, BA (V. Calderón, 1969); tradição Tupiguarani, sub-tradição corrugada e escovada.

mesmo foi observado por Ondemar Dias (1974) no sul de Minas Gerais, nos sítios das fases Sapucaí, Itací e Piumhi, onde aparecem os traços Tupiguarani nas ocupações mais recentes e superficiais.

A cultura Aratu

Valentin Calderón estabeleceu a tradição Aratu a partir dos achados cerâmicos de 24 sítios prospectados no litoral baiano, em Sergipe e em Pernambuco. O nome *Aratu* para designar uma cultura de agricultores ceramistas foi dado a partir do sítio Guipe, no centro industrial de Aratu, a 16 quilômetros de Salvador, onde realizou cortes estratigráficos num sedimento arqueológico de 60 cm, numa terra humosa, rica em carvão e conchas de ostra. O sítio foi destruído para construção da barragem do riacho Guipe, de modo que Calderón realizou um trabalho de salvamento, quando as escavadeiras já haviam destruído parte do sítio. Mesmo assim, identificou manchas de terra preta que correspondiam a sítios-habitação e 54 grandes urnas funerárias com enterramentos primários. Também no Centro Industrial de Aratu, no sítio da Viúva, foram descobertas seis urnas funerárias agrupadas três a três. Numa delas, o cadáver estava coberto de conchas de ostras.

A segunda aldeia em importância foi o sítio Beliscão, no litoral Norte da Bahia, perto do rio Inhambupe a seis quilômetros do litoral. O sítio estava situado num lugar elevado e media 200 x 100 metros, com sedimento de ocupação de 90 cm, indicando longa permanência do grupo que a habitou. As urnas funerárias foram encontradas formando grupos de dois e três enterramentos, dentro e fora do recinto da aldeia. Continuando as pesquisas durante os anos de vigência do PRONAPA, Calderón assinalou ainda vários sítios Aratu nos municípios de Conde, Esplanada e Entre Rios, na Bahia, e Cristianópolis entre Sergipe e Bahia, localizados ao longo dos rios que desembocam no Atlântico. Procurando Calderón a possível penetração para o interior, que a cerâmica Aratu poderia ter, prospectou as cabeceiras do rio Grande nos municípios de Barreiras, Catolândia e São Desidério, onde localizou oito cemitérios Aratu. Típico da cultura Aratu, considerou o sítio BA-RG-3 - São Desidério, situado perto do rio do mesmo nome onde se encontraram 25 urnas funerárias durante a escavação de um canal de irrigação, destruídas durante os trabalhos de construção do canal. As urnas piriformes, típicas na cerâmica Aratu, levam como tampa outro vaso também de forma piriforme oferecendo o aspecto característico dos enterramentos "Aratu" (Figura 50).

Calderón considerou que a tradição ceramista Aratu estendeu-se também por Pernambuco e chegou até o SE do Piauí. Acredito que para essas afirmati-

vas, não justificadas nas sua publicações, baseou-se nos achados da caverna funerária da Pedra do Caboclo, em Bom Jardim, escavada por A. Laroche e que proporcionou urnas funerárias de forma ovóide, com tampa, consideradas como formas evoluídas ou regionais da tradição Aratu (Figura 51). Enquanto ao Piauí, deve referir-se a algum achado esporádico, em São Raimundo Nonato, de urnas do tipo ovoíde-piriforme, anos depois escavadas por Sílvia Maranca no sítio do Gongo I e no sítio do Braz, porque na época em que Calderón escrevia, ainda não tinham começado as pesquisas sistemáticas em São Raimundo Nonato.

Simultaneamente aos achados na Bahia, encontraram-se sítios cerâmicos em Minas Gerais e São Paulo, que Calderón considerou pertencentes a mesma tradição Aratu. Na época do PRONAPA, o maior levantamento de sítios relacionados com a tradição Aratu deve-se a Ondemar Dias, no sul de Minas Gerais,

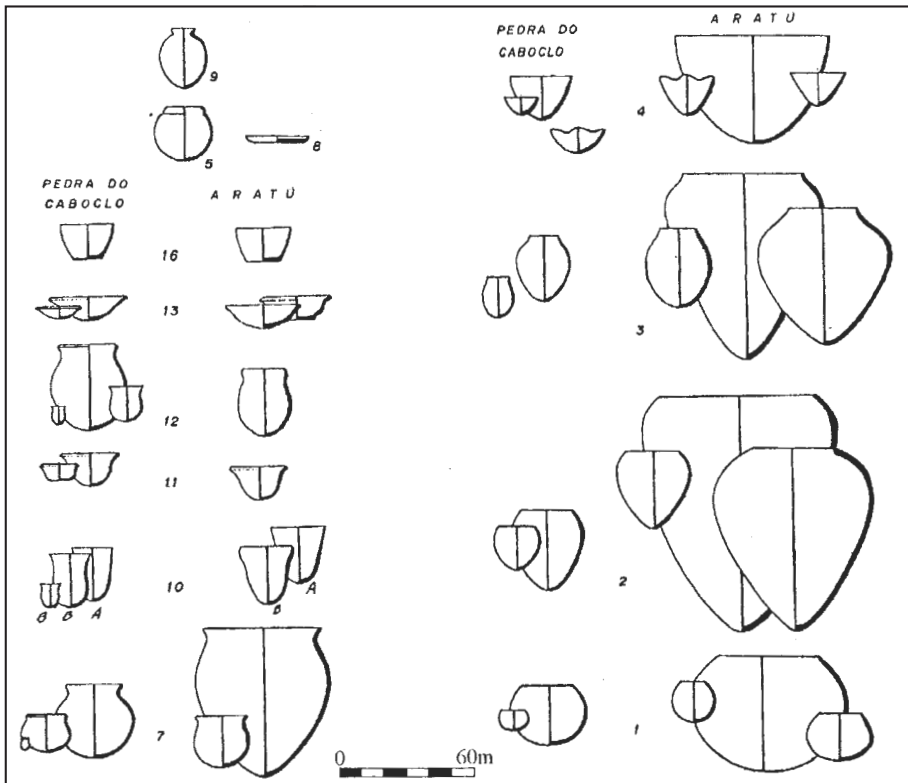


Figura 49. Tabela de J. J. Brochado comparando as formas de cerâmica Aratu e as do tipo Pedra do Caboclo na desembocadura do sistema fluvial amazônico.

aos quais chamou fases Jaraguá, Itací e Sapucaí, a última considerada, mais tarde, tradição independente e próxima à Aratu.

Mais recentemente, durante os anos 1995-96, Carlos Etchevarne escavou uma possível aldeia ou cemitério Aratu, no município de Ibotirama, na Bahia, na depressão sanfranciscana. Segundo informação pessoal desse pesquisador, pois as escavações ainda estão em andamento quando escrevemos estas linhas, na praça principal da Vila de Piragiba já foram localizadas 48 urnas com enterramentos, alguns deles primários, que estão sendo levantadas num trabalho de salvamento, pois a erosão produzida por um riacho tem deixado expostas algumas urnas no meio da área urbana da cidade. Apareceram, inclusive, urnas nos quintais de algumas casas e o fato do sítio arqueológico encontrar-se na área ur-

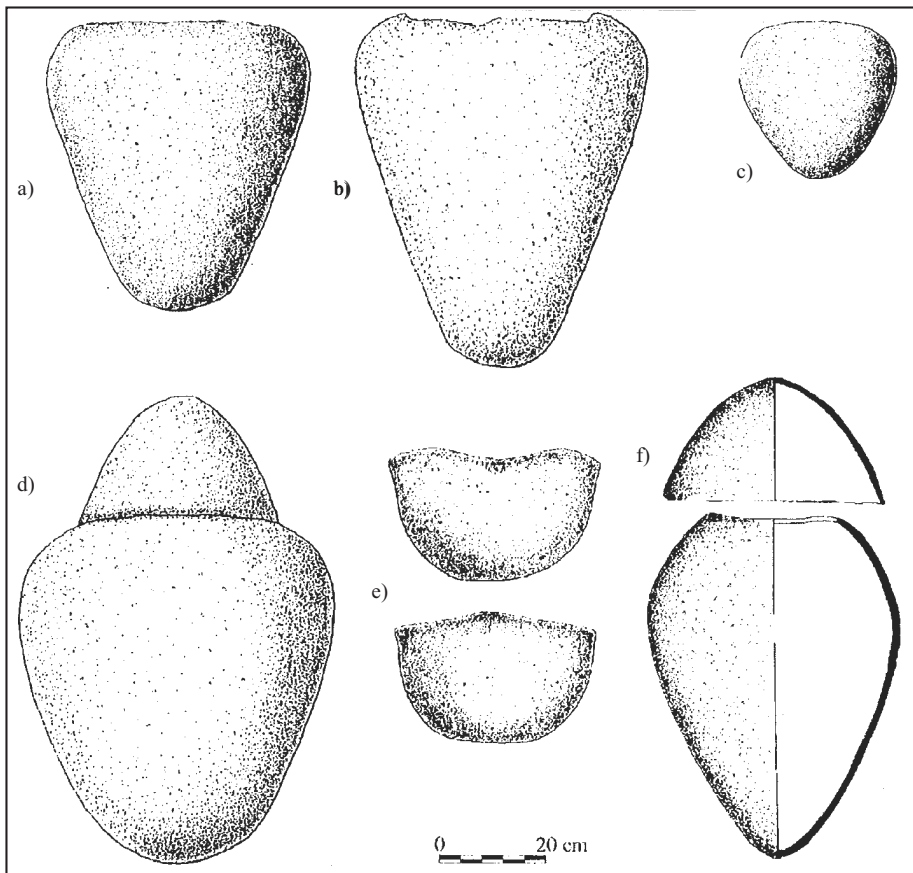


Figura 50. Cerâmica da tradição Aratu; a, b, c, d, e) urnas e vaso imitando uma cabaça, recôncavo Baiano (V. Calderón, 1969, 1971); f) urna funerária de Palmeira dos Índios, AL.

bana da vila dificulta, naturalmente, a sua identificação como aldeia ou como cemitério.

Posteriormente relacionou-se também com a tradição Aratu, em Goiás, a fase Mossâmedes, de aldeias ceramistas, e se fixou a tradição Uru e seu enlace final com os grupos indígenas históricos feito através dos grupos Kaiapo.

A importância da tradição Aratu reside em que não se trata apenas da localização de um tipo específico de cerâmica, mas na circunstância de que está perfeitamente caracterizada como uma cultura de agricultores ceramistas, for-

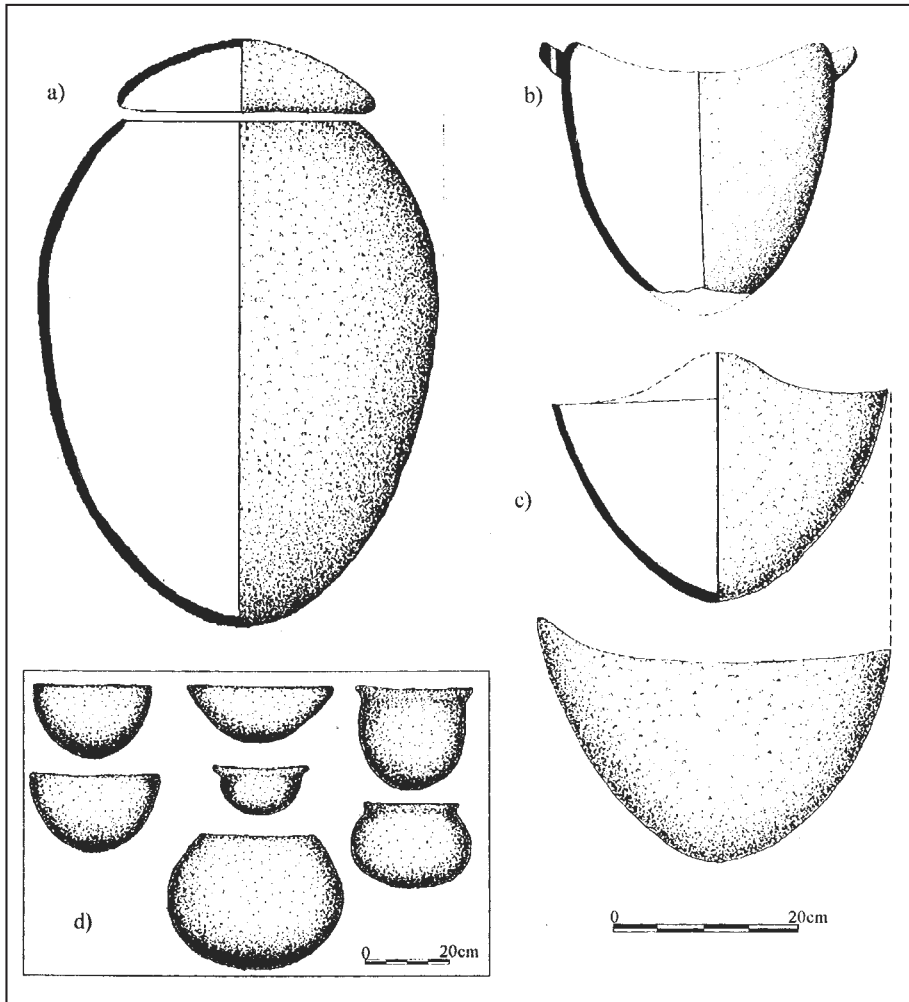


Figura 51. Bom Jardim, PE. Caverna funerária de Angico: a) urna funerária; b) urna com alça; c) vaso em forma de cabaça. Sítio Pedra do Caboclo: d) formas de cerâmica segundo A. Laroche, 1970.

mando aldeias com populações densas e ocupações demoradas, como indica a profundidade dos sedimentos arqueológicos (40, 60 e 90 cm), em comparação com as ocupações Tupiguarani que raramente ultrapassam os 30 cm e nas quais são comuns refugos de 15 a 20 cm. Nas aldeias em que se identifica o contato com os grupos Tupiguarani, assinalado pela presença da cerâmica, essa aparece sempre como intrusiva nas camadas mais tardias das aldeias Aratu, adquirida por comércio ou ocupação violenta, quando se nota a substituição dos tipos de cerâmicas dos "Aratu" pelos Tupiguarani.

São características básicas da cultura Aratu:

- a) a cerâmica roletada, sem decoração, com as superfícies alisadas ou engobo de grafite; em alguns tipos aparece decoração corrugada-ondulada na borda (Hanhaém, BA e Haúnas, ES);
- b) urnas funerárias piriformes, com e sem tampa, de 70-75 cm de altura; tigelas menores empregadas como opérculo para cobrir os vasilhames funerários;
- c) painéis semi-esféricos de bordas onduladas;
- d) enterramentos primários em urna, fora das aldeias;
- e) aldeias circulares com as ocas em torno de uma praça central, situadas em lugares elevados suaves;
- f) subsistência não baseada no uso exclusivo da mandioca. A ausência de assadores e de vasilhames planos assim parece indicá-lo. Em todo caso, utilizaram a mandioca de forma diferente aos Tupinambá e apoiaram também sua subsistência no milho, no feijão e no amendoim; o rodízio nas plantações teria permitido assentamentos durante períodos mais longos;
- g) lâminas alongadas de machado, picotadas e polidas e machados pesados de granito também polidos; machados simples de pequeno tamanho (8 a 10 cm de comprimento);
- h) grandes rodélas de fuso de pedra e de cerâmica que indicam fiação de redes ou tecidos grossos; uma rodela de 8 cm de diâmetro é a maior coletada;
- i) cachimbos tubulares ou na forma de funil;
- j) fragmentos de rochas polidas, com depressões artificiais, utilizadas para esmagar grãos.

Quanto à cronologia da tradição Aratu no Nordeste, as datas obtidas, situam-se entre 1.000 e 1.500 A.D. na Bahia, em aldeias anteriores às ocupações do Tupiguarani que os devem ter expulsado do litoral antes da conquista portuguesa.

QUADRO 5.8
Datas de Carbono-14 para a
Tradição Aratu na Bahia, anos BP

608 ± 50	Beliscão
870 ± 90	Recôncavo
1360 ± 50	Litoral Norte
1081 ± 250	São Desidério

Pode-se considerar, com segurança, a difusão da cultura Aratu no Nordeste, desde a fronteira com Sergipe em todo o litoral baiano até o Espírito Santo (cerâmica de Itaúnas), com penetração no interior da Bahia até a região do rio Grande e na depressão do São Francisco. A enorme difusão que se tem atribuído à tradição Aratu, no resto do Nordeste, no Sudeste e no Centro-Oeste, parece menos segura. Deverá considerar-se essas manifestações como formas modificadas do eixo central Aratu da Bahia. Essas modificações aparecem à medida que os sítios se afastam dos caracterizadores Aratu, do Recôncavo baiano; as urnas são globulares e ovóides e não mais piriformes e aparece engobo vermelho nas tigelas menores (fase Sapucaí, no sul de Minas Gerais, e Pedra do Caboclo, em Pernambuco). Mesmo que o anti-plástico não seja um determinante cultural seguro, na medida em que, geralmente, se utiliza a matéria-prima que se encontra por perto, não se pode deixar de observar a mudança nos tipos de aditivo. Em Goiás, por exemplo, aparece o *cariape* na cerâmica das aldeias consideradas Aratu, na região do Araguaia-Tocantins, ao passo que a forma de anti-plástico utilizada no Nordeste é areia fina e grossa e caco de cerâmica moído. Na gruta funerária da Pedra do Caboclo em Bom Jardim, PE, que Laroche considera pertencente à tradição Aratu, várias contradições colocam em dúvida essa filiação, pois se trata de enterramentos em caverna e com ritual de incineração, quando os enterramentos Aratu são na periferia das aldeias e de inumação. Esse exemplo demonstra o perigo de se filiar sítios a uma mesma tradição, com base, apenas, na semelhança da cerâmica. A presença de urnas piriformes no sítio do Gongo I em São Raimundo Nonato não me parece um elemento de diagnóstico suficiente para considerar os agricultores ceramistas estabelecidos na bacia do Piauí-Parnaíba, pertencentes à tradição Aratu. O conhecimento dos grupos ceramistas do Ceará é precário e, além de algumas coleções Tupiguarani, sem contexto, não temos informações de outras cerâmicas pré-históricas identificadas por arqueólogos. Registre-se, entretanto, o relatório de uma expedição realizada em 1971, por M. Parnes e A. Mendonça de Souza, que cita urnas piriformes com aditivo de grafite e tigelas de bordas onduladas no vale do Quixeramobim, características que coincidem com as descrições da cerâmica Aratu.

Quando Marcos Galindo pertencia ao Departamento de Cultura da FUNAI, foi encarregado pelo superintendente daquele órgão de solicitar ajuda dos índios Xucuru-Kariri de Alagoas, para que indicassem aldeias e cemitérios indígenas como forma de demonstrarem seus direitos ancestrais na Mata da Cha-furda, em Palmeira dos Índios. Realizou, assim, aquele pesquisador várias prospecções na área indígena e nas terras reivindicadas, assinalando cerâmicas e sítios-cemitério, alguns já revolidos pelos próprios índios. Galindo identifi-

cou duas urnas funerárias no sítio Pedra do Alpendre, na Serra do Boiti, muito quebradas, restauradas no Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE. As urnas de forma ovóide-piriforme correspondem a enterramentos primários, medem entre 70 e 75 cm de altura, e uma delas levava tampa em forma de opérculo côncavo invertido sobre a boca. As paredes são grossas e a superfície alisada sem nenhuma decoração plástica (Figura 50). O tipo de enterramento com duas urnas associadas e a forma dos vasilhames inclinam a se classificar o achado dentro da área de influência Aratu entre o litoral e a zona da Mata em Alagoas. Neste estado, além de outros municípios, como Viçosa, onde há numerosas referências a achados arqueológicos, Alfredo Brandão (1937), o imaginativo autor da "*Escrepta Prehistorica do Brasil*", cita, concretamente, o achado em Palmeira dos Índios de "um cemitério de aborígenes onde foram desenterradas igaçabas contendo esqueletos humanos, colares de ossos e machados de pedra em forma de crescente". Pela descrição que faz de cerâmicas de paredes grossas, sem decoração, acinzentada, formando parte de grandes vasos e "chãs de cacos" cobrindo amplas extensões, parece indicar aldeias que poderiam se filiar à cultura da tradição Aratu, com modificações regionais.

Cerâmicas regionais no Nordeste

Numerosos sítios de ceramistas pré-históricos no Nordeste estão precisando de estudos metodológicos para que se tente identificar os grupos étnicos autores dos conjuntos cerâmicos aos quais se tem dado, genericamente, o nome de fases. Ao não se poder filiá-los tradições como a Aratu e a Tupiguarani, um número considerável de coleções cerâmicas, produto de sondagens e de coletas de superfície, supostas "fases" acabaram não representando grupos humanos ou culturas relacionadas a outros elementos do registro arqueológico e dentro de um contexto ecológico. Assim, sem uma revisão metodológica, são apenas fragmentos de cerâmica, aos quais se chamou "fases" como se poderia haver chamado de "coleções" ou "conjuntos", já que não representam uma seqüência cultural e cronológica. Essa deficiência no conhecimento das culturas ceramistas do Brasil, não significa, entretanto, responsabilidade de ninguém; é conseqüência da falta de pesquisas continuadas em grandes áreas do Brasil e do Nordeste em particular, aliada à falta de reflexão teórica, necessária para que o arqueólogo se transforme em pré-historiador.

Para análise dessas coleções ou fases deve-se partir do princípio contrário ao que norteou grande parte das pesquisas sobre os agricultores-ceramistas no Brasil, caracterizado por tendências difusionistas, nas quais toda fase cerâmica

deve-se encaixar numa tradição de ampla dispersão geográfica, fixada ou por determinar. Partindo do princípio contrário, ou seja, de que as coisas simples são inventadas e reinventadas em vários lugares e se modificam rapidamente, podemos começar a estudar as manifestações cerâmicas pré-históricas, de cada enclave e de cada área arqueológica, sem a preocupação da filiação imediata às grandes tradições. Levando-se em conta que a cerâmica é produto da mão humana e, em consequência, sujeita a modifica-

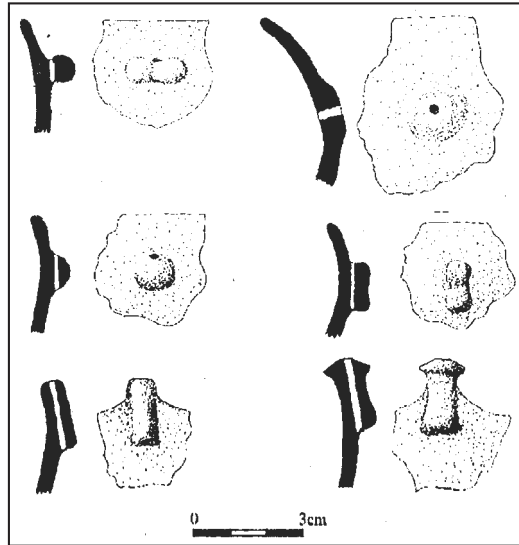


Figura 52. Cerâmica Papeba, RN (N. Nasser, 1974).

ções subjetivas, além de adaptações rápidas e a matérias-primas abundantes e variadas na Natureza, como são as argilas e os desgraxantes.

Quero chamar a atenção para o perigo das generalizações e identificações de grandes correntes migratórias, baseadas nos motivos decorativos da cerâmica ou na ausência dos mesmos e nas formas simples e primárias dos vasilhames. Certos tratamentos plásticos das superfícies como sejam o alisado, o escovado e o corrugado, obtido este último a partir da junção externa dos roletes pela sobreposição de um sobre outro, com pressões regulares efetuadas com o dedo polegar, no sentido perpendicular ou transversal ao comprimento da vasilha, não se podem considerar determinantes de uma tradição, porque a experiência tem demonstrado que aparecem em todo o Brasil sobre cerâmicas de origens e tradição diferentes (ver quadro 5.5). De forma que, como hipótese prévia, parto do princípio da existência de contatos de tipo artesanal e cultural, através do escambo entre as populações ceramistas pré-históricas do Brasil, sem que isso constitua uma “teoria” em torno de grandes migrações, considerando-se as similitudes resultantes de lentos e continuados contatos.

A presença de cerâmicas de tradições diferentes nas mesmas aldeias pode significar tanto conquista e deslocamento de um grupo pelo outro, como contatos, escambo e comércio, além de casamento e rapto de mulheres, as quais são tradicionalmente as ceramistas. A densidade e a distribuição espacial dos registros cerâmicos serão a chave a indicar a resposta mais viável.

Enumero, a continuação, os grupos ceramistas detectados no Nordeste que considero, por enquanto, de desenvolvimento local ou regional, sem por isso negar-se a possibilidade de influências e correntes externas. De norte a sul, na faixa litorânea, encontramos dentro das fronteiras, em parte arbitrárias, da região Nordeste, as cerâmicas do Maranhão nas estearias e sambaquis, de remota mas clara origem amazônica, mas com seus caracterizadores atenuados. Apresentam-se ainda aí manifestações zoomorfas na decoração plástica, e a utilização de *cariape* e *cauxi* como antiplásticos, que desaparecem nas cerâmicas nordestinas. Na cerâmica Cajari, das estearias, foram utilizadas também como tempero conchas moídas. Podem ser observadas finas linhas vermelhas sobre engobo branco nas peças pintadas e apliques plásticos nas não decoradas. São comuns pequenos vasos, de 8 cm de altura e 4 cm de diâmetro, e tigelinhas de 8 a 9 cm de diâmetro e 4 cm de altura (Figura 22). Lascas de sílex, com e sem retoque, na forma de facas e raspadores alongados e grandes rodelas de fuso em cerâmica, de 8 cm de diâmetro, completam o conjunto.

A *cerâmica Papeba* é uma cerâmica identificada nas camadas inferiores de uma aldeia Tupiguarani junto à lagoa Guarairas, no município de Senador Georgino Avelino, no Rio Grande do Norte, representativa de um assentamento anterior e que ocupou todo um sítio de 18.400 m², de contorno elíptico. As manchas de terra escura estavam dispostas em forma de ferradura, medindo 30 por 40 metros, aproximadamente. O refugio alcançou até 40 cm de profundidade. Perto de 13.000 cacos de cerâmica "Papeba" permitiram caracterizar-se o sítio como uma ocupação estável, não intrusiva, pré-tupiguarani.

O sítio Papeba foi descoberto por João Cabral, diretor do Museu Câmara

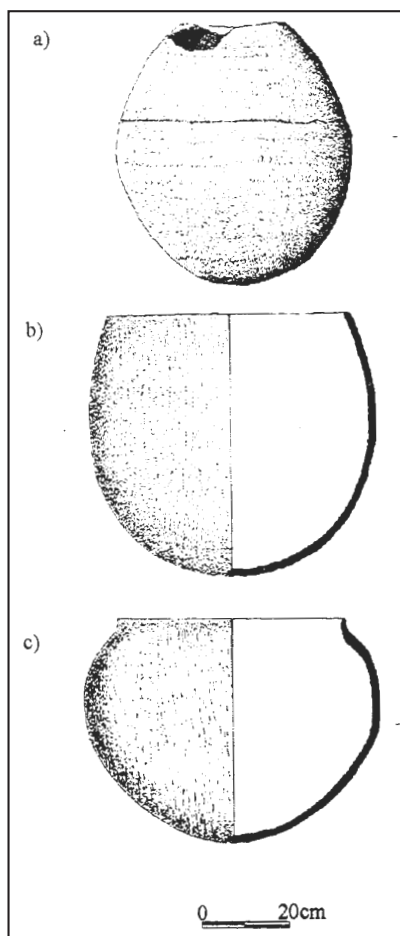


Figura 53. Cerâmica Cabrobó, PE (V. Calderón, 1967); a) urna funerária de Cabrobó, PE (V. Calderón, 1967); b, c) urnas funerárias de Zorobabel e Itacuruba, PE.

Cascudo, de Natal, com anterioridade às sondagens realizadas por N. Násser (1974) como membro do PRONAPA. As pesquisas continuaram depois, durante vários anos a cargo de A. Laroche e, principalmente, com Tom Miller que ampliou consideravelmente a área da escavação. A cerâmica dessa ocupação

pré-tupiguarani apresenta-se sem decoração, com paredes alisadas ou com engobo vermelho por imersão; nas bordas, apêndices vasados e perfurações indicam que os vasilhames eram sus-pensos ou transportados por um cordel. Os vasos são de paredes finas em relação aos tamanhos, em geral pequenos, ovóides, com bases arredondadas e

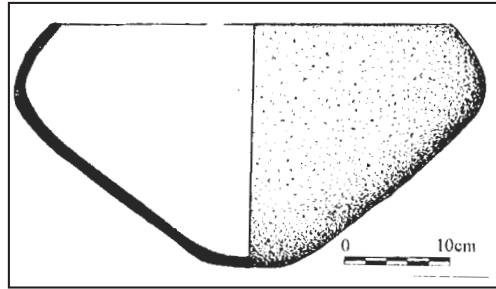


Figura 54. Urna funerária da Gruta do Padre, Petrolândia, PE.

planas nos maiores (Figura 52). O aditivo é de areia fina e grossa, bem distribuído e com queima incompleta, características marcantes dessa cerâmica, representativa de um grupo étnico que, seguramente, foi expulso pelos novos ocupantes portadores de tecnologia Tupiguarani. A. Prous (1992) reproduz uma tampa cerâmica antropomorfa de estilo amazônico encontrada no sítio Papeba. No trabalho de Nasser não há referência a esse achado que deve ser anterior ou posterior à pesquisa por ele realizada. Caso se possa contextualizá-la com o conjunto arqueológico do sítio, seria o achado de influência amazônica mais meridional até hoje localizado no Nordeste.

O material lítico que acompanhava a cerâmica Papeba consiste em lascas de sílex, com e sem retoque, na forma de facas, raspadores, buris ou furadores, machados polidos de xisto de forma trapezoidal e um machado polido de quartzo verde com depressões semi-esféricas em ambas as faces, além de bate-dores e alisadores de quartzo. Foram, também, coletados raspadores e furadores de conchas marinhas (*Strombus goliath*).

A cerâmica Papeba foi também localizada durante as escavações de Vila Flor (RN), misturada à Tupiguarani nos refugos sem estratigrafia na área da Missão Carmelita de Gramació e nos sítios dunares, Fim do Mundo e Zumbi, perto de Natal. As características são sempre as mesmas: paredes lisas e finas, alisadas sem decoração, tempero bem distribuído, bordas retas ou introvertidas, apliques e furos em alguns casos e, especialmente, o tamanho reduzido dos vasilhames, com 10 a 15 cm de diâmetro na borda, 35 no bojo e o máximo de 40 cm de altura nas vasilhas maiores. É importante esclarecer que essa cerâmica

encontra-se sempre em lugares de habitação, nunca relacionada a enterramentos, e com total ausência de urnas funerárias. Em conseqüência, querer relacionar a cerâmica Papeba com a tradição Aratu não tem base alguma em que apoiar-se.

O material lítico nos sítios dunares onde Paulo T. de Sousa localizou a cerâmica Papeba, é abundante, com artefatos de sílex na forma de lascas retocadas, inclusive lesmas finamente trabalhadas e grande quantidade de restos de lascamento, mas pela extrema dificuldade de conseguir-se estratigrafias arqueológicas em dunas não consolidadas, não se pode afirmar que esse material lítico esteja relacionado, com segurança, com os ceramistas Papeba.

Não temos, infelizmente, informações aceitáveis sobre ceramistas pré-históricos na Paraíba, a não ser os clássicos achados de "aribés" e "igaçabas", noticiadas sem contexto. Porém, urnas funerárias com tampa, ossos queimados e cinzas em abrigos sob rocha, daquele Estado podem estar relacionados com o grupo da Pedra do Caboclo, em Bom Jardim, PE.

As informações em Pernambuco são mais numerosas e seguras e podemos estabelecer três grupos, em resultado de escavações arqueológicas e não de achados casuais. Em Bom Jardim, o abrigo funerário da Pedra do Caboclo, escavado por A. Laroche, com uma cerâmica de factura acordelada, com fogo redutor ou cozimento incompleto. Quando sem decoração a superfície é alisada. Na decorada, recorreu-se ao engobo prévio com linhas vermelhas escuras sobre a argila fresca formando um estriado feito com pente. Areia e cacos moídos são o aditivo habitual. Algumas tigelas imitam formas de cabaças com as bordas onduladas, formas localizadas também em enterramentos em Vitória de Santo Antão (PE). As urnas funerárias são ovóides e não piriformes. A maior dificuldade em se relacionar a cerâmica da Pedra do Caboclo com a tradição Aratu apóia-se em que são achados de caverna funerária com rituais de incineração, ao passo que as formas tradicionais de enterramento dos Aratu "clássicos" da Bahia, são primárias, em urnas de tamanhos muito maiores, piriformes e encontrados na periferia das aldeias.

Laroche enumera mais treze sítios em Bom Jardim, onde teria localizado cerâmica idêntica à da Pedra do Caboclo, mas fornece informações pouco esclarecedoras nas quais fala de "lavras de rocha com estabelecimento de pisos", além de "massapê com matações de alvenaria singela". Do carvão vegetal coletado no interior das vasilhas funerárias, na Pedra do Caboclo, foram obtidas datações de 1500, 580 e 450 anos BP.

Calderón chamou *Cerâmica Cabrobó* a uma cerâmica de formas simples, globulares e ovóides com superfícies escovadas ou alisadas e também acanaladas, espatuladas e corrugadas, com bordas diretas (Figura 53). O aditivo ou

antiplástico é de areia fina e grossa. Está representada por urnas funerárias usadas em enterramentos secundários e tigelas e panelas também globulares. A decoração é sempre plástica, com total ausência de pintura. Trata-se de cerâmica coletada no vale do São Francisco, em cemitérios indígenas situados no município de Cabrobó (PE) e na ilha da Assunção que pertence a esse município. Esse tipo de cerâmica aparece, segundo as pesquisas de Calderón, desde Casa Nova (BA) até Belém do São Francisco (PE). São, principalmente, urnas funerárias isoladas ou em grupos de dois com enterramentos secundários de incineração.

Encontrei esse mesmo tipo de urnas funerárias rio abaixo, nas ilhas de Zorobabel, Itacuruba e da Viúva, formando parte de rituais de incineração. Pratos abertos de fundo curvo com engobo vermelho estavam associados à essa cerâmica e devem ter servido como tampa das urnas ou para as oferendas fúnebres. Essa cerâmica "Cabrobó" corresponde às aldeias de agricultores estabelecidas nas férteis ilhas do médio São Francisco e que entraram em contato com missionários jesuítas e franciscanos a partir do século XVII, ao se estabelecerem missões religiosas nessas ilhas. Serão também expulsos das suas terras pelos prepostos da Casa da Torre e pelo implacável avanço das fazendas de gado no vale sanfranciscano.

Não temos condições de conhecer a estrutura dessas aldeias nas ilhas, pois intensamente cultivadas com plantações de milho, arroz e hortigranjeiros, foram destruídas suas principais evidências, mas era possível ainda detectar-se, antes da inundação pelo lago de Itaparica, grande quantidade de fragmentos de cerâmica espalhados pelos campos cultivados. A aldeia de Zorobabel esteve situada numa plataforma elevada no centro da ilha, e as urnas funerárias situavam-se na borda da aldeia, algumas enterradas em covas de cinzas.

À jusante da cachoeira da Itaparica desaparece a cultura Cabrobó, ao menos pelos conhecimentos que, até agora, temos. Na Gruta do Padre, à qual tenho me referido repetidamente, coletei uma pequena urna piriforme de 13 cm de altura por 21 de diâmetro (Figura 54) e fragmentos de uma outra nas camadas de ocupação funerária do abrigo que, pela sua posição na estratigrafia, pode-se calcular com cronologia de 2000 anos BP, ou seja, muito anterior à cerâmica Cabrobó, cujo uso chega ao período colonial.

A cerâmica de Xingó

Outro conjunto expressivo de ocupações ceramistas no vale do São Francisco esta localizado na área de Xingó, entre Sergipe e Alagoas. No município

de Canindé (SE), identificaram-se vários estabelecimentos de ceramistas dos quais as maiores coleções correspondem ao cemitério do Justino. A ocupação desse importante sítio correspondia a grupos ceramistas que, pela cronologia obtida nos níveis datados, situa o assentamento dessas populações no médio-baixo São Francisco desde a metade do segundo milênio a.C. A partir dessas datas eminentemente antigas para grupos ceramistas, vemos que as técnicas de tratamento plástico das superfícies como alisado, escovado, inciso, corrugado e ungulado podem ser técnicas utilizadas por grupos ceramistas anteriores à expansão dos Tupiguarani e Aratu pelo Nordeste, os quais podem ter aprendido essas técnicas de grupos anteriores, já estabelecidos no vale do São Francisco. Concretamente, no Sítio do Justino, a cerâmica de superfície apresenta tratamento alisado mas, segundo se atingia níveis mais profundos da escavação, apresentava-se com técnica melhor elaborada e decoração plástica mais cuidada, incisa, ungulada, escovada e corrugada. A decoração pintada é mais recente e aparece em pequenas quantidades com restos de pintura vermelha e branca. A técnica de manufatura é acordelada ou roletada e os anti-plásticos utilizados, areia fina e grossa, areia com mica e cacos moídos de cerâmica em quantidades reduzidas, além de peças sem nenhuma classe de aditivo. Predominam as vasilhas de pequeno tamanho, com diâmetros entre 5 e 20 cm e altura de 5 a 10 cm, com formas globulares, bases curvas ou planas e borda direta. Vasilhas coletadas inteiras, fazendo parte do mobiliário fúnebre, apresentam diâmetros entre 30 e 40 cm e alturas entre 20 e 30 cm. Como o cemitério do Justino foi ocupado pelo menos durante 4.000 anos por grupos ceramistas, o estudo minucioso das cerâmicas coletadas poderá dar, no futuro, uma visão mais completa da evolução das cerâmicas pré-históricas no vale do São Francisco, mas no estado atual do conhecimento, já que a escavação foi fechada em 1994 pela iminente formação do reservatório de Xingó, somente podemos afirmar a existência, nesse trecho do São Francisco, de populações ceramistas já estabelecidas desde o segundo milênio a. C., com ritual funerário de inumação e ausência de urnas funerárias de tamanho grande para guardar os corpos, seja de enterramentos primários ou secundários.

Pode-se deduzir que no vale médio do São Francisco estabeleceram-se grupos étnicos ceramistas, a partir do segundo milênio a. C., que praticavam rituais fúnebres da inumação (cemitério do Justino) seguido da incineração (fase de ocupação da Gruta do Padre como cemitério), utilizando-se de vasilhames de pequeno e médio porte como enxoval fúnebre. Novos ocupantes chegados muito depois, em datas ainda indeterminadas da Era Cristã introduziram os enterramentos em grandes urnas funerárias, prática que vai se generalizar até a época colonial.

As cerâmicas do SE do Piauí

Quando se fala da pré-história do SE do Piauí na área arqueológica do Parque da Serra da Capivara, evoca-se obrigatoriamente os integrantes da Fundação do Museu do Homem Americano. As pesquisas arqueológicas sobre os agricultores ceramistas nessa região foram dirigidas por Sílvia Maranca, da Universidade de São Paulo e membro fundador da FUMDHAM. Aos seus trabalhos remeto o leitor na hora de enumerar os horizontes ceramistas ali localizados.

O isolamento da região, uma das mais pobres e secas do País, e o caráter pioneiro que o trabalho de Niède Guidon representou desde as primeiras missões arqueológicas, numa região desconhecida e cujo entorno continua inexplorado, dão, à primeira vista, a falsa impressão de que se trata de uma região como que surgida de um vácuo arqueológico, quando, na realidade, corresponde a uma encruzilhada de caminhos, lugar de passo e de união entre as duas bacias Piauí-Maranhão e a depressão do São Francisco. Somente partindo dessa visão ampla, poderemos compreender as longas seqüências nas ocupações pré-históricas e o estabelecimento de grupos étnicos de agricultores-ceramistas de diversas tendências e origens.

No município de São Raimundo Nonato assinalaram-se ocupações com cerâmicas em abrigos, onde foram escavadas urnas funerárias e vestígios de plantas cultivadas. Realizaram-se coletas de superfície, trincheiras e sondagens arqueológicas em sítios abertos identificados como aldeias, que significam um referencial das ocupações ceramistas na região. No Sítio do Meio, foram coletados cacos de cerâmica nas camadas mais recentes e dois fragmentos de cerâmica encontrados numa fogueira, datados em 8.960 anos BP. Sondagem no sítio Toca do Pinga do Boi forneceu cerâmica, encontrada na mesma camada de uma fogueira, de 3.320 anos BP. Além da data insólita do Sítio do Meio, vemos que, a partir do primeiro milênio a. C., aparecem grupos ceramistas no SE do Piauí que enterraram seus mortos em cavernas e abrigos. A partir daí é possível seguir a seqüência cronológica até os dados que fornece a etno-história, quando os primeiros relatos coloniais identificam tribos indígenas refugiadas nessas terras áridas pela perseguição que sofreram, ao longo do vale do São Francisco, por parte dos vaqueiros da Casa da Torre que se impunham até o sul do Piauí. Assim, desde a segunda metade do século XVII, existem referências à existência, na região de São Raimundo (PI), dos Pimenteira, Cariri, Acroá e Kamakan.

Até 1987 (S. Maranca, 1991), realizaram-se escavações em dez sítios cerâmicos com enterramentos em: Limpo Grande, Toca do Gongo I, São Braz, Toca do Pitombí, Toca do Morcego, Toca do Arapuã do Gongo e Toca do Pinga do

Boi e nas aldeias da Queimada Nova, Barreirinho e Baixão da Serra Nova. As duas últimas estão separadas entre si apenas por 500 metros e a Queimada Nova está a seis quilômetros das outras duas. O sítio São Braz, situado no povoado do mesmo nome, forneceu três enterramentos primários em urnas funerárias de forma ovóide. Os da Toca do Gongo I, com urnas piriformes e com tratamento das superfícies alisado e corrugado, são primários.

Ainda em 1996, num trabalho de salvamento durante os preparativos de um terreno de roçado, em São João do Piauí, Cleonice Vergne e Irma Asón, da FUMDHAM, resgataram oito urnas funerárias agrupadas, no que parece cons-

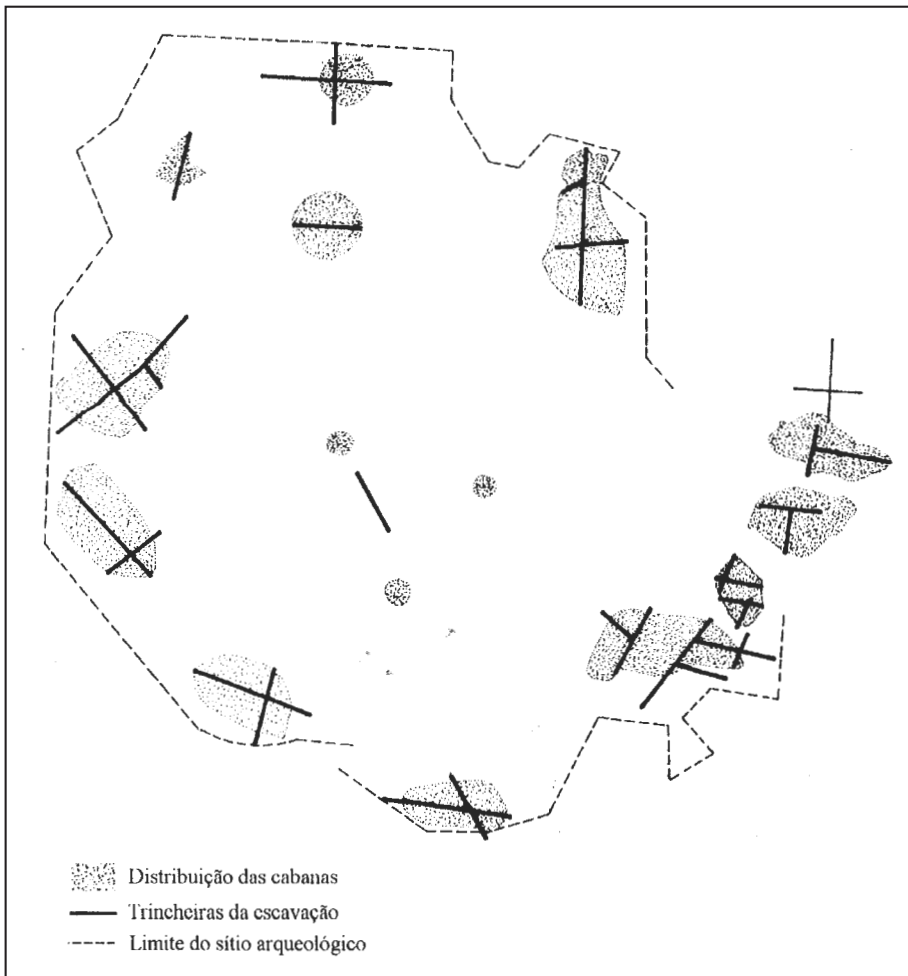


Figura 55. Planta da Aldeia da Queimada Nova, São Raimundo Nonato, PI (S. Maranca, 1976).

tituir o centro de uma aldeia indígena. O estudo desse conjunto ainda deverá ser concluído, mas, *a priori*, pode-se admitir a hipótese de estar relacionado com as cerâmicas da Toca do Gongo I e do sítio São Braz.

Na aldeia da Queimada Nova que foi a mais densamente escavada, onze grandes manchas escuras indicavam os fundos de habitação, colocados em círculo, em torno de uma praça. Três grandes fogueiras centrais, ao parecer comuns, estavam estruturadas sobre trempes e nas proximidades delas acumulava-se o material lítico com restos de lascamento, indicando o lugar onde se preparavam os utensílios de pedra. As duas outras aldeias tinham aproximadamente a mesma distribuição espacial.

As cerâmicas coletadas na aldeia da Queimada Nova apresentam tratamento de superfície pintado, corrugado, corrugado-ungulado e roletado com alisado interno. A técnica é acordelada. Aditivo de areia fina aparece em algumas peças de cerâmica pintada, mas a corrugada foi temperada com areia grossa. Essa diferença no tratamento da pasta em relação ao tempero empregado, indica maiores cuidados com as vasilhas pintadas, que poderiam estar destinadas a fins cerimoniais. As vasilhas apresentavam bordas introvertidas, extrovertidas e retas e os tamanhos variam entre 10 e 60 cm de diâmetro, com predomínio de peças entre 20 e 40 cm. Cautelosa, Sílvia Maranca (1976) não se pronunciou, sobre a possível filiação da aldeia da Queimada Nova a uma determinada tradição ceramista que, no trabalho assinado com B. Meggers (1980), é considerada uma aldeia da tradição Tupiguarani.

A classificação da aldeia da Queimada Nova dentro da tradição Tupiguarani convida, mais uma vez, a uma reflexão em torno do conceito de tradição e a diferença entre o que se considera tradição cerâmica e tradição cultural. Na opinião de Sílvia Maranca deve separar-se, posição com a qual concordo plenamente. Separar os conceitos técnicos dos culturais, parece-me um bom ponto de partida para entender-se que o avanço tecnológico de uma cultura precede ao avanço físico dos grupos humanos e das populações que se deslocam. A região de São Raimundo Nonato (PI), como o vale médio do São Francisco, não foram áreas da preferência nem de influência dos Tupi como povo migrante. Mas, muito provavelmente, a tecnologia da macro-nação Tupi ultrapassou as fron-

QUADRO 5.9
Datações dos sítios com cerâmica no SE do Piauí
Carbono - 14, anos BP

Toca do Pinga do Boi	3320 ± 60 3010 ± 60
Toca do Morcego	2840 ± 100 2290 ± 110
Toca do Gongo I	2090 ± 110
Aldeia da Queimada Nova	1690 ± 110
Toca do Titombí	420 ± 50

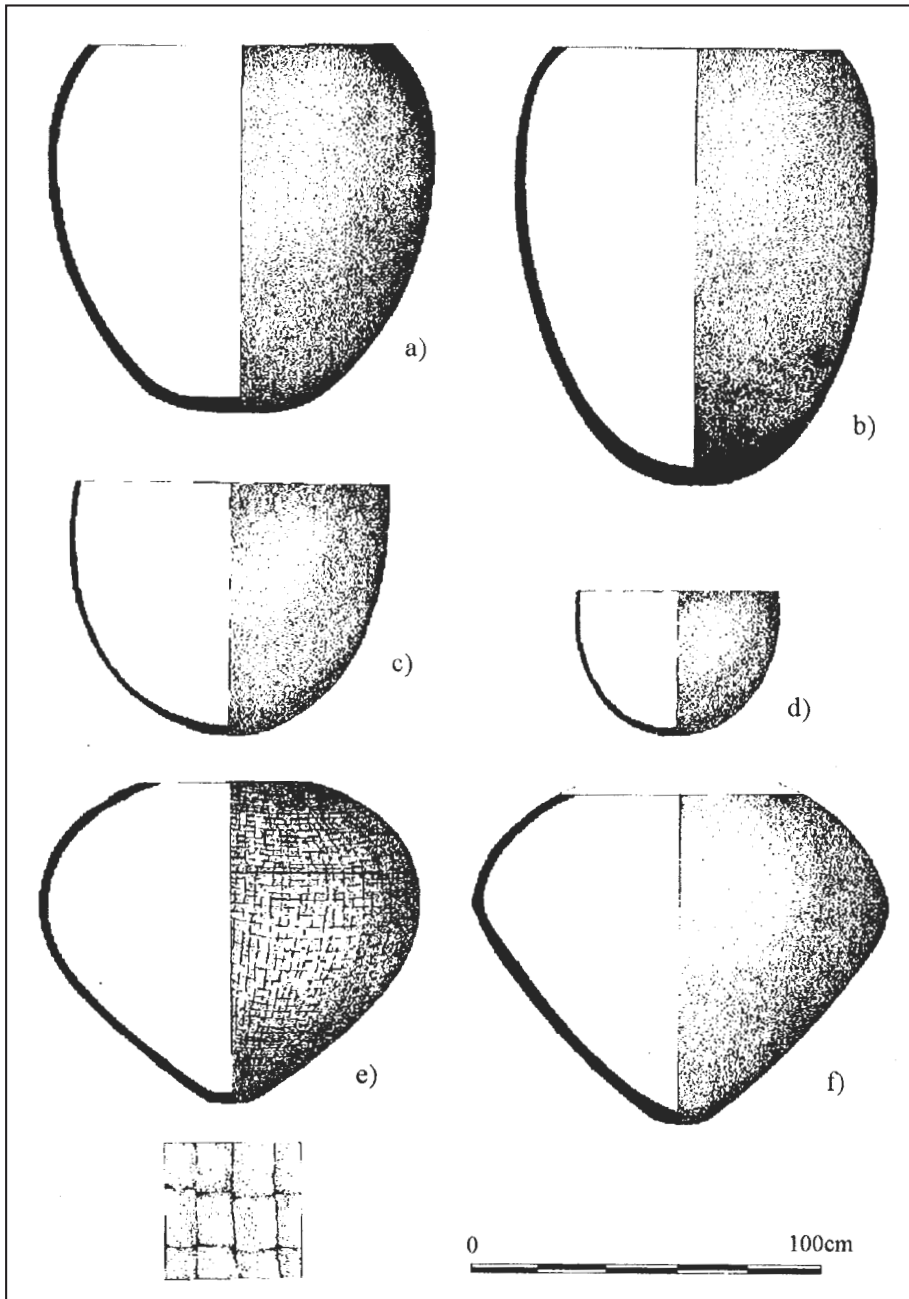


Figura 56. Urnas funerárias de cerâmica, São Raimundo Nonato, Pi; a, b) Sítio São Braz; c, d, e, f) Sítio Gongo (S. Maranca, 1991).

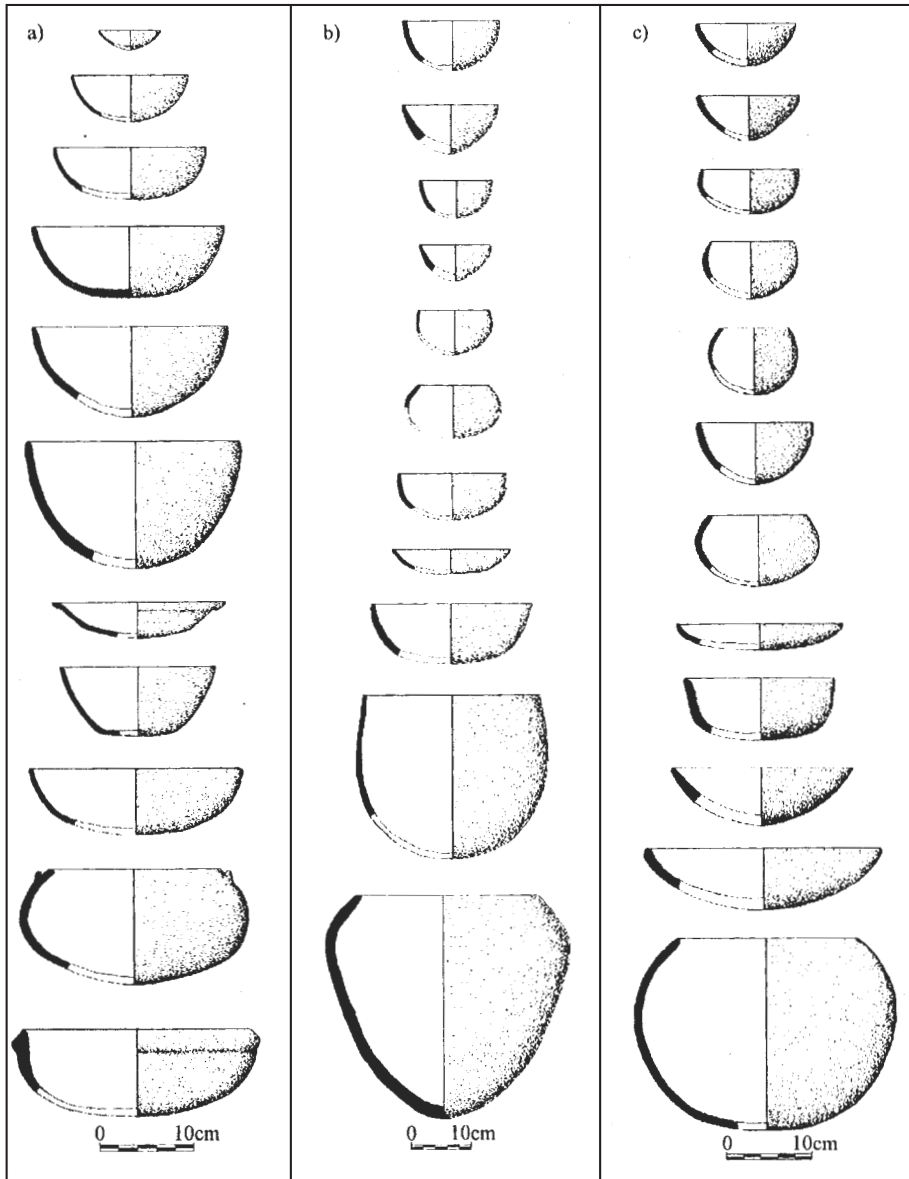


Figura 57. Formas de cerâmica, São Raimundo Nonato, PI: a) Sítio Baixão da Serra Nova; b) Aldeia da Queimada Nova; c) Aldeia de Barreirinho.

teiras das suas áreas de influência que poderíamos chamar "políticas". O mesmo problema apresenta-se em relação à tradição Aratu e podemos nos perguntar quem eram realmente os "Aratu". Poder-se-ia falar de povos Aratu com uma cultura comum que implica tecnologia, organização social e crenças religiosas comuns? Ou apenas se trata de uma tecnologia cerâmica compartilhada por povos distintos? A presença de urnas piriformes com enterramentos primários nas aldeias, e também secundários em abrigos, com materiais líticos tão diversos, seria suficiente para caracterizar etnias Aratu? Ou seria mais acertado falar-se de uma tecnologia ceramista "Aratu" adotada e adaptada entre etnias diversas? As perguntas ficam registradas e suas possíveis respostas estão no longo caminho que deveremos percorrer numa pré-história que ainda tem muito o que revelar.

Ossos, conchas, cestaria e arte plumária

A utilização de ossos na fabricação de armas não está documentada entre as populações pré-históricas do Nordeste. Seu uso restringe-se a adornos (colares e pingentes) e instrumentos musicais (flautas e apitos) fabricados com tíbias de animais e até humanas, e que se encontram principalmente nos enterramentos, formando parte do mobiliário fúnebre. O uso da madeira nesses instrumentos é conhecido pelos dados etnográficos, mas sua presença é raríssima nas jazidas pré-históricas em virtude da rápida decomposição. Colares de contas arredondadas por abrasão, em osso e concha, encontram-se abundantemente nas necrópoles. Pingentes de conchas, de forma quadrada a partir de um tipo de *Cardum edule*, delicadamente trabalhadas, coletaram-se no Sítio Mirador, em Parelhas, RN (Figura 58). Com tíbias de pequenas aves fabricaram-se também, contas de colar. No sítio Pedra do Alexandre (RN), as contas de um colar foram elaboradas com finas tíbias de pequenas aves encaixadas em outras mais grossas. Na Gruta do Padre (PE), as contas de osso de ave contaram-se por centenas. Diversos tipos de ossos e conchas marinhas e terrestres, utilizados como adornos corporais, formam parte dos mobiliários fúnebres. Ossos trabalhados de cervídeos, com uma e duas perfurações, fazem parte também do enxoval fúnebre na Pedra do Alexandre e no Cemitério do Caboclo, em Venturosa, PE.

As fibras mais utilizadas para a cestaria e o trançado foram o caroá (*Neoglaziovia variegata* Mez.) e o uricuri (*Cocos coronata* Mart.) entre as numerosas fibras existentes e utilizadas pelas populações nativas pré-históricas do Nordeste. Faz-se necessário um estudo detalhado dos tipos de trançado utilizados na pré-história, a partir dos repertórios etnográficos existentes, para se iden-

tificar os começos da cestaria e do trançado na pré-história brasileira. No Nordeste, os dados que possuímos são ainda precários. Calderón fala de "tecidos grosseiros" na Gruta do Padre e há restos de trançado e cestaria em vários cemitérios já mencionados (Furna do Estrago, Alcobaça, Gruta do Padre), mas nos faltam estudos especializados sobre o tema, inclusive porque os restos conservados são poucos, mesmo que sejam significativos, na medida em que são indicadores da antigüidade do trançado, possivelmente com datas que remontam ao sexto milênio. Esteiras de uricuri envolviam vários esqueletos da Furna do Estrago e cestas serviram para enterrar crianças de poucos meses. Finíssimo

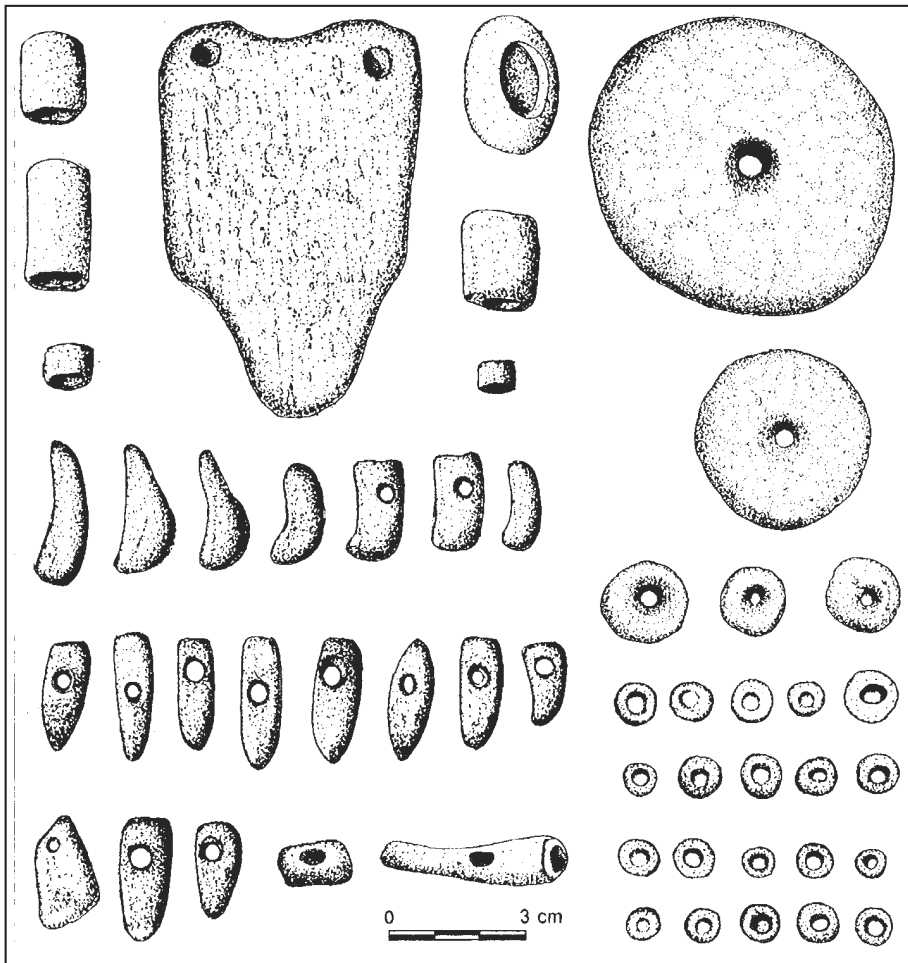


Figura 58. Mobiliário fúnebre. Pedra do Caboclo, Bom Jardim, PE. Contas de colar e pingentes de osso e rocha e discos perfurados de pedra (A. Laroche, 1974).

trançado de fibra de caroá, encontrado em Alcobaça, forma parte de um enterramento em cova (Figura 60).

Em relação à arte plumária, praticada pelas populações pré-históricas do Nordeste, a fragilidade da matéria-prima tem impedido a conservação de qualquer resíduo, mas temos um referencial importante nas pinturas rupestres, ver-

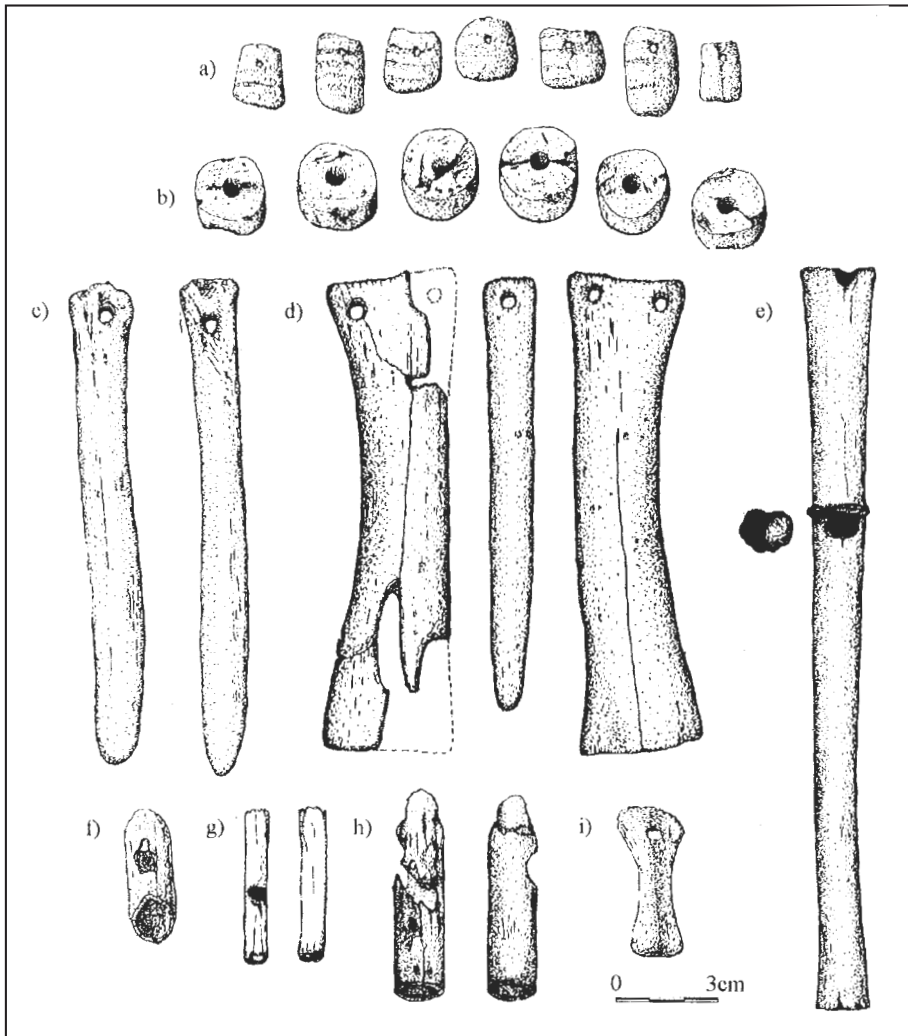


Figura 59. Mobiliário fúnebre: a) contas de colar de concha do Sítio Mirador, Parelhas, RN; b, c) contas de ágata e pingentes de osso de cervídeo, Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN; e) flauta de tíbia humana, Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, PE (J. Lima, 1984); f) apito de osso de ave, Pedra do Tubarão, Venturosa, PE; g, h) apitos de osso de ave, Pedra do Alexandre, RN; i) pingente de esterno de ave, Pedra do Tubarão, Venturosa, PE.

dadeiras "fontes secundárias" de informação, tanto para o artesanato plumário como para a pintura corporal. Existem, no entanto, trabalhos etnográficos bem documentados sobre os dois temas, arte plumária e pintura corporal, com coleções de Lux Vidal e Berta Ribeiro entre outros muitos etnólogos e antropólogos, que têm estudado os diversos significados dos adornos plumários e sua categoria como formas de comunicação visual e transmissão de mensagens, tão importantes quanto a linguagem oral, indicadores de códigos clânicos. Nesse sentido as pinturas rupestres da tradição Nordeste nos apresentam uma diversidade tal de desenhos plumários que é possível identificar-se graus de hierarquia e deduzir-se a representação de grupos ou tribos diferentes, através de desenhos nas rochas, de indivíduos ataviados com diferentes tipos de enfeites plumários, desde uma única pena sobre a cabeça a grandes cocares que se arrastam no solo. Esses registros rupestres documentam a existência de uma bela arte plumária no Nordeste deste o nono milênio.

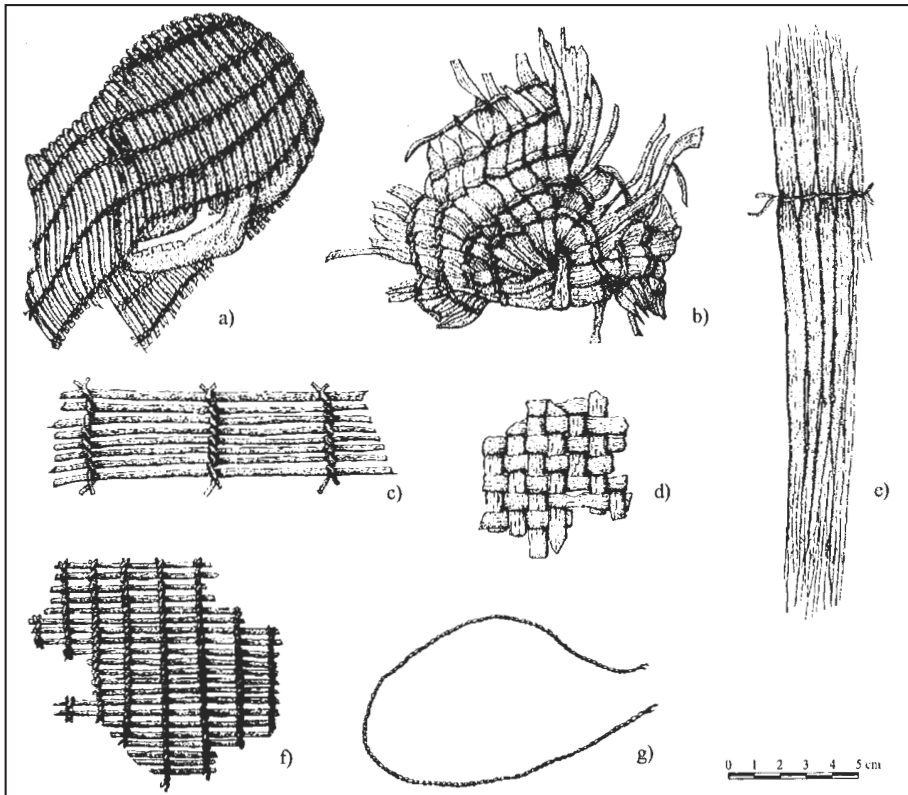


Figura 60. Trançado e cestaria com fibras de caroá e ouricuri; a, b, c, d, e) Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, PE; f, g) Alcobaça, Buíque, PE (1785 anos BP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO V

Autores citados no Quadro 5.1:

- CHILDE, Vere Gordon. (1952). **The dawn of European civilization**. Londres (A auro-ra da civilização europeia, 1969, Ed. Partugália, Lisboa).
- LUBBOCK, John. (1865). **Prehistoric Times**. London.
- MORGAN, L. H. (1877). **Ancient society**. London. (**La sociedad primitiva**, 1946, Ed. Lautaro, Buenos Aires).
- MORTILLET, Gabriel de. (1867). **Promenades prehistoriques de l'Exposition Universelle**, Paris.
- SANDERS, William T.; MARINO, Joseph. (1970). **World prehistory. Archaeology of the American Indian**. Prentice-Hall Inc., New Jersey. (**Pré-história do Novo Mundo. Arqueologia do índio americano**. São Paulo, Ed. Zahar, 1971).
- SCHOBINGER, Juan. (1988). **Prehistoria de Sudamerica**. Madrid, Alianza America.
- SERVICE, Elman R. (1962). **Primitive Social Organization: an evolutionary perspective**, New York, Random House.
- STEWART, Julian H. (1949). Cultural causality and law: a trial formulation of the development of early civilizations. **American Anthropologist**. v.51. Menasha, p.1-27.
- THOMSEN, Christian J. (1836). **Ledetraat til Nordisk Oldkyndighed**. (trad. inglesa em 1848).
- WILLEY, Gordon R. (1953). Archaeological theories and interpretations: New World. **Anthropology Today**. Chicago, Kroeber Ed., p.361-385.
- WILLEY, Gordon R.; PHILLIPS, P. (1958). **Method and theorie in American Archaeology**. Chicago, University of Chicago Press.

Periodização e enfoques metodológicos:

- ALCINA FRANCH, José. (1989). **Arqueologia Antropológica**. Série Antropologia. Madrid, Ediciones Akal, 223p. il.
- ANUÁRIO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. **Temas de Arqueologia Brasileira**. (a. 1978-79-80), Goiânia, UCGO, 5 v.
- BARBOSA, Altair Sales. (1992). A Tradição Itaparica: uma compreensão ecológica e cultural do povoamento do planalto central brasileiro. In: **Prehistoria. Nuevas perspectivas**. Santiago de Chile, Taraxacum-Washington, p.145-160.
- HODDER, Ian. (1986). **Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press, 102 p..
- EMPERAIRE-LAMING, Annette. (1980). **Le problème des origens américaines. Theories, hypotheses, documents**. Paris, ed. Maison des Sciences de L'Homme, 157p.
- PROUS, André. (1992). **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Ed. UnB, p.107-118.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. (1981). La evolución de la cultura en el centro y nordeste del Brasil entre 14.000 e 4.000 años antes del presente. In: Contribuciones a la pré-história de Brasil. **Pesquisas**, Antropologia, n. 32. São Leopoldo-RS, p. 7-40, il.

SCHOBINGER, Juan. (1990). Algunas observaciones terminológicas sobre la prehistoria americana. **CLIO - Série Arqueológica**. v.1, n.6. Recife, UFPE, p.7-30.

Tecnologia e indústrias líticas:

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; ZARONI, Lígia. (1992). Região arqueológica de Central, Bahia (Brasil) nº 1 Abrigo da Lesma: Os artefatos líticos. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 8. Recife, UFPE, p. 7-34.

ESPINET-MOUCADEL, J.; BELTRÃO, Maria da Conceição Moraes Coutinho. (1987). Étude tracéologique de deux pièces lithiques de la Toca da Esperança, région de Central, État de Bahia, Brésil. **L'Anthropologie**, v.91, n. 4, p.943-948.

GUIDON, Niède. (1984). Analyse de collections lithiques. Un cas d'application: l'aire archaéologique de São Raimundo Nonato. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires**. Amerique du Sud, Paris, CNRS, n.3, Recueil 1, p.2-36.

LAMING-EMPERAIRE, Annette. (1967). **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. Manuais de Arqueologia n.2, Curitiba, 154p., il.

LAROCHE, Armand François. (1983). **Ensaio de classificações tipológicas sobre pontas de arremessos e outros objetos líticos da Tradição Potiguar do Rio Grande do Norte**. Natal, Coleção Mossoroense, série B. 21p. il.

MARTIN, Gabriela. (1982). Indústrias de pontas de projétil no Rio Grande do Norte. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife, UFPE, p.81-90, il.

MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionira.; GALINDO, Marcos. (1986). Indústrias líticas em Itaparica, no vale do Médio São Francisco (Pernambuco-Brasil). **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE, p.99-135, il.

PARENTI, Fábio. (1992). **Le gisement quarternaire de la Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brésil), dans le contexte de la prehistoire americaine. Feuilles, stratigraphie, chronologie, evolution culturelle**. Paris, 4v. (Thèse de Doctarat, Ecole de Hauts Etudes en Sciences Sociales).

PIEL-DESRUISSEAU, J. L. (1987). **Outils préhistoriques, forme, fabrication, utilisation**. Paris, Masson. (Trad. ao espanhol de Valentín Villaverde Bonilla. 1989, **Instrumental prehistórico. forma, fabricación, utilización**. Barcelona, Masson, 275p., il.).

SIMONS, Bente Bittman. (1965-66). Notes on anchor axes from Brazil. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, v.16, São Paulo, p.321-358.

_____. (1967). Further notes on anchor axes. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, v.17, São Paulo, p.379-393.

TIXIER, S.; INIZAM, M.L.; ROCHE, E. (1980). **Prehistoire de la pierre taillé I-terminologie et technologie**. 2ª ed. Cercle de Recherches et d'études préhistoriques, 120p.

VILHENA DE MORAES, A. (1976). A indústria lítica do sítio Aldeia da Queimada Nova, Município de São Raimundo Nonato, Piauí. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série). n.23. São Paulo.

Metodologia e tecnologia cerâmica:

- ALBUQUERQUE, Marcos. (1984). Reflexões em torno da utilização do antiplástico como elemento classificatório da cerâmica pré-histórica. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.1. Recife, UFPE, p.109-113.
- _____. (1991). Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). Recife, UFPE, p.113-115.
- ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. (1991). A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas. **CLIO - Série Arqueológica**, n.7. Recife, UFPE, p.11-205.
- ARQUEOLOGIA BRASILEIRA EM 1968. (1969). Vários autores. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas n. 12, p.3-39.
- BROCHADO, José Proenza. (1973). Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. **Relaciones**. t.7, Nueva Serie. Buenos Aires, Sociedad Argentina de Antropología, p.7-39.
- _____. (1980). A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.3, Recife, UFPE, p.47-60.
- _____. (1991). Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.82-85.
- EHRICH, Robert W. (1965). Ceramics and man: a cultural perspective. In: **Ceramics and Man**. (Matson, F. R. ed.), Viking Fund Publications in Anthropology, n.41, New York, p.1-20.
- FORD, James A. (1962). **Métodos quantitativos para establecer cronologias culturales**. Washington, Manuales Técnicos III, Unión Panamericana, 122p. il.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proenza (1989). **Cerâmica guarani**. Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura, 175p., il.
- MARANCA, Sílvia. (1975). Noções lógicas para uma tipologia cerâmicas. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, v.22.
- _____. (1976). Estudo do sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, Série Arqueologia, v.3. São Paulo, 102p.
- _____. (1985). Dados preliminares para uma classificação do material cerâmico pré-histórico. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, n.30, p.235-247.
- MATSON, Frederick R. (ed.) (1965). **Ceramics and man**. Viking Fund Publications in Anthropology, n.41, New York, 315p., il.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. (1970). **Como interpretar a linguagem da cerâmica**. Manual para arqueólogos. Washington, Smithsonian Institution, 111p., il.
- _____; _____. (1980). Un método cerámico para el reconocimiento de comunidades prehistóricas. **Arqueología**, Museu del Hombre Dominicano, Santo Domingo, Boletín 14, a.9, p.57-73.

- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. (1985). A utilização de referências cerâmicas seriadas para inferir comportamento social. **Boletim Série Ensaios**, n.3, Rio de Janeiro, Instituto de Arqueologia Brasileira, 48p.
- MEGGERS, Betty J.; MARANCA, Sílvia. (1980). Uma reconstituição experimental de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio da tradição Tupiguarani. **Pesquisas** (Antropologia), n.31, São Leopoldo, p.227-247.
- SANTOS, Claristella Alves dos. (1992). Mobilidade espaço-temporal da Tradição Tupiguarani: considerações lingüísticas e arqueológicas. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.8. Recife, UFPE, p.89-130.

A agricultura e a obtenção de alimentos:

- BIRD, Robert Mek.; DIAS, Ondemar, Ferreira.; CARVALHO, Eliana T. (1991). Subsídios para a arqueobotânica no Brasil: o milho antigo em cavernas de Minas Gerais. **Revista de Arqueologia**, n.6. São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, p.1-13.
- BROCHADO, José Proenza. (1977). **Alimentação na floresta tropical**. Caderno, n.2. Porto Alegre, IFCH-UFRS.
- _____. (1991). What did the Tupinanbá cook in their vessels? An humble contribution to ethnographic analogy. **Revista de Arqueologia**, n.6. São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, p.40-88.
- COWAN, C. Wesley; WATSON, Patty Jo, Ed (1992). **The origins of agriculture. An international perspective**. Washington and London, Smithsonian Institution, 224p.
- DIAS, Ondemar; CARVALHO, Eliana. (1984). Discussão sobre os inícios da agricultura no Brasil. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.VI-VII (1981-1982), Belo Horizonte, UFMG, Atas da I Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, p.191-200.
- HOEHNE, F. G. (1937). **Botânica e agricultura no Brasil no século XVI**. São Paulo, Brasiliana, Cia. Editora Nacional.
- PROUS, André. (1991). Alimentação e "arte" rupestre: nota sobre alguns grafismos pré-históricos brasileiros. **Revista de Arqueologia**, n.6. São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, p.1-13.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. (1991). O aparecimento da cerâmica como indicador de mudança do padrão de subsistência. **Revista de Arqueologia**, n.6. São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, p.32-39.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio.; GAZZANEO, Marta. (1991). O que comia o guarani pré-colonial. **Revista de Arqueologia**, n.6. São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, p.89-105.
- TENÓRIO, Maria Cristina. (1994). A coleta de vegetais entre os indígenas na época do contato com o europeu. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.10, Recife, UFPE, p.81-101.
- VAVILOV, N. I. (1992). **Origin and geography of cultivated plants**. Cambridge University Press. 498p., Il.

CAPÍTULO VI



O UNIVERSO SIMBÓLICO DO HOMEM PRÉ-HISTÓRICO NORDESTINO

A arte e a ciência partem de um só e mesmo núcleo e ambas valorizam não somente a reflexão, mas também a imaginação e a intuição.

Ariano Suassuna
"Uma teoria da arte rupestre"

O registro rupestre e o registro arqueológico

O ano de 1598 registra a mais antiga referência bibliográfica de uma gravura rupestre no Brasil, quando o capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, encontrou, junto a um rio chamado Arasoagipe, gravuras que ele considerou e descreveu como *"uma cruz, caveiras de defunto e desenhos de rosas e molduras"*, como se lê nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Anos depois, Elias Herckman, às ordens do governo da Holanda, chegou à Capitania da Paraíba em 1641 e relatou ter visto inscrições em rochedos. A partir daí, desde fins do século XVIII, com o repertório do padre Francisco Correa Teles de Menezes na sua *Lamentação Brasileira*, as pinturas e gravuras parietais pré-históricas do Nordeste foram visitadas, copiadas, comentadas, fotografadas e algumas vezes publicadas e houve tentativas de interpretação mas, na história desse mar de informações faltou, durante muitos anos, uma sistemática metodológica de classificação, uma metodologia para o levantamento de painéis e

preocupação com a filiação étnica dos autores dos registros. Por outro lado, o impacto jornalístico que os achados de pinturas rupestres produzem, estimulou o aparecimento de "especialistas" em arte rupestre.

Atualmente, as notícias amplamente divulgadas nos periódicos científicos e na imprensa, sobre o extraordinário conjunto rupestre de São Raimundo Nonato, descoberto por Niède Guidon, na década de 70, faz com que toda referência a registros rupestres de outras áreas do Nordeste e mesmo de fora da região, tomem como ponto de referência aquela grande área arqueológica e se fale de "pinturas parecidas ou diferentes às da Serra da Capivara".

Desde o começo das suas pesquisas no SE do Piauí, Niède Guidon observou a existência de dois grandes horizontes culturais nas pinturas rupestres da sua área de pesquisa. Batizadas como *tradição Nordeste* e *tradição Agreste*, a primeira tem maior concentração de sítios e é, possivelmente, originária do SE do Piauí, e a segunda, da região agreste de Pernambuco e da Paraíba, motivo que nos levou, de comum acordo, a chamar tradição Agreste a esse horizonte de cronologia posterior à tradição Nordeste. Mas com a acumulação de dados e avanço das pesquisas empreendeu-se a difícil tarefa de se criar as divisões taxonômicas necessárias (sub-tradições, estilos, variedades, complexos, classes, etc.). Estas subdivisões sofreram, naturalmente, diversas modificações, pela influência de outros achados com os mesmos horizontes culturais, que começaram a ser levantados desde o começo dos anos 80 em Pernambuco, Bahia e no Rio Grande do Norte.

Deve-se a Anne-Marie Pessis, o maior esforço na sistematização dos registros rupestres do Nordeste e um grande empenho para que a mesma seja utilizada como variável arqueológica para a identificação e segregação dos grupos étnicos que viveram e se adaptaram às condições do interior do Nordeste, considerando também a variável paleoambiental. Não se baseou A. M. Pessis apenas nas meras descrições informativas que escolhem os registros de maior impacto estético e de informação etnográfica imediata. Num trabalho árduo e difícil, no qual os enunciados teóricos foram a base principal de sua pesquisa, procurou sistematizar o seu trabalho e os dos seus colaboradores realçando a necessidade de se procurar novos caminhos metodológicos, declarando-se inimiga de tabelas e tábuas comparativas e da separação dos grafismos nos painéis rupestres, os quais só poderão ser estudados como um todo e dentro do contexto arqueológico.

Pessis estuda o registro rupestre como um meio de comunicação, uma pré-escrita, ignorando-o como arte, embora não exclua que possa também ser estudado no contexto das idéias estéticas. Sua tese de "Doctorat d'Etat", defendida na Universidade de Paris-Nanterre, em 1987, sob o título "*Art*

rupestre préhistorique: premiers registres de la misse en scene", sem dúvida, é o maior trabalho de conteúdo reflexivo dedicado ao registro rupestre no Brasil. A grande preocupação da autora nesse trabalho foi estabelecer formas de análise que permitissem ultrapassar os limites dos estudos descritivos e se considerasse os registros gráficos da arte parietal pré-histórica como uma fonte de informação antropológica. Sua constante preocupação tem sido estabelecer procedimentos analíticos que permitam que a obra rupestre se torne fonte de informação científica.

A discussão do valor como "arte" dos registros rupestres tem sido objeto de polêmicas entre arqueólogos e historiadores da arte. Essa discussão dificilmente pode acabar, pela razão muito simples de que ambos procuram respostas diferentes às mensagens que as pinturas e gravuras rupestres proporcionam. O arqueólogo não poderá ignorar os registros rupestres na sua dimensão estética, considerando-se a habilidade manual e o poder de abstração e de invenção que levaram o homem a usar recursos técnicos e operativos nas representações pictóricas pré-históricas. Por muito que o arqueólogo queira inibir-se da valorização estética do registro rupestre, procurando utilizá-lo apenas como uma parte do contexto arqueológico, como ser humano sensível aos estímulos estéticos do seu entorno, valorizará também o seu conteúdo "artístico". Se assim não fosse, não se teriam intensificado as pesquisas arqueológicas precisamente nas regiões onde os achados rupestres se apresentavam com maior beleza e conteúdo estético. O que o arqueólogo não se pode permitir é a escolha de determinada área arqueológica como objeto de estudo, porque as pinturas ou gravuras rupestres ali existentes sejam especialmente belas e abundantes, ricas de temática, policrômicas, etc. e, somente por isso. A riqueza de dados que o estudo e a reflexão sobre a arte rupestre podem fornecer à história da Arte, não é fundamental aos arqueólogos. Cada vez mais precisamos pesquisar nas áreas arqueológicas, com alta concentração de registros rupestres, o contexto arqueológico que as acompanha, como forma de identificar os grupos étnicos aos quais pertencem. Somente depois dessa identificação, poderemos falar da arte rupestre deste ou daquele grupo, que viveu em determinado período de determinada área, em determinadas condições de sobrevivência, configurando-se, assim, a "história" de um grupo humano nos seus diferentes aspectos ecológicos, nos quais entrarão, também, os espirituais e estéticos, caso o registro arqueológico nos permita chegar ao seu mundo simbólico.

São conhecidas as dificuldades de relacionar-se registros rupestres com a cultura material, identificadora dos grupos étnicos responsáveis pelo registro pois, muitas e muitas vezes, as pinturas e, ainda mais, as gravuras rupestres, especialmente no Brasil, são a única variável visível que marca a presença hu-

mana e identifica sítios arqueológicos. Muitos deles foram pintados ou gravados, sem que as condições de permanência no local ou a escolha seletiva de rochas ao longo dos cursos d'água, ofereçam condições de se obter vestígios de cultura material factíveis de relacionamento seguro com os registros. Porém prospecções exaustivas e minuciosas, numa área previamente escolhida, depois do levantamento sumário dos registros rupestres e através do estudo do suporte, da escolha dos sítios, das preferências observadas, da tecnologia utilizada na elaboração, do estudo dos pigmentos, da cronologia comparada e da absoluta (certos pigmentos podem já ser datados), da solução das perspectivas e da utilização e aproveitamento do espaço pictural, das condições ecológicas da área em estudo, seguidos de reflexão e observação cuidadosas, são capazes de oferecer conclusões ricas de conteúdo antropológico. Mas, repito, para isso precisa-se proceder ao levantamento exaustivo de uma área definida como enclave arqueológico, pelos seus limites ecológicos e geográficos.

Por muito que os autores materiais dos registros rupestres tenham separado as zonas da sua vida cotidiana e as da sua vida espiritual, representadas pelas gravuras e pinturas rupestres, habitaram áreas escolhidas por longos períodos, vieram de outro lugar, muitos morreram e outros abandonaram a região obrigados por outros grupos ou impelidos na procura de melhores formas de sobrevivência. Dificilmente, em enclaves arqueológicos com grande ou média densidade de concentração de sítios rupestres, deixarão de existir abundantes indícios de cultura material dos grupos étnicos responsáveis pela execução de tais registros e somente a identificação e a escavação arqueológica poderão fornecer as informações culturais necessárias para se completar o quadro de ocupação pré-histórica do enclave arqueológico escolhido para a pesquisa.

O estudo da arte parietal com enfoque arqueológico deve seguir uma seqüência lógica na qual se parte do sítio rupestre chave que deu início à pesquisa. Altamira, na Espanha, Lascaux, na França, ou o Boqueirão da Pedra Furada, no Brasil, podem, pela sua importância, servir de parâmetros, de forma que as linhas de pesquisa e didáticas desenvolvam-se com três abordagens:

1) O SÍTIO

- a) como sítio rupestre;
- b) o entorno do sítio;
- c) problemas de conservação e apresentação didática.

2) OS REGISTROS RUPESTRES

- a) o estudo técnico e estilístico;
- b) as tradições rupestres da área.

3) O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

- a) as relações com os registros arqueológicos;
- b) o entorno ecológico da área.

Este esquema é válido para qualquer área rupestre, pois, dificilmente, um sítio com representações parietais apresenta-se isolado, formando sempre parte de um entorno de maior ou menor densidade.

No NE do Brasil, poderíamos tomar como parâmetros para a aplicação deste esquema o Boqueirão da Pedra Furada (PI), Mirador (RN) ou Alcobaça (PE), três abrigos que, pela densidade dos registros parietais, podem servir de sítio tipo para estudar-se os diferentes níveis. O sítio de referência deve ser o ponto de partida; os registros rupestres de outros sítios da área geográfica de influência serão a continuação lógica da pesquisa e o estudo do contexto arqueológico significará o conhecimento do entorno físico e social em que viveram os grupos humanos que habitaram a área. Assim, não se discrimina a arte parietal do seu contexto que deve ser estudada arqueologicamente como mais uma manifestação da atividade humana.

O desconhecimento arqueológico de grandes áreas do Brasil, a falta de monografias dedicadas ao estudo de enclaves arqueológicos e um acentuado individualismo na hora das definições fazem com que o rico acervo dos registros rupestres brasileiros não se apresente com divisões nem definições claramente estabelecidas e também que não haja acordo entre os pesquisadores sobre a definição das "tradições". O que para uns é "tradição geométrica", para outros é "esquemática" ou até "astronômica", pelo fato de certos grafismos lembrarem o sol ou as estrelas, sem levar-se em conta que o fato de tentar reproduzir um firmamento visível, porém inalcançável, pode fazer parte das representações rupestres de grupos étnicos distantes no tempo e no espaço, sem nenhuma participação numa mesma "tradição". Somente a técnica de elaboração e a disposição com que esses possíveis "astros" foram reproduzidos, acompanhados das restantes informações do registro arqueológico, poderiam configurar determinados grafismos como pertencentes a uma tradição.

O Brasil pré-histórico apresenta-se com tradições líticas, cerâmicas e rupestres de ampla dispersão através de suas grandes distâncias e ampla temporalidade. O registro arqueológico e, concretamente, o rupestre assim o indicam. As tradições rupestres do Brasil não evoluíram por caminhos independentes; os seus autores ou grupos étnicos aos quais pertencem, provavelmente, muitas vezes, mantiveram contatos entre si, produzindo-se a natural evolução no tempo e no espaço que nos obriga a estabelecer as subdivisões pertinentes.

As divisões de análise para o registro rupestre

Distingamos, em princípio, as unidades de análise dos sítios rupestres e as unidades picturais rupestres de análise. No primeiro caso, as unidades de análise são válidas para toda uma região rupestre ou um mesmo horizonte cultural. Essas unidades de análise podem ser a técnica, a temática, os pigmentos utilizados, o suporte, a escolha dos sítios e o seu posicionamento espacial, etc. No segundo caso, as unidades picturais rupestres de análise referem-se ao estudo de cada sítio em particular, no qual se escolhem os conjuntos gráficos significativos e determinantes que filiam esse sítio à uma tradição determinada com as sub-tradições, estilos e variedades em que o registro rupestre convencionou-se dividir.

Separaremos, agora, as características técnicas das estilísticas do registro, pois dependendo da escolha do tipo de análise os resultados podem ser diferentes. Teoricamente, as características técnicas do registro devem ter cronologias mais longas que as unidades estilísticas, já que a evolução da técnica é mais lenta e mais objetiva que a evolução do gosto, da tendência ou do modo subjetivo de fazer, que determinam o conteúdo estilístico dos grafismos e painéis rupestres. Por outro lado, é a técnica que domina sobre o estilo e não o contrário.

Tradições, sub-tradições e estilos

O termo tradição está bem aceito e arraigado no Brasil para as macro-divisões de registros rupestres se bem que nem todos os autores estejam de acordo com a sua conceituação. Utilizado também para as indústrias líticas e cerâmicas, equivale ao conceito de horizonte cultural, termo menos utilizado, porém usual na bibliografia de outros países do continente.

O conceito de tradição compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que poder ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes.

Um dos primeiros pesquisadores a utilizar o termo tradição aplicado à arte rupestre foi Valentin Calderón, na Bahia, em 1970, para definir "o conjunto de características que se refletem em diferentes sítios associados de maneira similar, atribuindo cada uma delas ao complexo cultural de grupos étnicos diferentes, que as transmitiam e difundiam, gradualmente modificadas através do tempo e do espaço".

A definição de tradição formulada por A. M. Pessis e N. Guidon (1992) considera os tipos de figuras presentes nos painéis, as proporções relativas que existam entre esses tipos e as relações que se estabelecem entre os diversos grafismos que compõem um painel. Os tipos que caracterizam uma tradição são estabelecidos a partir da síntese de todas as manifestações gráficas existentes na área arqueológica determinada, ou resumindo: "a classe inicial conhecida como tradição ordena os registros gráficos por grupos que representam identidades culturais de caráter geral" (Pessis, 1992).

Para A. Prous (1992), a tradição é "a categoria mais abrangente entre as unidades rupestres descritivas, implicando uma certa permanência de traços distintivos, geralmente temáticos".

A ambigüidade das definições reflete, em geral, a dificuldade de se conhecer o universo extremamente complexo que representa a arte rupestre, do qual raramente possuímos contexto, realidade que distingue a arte pré-histórica das restantes manifestações estéticas do homem.

Podemos afirmar que, todavia, há unanimidade em reconhecer como elementos chave identificatórios de uma tradição rupestre a temática e como essa temática vem a ser representada, identificando-se nela certos grafismos emblemáticos ou "heráldicos" que representam uma ação não reconhecível que se repete em numerosos sítios. Concede-se também ao conceito de tradição, sem discrepâncias, grande abrangência geográfica.

Dentre as sub-divisões posteriores está a sub-tradição, termo introduzido para definir o grupo desvinculado de uma tradição e adaptado a um meio geográfico e ecológico diferentes, que implica na presença de elementos novos.

Outras divisões estabelecidas foram estilos e variedades. O termo "estilo" é, ainda, francamente problemático, pois parece que o definido como estilo nem sempre corresponde ao próprio conceito da definição. O vocábulo não tem sido feliz, porque demasiado arraigado na conceituação dos estilos artísticos claramente definidos, quando aplicado ao registro rupestre, não se configura com a nitidez nem os limites consagrados e aceitos na História da Arte. Para Pessis e Guidon (1992), o estilo é a classe mais particular decorrente da evolução de uma sub-tradição segundo as variações da técnica e da apresentação gráfica, com inovações temáticas que refletem a manifestação criativa de cada comunidade.

A enorme quantidade de sítios com pinturas rupestres resgatados no SE do Piauí e as marcadas diferenças entre elas, dentro de uma mesma tradição, levaram Niède Guidon a se utilizar de mais uma subdivisão que chamou de variedade, fácies para outros autores, sem que o conceito seja por isso mais esclarecedor.

No meio dessas divisões, encontramos um mundo pictórico extremamente complexo que os arqueólogos tentam apreender e subdividir, tanto para fins didáticos quanto operacionais.

No estudo da arte rupestre como nos outros períodos da História da Arte, além dos estilos generalizados, estuda-se cada artista e cada obra por separado dentro das linhas mestras estilísticas.

Sabe-se que dentro de uma mesma tradição, cada abrigo, cada paredão pintado e cada painel foi realizado por um autor ou "artista" diferente e aí estaria a "variedade". Seria o estilo a obra unitária de um pequeno grupo cronologicamente limitado? Ou poderíamos defini-lo como interpretação subjetiva da macrotemática das grandes tradições? A evolução na forma de apresentação, indica, sem dúvida, diferenças culturais e cronológicas, sem se esquecer porém o caráter subjetivo da mão humana.

O que fazer com a massa de informações sobre registros parietais que se acumula nos laboratórios e cujas repetitivas descrições mais usuais (bastonetes, espirais, círculos, geométricos, antropomorfos e zoomorfos, sinais astronômicos, etc.) a nada ou pouco levam? O estudo do simbolismo é um grande desafio, na medida em que nos deparamos com a dificuldade de definir o não visível. A procura do "oculto" que está atrás do registro gráfico não figurativo é terreno fértil para interpretações ilógicas e não poucas vezes abrigo da ignorância. Na falta de outros caminhos elaboram-se tabelas e gráficos de ocorrência que nada ou muito pouco desvendam, limitadas à satisfação ingênua de que se fez "algo" científico. Que fazer com o registro rupestre além de enumerar grafismos em categorias quase sempre subjetivas? Parece-me um bom caminho objetivo, lógico e simples, começar pelo estudo micro-analítico das características técnicas do registro. Se acrescentarmos a isso o estudo do registro arqueológico e das estruturas arqueológicas da ocupação do sítio e o seu entorno ecológico, poderemos configurar os grupos étnicos e o seu "habitat" em relação aos registros rupestres, tomados estes como a representação gráfica de uma linguagem e um pensamento que se relacionam e se modificam de acordo com as condições materiais da sua existência.

Impõe-se também estabelecer-se comparações entre as diferentes tradições rupestres e dedicar-se especial atenção ao estudo das estruturas arqueoló-

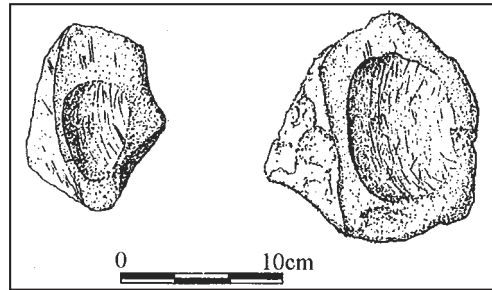


Figura 61. Fragmentos de hematita com restos de uso, utilizado na elaboração de pinturas rupestres. Sítio Peri-Peri e Tubarão, Venturosa, PI.

gicas, tratando de entender o sítio ou os sítios arqueológicos como "habitat" de um grupo do qual as manifestações rupestres são apenas o indício e o caminho para se chegar às estratégias de sobrevivência e ao seu mundo espiritual, bem mais complexo. Vemos, assim, que as respostas às análises do registro rupestre podem ser bem diferentes mas, sempre são complementares entre si, dependendo de que sejam estilísticas, técnicas ou arqueológicas. Deve-se, também, ampliar o universo conceitual da arqueologia de um sítio para o campo mais amplo da arqueologia de uma área.

Os grafismos

O termo grafismo, que prefiro para designar qualquer desenho unitário indefinido no conjunto pictural rupestre, não é utilizado com unanimidade pelos arqueólogos do Brasil, apesar de sua inegável utilidade como agente definidor não comprometido e ser uma definição utilizada por André Leroi-Gourham. Foi introduzido na nomenclatura brasileira por Anne-Marie Pessis, que a ampliou criando "categorias" de grafismos, que dividiu em três grupos, atendendo às possibilidades identificatórias dos mesmos.

Os grafismos puros são as representações que Leroi-Gourham definiu como nível geométrico puro, e constituem as figuras pintadas ou gravadas que não identificamos. Correspondem aos grafismos que comumente são chamados de "geométricos", "astronômicos" ou "abstratos". Nessas definições são refletidas, naturalmente, o nosso universo e não o universo indígena que representam e que não conhecemos. Pelas equivalências etnográficas e experiências específicas realizadas com grupos indígenas sobre os possíveis significados dos grafismos "geométricos", sabemos que são interpretados como animais diversos, rios, deuses e até a vida e a morte, dependendo do grupo ao qual o índio interpelado pertencia.

Os grafismos de composição estão representados por figuras que podem ser reconhecidas, sejam antropomorfos, zoomorfos ou fitomorfos. O grau de identificação varia, dependendo da tendência mais ou menos naturalista de cada tradição. Em alguns casos é possível identificarem-se as espécies animais e vegetais, ou o sexo entre as figuras humanas e também animais, especialmente entre os cervídeos, para citar um exemplo.

Os grafismos de ação representam cenas a partir dos anteriores grafismos de composição e nelas não estão descartados os grafismos puros, que poderão formar parte do conjunto gráfico como atributos ou enfeites que acompanham os grafismos de ação.

Essa divisão nas representações rupestres permite o reconhecimento imediato das características primárias dos painéis rupestres, sem a necessidade e obrigação de se descrever, numa primeira análise, "o que está acontecendo" no painel em estudo.

O caráter didático, que também se pretende nesta síntese, obriga a tratar os registros rupestres nas grandes classes, sem preocupações com outras subdivisões, a maioria delas ainda em fase de discussão e apuração. Refiro-me por isso apenas às tradições e sub-tradições dentro do contexto da arte rupestre, sem entrar no ainda discutível campo dos estilos e variedades que cada sub-tradição compreende. Esse espaço micro-analítico precisa ainda de muitos anos de pesquisa até que se consiga um nível de conhecimento da arte pré-histórica do Nordeste do Brasil, que permita explicações seguras e didáticas.

A classificação em tradições e outras divisões é a forma operacional que os arqueólogos usam para separar e identificar as formas de apresentação gráfica utilizadas pelos diversos grupos étnicos pré-históricos no tempo e no espaço. As tradições são macro-divisões mas, de modo nenhum, podem ser consideradas estáticas nem definitivas. Muito ao contrário, encontram-se sempre em processo de revisão e aperfeiçoamento cada vez mais complexo, à medida que novos dados somam-se ao conhecimento, sempre fragmentário, da pré-história. As tradições rupestres do Nordeste às quais vou me referir, mais adiante, foram fixadas com a colaboração de vários pesquisadores e são fruto de reflexão e observação paciente de muitos painéis pertencentes a numerosos sítios. Podem servir também do ponto de partida para uma revisão fundamentada e construtiva por parte de outros pesquisadores, mas nunca produto de críticas levianas dos que acham que determinado sítio, não pode pertencer a uma tradição rupestre que não tenha sido fixada por eles, esgrimindo para isso argumentos com detalhes mesquinhos e inúteis. Que determinado abrigo pintado ou gravado escape às classificações estabelecidas não é importante para a macro-análise de uma área arqueológica. Há tendências gerais que determinam uma tradição. Da mesma forma que não há duas obras de arte iguais, a não ser quando se trata de cópia ou plágio, não há também dois painéis rupestres repetidos, pois o que se repete são as idéias e os comportamentos, plasmados graficamente de forma subjetiva.

O homem relaciona-se com os objetos e fenômenos que o rodeiam. Para compreender e apreender o mundo real ou imaginário, utiliza-se de recursos como a linguagem, o gesto e a representação gráfica dessa linguagem e desse gesto, os quais também dependem dos recursos materiais de que dispõe. A representação é uma interpretação que o indivíduo faz do real e, tanto uma como outra, modificam-se e evoluem com os câmbios culturais que acontecem na

sociedade. Essa evolução natural da cultura manifesta-se na evolução espaço-temporal do registro rupestre de cada grupo. Explicar as origens, a evolução e a dispersão das diferentes manifestações rupestres pré-históricas é a meta das divisões e classificações, estabelecidas como instrumental de trabalho.

O registro rupestre nas origens da Arte

O termo "registro rupestre", definição que tenta substituir entre os arqueólogos a consagrada expressão "arte rupestre", pretende liberar da conotação puramente estética algo que, seguramente, é a primeira manifestação artística do homem, ao menos em grandes áreas geográficas onde a arte móvel em pedra e osso não aparece anteriormente às gravuras e pinturas rupestres.

A imaginação humana e a sua capacidade de criar o pensamento abstrato nascem com a arte pré-histórica que, no Velho Mundo, coincide com o Paleolítico Superior, e que na América, com datas paralelas, corresponde à arte de caçadores nômades. O difusionismo, e o egocentrismo europeu, na hora de se discutir sobre as origens da arte pré-histórica estão descartados, pois a arte nasce quase que simultaneamente em diversos lugares da terra. Nasce no Paleolítico Superior, tomado esse período em dimensão cronológica mais que cultural, ou seja, em torno de 30-25 mil anos BP, e suas primeiras manifestações estéticas estão representadas por pequenos objetos de osso e pedra ou estampadas nas paredes rochosas com tintas vegetais ou minerais nos cinco continentes. O surgimento da arte pré-histórica como um florescer simultâneo em várias partes do mundo tem a ver com os processos de hominização, da evolução e o aumento da capacidade craniana, ou seja, o aumento do volume do cérebro que permitiria o desenvolvimento dos processos de abstração no gênero homo. Considerando-se que o homem tem mais de dois milhões de anos e que a arte pré-histórica começou há 30000, podemos aceitar que a arte rupestre seja "uma arte moderna", afirmativa aliás formulada por autores de áreas díspares do conhecimento estético como são o pré-historiador Eduardo Ripoll, o pintor Juan Miró e o romanista Ariano Suassuna.

O descobrimento do fogo e os "inventos" para conservá-lo significam a conquista de terras de clima frio e a possibilidade de se afastar perigos e medos da noite, aumentando-se a capacidade humana de abstração nas longas horas em torno do fogo, quando surgem conseqüentemente a palavra e a arte. Eduardo Ripoll (1986) opina que o homem passou por um "estágio técnico" anterior ao surgimento da arte, considerando a palavra como antecedente da imagem, estabelece assim um preâmbulo de "símbolos vocais" que precederiam os "símbolos

los icônicos". A concepção materialista, que considera a origem da arte a partir da técnica, já fora formulada no século passado, em oposição à teoria idealista na qual a tendência artística no ser humano não depende das limitações da matéria e dos instrumentos.

A capacidade de contar também leva o homem a fazer riscos nas pedras e nas paredes rochosas numa fase pré-estética. Lembro aqui Johann Winkelmann na sua clássica obra "História da Arte na Antigüidade", escrita em 1763, quando afirma que as artes que dependem do desenho começaram pelo utilitário para passar depois ao supérfluo, comentário que também é válido para reflexão sobre as origens da arte pré-histórica.

Na longa noite da arte, a lasca de pedra e o galho da árvore, ou a própria mão nua, foram um instrumento lúdico de atividade manual "para matar o tempo" e satisfazer a natural tendência humana para o grafismo.

Podemos afirmar que o registro rupestre é a primeira manifestação estética da pré-história brasileira, especialmente rica no Nordeste. Além do evidente interesse arqueológico e etnológico das pinturas e gravuras rupestres como definidoras de grupos étnicos, na ótica da história da Arte representa o começo da arte primitiva brasileira. A validade ou não do termo "arte", aplicado aos registros rupestres pré-históricos, é tema sempre discutido. Parece-me que toda manifestação plástica forma parte do mundo das idéias estéticas e conseqüentemente da história da Arte.

O pintor que retratou nas rochas os fatos mais relevantes da sua existência, tinha, indubitavelmente, um conceito estético do seu mundo e da sua circunstância. A intenção prática da sua pintura podia ser diversificada, variando desde a magia ao desejo de historiar a vida do seu grupo, porém, de qualquer forma, o pintor certamente desejava que o desenho fosse "belo" segundo seus próprios padrões estéticos. Ao realizar sua obra, estava criando Arte. Se as pinturas de Altamira, na Espanha, ou as da Dordonha, na França, são consideradas, indiscutivelmente, patrimônio universal da arte pré-histórica, sabemos entretanto que, pintadas nas profundidades das cavernas escuras, não foram feitas para agradar ninguém do mundo dos vivos, não há motivos aceitáveis para se duvidar ou negar a categoria artística das nossas expressivas e graciosas pinturas rupestres do Rio Grande do Norte ou do Piauí.

A interpretação do registro rupestre

Muito antes de que a arte rupestre representasse para ciência uma fonte inesgotável de dados para o conhecimento das sociedades pré-históricas, a pre-

ocupação em se conhecer e "decifrar" o que os registros rupestres queriam dizer, produziu enorme quantidade de bibliografia, desde trabalhos sérios às fantasias mais desvairadas como já vimos no primeiro capítulo. As interpretações foram especialmente férteis nos casos em que os registros eram ricos em grafismos puros, com ou sem representações figurativas associadas. A magia propiciatória da caça, o culto à fertilidade e a iniciação sexual têm sido os temas favoritos no registro figurativo. Interpretações cosmogônicas, linguagem codificada precursora dos verdadeiros hieroglifos, são interpretações corriqueiras nos grafismos puros. Muitas dessas interpretações aproximam-se bastante da realidade, mas o problema está sempre no seu valor científico. Até que ponto elas são válidas para a identificação cultural dos grupos étnicos que foram seus autores? A comparação etnográfica nos pode servir de exemplo se observamos as numerosas interpretações que cada grupo indígena atribui aos seus próprios desenhos, muitas vezes iguais ou semelhantes entre as diversas tribos, mas com significados totalmente diversos, veremos como é perigoso generalizar-se no significado de certos grafismos. Recomenda-se a leitura do artigo de Berta Ribeiro no livro "*Grafismo Indígena*", no qual se pode ver como grafismos tão comuns nos registros rupestres como espirais, círculos radiados e linhas paralelas onduladas, podem significar, dependendo das tribos ou ao mesmo tempo, símbolos femininos ou masculinos, incesto, movimento das águas ou a piroga anaconda que transporta a humanidade. Jaguares, cobras, macacos e jacarés nem sempre são representados figurativamente no grafismo abstracto. Uma linha ondulada pode representar uma serpente para determinado grupo, mas não significa que também o seja para a tribo vizinha e muito menos para um índio de mil anos atrás. Em virtude disso, quero chamar a atenção para o extremo cuidado que se deve ter na hora de se dar nome a certos grafismos que podemos chamar "universais", encontrados em regiões muito afastadas entre si e que podem ter infinitos significados.

A "universalidade" de centenas de grafismos, semelhantes ou até iguais em várias partes do mundo, levaram muitas vezes a hiperdifusionismos desavisados e comparações fantasiosas com antigas escritas universais. No que temos convencionalmente chamado de *grafismos puros*, nos quais predominam formas e sinais que podem confundir-se ou identificar-se como corpos celestes, ou formas geralmente singelas, que podemos chamar primárias, nas origens do desenho, repetem-se em todo o mundo. Pretender encontrar algum significado lógico em grafismos semelhantes porém separados por cronologias desconhecidas e pertencentes a grupos étnicos também desconhecidos, resulta em uma tarefa inútil. Isso não significa, porém, que a coleta e o estudo minucioso dessas representações gráficas sejam inúteis, pois a identificação e a conotação da tendência

repetitiva das formas, de sua técnica de elaboração, sua presença ou ausência nas diferentes tradições rupestres, são elementos indicadores que auxiliam a identificação das "províncias" rupestres em cada área arqueológica.

Nossa tendência natural diante de um painel rupestre é procurar um significado imediato, ou seja, procurar "ler" o que está ali escrito ou o que se pretendeu contar. Por isso é que os painéis de grafismos puros ou abstractos nos resultam tão decepcionantes pois é natural nossa tendência em segregar as "cenas" imediatamente identificáveis. Essa tendência é perigosa e profundamente anti-científica na hora de se reproduzir os painéis, selecionando-se as partes mais visíveis especialmente as mais "bonitas", de acordo com nosso universo estético. Todo arqueólogo experimentado, alguma vez ou muitas vezes viu-se diante dessa perigosa e sedutora armadilha, de certa forma impelido pela dificuldade de reproduzir, para publicar, painéis completos, forma correta de se apresentar o registro rupestre.

A tendência atual entre os arqueólogos é não interpretar as representações rupestres e sim apenas descrever o que há, o que se pode ver, procedendo-se a análises mais técnicas do que interpretativas, utilizando-se critérios técnicos que valorizam saber-se como os grafismos foram realizados, quais os recursos materiais empregados e, principalmente, quais os grafismos que podem ser considerados como representativos de uma tradição rupestre determinada.

A atemporalidade do registro rupestre é outro fator negativo na interpretação e no relacionamento com as outras variáveis do registro arqueológico. Estudam-se as pinturas e gravuras de determinado enclave arqueológico, fazem-se comparações intra e extra área, mas a enorme dificuldade de se estabelecer seqüências cronológicas leva, muitas vezes, a se tratar do registro rupestre de determinada área sem se levar em conta que, em abrigos vizinhos ou até num mesmo abrigo, pode haver grafismos com separações cronológicas de milhares de anos. Vale a pena citar um exemplo: na Gruta do Parpalló, em Gandia, no leste da Espanha, coletaram-se centenas de placas de arenito gravadas e pintadas do período Gravetiense ao Magdaleniense do Paleolítico Superior europeu. Como foram retiradas durante a escavação arqueológica, na seqüência estratigráfica da gruta, puderam ser datadas e o estudo da evolução estilística na representação da fauna quaternária significou um referencial de enorme valor cronológico e estilístico para outros sítios rupestres dos mesmos períodos cronológicos. As características singulares de que se tratava de registros rupestres sobre base móvel, um dos poucos casos conhecidos no mundo, permitiu que se chegasse a conclusões crono-estilísticas que dificilmente se conseguiriam se as gravuras e pinturas do Parpalló tivessem sido realizadas sobre a rocha viva do abrigo. Nesse caso se demonstrou que as gravuras e pinturas rupestres sobre as

placas foram realizadas ao longo de cinco mil anos. Com esse exemplo quero chamar a atenção para a importância cronológica na evolução estilística dos grafismos, o que não poderá ser feito isoladamente, isto é, a partir, apenas, de um único sítio estudado numa área ou enclave arqueológico.

A dificuldade para se compreender os grafismos do registro rupestre, poderia ser exemplificada pelo que testemunhei, faz muitos anos, nas montanhas cantábricas, na Espanha, região onde se concentram ricas manifestações da arte paleolítica. Discutia-se o possível significado de certos sinais comuns a muitos abrigos pré-históricos, nos quais se repetiam riscos verticais às vezes cortados por outro horizontal. O sábio Pio Beltran, um daqueles eruditos à moda antiga, numismata, matemático, iberista e arqueólogo, bom conhecedor da arte rupestre europeia, deu uma explicação interessante e lógica para o possível significado desses grafismos: "os pastores da minha terra fazem diariamente esses sinais nos muros dos currais quando recolhem as ovelhas ao entardecer e como não sabem contar além dos próprios dedos, os dividem em grupos marcados com linhas verticais cortadas por outra horizontal". Contar, lógica explicação para tantos grafismos semelhantes no mundo inteiro. Contas, sejam elas de gado, dos animais caçados, de inimigos abatidos, de dias e noites passadas. Enfim, uma atividade utilitária inserida nas origens da arte primitiva do homem.

Procurar significado e explicação para todos os grafismos que o registro rupestre nos oferece, é inútil como já ressaltamos. Certas "garatujas", riscos, grafismos singelos ou complexos, superpostos a painéis rupestres anteriormente desenhados, foram feitos, muitas vezes, pelo desejo de estragar ou apagar o trabalho anterior. Frequentemente, temos achado obras de arte - arte rupestre - estragadas pela ação vandálica de nossos contemporâneos "civilizados". O homem não mudou tanto nos últimos dez mil anos.

O registro rupestre e os alucinógenos

As diversas drogas utilizadas pelos índios sulamericanos para fins medicinais, alucinógenos e rituais, foram objeto de numerosos estudos por parte de naturalistas e antropólogos, desde o século XVIII. Estudos mais recentes isolaram os princípios ativos das plantas utilizadas, várias das quais são alcalóides derivados de plantas malpighiáceas, que produzem, quando inaladas ou bebidas, vertigens, náuseas e vômitos, seguidos de alucinações visuais de cores brilhantes que podem ser de grande beleza mas, também, podem produzir sensações de iminente perigo, perseguição ou terror. As pesquisas no campo da botânica, da medicina e da antropologia cultural, foram complementadas den-

tro da arqueologia por autores interessados na influência que esses alucinógenos tiveram eventualmente na elaboração dos registros rupestres. No Brasil, esse tema tem sido tratado por Maria Beltrão ao estudar os registros rupestres da área de Central, na Bahia. Além do levantamento da fauna, representada nos numerosos abrigos assinalados pela autora, e de possíveis representações de fenômenos astronômicos, a arqueóloga brasileira relacionou, também, painéis nos quais grafismos puros poderiam ter sido elaborados sob o efeito de psicotrópicos. Essa explicação para a origem de certos desenhos rupestres considerados como "abstratos", na pintura e, sobretudo, na gravura, foram também observados por pesquisadores de outras áreas. É importante ressaltar que todos os povos, de todas as culturas, utilizam ou utilizaram algum tipo de droga para rituais religiosos, afastamento do mal, homenagens às divindades, fins medicinais ou como forma de alcançar níveis de satisfação espiritual.

A representação gráfica de alucinações produzidas por certas drogas, tem sido também objeto de estudo de antropólogos e psicólogos, tanto entre sociedades indígenas como modernas. Foram também analisadas representações dos "fosfenas", imagens que aparecem no campo visual na obscuridade ou na penumbra, eventualmente estimuladas com alucinógenos. Em geral essas imagens são motivos abstractos de composições simples, na forma de luzes e cores brilhantes. Uma pesquisa realizada com mil indivíduos de diferentes origens e citada por Reichel-Dolmatof, no seu trabalho sobre a utilização de alucinógenos, demonstrou que os fosfenas detectados e representados são iguais aos desenhados por indígenas do Amazonas (Figura 62). O autor cita também petróglifos nas margens dos rios que representam grafismos semelhantes a fosfenas e

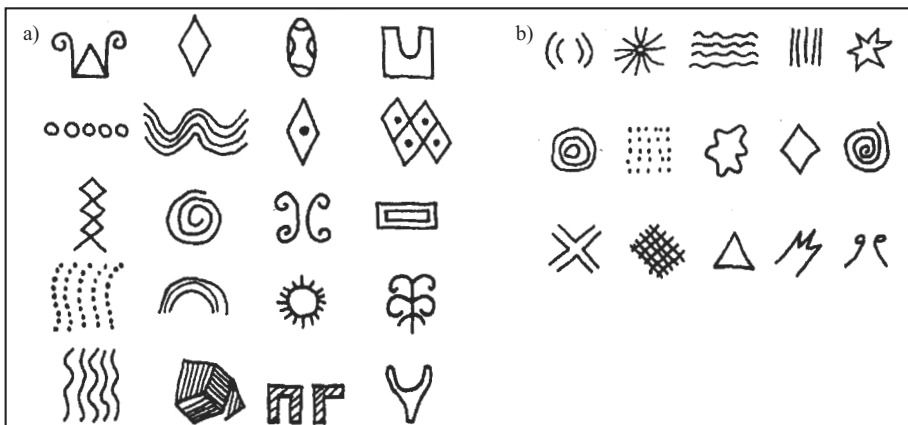


Figura 62. a) Motivos codificados dos índios Tucano; b) Motivos baseados em fosfenas, segundo Max Knoll.

desenhos realizados por índios durante a ingestão de alucinógenos, que eram por eles interpretados como simbologia da criação da humanidade, da fertilidade e dos sexos. Concretamente, refere-se Dolmatof à ingestão da droga *Banisteriopsis Caapi* pelos Tukano do noroeste da Amazônia. Sob efeitos da mesma droga, os índios Siona, do rio Putumayo, da Colômbia e do Equador, realizam desenhos geométricos no corpo e nos objetos visualizados durante os rituais com alucinógenos, segundo relata Jean Langdon (1992).

É indubitável que muitos dos grafismos abstratos, desenhados a partir de fosfenas ou imagens evocadas com o uso de alucinógenos, são semelhantes aos grafismos puros representados em pinturas e gravuras rupestres pré-históricas. Porém, algo bem diferente são as interpretações que os indígenas atuais dão a esses grafismos, interpretações muitas vezes mais induzidas que espontâneas, pois já as ouviram dos seus maiores.

Todas essas experiências não deixam de ser interessantes e têm grande valia para a antropologia cultural dos indígenas americanos. O grande problema reside em se ver até que ponto temos o direito de extrapolar essas informações para os registros rupestres que podem ter milhares de anos. Essas pesquisas não oferecem respostas científicas à suposição de que certos grafismos rupestres tenham sido feitos a partir de visões estimuladas por alucinógenos e não nos le-vam muito mais longe do que um "pode ser ou pode ter acontecido", sempre nos limites da mera suposição e baseados em comparações etnográficas, sempre perigosas, na medida em que partem da extrapolação de dados entre culturas muito separadas no tempo.

As tradições rupestres do Nordeste do Brasil

Foi precisamente nos sertões nordestinos do Brasil, onde a natureza é particularmente hostil à ocupação humana, onde se desenvolveu uma arte rupestre pré-histórica das mais ricas e expressivas do mundo, demonstrando a capacidade de adaptação de numerosos grupos humanos que povoaram a região desde épocas que remontam ao pleistoceno final. No estado atual do conhecimento, podemos afirmar que três correntes, com seus horizontes culturais, deixaram notáveis registros pintados e gravados nos abrigos e paredões rochosos do Nordeste brasileiro. A esses horizontes chamamos tradição Nordeste e tradição Agreste de pinturas rupestres e tradições de Itaquiarias de gravuras sob rocha. Foram também definidas outras tradições chamadas "Geométrica", "Astronômica", "Simbolista", etc. que podem ser incluídas nas anteriores.

A tradição Nordeste

Na área arqueológica de São Raimundo Nonato foi definida a tradição Nordeste a partir das pesquisas de Niède Guidon, Silvia Maranca, Anne Marie Pessis, Susana Monzon, Laurence Ogel-Ross, Bernadette Arnaud e outros pesquisadores que, ao longo de duas décadas trabalharam na Fundação do Museu do Homem Americano. Estudos posteriores demonstraram que as características dessa tradição eram extensivas a outras áreas do Nordeste brasileiro, que poderia ser a arte figurativa de grupos caçadores. Foram identificados como da tradição Nordeste, além dos sítios do SE do Piauí, abrigos sob rocha na região do Seridó, no Rio Grande do Norte; na Chapada Diamantina, na Bahia; na área de Xingó, em Sergipe; nos municípios de Araruna e Queimadas na Paraíba e nos municípios de Afogados de Ingazeira e Buíque, em Pernambuco. É possível que formas modificadas dessa tradição estejam também presentes no Ceará, no alto vale do São Francisco e no Mato Grosso.

No estado atual do conhecimento pode-se supor que o centro da tradição Nordeste seja o sudeste do Piauí de onde se estendeu para outras regiões. Três áreas de expansão poderiam ser admitidas em princípio: o vale do São Francisco, até Sergipe, onde na região do município de Canindé foram assinalados abrigos com as características da tradição; outros grupos rumaram para a Chapada Diamantina e área de Central na depressão sanfranciscana, na Bahia, e um terceiro, o mais significativo, teria se fixado na região do Seridó, de onde, posteriormente, expandiu-se em direção do nordeste da Paraíba, da bacia do Curimataú e da região de Campina Grande.

A tradição Nordeste é facilmente identificável pela variedade dos temas representados, e a riqueza de enfeites e atributos que acompanham a figura humana, indicadores, seguramente, de diversas hierarquias e diferentes tribos. As figuras humanas são de pequeno tamanho, entre cinco e quinze centímetros, sempre em movimento, às vezes possuídas de grande agitação, com o rosto de perfil e como se gritassem. A luta, a caça, a dança e o sexo são habilmente representados com grande riqueza de interpretações, utilizando-se uma técnica de traço leve e seguro. A presença de animais e figuras humanas é equilibrada, mas essa relação muda dependendo das sub-tradições regionais, como por exemplo ocorre na região do Seridó, onde é maior o número de antropomorfos e, pelo contrário, registra-se maior ocorrência de zoomorfos na área de Central e na Chapada Diamantina, na Bahia. Porém, a característica da tradição Nordeste não é apenas a representação do cotidiano e sim, principalmente, grafismos representando cenas cerimoniais ou mitos cujo significado nos escapa e que, precisamente por isso, quando repetidos em vários abrigos, inclusive em lugares

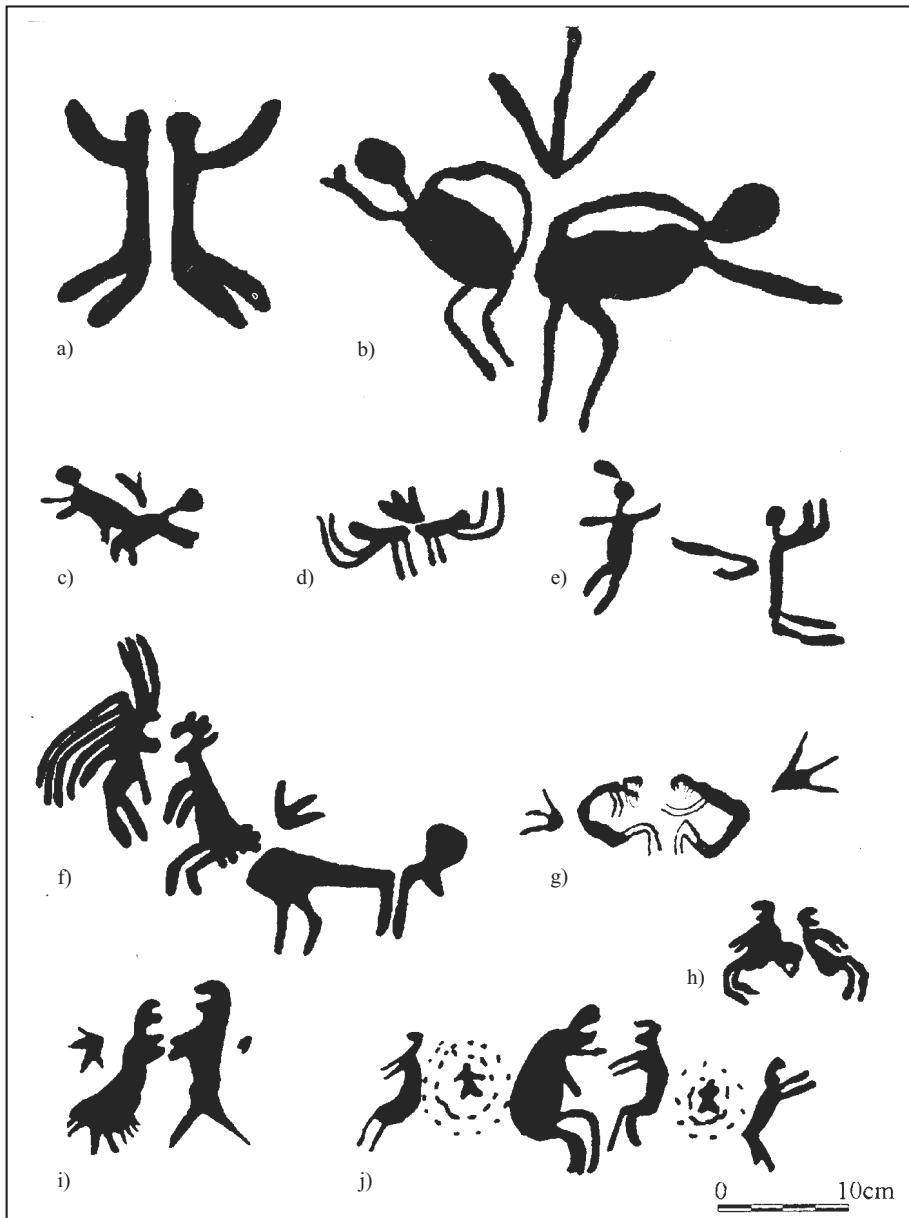


Figura 63. Tradição Nordeste. Grupos emblemáticos que representam duas figuras de costas ou de frente associadas a grafismos em forma de tridígitos (setas?); a, b, c, d, e) São Raimundo Nonato, PI; f, g, h, i, j) Carnaúba dos Dantas, RN; numa cena de Xique Xique I, no lugar do tridígito aparecem figuras humanas rodeadas de círculos (j).

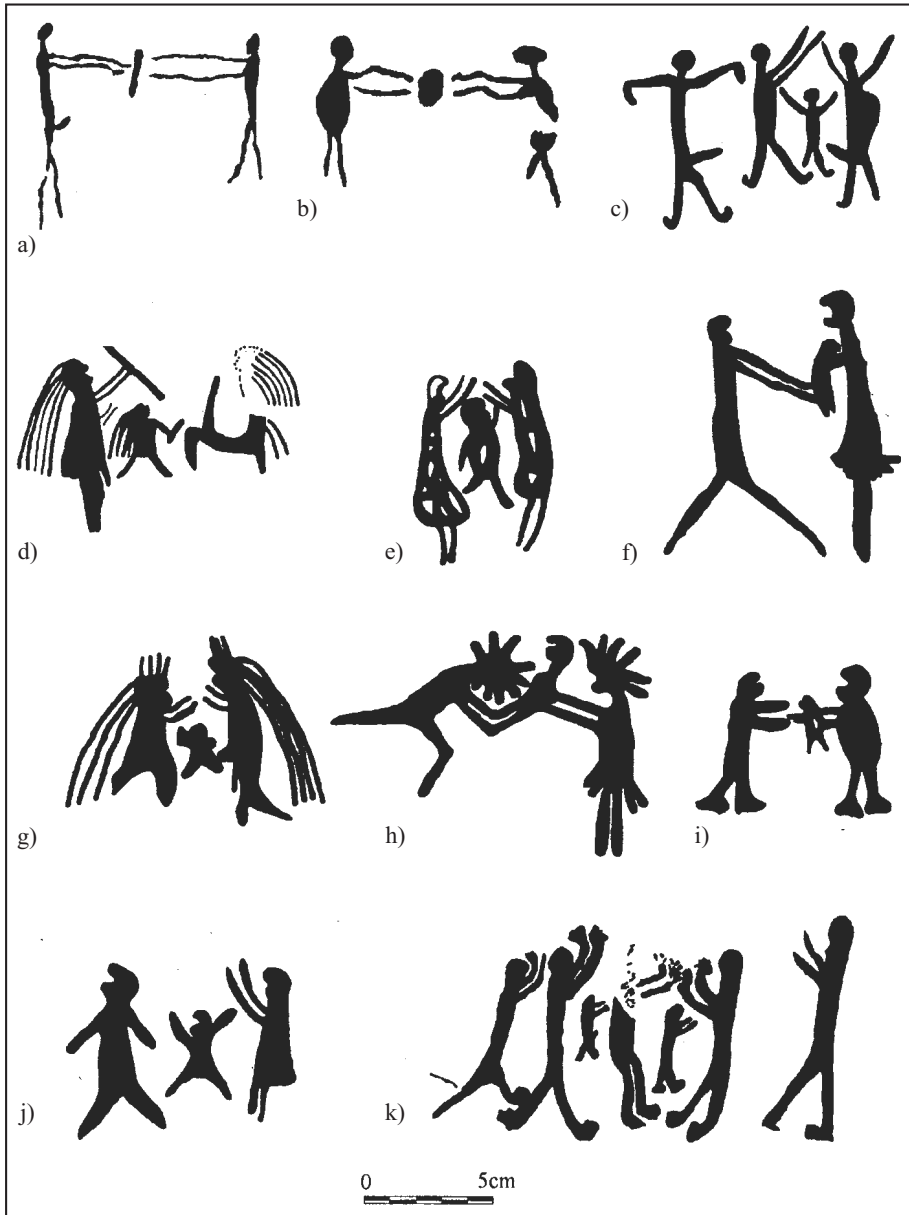


Figura 64. Tradição Nordeste. Cenas emblemáticas que sugerem ação cerimonial; a, b, c) São Raimundo Nonato, PI; d, e, f, g, h, i, j) Parelhas e Carnaúba dos Dantas, RN; k) Lençóis, BA.

distantes entre si, identificam a tradição. São cenas formadas por grafismos de ação ou de composição que chamamos de "emblemáticos" e que são como "logotipos" da tradição Nordeste. Duas figuras humanas de costas entre si, separadas por um grafismo na forma de tridígito é uma dessas figuras emblemáticas (Figura 63), assim como duas figuras humanas que protegem ou seguram uma criança ou figura humana de menor tamanho que, às vezes, se estiliza na forma de um fardo e que representam, claramente, um ato de entrega (Figura 64), são cenas que se encontram em abrigos a distâncias de mais de mil quilômetros. As



Figura 65. Tradição Nordeste: grupos de figuras humanas associadas a árvores e ramos. Podem representar um antecedente do culto da jurema e do juazeiro, praticado pelos indígenas históricos do Nordeste; a, b, c) São Raimundo Nonato, PI; d, e, f, g, h) Carnaúba dos Dantas, RN.

chamadas "cenas da árvore" podem também ser consideradas como emblemas da tradição Nordeste. Nelas, figuras humanas dançam em torno de uma árvore, enquanto outras, mascaradas, agitam ramos, também no meio da dança. São composições que se encontram e repetem-se em abrigos separados por grandes distâncias, (Figura 65).

Nas pinturas da tradição Nordeste, como em quase toda a pintura rupestre, domina a cor vermelha, apresentando numerosas tonalidades. Mas é comum a utilização de outras cores como a branca, a amarela, a preta e a cinza. O verde e o azul foram também assinalados no SE do Piauí. Mas a principal característica na utilização das cores é que não se reduzem à presença de uma só cor isolada. A policromia está visível nos grafismos com o uso de cores diversas num mesmo grafismo, ensaiando-se "nuances" nas penas das aves e nos cocares das figuras humanas, tais como tucanos com bicos vermelhos e penas amarelas (Figura 66), emas correndo, que apresentam três tonalidades de ocre nas asas. um veado de cor branca destaca-se no meio de figuras humanas pintadas com tinta vermelha; grafismos puros de cuidadoso desenho formam linhas paralelas de duas ou três cores.

Cronologicamente, as primeiras representações pictóricas dessa tradição começaram em torno de 12000 anos BP, a julgar pelos dados obtidos no SE do Piauí, evoluindo durante os 10000-8000 anos seguintes, quando surgem dispersões populacionais para outras áreas. Em torno de 6000 anos BP, a tradição Nor-

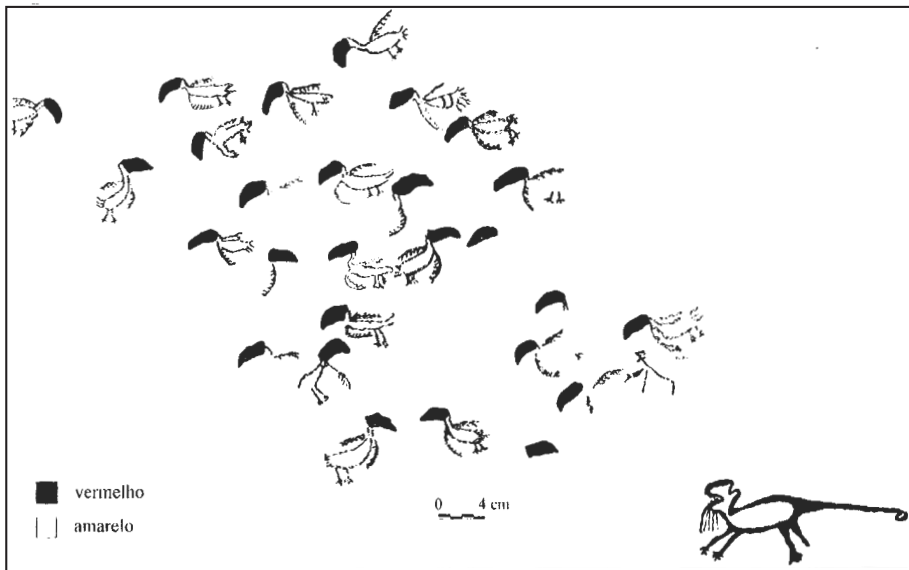


Figura 66. Tradição Nordeste, Sub-tradição Seridó. Revoada de Tucanos, Mirador, Parelhas, RN.

deste acaba nessa região e aparecem manifestações rupestres filiadas a outras tradições, indicadoras de grupos étnicos diversos e com características culturais diferentes.

Tradição Nordeste: a sub-tradição Várzea Grande, PI

A sub-tradição regional da tradição Nordeste no SE do Piauí foi chamada Várzea Grande, cujas manifestações mais antigas se localizam nos abrigos do desfiladeiro da Capivara, que atravessa a serra do mesmo nome por um passo natural.

A sub-tradição Várzea Grande teve longa duração no tempo e ampla dispersão espacial, numa área de aproximadamente 40000 quilômetros quadrados; em conseqüência, houve mudanças graduais na apresentação dos temas e na evolução dos grafismos. Numerosos trabalhos já foram publicados sobre essa sub-tradição, da autoria de N. Guidon e A. M. Pessis, que procuraram estabelecer as linhas evolutivas e os estilos que delas se originaram, ao longo dos seis mil anos de sua arte rupestre ímpar, tanto do ponto de vista estético como do antropológico.

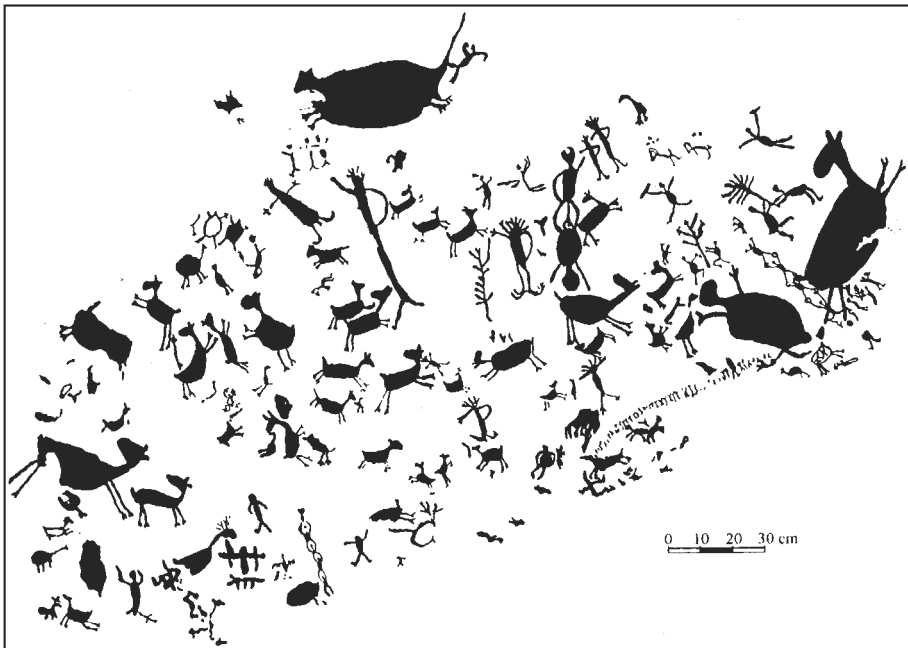


Figura 67. Tradição Nordeste, sub-tradição Várzea Grande, Toca da Entrada do Pajaú, São Raimundo Nonato, PI.

Dentro das linhas gerais que determinam a tradição Nordeste, a sub-tradição Várzea Grande pode ser dividida em três períodos bem definidos. No primeiro, observam-se representações dinâmicas individuais que mostram grande mobilidade e aspectos lúdicos, também compostas por duas figuras ou

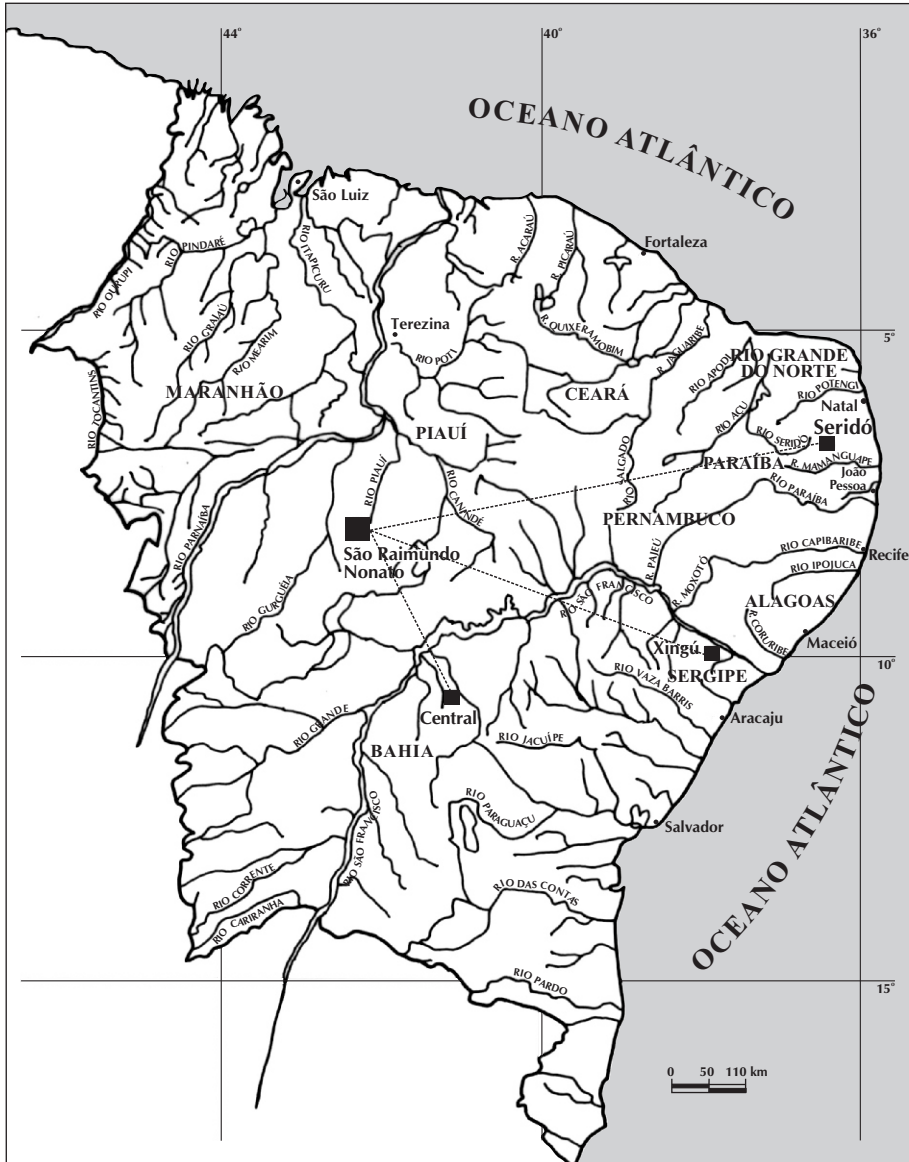


Figura 68. Difusão da Tradição Nordeste de pintura rupestre no NE do Brasil.

pequeno número de seres humanos ou animais. Num segundo período que pode datar-se em torno de 8000 anos, a temática torna-se mais complexa, aumentam também os atributos e enfeites na figura humana e aparecem cenas de sexo grupal. Esse período coincide com o maior aperfeiçoamento das indústrias líticas e o aumento da densidade das ocupações humanas nos abrigos. No período final, o movimento das figuras é mais tênue, a figura humana mais rígida e, em geral, nota-se uma tendência ao geometrismo das formas. As cenas violentas aumentam em detrimento das lúdicas, com a presença de lutas e execuções. Entre as armas, aparecem claramente desenhados tacapes, bordunas, propulsores e azagaias, faltam, porém, os arcos e as flechas.

Na longa evolução crono-estilística da sub-tradição Várzea Grande, distinguem-se um período inicial chamado Serra da Capivara e outro, considerado por enquanto terminal, conhecido como Serra Branca. A fase mais tardia do grupo estilístico Serra Branca estaria representada pelo Sítio Salitre principalmente, e também por grupos de figuras zoomorfas e antropomorfas nos abrigos Toca do Morcego, Toca do Caldeirão do Rodriguez I, Toca do Brejinho e Toca do Boqueirão do Paraguaio. As figuras humanas que aparecem nesses sítios são extremamente geometrizadas, transformadas em retângulos providos de braços e pernas (Figura 69), o que ocorre também nas figuras de cervídeos de troncos geométricos, grafismos que contrastam vivamente com as linhas sinuosas e as tendências curvilíneas que caracterizam as figuras humanas do grupo Serra da Capivara. É especialmente interessante observar-se como, apesar da rigidez dos corpos geométricos, consegue-se imprimir movimento e surge-se a cadência de uma dança a partir, apenas, do movimento dos braços e das pernas. O mesmo acontece com as figuras de animais, onde os troncos geométricos dos veados não lhes tira uma certa graça e leveza. A mesma evolução registra-se também em algumas figuras da sub-tradição Seridó (Figura 70).

Tradição Nordeste: a sub-tradição Seridó, no Rio Grande do Norte

Os grupos de caçadores que pintaram os abrigos do Seridó enriqueceram a antiga tradição Nordeste com elementos novos, próprios do seu "habitat", tais como pirogas cuidadosamente decoradas com desenhos geométricos, (Figura 72) objetos, ornamentos e pintura corporal, além de representações fitomorfas que dão a impressão de "paisagem". Nas pinturas do Seridó, um casal une suas mãos num gesto delicado de dança, outros protegem uma criança, (Figura 64) esta última, uma representação que pode ser considerada uma exceção na arte rupestre mundial. Figuras com grandes cocares dançam freneticamente en-

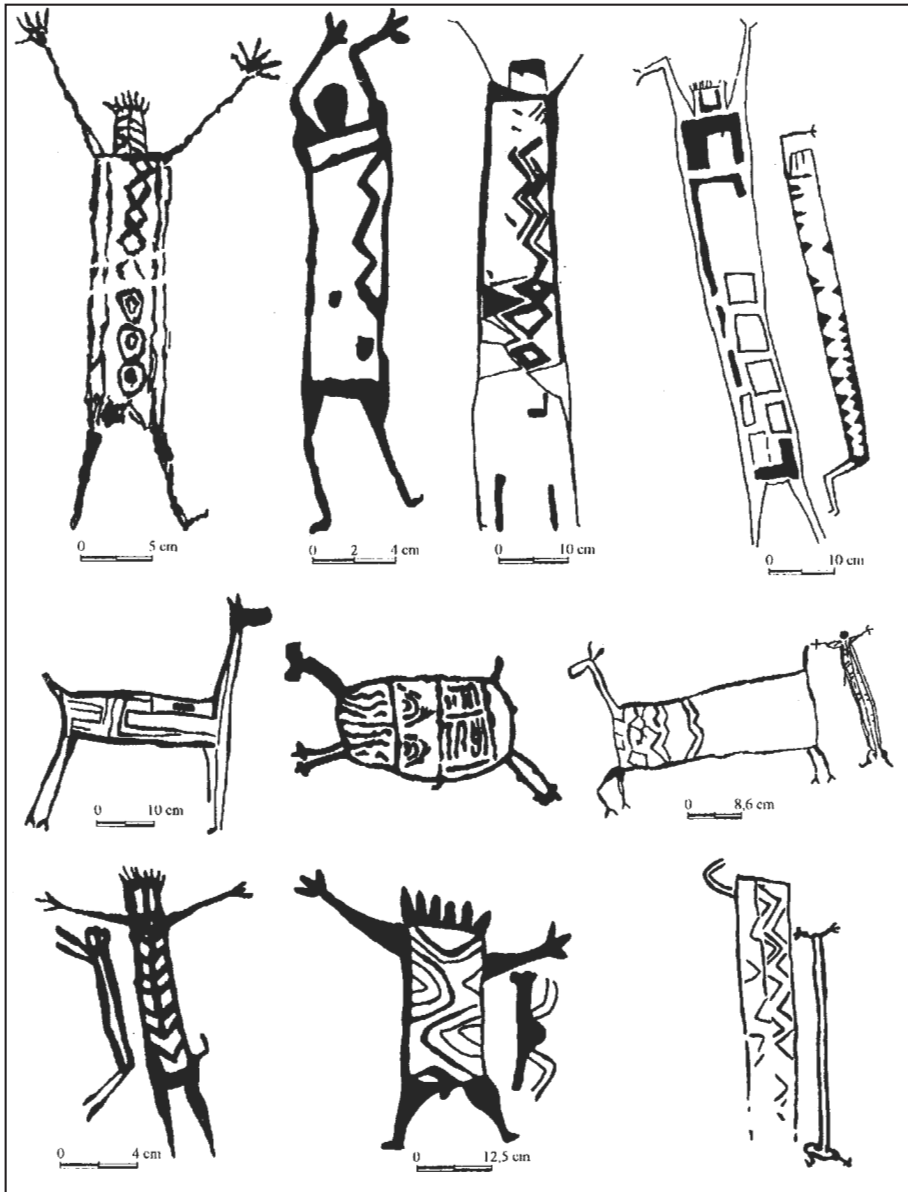


Figura 69. Tradição Nordeste. Tendência ao geometrismo nas fases finais da sub-tradição Várzea Grande, São Raimundo Nonato, PI.

quanto uma figura solitária ensaia um passo de autêntico "ballet". Guerreiros armados enfrentam inimigos e junto deles aparecem figuras hitifálicas. Grupos de caçadores perseguem emas e veados e outros navegam em pirogas ou descansam em redes. No sítio Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, uma piroga carrega sete indivíduos guiados por um chefe que ostenta longo cocar de penas (Figura 72-c). Araras e tucanos alegrem a floresta pintada nas pedras e a nota trágica é oferecida pelos corpos de inimigos postrados no solo. As cenas multiplicam-se na variedade dos grupos de homens ou mulheres que carregam bolsas, cestas ou potes, transportando água ou alimentos (Figura 73); algumas figuras são singelas na simplicidade de sua nudez, outras, cheias de cocares e atributos, mostram o poder da sua hierarquia. Com armadilhas e jaulas, caçadores, na tocaia, aguardam o passar da onça. Pequenas figuras adornadas com penas, ensaiam uma dança de roda, onde os participantes são dirigidos por um mestre de cerimônias ostentando cocar e ramos nas mãos (Figura 74-b).

O mundo que aparece nas pinturas rupestres do Seridó é a vida cotidiana da pré-história, às vezes trágica e violenta, com figuras possuídas de grande agitação e outras que apresentam um mundo lúdico e brincalhão, documentado pelo movimento da dança e a agilidade das figuras acrobáticas. A dinâmica do movimento corporal é particularmente complexa e para expressá-la com maior vivacidade utilizam-se recursos tais como o alongamento da silhueta e movimentos sinuosos do corpo. Dá-se também ênfase exagerada a certos rasgos que levam à estilização da figura humana, na procura de expressionismo no movimento (Figura 75).

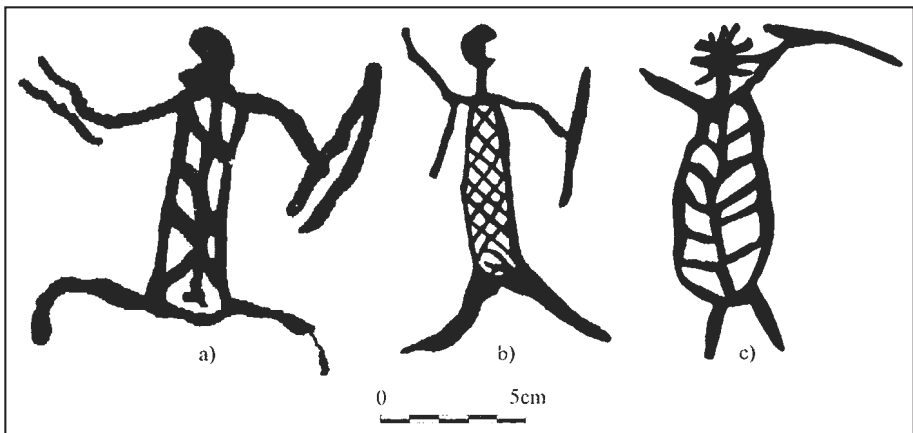


Figura 70. Tradição Nordeste. Pintura corporal e tendências ao geometrismo numa possível fase final da sub-tradição Seridó, Carnaúba dos Dantas, RN; a) Xique Xique; b) Mirador; c) Furna dos Caboclos.

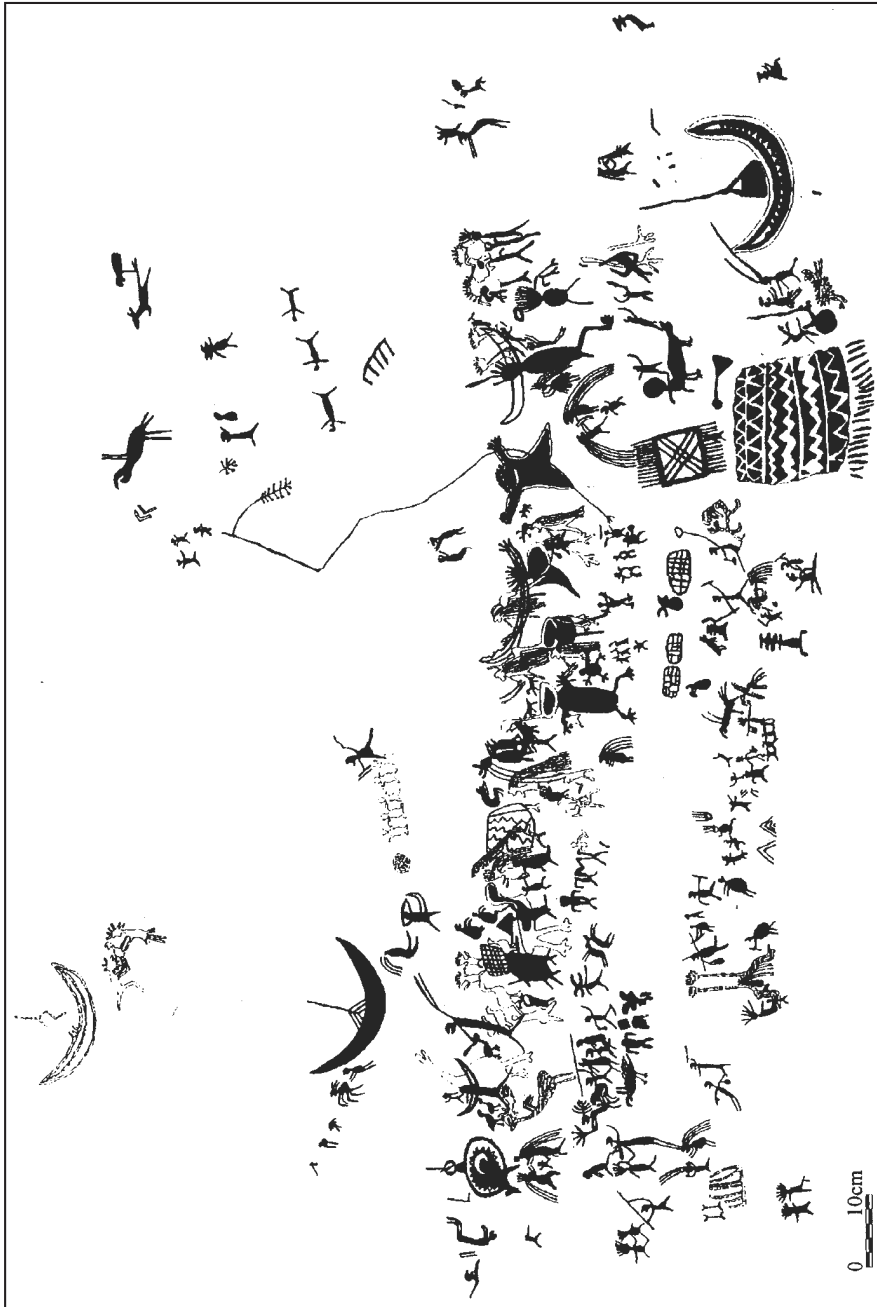


Figura 71. Tradição Nordeste, sub-tradição Seridó, Casa Santa, Carnatúba dos Dantas, RN.

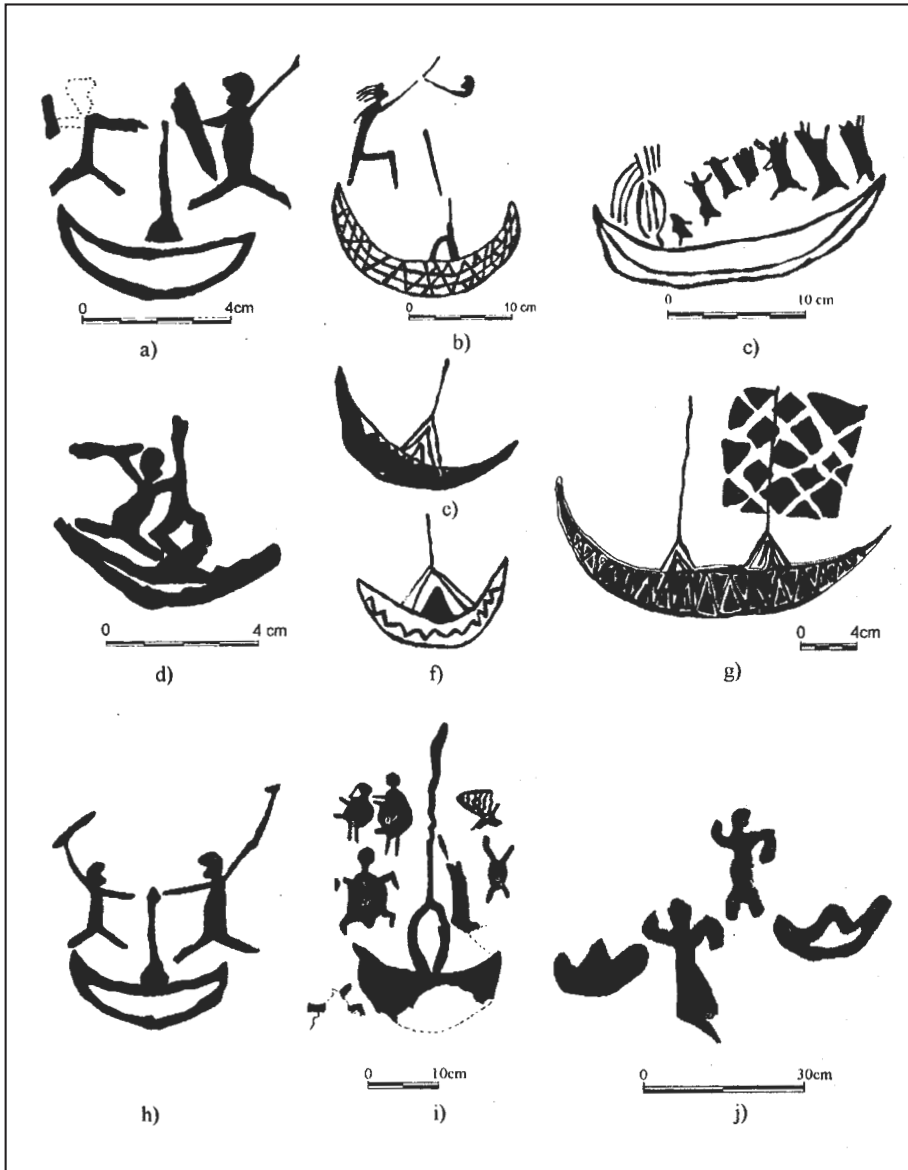


Figura 72. Tradição Nordeste. Representação de pirogas ou redes com figuras humanas; a, b, c, d, e, f, g, h) Parelhas e Carnaúba dos Dantas, RN; i) Buíque, PE; j) Queimadas, PB.

O sexo está representado com uma simplicidade que nada oferece, aparentemente, de ritual; uma figura masculina, por exemplo, deitada no chão sobre um leito de folhas descansa a cabeça sobre o braço esquerdo e parece masturbar-se; uma outra de membro descomunal, simplesmente segura-o com ambas as mãos e o exibe. Menos solitários, casais copulam ao meio de uma dança, misturando-se a dançarinos que têm ramos e folhas nas mãos. Existem também grafismos que parecem cenas de estrupo, representadas nas sub-tradições Seridó e Várzea Grande (Figuras 76 e 77).

Infelizmente, além do realismo e vivacidade das suas pinturas, ainda é pouco o que sabemos desses primitivos habitantes do Nordeste que pintaram os



Figura 73. Tradição Nordeste, sub-tradição Seridó. Figuras humanas carregam potes ou cestas. Xique-Xique I, Carnaúba dos Dantas, RN.

abrigos das serras que circundam os vales do rio Seridó e seus afluentes, Carnaúba e Acauã, desenhando, com delicadeza e minuciosidade, detalhes e os fatos mais importantes da sua existência: a luta, a caça, a dança e o amor.

A julgar pelas datas obtidas, a sub-tradição Seridó poderia ter uma cronologia inicial de 9000-8000 anos, mas isto é, no momento, uma hipótese e deverá ainda ser confirmada. São indicadores que denotam evolução cronológica o aumento de grafismos puros e o caráter repetitivo de alguns grafismos antropo-

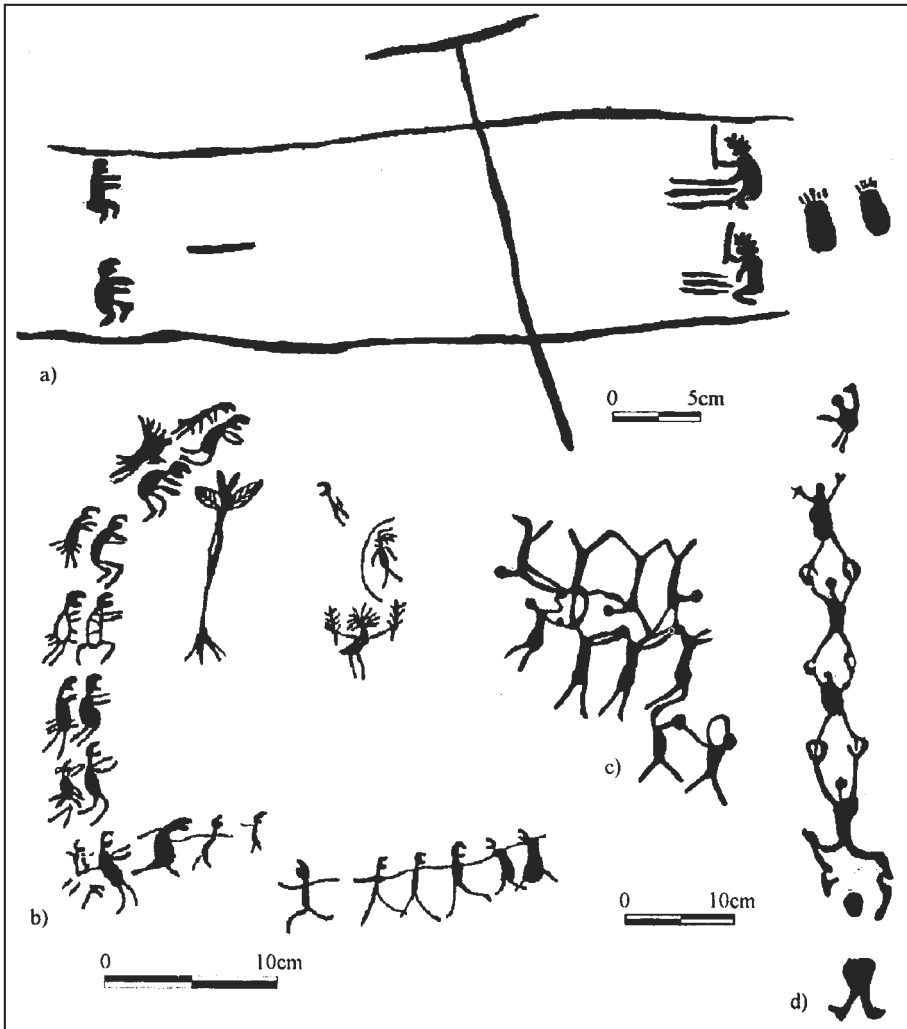


Figura 74. Tradição Nordeste. As cenas lúdicas são comuns nas representações das sub-tradições Seridó e Várzea Grande; a, b) Carnaúba dos Dantas, RN; c, d) São Raimundo Nonato, PI.

morfos formando fileiras de indivíduos que, aos poucos, vão perdendo as características humanas para transformarem-se quase que em ideogramas convencionais, que lembram as séries figurativas de origem (Figura 78). Os limites crono-espaciais da sub-tradição Seridó porém é ainda trabalho para muitos anos. Baseados nos dados de que dispomos podemos apenas levantar a hipótese de que a sub-tradição Seridó expandiu-se, penetrando na Paraíba, com formas já modificadas, mas com os elementos gráficos típicos da tradição Nordeste. No município de Araruna, junto ao rio Calabouço, da bacia do Curimataú-Cunhaú, na divisa com o Rio Grande do Norte, um grande abrigo-santuário onde existe uma capela dedicada a Nossa Senhora de Fátima, conserva algumas cenas de caça muito expressivas (Figura 79) que, infelizmente, encontram-se comprometidas pela fuligem que os romeiros produzem acendendo velas. No município de Queimadas, perto de Campina Grande, o sítio Pedra do Touro apresenta um painel no qual aparecem figuras humanas em movimento, com tamanho em torno de 18 cm, possivelmente numa cena de dança, além de grafismos representando as típicas pirogas da sub-tradição Seridó, mas com desenhos bem mais esquemáticos (Figura 72-j).

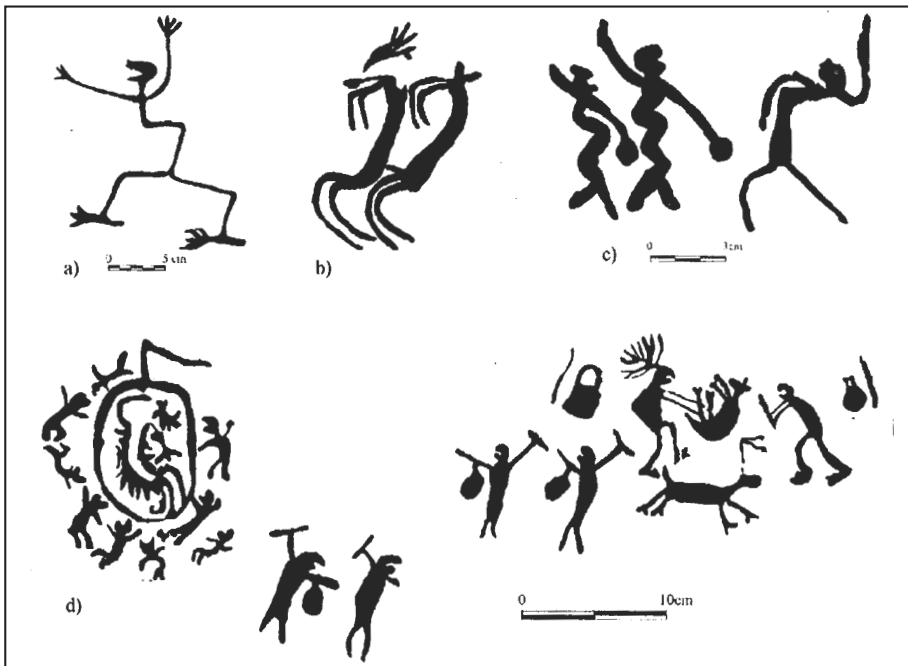


Figura 75. Tradição Nordeste, sub-tradição Seridó, RN. Recursos expressionistas que sugerem movimento nas figuras humanas; a, b, c) Mirador, Parelhas; d) Xique-Xique I, Carnaúba dos Dantas.

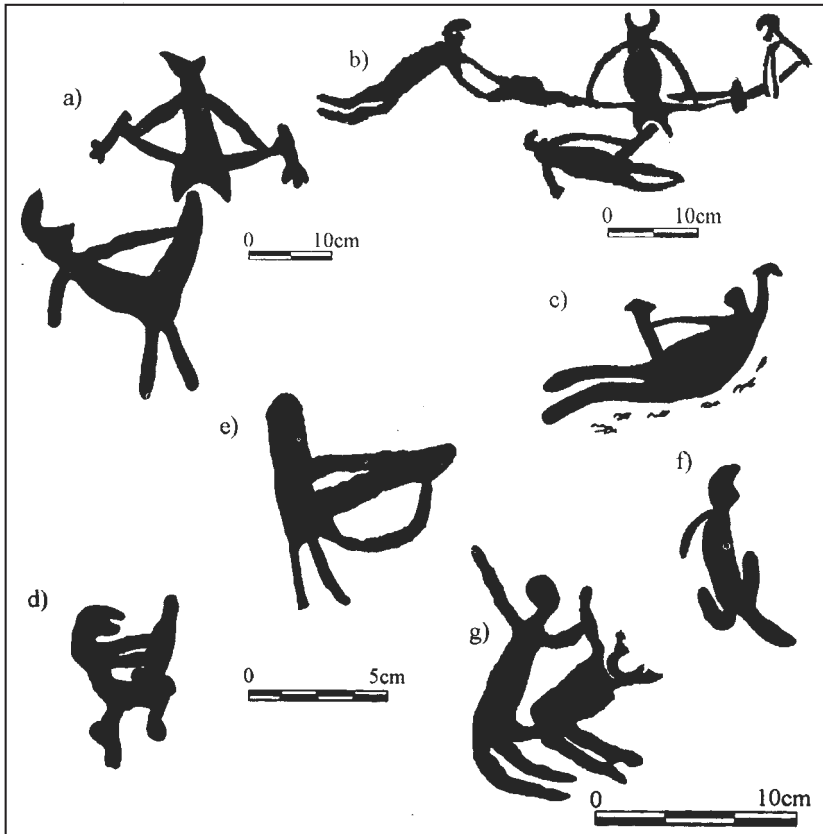


Figura 76. Tradição Nordeste, cenas de sexo e figuras hitifálicas. Sub-tradição Seridó; a, b) Xique-Xique II, Carnaúba dos Dantas, RN; c, d, e, f) Mirador, Parelhas, RN; g) Serra do Cachorro, Caruaru, PE.

Tradição Nordeste: a sub-tradição Central, BA

Chamamos sub-tradição Central às manifestações rupestres que, sem dúvida, pertencem também à tradição Nordeste no sertão da Bahia. A designação é homenagem ao trabalho de Maria Beltrão nessa região; nesta sub-tradição incluem-se também, pinturas rupestres localizadas em abrigos da Chapada Diamantina, principalmente nos municípios de Lençóis e Morro do Chapéu. Alguns desses abrigos já foram citados por Valentin Calderón que os incluiu numa tradição que chamou genericamente de "realista", descrita com minuciosidade nos seus trabalhos, mas que infelizmente, não são acompanhados de levantamento de painéis nem informações gráficas que nos permitissem conhecer

maiores detalhes. Pessoalmente identifiquei como da tradição Nordeste as fotografias que me foram mostradas pelo próprio Calderón, procedentes dessas regiões. Através dessas informações pude comprovar que, numa extensa área do sertão baiano, nas serras fronteiriças da depressão sanfranciscana, instalaram-se grupos étnicos que conheciam e representavam o seu mundo espiritual com técnicas e temática da tradição Nordeste. A qualidade do traço, o movimento das figuras humanas, o tamanho reduzido dos grafismos, a identificação das espécies animais e certos grafismos "heráldicos," asseguram, sem dúvida, a existência de uma sub-tradição da grande tradição Nordeste, na Bahia.

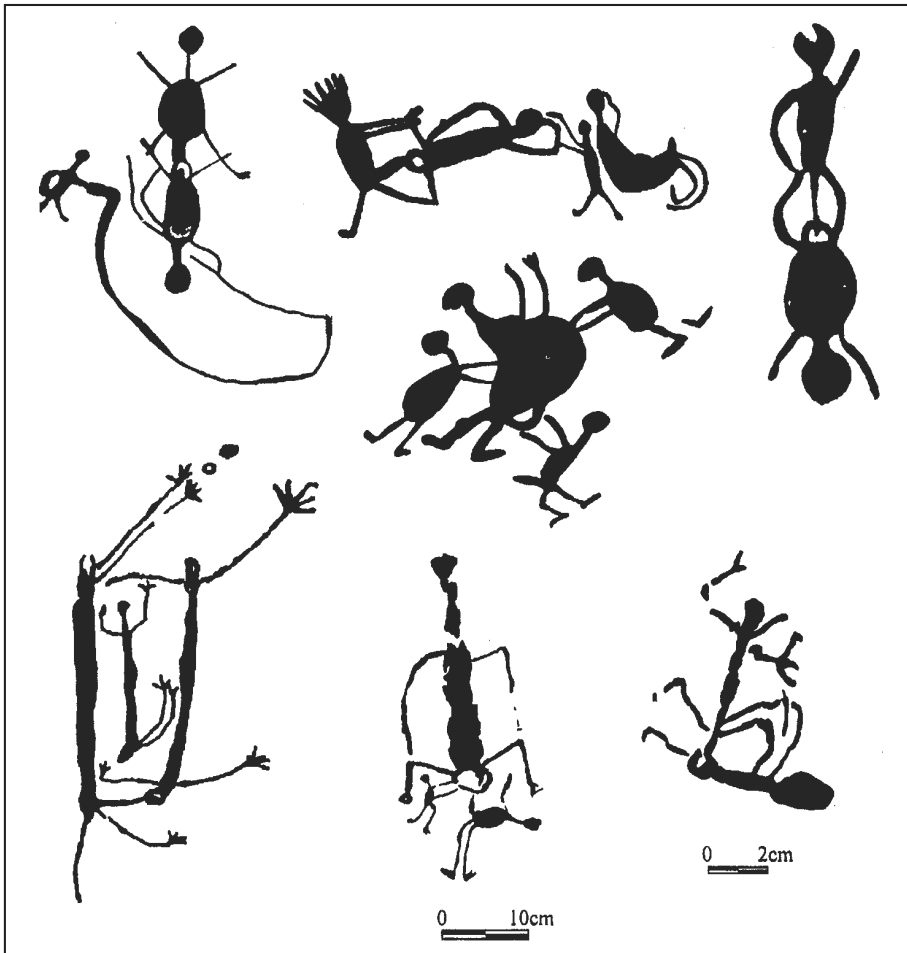


Figura 77. Tradição Nordeste, sub-tradição Várzea Grande, São Raimundo Nonato, PI. Cenas de sexo e parto.

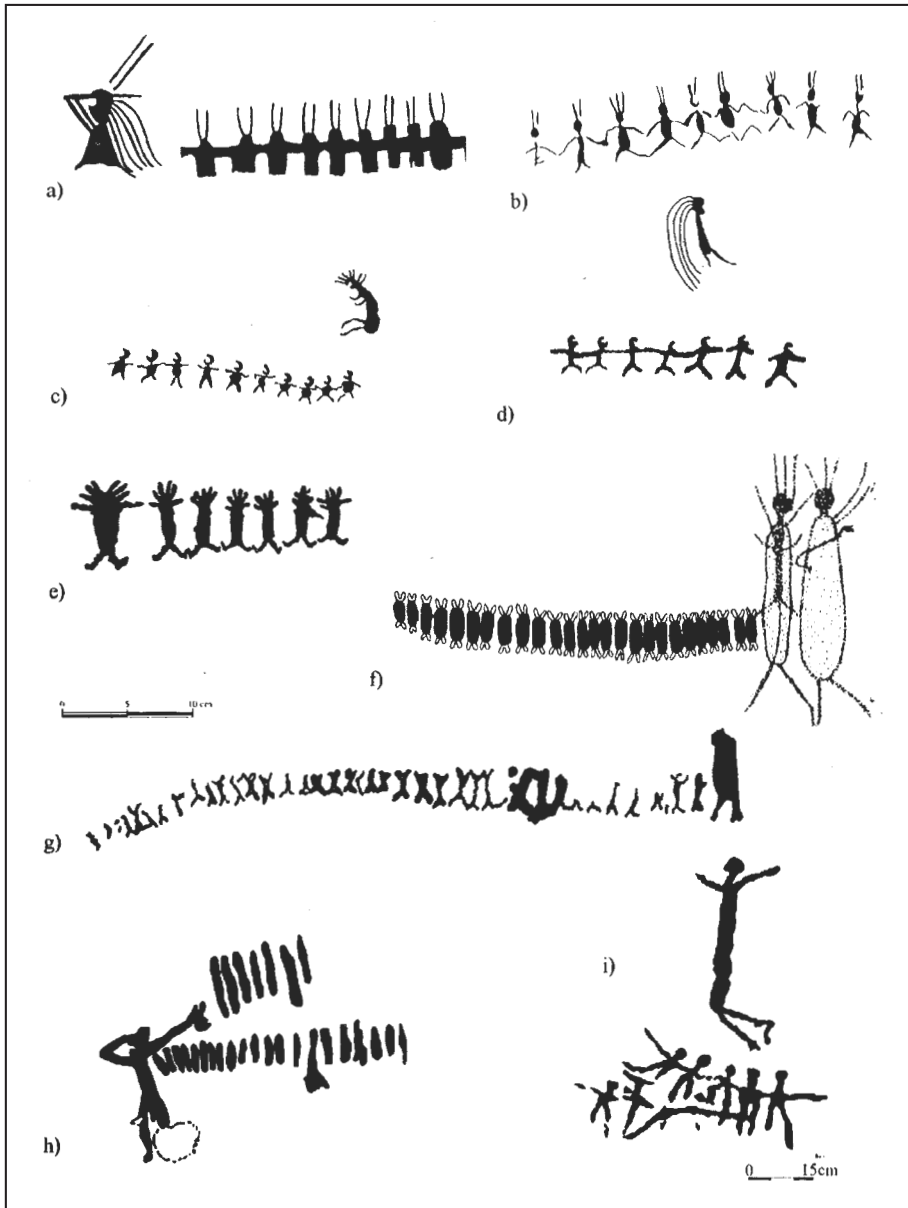


Figura 78. Tradição Nordeste. Figuras humanas enfileiradas, aparentemente guiadas por uma ou duas figuras principais. Observa-se a evolução para um esquematismo da figura humana; a, b, c, d) Carnaúba dos Dantas, RN; e, f, g) São Raimundo Nonato, PI; h) Afogados da Ingazeira, PE; i) Caruaru, PE.

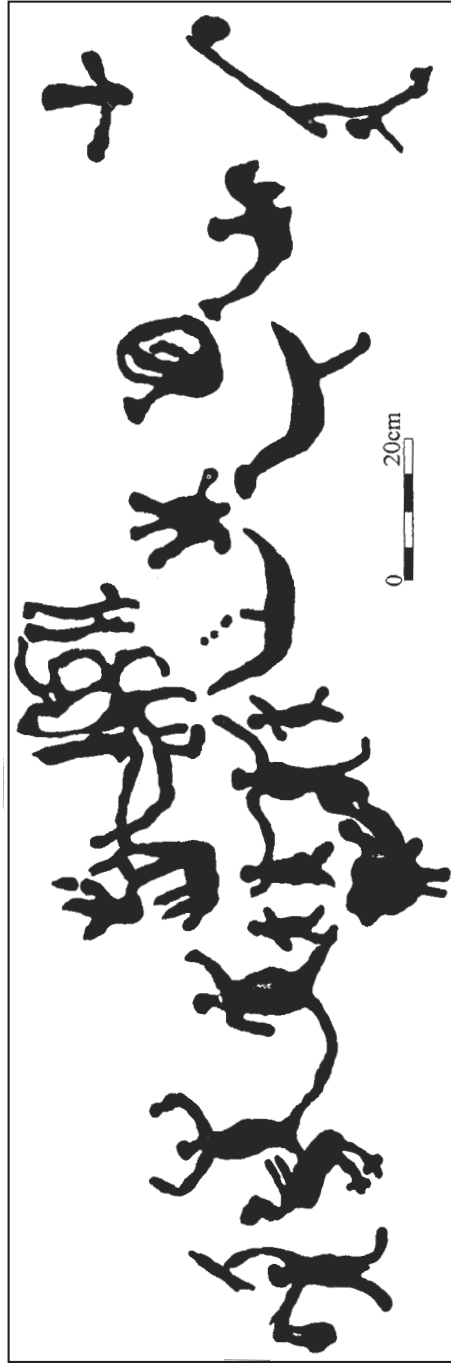


Figura 79. Tradição Nordste na Paraíba. Sítio do Letreiro, Araruna.

A forma de tratar a figura humana com a valorização do tamanho dos animais que estão sendo caçados, nos grafismos de ação, são elementos comuns na sub-tradição Central e nas sub-tradições Várzea Grande e Seridó. A figura de um animal de grande porte ¹, sendo caçado por pequenas figuras humanas, registrado junto ao riacho do Baixão do Gabriel, em Central (BA), assemelha-se a outras cenas da sub-tradição Várzea Grande, especialmente a do abrigo das Cabaceiras, onde o tema está representado duas vezes e a da Toca da Chapada dos Cruz, onde o animal representado é um veado. A representação magnificada de animais, em relação às figuras humanas, seguramente valorizando ou ritualizando a caça, aparece também nos sítios Xique-Xique e Serrote das Areias, no Seridó (Figura 82).



Figura 80. Tradição Nordeste, sub-tradição Seridó. Parelhas e Carnaúba dos Dantas, RN. Cenas de luta e agressões são comuns em todos os abrigos da sub-tradição.

¹ Considerado por J. J. Bigarella e M. C. Beltrão como a representação de um Toxodonte, herbívoro de grande tamanho, extinto no pleistoceno final.

Na relação entre o número de figuras humanas e de animais, na sub-tradição Central há certo predomínio dos últimos. Maria Beltrão identificou diferentes momentos do comportamento do veado galheiro nos sítios rupestres da Lagoa da Velha e Toca das Corças em Morro do Chapéu, tais como luta entre machos, acasalamento, perseguição entre machos e fêmeas, rebanhos com crias e enfrentamento entre veado e homem (Figura 83).

Grupos cerimoniais, nos quais figuras humanas com os braços levantados parecem proteger outras menores, possivelmente crianças, estão também presentes no sítio Pedra do Chapéu, no município de Lençóis.

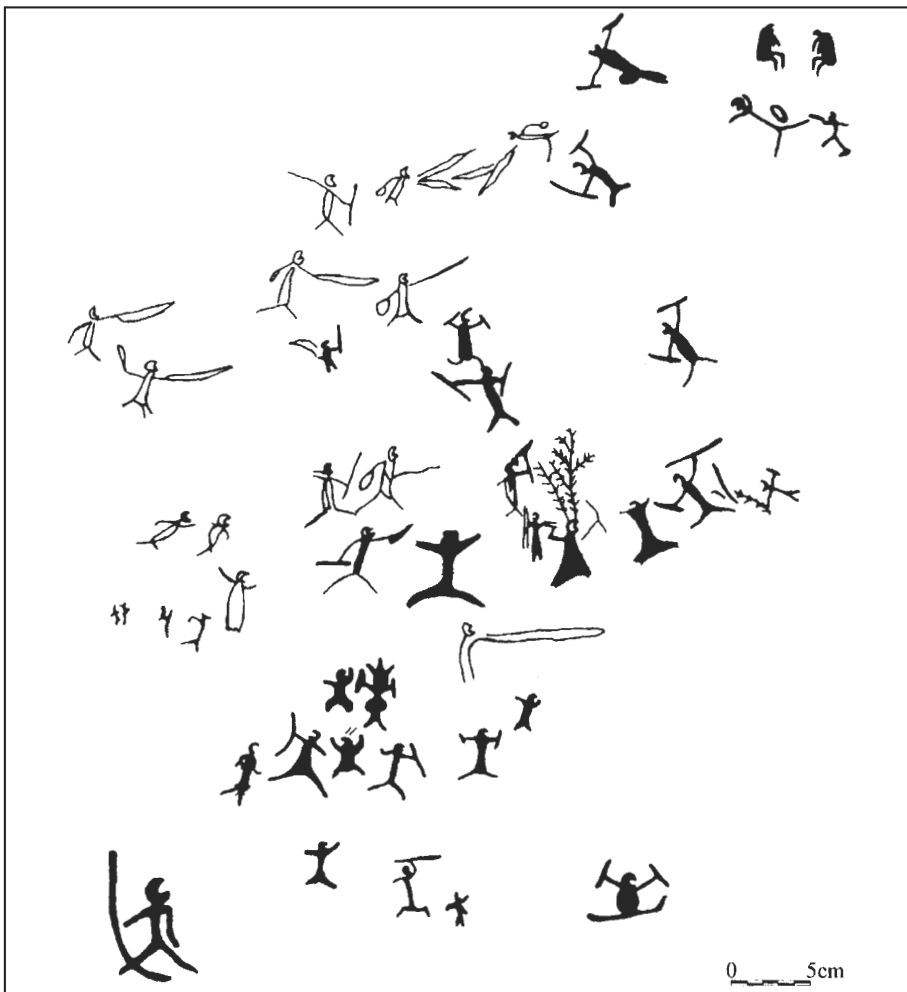


Figura 81. Tradição Nordeste. Cenas de luta na sub-tradição Seridó, RN. Sítio Mirador, Parelhas, RN.

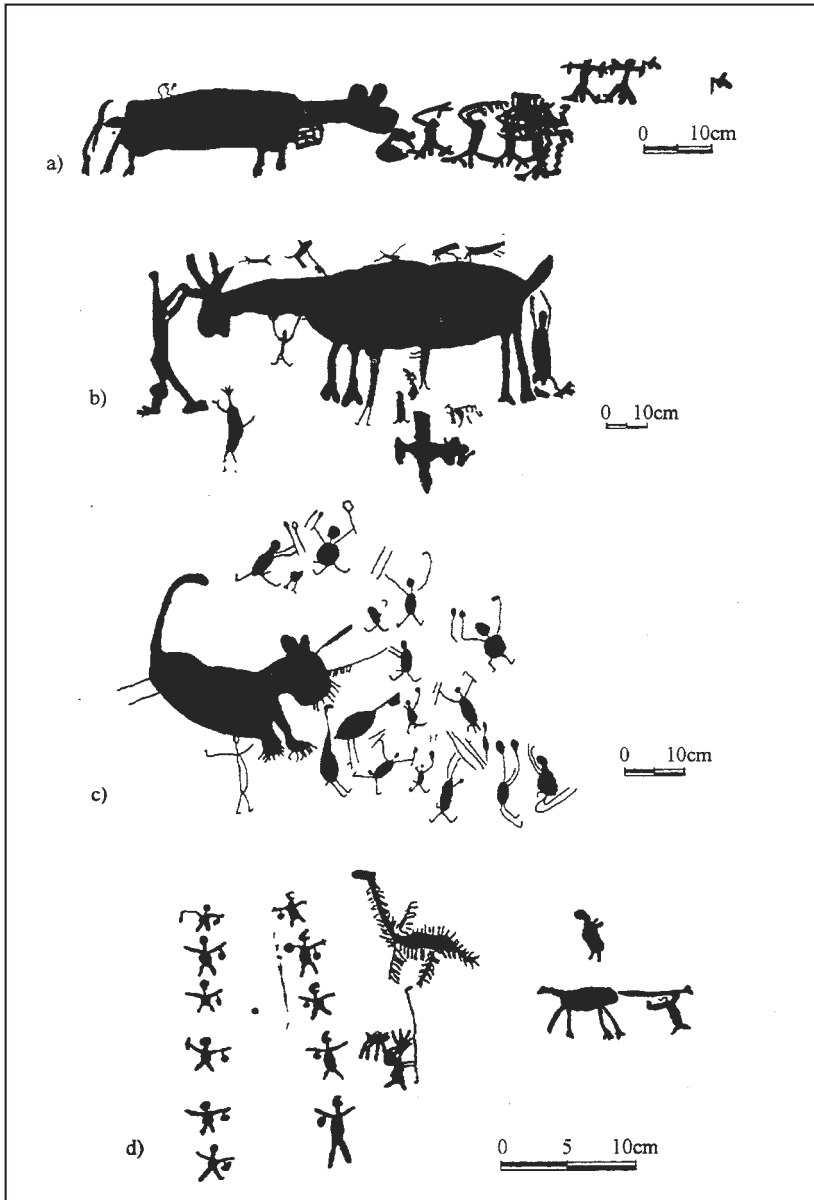


Figura 82. Magnificação do tamanho dos animais caçados em relação às figuras humanas na tradição Nordeste; a) Sub-tradição Central; b, c) sub-tradição Várzea Grande, São Raimundo Nonato, PI; d) sub-tradição Seridó, Carnaúba dos Dantas, RN.

A sub-tradição Central deve ter extensão muito ampla e disseminada a julgar pelos abrigos que se conhecem ao longo da depressão sanfranciscana e as serras limítrofes, sem que tenham sido feitas pesquisas intensivas a não ser na área de Central. Seguramente essa sub-tradição alcança também o vale do Peruaçu, afluente do São Francisco.

O próprio Valentin Calderón captou perfeitamente a importância dos conjuntos rupestres da Bahia, especialmente os da Chapada Diamantina, e quando nos descreve a sua tradição "realista" vemos que está descrevendo as principais características da tradição Nordeste. Referindo-se às pinturas rupestres da Fazenda Jabuticaba, no município de Morro do Chapéu, identifica "uma acentuada intenção de reproduzir a forma humana e dos animais através de uma maior realidade e dinamismo. São figuras em movimento, às vezes violento, com abundantes detalhes que permitem identificar as ações que executam. Neste primeiro grupo enquadrámos uma bela figura de guerreiro, com a cabeça ornada de penas, os braços abertos com o arco na mão esquerda e sete flechas na direita". O desenho, não excede os 15 cm. Figuras humanas em posição de ataque que não ultrapassam os 10 cm; figuras de frente e de perfil nas quais se pretende representar alguma forma de indumentária; aves representadas com realismo notável em atitude de veloz carreira; guerreiros com arcos e flechas e figuras humanas transportando objetos e ramos; dançarinos rechonchudos de cócoras ou em atitude de saltar, adornados com penas, bastões e ramos nas mãos aparecem nos seus registros. A descrição desses grafismos fez lembrar ao espanhol Calderón "a arte rupestre levantina espanhola". Encontramos, sem dúvida, a presença de uma sub-tradição da tradição Nordeste, cuja evolução e varieda-



Figura 83. Tradição Nordeste, sub-tradição Central, BA. Boqueirão dos Veados, Central.

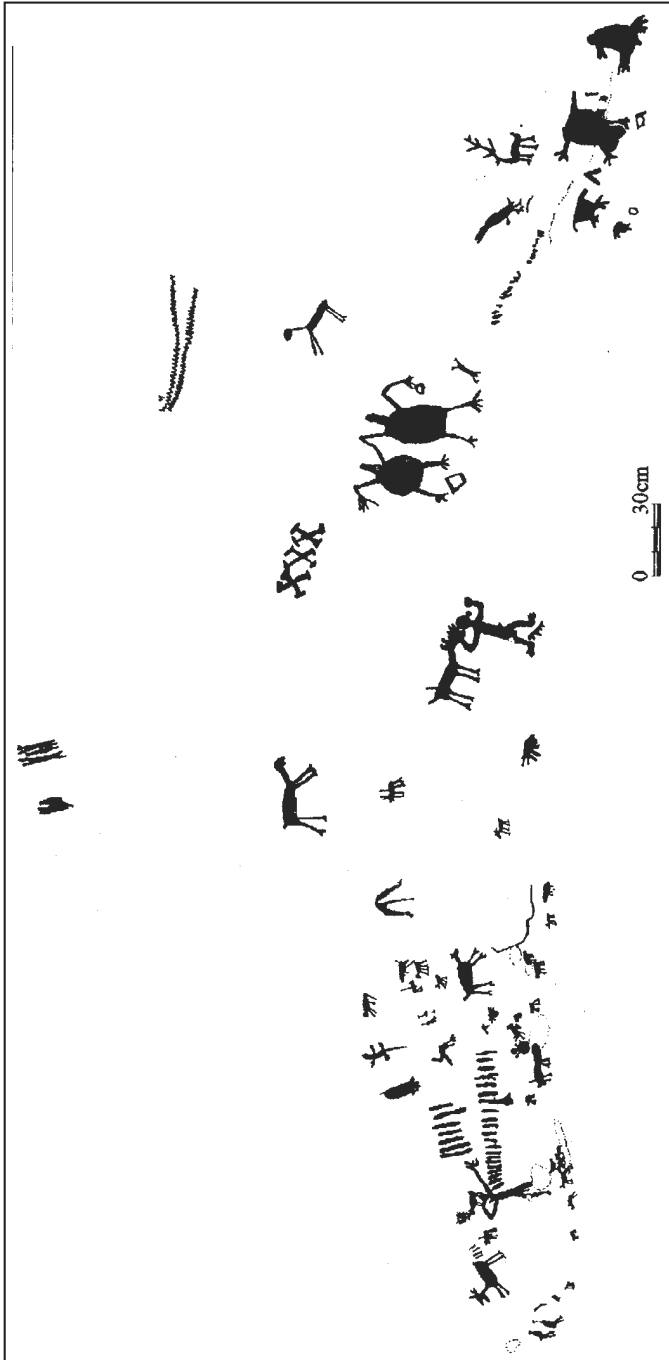


Figura 84. Tradição Nordeste em Pernambuco. Serra do Giz, Afogados da Ingazeira, PE.

des locais não passaram despercebidas para esse pioneiro da pesquisa arqueológica na Bahia que foi Valentin Calderón.

É importante chamar a atenção para a presença de arcos e setas na sub-tradição Central, descrita por Calderón como tradição "realista". Caso a presença dessas armas se confirme, seria um elemento novo dentro da tradição Nordeste que não aparece nos abrigos da sub-tradição Várzea Grande do SE do Piauí, nem nas pinturas da sub-tradição Seridó, no Rio Grande do Norte. A presença de arcos e flechas significaria uma cronologia posterior para as pinturas da sub-tradição Central na Chapada Diamantina, além de um elemento cultural novo, como é o caso da representação de pirogas no Seridó.

Tudo indica que a tradição Nordeste extrapola, em muito, os tênues limites até agora fixados da sua extensão, e que estão baseados apenas em informações fragmentárias que abrangem regiões pouco exploradas arqueologicamente. Pesquisas iniciadas por M. Galindo, já assinalaram em Pernambuco a representação de pirogas com remos no sítio Pedra da Concha, na bacia do Jatobá, município de Buíque e veados flechados de tipo "Nordeste" no Serrote do Giz, na bacia do Pajeú, município de Afogados da Ingazeira (Figura 84). Representações de fileiras de antropomorfos guiados por um possível chefe e cenas sexuais, foram recentemente descobertas na Serra do Cachorro, município de Caruaru (PE). Grafismos típicos da tradição Nordeste foram também assinaladas no centro de Minas Gerais, onde na Gruta do Ballet, município de Matozinhos e na Lapa do Chapéu, aparecem grafismos com a típica cabeça humana em forma de "caju", simulando perfis, em antropomorfos de sete a quinze centímetros de altura. No Mato Grosso, na Serra dos Coroados, bacia do São Lourenço, a Toca do Parto, apresenta também cenas de caça, dança, cópula e parto, as duas últimas indicando uma seqüência, com a mesma expressividade e movi-

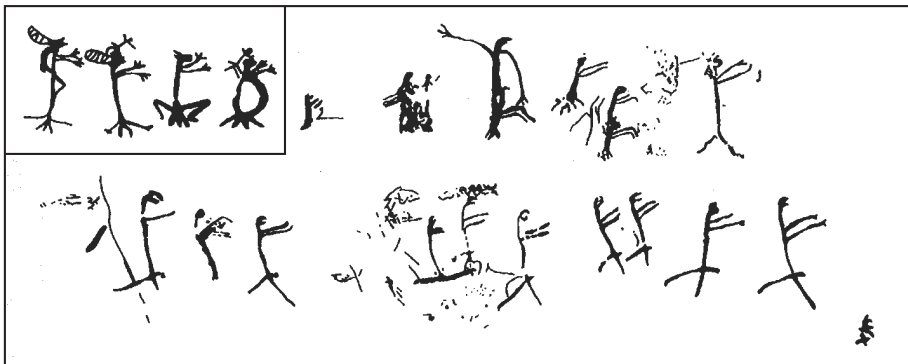


Figura 85. Tradição Nordeste em Minas Gerais, Lapa do Ballet, Matozinhos (CETEC, 1992). Figuras humanas com cabeça em forma de castanha de caju, típicas da sub-tradição Seridó.

mento da tradição Nordeste. Esses são apenas exemplos que ilustram o longo caminho ainda por percorrer na procura das trilhas dessa tradição rupestre pré-histórica.

A tradição Agreste

Com técnica gráfica e riqueza temática inferiores à tradição Nordeste, outros grupos étnicos de caçadores pré-históricos marcam sua presença no Nordeste brasileiro: o registro rupestre que os caracterizam tem sido chamado de tradição Agreste. O nome deve-se à grande concentração de sítios com pinturas localizadas nos pés de serra, várzeas e "brejos" da região agreste de Pernambuco e do sul da Paraíba, mas, na verdade, trata-se de uma tradição rupestre extremamente espalhada por todo o Nordeste, tanto nos "agrestes" como nas áreas sertanejas semi-áridas.

As origens da tradição Agreste são ainda incertas, pois o fato de maior ou menor concentração de sítios deve-se mais à intensidade das pesquisas com prospecções sistemáticas em determinadas regiões - como é o caso de Pernambuco e do SE do Piauí - do que à sua ausência em outras áreas. O problema reside, pois, na falta de levantamentos sistemáticos das áreas rupestres em amplas regiões do Nordeste. Por algumas informações verbais, poucas publicações e notícias mais ou menos esporádicas, sabemos que em todos os estados do Nordeste existem abrigos e lagedos onde se acumulam pinturas rupestres dessa tradição que chamamos Agreste.

As principais características da tradição Agreste são os grafismos de grande tamanho, geralmente isolados, sem formar cenas e, quando estas existem, apresentam-se compostas por poucos indivíduos ou animais. Grafismos puros, simples ou muito elaborados, acompanham os grafismos de ação sejam eles antropomorfos ou zoomorfos. Grafismo emblemático da tradição Agreste é a figura de um antropomorfo, às vezes de grande tamanho (pode atingir mais de um metro de altura) de aspecto grotesco, estático e geralmente isolado, assemelhando-se à uma figura totêmica (Figura 86). Entre os zoomorfos, dificilmente as espécies podem ser reconhecidas - ao contrário do que acontece com a tradição Nordeste - e raramente é possível atribuir-se às figuras de animais designações mais precisas e com maiores detalhes qualificativos do que "aves" ou "quadrúpedes". Porém são identificáveis os grafismos que representam quelônios e lagartos. Peixes também aparecem com desenhos esquemáticos de poucos detalhes se bem que em um caso tenha sido representada claramente a figura de um cachalote.

Outro grafismo que, dependendo das regiões, é mais ou menos comum, e que pode também ser considerado como emblemático da tradição Agreste, é a figura de uma pássaro de longas penas e asas abertas, cujo antropoformismo sugere a representação de um homem-pássaro. As marcas de mãos em positivo e, às vezes, também de pés, distribuídas em vários lugares dos painéis, principalmente na parte superior dos mesmos, são também uma característica mar-

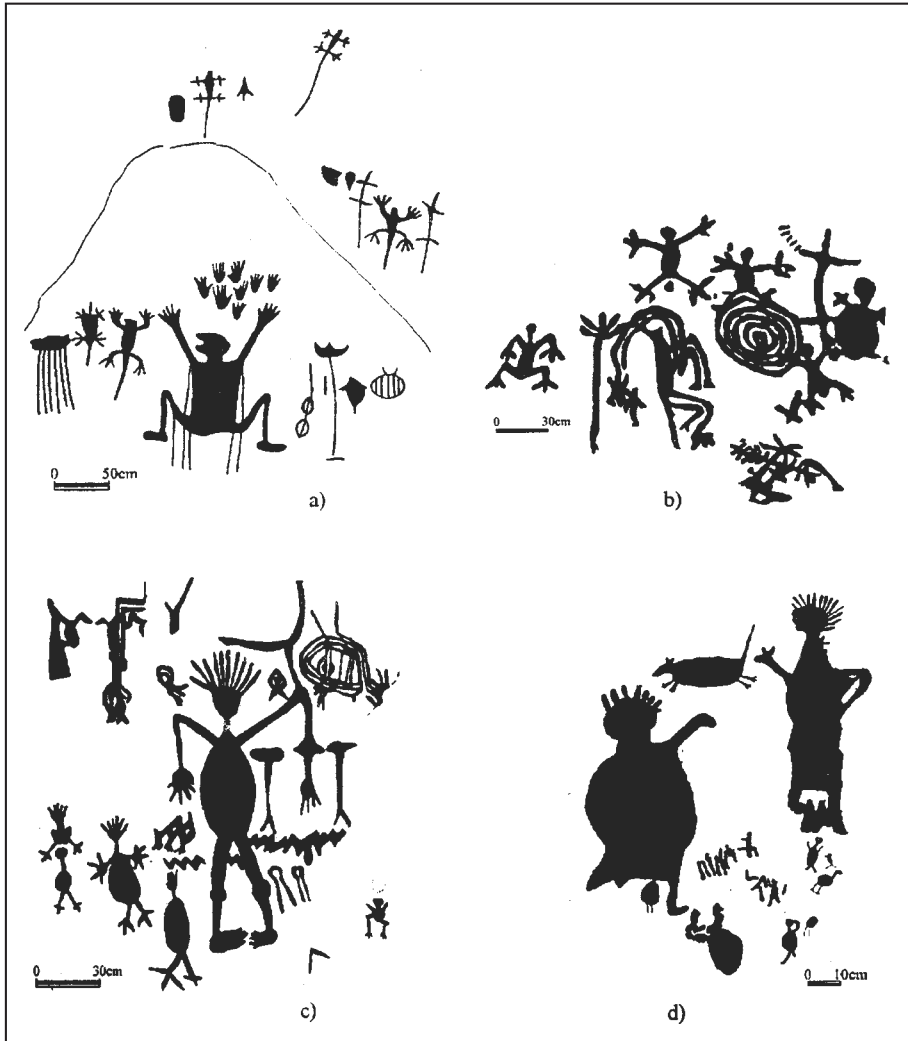


Figura 86. Tradição Agreste; a) Sítio Bom Jesus, Santana do Mato, RN; b) Sítio Pedra do Velho Samuel, São João do Tigre, PB; c) Sítio Pedra Redonda, Pedra, PE; d) Sítio da Entrada do Baixão da Vaca, São Raimundo Nonato, PI.

cante na tradição Agreste. Dependendo das sub-tradições, essas marcas foram realizadas com mãos proposadamente pintadas com um desenho e não apenas manchadas de tinta, dando-se, assim, o aspecto de um carimbo em forma de mão. A presença de marcas de mãos não é em si indicativo de uma determinada tradição, na medida em que marcas de mãos aparecem em abrigos e cavernas de todas as partes do mundo. Mas a forma em que essas mãos foram representadas e o seu posicionamento nos painéis rupestres podem servir como mais um fator

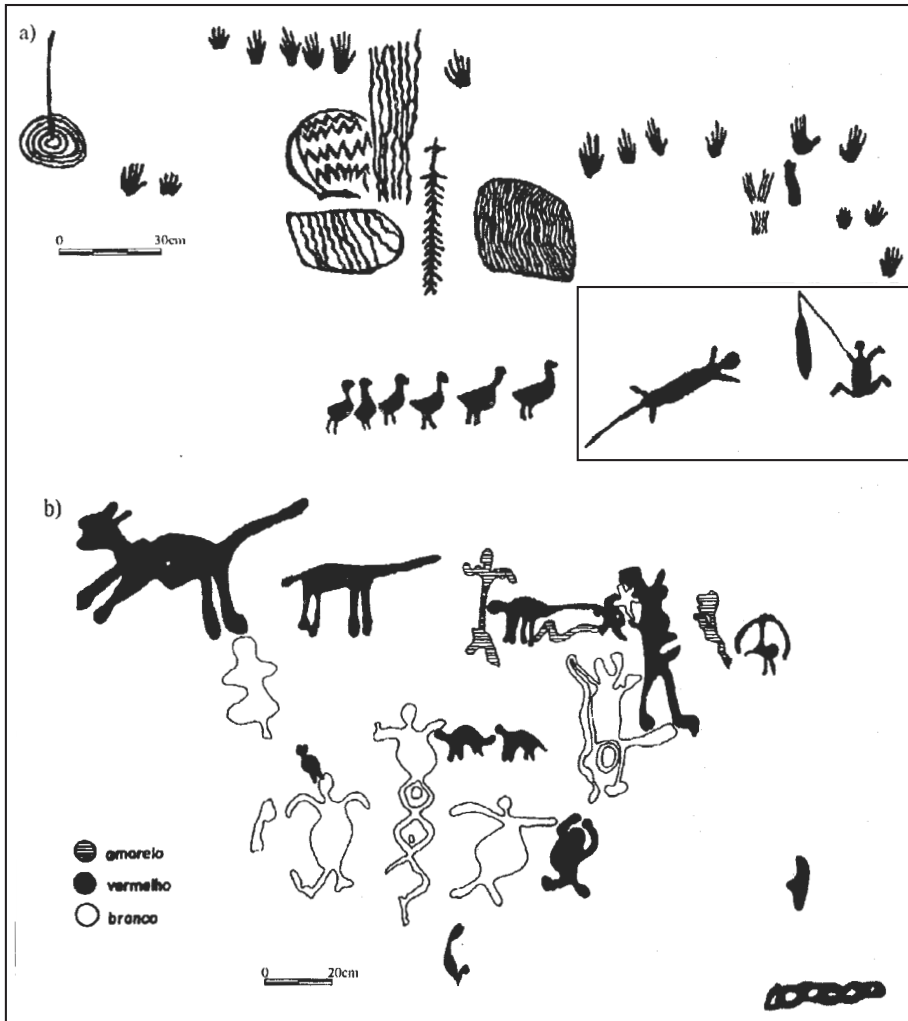


Figura 87. Tradição Agreste; a) Peri-Peri II; a utilização de policromia e movimento nas figuras humanas com acrobacias esquematizadas, poderiam indicar uma fase de evolução dos grafismos da tradição Nordeste para Agreste.

classificatório e determinante de uma tradição. Além da presença entre os painéis da tradição Agreste, registramos também sua ausência nas pinturas da tradição Nordeste e nas gravuras das Itaquatiaras.

Grafismos puros labirínticos ou em forma de grades, espirais e linhas sinuosas de vários tamanhos e que, aparentemente, não guardam nenhuma relação entre si, são também elementos que nos levam a identificar as pinturas rupestres da tradição Agreste. É sempre necessário levar-se em conta que as referências anteriores são apenas genéricas e com elas procuramos apenas apresentar as linhas gerais que caracterizam a tradição. Estudos minuciosos de enclaves arqueológicos, nos quais possam ser identificados os caracterizadores de cada sub-tradição, além do estudo do suporte e das estruturas arqueológicas que compõem o sítio ou o conjunto de sítios, nos ajudarão, no futuro, a determinar quais grupos humanos foram autores das diversas manifestações rupestres que reunimos sob a designação de tradição Agreste.

Na tradição Agreste, tecnicamente, os tipos de pigmento utilizados são predominantemente o vermelho nas diversas tonalidades que o óxido de ferro e o ocre natural podem fornecer, mas a densidade das tintas usadas e o maior ou menor cuidado no traço e na elaboração dos grafismos mudam muito nas diferentes áreas geográficas. É possível mesmo encontrar-se numa mesma área ou mesmo entre abrigos vizinhos, grafismos cuidadosamente elaborados com linhas paralelas perfeitas e de traço limpo e outros grafismos nos quais a tinta escorre borrando o desenho original. Algumas manchas de tinta grossa, como se houvesse o propósito intencional de manchar os desenhos depois de pintados, podem ser também obra posterior com a intenção explícita de apagar o trabalho anterior, fato que não observei nos painéis da tradição Nordeste.

Os sítios com pinturas rupestres da tradição Agreste, na microrregião de Arcoverde, em Pernambuco, são morfologicamente bem característicos, aparentemente, sem intrusão de outras tradições nos mesmos abrigos; entretanto, na região do Seridó, encontramos abrigos com claras superposições das duas tradições: a Agreste sobre a Nordeste. O caso repete-se também em outro sítio localizado em Afogados da Ingazeira (PE) e no SE do Piauí.

Cronologicamente, pelos dados que até agora se conhecem, a tradição Agreste, posterior à Nordeste, aparece no SE do Piauí em torno de 5000 anos antes do presente². Essa data se obteve na Toca da Boa Vista I, em São Raimundo Nonato. Trata-se de mais um caso de boa sorte, compensando a tradicional dificuldade para se datar registros rupestres; antropomorfos típicos dessa tradição foram pintados numa saliência da rocha, da qual a tinta escorreu em quan-

² 5.000 ± 110 anos BP.

tidade suficiente para deixar, no sedimento, restos do pigmento utilizado. Carvão procedente desse sedimento forneceu a data citada de 5000 anos. Em Pernambuco³, foram obtidas quatro datações radiocarbônicas relacionadas com pinturas rupestres de tradição Agreste, que as situam em torno dos 2000 BP. Duas, no sítio Peri-Peri, em Venturosa, foram obtidas de duas fogueiras, nas quais foram coletados fragmentos de ocre com marcas de ter sido raspado de modo a formar pequenos recipientes onde se teria preparado o pigmento. As outras duas procedem do Sítio Alcobaça, em Buíque, obtidas do sedimento que cobria parte das pinturas. Além dos fragmentos de ocre foram obtidas também lascas e raspadores com restos de tinta vermelha.

A enorme dispersão que alcançou a tradição Agreste resultou naturalmente em várias sub-tradições, algumas das quais podem ser determinadas, enquanto outras apenas esboçadas, aguardando-se estudos mais completos.

Tradição Agreste: a sub-tradição Cariris Velhos, em Pernambuco e na Paraíba

Damos a denominação Cariris Velhos à sub-tradição que caracteriza os sítios rupestres da tradição Agreste que se estendem numa ampla área ao sul da Paraíba e ao Nordeste de Pernambuco, na região onde um arco de serras marca a divisa entre os dois estados, ou seja, entre os 36° - 37° de longitude, limitados pelos municípios de Campina Grande ao norte e Arcoverde ao sul.

Ruth de Almeida (1979) fez um levantamento cuidadoso dessa região no lado paraibano, assinalando meia centena de sítios com registros rupestres, em dois anos de prospecções na região conhecida como Cariris da Paraíba, publicando um relatório com a localização dos sítios e a descrição sumária dos mesmos. Na mesma época, realizava Alice Aguiar prospecções para o levantamento dos abrigos rupestres da região Agreste de Pernambuco, assinalando também sítios nos municípios paraibanos de São João do Tigre, São Sebastião e Monteiro.

Os grafismos caracterizadores da sub-tradição Cariris Velhos são basicamente os descritos para a tradição Agreste nas páginas anteriores, pois foi a partir desses sítios do Agreste pernambucano que a tradição foi determinada. Os grafismos e painéis da sub-tradição Cariris Velhos nunca aparecem em abrigos e paredões no alto das serras e, tanto na Paraíba como em Pernambuco, os lugares preferidos são os matacões arredondados de granito que emergem pela erosão, nas rochas mais brandas, nos vales e nas encostas das serras, destacan-

³ 1.760 ± 160 anos BP; 2.030 ± 50 anos BP (Peri-Peri); 1785 ± 49 anos BP; 1766 ± 24 anos BP (Alcobaça).

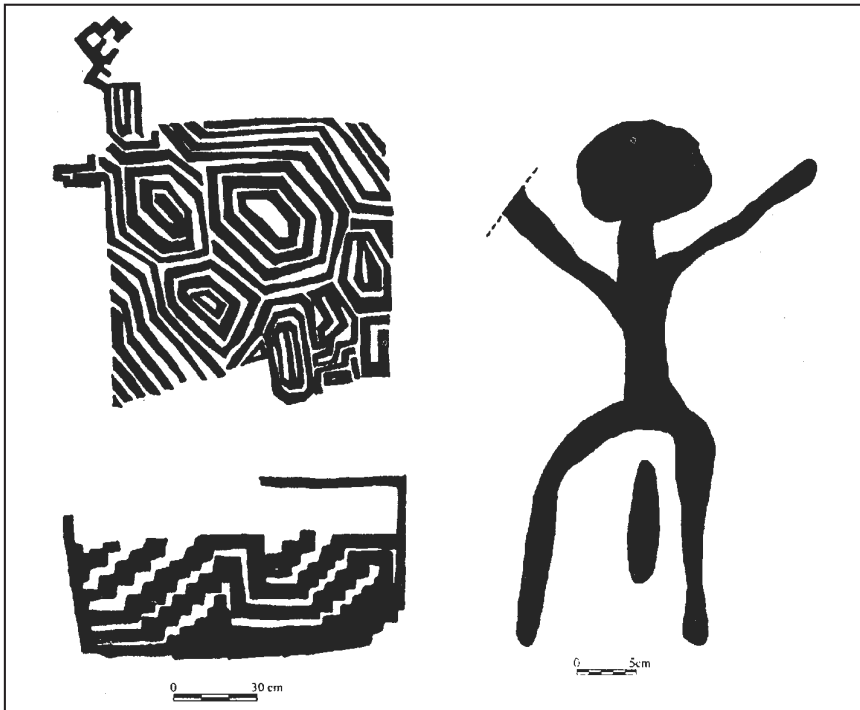


Figura 88. Tradição Agreste, sub-tradição Cariris-Velhos. A Pedra do Tubarão e o Cemitério dos Caboclos, em Venturosa, PE, formam parte da mesma estrutura arqueológica, com antropomorfo isolado e grafismos puros tipo "carimbo", típicos da tradição Agreste.

do-se na paisagem. Não é raro encontrar esses sítios dentro de fazendas, às vezes utilizados como currais ou como lugar de descanso dos agricultores e dos canteiros que extraem granito, tantas vezes responsáveis involuntários pela sua destruição. Aparecem também sobre o arenito em várzeas e "brejos". Os sítios da sub-tradição Cariris Velhos, que apresentam indícios de ocupação, formam estruturas bem definidas que consideramos como o "habitat" típico dos caçadores dessa sub-tradição rupestre. São conjuntos formados por abrigos com pinturas rupestres, permanente ou temporariamente ocupados como acampamento ou habitação, com um cemitério nas proximidades, e sempre perto de fontes d'água, tais como caldeirões, olhos d'água ou pequenos riachos, ou seja, sítios com pinturas, cemitério e água, em um pé de serra, que são os elementos que caracterizam basicamente os sítios arqueológicos da sub-tradição Cariris Velhos na Paraíba e em Pernambuco.

Alguns abrigos apresentam grafismos puros muito elaborados, de cuidadoso desenho com intenção aparente de representar algo complicado e labirín-

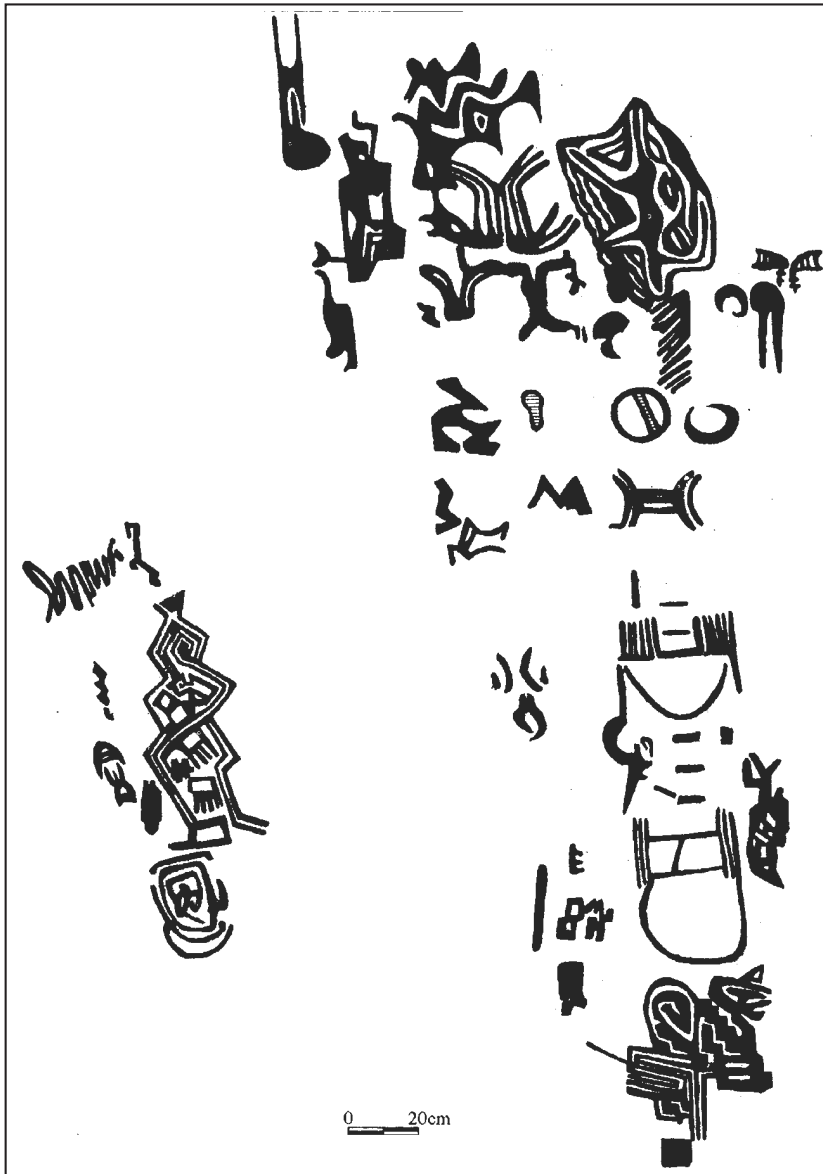


Figura 89. Tradição Agreste. Grafismos tipo "carimbo", freqüentes na sub-tradição Cariris Velhos, Pedra da Buquinha, Venturosa, PE.

tico que lembra a pintura corporal indígena ou a modo de carimbos. Alguns são de considerável tamanho como é o caso do painel I, da Pedra do Tubarão em Venturosa (PE), que mede 1,50 cm de altura ou os grafismos puros da Pedra da

Buquinha, no mesmo município (Figuras 88 e 89). A presença desses grafismos nos levou a separar uma variedade que, provisoriamente, foi chamada de "geométrica elaborada". Como acompanham e estão situados nos mesmos abrigos da sub-tradição Cariris Velhos não temos elementos ainda para separá-los e incluí-los noutra tradição já que temos dúvidas sobre a existência de uma "tradição Geométrica" ocupando os mesmos abrigos da tradição Agreste e da qual tratarei mais adiante.

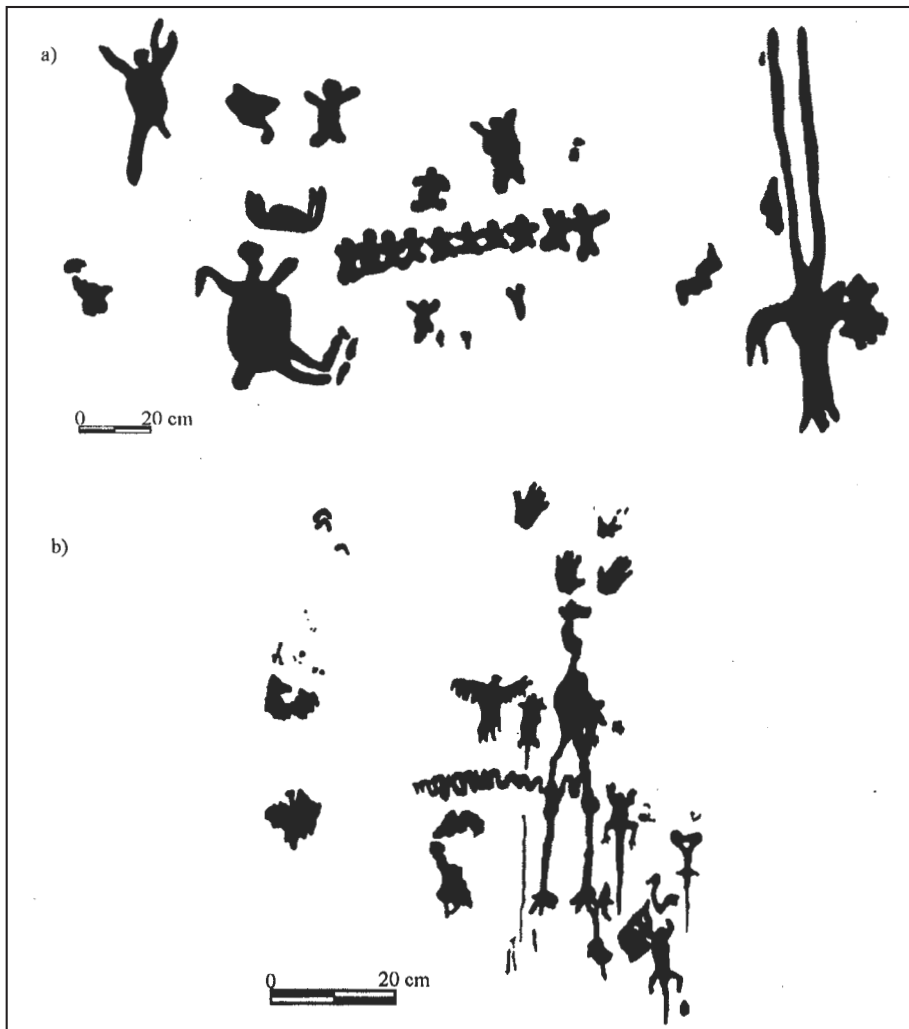


Figura 90. Tradição Agreste, sub-tradição Cariris-Velhos; a) Pedra Furada, Venturosa, PE; b) Pedra da Figura, Taquaritinga do Norte, PE.

Pelos dados que até o momento conhecemos, os grupos humanos "Agreste" de Pernambuco partilhavam de um clima semi-árido parecido ao atual, como as cronologias conhecidas indicam. Contando com poucos recursos hídricos, suas estruturas aparecem agrupadas em limites reduzidos, formando pequenos grupos dependentes de uma fonte d'água que limitaria, também, o número de indivíduos e o entorno do seu "habitat".

A Tradição Agreste no Piauí

Em princípio, Niède Guidon (1983) estabeleceu dois estilos diferenciados para a tradição Agreste na área da sua pesquisa, e os designou estilo Serra do Tapuio e estilo Extrema. Essas divisões foram apresentadas como hipótese de trabalho e, sem querer ser categórica nas definições, a autora admitiu também a possibilidade de que poderia tratar-se de duas sub-tradições. Na descrição dos grafismos da tradição Agreste, o estilo Serra do Tapuio, maciço montanhoso onde foram assinaladas as primeiras manifestações da tradição na área de São Raimundo Nonato, é definido como de traços grosseiros, imprecisão e irregularidade nos contornos e falta de dinamismo nas figuras humanas e animais, registrando-se também a ausência de representações ligadas à vida social. A grande talha dos antropomorfos, que parecem vestidos de grandes túnicas, às vezes com adornos de penas na cabeça, a cor vermelha e as figuras recheadas depois de desenhadas a silhueta são seus elementos caracterizadores. Os sítios aparecem independentes mas também são intrusivos nos abrigos da tradição Nordeste. É o caso do sítio da Toca do Baixão da Vaca.

Do estilo Extrema, o sítio epônimo seria a Toca da Extrema II, na Serra Branca, onde junto aos grafismos da tradição Agreste aparecem também os da tradição Nordeste. No abrigo citado, Toca da Extrema II, aparecem marcas de mãos cujas palmas foram antes pintadas e ao serem estampadas na parede, produzem o efeito de carimbos, grafismos que se repetem em Apodi, no Rio Grande do Norte. Na Toca do Vento, um antropomorfo estático, típico da tradição, aparece rodeado de marcas de mãos em positivo, tema repetido em toda a área da sub-tradição Cariris Velhos.

Com o avanço das pesquisas, as características ou indicadores regionais da tradição Agreste no Sudeste do Piauí foram sendo apuradas e, na atualidade, as autoras da pesquisa, Niède Guidon e Anne Marie Pessis (1992) distinguem duas sub classes ou mesmo sub-tradições para a tradição Agreste da sua área de pesquisa. Uma, muito antiga, poderia ter aparecido, segundo as autoras citadas, por volta de 9000 anos BP, como elemento intrusivo nos painéis da tradição Nordeste com formas ainda miniaturizadas, em antropomorfos isolados. O sítio

tipo seria o Perna I, concretamente o painel soterrado pelo sedimento arqueológico descoberto durante as escavações. Uma classe posterior, que começaria em torno de 5000 anos BP na Toca da Boa Vista, e perduraria até muito depois do desaparecimento da tradição Nordeste (4.000-3.500 BP), relacionada já com grupos ceramistas. Anne Marie Pessis levanta a hipótese de que se trate de duas etnias dentro da tradição Agreste e não uma única que evoluiu *in situ*.

Se realmente a tradição Agreste é tão antiga, pelos dados que conhecemos no agreste de Pernambuco e da Paraíba, os grupos étnicos aos quais pertence nessa região, devem ter se estabelecido na área depois de um longo período de adaptação e migração.

A tradição Agreste está presente também no norte do Estado do Piauí. O parque Nacional de Sete Cidades, no município de Piracuruca, reúne um importante conjunto de sítios com pinturas dessa tradição, na qual dominam os grafismos puros, mas contam também com a presença do pássaro de asas abertas e antropomorfos típicos da tradição Agreste. Não existe uma publicação completa sobre a arte rupestre de Sete Cidades, área arqueológica de singular importância, dal qual se tem apenas notícias esparsas. Em 1973, Niède Guidon realizou o relevo fotográfico da área arqueológica do parque e Laurence Ogel-Ross e F. Manenti fizeram um levantamento preliminar dos registros rupestres mas que não chegou a ser publicado. Na atualidade, existe um projeto dirigido por Conceição Lage, do Núcleo de Antropologia Pré-histórica, da Universidade Federal do Piauí, para se retomar os trabalhos de cadastramento dos sítios rupestres do Parque das Sete Cidades. Esse mesmo núcleo de pesquisa realiza, também, desde 1986, o mapa arqueológico do norte do Estado do Piauí. Os sítios com registros rupestres cadastrados em onze municípios ao norte de Teresina, pertencem, na sua maioria, à tradição Agreste, mas, uma vez mais, precisa-se de publicações pormenorizadas que determinem as sub-tradições e as características morfológicas dos sítios dessa grande tradição.

Outras sub-tradições da Tradição Agreste

É impressionante a enorme extensão que a tradição Agreste alcançou. Atualmente procede-se por parte de vários pesquisadores a uma revisão dessa tradição rupestre tratando-se de determinar as diversas e possíveis sub-tradições e os caminhos que as mesmas seguiram na sua evolução espaço-temporal. O fato de existirem pinturas rupestres de "tipo agreste", espalhadas por todo o Nordeste, não nos ajuda nem nos permite estabelecer sub-tradições unicamente a partir da existência de pinturas de uma mesma tradição em áreas tão distantes. Para a fixação de uma sub-tradição precisa-se do levantamento cuidadoso de uma área com concentração de sítios e estudo de grafismos carac-

terizadores da mesma além da determinação, em cada caso, dos tipos de suporte preferidos pelos autores das pinturas. O tipo de suporte é, porém, também relativo, pois depende naturalmente do tipo de abrigo ou de rocha que os ocupantes dispunham na área, mas, de qualquer modo, existem preferências na escolha dos sítios que podem ser detectadas, como vimos em relação à sub-tradição Cariris Velhos ou à sub-tradição Seridó.

A explicação anterior serve para justificar que, quando me refiro a possíveis sub-tradições, pretendo apenas estabelecer um roteiro das regiões onde sítios com pinturas rupestres podem ser incluídas na tradição Agreste, sugerindo a existência de uma possível sub-tradição, já que tomamos como elemento determinante na definição de sub-tradição, o fator geográfico.

O que mais impressiona na tradição Agreste é a repetição dos grafismos emblemáticos que a determinam, às vezes tão semelhante que parecem desenhados pela mesma mão embora estejam separados por centenas de quilômetros. Assim, poderíamos falar de uma sub-tradição da tradição Agreste, na região de Sobradinho, na Bahia. Essa *sub-tradição Sobradinho* chegaria até os sítios "Agreste" da Chapada Diamantina e de Central, na margem direita do São Francisco. Valentin Calderón cita a existência de cinco cavernas com pinturas, no município de Ituaçu, na Chapada Diamantina, das vinte e quatro registradas, entre as quais a de Mangabeira e a do Bode. Na descrição das pinturas da última, feita um tanto ambigualmente, detectamos grafismos da tradição Agreste quando se refere à "reduzida quantidade de pictografias figurativas em avançado estado de esquematização" e "num grande nicho natural dentro do qual aparece uma figura humana esquemática de grande tamanho com um pássaro no ombro direito". A figura do pássaro de asas abertas, que Calderón identificara como um urubu, está também presente na caverna do Bode. Outros sítios descritos pelo mesmo autor, incluídos no que chamou de "tradição Simbolista", encontram-se espalhados na Serra Solta e no São Francisco, nos municípios de Curaça (BA) e Petrolina (PE) e "em diversos pontos da Chapada, especialmente nos sopés desta, perto da estrada que vai de Irecê ao Morro do Chapéu".

Vários sítios da que proponho chamar sub-tradição Sobradinho, foram localizados pela equipe de Calderón durante o Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico. Os 4000 quilômetros quadrados que foram inundados pelo lago artificial de Sobradinho ocuparam parte dos municípios baianos de Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Barra, na margem esquerda do São Francisco e Juazeiro, Sento Sé e Xique-Xique, na margem direita. Yara Ataíde e Ivan Dorea realizaram prospecções na área durante alguns meses, nos começos dos anos 70, assinalando sítios pré-históricos nos quais efetuaram alguns cortes estratigráfi-

cos, e coletaram material lítico e cerâmico na área do futuro reservatório. Registraram também dois sítios de gravuras e oito com pinturas. As descrições são pouco esclarecedoras; fala-se, no relatório publicado, de "pictografias sugestivas", de "admirável beleza" e "de formas antropomorfas", mas através das fotografias publicadas no relatório, e as que Calderón possuía, foi possível constatar claramente a existência de grafismos típicos da tradição Agreste, sobre painéis de dez a vinte metros de largura e dois a quatro de altura. Nos sítios São Gonçalo, em Juazeiro, e Taboeiro Alto e Calumbi no município de Sento Sé, aparecem os típicos espantalhos antropomorfos, pássaros de asas abertas, marcas de mão e de braço, lagartos, uma grande variedade de grafismos puros, alguns muito elaborados do tipo carimbos ou "estilo geométrico elaborado" segundo a definição de Alice Aguiar e desenhos puntiformes, todos eles grafismos de tipo "Agreste". A essa mesma sub-tradição podem filiar-se os sítios citados por Carlos Ott (1944), no curso superior do rio Salitre, afluente do São Francisco e os do município de Campo Formoso (BA).

No Rio Grande do Norte, poderíamos também assinalar uma sub-tradição Apodi, baseada principalmente nas pinturas do Lajedo da Soledade (Figura 91 e 94-c), nesse município, situado na bacia do Apodi-Mossoró. Na chamada "ravina das araras", curiosa formação cárstica de 2 km² de área que apresenta estreiti-

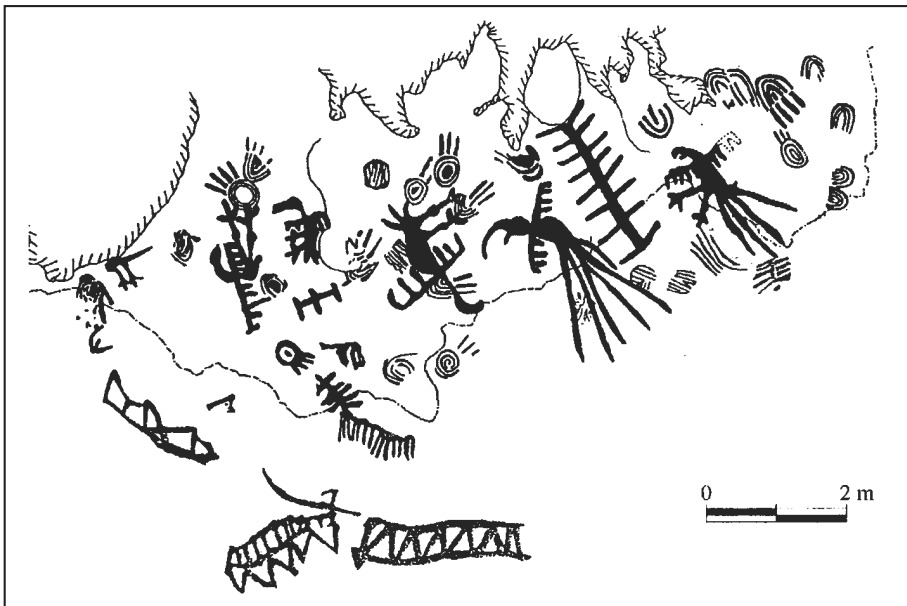


Figura 91. Tradição Agreste, sub-tradição Apodi. Lajedo da Soledade, Apodi, RN. Araras e mãos carimbadas.

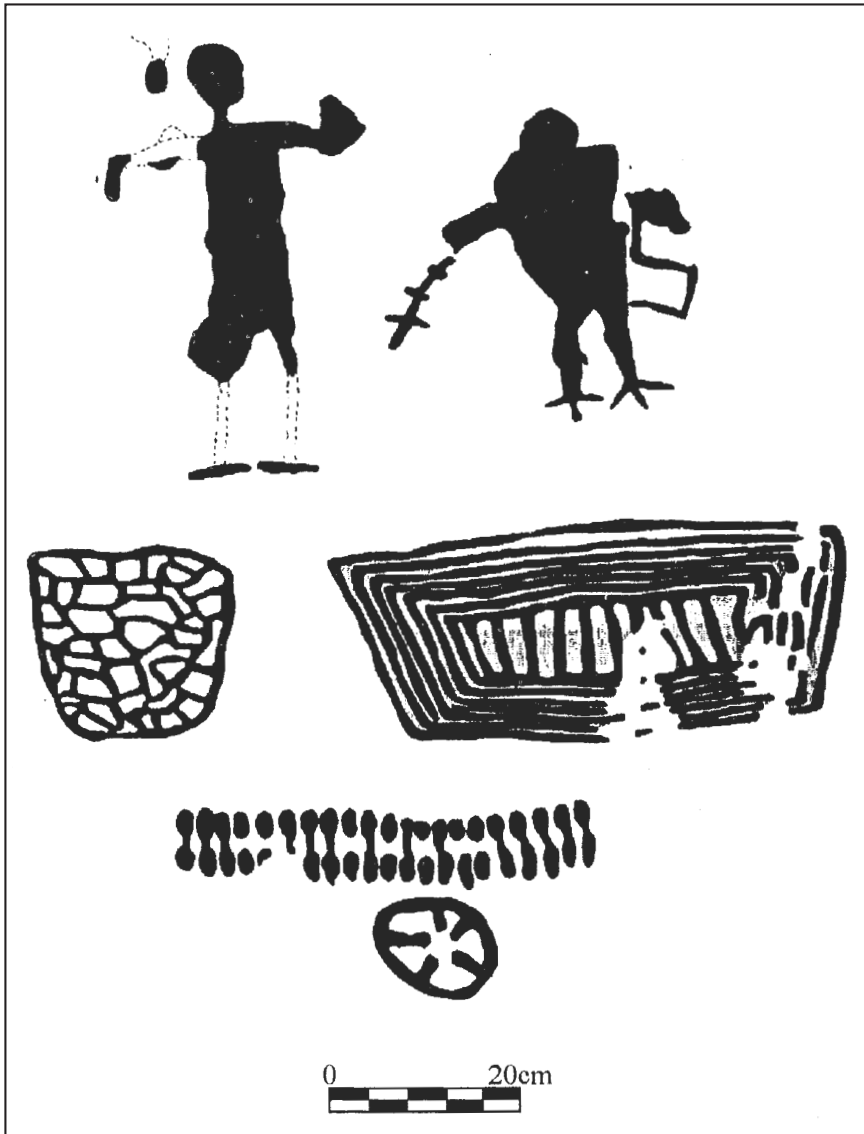


Figura 92. Tradição Agreste, sub-tradição Cariris-Velhos, Sítio Alcobaça, Buíque, PE. Antropomorfos isolados e grafismos puros, típicos da tradição Agreste.

tos corredores cavados pelas águas, sucedem-se pequenos abrigos que foram profusamente pintados com tinta vermelha e preta. No total, o sítio reúne quatorze abrigos sem nenhuma possibilidade de habitação, já que as ravinas se enchem d'água na época das chuvas. Neles dominam os grafismos puros de linhas

sinuosas e arredondadas e "grades" ou "armadilhas", juntamente com araras e lagartos típicos da tradição Agreste. A maioria dos painéis apresenta marcas de mãos em positivo, muitas delas como a peculiaridade de serem "mãos carimbos", algumas com cuidadosos desenhos realizados na palma. A densidade dessas marcas de mãos é enorme, estão situadas na parte superior dos lajedos, isoladas ou acima dos outros grafismos. A base dos abrigos, de pedra muito polida pela ação das águas, estão cobertas de afiadores, alguns de forma radial a partir de um orifício central natural, formado pela água que goteja nos períodos mais úmidos.

O Lajedo da Soledade estava sendo destruído pelas caieiras, única fonte de renda do pequeno distrito de Soledade, mas por uma iniciativa louvável da PETROBRÁS, o sítio foi comprado e tombado, além de se criar ali um pequeno museu local.

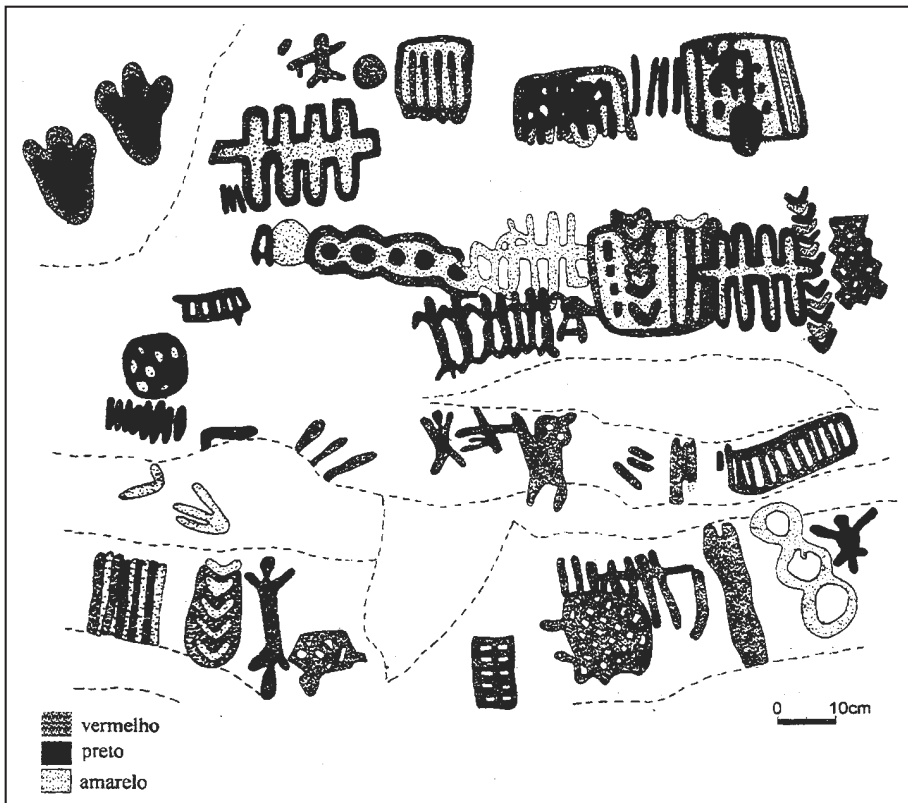


Figura 93. Tradição São Francisco, Coribe, BA (P. I. Schimitz, 1984). Os grafismos tipo "carimbo" repetem-se como na tradição Agreste.

Indubitavelmente, a "ravina das araras" foi lugar cerimonial de grupos humanos da tradição Agreste. Na bacia do Apodi-Mossoró, no noroeste do Estado, existem outros sítios com características semelhantes nos grafismos rupestres pintados em lajedos ao longo de cursos d'água, embora sem formar estruturas arqueológicas de ocupação humana.

Na região do Seridó, no Sul do Estado, está ainda por se determinar outra sub-tradição da tradição Agreste que utilizou, indistintamente, abrigos exclusivos ou os sítios da tradição Nordeste (sub-tradição Seridó), às vezes com claras superposições de uma sobre a outra, como é o caso da Furna dos Caboclos, em Carnaúba dos Dantas.

Existem informações antigas sobre várias regiões do Ceará onde há importantes conjuntos de registros rupestres. São informações esporádicas, com ausência de dados concretos e publicações sérias. O número de sítios rupestres no Ceará que podem se considerar pertencentes à tradição Agreste é numeroso, mas, como disse, não existem publicações nem levantamentos sistemáticos dos mesmos. Os dados mais confiáveis devem-se às prospecções realizadas por guias e técnicos da FUMDHAM, no sul do Ceará, coordenados por A. M. Pessis, na procura de indicadores da dispersão das tradições Nordeste e Agreste, nas quais foi assinalada a dominância da última.

A duvidosa tradição Geométrica

Nos painéis de todas as tradições e sub-tradições rupestres até agora registradas no Brasil, existem grafismos puros, descritos como "abstratos", "simbólicos", "esquemáticos" e também "geométricos". A definição de geométrico é aplicada quando o grafismo lembra alguma das formas geométricas conhecidas. Os arqueólogos brasileiros, em geral, aceitam a existência de uma ou várias tradições geométricas na arte rupestre brasileira. O problema é subjacente à ambigüidade das definições e à escolha do que pode ser considerado "geométrico" para definir uma tradição com esse nome. Nota-se um certo cacoete na inclinação cômoda de atribuir-se a uma suposta tradição Geométrica todos os grafismos puros que não se encaixam nas outras tradições definidas. Os grafismos puros, em sua infinidade não podem considera-se geométricos. Comumente as definições como tais têm sido aplicadas a grafismos de tendência retilínea e angular, que reproduzem triângulos, quadrados e retângulos, principalmente. Os grafismos de tendência arredondada são principalmente atribuídos à representação de corpos celestes e fala-se também de "tradições astronômicas".

As perguntas na hora de se questionar a existência ou não de uma tradição Geométrica de pintura rupestre no Nordeste são simples. Que é geométrico em arte rupestre? Espirais, linhas sinuosas, linhas quebradas aparentemente ao azar, são grafismos geométricos? Quando o mesmo grafismo "geométrico" é representado dentro de painéis das tradições Nordeste e Agreste que tipo de explicação podemos dar? Seriam intrusões "geométricas" nas tradições conhecidas? São perguntas simples de difícil resposta, mas se refletirmos bem, veremos as enormes dificuldades de se definir uma tradição Geométrica com segurança. Quando todos os grafismos de um sítio são de tipo "geométrico", ou seja, grafismos puros, filiamos esse sítio a uma hipotética tradição Geométrica, e quando esses mesmos grafismos aparecem misturados a grafismos da tradição Agreste, como deveriam ser definidos? Estamos diante de um fato que se repete consideravelmente nas "províncias" rupestres da tradição Agreste. Está claro nos sítios rupestres do agreste pernambucano e paraibano, mas também grafismos "geométricos" se fazem presentes nos abrigos da expressiva e figurativa sub-tradição Seridó. Na descrição de registros rupestres de diferentes regiões do Nordeste, é comum se ler que determinado painel pertence à tradição Geométrica, mas se registra, também, a presença de antropomorfos, lagartos, mãos, etc.

Um elemento definidor menos discutível seria a técnica empregada na elaboração dos grafismos, os tipos de tinta e de pigmentos utilizados, as cores, etc. Acontece que, em toda a área arqueológica da sub-tradição Cariris Velhos, para citar um exemplo de uma área conhecida, a técnica empregada na execução dos grafismos é a mesma para os considerados "agrestes" e os que poderiam ser interpretados como pertencentes a uma tradição Geométrica. Indubitavelmente, há sítios onde a tendência geométrica é mais marcante, mas isso não comporta a existência de uma tradição Geométrica, levando-se em conta que na definição de tradição entra também todo um componente cultural e tecnológico que deverá ser demonstrado. Dentro do conceito de horizonte cultural no qual, além do mundo simbólico, procuram-se também as correlações com a cultura material, não me parece que, no estado atual do conhecimento, possamos falar de uma tradição Geométrica como representativa de grupos étnicos diferentes dos que habitaram o Nordeste e pintaram os abrigos com grafismos das tradições Agreste e Nordeste. Minha proposta de trabalho, no momento, parte do pressuposto de que não existe no Nordeste brasileiro uma tradição de pintura rupestre que possamos chamar Geométrica, com as implicações e os componentes culturais que a definição de uma tradição exige. Parece-me mais oportuno e menos arriscado, falar-se de variedades, tipos ou tendências geométricas

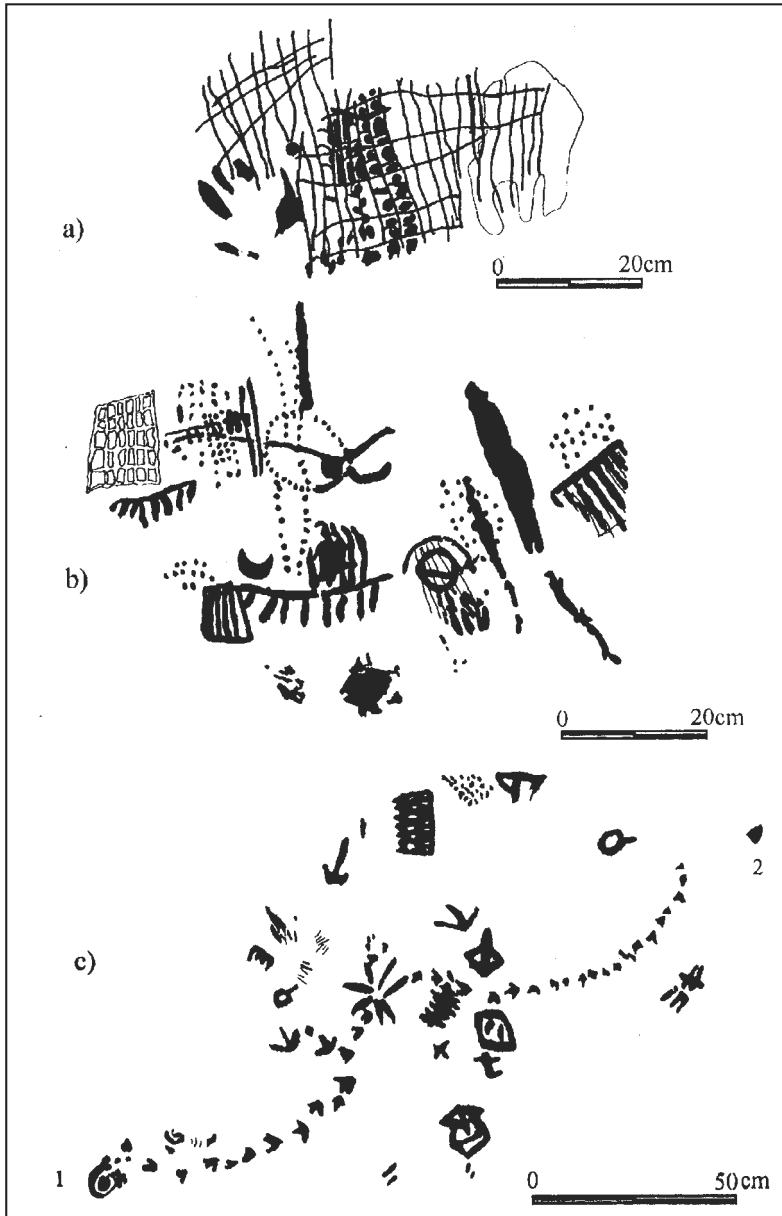


Figura 94. Toca dos Búzios, Central, BA; a) sistema de contagem; b) sistema de contagem e lunações? (M. Beltrão, 1988); c) Sítio Soledade, Apodi, RN: do ponto 1 ao 2 observa-se uma trajetória marcada por setas que atravessam um "astro".

do desenho dentro das tradições já delimitadas, que se identificam como representativas de grupos étnicos.

Minha hipótese parte do pressuposto de que houve, tanto dentro da tradição Nordeste como na Agreste, tendências ao geometricismo, e com o passar do tempo, a inclinação humana para o grafismo abstrato e o uso repetitivo da prática pictural, o "geométrico" tornou-se componencial. Esse fenômeno está bem documentado em outros países e é conhecida a evolução da grande arte figurati-

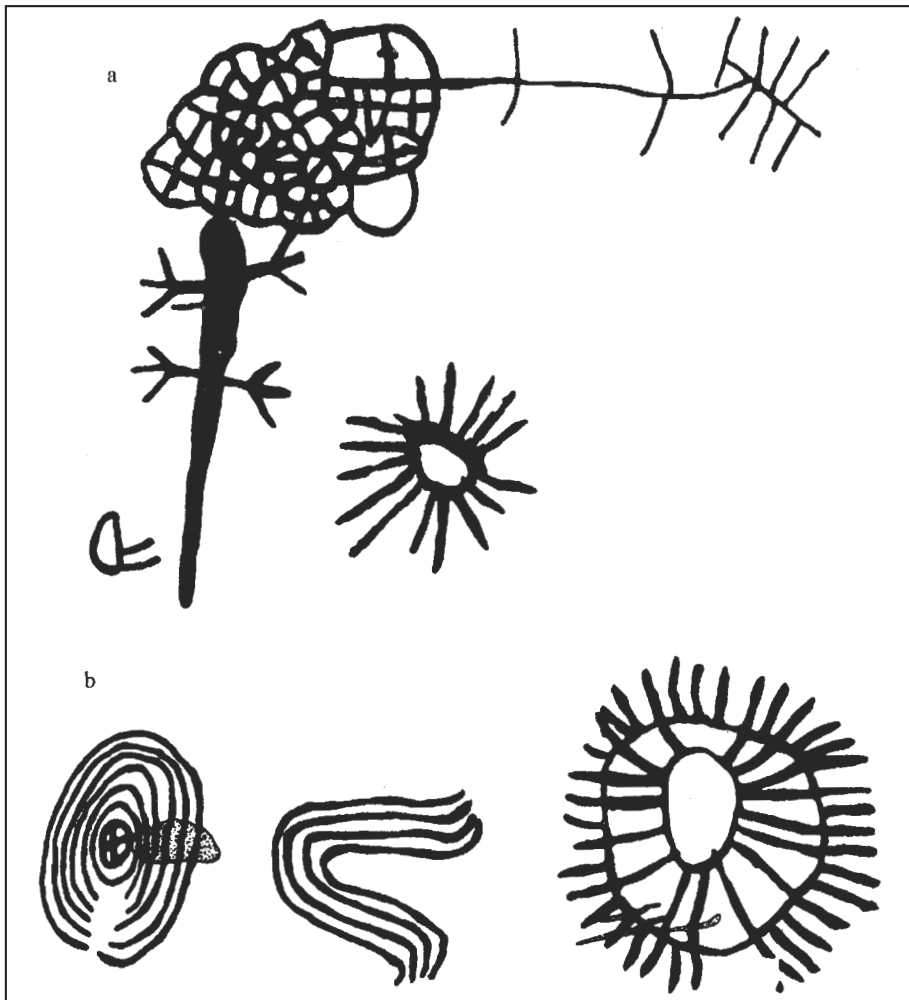


Figura 95. Morro do Chapéu, BA; a) na Chapada Diamantina (BA), são comuns figuras de lagartos associados a possíveis representações de corpos celestes; b) grafismos identificados por M. Beltrão como representações astronômicas.

va paleolítica para formas mais simbólicas e abstratas no mesolítico e neolítico europeus.

O sítio Alcobaça, em Buíque (PE) típico, pelas suas estruturas, da tradição Agreste (Figura 92), apresenta painéis rupestres compostos por grafismos puros, "geométricos", mas não lhes faltam os antropomorfos estáticos e isolados da tradição Agreste. A escavação desse sítio está em andamento e dos materiais e cronologias que dela se venham a obter, dependerá maior conhecimento da coalescência da tradição Agreste com o geometrismo das formas.

N. Guidon e A. M. Pessis, embora aceitando a tradição Geométrica, nos seus trabalhos na área arqueológica de São Raimundo Nonato, não demonstram especial entusiasmo, numa das suas publicações (1992), quando afirmam que "a terceira tradição de pintura rupestre existente na área de São Raimundo Nonato, chamada Geométrica, foi pouco estudada"..."se caracteriza por apresentar uma maioria absoluta de grafismos puros e algumas raras representações antropomorfas, lagartos, mãos e pés representadas por formas extremamente geometrizadas. Trata-se de uma tradição que aparece dominante em um único sítio da área de pesquisa arqueológica, embora apareça às vezes como intrusão em sítios com dominância da tradição Nordeste: "Nenhum outro elemento permite pensar numa permanência de etnias pertencentes a esta tradição cultural na região; tratar-se-ia de testemunhos de passagens fugazes". Na descrição dos sítios que poderiam incluir-se na tradição Geométrica, Niède Guidon chama a atenção para o fato de que ela aparece ao lado de outras tradições. No estilo Olho D'água, surge em painéis da tradição Nordeste e da tradição Agreste, com pontos, traçados concêntricos, espirais círculos e numerosas representações de mãos desenhadas ou impressas. Refere-se também a figuras geométricas muito elaboradas e retas isoladas, entrecruzadas ou convergentes, pontos e figuras antropomorfas e zoomorfas geometrizadas existentes no sítio Bom Jesus, e, apesar do SE do Piauí ser uma das regiões mais intensamente pesquisadas arqueologicamente, a autora reconhece que não se dispõe, no momento, de nenhum dado permitindo-lhe situar cronologicamente e culturalmente a tradição Geométrica no Piauí.

Em trabalhos publicados sobre arte rupestre no Nordeste, as referências relativas a sítios atribuídos à tradição Geométrica estão apoiados apenas nos grafismos "geométricos" que foram identificados nos painéis e seus autores foram levados pela inércia de utilizar as classificações já estabelecidas. Muitas vezes o que se propõe como classificação preliminar passa a ser definitivo, pelo uso cômodo do já estabelecido, sem uma reflexão crítica sobre se essas classificações continuam ou não sendo válidas.

André Prous (1992) reconhece como tradição Geométrica todas as gravuras, do sul ao nordeste do País, mas não menciona uma tradição de pinturas rupestres com esse nome. As manifestações gráficas nas quais predominam os grafismos puros, às vezes policrômicas na forma de "carimbos" e a representação de poucos zoomorfos, é chamada tradição São Francisco pelo autor citado (Figura 93), cujas representações mais complexas situam-se na região de Januária, em Minas Gerais e as mais simples em Montalvânia (MG). Tudo indica que exista marcada relação entre as tradições Agreste e São Francisco e que ambas poderiam pertencer, também, a um tronco comum que deverá ser definido no futuro.

Alguns arqueólogos admitem a existência de uma tradição Astronômica a partir de grafismos que podem ser interpretados como representações de corpos celeste, lunações, trajetórias solares, etc. que, sem dúvida, aparecem em muitas partes do mundo. Talvez não se possa interpretar esse tipo de grafismos como determinante de uma tradição de arte rupestre, se aceitamos o conceito de "tradição" como um complexo sócio-cultural em que determinados grupos étnicos se desenvolvem.

É fora de dúvida que o homem pré-histórico observou as forças da natureza, tanto por admiração como por temor e que dentro do seu contexto cultural e tecnológico, representou-as de variadas formas, desde grandes santuários solares a simples ou complexos traços nas rochas. As gravuras rupestres também apresentam, muitas vezes, seqüências gráficas que nos fazem pensar na interpretação do firmamento em formas variadas. Representações de corpos celestes aparecem, por exemplo, na tradição Agreste e nas Itaquatiaras - pinturas e gravuras - e até certos grafismos puros, na tradição Nordeste e na São Francisco, podem ser interpretados como eventos celestes para o que faz falta apenas um pouco de imaginação. Admite-se, portanto, um componente cultural dedicado a observar e representar sistematicamente os corpos celestes e suas trajetórias.

Na área de Central, na Bahia, Conceição Beltrão descobriu vários abrigos onde grafismos puros parecem indicar acontecimentos celestes. No município de Xique-Xique, a figura do sol, pintada no teto da Toca do Cosmos, que é atingida pelos raios solares no momento do solstício, é realmente sugestiva. Variantes desse fenômeno têm sido representadas em sítios pré-históricos de outros países e épocas. Em Cuba, Ilha dos Pinos, em Punta del Este, a *Cueva Número Uno* tem o teto coberto de pinturas onde se destaca um grande círculo, no centro da abóbada, formado por linhas concêntricas, 28 negras e 28 vermelhas além de outros círculos menores superpostos ao anterior. Também em determinados dias esse "conjunto celeste" é iluminado pelos raios do sol.

No Lajedo da Soledade, em Apodi (RN), encontra-se umas das mais interessantes representações rupestres fruto da observação celeste. Um dos pequenos abrigos do conjunto (o nº 4) de não mais de 50 cm de altura, obriga a se penetrar nele rastejando-se de costas para se poder observar as pinturas no teto, que ficam iluminadas apenas por um orifício na rocha no fundo do abrigo por onde a luz penetra. Uma figura radiada, no centro do abrigo (astro, sol?) aparece atravessada por uma linha sinuosa de grafismos na forma de setas que percorre uma trajetória desde o orifício por onde entra a luz até se perder no fundo do pequeno abrigo (Figura 94-c). Trata-se do desenho de uma possível trajetória solar ou lunar realizada com técnica da tradição Agreste, sub-tradição Apodi.

Conceição Beltrão, com o grande entusiasmo que caracteriza o seu trabalho, convocou astrônomos do Observatório Nacional para auxiliá-la na interpretação de possíveis grafismos astronômicos representados nas grutas por ela descobertas em Central, onde entre outras, a Toca dos Búzios oferece, segundo sua descobridora, uma representação de lunações, com um grafismo na forma de grade com 30 retângulos correspondente aos dias de lunação (Figura 94-a). Na Toca dos Búzios aparecem também figuras de lagartos e de mãos, típicas da tradição Agreste, além de grafismos puros em forma de "grade", que são também emblemáticos desta tradição. Não se pode descartar a hipótese de que se trate de um sistema de contagem, como sugere C. Beltrão. Ainda na Bahia, no município de Lençóis, grafismos representando corpos celestes, inclusive o desenho nítido de um possível cometa, acompanham antropomorfos estáticos isolados, marcas de mãos e grafismos de tipo "carimbo", todos eles típicos da tradição Agreste. Essas evidências levam a identificação de características peculiares de uma variedade, ainda por se determinar, dentro da tradição Agreste.

As tradições de Itaquatiras

Nos cursos de muitos rios, arroios e torrentes do Brasil existem disseminados de norte a sul, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, gravuras indígenas realizadas nas rochas das margens e nos leitos dos cursos d'água. São conhecidas pelo nome de Itaquatiras (pedras pintadas, em língua tupi) e que são, de todas as manifestações rupestres pré-históricas do Brasil, aquelas que mais se têm prestado a interpretações fantásticas. Estes petróglifos são de feitura, tamanho e técnica de gravura muito diferentes, dependendo da ampla geografia brasileira. No Nordeste, estão agrupados numa única tradição chamada Itaquatira. Seria, porém, mais apropriado estabelecer tradições de Itaquatiras, atendendo-se à enorme variedades dos grafismos que apresentam e às técnicas empregadas no gravado da pedra. Mas apesar de serem conhecidas e citadas nas

publicações dedicadas à arqueologia, apenas existem estudos técnico-estilísticos que nos permitam estabelecer classificações e divisões confiáveis.

Em linhas gerais se poderia falar de uma "Grande Tradição Amazônica", que somente agora começa a ser estudada por Edith Pereira, e na qual além dos grafismos puros aparecem, com relativa frequência, representações de antropomorfos e zoomorfos de traçado geométrico. Uma outra tradição de gravuras, sempre esquemáticas, estende-se desde a fronteira com a Bolívia até o norte de Minas Gerais, com ramificações na Argentina e no Uruguai. Finalmente, uma "Grande Tradição Itaquiara" representaria, sistematicamente, as gravuras rupestres do Nordeste do Brasil. Nessa tradição, típica da região nordestina, predominam grafismos puros, porém deve se registrar a presença de antropomorfos, alguns muito elaborados, inclusive com atributos, como os encontrados na beira do São Francisco, em Petrolândia, PE. Há marcas de pés, lagartos e pássaros em grandes paredões, sempre próximos d'água, e também desenhos muito complexos, que, na imensa solidão dos sertões têm-se prestado, muitas vezes, às mais fantásticas interpretações.

Indubitavelmente as itaquiaras formam a tradição ou as tradições mais enigmáticas de toda arte rupestre do Brasil. Por estarem quase sempre nos cursos d'água e, muitas vezes, em contato com ela, resulta difícil relacioná-las com algum grupo humano, sobretudo pela impossibilidade, na maioria dos casos, de estabelecer-se associações com restos de cultura material. Entretanto, existem algumas exceções quando as itaquiaras identificam-se com culturas de caçadores, em abrigos próximos a rios ou em caldeirões. Estes depósitos naturais que se enchem d'água na estação das chuvas, têm, às vezes, as paredes cobertas de petróglifos e tem sido possível realizar-se escavações nas proximidades, com bons resultados. É também muito difícil fixar cronologias para esta variedade de arte rupestre. Existem algumas exceções, como o abrigo do Letreiro do Sobrado no vale do São Francisco, em Pernambuco, com ocupações datadas entre 1.200 e 6.000 anos BP, relacionadas com indústrias líticas e fogueiras, nas quais foram coletados fragmentos de rocha gravados. Poderíamos citar outros exemplos porém, em geral, o que predomina são centenas de lugares em todo o Nordeste, com desenhos esquemáticos gravados nas pedras, de difícil filiação a determinado grupo étnico.

É evidente que a maioria dos petróglifos ou itaquiaras do Nordeste do Brasil, estão relacionados com o culto das águas. Muitas dessas gravuras nos fazem pensar em cultos cosmogônicos das forças da natureza e do firmamento. Possíveis representações de astros são freqüentes, assim como a existência de linhas onduladas que parecem imitar o movimento das águas. É natural que nos sertões nordestinos, de terríveis estiagens, as fontes d'água fossem considera-

das lugares sagrados, mas o significado dos petróglifos e o culto ao qual estavam destinados nos são desconhecidos.

A Itaquiari de Ingá ou Pedra Lavrada de Ingá, na Paraíba, é sem dúvida a mais famosa gravura rupestre do Brasil. No meio do riacho Ingá do Bacamarate, perto da sede do município e a 37 quilômetros de Campina Grande, a Pedra do Ingá é muito visitada, e é grande o perigo de depredação e ruína do monumento. Está situada numa série de blocos de gneiss que estrangula o rio, formando pequenas cascatas e reservatórios d'água onde a população local costuma banhar-se. No centro do pedregal, um enorme bloco de 24 metros de largura e três de altura divide o rio em dois braços. O lado norte do bloco está totalmente coberto de grafismos, gravados até uma altura de 2.50 metros. Os desenhos foram realizados seguindo-se uma linha contínua e uniforme, inculpada na rocha, de três centímetros de largura e seis a sete milímetros de profundidade. A parte superior do painel está enquadrada por uma linhas de círculos gravados, de cinco centímetros de diâmetro. Relata L. F. Clerot (1969) que, até 1953, o

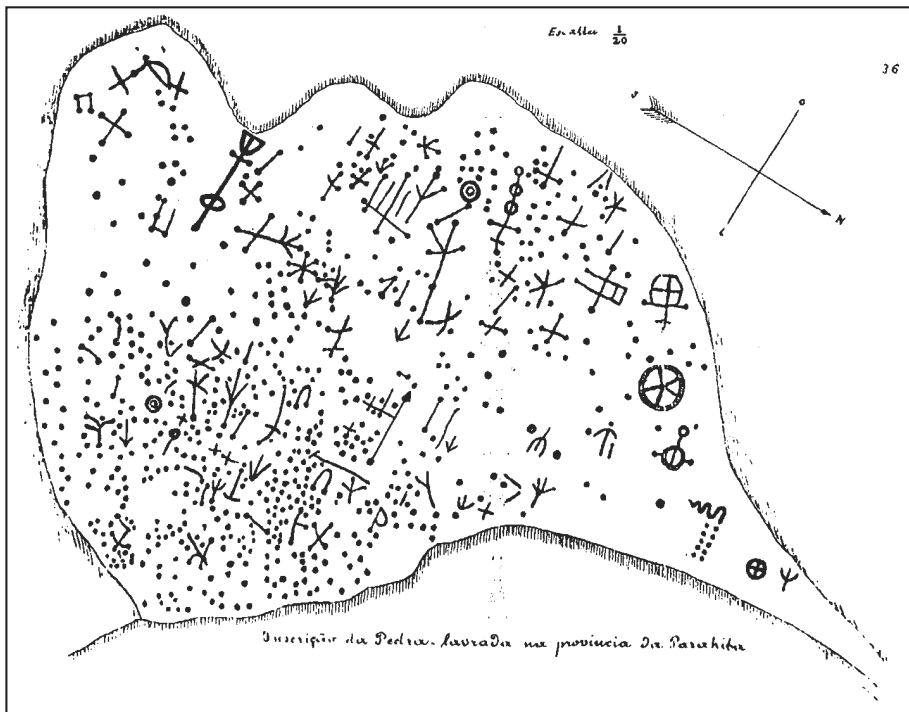
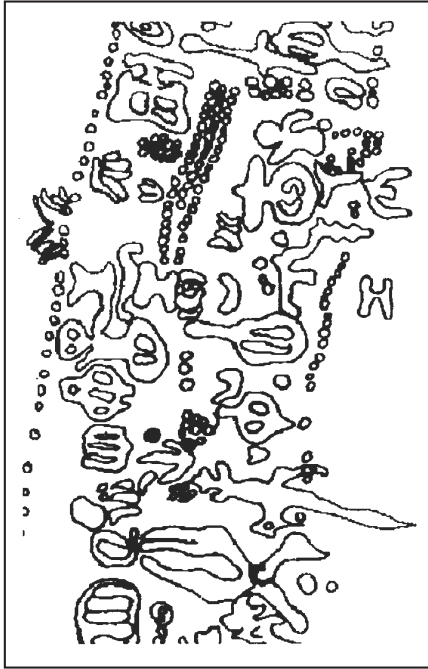


Figura 96. Jardim do Seridó, RN. Gravuras conhecidas como "Pedra da Retumba", copiada em 1864 e citada por Tristão de Alencar Araripe (1887). Encontra-se atualmente sob as águas de uma represa do rio Seridó.

conjunto de blocos gravados era bem maior, mas um grupo de trabalhadores enviados pelo proprietário das terras, destruiu grande parte do pedregal para a fabricação de lajes de pavimentação. Com a intervenção do serviço do Patrimônio Histórico foi suspensa a demolição. Clovis Lima (1953) confirma o fato ao afirmar que as inscrições ocupavam uma área de aproximadamente 1.200 metros quadrados. Na atualidade, além do grande painel existem alguns grafismos isolados nas proximidades, muito gastos, tanto pela ação das águas como pelas pisadas dos visitantes. Nenhuma inscrição rupestre do Brasil foi tema de tanto interesse para eruditos e pseudo-cientistas como a itaquatiara de Ingá, mas, curiosamente, não houve pesquisas completas feitas por arqueólogos profissionais que, isolando as fantasias de que fora objeto desde o século passado, procurassem inseri-la na pré-história do Brasil como mais uma manifestação do mundo simbólico indígena na tradição rupestre que se espalha por todo Nordeste. Explica-se tal fato, em parte, por várias razões: o enorme atrativo que o monumento teve para charlatões e inventores de falsas origens e significados, afastou, de certa forma, pesquisadores mais sérios, naturalmente receosos ante as dificuldades de se chegar a alguma conclusão de conteúdo científico sobre ele. Aliás, esse problema existe em relação a quase todas as gravuras rupestres que, por centenas, espalham-se pelos cursos d'água de todo o Brasil. A beleza e a complexidade da itaquatiara de Ingá parecem exigir do arqueólogo respostas que dificilmente ele poderia dar atendendo às informações que até hoje a arqueologia fornece nesses casos. Naturalmente quando forem organizados repertórios de grafismos que muitas vezes são repetitivos e se fizer estudos das técnicas empregadas na elaboração das gravuras, além de se estudar as tendências estilísticas na distribuição geográfica, haverá respostas científicas. Estudos minuciosos das itaquatiaras nordestinas poderão fornecer resultados positivos, a longo prazo, quando se tenha maiores conhecimentos dos sítios arqueológicos e dos seus registros nas mesmas áreas de concentração das gravuras. Porém, no estado atual do conhecimento, as itaquatiaras, em geral, poucos dados fornecem sobre os grupos étnicos que as realizaram e a época em que isso aconteceu.

O caso da gravura de Ingá é ainda mais complexo pois é em muitos aspectos, um caso único, fato que dificulta ainda mais a filiação étnica da famosa itaquatiara. Existem semelhanças com outros grafismos encontrados na região do Seridó e nos Cariris Velhos mas, como conjunto gráfico homogêneo na técnica, na organização e aproveitamento do espaço gráfico e na indubitável mensagem que o painel gravado transmite, a itaquatiara de Ingá é única. Por essa razão as interpretações que a Pedra Lavrada de Ingá tem sofrido, vão desde as explicações e "traduções" mais desvairadas - nas quais não faltam gregos, fenícios e outros visitantes transatlânticos ou transpacíficos - até explicações ló-



Detalle



Figura 97. Gravuras da tradição Itaquatiara, Pedra do Ingá, Ingá do Bacamarte, PB.

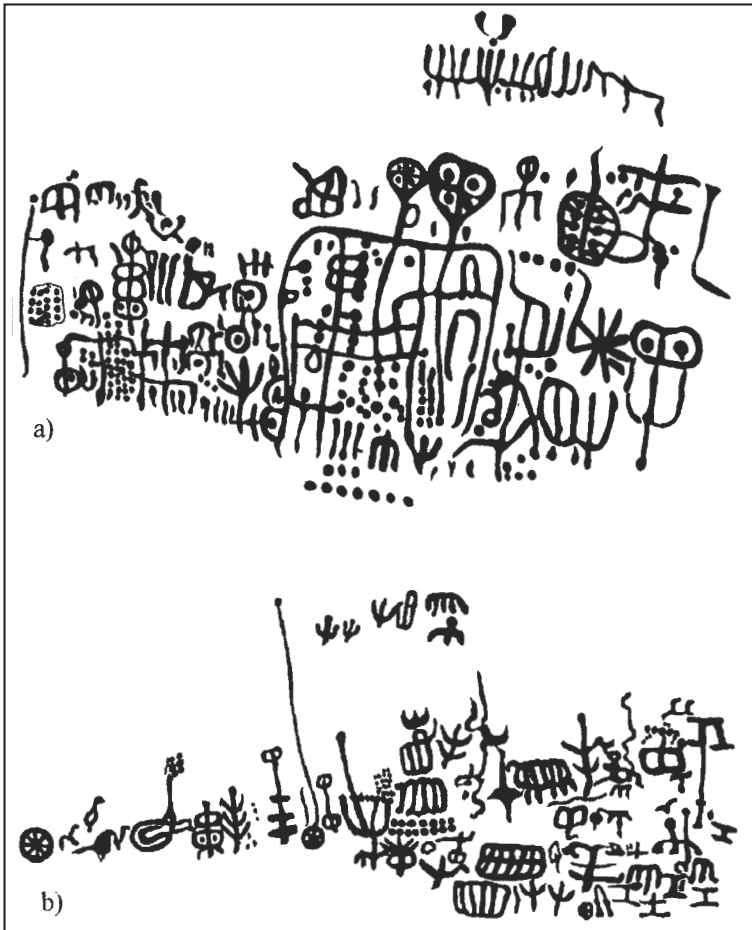


Figura 98. Tradição Itaquiara. Gravuras da Região do Seridó, RN (J. A. Dantas, 1994); a) Sítio da Boa Vista, riacho do Letreiro, Parelhas; b) Gruta Funda, riacho Olho d'Água, Acari.

gicas, porém impossíveis de serem cientificamente demonstradas. Disposto a não se preocupar com distâncias, cordilheiras ou mares, José Antero Pereira Júnior, por exemplo, achava que os petróglifos de Ingá tinham sua origem na escrita da Ilha de Páscoa no Pacífico. Calendário solar é outra das interpretações preferidas e poderíamos citar algumas mais. A verdade é que os grafismos de Ingá não oferecem nenhuma explicação fácil e lógica e é até possível que a sua finalidade fosse precisamente essa e que, através dos séculos, estejam conseguindo seu propósito o autor ou autores dos petróglifos. A magia não é permitida a todos. O seu grande poder reside, exatamente, no mistério. Somente alguns sa-

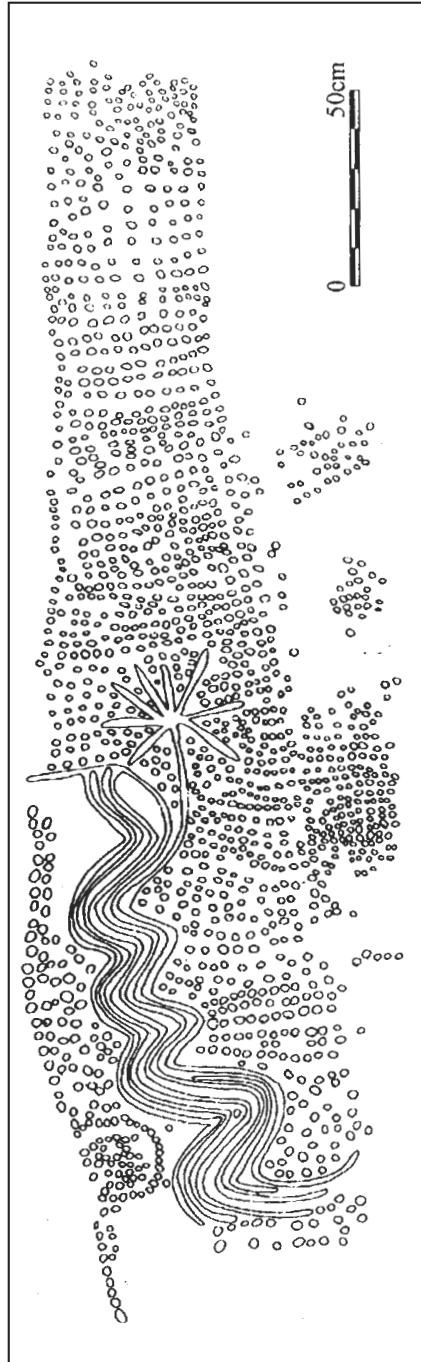


Figura 99. Gravuras da tradição Itaquatiara, Sítio Boi Branco, Iati, PE.

bem o significado de grafismos, que, sem dúvida, têm um significado, mas somente os iniciados o conhecem. Aliás, se aceitamos os registros rupestres como uma forma de comunicação independente de sua conotação plástica e estética, temos o mesmo problema com a imensa maioria das representações parietais do Nordeste, sejam elas pinturas ou gravuras, à exceção das cenas explícitas da vida cotidiana retratadas na arte figurativa da tradição Nordeste. Nenhum sítio pré-histórico com pinturas ou gravuras rupestres, em todo o Brasil, atraiu tantas pessoas dispostas a opinar e decifrar, como a Pedra do Ingá, cujo impacto visual impressiona os leigos e desafia a arqueologia.

Na região do Seridó, concomitantemente com abrigos rupestres das tradições Nordeste e Agreste, registram-se meia centena de sítios com petróglifos gravados nas rochas do rio Carnaúba e dos seus afluentes, entre os quais é possível identificar grafismos muito semelhantes aos da itaquatiara de Ingá, tanto pelos desenhos em si como pela técnica de raspado e polimento utilizados. A concentração maior dessas gravuras situa-se no Riacho do Bojo, na Cachoeira do Cruz, nas nascentes do rio Timbaúba, no Riacho Fundo, na Cachoeira do Poete e no Bico da Arara, todos tributários do rio Carnaúba. Nos "tanques", topônimo muito repetido (Tanques de João Gomes, Tanques de Cabritos, Tanques do Marimbondo, etc.), localizados nos tributários da bacia do Carnaúba, a presença de gravuras é também comum e com o nome de "Cachoeira das Pinturas" designa-se, repetidamente, sítios com gravuras na bacia do Seridó, nos lugares onde os rios se encaixam formando pequenas ou grandes quedas d'água.

Em Picuí e Pedra Lavrada, na Paraíba, a relação de sítios registrados com gravuras, situados nos cursos fluviais, é extensa. Algumas delas registradas no manuscrito de José Azevedo Dantas, "*Indícios de uma Civilização Antiquíssima*", como a grande inscrição de Pedra Lavrada, destruída para fabricação de paralelepípedos, e que poderia ser, pelo desenho que se conserva, a mais próxima de Ingá. Acredito que, no futuro, quando se tenha um levantamento completo dos sítios de itaquatiara situados entre Campina Grande e o Seridó Oriental, poderemos falar de uma "sub-tradição Ingá" de gravuras rupestres, cujas características *a priori* seriam o posicionamento ao longo de cursos d'água, a forma curva e complexa dos grafismos, pontos ou pequenas formas circulares gravadas ordenadamente e que dão a impressão de linhas de contagem, denso preenchimento dos painéis nos quais se aproveita a maior parte do espaço disponível, com tendência ao *horror vacui*, além da técnica de raspado e polido con-

⁴ Chama-se "tanques" no Nordeste a lugares rochosos situados em cursos d'água intermitentes que a acumulam e conservam na época de estiagem; também recebem esse nome pequenas várzeas ou reservatórios naturais d'água.

tínuo na elaboração dos grafismos, diferentemente da técnica de picoteamento descontínuo na rocha que é típico de outras formas de gravuras, como as da Pedra do Letreiro, na beira do rio São Francisco, em Petrolândia (PE).

Em Iati, Pernambuco, o sítio Boi Branco apresenta aspecto bem diferente na escolha do padrão gráfico, utilizando-se grafismos únicos de grande tamanho ou associados em pequeno número ocupando a totalidade dos painéis ro-

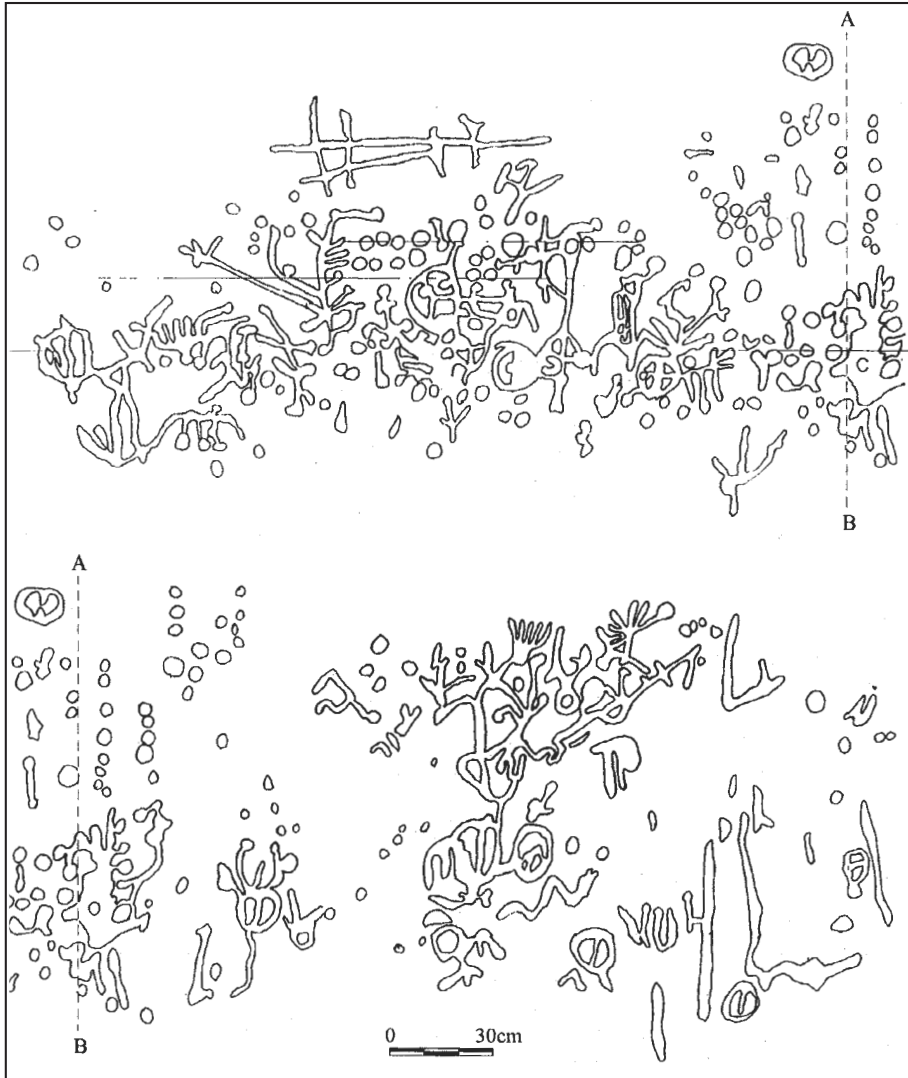


Figura 100. Tradição Itaquatiara. Sítio Abelhas, Fazenda Alagoinhas, Belém de São São Francisco, PE.

chosos, alguns dos quais foram depois preenchidos com tinta vermelha, mas se repetem os alinhamentos de pontos cavados na rocha.

É nos grafismos puros das itaquatiaras onde aparece mais patente a capacidade de abstração do artista pré-histórico. A possível "garatuja lúdica" para passar o tempo, que em alguns casos pode ser verdadeira, dificilmente podemos aceitá-la como tal, quando feita em rochas duras nas quais se teve que empregar instrumentos de pedra durante dias de trabalho, com elaboração, às vezes, de grafismos repetitivos. Grafismos que se repetem podem ser considerados como permanência de idéias que podem tanto significar situações sociais como modificações ecológicas.

A utilização e o significado do sítio rupestre

Que eram os lugares com pinturas e gravuras rupestres? Lugares de passagem? De habitação? Ou santuários? Pela estrutura fechada da caverna e o mistério que nelas se encerra, as cavernas paleolíticas da Europa foram consideradas os santuários pré-históricos por excelência, mas o que dizer dos abrigos e paredões nada profundos do Nordeste do Brasil? Muitos deles não foram ocupados por falta material de condições e o homem limitou-se a pintar e gravar suas paredes. Outros, pelo contrário, tiveram ocupação intensa e duradoura, servindo como lugar de habitação e de culto em épocas diversas. Mas, em geral, quando os abrigos pintados foram utilizados como lugares cerimoniais, não o foram simultaneamente ocupados como habitação. Um abrigo tão privilegiado pela situação, como a Toca do Boqueirão da Pedra Furada, teve ocupação longa, não intensa, o que parece ser a tônica dos abrigos rupestres do Nordeste, indicando que foram usados como lugares de culto e acampamentos temporários cerimoniais; a moradia dos grupos humanos seria em aldeias, fora dos abrigos pintados. Noutros casos foram utilizados simultaneamente como lugar de culto e cemitério.

O tipo de suporte e a estrutura são elementos essenciais e determinantes para se compreender o sítio rupestre e a sua utilização. A sub-tradição Seridó, que identificamos em abrigos localizados no alto das serras, ao longo dos rios, nos sugere serem lugares cerimoniais, longe das aldeias, que deveriam estar situadas mais perto da água. Já os sítios da sub-tradição Cariris Velhos, situados em lugares de várzea, piemonte ou "brejos", mesmo sendo também lugares de culto, nos dão a impressão de uma utilização habitacional, mesmo que temporária, ou talvez lugar de culto perto da aldeia do grupo.

Os registros rupestres são, sem dúvida, uma fonte inesgotável de informações antropológicas e podem e devem ser estudados sob vários aspectos, o

etnológico, o estatístico, o cronológico ou como formas de apresentação e de comunicação e também como processo de desenvolvimento artístico e das faculdades estéticas humanas. A análise múltipla do registro rupestre nos proporcionará respostas também múltiplas, de grande valor para o conhecimento da sociedade pré-histórica que o realizou.

Não se deve esquecer que as informações e dados sobre as sub-tradições que derivam de uma grande tradição, são fragmentárias, quando se referem, em muitos casos, a áreas pouco exploradas. Mesmo que se conheça a composição dos painéis rupestres, não temos, na maioria das vezes, maiores informações sobre o tipo de sítio onde elas se encontram e o tipo de "habitat" a que pertencem. Poucos sítios rupestres foram escavados, de forma que também são poucas as possibilidades de se relacionar o registro rupestre ao registro arqueológico. Com o tempo e o avanço das pesquisas, quando se tenha um número expressivo de sítios escavados e com os painéis rupestres cuidadosamente analisados, teremos, então, mais elementos para a delimitação das diversas províncias rupestres do NE e as tradições e sub-tradições que nelas incidem.

Caberia perguntar-nos como as sub-tradições se desengajaram da tradição rupestre originária, ou melhor, como o tronco comum ideológico e tecnológico que representa uma tradição difundiu-se por áreas geográficas tão extensas. É de se supor que, além das migrações territoriais, deva ter existido outras formas de contato que difundiram toda uma bagagem cultural, representada nos painéis rupestres. As comparações etnográficas tão sugestivas como perigosas, são sempre uma tentação que devemos aceitar com restrições, mas sem ignorá-las, pois são dados preciosos para a pré-história de um país que, como o Brasil, tem a sorte de possuir informações de primeira mão de remanescentes indígenas ainda vivos. Feiticeiros, pajés ou simplesmente contadores de estórias, podem ter sido os responsáveis pela transmissão do conhecimento e dos mitos depois representados nas pedras. Lembre-se aqui a figura do "hablador" (aquele que fala) entre os Machiguenga da Amazônia peruana, que Mario Vargas Llosa relata de maneira romaneada, porém sem tirar-lhe o valor antropológico⁵. O "hablador" é uma espécie de enlace entre as distantes aldeias de uma mesma etnia que recorre a floresta informando dos fatos acontecidos nas comunidades e contando também histórias míticas e fantásticas. É semelhante ao "contador de histórias", dos índios "pueblo" de Novo México que o representam, na cerâmica, na figura de um índio sentado, rodeado de crianças, algumas nos seus ombros, que o escutam. Esse tipo de personagem deve ser muito antigo e deve também ter existido em culturas diversas e distantes. Curiosamente, Vargas Llosa

⁵ VARGAS LLOSA, Mario. *El hablador*, Seix Barral, Barcelona, 1987.

também evoca no seu livro, comparando-os com o "hablador" Machiguenga, as figuras dos tropeiros dos sertões da Bahia que, acompanhados da rabeça, contam histórias do cotidiano nordestino misturadas a outras de origem medieval.

Quantas vezes os grafismos, que depois serão registrados nas pedras durante milênios, não foram antes esboçados nas areias por algum "contador de estórias"? A pauta cultural acompanha os homens mas o intercâmbio de idéias e conhecimentos não depende apenas de longas migrações. A herança cultural explica-se também pela rede de comunicações através da qual se transmite a informação de geração em geração. Um exemplo extremo da liberdade da tradição oral sobre os limites geográficos e cronológicos, foi recolhido pelo romancista Hermilo Borba Filho. O escritor conheceu em Manaus, nos anos 40, uma estranha personagem "contador de filmes", que depois de assistir aos que se projetavam na cidade, embrenhava-se pelos igarapés da Amazônia durante meses, contando os filmes pelas aldeias, com tanto realismo e encenação própria, que ninguém recusava um pequeno óbolo em dinheiro ou comida para poder saber o final da estória.

Os limites científicos do conhecimento e da interpretação dos registros rupestres são muito frágeis, na medida em que lidamos com o mundo das idéias, num período da história humana do qual não temos um contexto global e esse é o grande desafio da pré-história. Sem negligenciar o rigor científico, não podemos negar o valor da imaginação nos caminhos da pré-história, para evitar que esta se transforme numa árida relação de dados, sem atingir a realidade humana. De fato, quando examinamos as diferentes teorias arqueológicas ou antropológicas aplicada à pré-história, vemos que a maioria percorre os terrenos da conjectura e das hipóteses, mais ou menos bem formuladas, que permite apenas uma aproximação relativa ao passado remoto da história do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO VI

- AGUIAR, Alice. (1982). Tradições e estilos na arte rupestre do nordeste brasileiro. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife, UFPE.
- _____. (1986). A Tradição Agreste: estudo sobre arte rupestre em Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE.
- _____. (1989). Gravuras rupestres em Iati, Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.5. Recife, UFPE, p. 115-124, il.
- ALMEIDA, Ruth Andrade. (1979). **Arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa, Ed. Universitária-UFPB, p. 1-125, il.

- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. (1991). A astronomia do homem pré-histórico brasileiro. Região arqueológica de Central. **Revista Geográfica Universal**, n.203, out. p. 88-97.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; ANDRADE LIMA, Tânia. (1986). Projeto Central, Bahia: os zoomorfos da Serra Azul e da Serra de Santo Ignácio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.21. Rio de Janeiro, p. 147-156.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; DANON, J.; NADER, R.; SOUZA MESQUITA, S.; BOMFIM, M. T. M. P. (1990). Les representation pictographiques de la Serra da Pedra Calcaria: les tocas de Buzios et de Esperança. **L'Anthropologie**, v.94, n.1. Paris, p. 139-154.
- BIGARRELLA, J. J. M.; BELTRÃO, M.C.; TOTH, Z. M. R. (1984). Registro de fauna na arte rupestre. Possíveis implicações geológicas. **Revista de Arqueologia**, v.2, n.1, jan/jun. Belém, MPEG, p. 31-37.
- BRANDÔNIO, [BRANDÃO, A. Fernandez]. (1943). **Diálogos das grandezas do Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Dois Mundos, p. 60. (Notas de Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu).
- CALDERÓN, Valentin. (1971). Investigação sobre a arte rupestre no planalto da Bahia; as pinturas da Chapada Diamantina. **Universitas**, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, n. 6/7. Salvador, UFBA.
- _____. (1983). Nota prévia sobre três fases da arte rupestre no Estado da Bahia. **Universitas**, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, n.5. Salvador, UFBA, 1970, e **Estudos de Arqueologia e Etnologia**. Salvador, UFBA, p. 5-35. (Coleção Valentin Calderón, 1).
- GUIDON, Niède. (1982). Da aplicabilidade das classificações preliminares na arte rupestre. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História, n.5. Recife, UFPE, p. 117-128.
- _____. (1983). **L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain. Une premiere proposition concernant methodes et terminologies**, 4 v. Sorbonne, Université de Paris. (These, Doctorat d'Etat.)
- _____. (1985). A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato. Síntese dez anos de pesquisa. **CLIO - Série Arqueológica**, n.2. Recife, UFPE, p. 03-80.
- _____. (1985). Métodos e técnicas para a análise da arte rupestre pré-histórica. **Caderno de Pesquisa**, 4. Série Antropológica III. Teresina, UFPI.
- _____. (1991). **Peintures prehistoriques du Brésil. L'art rupestre du Piauí**. Paris, Ed. Recherche sur les Civilisation, p. 109. il.
- HERCKMAN, Elias. (1886). Descrição geral da capitania da Paraíba. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife.
- Jornadas sobre Parques com Arte Rupestre** (Vários Autores). (1990). Diputación General de Aragón. Zaragoza, Departamento de Cultura y Educación. p. 214.

- LANGDON, Jean. (1992). Alucionógenos: fonte de inspiração artística. In: VIDAL, Lux (Org.) **Grafismo Indígena, Estudos de Antropologia Estética**. São Paulo, EDUSP-Studio, p. 68-88, il.
- MARTIN, Gabriela. (1975). Estudo para uma desmitificação dos petroglifos brasileiros. A Pedra Lavrada do Ingá (Paraíba). **Revista de História da Universidade de São Paulo**, n. 102. São Paulo, USP, p. 509-537.
- _____. (1982). Casa Santa : um abrigo com pinturas rupestres do estilo Seridó, no Rio Grande do Norte. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n. 5. Recife, UFPE, 55-78, il.
- _____. (1985). Arte rupestre no Seridó (RN). O Sítio Mirador no Boqueirão de Parelhas. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 2. Recife, UFPE, p. 81-95, il.
- _____. (1991). Novos dados sobre as pinturas rupestres do Seridó no Rio Grande do Norte. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p. 141-147.
- MARTIN, Gabriela; AGUIAR, Alice; ROCHA, Jacionira. (1983). O Sítio arqueológico Periperi em Pernambuco. **Revista de Arqueologia**, n. 1. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 30-39, il.
- MONZON, Suzana. (1984). Análise dos traços de identificação - Estudo de um caso: A Toca da Entrada do Baixão da Vaca. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 1. Recife, UFPE, 63-80.
- MUÑOZ GIMENEZ, Antonio. (1975). **Cuba: dibujos rupestres**. Lima, Peru, Ed. Industrial Gráfica, p. 1-505.
- OGEL-ROS, Laurence. (1982). **Catalogue commenté des figures geometriques de 21 sites de la région de São Raimundo Nonato, sud-est do Piauí, Brésil**. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 555 p. il. (Thèse, 3^{ème} cycle).
- _____. (1985). A noção de sub-tradição aplicada a um sítio de arte rupestre pré-histórica. **Caderno de Pesquisa-4**, Série Antropológica III, Teresina, UFPI, p. 147-186.
- OTT, Carlos F. (1944). Contribuições à arqueologia baiana. **Boletim do Museu Nacional**. Nova Série Antropológica, n. 5. Rio Janeiro, 71 p. il.
- PALESTRINI, Luciana. (s/d). **Pinturas rupestres brasileiras**. São Paulo, Ed. Paestum, p. 20, il. lâmina 8.
- PESSIS, Anne-Marie. (1984). Métodos de interpretação da arte rupestre. Análises preliminares por níveis. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 1. Recife, UFPE.
- _____. (1984). Método de interpretação da arte rupestre pré-histórica: análise preliminar da ação. **Revista de Arqueologia**, v. 2, n. 1, jan/jun. Belém, MPEG, p. 47-58.
- _____. (1991). Contexto e apresentação social dos registros visuais na antropologia pré-histórica. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste brasileiro (Recife, 1987). Recife, UFPE, p. 141-147.

- _____. (1992). Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. **CLIO - Série de Arqueológica**, v. 1, n. 8. Recife, UFPE, p. 35 - 68.
- PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niède. (1992). Registros rupestres e caracterização das etnias pré-históricas. In: **Grafismo Indígena - Estudos de Antropologia Estética**. Studio Nobel, Ed. da USP. p. 19 - 33.
- PROUS, André. (1992). **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Ed. UnB, p. 511 - 515.
- REICHEL-DOLMATOF, G. (1976). O contexto cultural de um alucinógeno aborígine: Banisteriopsis caapi. In: COELHO, Vera Penteadó (Org.). **Os alucinógenos e o mundo simbólico**. São Paulo, EPU-EDUSP, p. 59 - 104.
- RIBEIRO, Berta. (1992). Mitologia: verdades fundamentais e expressão gráfica. A mitologia pictórica dos Desana. **Grafismo Indígena. Estudos de antropologia estética**. São Paulo, Studio Nobel, Ed. da USP. p. 35 - 53.
- RIPOLL PERELLÓ, Eduardo. (1986). **Orígens y significados del arte paleolítica**. Madrid, Ediciones Silex. p. 1 - 176, il.

CAPÍTULO VII



A VIDA ESPIRITUAL: o culto aos mortos

Quando encontramos na sua tumba o crânio de um homem muito antigo, o que pretendemos é recuperar sua memória. Criamos uma "retromemória" vinculada com a morte.

André Leroi-Gourham
"Les racines du monde"

Os rituais funerários na pré-história do Nordeste

Grande parte das informações sobre a vida pré-histórica chega através da morte. O ritual e o mobiliário fúnebre permite-nos inferir comportamentos sociais e com restos ósseos das necrópoles identificamos as características físicas e patológicas de grupos humanos. Binford (1971) relaciona a complexidade do ritual funerário com a complexidade da organização social. Ainda que esse ponto de vista tenha sido contestado por outros autores, não há dúvida que, em linhas gerais, a hierarquia e a categoria social do indivíduo reflete-se no seu sepultamento.

O homem sempre se preocupou com seus mortos e o ritual funerário, seja ele simples deposição do corpo numa cova ou cerimônia complexa, acompanha a sociedade humana desde os albores da pré-história. O homem é também tradicionalmente conservador no culto aos seus mortos e a mudança das culturas reflete-se mais lentamente nos rituais e nos costumes funerários do que na evolução da vida cotidiana. O ritual cristão, por exemplo, não difere demasiado do

rito romano-cristão dos começos do cristianismo que, por sua vez, estava inspirado em velhas fórmulas pagãs. A esperança cristã da ressurreição dos mortos impôs a inumação do corpo em todo o mundo de influência cristã, acabando com a milenar tradição indo-européia da incineração. O conservadorismo cultural egípcio reflete-se particularmente na manutenção dos mesmos ritos fúnebres durante milênios.

Nas sociedades indígenas americanas, os rituais fúnebres foram variados e complexo e os enterramentos primários são equivalentes em número aos secundários, nos quais se realiza um segundo enterramento depois da perda das partes brandas do corpo, ritualizando-se o esqueleto.

Na pré-história brasileira o que se conhecia sobre rituais fúnebres das populações indígenas, com anterioridade às fontes de informação direta resultado da pesquisa arqueológica, provém do conhecimento etnográfico e das tradições conservadas entre os remanescentes indígenas.

Os conhecimentos que temos dos rituais funerários no interior do Nordeste apóiam-se, principalmente, em quatro sítios-cemitérios, escavados total ou parcialmente por arqueólogos. Na ordem cronológica do achado e da respectiva escavação, são eles a Gruta do Padre, a Furna do Estrago, o abrigo Pedra do Alexandre e o Sítio do Justino. Essas quatro necrópoles foram utilizadas durante longos períodos de tempo nos quais houve mudanças no ritual funerário.

No cemitério da Pedra do Alexandre, que forneceu as datações mais antigas no Nordeste, para um abrigo cemitério, um enterramento secundário de crianças foi datado em 9.400 anos BP. Enterramentos individuais de mais de 8.000 anos BP correspondem a dois esqueletos femininos adultos, o n° 4 sepultado em decúbito dorsal com as pernas em posição semifletida e o n° 10 em decúbito lateral; ambos não apresentaram mobiliário fúnebre. O esqueleto n° 4 tinha as pernas e a bacia apoiadas sobre uma laje plana de arenito. Sobre ele, foi acesa, possivelmente, uma fogueira ritual de onde foi coletado o carvão que forneceu a datação de 8.280 anos BP. A fogueira não chegou a queimar os ossos. O ritual de acender uma fogueira sobre o enterramento aparece noutros casos desse mesmo abrigo.

As duas sepulturas que registraram ritual funerário mais complexo no abrigo do Alexandre, foram datadas entre 4.000 e 4.700 anos BP e pertenciam a enterramentos masculinos. A n° 1, secundária, continha restos de quatro indivíduos, dois masculinos (24 e 11 anos) e duas crianças (um ano e um feto a termo). Os ossos foram cuidadosamente pintados com pigmento vermelho e arrumados numa cova forrada com uma laje plana horizontal e outras verticais rodeando-a (Figura 101). Junto deste, em nível ligeiramente inferior, o enterramento n° 1, primário, pertencia a um adulto masculino de 18 anos, colocado em posição fle-

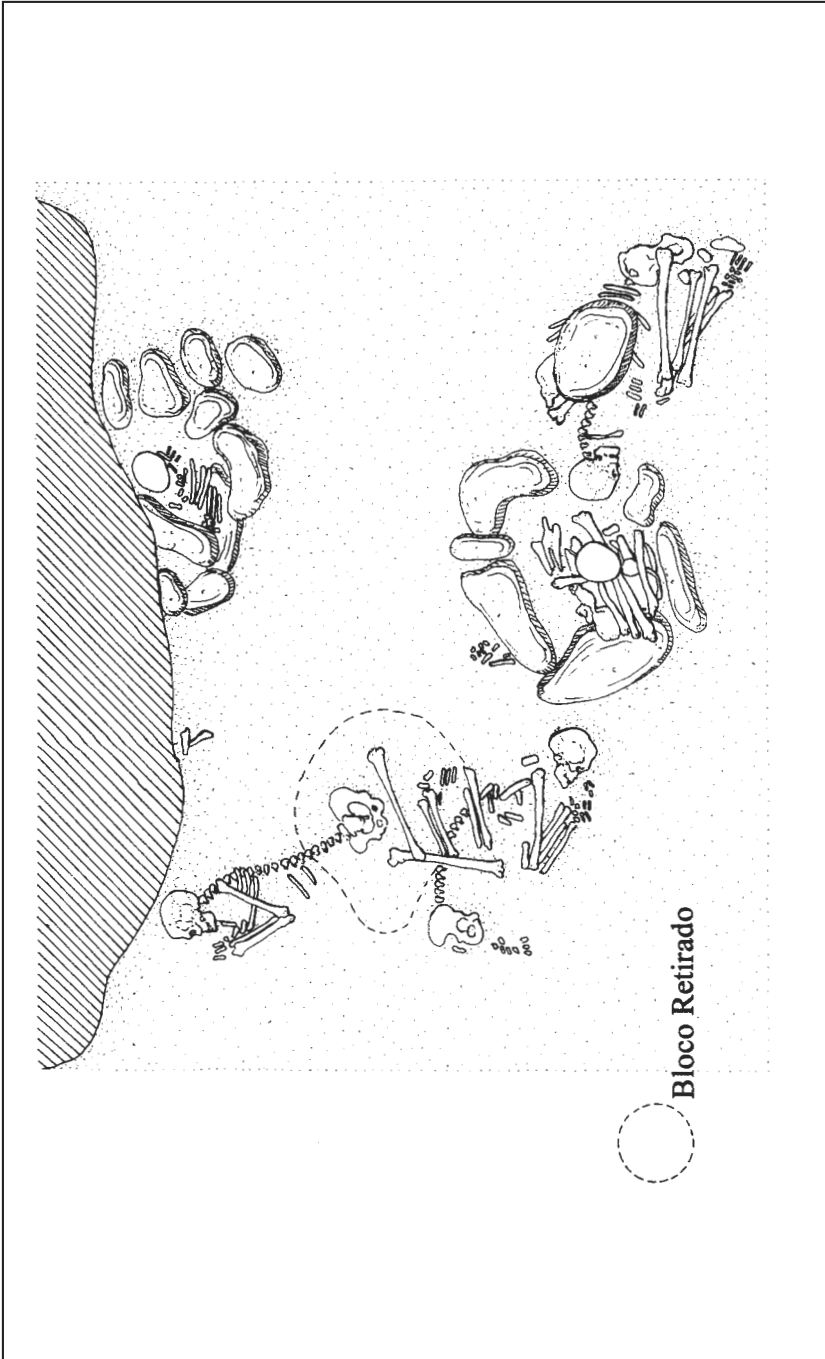


Figura 101. Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN. Posicionamento dos enterramentos (detalhe).

tida e decúbito lateral; sobre o tórax foi colocada uma laje oval de pedra de micaxisto retirada do próprio abrigo; em torno do pescoço levava um colar com pingentes de ossos de cervídeo e um apito também de osso. Uma lesão no crânio faz pensar que teria sido atingido por uma flecha. Junto às lajes do enterramento nº 2, porém fora do recinto fúnebre, foi enterrada uma criança de poucos anos que teve, durante o ritual secundário, os ossos pintados de vermelho e coberto de pigmento também vermelho, finamente pilado ou peneirado. Pelo ritual e sua posição calculo que seja da mesma época do enterramento nº 2. O costume de cobrir os ossos das crianças de poucos meses ou anos com pigmento vermelho repete-se em outros enterramentos do mesmo abrigo. Duas crianças de quatro a seis anos, datadas em 2.620 anos BP, foram enterradas juntas, em posição fletida e decúbito lateral. O enterramento nº 15, secundário, que não foi datado, apresentava dois esqueletos masculinos entre 20 e 22 anos, com os ossos longos arrumados e os crânios colocados por cima, protegido por lajes de pedra arenítica procedente de uma canteira próxima. Como mobiliário fúnebre, colares de pingentes e contas de osso e um apito também de osso.

A variedade de rituais funerários no sítio do Alexandre justifica-se pela grande separação cronológica existente entre os diversos enterramentos. Os mais antigos são primários e sem mobiliário fúnebre mas, até a fase final de utilização do abrigo, sucederam-se as duas formas rituais de enterramento: primários e secundários.

Na Gruta do Padre, o ritual funerário foi sempre secundário, durante o longo período de utilização do sítio que pode ter atingido mil anos a partir de 2.000 anos BP aproximadamente. Como Carlos Estevão afirmara, a pequena gruta foi utilizada como um "ossuários" no sentido de ser mais um depósito de restos de cremação humana do que lugar de realização de ritual. A grande quantidade de restos ósseos humanos acumulados, misturados a ossos de animais e pingentes e contas de osso e concha, dava a impressão de não ter sido depositada com ordem, ultrapassando em alguns pontos do sítio, mais de um metro de cinzas.

O grupo étnico que utilizou a Gruta do Padre como cemitério queimava os corpos dos seus defuntos fora da gruta e depois os depositava nela sem ordem aparente. Em alguns casos, foi reutilizada, para novos enterramentos, no sedimento formado por restos fúnebres anteriores. Assim, foram cavadas fossas onde se depositaram novos restos humanos também incinerados. Num caso, sobre uma laje de pedra foram colocados ossos humanos, também parcialmente queimados sobre os que se embocou uma pequena urna de cerâmica.

Na mesma época aproximadamente em que a Gruta do Padre foi utilizada como cemitério, o foi também a Furna do Estrago onde o achado de mais de oi-

tenta esqueletos, entre adultos e crianças, permitiu apurado estudo dos rituais funerários utilizados nos mil anos de ocupação do abrigo como cemitério (2.000-1.000 anos BP em números redondos). Os enterramentos mais antigos da Furna do Estrago são todos primários, com os corpos em posição fletida e embrulhados em esteiras de fibra vegetal. O rito do "fardo funerário"¹ tão comum em toda região andina, chega atenuado à zona tropical, mas na Furna do Estrago há enterramentos que poderiam ser realmente considerados de "fardo" e que estava em bom estado de conservação. Em outros casos a fossa funerária estava forrada com fibras vegetais cuidadosamente dispostas. O enxoval consistia em colares e pingentes de pedra, osso, conchas, sementes, de dentes de animais e espátulas. Fragmentos de ocre junto à nuca e ao ventre aparecem também em algumas sepulturas. Recém-nascidos foram sepultados em pequenas cestas de fibras de palmeira e também embrulhados em esteiras de uricuri². Alguns crânios ainda conservavam parte do cabelo. Especial registro merece a sepultura chamada do "flautista", um adulto de sexo masculino em posição fetal com as mãos perto da face e que levava entre os braços uma flauta feita de uma tibia humana com um único orifício, além de um delicado cinto de fibras vegetais como adorno. O esqueleto levava também um colar de 31 contas de osso de ave. A fossa funerária onde foi depositado estava forrada de fibras vegetais que envolviam também o seu corpo (Lima, 1984).

Os padrões de sepultamento da Furna do Estrago são bastante uniformes durante o período de utilização do abrigo como cemitério. Acima das fossas aparecem com certa frequência gastrópodes (*Megalobulimus* sp.) que parecem ter sido colocados propositalmente como fazendo parte do ritual funerário ou como marcação da sepultura. Na opinião de Jeannette Lima, responsável da escavação da Furna do Estrago, o grupo que a utilizou como cemitério não era ceramista, na medida que não usou a cerâmica no enxoval funerário. Assim, considerou intrusivos os poucos fragmentos cerâmicos encontrados em algumas fossas funerárias. Na fase final de ocupação do abrigo, houve brusca substituição do rito funerário de inumação pela cremação o que pode significar que o grupo humano anterior foi expulso por um novo, que utilizava um ritual funerário diverso.

O Sítio do Justino foi ocupado durante períodos compreendidos entre 2.000 e 8.000 anos BP. A inundação da área da hidrelétrica de Xingó no São Francisco impediu que se completasse a escavação de um dos mais densos ce-

¹ Chama-se sepultura de "fardo" quando o cadáver é amarrado de forma a lhe dar a posição fetal completa e depois é cuidadosamente embrulado com esteiras ou tecidos.

² Uricuri (*Syagrus coronata* Mart.).

mitérios indígena do Brasil, porém as duas centenas de esqueletos levantados, entre completos e incompletos, permitem uma estimativa dos rituais funerários empregados pelos habitantes pré-históricos do baixo vale do São Francisco. Ocupado por um ou vários grupos ceramistas, os vasilhames cerâmicos formam parte do mobiliário fúnebre. Num enterramento no qual o corpo foi deitado em decúbito dorsal completo com os braços esticados ao longo do corpo, foram colocadas duas urnas sobre a cabeça e o abdômen do defunto (Figura 103). Ritual semelhante foi também observado em dois sítios com enterramentos escavados por V. Calderón em Curaça (BA), no vale médio do São Francisco. Um dos enterramentos da Toca do Gongo, em São Raimundo Nonato, apresentava, também, um vaso de cerâmica sobre a cabeça, e foi datado em 2090 ± 110 anos BP.

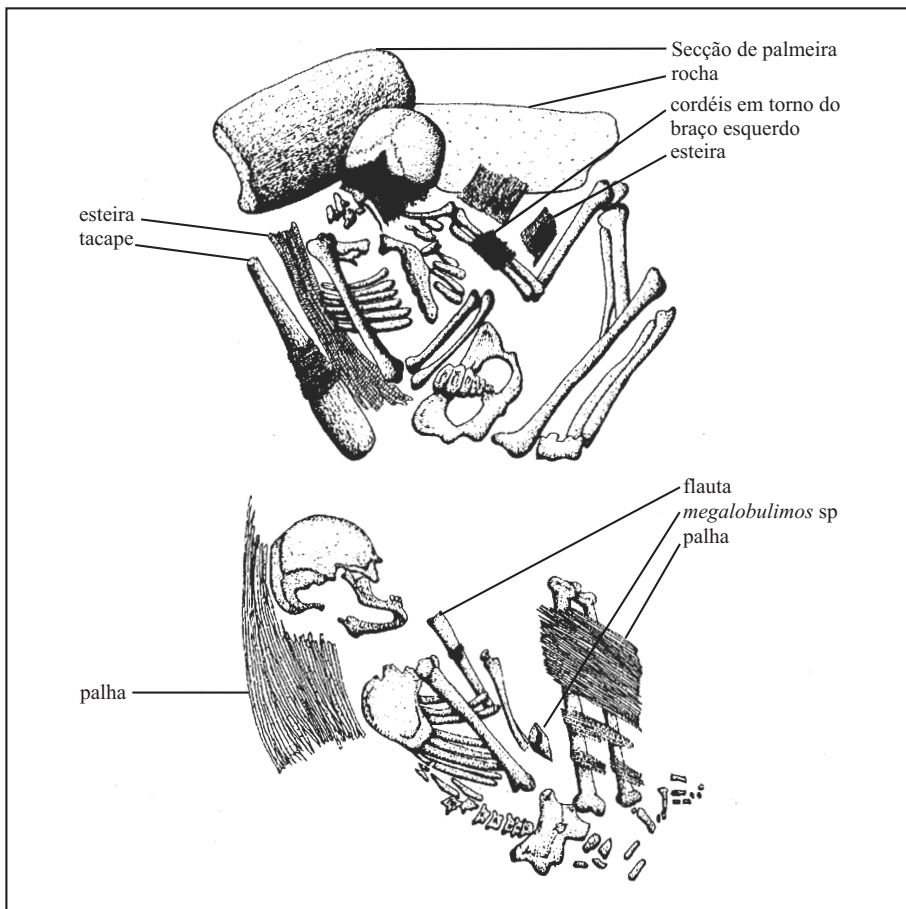


Figura 102. Fumaça do Estrago, Brejo da Madre de Deus, PE. Enterramentos primários individuais.

Noutro enterramento do Sítio do Justino, a parte superior do crânio foi depositada sobre uma laje de pedra recortada em forma circular, e outra laje semelhante foi colocada também sobre o abdômen (Figura 103). Um crânio foi cuidadosamente serrado no sentido longitudinal, as bordas foram polidas e as duas partes enterradas juntas com o resto do corpo (Figura 103). Não temos elementos para deduzir se o macabro ritual foi efetuado imediatamente depois da morte ou numa fase secundária da ritualização do esqueleto. A variedade dos rituais e das formas de enterramento no cemitério do Justino é verdadeiramente notável. Ossos desarticulados indicam a prática de ritual secundário e observa-se, também, a destruição de enterramentos no ato de deposição de outros mais recentes. Merece registro a preparação de um esqueleto dentro de uma urna, cujos ossos foram cuidadosamente cortados e polidos nas epífises; o crânio foi serrado no sentido longitudinal, as bordas foram também polidas e uma metade do crânio foi depois encaixada dentro da outra. Além de vasilhames completos que acompanham os esqueletos, observa-se, nas camadas superiores do sítio, grandes quantidades de cerâmica fragmentada que parece produto de ocupação para moradia. Esse fato poderia significar que o sítio pode ter sido também utilizado como aldeia e que os mortos foram enterrados nos mesmos lugares de habitação, fato aliás comum entre grupos pré-históricos ceramistas. A presença de fogueiras indicaria a afirmativa anterior. Existem também marcas de fogueiras rituais sobre os enterramentos.

As informações que os sítios citados nos proporcionam sobre os rituais funerários, acrescente-se os dois enterramentos da Toca do Paraguaio, abrigo com pinturas rupestres em São Raimundo Nonato. O primeiro enterramento, escavado por Niede Guidon, era de um adulto masculino (25 a 30 anos) em posição estendida e decúbito dorsal, com a cabeça apoiada sobre uma pedra plana de siltito e depositado numa fossa funerária de forma oblonga, recoberta de galhos, folhas e sementes de maniçoba. Como único mobiliário fúnebre, foi coletado um seixo utilizado como percutor. Numa outra sepultura do mesmo abrigo e numa fossa circular e rasa, delimitada por seixos, foi enterrada, em posição fletida, uma mulher de idade estimada entre 35 e 40 anos, segurando os pés, foi colocada uma pedra grande de arenito, com sinais de ter sido queimada. Conservava, ainda, restos do couro cabeludo e sobre o crânio foram colocados alguns seixos. Foi datada em 8670 anos BP, a partir de carvões coletados na fossa funerária. O fundo da mesma estava coberto de cinzas, onde foram coletados dos seixos com sinais de uso, utilizados como moedores. Nas duas sepulturas citadas, devem ter sido acesas fogueiras rituais, sem intencionalidade de queimar os corpos.

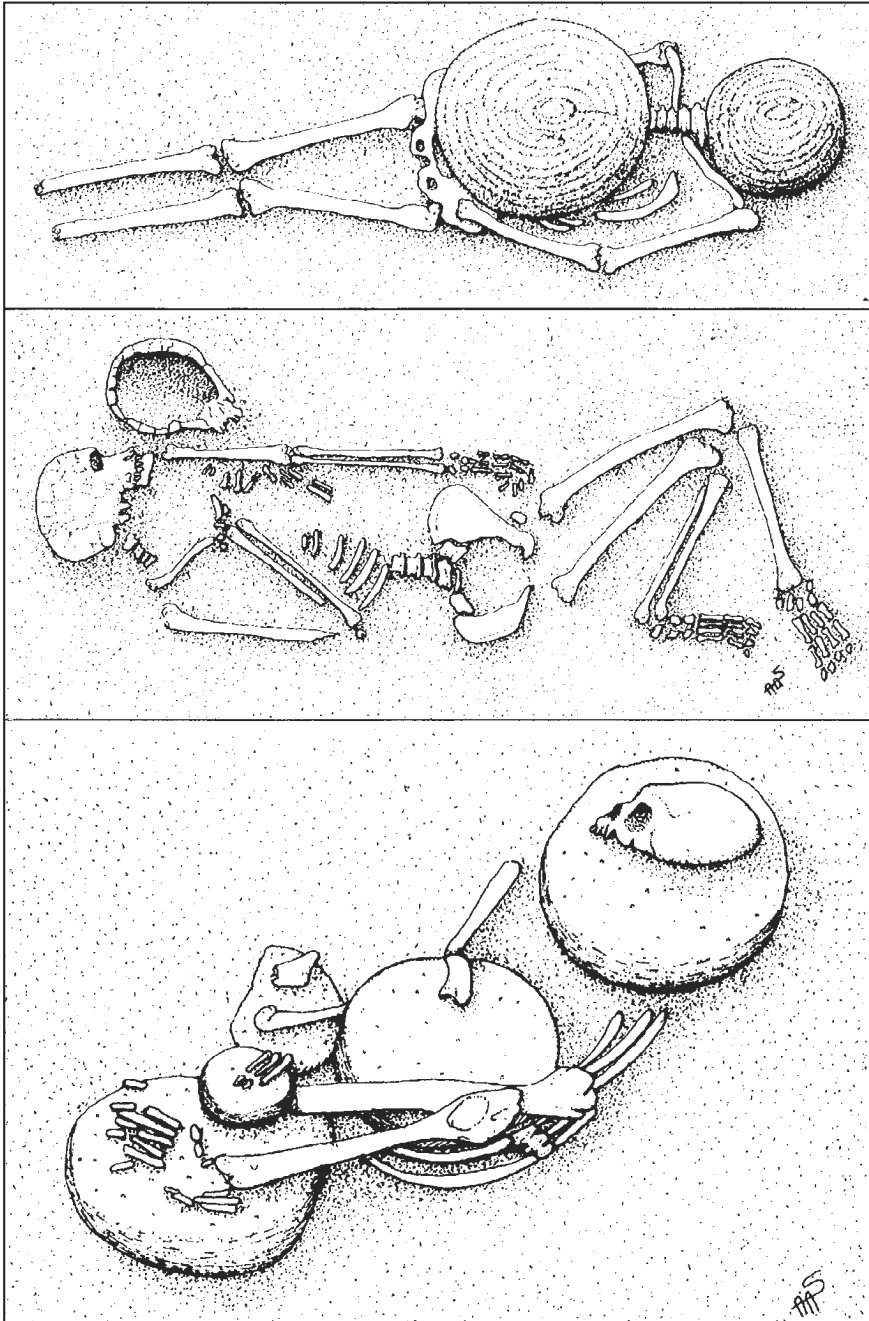


Figura 103. Sítio do Justino, Canindé do São Francisco, SE. Enterramentos primários individuais.

Em Buíque, Pernambuco, um abrigo escavado por Marcos Albuquerque na década de 70 (PE-91-Mxa), apresentou uma coluna cronológica de ocupação de 2.780 a 6.640 anos BP³ onde se situaram enterramentos primários depositados em covas forradas com fibras trançadas. Alguns crânios estavam cobertos com uma espécie de cesta ou coifa, também de fibras trançadas, o que significaria, em números redondos, uma data de 6.000 anos BP para uso do trançado e da cestaria pré-histórica em Pernambuco, e cuja a prática em enterramentos generaliza-se em datas posteriores (Furnas do Estrago e Alcobaça) no mesmo Estado. Também em Buíque, o Sítio Alcobaça apresenta enterramentos arrumados em covas forradas de fibras com sinais de cremação.

Ossos humanos quebrados propositadamente, queimados e enterrados em fossas, formam parte do ritual funerário com enterramentos coletivos do Cemitério do Caboclo em Venturosa, PE (V. Luft, 1990).

As escavações na ilha de Zorobabel (Itacuruba, PE), no vale do médio São Francisco, evidenciaram enterramentos isolados na área ocupada por uma aldeia indígena ceramista. Em fossas com cinzas foram coletados ossos humanos e de animais, quebrados e queimados. O mesmo ritual foi observado na Gruta do Gentio, também no médio São Francisco, em Minas Gerais, onde Ondemar Dias, que escavou a gruta, observou enterramentos de ossos humanos calcinados e misturados com ossos de animais, fato que se repete na Gruta da Foice. Com as devidas cautelas, o autor não descarta, a possibilidade de se poder atribuir à antropofagia ritual esse tipo de enterramentos.

Ainda no vale do São Francisco, C. A. Etchevarne (1992) refere-se a enterramentos primários de dez indivíduos nas dunas de Zorobabel, em Rodelas (BA), que considerou possivelmente coletivos, mas, do conjunto fúnebre somente um esqueleto estava completo, restando dos outros apenas fragmentos (calota craniana e dentes), o que torna duvidosa a suposição de que se trate realmente de uma sepultura coletiva e contemporânea.

O maior número de informações sobre os sítios funerários das populações pré-históricas que habitaram as regiões litorâneas, procedem dos sambaquis, que, por se tratar de sítios arqueológicos facilmente identificáveis são, naturalmente, as jazidas arqueológicas mais conhecidas. O estudo recente dos ritos funerários de três sambaquis, realizado por Lina Kneip e Lília Machado (1993), no Rio de Janeiro, registra a presença de sepultamentos primários e secundários, individuais e coletivos, nos quais se utilizou prática da incineração e da inumação, o que levou as autoras a concluir que as diferenças de ritual depen-

³ 2.780, 3.870, 4390, 6.240, 6.640 BP (laboratório BaH, Carbono 14). O resultado das escavações não foi publicado.

diam mais do status social do indivíduo do que da cronologia. Deduz-se, desse trabalho, que não existe uma forma característica de enterramento ligado aos sambaquis; além das possíveis diferenças hierárquicas apontadas, também se deve levar em conta as distâncias cronológicas e a presumível mudança do grupo étnico ocupante do sambaqui.

Ainda não possuímos informações seguras sobre enterramentos de populações ribeirinhas no Nordeste, pois as pesquisas arqueológicas no litoral foram escassas e as poucas realizadas não estão publicadas. Na única sepultura escavada no sambaqui de Pedra Oca (BA), o corpo foi colocado por cima de uma fossa de cinzas, propositadamente, na opinião de Valentin Calderón que escavou o sepultamento. O esqueleto achava-se em decúbito lateral e posição fletida, com os joelhos à altura do peito e a mão esquerda sob a mandíbula inferior. Em cima das pernas foi acesa uma fogueira como indicavam os sinais de calcinação nos fragmentos das tíbias. Nenhum mobiliário acompanhava o enterramento.

Nas escavações nos sambaquis do litoral maranhense, localizaram-se dois enterramentos em Maiobinha: um é de uma mulher em posição fletida e decúbito dorsal e o outro é de uma criança de poucos meses, ambos associados a pequenas contas de colar de pedra.

O costume de enterrar em urnas isoladas, em ritual primário ou secundário, sem formar concentrações funerárias, comum entre populações horticultores e ceramistas, deixa à sorte de achados casuais, o conhecimento das práticas funerárias dessas populações.

O enterramento em urnas generalizou-se por toda a região Nordeste, todavia, não possuímos dados cronológicos dos começos dessa prática funerária pelos diversos grupos étnicos com tradições ceramistas, tanto na zona litorânea e da mata como nos agrestes e sertões. Há urnas cerâmicas com enterramentos primários, onde o corpo amarrado fortemente é nelas introduzido, mas essa é uma forma de enterramento menos comum do que a forma secundária, ou seja, de inumação ou de incineração, guardando-se em cada caso os ossos ou as cinzas; nelas algumas vezes há somente o crânio com parte dos ossos, com ou sem restos de mobiliário fúnebre.

Por todo o Nordeste espalham-se notícias esporádicas de achados funerários, não muito confiáveis, na medida em que não foram escavados por arqueólogos. Predominam os clássicos achados de "aribés" ou "igaçabas" contendo ossos humanos, cinzas ou ambas as coisas. Em geral, a mesma cerâmica utilizada para fins domésticos servia para fins funerários, tanto nas formas como na decoração, variando apenas no tamanho. As urnas funerárias eram colocadas

em abrigos sob-rocha ou mesmo nas aldeias a pouca profundidade do solo, fora ou dentro das moradias.

Entre as populações ceramistas da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Sílvia Maranca, escavando vários sítios, identificou rituais funerários diversificados nas mesmas ocupações temporais. A arqueóloga atribui essas diferenças a possíveis estratificações sociais dentro de um mesmo grupo étnico. Na Toca do Gongo I, foram escavados nove sepultamentos num mesmo nível, quatro dos quais depositados em urnas funerárias e cinco em fossas cavadas na terra. Nos sepultamentos em urna, secundários, estavam depositados os ossos longos e o crânio. As urnas foram fechadas com vasilhas de cerâmica ou de cabaça, fazendo as vezes de tampa. Já nos enterramentos em fossa, utilizou-se ritual primário, com o corpo em posição fetal deitado ou sentado em conexão anatômica, mas com a peculiaridade de a cabeça aparecer separada do tronco e colocada em posição vertical sobre a fossa, separada do resto do enterramento por uma camada de sedimento de 15 a 20 centímetros. Em três casos, sacolas tecidas de fibras de caroá⁴, haviam sido colocadas junto ao defunto. No Sítio São Braz, duas urnas funerárias continham ossos humanos de enterramentos secundários e noutra um esqueleto completo com enterramento primário em posição fetal.

O rito da incineração foi comum entre os grupos agricultores da tradição Tupiguarani das áreas litorâneas. Urnas de linhas abertas, cuidadosamente decoradas com desenhos geométricos e nas cores vermelha, branca e preta, eram utilizadas para guardar ossos e cinzas. A inumação secundária realizava-se, comumente, na mesma aldeia, de forma que, em geral, não são encontradas grandes necrópoles agrupadas e sim enterramentos isolados entre os restos cerâmicos que assinalam a localização da aldeia. Porém, os dados de que atualmente dispomos são mais antigos relatos etnológicos do que dados arqueológicos, pois poucas aldeias Tupiguarani escavadas no Nordeste tiveram seus resultados publicados, com exceção de uma ou outra pequena notícia. Em geral, os restos funerários são, quase sempre, produto de achados casuais, em consequência de trabalhos agrícolas.

Resumindo: segundo os dados que até agora dispõe a arqueologia, as populações pré-históricas do Nordeste do Brasil utilizaram-se de variados rituais funerários de inumação e incineração, com enterramentos primeiros e secundários, sem que possamos estabelecer seqüências cronológicas exatas na evolução dos diferentes rituais utilizados, mas pode-se afirmar que a inumação precedeu à incineração. Como formas de inumação primária relacionam-se:

⁴Caroá = *Neoglaziobia variegata*

- a) sepulturas em cova individual com o corpo na posição lateral fletida e ausência de mobiliário fúnebre;
- b) corpos na posição lateral fletida, com enxoval funerário consistente em colares de contas e pingentes de osso, de conchas marinhas, de pedra e de dentes de animais. Espátulas, apitos e flautas aparecem também nos enterramentos masculinos;
- c) utilização de fibras trançadas, desde datas muito antigas, para embrulhar os corpos ou para forrar a cova onde o morto será depositado, registra-se o uso de cestas de fibras para enterrar crianças e bolsas de fibras trançadas como mobiliário;

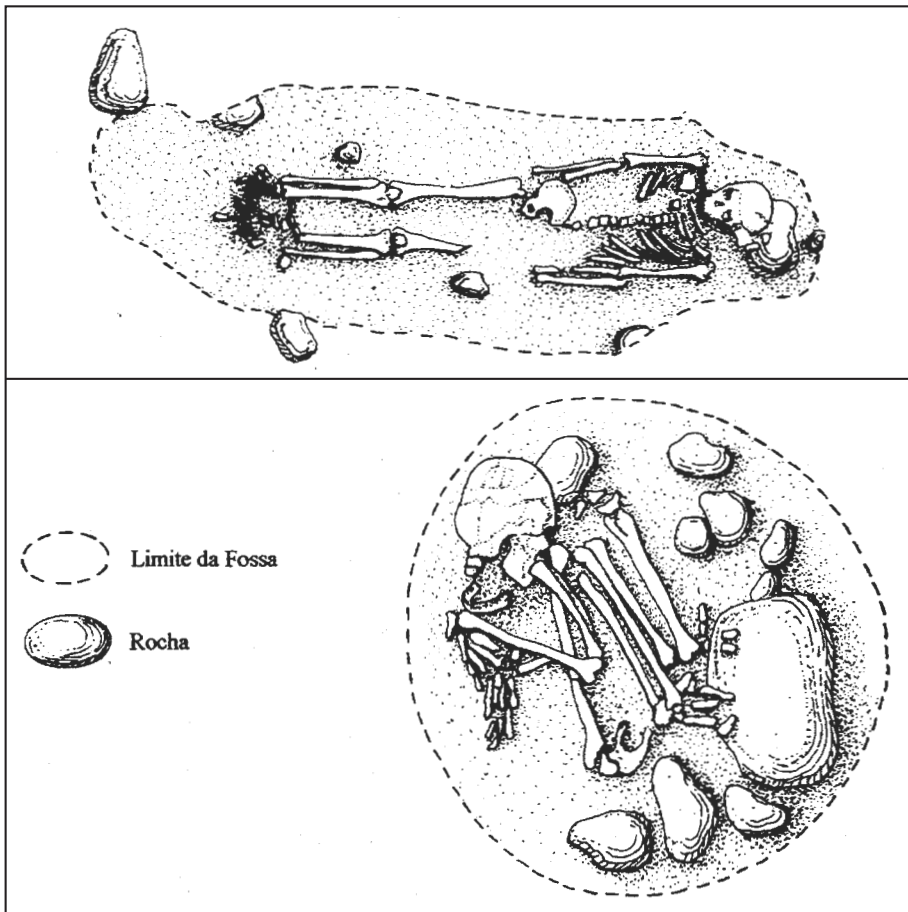


Figura 104. Enterramentos primários da Toca do Paraguaio, São Raimundo Nonato, PI (N. Guidon et al, 1980).

- d) prática de se acender uma fogueira no lugar do enterramento, não para queimar o corpo, mas como forma ritual ou purificadora;
- e) separação ritual da cabeça, do tronco;
- f) utilização de vasilhames cerâmicos de vários tamanhos e formas, como mobiliário fúnebre acompanhando o morto, às vezes cobrindo parte de seu corpo;
- g) deposição em urnas cerâmicas com o corpo em posição fletida.

Entre os rituais secundários assinalam-se:

- a) enterramentos coletivos com os ossos cuidadosamente arrumados e pintados de vermelho em cova forrada de lajes de pedra;
- b) ossos de criança pintados e cobertos de pigmento vermelho finamente peneirado;
- c) incineração total ou parcial dos corpos; ossos calcinados e as cinzas depositadas em covas em abrigos sob-rochas;
- d) deposição das cinzas e ossos queimados, em urnas funerárias;
- e) enterramentos secundários em urnas com inumação dos ossos depois de limpos.

As fontes etnográficas

As informações etnográficas podem nos auxiliar no conhecimento dos rituais indígenas e também, através dessas informações podemos entender a falta de maior número de restos funerários fornecidos pela arqueologia. Certos rituais seriam responsáveis pela inexistência de restos humanos em diversas áreas arqueológicas. O costume dos Ianomami, por exemplo, de moer os ossos depois de completamente limpos das partes brandas e comê-los misturados com banana, num ritual "post-mortem" cuidadosamente preparado, caso tenha sido de ampla dispersão na pré-história, teria privado a arqueologia de ricas fontes de informação.

Os dados que a arqueologia fornece podem ser completados com dados etnográficos, levando-se em conta, naturalmente, as distâncias cronológicas e as distorções que a informação pode conter. Considerando-se o conservadorismo que as tradições funerárias apresentam na pré-história mundial, podemos deduzir que certas práticas fúnebres registradas pela etnografia, seguramente vinham de tradições milenares. As informações etnográficas acrescentadas das que nos fornecem os achados casuais e as notícias esporádicas, formam um conjunto de dados de sumo interesse para o início de pesquisas arqueológicas sistemáticas. Muitas vezes, verifica-se a presença de certos ritos fúnebres durante milênios. A manutenção de ritos fúnebres aborígenes entre as populações indí-

genas já cristianizadas foi constatada através de informes etnográficos e da evidência arqueológica. Vários rituais funerários indígenas continuaram sendo praticados pelos índios, mesmo depois da colonização portuguesa e do seu aldeamento em missões. No vale médio do São Francisco, por exemplo, existem várias ilhas onde se estabeleceram missões evangelizadoras de franciscanos e jesuítas e é comum se encontrar restos de enterramentos indígenas entre as ruínas dessas missões, feitos por índios que viveram em contato com os padres nos séculos XVII e XVIII. Durante as escavações arqueológicas na ilha de Zorobabel, apareceram os restos da igreja de Nossa Senhora do Ó, paróquia fundada pelos capuchinhos e destruída por uma inundação nos fins do século XVIII e, também, uma aldeia indígena com enterramentos em urnas funerárias. Como em outros muitos casos, as urnas foram depositadas em diferentes lugares da ilha, sem ser agrupadas em necrópoles; entre o enxoval funerário havia colares de contas de vidro e contas de rosário em uma das urnas. É de se supor que os índios aldeados na missão continuaram enterrando seus mortos segundo seus antigos rituais. Caso idêntico foi constatado na ilha de Itacuruba, vizinha à anterior. Essas ilhas desapareceram, recentemente, em consequência da formação do lago de Itaparica.

Atualmente, próximos ao rio São Francisco, existem remanescentes indígenas Pankararu, Atikum e Tuxá, nos municípios de Tacaratu, Itacuruba e Floresta, em Pernambuco, e Rodelas na Bahia. Moram em aldeias próprias sob a proteção da FUNAI. Através da tradição oral soubemos que os Pankararu enterravam seus defuntos em abrigos e colocavam fogueiras em cima, utilizando o lugar quantas vezes se fizesse necessário, informação que coincide perfeitamente com os achados arqueológicos da Gruta do Padre. Católicos, devotos de Santo Antônio, possuem uma igreja na aldeia, o que não impede que conservem ainda certas "obrigações" com o morto ainda do tempo dos "caboclos brabos".

Por sua parte, os Tuxá atribuem que sejam chamados também de índios Rodelas, devido ao antigo costume de cortarem os membros dos defuntos e conservá-los em urnas funerárias entre cinzas. Esse costume explicaria o fragmentado dos restos ósseos às vezes encontrados, como nos enterramentos da ilha de Zorobabel, com despojos humanos que se misturavam a ossos de animais, possivelmente restos do banquete fúnebre.

Curiosa é sem dúvida a informação recolhida por Estevão Pinto nos Índigenas do Nordeste, quando se refere a certos índios (não cita quais) que entregam o trabalho do descarnamento do corpo aos peixes, para o qual é encerrado numa juquiá especial e mergulhado no rio; os peixes entram livremente na cesta, mas o esqueleto é preservado para, depois de descarnado, realizar-se então a cerimônia fúnebre.

Numa referência de J. de Lery, os Tupinambá colocavam uma cuia sobre o rosto do morto e acendiam uma fogueira, fato que encontramos no cemitério do Justino, com os restos da fogueira ritual usada durante a cerimônia.

Inúmeras informações chegaram-nos através dos cronistas e missionários, mas nem sempre essas informações são cuidadosas na identificação do ritual de cada tribo ou grupo étnico. Não poucas vezes misturam-se e confundem-se. Porém quando lemos um relato minucioso de todo um determinado ritual fúnebre, com músicas, cantos, carpideiras, banquete fúnebre e período de luto, como nos relatos de A. Metraux, vemos como a arqueologia nos fornece apenas uma pequena parte de todo um cerimonial que o conhecimento etnográfico muitas vezes esclarece. Os diversos rituais fúnebres em enterramentos contemporâneos, observados em sítios pré-históricos, podem também ser explicados pelo tipo de morte, além de indicativos da hierarquia e do sexo do defunto. Morte natural, por guerra, suicídio ou castigos vários interferem na forma do enterro, como foi observado por Ítala Becker (1994) entre os Kaigáng, Guarani, Charrua e Minuano históricos. O enterro dentro ou fora da habitação significaria, também, maior ou menor apreço pelo defunto.

O trabalho conjunto de etnólogos e antropólogos tem fornecido estudos recentes bem documentados sobre etnias indígenas brasileiras. Não cabe aqui enumerar os numerosos rituais conhecidos entre os índios históricos, pois além de já publicados em artigos e livros fogem aos objetivos deste trabalho, pautado no achado arqueológico e não na tradição oral. Mas, para o conhecimento da pré-história de um país que tem a sorte de haver conservado remanescentes "pré-históricos" até os tempos modernos, o apoio da etno-arqueologia e da etno-história não deve ser negligenciado especialmente quando se trata de conhecer tradições fúnebres indígenas que aparentemente foram de longa perduração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO VII

- BINFORD, L. R. (1971). Mortuary Practices: their study and their potencial. In: J. Brown (ed). **Approaches to the social dimensions of mortuary practices.** Memoirs of the American Archaeology Society, n.25.
- BECKER, Itala Irene Basile. (1994). Formas de enterro e ritos funerários entre as populações pré-históricas. **Revista de Arqueologia**, v.8, n.1, Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. São Paulo, p.61-74.
- CALDERÓN, Valentin. (1964). **O sambaqui da Pedra Oca. Relatório de pesquisa.** Salvador, Instituto de Ciências Sociais, UFBA, p.1-89, il.

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). (1990). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 605 p. il.
- ETCHEVARNE, Carlos Alberto. (1992). Sítios dunares no Sub-médio São Francisco, Bahia. **Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB (1991)**, v. 1. Rio de Janeiro, p. 137-143.
- KNEIP, Lina ; MACHADO, Lilia Cheuiche. (1993). **Os ritos funerários das populações pré-históricas de Saquarema, RJ : sambaquis da Beirada, Moa e Pontinha**. Documento de Trabalho. **Série Arqueológica**, n. 1. Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, p. 1-74.
- LERY, Jean de. (1980). **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo, Itatiaia/EDUSP.
- LIMA, Jeannete Dias de. (1984). Pesquisa arqueológica no município de Brejo da Madre de Deus. **Symposium**, v. 26, n. 1. Recife, UNICAP, p. 9-60, il.
- LUFT, Vlademir. (1990). **A Pedra do Tubarão: um sítio da tradição agreste em Pernambuco**. Recife, UFPE, p. 136, il. (Dissertação, Mestrado em História).
- MARANCA, Sílvia. (1976). A Toca do Gongo I. Um abrigo com sepultamento no Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série).v. 23. São Paulo, p. 155-173.
- MELLO E ALVIM, Marília Carvalho de; COSTA FERREIRA, FABIO J.L. (1985). Os esqueletos do abrigo Toca do Paraguaio, Município de São Raimundo Nonato, Piauí. Estudo antropológico. **Caderno de Pesquisa**, n.4, Série Antropologia-III, Teresina, p. 241-259.
- METRAUX, Alfred. (1979). **A religião dos tupinambás**. Brasileira, v. 267. São Paulo, Ed. Nacional, p. 1-223 il. (Tradução e notas de Estevão Pinto).
- PINTO, Estevão. (1935-1938). **Os indígenas do Nordeste I - II**. Brasileira. v. 44 e 112. São Paulo, p. 1-257, il.
- ROCHA, Jacionira. (1991). As tradições funerárias no vale do Médio São Francisco. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (Recife, 1987). Recife, UFPE, p. 150-152.
- VERGNE, Cleonice; AMÂNCIO, Suely. (1992). A necrópole pré-histórica do Justino / Xingó-Sergipe. (Nota prévia). **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n. 8. Recife, UFPE, p 171-182.

CAPÍTULO VIII



O FUTURO DA PRÉ-HISTÓRIA NO NORDESTE

*Como sociólogo e antropólogo,
considero-me também um arqueólogo.*

Gilberto Freyre

O mais longo período da história que é a pré-história, termo universalmente aceito como o período das sociedades ágrafas, tem fontes que procuramos na cultura material. O homem, a cultura e o meio ambiente são o tripé no qual se apóia o estudo da pré-história e dentro da categoria vestigial que caracteriza esta disciplina, somente uma abordagem que enfoque aqueles elementos nos levará a resultados positivos para o conhecimento das sociedades pretéritas.

Absurdo e discriminatório parece-me a utilização do termo "história pré-colonial" ou "arqueologia pré-colonial" que alguns autores pretendem impor, diga-se, com pouco êxito. Nesse caso o "pré" não significa nada e aparece como qualquer período sem importância anterior ao verdadeiramente importante que seria o colonial. Que valor pode ter essa expressão e quais são seus limites? As ocupações pleistocênicas, assim, também, seriam pré-coloniais, mesmo separadas por 30 ou 40 mil anos? O termo poderia ser utilizado se houvesse continuidade cultural e histórica e na qual um período fosse o prelúdio de um outro e não um corte violento e abrupto. Chama-se, por exemplo, pré-dinástico à época da história egípcia na qual se assentam as bases culturais e sociais que darão lugar a época faraônica, mas se poderia chamar de pré-romano ao neolítico europeu? A procura de definições originais que substituam formas arraigadas, consideradas gastas, distintas das definições do Velho Mundo, não é exclusivo do Brasil. Na Europa, já se tentou utilizar os termos história primitiva e "antehis-

tórica", desde o começo do século XX, mas desde 1851, quando Daniel Wilson a utiliza pela primeira vez, a palavra pré-história, valorizada depois pela autoridade de Sir John Lubbock, no seu livro *Prehistoric Times*, não foi substituída com êxito por nenhuma outra expressão. O termo pré-história é usado portanto, também no título deste livro o qual, de maneira alguma, poderia chamar-se algo como "história pré-colonial do Nordeste". Admitimos, portanto, que o termo pré-história é utilizado para definir a história de qualquer época ou país com anterioridade a existência da escrita, sem limites cronológicos ou espaciais nem dependência a determinados fatos históricos.

Em conseqüência, o estudo da pré-história do Nordeste do Brasil, nos seus fundamentos básicos, pretende chegar a conhecer as origens do povoamento, as tradições culturais dos caçadores-coletores e dos agricultores, as estratégias de sobrevivência dos diferentes grupos que povoaram a região desde o fim do pleistoceno e a sua evolução para o estágio agrícola, até o contato com o europeu e o estabelecimento das missões religiosas no Nordeste. O aldeamento dos grupos indígenas em estruturas missionárias, diferentes às próprias, significou o começo da perda da identidade indígena, de forma que a integração das populações indígenas na história colonial assinala também o término cultural da pré-história, independentemente do fator cronológico.

Uma escavação arqueológica deve ser realizada quando tem por objetivo a demonstração de uma hipótese ou de um modelo explicativo sobre um grupo humano que habitou a área em estudo e se deseja estabelecer sua relação com o meio ambiente circundante. A premissa teórica de tal posição apóia-se no pressuposto de que não é mais válida a idéia simplista de se pesquisar "para ver o que se encontra". Frente à difícil operacionalização de uma pesquisa "total" em termos arqueológicos, impõe-se naturalmente a seleção criteriosa dos sítios a serem escavados. A delimitação prévia da área de interesse se faz necessária dentro de uma "aproximação regional" com grupos de sítios arqueológicos relacionados entre si, superando a síndrome da jazida arqueológica única por mais importante que pareça. O que cientificamente interessa é se conhecer o povoamento total de uma determinada zona ou região, tal como o vale de um rio, por exemplo, em um certo período, ou mesmo em toda a sua história, das primeiras ocupações até a colonização.

Os *estudia humanitatis* afastam-se, cada vez mais, da pré-história, substituídos pelas ciências exatas, a tecnologia e a aplicação de técnicas quantitativas e estatísticas, mas não devemos esquecer que a pré-história é uma ciência humana e que o seu produto final é o conhecimento do homem e do seu entorno. Sob esse aspecto as ciências exatas são apenas um meio e não um fim em si para que se possa reconstituir o homem pré-histórico o mais parecido com a sua rea-

lidade. Para um paleo-patologista ou um físico, nos seus laboratórios, as doenças detectadas nos ossos humanos ou as datações neles obtidas, são um fim científico, mas, para o pré-historiador são pesquisas propedêuticas que lhe auxiliam na difícil tarefa de reconstituir o passado remoto do homem.

A arqueologia como método, no campo e no laboratório, é aplicável a qualquer período da história, mas, como ciência, salvos os limites da exatidão das ciências humanas, precisa partir de enunciados teóricos que norteiem a pesquisa. A procura desses caminhos fez surgir a arqueologia estruturalista, contextual, processual e sistêmica, entre outras, e a partir de enunciados pseudo-científicos se chegou, inclusive, a se formular arqueologias ideológicas e racistas.

O campo teórico da pré-história sempre esteve fortemente atrelado à antropologia e os enunciados teóricos que, com maior ou menor sucesso, aplicaram-se à pesquisa arqueológica, foram formulados pelos mestres da antropologia, especialmente na arqueologia americana a qual, por sua vez, possui ampla base de sustentação na etnologia e na etnografia. O conceito da "arqueologia como antropologia", formulado por L. R. Binford, no seu famoso artigo escrito em 1962, tem influenciado consideravelmente a arqueologia na América, linha também seguida por G. Willey. Contra a visão excessivamente antropológica da arqueologia entre os arqueólogos americanos, o inglês Ian Hodder reivindica uma maior aproximação à história e ao historicismo no seu livro *"Reading the Past"* (1986). A obra conclui com uma significativa proposta de se trabalhar "a arqueologia como arqueologia" frente aos partidários do conceito de que a "arqueologia é antropologia ou não é nada". Essa diferença de conceitos baseia-se, principalmente, na valoração de métodos arqueológicos que Hodder resume atribuindo dois significados básicos ao objeto arqueológico; o primeiro, o objeto como objeto, teria apenas as implicações do intercâmbio de matéria-prima, energia e informação; em segundo lugar estaria o significado do objeto em relação com as tradições históricas e os contextos. Na realidade, trata-se de enfoques teóricos que tratam de instituir a arqueologia como uma ciência em si mesma, libertando-a das outras ciências que a transformariam em um ciência auxiliar ou dependente.

A valorização da arqueologia como ciência independente, como tão rotundamente a classificou David Clarke ao afirmar que "a arqueologia é arqueologia é arqueologia", na sua obra *"Arqueologia Analítica"* (1978) toma fôlego no Brasil num momento importante, no qual os arqueólogos se conscientizam de que as respostas arqueológicas são conseguidas através da cultura material que é o seu instrumento de trabalho, e as outras ciências mais em voga ou recentemente em voga, não lhes dão respostas adequadas aos seus questionamentos,

mesmo que de alguma forma, possam auxiliar-lhes. Assim, por exemplo, seguimos os passos da genética, que no ambicioso projeto "Genoma Humano" invalidaria teorias da arqueologia e da antropologia, a partir da variação genética obtida da análise do DNA mitocondrial, que se herda somente pela via materna, e que poderia explicar, inquestionavelmente, o povoamento da América e as datas de três levas migratórias que a teriam povoado. A arrogância de certos geneticistas entretanto teve, obrigatoriamente, que se chocar com os antropólogos que temem que a ciência está começando a ser dominada pelo determinismo genético, ameaçador de anular ou reduzir o valor dos fatores sociais e culturais.

A arqueologia brasileira está passando da etapa pragmática de acumulação e registro das fontes meramente arqueológicas, para a seguinte, com a utilização das ciências auxiliares e valorização do objeto arqueológico *in situ*, e o estudo da ocupação dos espaços e das relações sócio-ecológicas. São preocupações que, cada vez mais, observa-se nos jovens arqueólogos e que refletem também nos alunos dos cursos de pós-graduação existentes no País e nos questionamentos formulados em congressos e reuniões.

Essa renovação salutar do pensamento arqueológico no Brasil conduz à arqueologia do futuro, na qual a "Academia", mesmo que tardiamente, rende-se às tendências e diretrizes dos países mais desenvolvidos. Desse modo, a formulação de enunciados teóricos para a arqueologia brasileira vem preocupando as novas gerações de arqueólogos que estão se formando nas universidades brasileiras e daqueles que voltam de outros países, onde cursaram pós-graduação, com nova bagagem de conhecimentos e estão desejosos de iniciar uma "nova arqueologia brasileira".

Existem coleções arqueológicas advindas de pesquisas de campo, de trabalhos científicos sistemáticos e também de doações espontâneas, que se acumulam nos depósitos dos museus e, não poucas vezes, em conseqüência de todo tipo de dificuldades políticas e financeiras, perde-se o grande esforço que significou a coleta de valiosos materiais de nossa cultura. Estabelecer, portanto, critérios lógicos e válidos para a classificação desses materiais é, sem dúvida, uma das metas desses novos arqueólogos brasileiros, que não estão se conformando em relacionar apenas os achados arqueológicos sem obter explicações do comportamento humano. A publicação das coleções que formam os acervos dos museus é uma nobre forma de se devolver à comunidade a sua história. Uma história sem heróis nem partidos, sem ódios nem traições, história cotidiana e anônima do esforço humano pela sobrevivência, pelo domínio da tecnologia, pela integração numa sociedade ampla e pelo respeito às suas tradições.

A preocupação pelo ensino da pré-história nas escolas e nas universidades, se reflete nas reuniões periódicas dos arqueólogos brasileiros, inclusive

com eventos específicos, como o realizado em Niterói (RJ), em novembro de 1993. Estas reuniões representam mais uma etapa de conscientização da importância do ensino dos "períodos mais antigos da história", para uns ou da "antropologia das sociedades antigas" para outros, dependendo dos princípios teóricos sob os quais se enfoque o estudo da pré-história, partindo-se do princípio no qual a sociodiversidade é tão importante quanto a biodiversidade.

Quando afirmamos que através da arqueologia recuperamos o passado, na realidade nos referimos à recuperação dos restos materiais de um complexo sistema cultural, composto de subsistemas tecnológicos, sociológicos e ideológicos. O apoio etnológico e etnográfico é de singular importância para o conhecimento das sociedades antigas desaparecidas e isso é especialmente importante no Brasil, país que tem o privilégio de ainda possuir sociedades indígenas simples, porém detentoras de tradições milenares que remontam até os tempos finais do pleistoceno.

Quando um arqueólogo desenterra, nas suas pesquisas, pontas de flecha, machados de pedra, vasilhames de cerâmica ou descobre pinturas e gravuras desenhadas nas rochas, está procurando o caçador, o agricultor, ou o artista pré-histórico que, durante milênios, povoou e adaptou sua existência ao duro "habitat" dos sertões nordestinos e ocupou o litoral coberto pelas florestas da mata atlântica. Muitas vezes, existem objetos ou estruturas de ocupação cuja significação nos escapa e com o auxílio das sociedades indígenas contemporâneas ou mais recentes podem ser obtidas informações valiosas.

O indígena brasileiro só é índio a partir de 1.500. Antes era Tupinambá, Timbira, Pankararu ou Atikum. A unificação como "índios" das nações indígenas é já discriminatório em si, ou como diz Darcy Ribeiro, em seu livro "*Os Índios e a Civilização*", "índios por autodeterminação, já que não sabem a que tribo se filiam".

A diferenciação entre os conceitos de *cultura* e de *povo*, pode ser aplicada na pré-história européia, a partir da Idade do Ferro, quando os textos gregos se referem aos povos *bárbaros* aos quais dão nome, e falam dos seus costumes, religião e línguas que escaparam à evidência do registro arqueológico. Na América, concretamente no Brasil, essa diferenciação parte de duas fontes: os relatos dos primeiros missionários e cronistas que, a semelhança dos gregos, registraram as línguas, os costumes, os nomes e a religião do *gentio* desde a sua ótica de possuidores de civilização superior, e dos estudos de antropólogos e etnólogos com remanescentes indígenas ou "contemporâneos primitivos" para usar a definição de G. P. Murdoc. Portanto, o arqueólogo pode chegar a relacionar o registro arqueológico com os povos autores do mesmo, usando o apoio da etnografia e da etnohistória, e se utilizando da documentação colonial quando se

trata de períodos imediatos ou posteriores ao contato europeu. Os grupos pré-históricos do Brasil entram nos estudos etnográficos segundo avança a colonização. Os conceitos de "indústria", "horizonte cultural" e "grupo étnico" vão sendo substituídos pelos de "povo" e "nação" quando se acrescenta a importante variável lingüística na divisão e identificação dos grupos indígenas.

O conhecimento das sociedades indígenas que nos chegou através dos relatos de cronistas e missionários é, sem dúvida, uma fonte de informação e de dados não desprezível e que nos ajuda a compreender melhor as sociedades pré-históricas, seus ancestrais, mas, é bom repetir, deve-se ter cuidado para não se extrapolar dados de um campo para outro, levando-se em conta as grandes distâncias cronológicas e culturais que as separam. Têm-se realizado experiências etno-arqueológicas com resultados brilhantes, que serviram de apoio à compreensão de estruturas arqueológicas que não se explicavam bem por elas mesmas, como é o caso dos trabalhos de campo realizados por L. R. Binford junto a algumas comunidades esquimós, nos seus acampamentos temporários de caça e preparação da carne. Pode-se citar, também, os trabalhos compilados no belo livro "*Grafismo Indígena*", que recolhe textos de vários autores sobre a pintura corporal indígena e que nos ajuda a entender melhor certas formas de arte rupestre. Aliás, Berta Ribeiro utiliza o termo *etnoestética* referindo-se a objetos e representações rituais que refletem estilos de vida e que podem ser aplicados à compreensão do registro rupestre e de certos atributos cujo significado nos escapam. Mas este é um livro de pré-história e minha preocupação tem sido não extrapolar projeções etnográficas para explicar as muitas lacunas com que a jovem pré-história do Nordeste nos desafia. Mesmo limitados pelo caráter fragmentário da pré-história, devemos apoiar nossas afirmativas em dados arqueológicos, de maneira a evitar a "ficção arqueológica" a que o etnólogo Carlos Fausto (1992) chama, acertadamente, "certas conclusões desprovidas de fundamento arqueológico". A degradação cultural rápida e inevitável dos indígenas que ainda habitam no Nordeste afasta, cada vez mais, a possibilidade de se estabelecer relações, porém, assim mesmo tem sido possível recolher, por exemplo, testemunhos interessantes sobre a fabricação de cerâmica entre várias comunidades indígenas do vale do São Francisco, assim como informações sobre os rituais funerários e formas de enterramento dos "antigos", transmitidas por tradição oral e também danças e mitos que podem ser identificados na pintura rupestre. Esses dados não podem ser ignorados e pertencem ao domínio do que se tem chamado etno-arqueologia, que pretende desenvolver argumentos em torno das relações entre a cultura material e a sociedade. Ian Hodder (1986) define a etno-arqueologia como o estudo da arqueologia em contextos etnográficos e, desde esse ponto de vista, chama a atenção para a relevância que o pas-

sado arqueológico pode ter para a compreensão do presente etnográfico. Nesse caso a arqueologia, inversamente, passa a ser um auxiliar da etnografia.

No livro *“Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul”*, organizado por Arno Kern, com colaboração de vários autores, o último capítulo, da autoria de Ítala Becker, leva o título *“O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul”*, texto que me fez refletir sobre o que sobrou dos índios pré-históricos do Nordeste e dos índios da colonização, contatados em 1.500. O panorama é deprimente, pois, expressões como “já muito aculturados”, ou “mestiços de negros e brancos”, “católicos sincretizados”, etc., encerram eufemismos que, na realidade, significam a perda da cultura indígena com analfabetismo e ignorância da cultura brasileira; perda de recursos criativos para a sobrevivência, sem a obtenção de outros melhores e mais efetivos; abandono da medicina indígena sem acesso à medicina moderna e assim por diante. Não poderia ser de outro modo, na medida em que são habitantes de uma região extremamente pobre, com vizinhos caboclos e brancos tão miseráveis e esquecidos quanto eles. Por sua vez, a miscigenação numa das regiões onde a colonização começou mais cedo, com ocupação rápida das terras para dedicá-las ao cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e a criação de gado, fez com que, quando no século XX, desperta-se a consciência antropológica pela salvação do índio, já o indígena nordestino era menos “índio” que o amazônico e sua preservação em reservas teve menos ressonância internacional e nacional que a dos índios da grande floresta. “Índio sem penas não é índio” e os Pankararu, Atikum e Xucuru, por citar alguns exemplos, cada vez menos índios porque cada vez mais abandonados, têm seus dias contados como nação.

Dos indígenas pré-históricos que atingiram os sertões nordestinos e já estavam na costa do Nordeste mil anos antes da chegada dos portugueses, restaram os grupos relacionados no quadro 8.1. São algumas centenas teimosamente aferradas a sua categoria indígena, e que Julian H. Steward, no clássico *“Handboock of South American Indians”*, classificou como “tribos marginais”.

Na Ilha da Viúva, município de Itacuruba, no vale do São Francisco, onde viviam os Pankararé antes de ser inundada pelo lago de Itaparica, uma índia contou-me, revoltada, as dúvidas dos funcionários da CHESF a respeito da sua identidade, por ocasião do cadastramento dos habitantes do vale para a sua remoção e a indenização das terras a serem inundadas. *“Disseram prá gente que ali não tinha índio, que somente tinha negro e caboclo. Aí se empenachemo, se trajemo de índio e botamo pra quebrá”...*

Índigena que precisa “trajar-se de índio” para convencer alguém dos seus direitos, deixou, infelizmente, de ser respeitado como índio há muito tempo.

Situação atual dos remanescentes indígenas do Nordeste

Fonte: Museu Nacional, 1993

GRUPO INDÍGENA População	MUNICÍPIO U.F.	ÁREA	hectares	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	OBSERVAÇÕES (Invasão / Outras Destinações)
Atikum 3.582 (FUNAI:89)	Carnaubeira de Floresta, Pernambuco	Atikum	15.276,0	Identificada GT/ Ports. 217, 14.03.89 e 600, de 05.07.89	O levantamento fundiário foi realizado parcialmente pelo GT/89, devido a conflitos na área. Não foram apresentadas alter-nativas para o desintrusamento da área. Possesiros.
Kiriri 30 (ANAI-BA: 92)	Muquém de São Francisco, Bahia	Fazenda Passagem	37,6,0	Adquirida pela FUNAI em 1986; demarcada em parte em 1991	Adquiridas aproximadamente 62 ha., parte da fazenda Passagem, porém somente demarcadas 37 ha. Área ocupada pelo grupo apenas para atividades agrícolas.
Xocó 206 (FUNAI: 91)	Porto da Folha, Sergipe	Caiçara Ilha de São Pedro	4.220,0	Homologada Decreto 401, de 24.12.91	O decreto de homologação trata das duas áreas. A Ilha foi objeto de doação por parte do Executivo Estadual à União Federal (Lei Estadual nº 2263/80. Possesiros, Hidrelétrica Planejada.
Fulni-ô 2.790 (FUNAI: 91)	Águas Belas, Pernambuco	Fulni-ô	11.500,0	FUNAI 3ª SUER/4035/88 Dec. Estadual nº637, de 20.07.1928	A área foi doada aos índios por atos da Coroa Portuguesa e do Império. O Decreto de 1898 reconhece as terras doadas para os Fulni-ô. Não há contudo, qualquer ato que formalize a categoria dominial indígena nos termos do Estatuto do índio. A área teria sido, segundo a FUNAI, demarcada em 71, com base na doação da légua em quadra, mas os dados teriam se perdido. O arrendamento das terras e os limites do perímetro urbano são os principais impasses à definição da área.
Geripancó 500 (FUNAI: 88)	Pariconha, Alagoas	Ouricuri Fazenda Pe. Cicero III Geripancó	15,0 200,0 1.100,0	Dominial Indígena Adquirida pela FUNAI em 1987 Identificada GT- PP 1285, de 25.08.92	A propriedade dos índios não é formalmente reconhecida como "Dominial Indígena" nos termos do Estatuto do Índio.
Tuxá 332 (FUNAI: 91)	Ibotirama, Bahia	Ibotirama	2.019,0	Homologada Dec. 379, de 24.12.91	A área foi adquirida pela CHESF para reassentamento do grupo Tuxá que vivia em Rodelas, Bahia, inundada pela barragem de Itaparica. O grupo se dividiu ficando uma parte em Nova Rodelas.
Kambiwá 1.108 (FUNAI: 88)	Ibimirim, Inajá, Floresta, Pernambuco	Kambiwá	23.000,0	Identificada GT- PP 1284/92	Os índios reivindicam o uso da reserva biológica da Serra Negra. Reserva Biológica (no limite). Seca, desmatamento.
Kantaruré 180 (ANAI-BA: 92)	Glória, Bahia	Kantaruré	70,0	Identificada O.S.301 / Gab. 3ª SUER/89, de 21.09.89	Identificados como <i>indígena</i> pela 3ª SUER, que não propôs uma área indicando apenas os 70 ha que os índios ocupam.
Kapinawá 354 (FUNAI: 91)	Buíque, Pernambuco	Kapinawá	12.260,	Identificada GT- PP 1647/e, de 05.06.84	<i>Posseiros</i>
Karapotó 500 aprox.	São Sebastião, Alagoas	Karapotó	1.810,0	Identificada GT- PP 4011/88	Os índios habitavam um povoado distante cerca de 4 Km da área proposta pela FUNAI. Depois de duas tentativas de ocupar a área proposta (totalmente ocupada por fazendas e posseiros), eles estão desde 91 acampados à margem da BR-101, limite leste da área. <i>Rodovia. Posseiros / Fazendas.</i>

Pré-História do Nordeste do Brasil

Situação atual dos remanescentes indígenas do Nordeste (continuação)

GRUPO INDÍGENA População	MUNICÍPIO U.F.	ÁREA	hectares	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	OBSERVAÇÕES (Invasão / Outras Destinações)
Kariri-xocó 1.500 (FUNAI: 90)	Porto Real do Colégio, Alagoas	Kariri-xocó	664,0	Delimitada Port. M.J. 600, de 25.11.91	
Kariri 1.780	Banzaê e Quinjigue, Bahia	Kiriri	12.300,0	Homologada Dec. 98828/90	
Kaimbé 1.200 (FUNAI: 88)	Euclides da Cunha, Bahia	Massacará	8.020,0	Homologada Dec. 385, de 24.12.91	Durante os estudos de identificação a área proposta era de 6.749 ha., tomando como base a discussão sobre a légua em quadra. Não temos informação sobre as alterações ocorridas na demarcação.
Tuxá 450 (FUNAI)	Rodelas, Bahia	Rodelas Riacho do Bento	480,0 4.534,0	Adquiridas Convênio FUNAI/CHESEF, 87	As áreas, distantes cerca de 20 Km uma da outra, foram adquiridas para reassentamento dos Tuxá, porém o grupo acabou se dividindo e parte foi para Ibotirama-BA. Os índios não ocupam a área do Riacho do Bento, adquirida para agricultura, ocupada por posseiros. <i>Núcleo urbano. Hidrelétrica / transferência.</i>
Pankararé 723	Glória, Paulo Afonso e Rodelas, Bahia	Pankararé	29.597,0	Identificada. Demarcada. GT.PP.1909/E de 22.07.85	
Pankararu 3.676 (FUNAI: 87)	Tacaratu e Petrolândia, Pernambuco	Pankararu - I Pankararu - II	8.100,0 14.294,0	Homologada Dec. 94.603 de 14.07.87 Identificada	O total da área identificada inclui as 8.100 ha., já homologadas. Todas as duas áreas estão invadidas por posseiros, fonte de frequentes conflitos e do impasse sobre a definição da terra.
Potiguara	Baía da Traição, Rio Tinto e Mamanguape, Paraíba	Potiguara Jacaré de S. Domingos Monte-Mór	21.238,0 4.500,0 0	Homologada Dec. 267, de 29.10.91. Delimitada PP.277, de 01.06.92 (Reivindicada)	O grupo reivindica a efetivação da demarcação paralisada com o reconhecimento da posse da área pelo GT-(PP 277, 11.06.92). <i>Posseiros. Usina de álcool. Estância de Veraneio. Títulos de propriedade particular.</i>
Xucuru-Kariri 94 (ANAI / BA: 92)	Glória, Bahia	Fazenda Pedroza	18,0	Adquirida pela FUNAI em 1986	A Diocese de Paulo Afonso adquiriu em 1989 uma gleba contígua à Faz. Pedroza com 21 ha., destinada ao uso dos índios.
Tapeba 1.143 Barreto Filho: 1992	Caucaia, Ceará	Gleba Tapeba	4.643,0 41,0	Identificada GT-PP 1327/86, de 02.09.85 (mesma Proposta)	
Tingui-Kiriri-Botó 180 (FUNAI: 91)	Feira Grande, Alagoas	Faz. Boa Cica Faz. Olho D'água do Meio Faz. Ypioca	3,0 31,5 59,6	Adquiridas pela FUNAI em 04.04.84 Adquirida pela FUNAI em 1988	A fazenda Ypioca está registrada em nome da FUNAI, as duas outras em nome da comunidade indígena tendo o órgão como seu representante. Os imóveis são contíguos, perfazendo 121 ha., os índios reivindicam uma área maior, incluindo o povoado de Olho d'água do Meio.
Tremembé 2.247 (FUNAI: 92)	Itacirema, Ceará	Tremembé	4.900,0	Identificada GT-PP 1366, de 07.12.92	

Situação atual dos remanescentes indígenas do Nordeste (continuação)

GRUPO INDÍGENA População	MUNICÍPIO U.F.	ÁREA	hectares	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	OBSERVAÇÕES (Invasão / Outras Destinações)
Truká 300	(Ilha da Assunção) Cabrobó, Pernambuco	N. S ^{ta} de Assunção	1.650,0	Delimitada Port/MJ Julho/93 (cf)	A área está localizada na Ilha, os Índios ocupam cerca de 500 ha., da área estando o restante ocupado por posseiros. A apelação foi impetrada pela FUNAI para anular a escritura de doação da Ilha, que faria retornar a área total desta aos índios
		Ilha de Assunção	6.000,0	(Sub judice) Apelação civil nº 30718/81	
Tuxá 15 famílias (FUNAI: 88)	Inajá, Pernambuco	Faz. Funi	140,0	Adquirida convênio FUNAI/CHESF	
Pankararu 74 (ANAI / BA: 92)	Serra do Ramalho, Bahia	Vargam Alegre	981,0	Homologada (Reserva) Dec. 247, de 25.10.91	Área doada pelo INCRA, em 1988, e registrada no Cartório como reserva Indígena.
Wassu 789 (FUNAI: 89)	Joaquim Gomes, Alagoas	Wassu-Cocal	2.758,0	Homologada, Dec. 392, de 24.12.91	
Xucuru 4.750 (CIMI: 92)	Pesqueira, Pernambuco	Xucuru	26.980,0	Delimitada Port. M.J. 259, de 28.05.92	Há aproximadamente 900 posseiros na área, sendo que 31 são grandes fazendeiros. <i>Fazendeiros. Projetos agrícolas</i>
Xucuru-Kariri 1.015 (FUNAI: 88)	Palmeira dos Índios, Alagoas	Mata da Cafurna I	117,6	Dominial Indígena PP.959/E, de 16.07.81	A área identificada em 1988 engloba todas as outras e inclui a área da cidade de Palmeira dos Índios (34.000 hab./Censo : 1980) sobre a qual os índios reivindicam o pagamento de uma espécie de imposto. Esta área é baseada na extensão da lêgua em quadra conforme doação de 1700.
		Mata da Cafurna II	22,0	Adquirida pela FUNAI após conflitos em 1987	
		Mata da Cafurna III	170,0	Sob Judice (ocupada) pelos índios	
		Fazenda Canto Xucuru-Kariri	277,0 13.020,0	Adquirida pelo SPI em 1952. Identificada GT-PP 0461, de 02.04.88	

ABREVIACÕES E SIGLAS

GT - Grupo de Trabalho
 GT-PP - Grupo de Trabalho-Portaria Presidencial
 O.S. - Ordem de Serviço
 SUER - Superintendência Executiva Regional
 M.J. - Ministério da Justiça

FUNAI - Fundação Nacional do Índio
 CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 ANAIR - BA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO VIII

- BINFORD, L. R. (1962). Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, 28, p.217-225.
- CHIARA, Vilma. (1978). Contribuição da antropologia para a interpretação dos resultados das pesquisas em arqueologia pré-histórica. **Coleção Museu Paulista**, Série Ensaio n.º 2. São Paulo, p. 245-274.
- CLARKE, David. (1978). **Analytical Archaeology**. London, Methuen (2ª edição).
- CORDEIRO, Enio. (1993). **Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas**. Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 170p.
- FAUSTO, Carlos. (1992). Fragmentos de História: cultura Tupinambá. In: **História dos Índios do Brasil** (org. M. Carneiro da Cunha). São Paulo, Companhia das Letras, FAPESPE, p.381-396.
- HODDER, Ian. (1986). **Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press.
- LUX, Vidal (org.) (1993). **Grafismo indígena. estudos de antropologia estética**. São Paulo, EDUSP, Studio Movel.
- MURDOCK, George Peter. (1934). **Our primitive contemporaries**. New York, The MacMillan Company (1945).
- NIMUENDAJU, Curt. (1981). **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro, IBGE.
- RIBEIRO, Berta. (1992). Perspectivas etnológicas para arqueólogos (1957-1988). In: **Prehistória sudamericana. Nuevas perspectivas**. Santiago de Chile, Taraxacum, Ed. Universitária, p.113-142.
- RIBEIRO, Darcy. (1968). **Os índios e a civilização**. São Paulo, Círculo do Livro.

BIBLIOGRAFIA GERAL DA PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE DO BRASIL



Atualizada até 2004

- ABREU, Sílvio Froés. (1972). Arqueologia e Fantasia. Revista do Instituto Histórico do Ceará, tomo 86, p.290-293, Fortaleza. (Nota Transcrita do Jornal do Commercio, 31/05/1928).
- AB'SABER, Aziz Nacib. (1983). Migrazioni preistoriche nell'America meridionale e condizioni paleoecologiche del Pleistocene e Olocene nel Brasile. **Indios del Brasile**. Roma, Ministero per i Beni Culturali, p. 79-86.
- _____. (1991). Problemas das migrações pré-históricas na América Latina. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro. (Recife, 1987), Recife, UFPE, p.11-14.
- AGOSTINHO, Sonia.; GALINDO, Marcos.; VIANA, Maria Somália S. (1994). Projeto arqueológico/paleontológico Lagoa das Caraíbas. Salgueiro, Pernambuco. **Revista de Arqueologia**, v.8, n.1, Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. São Paulo, p.117-131.
- AGUIAR, Alice. (1982). Tradições e estilos na arte rupestre no nordeste brasileiro. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife,UFPE, p.91-104.
- _____. (1984). Cariris Velhos - Paraíba. In: **Herança: a expressão visual do brasileiro antes da influência do europeu**. São Paulo, Dow Química, p. 42-43.
- _____. (1986). A Tradição Agreste: estudo sobre arte rupestre em Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE, p.7-78.
- _____. (1987). **A Tradição Agreste em Pernambuco. Análise de 20 sítios**. Recife, Sociedade de Arqueologia Brasileira, 233p.
- _____. (1989). Gravuras rupestres em Iatí, Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p. 115-118.
- _____. (1991). Meios de sobrevivência entre os pintores da Tradição Agreste em Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.147-148.
- AGUIAR, Alice; VICTOR, Plínio; TADEU, Paulo. (1981). Sítios arqueológicos cadastrados em Pernambuco. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.4. Recife, UFPE, p.39-42.
- ALBANO, Rosângela. (1982). Bibliografia sobre arte rupestre. **Arquivos do Museu de História Natural**, v. 4-5. Belo Horizonte, UFMG, p.185-187, il.

- _____. (1982). Mapeamento dos sítios rupestres brasileiros mencionados na bibliografia. **Arquivos do Museu de História Natural**, v. 4-5. Belo Horizonte, UFMG, 188 p. il.
- ALBUQUERQUE, Clóvis Antunes Carneiro de. (1974). Sítios arqueológicos de Alagoas. **I Seminário de Estudos sobre o Nordeste, Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico**. Salvador, MEC/UFBA, p.1-19. (Mimeografado).
- ALBUQUERQUE, Marcos. (1969). **Tentativa de estabelecimento de tipologia para as inscrições rupestres**. Recife, UFPE/CFCH, p.1-8.
- _____. (1969). O sítio arqueológico, PE 13-Ln - um sítio de contato inter-étnico. **Pesquisas**, n. 20. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, p.79-89, il. (Nota prévia).
- _____. (1971). Considerações acerca do páleo-ameríndio no nordeste do Brasil, In: VASCONCELOS SOBRINHO, J. **As regiões naturais do nordeste, o meio e a civilização**. Recife, CONDEPE, p.275-279, il.
- _____. (1971). Nota prévia sobre a ocorrência de pictografias no município de Brejo da Madre de Deus. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, n.18. Recife, p.107-134.
- _____. (1982). Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no nordeste do Brasil. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife, UFPE, p.105-116, il.
- _____. (1984). Adaptação humana ao semi-árido nordestino. **Revista Agreste**, v.1, n.34, fev./mar. Recife.
- _____. (1984). **Contato euro-indígena no nordeste do Brasil. Um estudo arqueológico**. Recife, UFPE, p.154, il. (Dissertação, Mestrado em História. Mimeografado).
- _____. (1984). Horticultores pré-históricos do nordeste. **Arquivos do Museu de História Natural**, v. 8-9, 1983-1984. Belo Horizonte, UFMG, p.131-134.
- _____. (1984). A problemática do semi-árido nordestino e a busca de soluções. **Revista Agreste**, v. 3, n.30. Recife, p.30.
- _____. (1984). Reflexões em torno da utilização do antiplástico como elemento classificatório da cerâmica pré-histórica. **CLIO - Série Arqueológica**, n.6. Recife, UFPE, p.109-112.
- _____. (1985). Agricultura pré-histórica no nordeste. **Revista Agreste**, out./nov. Recife, p.25.
- _____. (1985). Utilização da radiologia em cerâmica arqueológica. **CLIO - Série Arqueológica**, n.7. Recife, UFPE, p.145-155.
- _____. (1986). Mandioca e agricultura pré-histórica. **Revista Agreste**. Recife, p.27-28.
- _____. (1991). Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife).UFPE, p.115-116.
- _____. (1991). A organização do espaço habitacional em aldeias Tupiguarani no Estado de Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, ((1987, Recife)).UFPE, p.119-120.

- ALBUQUERQUE, Marcos; ALVES Claristella. (1983). O sítio arqueológico de Qui-papá, PE 79-Plm, contribuição ao estudo da Tradição Tupiguarani do Nordeste do Brasil. **Boletim do Departamento de História UFPE**, Série Arqueologia, n.1. Recife, p. 1-23.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. (1991). Caçadores-coletores no agreste pernambucano: ocupação e ambiente holocênico. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). Recife, UFPE, p.73-74.
- _____; _____. (1991). Cultivadores pré-históricos no semi-árido: aspectos paleoambientais. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). Recife, UFPE, p.117-118.
- _____; _____. (1992). Agricultura tropical pré-histórica (um sistema de floresta úmida ou que integra o semi-árido?). **Ciência & Trópico**, v. 19, n.1. Recife, p.7-33.
- _____; _____. (1992). Levantamento exploratório da ocupação humana pré-histórica da Lagoa do Jequié-Alagoas. **Revista do Departamento de História**, n. 1. Maceió, UFAL, p. 41-52.
- ALBUQUERQUE, Paulo T. de S.; Walner, Espencer Barros. (1994). Projeto Arqueológico "O homem das dunas" RN. **CLIO - Série Arqueologia**, vol 1, n.10, Recife, UFPE, p. 175-188.
- ALEMANY, Francisco Pavia. (1986). El calendario solar da Pedra do Ingá - Una hipótesis de trabajo. **Boletim Série Ensaio**, n.4. Rio de Janeiro, Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), p. 44, il.
- ALMEIDA, Horácio de. (1958). **Brejo de Areia: memórias de um município**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional. (Breve referência aos índios APUXAXÁS da nação cariri, habitantes das terras de Areia).
- _____. (1966). **História da Paraíba**. João Pessoa, Imprensa Universitária, (Capítulos 1-4: tratam dos habitantes primitivos da Paraíba).
- ALMEIDA, Ruth Trindade de. (1973). Arqueologia paraibana. **Almanaque da Paraíba**, João Pessoa.
- _____. (1975). A Pedra do Ingá. **O Campinense**. Revista Informativa e Cultural do Campinense Club, a. 1, n.2. Campina Grande.
- _____. (1979). **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa, Ed. Universitária, UFPB, 129p., il.
- _____. (1980). Arte rupestre na Paraíba. **Anuário de Divulgação Científica**, n.3. Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, p.59-61.
- _____. (1980). Um sítio arqueológico histórico. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.3. Recife, UFPE, p. 61-64.
- ALENCAR, Francisco. (1960). Cultura paleolítica no Ceará. Congresso Internacional de Ciência Antropológicas e Etnológicas, Paris, CICAÉ.
- ALTAVILLA, Jayme. (1939). A pré-história em Alagoas. **Revista Alvorada**, n.1. Maceió.
- _____. (1978). **História da civilização das Alagoas**. Maceió, Edufal, 200p., il.

- ALVARENGA, Leonete; LUZ, Maria de Fátima de. (1991). Interpretação estilística de painéis do sítio da Toca do Baixão do Perna I e sua implicação na cronologia das tradições rupestres. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.137-140.
- ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. (1991). A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas. **CLIO - Série Arqueológica**, n.7. Reci-fé, UFPE, 212p.
- _____; _____. (1994). Levantamento arqueológico da bacia sedimentar do Jatobá, PE. **Revista de Arqueologia**, v.8, n.1, Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB. São Paulo, p.109-116.
- ALVES, Cláudia. (2002). Perspectiva etno-histórica no estado do Piauí - Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.15. Recife, UFPE, 171-188.
- ALVES, Cláudia. (2003). Os ceramistas pré-históricos do sudeste do Piauí - Brasil: estilos e técnicas. **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n. 3, p. 57-128. Recife.
- ALVIM, Marília Carvalho de Mello. (1978). Populações de culturas pré-históricas do Brasil. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.8. Belo Horizonte, UFMG, 220p.
- ALVIM, Marília Carvalho de Mello; COSTA FERREIRA, F. J. L. da. (1985). Os esqueletos do abrigo Toca do Paraguaio, município de São Raimundo Nonato, Piauí. Estudo antropológico. **Cadernos de Pesquisa**, Série Antropologia, III, n.4. Teresina, UFPI, p.240-259.
- ALVIM, Marília Carvalho de Mello; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila. (1984). Os esqueletos humanos da Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.1. Recife, UFPE, p.95-98.
- _____; _____. (1984). Os esqueletos humanos da Furna do Estrago - Pernambuco - Brasil. (Nota prévia). **Symposium**, v.26, n.1. Recife, UNICAP, p.61-86.
- _____; _____. (1991). O grupo pré-histórico da Furna do Estrago, Pernambuco, e suas relações biológicas com outras populações pré-históricas e atuais do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro. Recife, p.79-82.
- ANDRADE, Pedro Carrilho de. (1909). Memórias sobre os índios do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, n.7. Natal.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. (1887). **Cidades petrificadas e inscrições lapidárias no Brasil**, v.1. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p.1-237.
- ARAÚJO, A.J.G. de. (1980). Contribuição ao estudo de helmintos encontrados em material arqueológico no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, p.56. (Tese).
- ARAÚJO, Adauto; FERREIRA, Luiz Fernando. (1996). Paleoparasitologia e o povoamento da América. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil(1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p.105-114. Recife.

- ARAÚJO, A.J.G. de.; FERREIRA, L.F.; CONFALONIERI, U. (1981). A contribution to the study of helminth findings in archaeological material in Brazil. **Rev. Bras. Biol.**, n.41. p.873-881.
- ARNAUD, M.B. (1982). **Les sites pré-historiques de la région de São Raimundo Nonato au sud-est du Piauí, Brésil. Localisation et repartition géographique.** Paris, 255p, il. (Diploma da École des Hautes Études en Sciences Sociales).
- _____. (1985). Un exemple de prospection régionale: São Raimundo Nonato. **Études Américanistes Interdisciplinaires. Contributions méthodologiques en préhistoire II**, n.2. Paris, p.68-74, il.
- ARNAUD, M.B. et al. (1984). L'aire archéologique du sud-est du Piauí (Brésil). v.1. Le milieu et les sites. **Synthèse**, n.16. Paris, Editions Recherche sur les Civilisations, A.D.P.F. 118p. il.
- ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo. (1994/95). Subsídios documentais à pesquisa arqueológica: as missões religiosas (PE, PB e RN). **Revista de Arqueologia**, v.8, n. 2- **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB.** São Paulo, p. 341-349.
- ÁVILA, José Bastos de. (1943). de. Considerações em torno do desgaste dos dentes. **Boletim do Museu Nacional.** Rio de Janeiro, p.7-14. (Anexo do Trabalho de Carlos Estevão: O osuário da Gruta do Padre, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do nordeste).
- BAGNOLI, Eduardo. (1994). O Lagedo da Soledade, Apodi (RN) - um exemplo de preservação do patrimônio cultural brasileiro com patrocínio da Petrobrás. **Revista de Arqueologia**, v.8, n.1, Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. São Paulo, p.239-253.
- _____. (1989). Contribuição ao levantamento do patrimônio arqueológico, paleontológico, geológico e ecológico do extremo nordeste brasileiro. **Anais do I Seminário de Interpretação Exploratória.** Petrobras, Angra dos Reis, RJ, p.351-366.
- BARATA, Mário. (1979). Problemas de arqueologia cearense. **Revista Sociedade Cearense de Geografia e História**, a.44, v.8. Fortaleza, p. 79-84.
- BARBOSA, Altair Sales. (1992). A Tradição Itaparica: uma compreensão ecológica e cultural do povoamento do planalto central brasileiro. In: **Prehistoria. Nuevas perspectivas.** Santiago de Chile, Taraxacum-Washington, p.145-160.
- BARBOSA, Florentino (Cônego). (1952). Homens civilizados no interior da Paraíba há muitos séculos. **Revista Nacionalidade**, mar./jun.
- _____. (1953). Incrições gravadas no rochedo do Bojo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v.12. João Pessoa.
- BARLEUS, Gaspar. (1940). **História dos feitos praticados durante os oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício de Nassau.** Rio de Janeiro, MEC. (Tradução de Cláudio Brandão. Cita pedras lavradas na Paraíba).
- BARROSO, Gustavo. (1928) Incrições primitivas no sertão do Ceará. **CONG-AM**, v.2, n.1. Rio de Janeiro, p. 67-71, il.

- BASTOS, Raimundo Henrique. (1991). Dados climáticos atuais e arqueologia da área de São Raimundo Nonato Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.69-72.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. (1974). Datações pré-históricas mais antigas do Brasil. **Anais da Academia Brasileira de Ciência**, v.46. Rio de Janeiro, p. 201-251.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. (1992). O homem pré-histórico há 300 mil anos no Brasil. **Revista Geográfica Universal**, n.206. p.84-91.
- _____. (1992). A região arqueológica de Central, Bahia, Brasil: n° 1 Abrigo da Lesma - Material lítico. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.8. Recife, UFPE. p.07-33.
- _____. (1996). A região arqueológica de Central, Bahia, Brasil: A Toca da Esperança, um sítio arqueológico do Pleistoceno médio. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil (1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p.115-138. Recife.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; ANDRADE LIMA, Tânia. (1984). Central project current research. **American Antiquity**, v.49, n.1-87.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; ANDRADE LIMA, Tânia. (1986). Projeto Central, Bahia: os zoomorfos da Serra Azul e da Serra de Santo Ignácio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21. Rio de Janeiro, p.147-156.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; COSTA, Maria Heloisa. (1972). Gravuras e pinturas rupestres no Brasil. **Dédalo**, a.8, n.16. São Paulo, p.5-11.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; DANON, J. (1987). Evidences of human occupations during the middle pleistocen at the Toca da Esperança in Central archaeological region, State of Bahia, Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v.55, n.3. Rio de Janeiro, p.275-276.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; DANON, J.A.; DÓRIA, F.A.M. (1988). **Datação absoluta mais antiga para a presença humana na América**. Rio de Janeiro, UFRJ.
- BELTRÃO, Maria da Conceição Moraes Coutinho; DANON J.; NADER, R.; SOUSA MESQUITA, S.; BOMFIM, M.T.M.P. (1990). Les representation pictographiques de la Serra da Pedra Calcaria: les Tocas de Buzios et de Esperança. **L'Anthropologie** t.94, n. 1. Paris, p. 139-154.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; LEME, Saete Maria Nascimento; ANDRADE, Carlos Octávio Lúcio Cabral de; DÓRIA, Francisco Antônio de Moraes Accioli. (1991). Projeto Central: primeiros resultados. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro. Recife, p.39-49.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; LOCKS, Martha. (1989). Pleistocene fauna from the Toca da Esperança site, archaeological-region of Central,

- Bahia, Brazil: Mammals n.1. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Paleontologia**, v.4. Curitiba, p.686-697.
- BELTRÃO, Maria da Conceição Moraes Coutinho; TOTH, Elba Moraes Rêgo; NEME, Salete M. N.; FONSECA, Marta P. R. (1984). Perspectivas arqueológicas do projeto Central. **CLIO - Série Arqueológica**, n.1. Recife, UFPE. p.15-26. (Nota prévia).
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; ZARONI, Lígia. (1992). Região arqueológica de Central, Bahia (Brasil) nº 1 Abrigo da Lesma : Os artefatos líticos. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 8. Recife, UFPE, p. 7-34.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; LOCKS, Martha. (1993). Rock paintings of mammals at Central, Bahia, Brazil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v.10, n.4, p.727-745.
- BELTRÃO, Maria da Conceição Moraes Coutinho; FARIA, Flávio Silva. (2002). A transformação em animal e a representação do felino no registro rupestre do médio São Francisco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.15. Recife, UFPE, p. 109-129.
- BEZERRA, Alcides. (1911). Restos de antigos cultos na Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v.3. João Pessoa.
- BEZERRA, Francisco Otávio da Silva. (1973). Expedição à Paraíba III. **Boletim Informativo Centro Brasileiro de Arqueologia**, v.2, n.4. Rio de Janeiro, p.25-28.
- _____. (1974). Expedição à Paraíba IV. **Boletim Informativo Centro Brasileiro de Arqueologia**, v.3, n.1. Rio de Janeiro.
- _____. (1974). Expedição à Paraíba V. **Boletim Informativo Centro Brasileiro de Arqueologia**, v.3, n.2. Rio de Janeiro, p.24-28.
- BEZERRA, Francisco Otávio da Silva; FALCÃO, Alfredo Coutinho de Medeiros. (1974). Expedição à Paraíba. Final. **Boletim Informativo Centro Brasileiro de Arqueologia**, v.3, n.3. Rio de Janeiro, p.13-29.
- _____; _____. (1964). A Pedra do Ingá: monumento a ser investigado. **Revista Brasileira de Arqueologia**, jul. Rio de Janeiro.
- _____; _____. (1974). A Pedra do Ingá: monumento a ser investigado. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**, n.4, out./dez. Rio de Janeiro, p.42-61.
- BIGARELA, J.; BELTRÃO, M. C.; TOTH, Elba Moraes Rego. (1984). Registro da fauna na arte rupestre: possíveis implicações geológicas. **Revista de Arqueologia**, v.2, n.1. Belém, p.31-37.
- BRANDÃO, Alfredo. (1937). **A escripta pré-histórica do Brasil. Com um appendice sobre a pré-história de Alagoas**, v.11. Rio de Janeiro, Bibliotheca de Divulgação Científica, Civilização Brasileira, p.1-265.
- _____. (1938). Os sambaquis de Coruripe. **Gazeta de Alagoas**, jan. Maceió, 8p.
- BRANDÃO, Barros Loureiro. (1914). **Viçosa de Alagoas. O município e a cidade. Notas históricas, geográficas e arqueológicas**. Recife, Imprensa Industrial.
- _____. (1916). Vestígio de raças pré-históricas na Viçosa. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico de Alagoas**, v.4. Alagoas.

- BRANDÔNIO, Ambrósio Fernandez Brandão.(1943). **Diálogos das grandezas do Brasil (1618)**. Ed. Dois Mundos, 60 p. (Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia).
- BRANNER, J. Casper. (1884). **Rock inscriptions in Brasil**. American Naturalist, v.18, Philadelphia.
- _____. (1903). Inscrições em rochedos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, v.11, dez. p.249-261. (Tradução de João Batista Regueira Costa).
- BROCHADO, José Proenza. (1977). **Alimentação na floresta tropical**, Cad. n.2. Porto Alegre, UFRGS.
- _____. (1980). A Tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE, p.47-60.
- _____. (1991). Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.85-88.
- BRYAN, Alan L. (1994). Means to resolution of the question of the peopling of the Americas. **Actes du XII Congr. Int. UISPP**, 3. Bratislava, p. 478-482.
- BRYAN, Alan L.; GRUHN, Ruth. (1993). Archaeological research at six cave or rockshelter sites in interior Bahia, Brazil. **BRASILIAN STUDIES**, Oregon State University, Corvallis, Oregon, p. 1-164, 1.
- CABRAL, Elizabeth Mafra; NASSER, Nassaro R. Souza. (1964). Informação sobre inscrições rupestres no Rio Grande do Norte. **Arquivos do Instituto Antropológico**, v.1, n.2. Natal, UFRN, p.91-114, il.
- CALDAS, Alberto Lins. (1991). Análise da cerâmica funerária da Ilha de Sorobabel, Itacuruba, PE. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.149.
- CALDERÓN, Valentin. (1964). **O sambaqui da Pedra Oca. Relatório de pesquisa**. Salvador, Instituto de Ciências Sociais, UFBA, p.1-89, il.
- _____. (1967). Notícia preliminar sobre as seqüências arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA**, 1. Resultados preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.107-120, il.
- _____. (1968). A fase Aratu no recôncavo litoral norte do Estado da Bahia. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA**, 3. Resultados preliminares do Terceiro Ano, 1967-1968. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.161-162, il.
- _____. (1969). Nota prévia sobre arqueologia das regiões central e sudeste do Estado da Bahia. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA**, 2. Resultados preliminares do Segundo ano, 1966-1967. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.135-152, il.

- _____. (1970). Nota prévia sobre três fases da arte rupestre no Estado da Bahia. **Universitas, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia**, n.5. Salvador.
- _____. (1971). Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA**, 4. Resultados preliminares do Quarto Ano, 1968-1969. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, p.163-178, il.
- _____. (1971). Investigação sobre a arte rupestre no planalto da Bahia; as pinturas da Chapada Diamantina. **Universitas, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia**, n.6-7. Salvador, p. 217-227.
- _____. (1973). A pesquisa arqueológica nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte. **Dédalo**. a.9, n.17/18. São Paulo, p.25-32.
- _____. (1974). Contribuição ao conhecimento da arqueologia do recôncavo sul do Estado da Bahia. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA**, 5. Resultados preliminares do Quinto Ano, 1969-1970. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.141-154, il.
- _____. (1974). Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA**, 5. Resultados preliminares do Quinto Ano, 1969-1970. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.163-168, il.
- _____. (1983). **As tradições líticas de uma região do Baixo Médio São Francisco (Bahia)**. Estudos de arqueologia e etnologia. Salvador, UFBA, p. 37-58. (Coleção Valentin Calderón).
- CALDERÓN, Valentin; JACONE, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dórea Cansio. (1977). **Relatório das atividades de campo realizadas pelo Projeto Sobradinho de salvamento arqueológico**. Salvador, Convênio AAPHBA/CHESF, 73p.
- CAMPELO, Sônia Maria. (1992). Morro do Letreiro, Palmeirais: uma estação no caminho do homem pré-histórico que habitou o Piauí. **Cadernos de Pesquisa**, 10, Série Antropologia IV. Teresina, UFPI, p.71-87.
- CAMPELO, Sônia M.; EMPERAIRE, Laure. (1985). Toponímia da região sudeste do Piauí. **Cadernos de Pesquisa**, 4, Série Antropologia, III. Teresina, UFPI, p.191-235.
- _____; _____. (1985). Toponymie de la région sud-est du Piauí. **Études Américanistes Interdisciplinaires**. Recueil, II, n.4. Paris, p.1-32.
- CARTELLE, C.; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. (1985). Notícia prévia sobre o achado do homem de Lagoa Santa na Bahia. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Paleontologia**, Fortaleza, p.184.
- CARVALHO, Alfredo de. (1898). O Brasil pré-histórico, pelo Cônego R.N. Pennafort. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 9, n.55. Recife.

- _____. (1907). **O Tupi na corografia pernambucana. Elucidário etimológico**, Recife.
- _____. (1908). Mitos e lendas dos povos primitivos da América Meridional. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 13, n.71. Recife.
- _____. (1909). Pré-história sul-americana. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.14. Recife.
- _____. (1910). **Pré-história sul-americana**. Recife, Tipografia do Jornal do Recife.
- _____. (1911). Antiguidade do homem no Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.12, n.90. Recife.
- CARVALHO, José Rodrigues de. (1931). Inscrições pré-históricas no Estado da Paraíba. **Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba**, a.1, n.33. João Pessoa.
- CARVALHO, Olívia Alexandre de. (1992). Espondilólise e variações morfológicas congênicas identificadas na população pré-histórica do sítio da Furna do Estrago, Pernambuco. **Simposium**, v.34, n.2, jul./dez. Recife, UNICAP, p.180-195.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. (1967). **O segredo das itacoatiaras. Em memória de Stradelli**. Manaus, p.67-73. (Série Euclides da Cunha, 10).
- CASTRO, Viviane Maria de. (1999). O perfil técnico cerâmico do sítio Cana Brava, Jurema, sudeste do Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.14 - **Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, p.175-192.
- CATRIU, L. O. (1944). O aproveitamento dos sambaquis do Maranhão. **Minerações e Metalurgia**, 17. Rio de Janeiro, p.111-113.
- CEMITÉRIO (O) indígena da serra do Catimbau (Pernambuco). (1971). **Boletim Informativo do Centro de Informação Arqueológica**, a. 2, n. 9. Rio de Janeiro, p. 41-42, il.
- CHAUDON, Gilberto Emílio. Os mitos da arqueologia brasileira. (1976). **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**, n.1-3, jan./mar. p.20-22. (Comentário sobre o artigo de Gabriela Martin. Estudo para uma desmitificação dos petroglifos brasileiros).
- CHEVICHE, Lilia Machado. (1990). Sobre as práticas funerárias de cremação e sua variação em grutas do NE e N de Minas Gerais. **Anais da V Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Revista do CEPA**, V.17, n.20, Santa Cruz do Sul, RS, p.235-347.
- CHIARA, Vilma; HEATH, E. (1979). On the absence of the bow and arrow in the rock paintings of Piauí, Brazil. **Actes du XLII Congrès International des Américanistes**. v.9-B, Paris, 20p.
- CLEROT, León F. R. (1969). **Trinta anos na Paraíba (memórias corográficas e outras memórias)**. Rio de Janeiro, Pongetti, p.97-153, il.
- CLÓVIS, Antunes. (1977). Subsídios para o estudo da arqueologia da Alagoas. **III Seminário de Ensino Superior, I Encontro de Pesquisa Científica**, Maceió, 9p.

- COLONELLI, Cristina Argenton; MAGALHÃES, Erasmo D'Almeida. (1975). Arte rupestre no Brasil: uma bibliografia anotada. **Dédalo**, a 11, n.21-22. São Paulo, p.117-138.
- CONCLUÍDAS escavações na ilha de Sorobabel. (1988). **Jornal da CHESF**, a. 4, n. 67. Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Eletrobrás, 12p.
- CONSENS, Mario. (1984). Arte rupestre no Piauí, alguns problemas prévios a sua análise morfológica. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.6-7,(1981-1982). Atas da I Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. Belo Horizonte, UFMG, p.365-378, il.
- CORREIA, Ana Clélia Barrados. (1992). **Nos Passos do herói-santo: na história, na arqueologia e na mística popular**. Dissertação de Mestrado em História, Recife, UFPE, 120p., il. (Mimeografado).
- CORREIA, Ana Clélia; CAMPELO, Sônia Maria. (1991). Nota prévia sobre o cadastramento de sítios arqueológicos no Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.63-67.
- CORREA, C.; MACHADO, A. L.; LOPES, D. (1991). As estearias do lago Cajari - MA. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.99-101.
- COSTA, Angyone. (1935). Civilizaciones precolombinas en el Brasil. **Revista Geográfica Americana**. Buenos Aires, p.148-152.
- _____. **Inscrições lapidares de fundo indígena**. (1949). Rio de Janeiro.
- _____. **Introdução à arqueologia brasileira (Etnografia e História)**. (1959). São Paulo, Ed. Nacional, Brasiliense, 348p. il.
- COSTA, Cândido. **As duas américas**. (1900). Lisboa, Ed. Casa Bertrand. (Trata do Santuário da Lapa em Pernambuco e de uma civilização pré-histórica no Brasil).
- COSTA, João Batista Nogueira. Brasil pré-histórico. (1894). Fragmentos de um livro inédito. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.3-8, n. 45. Recife.
- _____. (1894). "Mounds" no interior de Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 3-8, n.45. Recife, p.3-8.
- COUTO, Domingos de Loreto. (1904). Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. **Anais da Biblioteca Nacional**, v.24. Rio de Janeiro. (Recolhe a lenda das pegadas de São Tomé na Paraíba, em um penedo esculpido em pedra).
- CUNHA, Ernesto de Mello Salles. (1971). Nótulas de arqueologia bahiana. **Arquivo Fluminense de Odontologia**, v.4, n.2. Niterói, p.20-22.
- CUNHA, F. L. de Souza. (1966). Explorações paleontológicas no Pleistoceno do Rio Grande do Norte. **Arquivos do Inst. de Antropologia C. Cascudo**, II. Natal, Univ. Fed. do Rio Grande do Norte.
- DANTAS, José de Azevedo. **Indícios de uma civilização antiquíssima**. (1994). João Pessoa, Fundação Casa de José Américo e Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 200p. (Apresentação e texto de Gabriela Martin. Manuscrito datado de 1926 na

- Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e que apresenta 156 lâminas com desenhos de pinturas e gravuras rupestres do Rio Grande do Norte e da Paraíba).
- DELIBRIAS, G.; GUIDON, Niède; PARENTI, F. (1988). The Toca do Boqueirão do sítio da Pedra Furada: stratigraphy and chronology. **Archaeometry: Australasian Studies**, Supplement. Adelaide, John R. Prescott. University of Adelaide, p.3-11.
- DESCRIÇÃO de Pernambuco, 1746. (1904). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.11. Recife. (Relação anônima pertencente aos arquivos da Torre do Tombo em Lisboa. Relação das comunidades tupis que existiam na época em Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas).
- DIARIO DE PERNAMBUCO. (1962). **Todo agreste é cemitério de fósseis, Pedra de Buíque e Custódia, civilização de 2.000 anos a.C..** Recife, 12 jan.
- _____. (1962). **Importante descoberta arqueológica em Fazenda Nova.** 11 jan.
- _____. (1969). **Arqueólogo estuda cavernas.** 25 mai.
- _____. (1971). **Descobertos sítios arqueológicos em Goiana.** 23 jun.
- _____. (1974). **Descobertos vestígios da cultura pré-cabralina.** 31 jul.
- _____. (1974). **Instituto comprova Laroche: fósseis têm oito mil anos.**
- DIAS, João de Deus de Oliveira. (1971). Protohistória de Caruaru. **Caruaru, subsídios para a sua história.** Caruaru, p.131-185, il.
- DIAS, Ondemar Ferreira. (1980). O paleo-índio em Minas Gerais. In: **Paleo-índio.** Anuário de Divulgação Científica. Goiânia, UCGO, p.51-61.
- DUARTE, Abelardo. Tribos, aldeias e missões de índios de Alagoas. (1968). **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, v.27, n.82-91. Maceió, p.313-353.
- DUARTE, João Francisco. (1875). Esclarecimento sobre o jazigo indígena da Taquara em Anadia. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, n.6. Maceió, p.159-160.
- EMPERAIRE, Laure. (1978). **Enquete sur l'utilisation des plantes dans une région de caatinga à Várzea Grande, Piauí, Brésil.** DEA de Botanique Tropicale. Université de Paris VI, Paris, p.1-71. (Mimeografado).
- _____. (1983). **La caatinga du sud-est du Piauí (Brésil): étude ethnobotanique.** Paris, Editions Recherche sur les Civilizations, ADPF, p.1-135.
- _____. (1984). A região da serra da Capivara (Sudeste do Piauí) e sua vegetação. **Brasil Florestal**, v.14, n.60. Brasília, p.5-21.
- _____. (1984). La région de la Serra da Capivara (sud-est du Piauí) et sa végétation. **Études Américanistes Interdisciplinaires.** Recueil, I, n.3. Paris., p.81-111, il.
- _____. (1985). **Resultados preliminares da pesquisa botânica em Central (Bahia),** CNPq. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- _____. (1985). La végétation de l'Etat du Piauí, Brésil. **Société de Biogéographie**, v.60, n.4. Paris, p.151-163.
- _____. (1987). Détermination de l'aire minimale dans la caatinga du sud-est du Piauí (Brésil). **Bulletin d'Ecologie**, v.18, n.14 p.431-438.

- _____. (1987). **Végétation et gestion des ressources naturelles dans la caatinga du sud-est du Piauí (Brésil)**. Paris, Université Pierre et Marie Curie, Paris-6, 445p. il. (Thèse, Doctorat d'Etat en Sciences Naturelles).
- EMPERAIRE, L.; PINTON, F. (1986). **Interaction homme-milieu au sud-est du Piauí: définition de unités de paysage**. Paris, Brasília, Ministère des Affaires Etrangères/CNPq, p.1-19.
- _____. (1986). **Rapport de mission 1986**. Paris, Groupe de Recherche en Anthropologie Préhistorique d'Amérique, École des Hautes Études en Sciences Sociales/Ministère des Relations Extérieures. 30p.
- EHRENREICH, Paul. (1892). Divisão e distribuição das tribos do Brasil segundo o estado atual dos nossos conhecimentos. **Revista da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro**, v.8, n.4.
- _____. (1907). Sobre alguns antigos relatos de índios sul-americanos. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.12, n.31. Recife.
- ESPINET-MOUCADEL, J.; BELTRÃO, Maria da Conceição Moraes Coutinho. (1987). Étude tracéologique de deux pièces lithiques de la Toca da Esperança, région de Central, État de Bahia, Brésil. **L'Anthropologie**, v.91, n. 4, p.943-946.
- ESTEVÃO, Carlos. (1943). O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do nordeste. **Boletim do Museu Nacional**, v.14-15, (a. 1938-1941). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.150-210.
- ETCHEVARNE, Carlos Alberto. (1993). Sítios dunares do sub-médio São Francisco - Bahia. **Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**
- ETCHEVARNE, Carlos Alberto. (2002). Ambiente e ocupação humana em uma região do sub-médio São Francisco, Bahia. **CLIO - Série Arqueológica**, n.15. Recife, UFPE, p.61-88.
- _____. (1995). **Etude de L'Apropriations des ressources du milieu: les populations pre-coloniales sanfranciscaines, dans l'Etat de Bahia (Brésil)**. Thèse de Doctorat, Museum National d'Histoires Naturelle, Paris.
- _____. (1998). Os sítios arqueológicos da localidade de Piragiba (Bahia). Reflexões acerca do conhecimento arqueológico sobre as práticas funerárias de grupos ceramistas. **Revista Antropológica**, v.7; ano III - Séries Anais. V Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste. Recife, UFPE; p.56-66.
- ETCHEVARNE, Carlos Alberto. (2002). Uma proposta de ação integrada para as áreas arqueológicas de pinturas rupestres em Iraquara, Bahia. **FUMDHAMENTOS II, Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, Ed. Universitária da UFPE, Recife, p.221-229.
- EXPEDIÇÃO ao Ceará. (1971). Informações gerais. **Boletim Informativo do Centro de Informação Arqueológica**, v.2, n.7, maio/jun. p.4-8.
- EXPEDIÇÃO à Paraíba. (1974). **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**, v.1, n. 30, abr./jun. Rio de Janeiro (Relatório).

- FELICE, Gisele Daltrini. (2002). A controvérsia sobre o sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Piauí - Brasil. **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.2, p. 143-178. Recife.
- FERNANDES, José Silvestre. (1950). Os sambaquis do nordeste. **Revista de Geografia e História**; a.3, n.3. São Luís, Diretoria Regional de Geografia e História, p.5-17.
- FERREIRA, L.F.; ARAÚJO, A.; CONFALONIERI, U.; CHAME, M.; GOMES, D.C. (1991). Trichuris eggs in animal coprolites dated from 30.000 years ago. **The Journal of Parasitology**, v.77, n.3, june. p.491-493.
- FERREIRA, Luis Fernando; ARAÚJO, Adauto; CONFALONIERI, U.; CHAME, Márcia; RIBEIRO, Benjamim. (1992). Eimeria coccysts in deer coprolites dated from 9.000 years BP. **Memórias do do Instituto Oswaldo Cruz**, v.1, n.1. Rio de Janeiro, p.105-106.
- FIRMEZA, Nilo. ("Estrigas"). (1992). **Artes plásticas no Ceará (Síntese Histórica)**. Série História, n.14. Fortaleza, EUFC - NUDOC, 54 p. il. (Cita lugares com inscrições rupestres no Ceará).
- FONSECA, João Severiano de. (1880). **Viagem ao redor do Brasil**. Rio de Janeiro. (Cita inscrições indígenas no nordeste).
- FREITAS, Afonso A. de. (1905). Distribuição das tribos indígenas na época do descobrimento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. especial, n.499-500. Rio de Janeiro, p.580-594.
- FRESCAROLO, Francisco Vital de. (1883). Informações sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.46. Rio de Janeiro.
- GALDINO, Luiz. (1983). O segredo das itacoatiaras. **Revista Paulista de Arqueologia**, a.2, n.2. São Paulo, p.8-13.
- GALINDO, Marcos; ROCHA, Jacionira Silva. (1985). Um sítio arqueológico Tupi-Guarani da sub-tradição pintada no sertão pernambucano. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.8-9, (1983-1984). Belo Horizonte, UFMG, p.135-141, il.
- GALINDO, Marcos; SILVA, Jacionara. (1984). Um sítio arqueológico tupi-guarani da sub-tradição pintada no sertão pernambucano. **CLIO - Série Arqueológica**, n.1. Recife, UFPE, p.39-46.
- GALINDO, Marcos; VIANA, Maria Somália Sales. (1993). Arqueologia em Salgueiro Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n. 9. Recife, UFPE, p.61-67.
- GALINDO, Marcos; VIANA, Maria Somália S.; AGOSTINHO, Sonia. (1994). **Revista de Arqueologia, v.8, n.1 - Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. São Paulo, p. 117-131.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. (1908). **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**, 3 v. Rio de Janeiro.
- GAMBÉRI, Lydia. (1991). O pleistoceno na área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.21-22.

- GARCIA, Rodolfo. (1922). Etnografia indígena. **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil**. Rio de Janeiro.
- GASPAR, Maria Dulce. (1994/95). Espaços, ritos funerários e identidade pré-histórica. **Revista de Arqueologia**, v.8, n. 2- **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. São Paulo, p. 221-237.
- GIRÃO, Carneiro Valdelice. (1972). Cerâmica indígena do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, t.84. Fortaleza, p.5-15, il.
- GUÉRIN, Claude. (1991). La faune de vertébrés du pléistocène supérieur de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato (Piauí, Brésil). **C. R. Académie de Sciences**. v.312. Série, II. Paris, p.567-572.
- _____. (1993). La faune pléistocène de la Lagoa da Pedra à Conceição das Creoulas - Salgueiro, Pernambouc, Brésil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.9. Recife, UFPE, p.15-20.
- GUÉRIN, Claude; CURVELO, Maria Amélia; FAURE, Martine; HUGUENEY, Marguerite; MOURER-CHAUVIRÉ, Cécille. A fauna pleistocênica do Piauí (Nordeste do Brasil): Relações paleoecológicas e biocronológicas. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil (1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p 55-104. Recife.
- GRUHN, Ruth; BRYAN, Alan. (1991). A review of Lynch's descriptions of South American pleistocenes sites. **American Antiquity**, v.56, n.2, p.342-348.
- GUIDON Niéde. (1975). Peintures rupestres de Várzea Grande, Piauí, Brésil. **Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud**. n.3, École de Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 174p.
- _____. (1976). **Abris peints de la Serra Branca et de la Serra Nova, région de Várzea Grande, Etat du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____. (1976). Definição e delimitação do estilo Várzea Grande. **Actes du XLIIème Congrès International des Américanistes**. Paris, Congrès du Centenaire, v.9-B, sep. 1980, p.392-407, il.
- _____. (1978). **Abris peints de la Serra da Capivara, région de Várzea Grande, Etat du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____. (1978). A análise da arte pré-histórica. Problemas metodológicos, v.2. São Paulo, p.123.143. (**Coleção Museu Paulista. Série Ensaio**. Homenagem à L. Laming Emperaire).
- _____. (1978). Missão arqueológica no sudeste do Piauí, Brasil. Relatório final. **Revista do Museu Paulista**, v.25. São Paulo, p.109-128. (Nova série).
- _____. (1978). **Peintures rupestres de Várzea Grande, Piauí, Brésil**, n.2. Paris, Institut d'Ethnologie, p.78-832-195. Recueil, 1, n.3. Paris, p.2-36. (Microfichas).
- _____. (1979). As pinturas rupestres do Piauí. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 22 ago. Suplemento cultural.

- _____. (1979). Rapport de synthèse. **Actes du XLII Congrès International des Américanistes**, (1978). v.9-B. Paris.
- _____. (1979). **Un abri décoré de la Serra Nova, Etat du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie, R, 78 039211. (Microficha).
- _____. (1980). O arcaico no Piauí. **Anuário de Divulgação Científica**. Temas de Arqueologia Brasileira, n.6. Arcaico do interior. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, Goiânia, 1978-79-80, p.42-47.
- _____. (1980). Arte rupestre no Piauí. **Anuário de Divulgação Científica**. Temas de Arqueologia Brasileira, n.8. A arte rupestre. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Goiânia, 1978-79-80, p.15-34.
- _____. (1980). Nota sobre dois abrigos pintados da Serra da Capivara, sudeste do Piauí. **Cadernos de Pesquisa**, n.1, (Série Antropologia, I). Teresina, UFPI.
- _____. (1980). O paleo-índio no Piauí. **Anuário de Divulgação Científica**. Temas de Arqueologia Brasileira, n.5. O paleo índio. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Goiânia, 1978-79-80.
- _____. (1980). Rapport de synthèse sur le symposium art rupestre préhistorique et actuel de l'Amérique du Sud. **Actes du XLIIème Congrès International des Américanistes**. Congrès du Centenaire, sep.1976, Société des Américanistes, v.9-B, Paris, p.235-240, il.
- _____. (1980). A seqüência cultural da área de São Raimundo Nonato, Piauí. **Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**. Curitiba, 22-26 mar.
- _____; _____. (1981). **Les abris Toca do Baixão do Perna I et II, sites du style Várzea Grande, sud-est du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____. (1981). Datações pelo C-14 de sítios arqueológicos em São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, (Brasil). **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.4. Recife, UFPE, p.35-39.
- _____. (1981). Tradições e estilos da arte rupestre no sudeste do Piauí. **Exposição de Pré-história. Aspectos de Arte Parietal**. São Paulo, Belo Horizonte, USP, UFMG, p.19-20.
- _____. (1981). Las unidades culturales de São Raimundo Nonato, sudeste del Estado de Piauí. **Symposium of Archaeological Evidence for Human Occupation prior to 11.500 years ago. Xème Congrès de l'International Union of Prehistoric and Protohistoric Sciences**. Mexico 19-24 oct., p.101-110, il.
- _____. (1982). Da aplicabilidade das classificações preliminares na arte rupestre. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife, UFPE, p.114-128.
- _____. (1982). Art rupestre: une synthèse du procédé de recherche. **Études Américanistes Interdisciplinaires**. Contributions méthodologiques en préhistoire, I, n.1. Paris.
- _____. (1982). Arte rupestre: uma síntese do procedimento de pesquisa. **Arquivos do Museu de História Natural**. V.6-7. Belo Horizonte, 1981-82, p.341-351.

- _____. (1983). Contribution à l'étude de l'art rupestre de Amérique du Sud. **L'Anthropologie**, v.87, n.2. Paris, p.257-270.
- _____. (1983). De l'opérationnalité des classements préliminaires. **Études Américanistes Interdisciplinaires**. Contributions méthodologiques en préhistoire, II, n.2. Paris, p.1-22.
- _____. (1984). Analyse de collections lithiques. Un cas d'application: l'aire archéologique de São Raimundo Nonato. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires**.
- _____. (1984). Arte rupestre: uma síntese de procedimento de pesquisa. Atas da I Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. **Arquivos do Museu de História Natural**, v. VI e VII, Belo Horizonte, p.341-349.
- _____. (1984). **L'art rupestre du Piauí dans le contexte sud-américain. Une première proposition concernant méthodes et terminologie**, 5 v. Panthéon, Sorbonne, Université de Paris I, 1200 p. bibliog. il. (Thèse, Doctorat d'Etat en Lettres et Sciences Humaines).
- _____. (1984). Les premières occupations humaines de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato, Piauí, Brésil. **L'Anthropologie**, v. 86, n.2, p.263-271.
- _____. (1984). As primeiras ocupações humanas da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí. **Revista de Arqueologia**, v.12, n.1. Belém, CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, p.38-46.
- _____. (1984). Reflexões sobre o povoamento da América. **Dédalo**. v., n.23. São Paulo, p. 153-162.
- _____. (1985). A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato: síntese de dez anos de pesquisa. **CLIO - Série Arqueológica**, n.2. Recife, UFPE, p. 3-81.
- _____; _____. (1986). Carbon-14 dates point to man in the Americas 32.000 years ago. **Nature**, v.321, n.6072, 19-25 June. p.769-771.
- _____. (1985). Métodos e técnicas para a análise da arte rupestre pré-histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.4. (Série Antropologia, III). Teresina, UFPI.
- _____. (1985). Unidades culturais da tradição nordeste na área arqueológica de São Raimundo Nonato. **Revista do Museu Paulista**, (Nova Série). v.30. São Paulo, p. 115-147.
- _____. (1986). Análise das coleções líticas lascadas. Um caso de aplicação na área arqueológica de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí. **Revista de Arqueologia**, v.3, n.1. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, CNPq, p.40-51.
- _____. (1986). Potencialidades dos ecossistemas e complexidade social: aplicação na pré-história do Nordeste. **Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa de Ciências Sociais**. ANPOCS, Campos do Jordão, 20/24 out., 15p.
- _____. (1986). A seqüência cultural da área de São Raimundo Nonato, Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE, p.137-144.

- _____. (1986). Las unidades culturales de São Raimundo Nonato - sudeste del Estado del Piauí - Brazil. **New Evidence for the Pleistocene of the Americas**. Center for the Study of Early Man, Orono, Maine, p.157-171.
- _____. (1987). Cliff notes. Rock artistes may have laft their mark in Brazil more than 30.000 years ago. **Natural History**. American Museum of Natural History, n.8. New York, p.9-12.
- _____. (1988). Les traditions d'art rupestre de láire archéologique de São Raimundo Nonato, Etat du Piauí, Brésil. **First Aura Congrès**, sep. Australie, Darwin.
- _____. (1989). Notas sobre dois sítios da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p.41-46.
- _____. (1989). On stratigraphy and chronology at Pedra Furada. **Current Anthropology**, v.30, n.5, p.641-642.
- _____. (1989). Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p.5-10.
- _____. (Coord.)(1991). **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí**. Brasília, FUNDHAM, IBAMA, p.1-588.
- _____.(1991). O pleistoceno no sudeste do Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.17-18.
- _____. (1991). **Peintures préhistoriques du Brésil**. Paris, Editions Recherche sus les civilizations. 109p.
- _____. (1997).Recensão: PROUS, André. O povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. Dossiê Surgimento do Homem na América. Revista USP, São Paulo, mai-out, 1997, p.8-21. **CLIO - Série Arqueológica**, n.12, Recife, UFPE, p.187-198.
- _____. (1997). Reponse: PROUS, André. The peopling of America as seen from Brazil: a critical perspective. The appearance of man in America Dossier. Revista USP, São Paulo, may-oct., 1997, p.8-21. **CLIO - Série Arqueológica**, n.12, Recife, UFPE, p.229-305.
- GUIDON, Niède; PARENTI, OLIVEIRA, Cláudia; VERGNE, Cleonice. (1998). Notas sobre a sepultura da Toca dos Coqueiros, Parque Nacional da Serra da Capivara, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1; n.13, Recife, UFPE; p.187-198.
- _____. (1998). Comment on the grave at Toca dos Coqueiros, Serra da Capivara National Park, Brazil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.13. Recife, UFPE; p.199-203.
- GUIDON, Niède; VERGNE, Cleonice; VIDAL, Irma Asón. (1998). Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Um abrigo funerário do enclave arqueológico do Parque Nacional da Serra da Capivara. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.13, Recife, UFPE; p.127-144.
- _____. Toca da Baixa dos Caboclos a graveyard shelter of the Serra da Capivara National Park Archeological enclave. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.13, Recife, UFPE; p.145-156.

- GUIDON, Niède; ANDREATTA, Margarida. (1980). O sítio arqueológico Toca do Sítio do Meio (Piauí). **CLIO**, Revista do Mestrado em História, n.3. Recife, UFPE, p.7-35.
- GUIDON, Niède; ARNAUD, B. (1991). The chronology of the New World: Two faces of the reality. **World Archaeology**, v.23, n.2, Chronologies, p.167-178.
- GUIDON, Niède; DELIBRIAS, G. (1985). Inventaire des sites sud-amériques antérieurs à 12.000 ans. **L'Anthropologie**. v.89, n.3. Paris, p.385-408.
- GUIDON, Niède; DA LUZ, Maria de Fátima; GUERIN, C.; FAURE, M. (1994). La toca da Janela da Barra do Antonião et les autres sites paléolithiques karstiques de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato (Piauí, Brésil): état des recherches. **Actes du XII Congr. Int. UISPP**, 3. Bratislava, p. 484-490.
- GUIDON, Niède; MONZON, S. (1979). Mission archéologique franco-brasilienne au sud-est du Piauí. **Journal de la Societé de Américanistes**, v.66. Paris, p.327-334.
- GUIDON, Niède; MONZON, Susana; OGEL-ROS, Laurence; FERNANDEZ LANNOT, Maria del Carmen. (1985). Notas sobre dois abrigos pintados da Serra da Capivara, Sudeste do Piauí. **Cadernos de Pesquisa**, 1, Série Antrpologia, I, Teresina, UFPI, p. 9-52.
- GUIDON, Niède; OGEL-ROS L. (1981). **L'abri Chapada dos Cruzes, site de la variété Serra da Capivara et de style Serra do Tapuio, sud-est du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____; _____. (1981). **Les abris Toca do Baixão do Perna I et II, sites de la variété Serra da Capivara et de style Serra do Tapuio, sud-est du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- GUIDON, Niède; OGEL-ROS, L.; MARANCA, Sílvia. (1980). **Abri Toca do Pinga do boi. Site typyque de la variété Serra Branca. Style Várzea Grande - Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- GUIDON, Niède; OGEL-ROS, L.; MONZON, S. (1979). **Deux abris décorés de la Serra Nova: Tocas da Subida da Serrinha I et II**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____; _____. (1979). **Un abri décoré de la Serra Nova: Toca do Sítio do Meio**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____; _____. (1979). **Deux abris décorés de la Serra Nova: région de São Raimundo Nonato, Etat du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- GUIDON, Niède; PARENTI, F. (1987). Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada: excavations in 1987. **XI Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques**. Mayence, août/sep.
- GUIDON, Niède; PARENTI, F.; DA LUZ, M. de F.; GUERIN C.; FAURE, M. (1994). Le plus ancien peuplement de l'Amérique: le Nordeste brésilien. **Bulletin de la Société Préhistorique Française**, 91 (4-5), p. 246-250.
- GUIDON, Niède; PARENTI, F.; PELLERIN, J. (1989). Deep in South American past the Toca do Boqueirão do sítio da Pedra Furada and the Brazilian Prehistory. **The**

- First World Summit Conference on the Peopling of the Americas.** Center for Study of the First Americans. University of Maine. May.
- GUIDON, Niède; PESSIS, Anne-Marie. (1988). O homem no sudeste do Piauí da pré-história aos dias atuais. A integração homem-meio. **Carta Cepro**, v.13, n.1. Teresina, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, Secretaria do Planejamento, p.125-143.
- _____; _____. (1993). Recent discoveries on the holocenic levels of Sítio do Meio rock-shelter, Piauí, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.9. Recife, UFPE, p.77-80.
- _____; _____. (1996). Leviandade ou falsidade? Uma resposta a Meltzer, Adovasio & Dillehay. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil(1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p 379-394. Recife.
- GUIDON, Niède; PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. (1990). Linha de pesquisa: o povoamento pré-histórico do nordeste do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.6. Recife, UFPE, p.123-126.
- GUIDON, Niède (1994/95). Pesquisas arqueológicas em São Raimundo Nonato - Piauí: novos dados. **Revista de Arqueologia**, v.8, n. 2- **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. São Paulo, p. 37-46.
- GUIDON, Niède; PEYRE, Evelyne; GUÉRIN, Claude; COPPENS, Yves. (1999). Resultados da datação de dentes humanos da toca do Garrincho, Piauí - Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.14 - **Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, p.75-86
- GUIDON, Niède; ASÓN, Irma; BUCO, Cristiane; LA SALVIA, Eliany S.; FELICE, Gisele D.; PINHEIRO, Patricia. (2002). Notas sobre a pré-história do Parque Nacional Serra da Capivara. **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.2, p. 105-141. Recife.
- GUIDON, Niède (2002). Contribuição ao estudo da paleogeografia da área do Parque Nacional Serra da Capivara. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº15, Recife, UFPE, pág.45-60.
- GUIDON, Niède. (2004). Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. Livro **ANTES: HISTÓRIAS DA PRÉ-HISTÓRIA**. Centro Cultural Banco do Brasil. São Paulo. p.132-141.
- HARTT, E. Charles F. (1871). Brazilian rock inscriptions. **The American Naturalist**, v.5. Salem, Philadelphia.
- HARTT, Carlos Frederico. (1895). Inscrições em rochedos do Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.8, n. 47. Recife, p.301-310.
- HERCKMAN, Elias. (1886). Descrição geral da Capitania da Paraíba. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.5. Recife.
- HIEROGLIFICA. (1932). **Gabinete de Geografia e História da Paraíba**, a.1. n.11, João Pessoa. (Notícia sobre o recebimento por parte do Dr. João Maris, de cópia dos desenhos ou riscos na pedra de Olho d'Água do Frade no Município de Souza).

- HURT, Wesley. (1989). Tradition Itaparica. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p.55-58.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1959). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, v.12. Rio de Janeiro.
- IHERING, H. Von. (1904). Arqueologia comparada do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, v.6. São Paulo.
- JOFFILY, Geraldo. (1973). A inscrição fenícia da Paraíba. Um documento apócrifo que há quase cem anos vem repercutindo nos maiores centros de paleografia do mundo. **Revista de História**, n. 93, jan./mar. São Paulo, USP, p. 12-25.
- JOFFILY, Irineu. (1982). **Notas sobre a Paraíba**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio.
- JORNAL DO BRASIL. (1976). **O mistério e o abandono da Pedra Lavrada do Ingá**. 23 mar.
- JORNAL O GLOBO. (1974). **Cerâmica da Paraíba pode desvendar história do Brasil pré-colombiano**, 16 jun.
- KESTERING, Celito. (2002). Registros rupestres na área arqueológica de Sobradinho BA. **CLIO - Série Arqueológica**, n.15. Recife, UFPE, p. 131-156.
- KESTERING, Celito. (2003). Grafismos puros nos registros rupestres da área de Sobradinho, BA. **FUNDAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.3, p. 163-176. Recife.
- _____. (2003). Estratégias de Conservação das Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, em Sobradinho, BA. **CLIO- Série Arqueológica**, v.1, n.16, Recife, UFPE, p. 49-66.
- KOSTER, Henry. (1816). **Travels in Brazil**. Londres. (O autor viajou de Pernambuco ao Maranhão pelos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, recolhendo grande número de informações sobre a geografia, produção, costumes e habitat das nações cariris e gês, citando também inscrições na Paraíba).
- _____. (1818). **Voyages dans la Partie Septentrionale du Brésil**. Paris. (Cita uma inscrição rupestre no interior da Paraíba).
- LAGE, Maria da Conceição Soares Menezes. (1990). **Etude archéométrique de l'art rupestre du sud-est du Piauí - Brésil**. Paris, Université de Paris 1.
- LAGE, Maria da Conceição Soares Menezes, (2002). Contribuição da arquequímica para o estudo da arte rupestre. **FUNDAMENTOS II, Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, Ed. Universitária da UFPE, Recife, p.255-264.
- LAGE, Maria da Conceição Soares Menezes; DEMAILLY, Sylvie. (1992). Estudo preliminar de pigmentos de arte rupestre de São Raimundo Nonato, Piauí. **Cadernos de Pesquisa**, 10. Série Antropologia IV, Teresina, UFPI, p.5-30.
- LAGE, Maria Conceição S. M.; HUGON, Paulette; MARQUES, Marcélia. (2003). Os pigmentos pré-históricos de grafismos rupestres do sertão central do Ceará: análise química e reconstituição da técnica de realização. **FUNDAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.3, p. 147-162. Recife.

- _____ ; Menezes, BORGES, Joina Freitas (2003). A teoria da conservação e as intervenções no sítio do Boqueirão da Pedra Furada - Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.16, Recife, UFPE, p. 33-47.
- LAMARTINE, Osvaldo. (1982). **Algumas peças líticas do Museu Municipal de Mossoró**. Mossoró, Fundação Guimarães Duque (ESAM). 10p. (Coleção Mossoroense, série B, n.378).
- LAROCHE, Armand François Gaston. (1969). Nota prévia sobre um abrigo funerário do nordeste brasileiro. **Universitas**, n.3-4. Salvador, UFBA, p.73-85.
- _____. (1970). **O sítio arqueológico da Pedra do Caboclo. Relato de uma pesquisa na zona do agreste pernambucano**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco.
- _____. (1972). **Vestígios da pré-história em Bom Jardim**. Diário da Noite, 22 nov.
- _____. (1973). Uma pesquisa de salvamento arqueológico na caverna funerária do Angico-Pernambuco. **Universitas**, n.14. Salvador, UFBA.
- _____. (1975). **Contribuições para a pré-história pernambucana**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, Ginásio Pernambucano, 68p. il.
- _____. (1977). **Arqueologia pernambucana**. Recife, Museu do Gabinete de História Natural do Ginásio Pernambucano, p.1-27.
- _____. (1977). **Contribuições para a arqueologia pernambucana. Os sítios arqueológicos do Monte do Angico, Bom Jardim - PE**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, Ginásio Pernambucano, p.1-30, il.
- _____. (1980). Algumas contribuições para o estudo do povoamento do nordeste do Brasil a partir de 11.000 anos B.P. **Suplemento**, n.4. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 20p. (Mimeografado).
- _____. (1980). Algumas informações sobre as pesquisas arqueológicas no nordeste do Brasil. **Suplemento**, n.2. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 6p. (Mimeografado).
- _____. (1980). Alguns comentários sobre a arqueologia do Baixo Açú, Bacia Hidráulica do Rio Piranhas-Açú. **Suplemento**, n.6. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 14p. (Mimeografado).
- _____. (1980). Contribuições por datações do C-14 às pesquisas arqueológicas nordestinas (Pernambuco e Rio Grande do Norte até 1980). **Suplemento**, n.5. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 24p. (Mimeografado).
- _____. (1980). As pesquisas de salvamentos arqueológicos realizadas nos municípios de Jurucutu e São Rafael. **Suplemento**, n.3. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 18p. il. (Mimeografado).
- _____. (1981). **Arqueologia do Baixo Açú e notícias sobre culturas líticas do Rio Grande do Norte**. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 34p. il.
- _____. (1981). Comentários sobre os grupos de caçadores nômades do nordeste do Brasil, e de algumas regiões americanas (fim do pleistoceno e começo do holoceno). **Suplemento**, n.8. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 27p. il.

- _____. (1981). Sugestões para uma classificação de pontas foliáceas e lesmas. **Suplemento**, n.9. Natal, Museu Câmara Cascudo, UFRN, 40p. (Mimeografado).
- _____. (1984). Ambiente e ecossistemas da pré-história do nordeste brasileiro. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.4. Recife, UFPE, p.43-48.
- _____. (1987). **Algumas contribuições para o estudo do povoamento do nordeste do Brasil, a partir de 11.000 anos BP - História da Tradição Itaparica, etc.** 2ª ed. Natal, 39p. (Coleção Mossoroense, série B, n.468).
- LAROCHE, Armand François Gaston; SILVA, Adjelma Soares e; RAPAIRE, J.L. (1977). **Arqueologia pernambucana C-14**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Gynásio Pernambucano, 27p.
- _____; _____. (1982). **O sítio arqueológico de Mangueiros**. Recife, Ed. Massangana, 60p, il.
- _____; _____. (1983). **Ensaio de classificações tipológicas sobre pontas de arremessos e outros objetos líticos da tradição potiguar do Rio Grande do Norte**. Natal, Coleção Mossoroense, série B.21p. il.
- _____; _____. (1984). **Ensaio morfológicos sobre tecnologias líticas nordestinas desde 11.000 anos AP**. Mossoró, Coleção Mossoroense, série B, n.422. 38p., il.
- _____; _____. (1984). Tópicos básicos de selecionamentos resumidos referentes aos caçadores nômades do nordeste, em tempos finais do pleistoceno e começo do holoceno. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.6-7, (1981-1982). Belo Horizonte, UFMG, 33p.
- _____; _____. (1987). **Relatório das pesquisas realizadas referentes ao estudo dos grupos humanos pré-históricos pertencentes à tradição potiguar**. Natal, Coleção Mossoroense, série A, v.277. 109p. il.
- _____; _____. (1988). Aspecto da cerâmica pré-histórica do Rio Grande do Norte. **Cerâmica**, a.34, v.34, n. 219. São Paulo, Órgão Oficial da Associação Brasileira de Cerâmica, p.27-28.
- _____; _____. (1991). Considerações sobre a pré-história do nordeste brasileiro nos tempos finais do pleistoceno e início do holoceno. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.31-33.
- LAROCHE, Armand François Gaston; LAROCHE, Adjelma Soares e Silva. (1980). **Um sítio epipaleolítico microlítico do nordeste do Brasil. Chã de Caboclo, B.J. 10-Pernambuco**. Recife, Ed. Massangana, 54p. il. Série Monografias, 17. (Mimeografado).
- LEITE, Antonio Attico de Souza. (1875). **Memórias sobre a Pedra Bonita do reino encantado na comarca de Villa Bella em Pernambuco**. Rio de Janeiro.
- LEITE, Sérgio Baptista. (1994/95). Lista de atributos para cerâmicas arqueológicas. Uma proposta metodológica. **Revista de Arqueologia**, v.8, n.2 - Anais da VII Reu-

- nião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB.** São Paulo, p. 149-158.
- Os LETREIROS de Souza. (1932). **Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba**, n.12, a.1. João Pessoa. (Inscrições rupestres à margem do rio Mamanguape na Paraíba).
- LIMA, Clóvis dos Santos. (1953). As itacoatiaras de Ingá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v.12. João Pessoa, p.113-122.
- LIMA, Francisco (Pe). (1953). Vestígios de uma civilização pré-histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v.12. João Pessoa, p.123-128.
- LIMA, Jeannette Maria Dias de. (1984). Arqueologia do Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.8-9, (1983-1984). Belo Horizonte, UFMG, p.29-32.
- _____. (1984). Pesquisa arqueológica no município do Brejo da Madre de Deus - Pernambuco. **Symposium**, Revista da Universidade Católica de Pernambuco, v.26, n.1. Recife, p.9-60, il.
- _____. (1985). Arqueologia da Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus - Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.2. Recife, UFPE, p.97-111, il.
- _____. (1986). **A Arqueologia da Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus - Pernambuco**. Recife, Departamento de Antropologia, UFPE. (Dissertação, Mestrado. Mimeografado).
- _____. (1991). Dois períodos de subsistência no agreste pernambucano: 9.000 e 2.000 A.P. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.57-61.
- _____. (1992). Estudos zoo e fitoarqueológicos em Pernambuco. **Symposium**, v.34, n.2, jul./dez. Recife, UNICAP, p.146-150.
- LIMA, Marcio Alonso, GUIMARÃES, Carlos Magno; PROUS, André. (1989). Os grafismos de tipo nordeste no vale do rio Peruaçu, MG. Anais da IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, (1987) **Dédalo**, n.1. MAE-USP, p.313-321.(Publicações avulsas).
- LIMA, Olavo Correia. (1980). **Homo sapiens rosanensis**, São Luiz. (Escavações de um sambaqui maranhense). São Luiz, 5p.
- LINDEF, Ruber von der. Archeologia pernambucana. (1930). A pedra do navio. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.30. Recife, p.143-146.
- LOCKS, Marta; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; CORDEIRO, Darlan. (1993). Região Arqueológica de Central, Bahia, Brasil: N° 2. Abrigo da Lesma - Os mamíferos. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.9. Recife, UFPE, p.69-75.
- LOMBARD, Luís. (1984). **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Alexandre José Barbosa Lima**. Recife.
- LOPES, Raymundo. (1882). Sobre as palafitas do Maranhão. **Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas**, v.2, pte.2. Rio de Janeiro.

- _____. (1922). Sobre as palafitas do Maranhão. Atas do **CONG-AM**, 20. Rio de Janeiro, p.169-170.
- _____. (1931). Entre a Amazônia e o Sertão. Boletim do Museu Nacional, v.7, n.3. Rio de Janeiro, p.159-160.
- LUCENA, Veléda. (1980). **Estágio atual das pesquisas arqueológicas no nordeste oriental do Brasil**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Museologia, 90p. il.
- _____. (1984). Adaptação cultural e meio ambiente. **CLIO - Série Arqueológica**, n.6. Recife, UFPE, p.81-90.
- _____. (1984). Ocupação humana no semi-árido nordestino. **Revista Agreste**, n.3. Recife, p.36-37.
- _____. (1985). Sociedade e natureza na pré-história sul-americana. **CLIO - Série Arqueológica**, n.7. Recife, UFPE, p.131-143.
- _____. (1992). Estratigrafia arqueológica: processo de constituição e interpretação. **CLIO - Série Arqueológica**, n.8. Recife, UFPE, p.69-88.
- LUFT, Vladimir. (1986). Os restos alimentares do sítio mirador do Boqueirão de Parelhas, RN. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p.27-32.
- _____. (1990). **A Pedra do Tubarão: um sítio da tradição Agreste em Pernambuco**. Recife, Dissertação, Mestrado em História, UFPE, p.136, il.
- LUFT, Vladimir; AGUIAR, Alice. (1990). A Tradição Agreste. Escavações arqueológicas no sítio Pedra do Letreiro, Venturosa, PE. Anais da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. **Revista do CEPA**, v.17, n.20, Santa Cruz do Sul, p.79-85.
- LUMLEY, H.; LUMLEY, M.A. de; BELTRÃO, M.C.; YOKOYAMA, Y.; LABEYRIE, J.; DELIBRIAS, G.; FALGURES, C.; BISCHOF, J.L. (1987). Présence d'outils taillés associés à une faune quaternaire datée du pléistocène moyen dans la Toca da Esperança, Région de Central, Etat de Bahia, Brésil. **L'Anthropologie**, v.91, n.4, p.917-942.
- _____; _____. (1988). Découverte d'outils taillés associés à des faunes du pleistocene moyen dans la Toca da Esperança, État de Bahia, Brésil. **Compte Rendu Académie des Sciences de Paris**, n.306. p.241-247.(Série, II).
- LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. (1998). Levantamento arqueológico do Riacho do Bojo, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.13, Recife, UFPE, p.173-186.
- LUNA, Suely. (2003). Sobre as origens da agricultura e da cerâmica pré-histórica no Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.16, Recife, p.67-77.
- LUZ, Maria de Fátima da. (1989). **O método de pré-escavação na pesquisa arqueológica. Análise de um caso: a Toca de Cima do Pilão, Piauí**. Dissertação de Mestrado em História. Recife, UFPE, 182p., il. (Mimeografado).
- LYNCH, Thomas F. (1990). Glacial-Age Man in South America. A critical review. **American Antiquity**, v.55, n.1, p.12-36.

- MAGALHÃES, Erasmo de A. (1993). O Tupi no litoral. **Revista de Arqueologia/SAB**, v.7. p.51-68.
- MAGALHÃES, Paulo Bougard de. (1926). **A Paraíba e a evolução de sua gente**. Parayba, Imprensa Oficial.
- MARANCA, Sílvia. (1976). Estudo do sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, Série Arqueologia, v.3. São Paulo, 102p.
- _____. (1976). A Toca do Congo I. Um abrigo com sepultamento no Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série).v.31. São Paulo, p.155-173.
- _____. (1977). Considerações gerais sobre a distribuição da indústria lítica e cerâmica do sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série).v.24. São Paulo, p.199-211.
- _____. (1980). Novos abrigos com pinturas rupestres no sudeste do Estado do Piauí. **Anais do XLII Congrès International des Américanistes**. (Paris, 1976). v.9-B, Paris, p.351-356.
- _____. (1980). Pinturas rupestres da Toca da Entrada do Pajaú, Estado do Piauí - análise das figuras zoomorfas. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série). v.27. São Paulo, p.157-197.
- _____. (1982). A pintura rupestre no sudeste do Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série). v.28. São Paulo, 1981-1982, p.169-173.
- _____. (1984). Níveis e categorias com vistas a uma classificação preliminar de abrigos com arte rupestre. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, v.29. São Paulo, 1983-1984, p.201-213.
- _____. (1986). Proposition d'un schéma pour le regroupement des sites d'art préhistorique. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires**. Recueil, II, n.4. Paris, p.41-55.
- _____. (1991). Agricultores e ceramistas da área de São Raimundo Nonato, Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (Recife, 1987), Recife, UFPE, p.95-97.
- MARANCA, Sílvia.; MEGGERS, Betty J. (1980). Uma reconstrução de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da Tradição Tupiguarani. **Pesquisas**, Série Antropologia, n.31. São Leopoldo, p.227-247.
- MARTIN, Gabriela. (1975). Estudios para una desmitificación de los petroglifos brasileños. **Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia**, n.11. Universidade de Valencia (Espanha), p.203-237.
- _____. (1975). Estudos para uma desmitificação dos petroglifos brasileiros (I) A Pedra Lavrada de Ingá (Paraíba). **Revista de História**, n.102. São Paulo, USP, p.509-537.
- _____. (1976). Bibliografia arqueológica da Paraíba e de Pernambuco. **Boletim do Departamento de História**, n.1. Recife, UFPE, p.28-46.
- _____. (1977). Apontamentos para uma história da arqueologia brasileira. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.1. Recife, UFPE, p.113-122.

- _____. (1977). Estudos de arte rupestre no nordeste brasileiro. **Boletim do Departamento de História**, n.2. Recife, UFPE, p.14-28, il.
- _____. (1980). A coleção arqueológica do Museu de Mossoró (RN). **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.3. Recife, UFPE, p.73-88.
- _____. (1980). A Pedra da Figura em Taquaritinga do Norte, PE. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.3. Recife, UFPE.
- _____. (1982). Casa Santa: um abrigo com pinturas rupestres do estilo Seridó, no Rio Grande do Norte. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife, UFPE, p.55-78, il.
- _____. (1982). Indústrias de pontas de projétil no Rio Grande do Norte. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife, UFPE, p.81-90, il.
- _____. (1984). Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. **CLIO - Série Arqueológica**, n.1. Recife, UFPE, p.27-37, il.
- _____. (1984). O estilo Seridó na arte rupestre do Rio Grande do Norte. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.6-7, (1981-1982). Belo Horizonte, UFMG, Atas da I Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. p.379-382, il.
- _____. (1984). Ingá; Seridó. In: **Herança: a expressão visual do brasileiro antes da influência do europeu**. São Paulo, Dow Química, p.33-41.
- _____. (1985). Arte rupestre no Seridó (RN): o sítio Mirador do Boqueirão de Parelhas. **CLIO - Série Arqueológica**, n.2. Recife, UFPE, p.81-95, il.
- _____. (1986). Primeiros resultados do projeto arqueológico de Itaparica, no vale do Médio São Francisco (Pernambuco, Brasil). **I Simpósio de Arqueologia do Sudeste**, Rio de Janeiro, UERJ. (Mimeografado).
- _____. (1988). Prehistória del nordeste de Brasil: estado actual de la investigación. **Archivo de Prehistória Levantina**, n.18. Valencia (Espanha), p.49-80, il.
- _____. (1988). Os primeiros nordestinos: os começos da história do índio brasileiro. **Nordeste Indígena**, Revista do Serviço de Ação Cultural da FUNAI, n.1. Recife, p.5-38.
- _____. (1989). Dez mil anos de história, adeus. **Ciência - Hoje**, Revista da SBPC, v. 10, n.56, ago.
- _____. (1989). A sub-tradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p.19-26.
- _____; _____. (1989). O abrigo Letreiro do Sobrado, Petrolândia, Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p.47-54.
- _____; _____. (1989). O sítio arqueológico Letreiro do Sobrado em Itaparica, Pernambuco. IV Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, Santos, 1987. **Dédalo**, São Paulo, USP. (Publicações avulsas).
- _____. (1990). Arqueologia das missões religiosas do Nordeste do Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v.6, n.1, jan./jun. Recife, FUNDAJ.

- _____. (1990). Arqueologia das missões religiosas do vale do São Francisco. Do **Anais da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**, v.17 n.20, CEPA. Santa Cruz do Sul.
- _____; _____. (1990). O adeus à Gruta do Padre, Petrolândia, Pernambuco. A Tradição Itaparica de coletores-caçadores no médio São Francisco. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.6. Recife, UFPE, p.31-68.
- _____; _____. (1991). Arte pré-histórica dos índios do nordeste do Brasil. **Nordeste Indígena**, Revista de Ação Cultural da FUNAI, Série Etnohistória, n. 2. Recife, p.87-94.
- _____. (1991). Novos dados sobre as pinturas rupestres do Seridó, no Rio Grande do Norte. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (Recife, 1987). Recife, UFPE, p.141-147.
- _____. (1991). Projeto Itaparica de salvamento, Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (Recife,1987). Recife, UFPE, p.129-131.
- _____. (1992). La antigüedad del hombre en el nordeste del Brasil. **Revista, Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, MAE-USP.p.7-12.
- _____. (1993). A antigüidade do homem no nordeste do Brasil. **Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Rio de Janeiro, 1991, p.180-191.
- _____. (1993). Arte rupestre e registro arqueológico no Nordeste do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.9. Recife, UFPE, p.45-56.
- _____. (1993). Arte Prehistorico en el Nordeste del Brasil. **Estudis Universitaris Catalans**, Barcelona, Homenatge a Miguel Tarradell, p.249-267.
- NASCIMENTO, Ana Lúcia; ALVES, Claudia; LUNA, Suely. (1994). Levantamento arqueológico da bacia sedimentar do Jatobá, PE. **Revista de Arqueologia**, v.8, n. 1 - **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. São Paulo, p. 109-116.
- _____. (1994). Registro rupestre e registro arqueológico do Nordeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, v.8, n.1, Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. São Paulo, p.291-302.
- _____. (1995-96). O Cemitério Pré-histórico “Pedra do Alexandre”, Carnaúba dos Dantas, RN. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.11. Recife, UFPE, p.43-57.
- _____. (1996). Os sítios rupestres do Seridó, no Rio Grande do Norte (Brasil), no contexto do povoamento da América do Sul. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil(1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p. 339-346. Recife.
- MARTIN, Gabriela; AGUIAR, Alice. (1984). Projeto Itaparica de salvamento arqueológico. (Nota prévia). **CLIO - Série Arqueológica**, n.1. Recife, UFPE, p.127-133.
- _____; _____. (1991). Arte pré-histórica dos índios do nordeste do Brasil. **Nordeste Indígena**, Revista de Ação Cultural da FUNAI, Série Etnohistória, n. 2. Recife, p.87-94.

- MARTIN, Gabriela; AGUIAR, Alice; ROCHA, Jacionira. (1983). O sítio arqueológico Periperi em Pernambuco. **Revista de Arqueologia**, n.1. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.30-39, il.
- _____. (1997). Pré-história do Nordeste: pesquisas e pesquisadores. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.12. Recife, UFPE, p.7-16.
- _____. (1998). O povoamento pré-histórico do Vale do São Francisco (Brasil). **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.13. Recife, UFPE, p.9-42.
- _____. (1998). The prehistoric peopling of the São Francisco Valley (Brazil). **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.13. Recife, UFPE, p.43-70.
- _____. (1998). Dez mil anos do homem pré-histórico no Rio Grande do Norte. **Terra Potiguar. Uma viagem pela beleza e pela cultura do Rio Grande do Norte**. Madrid (Espanha), COSERN-IBERDROLA, p.24-39.
- _____. (1998). **O povoamento pré-histórico do Vale do São Francisco**. Projeto PAX - Xingó. Sergipe, CHESF-PETROBRÁS; 36p., Il.
- _____. (1998). **O rio São Francisco. O homem e a natureza**. (Livro Comemorativo dos 50 anos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Lisboa; 200p.
- MARTIN, Gabriela; AGUIAR, Alice.; TADEU, Paulo; VICTOR, Plínio. (1980). A Pedra da Figura em Taquaritinga do Norte (Pernambuco). **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.3. Recife, UFPE, p.31-46, il.
- _____; _____. (1981). Estudos de arte rupestre em Pernambuco II. A Pedra Furada em Venturosa. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.4. Recife, UFPE, p.19-34, il.
- MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionira. (1986). Adaptações ambientais na pré-história do Médio São Francisco (Pernambuco). **Anais do I Congresso de Ecologia do Nordeste**. Recife, UFRPE.
- _____; _____. (1989). O abrigo Letreiro do Sobrado, Petrolândia, Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.5. Recife, UFPE, p.47-54.
- _____; _____. (1989). O sítio arqueológico Letreiro do Sobrado em Itaparica, Pernambuco. IV Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, Santos, 1987. **Dédalo**, São Paulo, USP. (Publicações avulsas).
- _____; _____. (1990). O adeus à Gruta do Padre, Petrolândia, Pernambuco. A Tradição Itaparica de coletores-caçadores no médio São Francisco. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.6. Recife, UFPE, p.31-68.
- MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionira.; GALINDO, Marcos. (1986). Indústrias líticas em Itaparica, no vale do Médio São Francisco (Pernambuco-Brasil). **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE, p.99-135, il.
- MARTIN, Gabriela. (1994). Registro rupestre e registro arqueológico do nordeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, v.8, n. 1 - **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. São Paulo, p. 291-302.
- _____; ASÓN, Irma. (1999). A tradição Nordeste na arte rupestre do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.14 - **Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, 1999, p.99-109.

- _____; _____. (1999). The Nordeste horizon in Brazil's Rock art. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.14 - **Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, 1999, p.110-134.
- _____; _____. (1999). The Nordeste horizon in Brazil's Rock art. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.14 - **Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, 1999, p.110-134.
- MARTIN, Gabriela; ASÓN, Irma (2001). Manifestações Religiosas na pré-história brasileira. **História das religiões no Brasil**, vol.I, Centro de História da Igreja na América Latina e no Caribe-CEHILA, UFPE, Recife, pag.19-38.
- _____; SILVA, Jacionira Coelho. (2003). Ocupações pré-históricas sobre terraços fluviais no Vale Médio do São Francisco. O Sítio Antenor em Tacaratu, PE. **FUNDAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.3, p. 7-34. Recife.
- MARTIN, Gabriela(2002). Quando os índios não eram índios: reflexão sobre as origens do homem pré-histórico no Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº15, Recife, UFPE, pág.13-28.
- MARTIN, Gabriela. (2003). Fronteiras Estilísticas e Culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN, PB). **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.16, Recife, 2003, UFPE, p.11-32.
- MARTIN, Gabriela. (2004). Os povos da costa do Nordeste (p.32-43)). Identidades no sertão do Seridó (p.164-175); A morte: O rito e a vida Espiritual (p.164-175) In: **ANTES: HISTÓRIAS DA PRÉ- HISTÓRIA**. Centro Cultural Banco do Brasil. São Paulo.
- MATTOS, Aníbal. (1938). **Pré-história brasileira (Vários Estudos)**. Brasileira, n.137. São Paulo, Ed. Nacional, 324p., il.
- MEDEIROS, Coriolano de. (1914). **Dicionário chorográfico do Estado da Paraíba**. Paraíba. (Menciona cemitérios indígenas em grutas, e inscrições rupestres).
- _____. (1950). **Dicionário corográfico paraibano**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- _____. (1953). Parecer sobre as inscrições epigráficas da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v.8. João Pessoa.
- MEDEIROS, José B. de. (1970). Tentativa de determinação da época em que foram feitas as gravações de Ingá do Bacamarte. **Boletim Informativo do Centro de Informação Arqueológica**, a.1, n.1. Rio de Janeiro, p.18-23, il.
- _____. (1974). Tentativa de determinação da época em que foram feitas as gravações de Ingá. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**, n.4, out./dez. Rio de Janeiro.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de (2002). História dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: problemas metodologia e fontes. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº15, Recife, UFPE, pág. 205-234.
- MEDEIROS, Tarcísio. (1985). **Proto-história do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, Ed. Presença/Natal, Fundação José Augusto.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. (1986). **Índios do Açu e Seridó**. Rio de Janeiro, Museu Nacional.

- MEGGERS, Betty; EVANS, J. Clifford. (Dir.). (). **Aboriginal cultural development in latin america: an interpretative review**. Smithsonian Miscellaneous Collections, v.146, n.1. Washington, DC.
- MELO, Mário. (1924). Um muiraquitã pernambucano. Atas do CONG-AM, 20. n.1. Rio de Janeiro, p.251-253.
- _____. (1926). Catacumbas no Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, v.28. 1925-1926. Recife, p. 127-130. (Descreve túmulos indígenas descobertos em uma caverna da Serra de Dois Irmãos, em Pernambuco).
- _____. (1929). Arqueologia pernambucana. **Diário de Pernambuco**, 28 jul.
- _____. (1929). Arqueologia pernambucana. Os litoglifos de Vila Bela; A Pedra do Letreiro; A Pedra do Sino. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.29, jan.1928/dez.1929. Recife, p. 135-142.
- _____. (1929). Arqueologia pernambucana. A Pedra do Letreiro. **Diário de Pernambuco**, 14 jul.
- _____. (1929). Os carnijós de Águas Belas. **Revista do Museu Paulista**, v.16. São Paulo.
- _____. (1929). Fósseis pernambucanos. **Diário de Pernambuco**, 9 jul.
- _____. (1929). Pré-história sul-americana. **Diário de Pernambuco**, 27 fev. (Ins-crições rupestres em Vila Bela, na Serra do Caldeirão Grande, Pernambuco).
- _____. (1929). Pré-história sul-americana, Vila Bela, Serra do Caldeirão Grande - Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 fev.
- _____. (1930). Arqueologia pernambucana. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.29. Recife, p.7-14.
- _____. (1932). Arqueologia pernambucana. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.32. Recife, p.151-154.
- _____. (1933). Taquaritinga de hoje e de amanhã. **Diário de Pernambuco**, 22 jan.
- _____. (1941). Um machado de âncora de argila dos Tapuias pernambucanos. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.35. Recife.
- _____. (1943). Cemitério indígena da Serra das Russas. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.38. Recife.
- _____. (1945). A Furna da Serra do Cajá e o sumidouro da Serra Talhada. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.40. Recife.
- MELO, Patrícia Pinheiro de. (1992). **Técnicas de escavação. Um estudo de caso: a Toca do Baixão do Perna I, São Raimundo Nonato, PI**. Recife, UFPE, 183p. il. (Dissertação, mestrado em História).
- MELTZER, David J.; ADOVASIO, James M.; DILLEHAY, Tom D. (1994). On a pleistocene human occupation at Pedra Furada, Brazil. **American Antiquity**, v.68, p.695-714.

- MELTZER, David J.; ADOVASIO, James M.; DILLEHAY, Tom D. (1996). Uma visão da Toca do Boqueirão da Pedra Furada. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil (1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p. 347-378. Recife.
- MENDES, A. Corrêa. (1932). **Gravuras rupestres no Brasil**. Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. Porto, Imprensa Nacional.
- MENDES, Josué Camargo. (1970). **Conheça a pré-história à brasileira**. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo/Ed. Polígono, 153p., il.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. (1991). História da arqueologia brasileira. **PESQUISAS**, Antropologia, n.46. São Leopoldo, UNISINOS, p.10-158.
- MENEZES, Francisco Corrêa Telles. (1887). **Lamentação brasílica**, v.50, 74. Rio de Janeiro. (Manuscrito original existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro. Obra comentada por Tristão de Alencar Araripe na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).
- MENEZES LAGE, M.C. (1997). Análise química de pigmentos de arte rupestre do sudeste do Piauí. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia - USP**. São Paulo; p.89-101.
- METRAUX, Alfred. (1927). Les migrations historiques des tupi-guarani. **Journal de la Société de Américanistes de Paris**, v.19. Paris, p.1-45.
- _____. (1928). **La civilization matérielle des tribus tupi-guarani**. Paris, Librairie Orientaliste Paul Ozenzther, 331p.
- MILLER JÚNIOR, Tom. (1980). O arcaico no interior do Rio Grande do Norte. **Anuário de Divulgação Científica 1978/1980**, n.6. Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, p.54-57.
- _____. (1984). Técnicas para arqueologia de salvamento. Uma sugestão do Baixo Açú. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.VI-VII (1981-1982). Atas da I Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. Belo Horizonte, UFMG, p.421-425.
- _____. (1988). **Notas preliminares sobre: o sítio pré-histórico da casa de pedra. Município de Martins - RN**. Natal, UFRN. (Coleção Mossoroense, série A, n.27).
- MIRANDA, Agenor Augusto de. (1938). Sambaquis do delta paraibano. **Estudos Paraibanos**, n. 116. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, p. 79-94, il.
- MONTEIRO, J. C. Carneiro. (1910). Uma necrópole indígena. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v. 2. Paraíba.
- _____. (Relat.) (1911). Relatório apresentado pela Comissão Investigadora de restos pré-históricos na cidade de Itabaiana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v. 3. Paraíba.
- MONZON, Suzana. (1979). Pinturas e gravuras pré-históricas de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí. Catálogo da Exposição sobre a Missão Franco-Brasileira do Sudeste do Piauí. São Paulo, **Museu Paulista**, p.92.

- _____. (1980). **La Toca do Barro un abri de la Serra da Capivara. Etat do Piauí, Brésil.** Institut d'Ethnologie.(Microfichas, R 78 039 237).
- _____. (1981). Préhistoire du sud est du Piauí, Brésil. **Objet et Monde**, Musée de l'Homme, t. 20, p. 153-160.
- _____. (1982). **L'abri du Arapoá do Congo, un abri peint de l'aire de São Raimundo Nonato, sud-est du Piauí, Brésil.** Paris, Institut d'Ethnologie. (Microficha).
- _____. (1982). Métodos de análise dos grafismos de ação. **Arquivos do Museu de História Natural**, v. 6-7. Belo Horizonte, UFMG, 1981-1982. p. 353-364.
- _____. (1982). A representação humana na arte rupestre do Piauí: comparações com outras áreas. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série). v. 28. São Paulo, 1981-1982, p. 401-422.
- _____. (1982). **La Toca das Mullheres I: un abri peint de la Serra Talhada, sud-est du Piauí, Brésil.** Paris, Institut d'Ethnologie. (Microficha).
- _____. (1983). Analyse des traits d'identification. Etude d'un cas la Toca da Entrada do Baixão da Vaca. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires.** Contributions méthodologiques en préhistoire, II, n. 2. Paris.
- _____. (1984). Análise dos traços de identificação - estudo de um caso: a Toca da Entrada do Baixão da Vaca. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 1. Recife, UFPE. p. 63-80.
- _____. (19--). **Les peintures rupestres du Parc National de Sete Cidades, Etat du Piauí, Brésil.** Paris, Institut d'Ethnologie.(Microficha, R, 83 039 345).
- _____. (19--). **Les peintures rupestres du Parc National de Sete Cidades. Etat du Piauí, Brésil: le site n.4.** Paris, Institut d'Ethnologie. (Microficha, R, 84 039 377).
- MONZON, Suzana.; OGEL-ROS, L. (1981). **La toca do Estevo III, un abril peint de la région de São João Vermelho, Etat du Piauí, Brésil.** Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas, R 81 039 282)
- MORAES, Luciano Jacques de. (1924). **Inscrição rupestre no Brasil**, n. 64. Série I da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.
- MOREIA, Gertrudes Vanda Lopes. (1982). Sambaquis do norte e nordeste: uma revisão bibliográfica. **Jornada Brasileira de Arqueologia**, 4. Rio de Janeiro. (Resumos mimeografados).
- MORALES, Manuel Gonzalez. (1993). Algunas observaciones preliminares sobre problemas de conservación de la Pedra Lavrada de Ingá - Paraíba. **CLIO, Série Arqueológica**, v.1, n.9. Recife, UFPE, p.57-59.
- MOURA, Abdias. (1993). **O sumidouro do São Francisco. Subterrâneos da cultura brasileira.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro p.409.
- MUNITA, Casimiro (2003). Contribuição da Análise por Ativação aos Estudos de Fontes de Matéria Prima de Cerâmicas Arqueológicas. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.16, Recife, UFPE, p.79-85.

- NASCIMENTO, Ana; ALVES, Cláudia; LUNA, Suely. (1995-96). O Sítio Alcobaça, Buíque - Pernambuco: primeiros resultados. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.11. Recife, UFPE, p.87-98.
- NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely. (1997). A cerâmica arqueológica dos sítios dunares no Rio Grande do Norte - Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.12. Recife, UFPE, p.7-16.
- NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely; GOMES, Jussara Vieira. (1999). Projeto arqueológico Tremembé Ceará - Brasil. **CLIO - Série Arqueológica, v.1, n.14 - Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, 1999, p.193-206.
- NASSER, Nassaro A. de Souza. (1967). Notas preliminares sobre a arqueologia da foz do sistema Curimataú-Cunhaú. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA**, 1. Resultados preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, p.121-128. (Publicações Avulsas, 6).
- _____. (1971). Considerações preliminares sobre a arqueologia da bacia do rio Curimataú. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA**, 4. Resultados preliminares do Quarto Ano, 1968-1969. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 179-190, il.
- _____. (1974). Nova contribuição à arqueologia do Rio Grande do Norte. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA**, 5. Resultados preliminares do Quinto Ano, 1969-1970. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.155-164. (Publicações avulsas, 26).
- NASSER, Nassaro A. de Souza.; CABRAL, Elizabeth M. (1964). Informações sobre ins-crições rupestres no Rio Grande do Norte. **Separata dos Arquivos do Instituto de Arqueologia**. Natal, Universidade do Rio Grande do Norte.
- NETO, João Marinho de Moraes. (1994). Contribuição ao cadastramento das itacoatiaras do “Vale do Sabugi”, na fronteira seridoense da Paraíba. **Revista de Arqueologia, v.8, n. 1 - Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. São Paulo, p. 133-155.
- NETO, Ladislau. (1885). **Investigações sobre a arqueologia brasileira**, v.6. Rio de Janeiro, Archivos do Museu Nacional, p.257-555.
- NIMUENDAJU, Curt. (1978). Mapa Etnohistórico do Brasil, com índice bibliográfico e de Tribus pertencentes ao Centro de Documentação do Museu do Índio. **Arquivos do Museu de História Natural**, 13. Belo Horizonte, UFMG, p. 419 (Cópia fotostática do original M.S).
- _____. (1981). **Mapa etno-histórico**. Rio de Janeiro, IBGE.
- NOGUEIRA, João Franklin de Alencar. (1982). Inscrições na serra da Rola e na Gruta Casa de Pedra, Ceará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 55/56. Rio de Janeiro.
- _____. (1983). Letreiros antigos. **Revista Trimestral do Instituto Geográfico Brasileiro**, v.56,84. Rio de Janeiro.
- NOVAS pesquisas no sertão paraibano. (1971). **Boletim Informativo do Centro de Informação Arqueológica**, a. 2, n. 9, set./out. Rio de Janeiro, p. 10-11.

- OGEL-ROS, L. (1980). **Un abri limitrophe de l'aire de São Raimundo Nonato, sud-est du Piauí, Brésil. Toca das Letras**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas 80 02 40, R 78 039 240).
- _____. (1980). **Un abri limitrophe de l'aire de São Raimundo Nonato, sud-est du Piauí, Brésil. Toca da Pedra Solta do Bom Jesus**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas 80 02 39, R 78 039 239).
- _____. (1982). **Catalogue commenté des figures géométriques de vingt et un sites de la région de São Raimundo Nonat, sud-est do Piauí, Brésil**. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. (Tese, Doutorado terceiro ciclo).
- _____. (1983). Análise das figuras geométricas do estilo Várzea Grande, sudeste do Piauí, Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Série Antropologia, II, n.3. Teresina, UFPI. p.41-102.
- _____. (1983). A noção de sub-tradição aplicada a um sítio de arte rupestre pré-histórica. **Cadernos de Pesquisa**. Série Antropologia, III, n.4. Tesina, UFPI, p.184-195.
- _____. (1985). La notion de sous-tradition appliquée à un sit d'arte rupestre: la Toca do Salitre. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires**. Recueil, II, n. 4. Paris, p.57-91.
- OGEL-ROS, L.; PARENTI, F. (1980). **A arte rupestre de Sete Cidades**. Teresina, (Mimeografado).
- OGEL-ROS, L; ROSS, D. (1983). **L'abri Toca do Salitre, site typyque de la sous-tradition Salitre**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microficha, R 83 039 346).
- OGEL-ROS, Laurence. (1985). A noção de sub-tradição aplicada a um sítio de arte rupestre pré-histórica. **Caderno de Pesquisa-4**, Série Antrpológica III, Teresina, UFPI, p.147-186.
- OLIVEIRA, Cláudia Alves (2002). Perspectiva Etno-histórica no estado do Piauí, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº15, Recife, UFPE, pág.171-188.
- OTT, Carlos F. (1944). Contribuição à arqueologia baiana. **Boletim do Museu Nacional**. Série Antropológica, n.5. Rio de Janeiro, p.1-73, il.
- _____. (1945). Notas marginais à arqueologia baiana. **Anais da Reunião Brasileira de Antropologia**, 2. Bahia, p.95-98.
- _____. (1945). Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia. **Publicação do Museu da Bahia**, n.5, 71p. 6p.
- _____. (1958). **Pré-história da Bahia**. Salvador, Livraria Progresso Editora, p.1-259 (Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara)
- PARENTI, Fabio. (1981). **L'abri do Caldeirão dos Rodrigues I. Site du style Varzea Grande, sud-est du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____. (1981). **L'abri Toca do Caldeirão dos Rodrigues II. Site du style Varzea Grande, sud-est du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____. (1986). La Storia dell'uomo nel Sertão. **Terra Nuova Forum**, n.5. Roma. p. 52-54.

- _____. (1996). Rupi e graffiti del Nordeste brasiliano. **Prometeo**, n.15. Milano.
- _____. (1992). **Le gisement quaternaire de la Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brésil) dans le contexte de la préhistoire américaine.** Feuilles, strati-graphie, chronologie, évolution culturelle. Thèse de Doctorat, Ecole de Hauts Etude en Sciences Sociales, Paris, 4v.
- _____. (1993). Le gisement préhistorique du pléistocène supérieur de Pedra Furada (Piauí, Brésil). Considerations chronostratigraphiques et implications paléoanthro-pologiques. Actes de la 1e table ronde européenne Paléontologie et stratigraphie d'Amérique latine. **Docum. Lab. Géologie de Lyon**, n.125, p.303-313.
- _____. (1993). Il giacimento pleistocenico della Pedra Furada nel contesto del Nordeste del Brasile e la questione del popolamento delle Americhe. **Quarteneria Nova**, 3, p.253-302.
- _____. (1993). Le premier peuplement américain. **Archeologia**, n.295, p.54-59.
- _____. (1994). Pedra Furada: le point sur le peuplement de l'Amérique. **Musée de l'homme**, n.4, p.73-75.
- _____. (1996). Problemática da pré-história do Pleistoceno superior no Nordeste do Brasil: o abrigo da Pedra Furada em seu contexto regional. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil(1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p.15-54. Recife.
- PARENTI, Fabio; FONTUGNE, Michel; GUÉRIN, Claude. (1996). Pedra Furada, Brasil e a sua “presumida” evidência: limitações e potencial dos dados disponíveis. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, São Raimundo Nonato, PI, Brasil(1993). **FUMDHAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p.395-408. Recife.
- PARENTI, Fabio; VITAGLIANO, S. (1986). Archaeologia nei paesi in via di sviluppo: un caso di antropologia applicativa. **Dialoghi di Archeologia**, n. 1. Roma, Quasar Ed., p.123-125.
- PARENTI, Fabio; MERCIER, N.; VALLADAS, H. (1990). The oldest Hearths of Pedra Furada, Brazil: thermoluminescence analysis of heated stone. **Current Research in the Pleistocene**, n.7, p.36-38. Orono, Maine.
- PARENTI, Fabio, (2001). **Le gisement quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil). Stratigraphie, Chronologie, Évolution Culturelle.** Éditions recherche sur les Civilisations, Ministère des Affaires Étrangères, Division des Sciences Sociales de l'Archéologie, Paris, 505p.
- PARNES, Milton; SOUZA, Alfredo Mendonça de. (1971). **Relatório das pesquisas arqueológicas no Ceará.** Rio de Janeiro, Centro de Investigações Arqueológicas, p.1-146, il. (Mimeografado).

- PEDRA (A) da Torre - Paraíba. (1970). Resumo dos trabalhos realizados em 1961 por membros do CBA e do IAB. **Boletim Informativo do Centro de Informações Arqueológicas**, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro, p. 06-08.
- PEDRA Lavrada do Ingá-Paraíba. (1990). **Boletim Informativo do Centro de Informações Arqueológicas**, a.1, n.1. Rio de Janeiro, p.09-17, il.
- PELLERIN, J. (1978). Compte-rendu de mission géomorphologique dans la région de São Raimundo Nonato, sud-est du Piauí, Brésil. Caen, **Centre de Géomorphologie du C.N.R.S.**, 15p.
- _____. (1983). Missão geomorfológica em São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, Brasil. **Cadernos de Pesquisa. Série Antropologia, II**, n.3. Teresina, UFPI, p.201-225.
- PENNAFORT, Raimundo Ulysses. (1990). **Brazil pré-histórico**. Memorial encyclo-gráfico, a propósito do 4º centenário do seu descobrimento. Fortaleza, Typ. Studart, p.358 (Inclui um apêndice).
- PEREIRA, Myia. (1980). Estudo antropológico das sepulturas I e II da Toca do Paraguaio, Serra da Capivara. **Cadernos de Pesquisa, I** Série Antropologia, I. Teresina, UFPI. p.53-100.
- PEREIRA DA COSTA, F.A. (1962). **Anais pernambucanos**. Arquivo Público Estadual, 8v. Recife.
- PEREIRA JÚNIOR, José Anthero. (1941). Notas sobre inscrições lapidares, I. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. v. 77. São Paulo, p.97-101. il. 21 fig.
- _____. (1941). Notas sobre inscrições lapidares, II. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v.78.
- _____. (1943). Itacoatiaras. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, V.SC. 1ª parte, a.8, maio/jun.
- _____. (1944). Itacoatiaras do Ingá. **Revista do Arquivo Público de São Paulo**, v.9, a.9, fev./mar. p.143-149.
- _____. (1944). Considerações a respeito de alguns sinais itacoatiaras de Ingá. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v.95, a.9, abr. p.113-116, il.
- _____. (1945). Algumas itacoatiaras paraibanas. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v.103, a.12. p.135-182.
- _____. (1946). Achegas e algumas itacoatiaras paraibanas. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v.90, a.13. p.153-158.
- _____. (1946). Do valor arqueológico do monumento do Ingá. **O Estado de São Paulo**, 14 jul.
- _____. (1950). Em torno do problema Páscoa-Ingá e outras considerações. **O Estado de São Paulo**, 29 jan.
- _____. (1958). **Algumas cartas de Alberto Chile sobre a itacoatiara de Ingá**. ANHEMBI, v.29, n.89. Rio de Janeiro, p.288-303.
- _____. (1967) **Introdução ao estudo da arqueologia brasileira**. São Paulo, Ed. Bentivegna, p.1-261, il.
- PEROTA, Celso. (1971). Considerações sobre a tradição Aratu nos Estados da Bahia e Es-pírito Santo. **Boletim Museu de Arte e História**. Vitória, p.1-12, il.

- PEROTA, Celso. (1991). A paisagem, o homem e as estratégias de sobrevivência no nordeste brasileiro durante o holoceno recente. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste (Recife, 1987). Recife, UFPE, p.111-113.
- PESSIS, Anne-Marie. (1982). Métodos de documentação cinematográfica em arqueologia. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, n.5. Recife, UFPE, p.129-138.
- _____. (1982). Méthodes d'interprétation de l'art rupestre: analyses préliminaires par niveaux. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires. Contributions Méthodologiques en Préhistoire II**, n.2. Paris, p.22-32.
- _____. (1982). Méthodes de documentation cinématographique en archéologie. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires. Contributions Méthodologiques en Pré-histoire I**, n.1. Paris, p.1-12.
- _____. (1982). Méthode d'analyse des représentations rupestres. **Études Américanistes Interdisciplinaires. Contributions Méthodologiques en Préhistoire I**, n.1. Paris, p.17-28.
- _____. (1983). Método de análise das representações rupestres. **Cadernos de Pesquisa**, Série Antropologia, II, n. 3. Teresina, UFPI, p.11-39.
- _____. (1983). **Le site Toca du Baixão das Mulheres II, un abri peint de l'aire de São Raimundo Nonato, sud-est du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____. (1984). Méthodes d'interprétation de l'art rupestre préhistorique: analyse préliminaire de l'action. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires. Recueil, I**, n.3. Paris, p.38-63.
- _____. (1984). Métodos de interpretação da arte rupestre: análises preliminares por níveis. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.6. Recife, UFPE, p.99-107.
- _____. (1984). Método de interpretação da arte rupestre pré-histórica: análise preliminar da ação. **Revista de Arqueologia**. v.2, n.1. Belém, CNPq - Museu Paraense Emílio Goeldi, p.47-58.
- _____. (1985). De l'antropologie visuelle à l'antropologie préhistorique. **Etudes Américanistes Interdisciplinaires. Recueil, II**, n.4. Paris, p.95-105.
- _____. (1985). **Étude en couleurs des superpositions de la Toca do Boqueirão do sítio da Pedra Furada**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microfichas).
- _____. (1986). Da antropologia visual à antropologia pré-histórica. **CLIO - Série Arqueológica**, n.3. Recife, UFPE, p.153-161.
- _____. (1987). **Art rupestre préhistorique: premiers registres de la mise en scène**. Nanterre, Université de Paris X, 502 p. bibliog. il.
- _____. (1988). Graphic representation systems in the rock art of Piauí, Brazil. **First Aura Congress**, aug./sep. Darwin. (Austrália).
- _____. (1990). Art rupestre préhistorique du Parc National de la Serra da Capivara, Piauí, Brésil: Problèmes de conservation. **ACTES. Journées Internationales de l'Art Rupestre**. Groupe Arte Rupestre de l'ICOM pour la conservation. Office Départemental de Tourisme de la Dordogne, Périgord, 20-23 août, p.117-122.

- _____. (1992). Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do nordeste do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, n.8. Recife, UFPE. p.35-68.
- _____. (1993). Registros rupestres, perfil gráfico e grupo social. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.9. Recife, UFPE, p.7-14.
- PESSIS, Anne-Marie, (1994). Registro rupestre, perfil gráfico e grupo social. **Revista de Arqueologia**, v.8, n.1 - **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. São Paulo, p.283-289.
- _____. (2000). **Registro Visual na pesquisa em Ciências Humanas**. Editora Universitária, UFPE, 2000. P.7-124.
- PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niéde. (1999). Ars indígena pré-histórica do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.14 - **Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, 1999, p.135-142.
- PESSIS, Anne-Marie. (2002). Das origens da religião no Brasil indígena. In: **História das Religiões no Brasil II**. Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina e no CEHILA, Editora Universitária, UFPE, Recife. P.
- PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela, (2002). Área arqueológica do Seridó, RN, PB: problemas de conservação do Patrimônio Cultural. **FUNDAMENTOS II, Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, Ed. Universitária da UFPE, Recife, p.188-208.
- PESSIS, Anne-Marie (2002). Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº15, Recife, UFPE, pág.29-44.
- PESSIS, Anne-Marie (2003) **Imagens da Pré-História. Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la Préhistoire. Images from pre-history**. FUMDHAM, Petrobrás, Ministério da Cultura. Gráfica Takano. 307 p. São Paulo.
- PESSIS, Anne-Marie. (2004). Inovação técnica e sobrevivência: A natureza como exemplo. (p.244-32). A transmissão do saber na arte rupestre do Brasil (p.142-163) In: **ANTES: HISTÓRIAS DA PRÉ-HISTÓRIA**. Centro Cultural Banco do Brasil. São Paulo.
- PEYRE, Évelyne. (1993). Nouvelle découverte d'un homme préhistorique américain: une femme de 9700 ans au Brésil. **C.R. Académie des Sciences**, t.316. Paris, p.839-842. (Série, 2).
- _____. (1995). Restos ósseos da Toca do Gordo do Garrincho, São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. **Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas**, São Raimundo Nonato, PI, Brasil(1993), Pessis A.M. (Ed.). **FUNDAMENTOS - Revista da Fundação Museu do Homem Americano**, n.1, p.423-435. Recife.
- PINHEIRO, J. C. Fernandes. (1866). Parecer sobre a memória do Sr. Conde de la Hure, relativa às inscrições achadas nas ruínas d'uma cidade incógnita, que se diz **existório Geográfico Brasileiro**, v.29, n.2. Rio de Janeiro, p.373-390.

- PINHEIRO, Patrícia de Melo. (2004). Pesquisas arqueológicas em Alagoas: perspectivas e primeiros resultados. **CLIO - Série Arqueológica**, n.17. Recife, UFPE, p.146-163.
- _____, (2004). A transição do Pleistoceno para o Holoceno no Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí, BR (Tese de Doutorado). **CLIO - Série Arqueológica**, n.17. Recife, UFPE, p.174-180.
- PINTO, Estevão. (1956). Etnologia brasileira (Fulniô: os últimos tapuias). Brasiliana, n.285. São Paulo, Ed. Nacional.
- _____. (1938). Os indígenas do nordeste. Brasiliana v.1, n.44; v.2.São Paulo, Ed. Nacional. 260p. il.
- PINTURAS e gravuras pré-históricas de São Raimundo Nonato. Estado do Piauí.** (1978). São Paulo, Missão Franco-Brasileira, il. (Catálogo).
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. (1950). As origens dos índios Cariris. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, n.64. Fortaleza.
- _____. (1954). Os litoglifos da Pedra do Oratório e uma hipótese relativa às origens das inscrições rupestres. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, n. 68. Fortaleza, p. 5-30.
- _____. (1955). **História do Ceará. Pré-história cearense**. Fortaleza, Revista do Instituto Histórico do Ceará, 153 p.
- _____. (1955). As migrações paleolíticas e as inscrições rupestres da América. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, n.69. Fortaleza, p.5-20.
- _____. (1956). Algumas inscrições rupestres inéditas do Estado do Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, a.70, n.70. Fortaleza, p.115-126.
- _____. (Cadernetas de campo): Levantamento do Rio Banabuiú; do Rio Conceição; do Rio Jaguaribe. Anotações manuscritas arquivadas no Setor **Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado do Ceará**.
- PRADO, J.F. de Almeida. (1934). Primeiros povoadores do Brasil. **Brasiliana**, n.37. São Paulo, Ed. Nacional.
- PROSPECÇÃO arqueológica no Ceará. (1971). **Boletim Informativo do Centro de Informação Arqueológica**, a.2, n.10. Rio de Janeiro, p.4-62, il.
- PROUS, André. (1992). **Arqueologia brasileira**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 605p., il.
- PROUS, André; GUIMARÃES, Carlos Magno. (1984). Recentes descobertas sobre os mais antigos caçadores de Minas Gerais e da Bahia. **Arquivos do Museu de História Natural**, v.VI-VII (1981-1982). Atas da I Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. Belo Horizonte, UFMG, p.23-32.
- QUEIROZ, Albérico Nogueira de; CARDOSO, Glória Maria Brito. (1995-96). Nota prévia sobre a fauna holocênica de vertebrados do sítio Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.11. Recife, UFPE, p.137-140.

- QUEIROZ, Albérico Nogueira de; CHAIX, Louis. (1999). Os vestígios faunísticos provenientes dos sítios arqueológicos: uma visão geral. **Enterramentos na Necrópole do Justino - Xingó**. Projeto Arqueológico de Xingó - PAX. Sergipe, CHESF / PETROBRAS / UFS; p.49-55.
- QUEIROZ, Albérico Nogueira de (2002). Fauna de vertebrados do sítio arqueológico Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN: uma abordagem zooarqueológica e tafonômica. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº15, Recife, UFPE, pág. 267-282.
- RAMOS, Bernardo Azevedo da Silva. (1939). **Inscrições e tradições da América pré-histórica especialmente do Brasil**, 2v. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 561p.
- RETUMBA, Francisco Soares da Silva. (1887). Relatório dirigido ao presidente da província da Paraíba em 7 de julho de 1886. Recolhido por Tristão de Alencar Araripene na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t.50, v.74. Rio de Janeiro. (Descrição e desenho da Pedra Lavrada de Picuí na Paraíba).
- ROCHA, Jacionira Silva. (1984). A indústria lítica em três sítios arqueológicos do sudeste do Piauí. (Nota prévia). **CLIO - Série Arqueológica**, n.1. Recife, UFPE, p.113-126.
- _____. (1974). Sinalizações rupestres. **Arqueologia**. Rio de Janeiro, CER-ETP-IAB, 3 p. (Catálogo).
- _____. (1986). A sobrevivência humana na pré-história do Piauí. **Anais do I Congresso Nordestino de Ecologia**. Recife, p.139-145.
- _____. (1984). **A tecnologia pré-histórica em São Raimundo Nonato, Piauí (10.000-5.000 anos AP). Os artefatos de Pedra**. Recife, UFPE. (Dissertação, Mestrado em História).
- _____. (1991). As tradições funerárias no vale do Médio São Francisco. **CLIO - Série Arqueológica**, n. 4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (Recife, 1987). Recife, UFPE, p.150-152.
- RODRIGUES, Calasans. (1982). São Tomé das Letras: a lenda e a arqueologia. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira**, n.9. Rio de Janeiro, p.9-15, il.
- ROQUETE-PINTO, E. (1913). **Arqueologia e etnografia em impressões do Brasil no século vinte**. Londres, p.1-52.
- _____. (1933). Ensaios de antropologia brasileira. **Brasiliana**, n. 22. São Paulo, Ed. Nacional.
- _____. (1927). **Seixos rolados (Estudos brasileiros)**. Rio de Janeiro.
- ROSADO, Vingt-Un; SILVA, Antonio Campos E. (1973). **Louis Jacques Brunet, naturalista viajante**. São Paulo. (Comenta a opinião de Brunt a respeito dos petrolíferos de Ingá na Paraíba).
- RUSSEL, Edgard. (s/d). **Archaeological survey of northeastern Brasil - Part I**. Narrative report. 37 p. il. (Mimeografado).
- SAMPAIO, Teodoro. (1916). Dois artefatos indígenas do Museu Arqueológico do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico da Bahia**. Salvador, n.42, p.27-31.
- SAMPAIO, Teodoro. (1918). Inscrições lapidares indígenas no vale Paraguassu. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**, v.2. Salvador, p.6-32.

- SANTOS, Adelson Antônio da Silva. (1997). **Paleontologia do sítio pré-histórico Pedra do Alexandre - Carnaúba do Dantas, RN, Brasil. Avaliação epistemológica, radiológica e histopatológica**. Recife, UFPE, p.264, il. (Tese, Doutorado em História. Mimeografado).
- SANTOS, Claristella Alves dos. (1992). Mobilidade espaço-temporal da Tradição Tupiguarani: considerações lingüísticas e arqueológicas. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.8. Recife, UFPE, p.89-130.
- SANTOS, M. G. Caldas Meneses dos; ROCHA, J. Silva. (1982). Relatório da análise tipológica do material lítico dos sítios arqueológicos do sudeste do Piauí. **Cadernos de Pesquisa**, 3, Série Antropologia, II. Teresina, UFPI, 200p., il.
- SCATAMACCHIA, M. Cristina Mineiro. (1981). **Tentativa de caracterização da Tradição Tupiguarani**. São Paulo, USP. (Tese, Mestrado em Ciências Sociais).
- SCHWENHAGEN, Ludwid. (1970). **Antiga história do Brasil de 1100 a. c. a 1500 d. c.** (Tratado histórico). 1ª ed. Teresina, 1928, 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, 1970.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. (1980). **A evolução da cultura no centro e nordeste do Brasil entre 12.000 e 4.000 anos A.P.** São Leopoldo - RS, Instituto Anchietao de Pesquisa, 26p. 2 quad. bibliog.
- _____. (1981). Contribuciones a la prehistória de Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, 32. São Leopoldo, RS, p.41-83.
- _____. (1981). La evolución de la cultura en el centro y nordeste del Brasil entre 14.000 ± 4.000 anos antes del presente. Contribuciones a la pré-história de Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, n.32. São Leopoldo - RS, Instituto Anchietao de Pesquisa, p.7-39, il.
- _____. (1984). **Caçadores e coletores do Brasil**. Instituto Anchietao de Pesquisas, UNISINOS, São Leopoldo, 64p.,il. (Mimeografado).
- _____. (1984). Projeto arqueológico da UNICAP. **Symposium**, v.26, n.1. Recife, p.7-8.
- _____. (1987). Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. **Journal of World Prehistory**, v.1, n.1. Plenum Publishing Corporation, p.53-126, il.
- _____. (1989). A ocupação do território brasileiro. Uma história de ao menos 600 gerações humanas. **Estudos Leopoldenses**, v.25, n.110. São Leopoldo, RS, maio/jun. 5-20p.
- _____. (1990). O povoamento pleistocênico do Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**, n.1, jan./jun. Instituto Panamericano de Geografia e História, p.34-68.
- SCHOBINGER, Juan. (1989). **Prehistoria de sudamerica. Culturas preceramicas**. Madrid, Alianza Editorial. p.490, il.
- SCHOWENHAGEN, Loudovico. (1927). Archeologia pernambucana (O santuario da Lapa). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v.28. Recife, p.131-134.
- SENNA, Nelson. (1905). A idade da pedra no Brasil. **3º Congresso Científico Latino-Americano**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

- SILVA, Antonio Campos. (1982). Levantamento do material pré-histórico do oeste potiguar. **Coleção Mossoroense, Série B**, n.329. Mossoró.
- SILVA, Cristina de Cerqueira. (1992). Estudos dos vestígios biológicos encontrados em três sítios arqueológicos de Itaparica - BA. **Anais do III Congresso. Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**. Belo Horizonte, p.381-388.
- SILVA, Fernando Altenfelder. (1967). **Culturas pré-históricas do Brasil**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 2. São Paulo, p. 17-30.
- SILVA, Gisele Rocha. (1982). **L'abri Toca da Boa Vista I, um site de l'aire de São Raimundo Nonato, Sud-est du Piauí, Brésil**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microficha, R, 82639303).
- _____. (1982). **L'abri Toca do Baixão do Capim, site des sous traditions Várzea Grande et Serra do Tapuio**. Paris, Institut d'Ethnologie. (Microficha, R, 82039304).
- SILVA, Jacionira Coelho. (1999). As culturas pré-históricas do Vale do São Francisco (Pernambuco - Brasil). **CLIO - Série Arqueológica, v.1, n.14 - Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, 1999, p.161-174.
- _____. (2004). Arqueologia no médio São Francisco: indígenas, vaqueiros, missionários (Tese de Doutorado). **CLIO - Série Arqueológica**, n.17. Recife, UFPE, p.165-173.
- SILVA, Joaquim Perfeito da, (2004) **Pinturas rupestres, estruturas e representação em Minas Gerais e Bahia**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, CD.
- SILVA, Luiz Severino da. (1999). Brejos de altitude, refúgios para os grupos humanos do sertão: o caso da Serra do Arapuí, Floresta - PE. **CLIO - Série Arqueológica, v.1, n.14 - Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB**. Recife, 1999, p.237-244.
- SIMÕES, Mário F. (1972). Índice das fases arqueológicas brasileiras: 1950-1971. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 75p. il. (Publicações Avulsas, n.18).
- SIMÕES, Mário F.; CORRÊA, C.G.; MACHADO, A.L.(1977). Pesquisas arqueológicas nas estearias do Lago Cajari, Maranhão. SBPC. **Ciência e Cultura**, v.28, n.7. p.162-163.
- SOARES, Ivan Doréa Cancio (1986). As pesquisas de salvamento no recôncavo baiano. **Arqueologia**, Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, v.5. Curitiba, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p.17-22.
- SOUZA, Arminda Mendonça de; SIMONSEN, Iluska; SOARES, Nilce G. (1973). Sinalações rupestres no sertão central, Ceará. SBPC. **Ciência e Cultura**, 25, Congresso Internacional de Arte Rupestre.
- SOUZA, Maurina Sampaio de; MEDEIROS, Osmar. (1982). Inscrições rupestres no Rio Grande do Norte. **Coleções textos Academicos, Museu Câmara Cascudo**, n.214. Natal, UFRN.

- SOUZA, Sheila M. F. Mendoça de; ALVIM, Marília Carvalho de Mello e. (1992). A população pré-histórica da Furna do Estrago: adaptação humana ao agreste pernambucano. **Simposium**, v.34, n.2, jul./dez. Recife, UNICAP, p.123-129.
- SOARES, Luci de Lourdes. (1982). Notas a lápis sobre a arqueologia norte riograndense. Fundação Guimarães Duque, **Coleção Mossoroense, Série B**, n.381.
- STUDART FILHO, Carlos. (1962). Os aborígenes do Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, n.76. Fortaleza, 5-73.
- _____. (1927). Antiguidades indígenas do Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, **XLI**. Fortaleza, p.176-177.
- _____. (1925). A propósito de uma petrografia encontrada na Fazenda do Mucambo em Itapapipoca (Ceará). **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, **XXXIX**, **165**. Fortaleza, p.164-171.
- TASSONE, Vicente Giancotti. (1980). Arcaico no interior do Rio Grande do Norte. **Anuário de Divulgação Científica**, n. 6. Goiânia, Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, 1978-80, p.48-53.
- _____. (1980). **Projeto de salvamento arqueológico Baixo-Açu**. Museu Câmara Cascudo, UFRN.
- _____. (1980). O páleo-índio no Rio Grande do Norte. **Anuário de Divulgação Científica**, n. 5. Goiânia, Instituto Goiano de Pré-história. 1978-1980. p.75-80.
- TAVARES, João Lira. (1909). **A Paraíba**. Paraíba. (Cita inscrições rupestres).
- TAVARES, José de Lira. (1910). **Parayba**. Paraíba, Imprensa Oficial. (na p.224 faz referências às inscrições rupestres da Paraíba).
- TRESCAROLO, Vital de. (1886). Informações sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.46, 1ª parte. Rio de Janeiro.
- VERGNE, Cleonice; AMÂNCIO, Suely. (1992). A necrópole pré-histórica do Justino /Xingó - Sergipe. (Nota prévia). **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.8. Recife, UFPE, p171-182.
- VIDAL, Irma Asón (1995-96). Las representaciones hitifálicas en las pinturas rupestres de la tradición Nordeste, subtradición Seridó, Rio Grande do Norte, Brasil. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº11, Recife, UFPE, pag. 141-152.
- VIDAL, Irma Asón (2002). Projeto arqueológico do Seridó: escavação do sítio Pedra do Chinelo, Parelhas, RN. Primeiros resultados. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, nº15, Recife, UFPE, pág.157-170.
- VIDAL, N. (1946). Coontribuição ao conhecimento da paleontologia do Nordeste brasileiro. Notícia sobre à descoberta de vertebrados pleistocênicos no Município de Pesqueira, em Pernambuco. **Boletim do Museu Nacional**, n.6.
- VILHENA DE MORAES, A. (1976). A indústria lítica do sítio Aldeia da Queimada Nova, Município de São Raimundo Nonato, Piauí. **Revista do Museu Paulista**, (Nova série). n.23. São Paulo.
- VOGEL, Maria Amélia Curvelo. (1991). A megafauna no sudeste do Piauí. **CLIO - Série Arqueológica**, n.4, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). UFPE, p.23.

WHITERFIELD, J. (1884). **Rock inscriptions in Brazil**. The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, v. 3. London. (Recolhe inscrições rupestres do nordeste).

XINGÓ resgata a pré-história. Jornal da CHESF. (1988). a. 4, n. 67. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Eletrobrás, p. 1-11.

FOTOGRAFIAS



1 - A Gruta do Padre em Petrolândia, PE, estava situada nas margens do rio São Francisco, perto da cachoeira de Itaparica. Hoje se encontra submersa no lago artificial de Itaparica. Wesley Hurt e Gabriela Martin durante as escavações da gruta, em 1983.



2 - Gravuras rupestres no sítio Boi Branco, Iatí, PE.

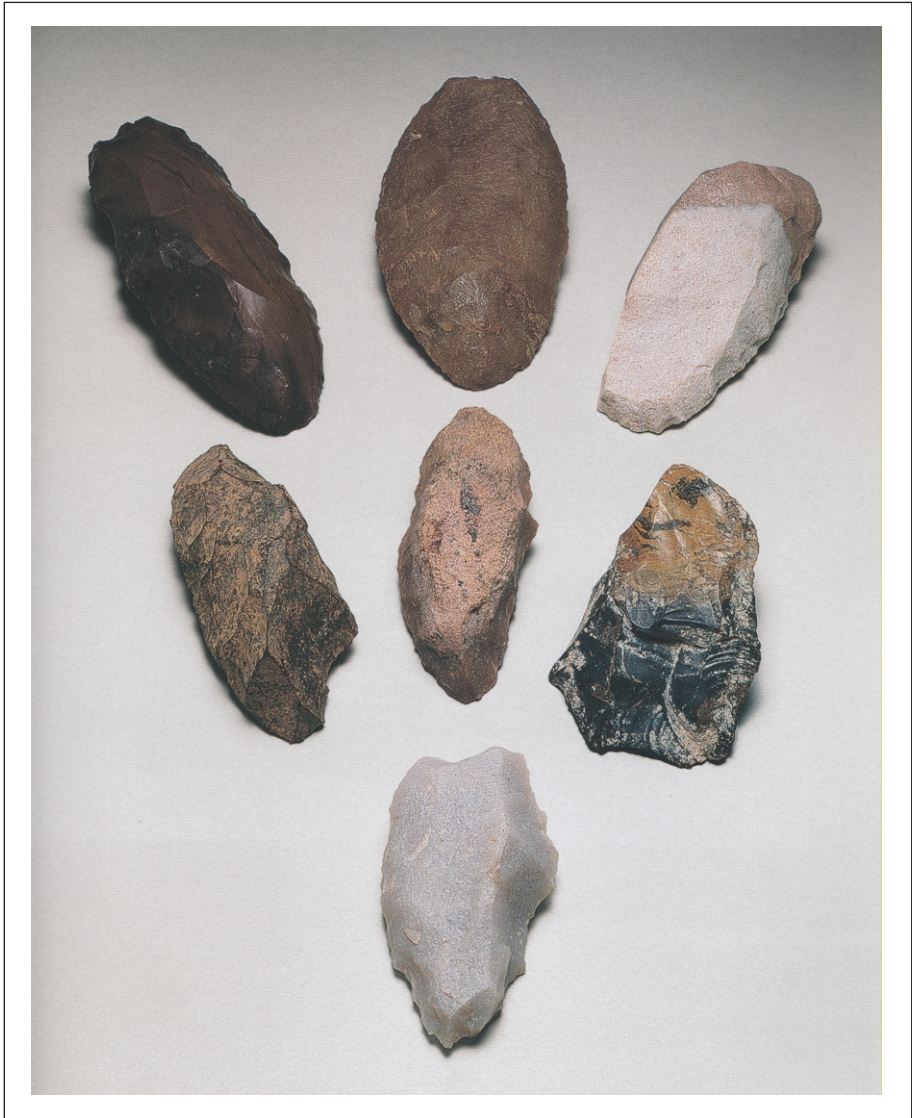


3 - Mobiliário fúnebre do Sítio do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN. a) Pingentes de osso de cervídeo; b) Apito e fragmento de flauta de osso, contas de colar de osso e de pedra.

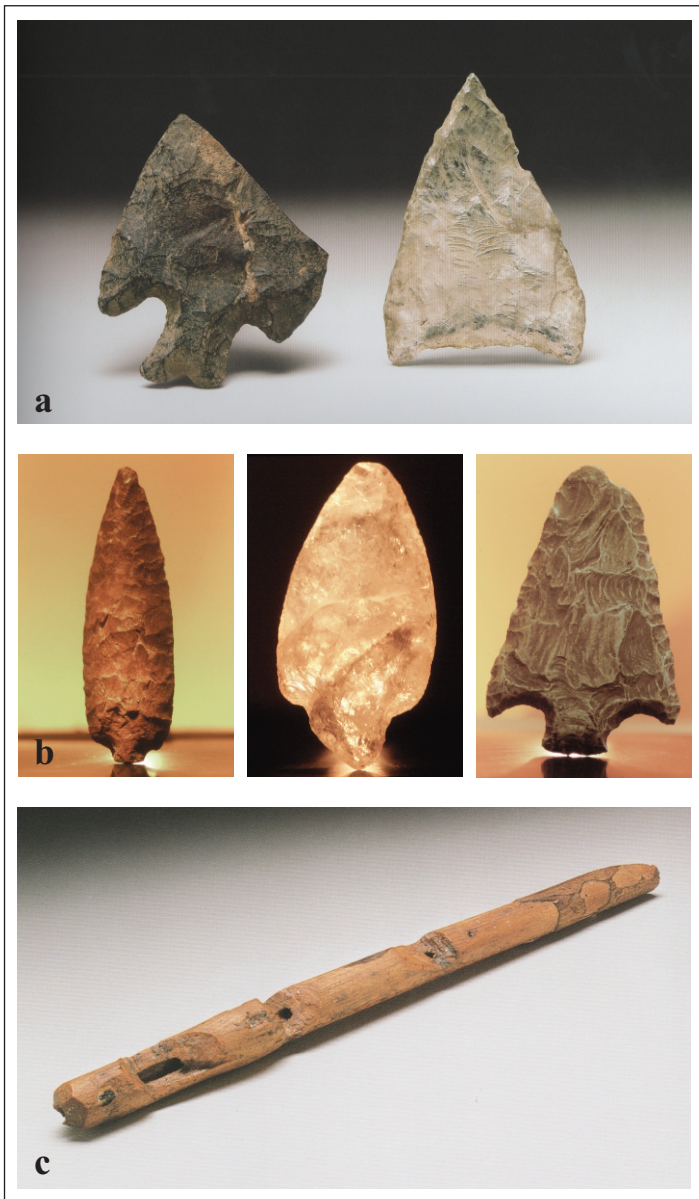


4 - a - b) Mobiliário fúnebre do Sítio Tubarão, Venturosa, PE . Pingentes de osso de cervídeo e contas de colar de osso; c) Mobiliário fúnebre do Sítio Mirador, Parelhas. Contas de colar de concha de um enterramento infantil, datado de 9410 anos BP.

Pré-História do Nordeste do Brasil



5 - Parque Nacional Serra da Capivara, PI. Raspadores unifaciais de sílex.



6 - Parque Nacional Serra da Capivara, PI. a) Ponta de flecha com pedúnculo (quebrada) em sílex e ponta de flecha tipo “rabo de peixe” em cristal de rocha, achadas numa sepultura da Toca dos Coqueiros, datada em 9870 anos BP; b) área arqueológica do Seridó. Pontas de flecha em sílex e cristal de rocha; c) flauta de madeira da Toca da Extrema, datada em 1420 anos BP.



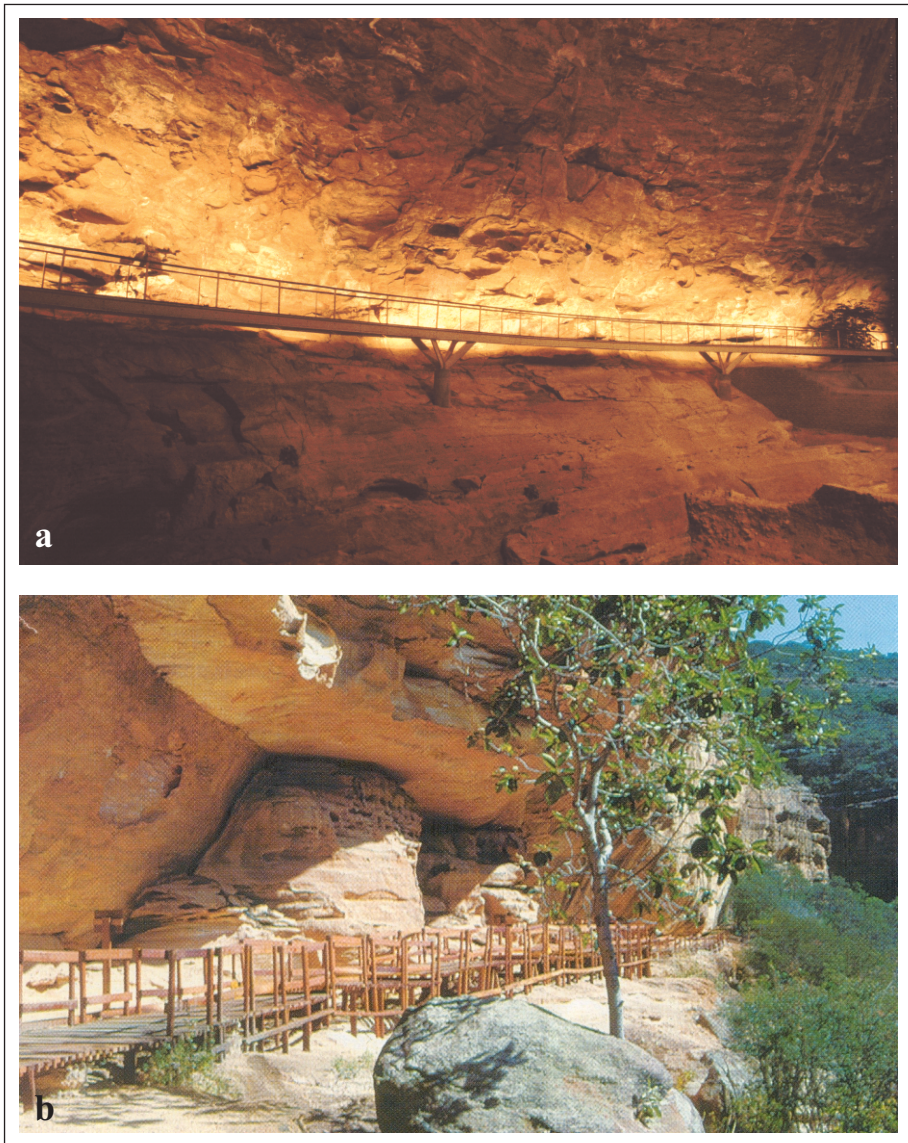
7 - Machados cerimoniais semilunares, também chamados “de âncora” procedentes de Pernambuco (a) e do Piauí (b). Eles são usados ainda por grupos indígenas Jê. Os Krahô o chamam “o machado que canta”.



8 - Parque Nacional Serra da Capivara, PI; a) Sepultura de uma mulher da Toca dos Coqueiros, datada em 9870 anos BP, junto ao esqueleto havia duas pontas de flecha (fotografia 6-a); b) sepultura infantil dentro de uma urna de cerâmica, datada entre 1500 e 1700 A.D. do município de Gervásio de Oliveira, PI.



9 - a) Sepultura infantil dentro de uma urna de cerâmica, datada entre 1500 e 1700 A.D. do município de Gervásio de Oliveira, PI; o cabelo estava conservado e havia ainda pele colada aos ossos; b) Sepultura infantil dentro de uma urna de cerâmica procedente do Sítio Canabrava, Jurema, PI.



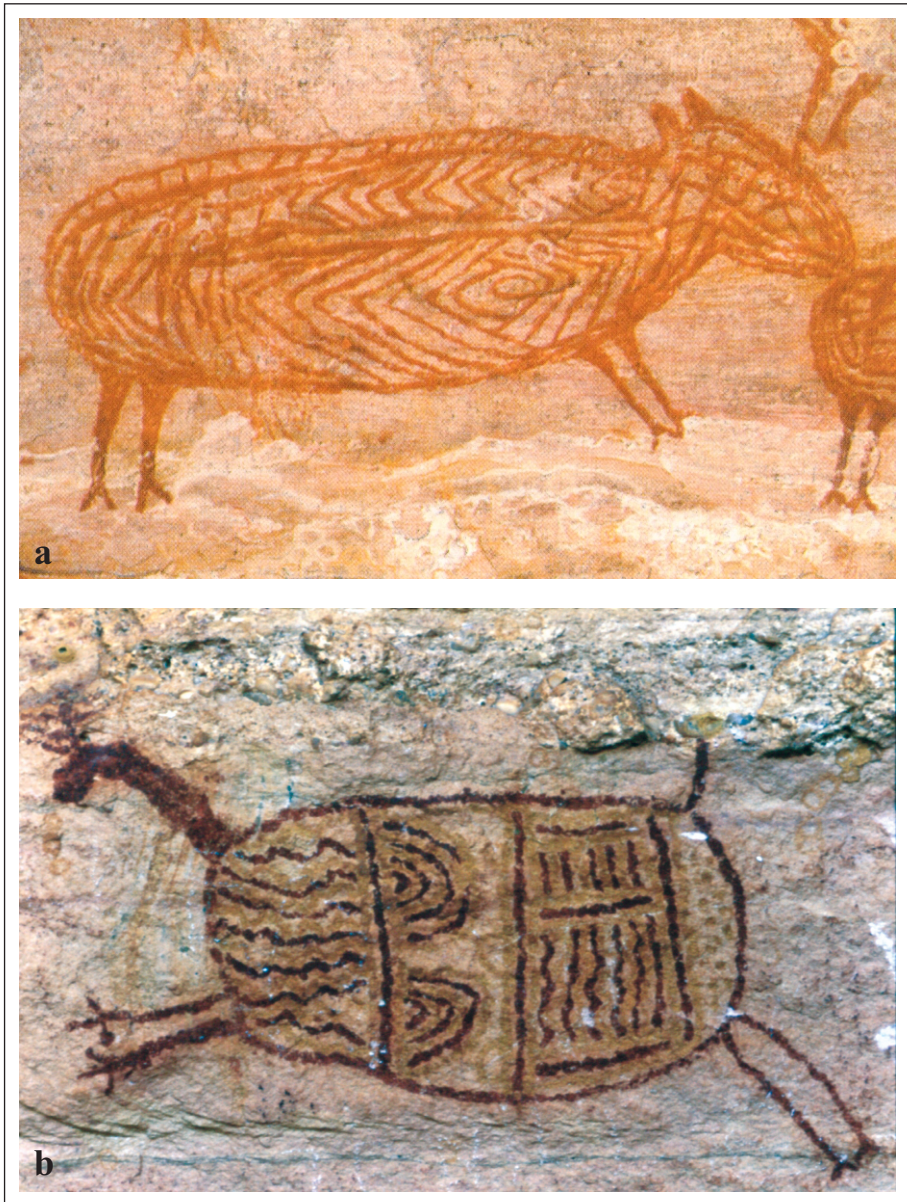
10 - Parque Nacional Serra da Capivara, PI: a) Sítio de Boqueirão da Pedra Furada; b) Sítio do Baixão da Vaca. As passarelas permitem contemplar as áreas escavadas e as pinturas rupestres dos abrigos.



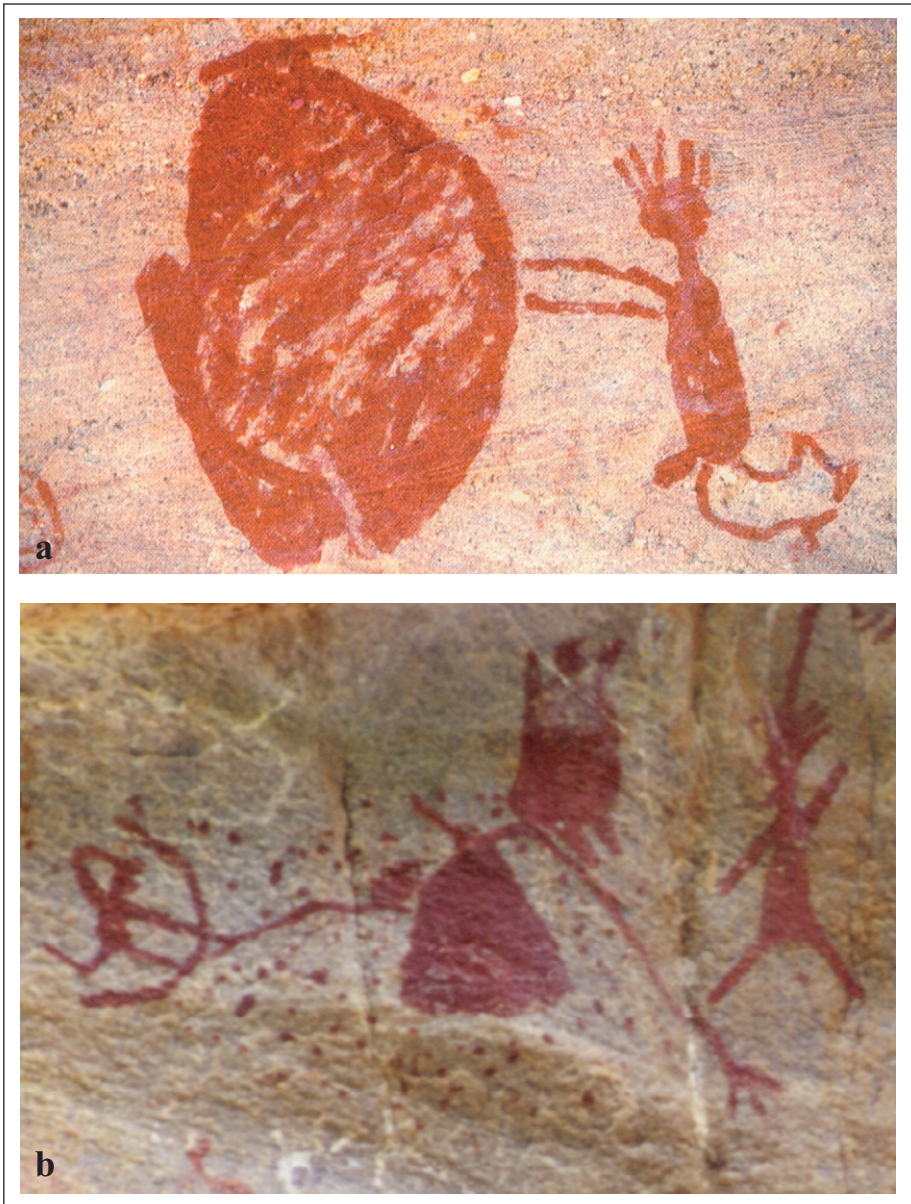
11 - Parque Nacional Serra da Capivara, PI. Pinturas rupestres da tradição Nordeste; a) cenas de cópula no sítio da Entrada do Baixão da Vaca; b) Veados e cenas cerimoniais em torno de árvores.



12 - Parque Nacional Serra da Capivara, PI. Pinturas rupestres da tradição Nordeste e figura de onça em tinta branca do sítio Toca do Estevo III.



13 - Parque Nacional Serra da Capivara, PI; a) Representação de capivaras, animal hoje extinto na região, no sítio do Caldeirão do Rodriguez; b) Veado do sítio Salitre.



14 - Coleta de mel. a) sítio Caldeirão do Rodriguez, no Parque Nacional Serra da Capivara, PI; b) Sítio Xique-Xique IV, área arqueológica do Seridó, RN.



15 - Área arqueológica do Seridó, RN. a) Copiando pinturas situadas a cinco metros de altura no sítio Mirador de Parelhas, na década de 1980; b) figura humana tentando segurar uma ema, sítio Fuma do Messias, Carnaúba dos Dantas.





16 - Área arqueológica do Seridó, RN. Cenas de dança cerimoniais nas que aparecem figuras humanas portadoras de ramos; a) sítio Xique-Xique II; b) Casa Santa.



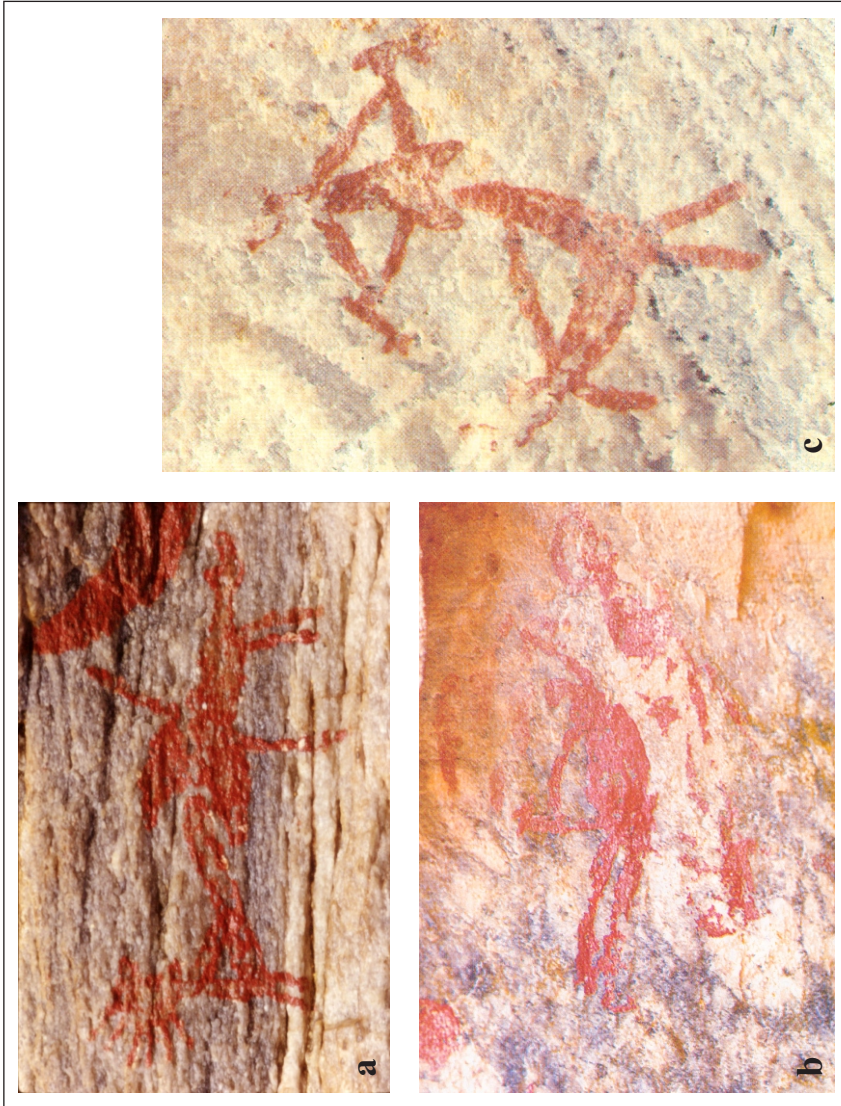
17 - Área arqueológica do Seridó, RN. Cenas de luta nos sítios Xique-Xique I e Mirador de Parelhas.



18 - Área arqueológica do Seridó, RN; a - b) cenas de caça e cerimoniais no sítio Xique-Xique I, Carnaúba dos Dantas.



19 - Área arqueológica do Seridó, RN. Figuras mascaradas e com grandes cocares; a) sítio Xique-Xique IV; b) sítio Serrote das Areias, Carnaúba dos Dantas.



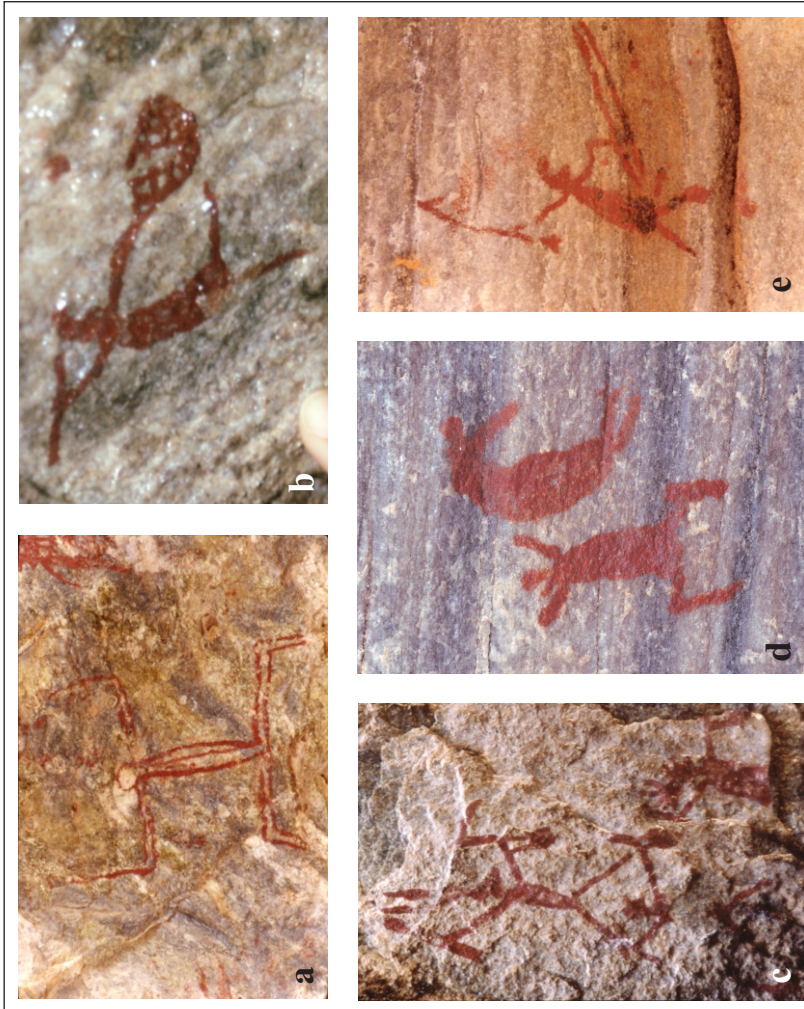
20 - Área arqueológica do Seridó, RN. Cenas hntifálicas na tradição Nordeste; a) Furna do Messias; b) sítio Mirador de Parelhas; c) sítio Xique-Xique II.



21 - Área arqueológica do Seridó, RN. Cenas cerimoniais nos sítios Xique-Xique II e IV, Carnaúba dos Dantas.



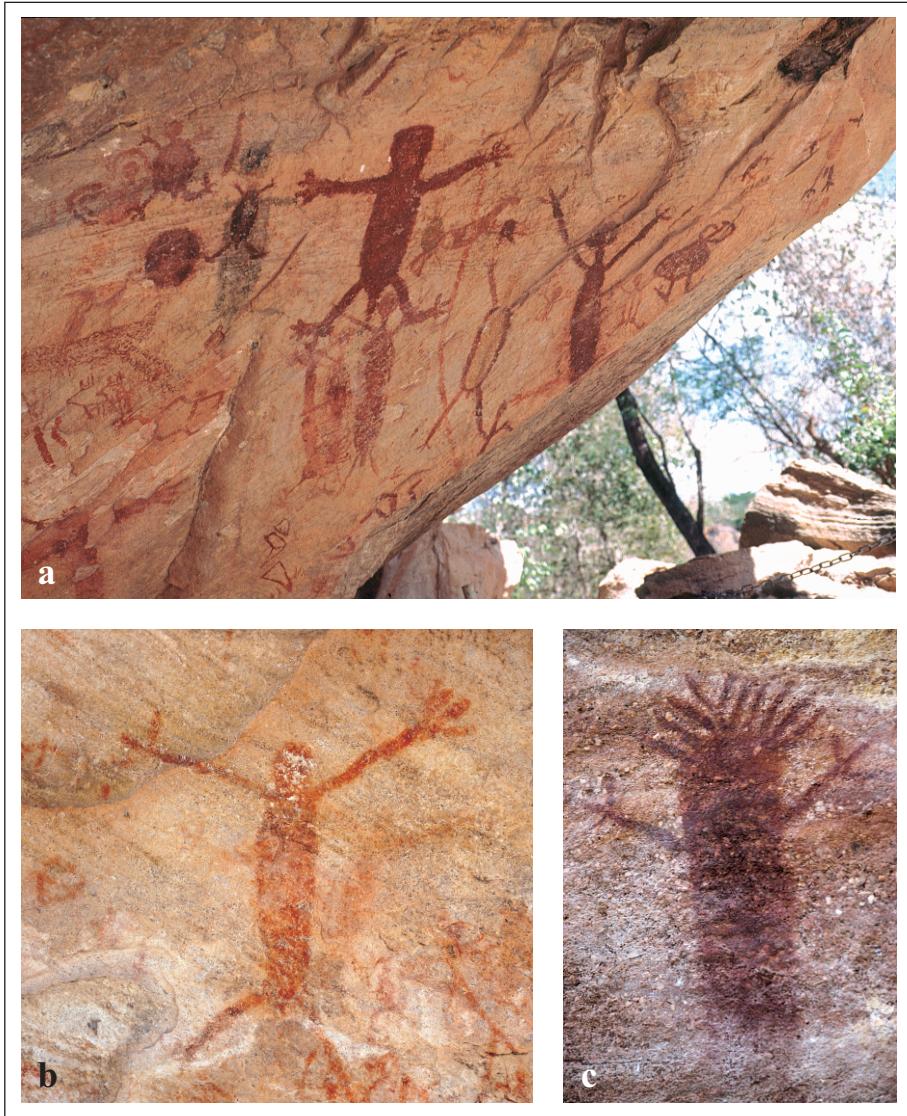
22 - Área arqueológica do Seridó, RN. Grafismos que aparecem repetidamente em todos os abrigos da sub-tradição Seridó e que poderiam representar pirogas ou redes. a) sítio Casa Santa; b) Furna do Messias; c) Talhado do Gavião, Carnáuba dos Dantas.



23 - Área arqueológica do Seridó, RN. Diversas formas de representar a figura humana nas pinturas da sub-tradição Seridó. Sítios: a) Mirador de Parelhas; b - c) sítio do Chinelo, Parelhas; d - e) sítio Xique-Xique Ie II, Carnaúba dos Dantas.



24 - Tradição Nordeste em Pernambuco. Pedra da Concha, Buíque. Representação de grafismo semelhante às “pirogas ou redes” da sub-tradição Seridó. Pequenos antropomorfos hitifálicos e figuras acrobáticas representadas no mesmo abrigo, indicam a influência “Nordeste” nos registros rupestres de Pernambuco.



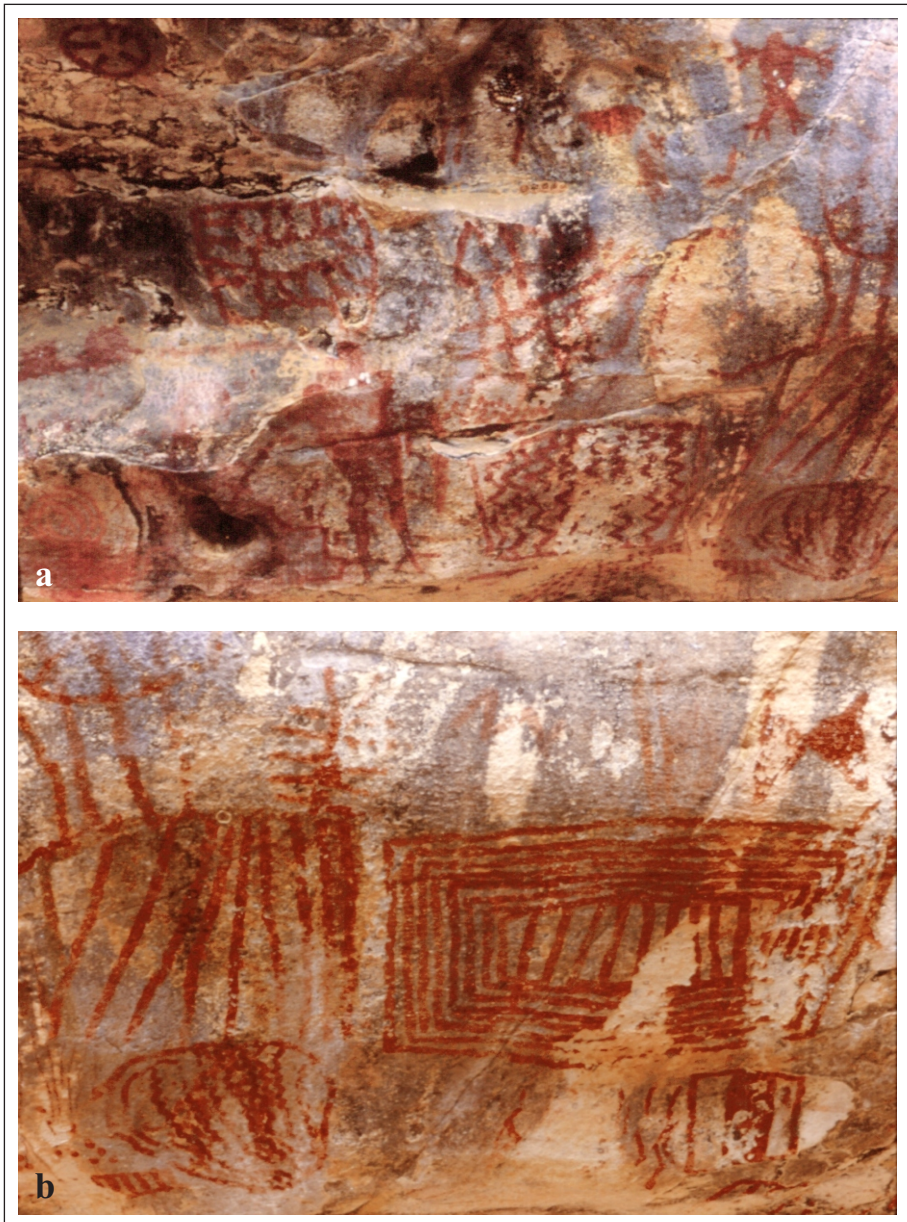
25 - Antropomorfos estáticos, típicos da tradição Agreste. a) Toca da Extrema, Parque Nacional Serra da Capivara, PI; b) Canindé do São Francisco, Sergipe; c) Parque Nacional Serra da Capivara, PI.



26 - Sítio Alcobaça, Buíque, PE. As pinturas e gravuras rupestres desenhadas nas paredes e nos blocos caídos, assim como a presença de ocupações e enterramentos pré-históricos, fazem deste abrigo um importante sítio para o estudo dos grupos humanos da tradição Agreste.



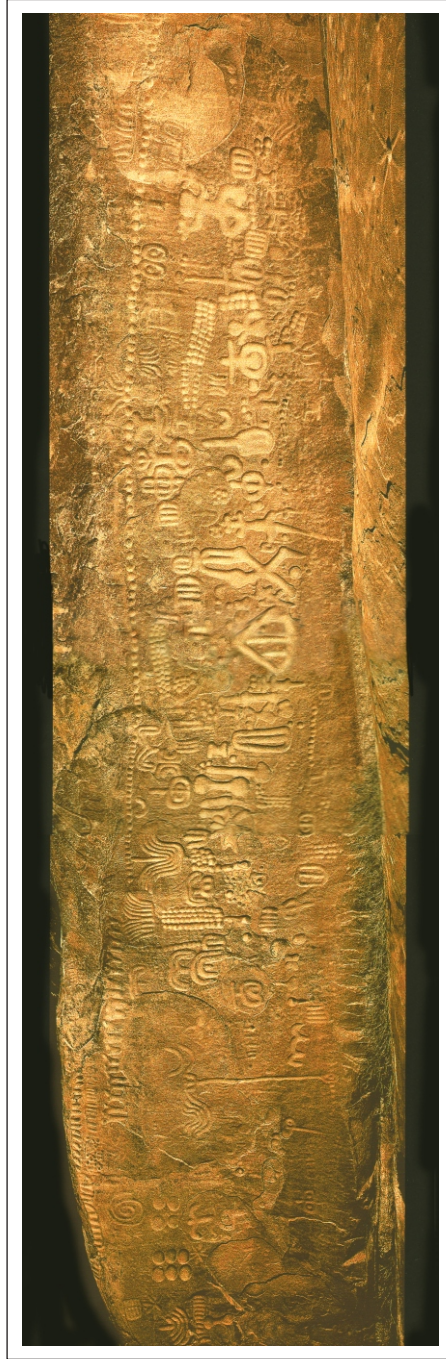
27 - Sítio Alcobaça, Buíque, PE; a - b) Antropomorfos estáticos, típicos da tradição Agreste; c) seqüência de grafismos puros.



28 - Sítio Alcobaça, Buíque, PE; a) antropomorfos estáticos e grafismos puros; b) grafismos puros recorrentes em outros abrigos da região, considerados da tradição Agreste.



29 - Toca do Cosmos, Central, BA. Grafismos puros que alguns autores têm considerado representações de corpos celestes.



30 - Pedra Lavrada do Ingá. Itaquatiara gravada num bloco de gneiss no rio Ingá de Bacamarte, PB.



31 - Sítio Santa Fé, Crato, CE. Representação de ornitomorfos com técnica de pintura sobre gravura. (Rosiane Limaverde, Fundação Casa Grande, Crato, CE).



32 - Gravuras retiradas da beira do rio São Francisco antes da formação do lago artificial de Itaparica, Petrolândia, PE. Museu do Estado de Pernambuco.



33 - Itaquiarias da sub-tradição Ingá. a) Cachoeira do Letreiro; b) Cachoeira dos Cruz, Picuí, PB.

Gabriela Martin



34 - Sítio Casa de Pedra, Carnaúba dos Dantas, RN. Gravuras realizadas depois de pintar a parede com tinta vermelha.

Informações gráficas

Formato	160 x 235 mm
Tipologia	CG Omega Times New Roman

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 Várzea Recife PE CEP 50740-530
Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930
Fax: (81) 2126.8395

www.ufpe.br/editora edufpe@nlink.com.br editora@ufpe.br

Este livro é abrangente. Não esquece qualquer possível fonte de dados ou informações e esmiúça tudo aquilo que se pode pensar e dizer sobre a Arqueologia do Nordeste do Brasil. Não existe para a pré-história dessa região obra comparável, tão completa e didática. É livro para arqueólogos profissionais, para o grande público cultivado e, principalmente, para a feliz geração de estudantes que terá o que lhe estava faltando.

Niède Guidon

